

# ENAPEGS

ON LINE **2021**

24 A 27 DE MAIO

Anais do XI Encontro  
Nacional de Pesquisadores  
em Gestão Social

Volume V







# ENAPEGS

ON LINE **2021**  
24 A 27 DE MAIO

**Anais do XI Encontro  
Nacional de Pesquisadores  
em Gestão Social**

---

**Volume V**

ORGANIZAÇÃO



APOIO





# EXPEDIENTE

## Comissão de Organização Local:

Ana Milani (FEAC/UFAL)  
Brenna Alves (Unit)  
Carlos Everaldo (FEAC/UFAL)  
César Nonato (CEDU/UFAL)  
Diego Leonardo (UFAL)  
Fabiano Santana dos Santos (UFAL)  
Ibsen Bittencourt (FEAC/UFAL)  
Ives Romero Tavares do Nascimento (UFCA)  
Marconi Tabosa de Andrade (UFAL)  
Milka Barbosa (FEAC/UFAL)  
Mônica Melo (Unit)  
Paulo Everton Mota Simões (UFAL)  
Renato Luís Miranda (UFAL)  
Rodrigo Coelho (UFAL)  
Rodrigo Guimarães (FEAC/UFAL)  
Sirnelene Maria (Unit)  
Victor Carnaúba (Unit)  
Luciana da Conceição Farias Santana (ICS/UFAL)

## Comissão Científica Interinstitucional:

Airton Cardoso Cançado (UFT)	Leonardo Prates Leal (UFAL)
Armindo dos Santos de Sousa Teodósio (PUC-MG)	Lindjane Almeida (UFRN)
Aldaiza Sposati (PUC-SP)	Luciano A. Prates Junqueira (PUC-SP)
Ana Milani (FEAC/UFAL)	Magnus Luiz Emmendoerfer (UFV)
Andrea Leite Rodrigues (EACH-USP)	Marconi Andrade Tabosa (UFAL)
Angela Christina Lucas (UNICAMP)	Maria Amélia Jundurian Corá (UFAL)
Ariádne Scalfoni Rigo (UFBA)	Mário Vasconcelos Sobrinho (UFPA)
Carlos Everaldo Silva da Costa (FEAC/UFAL)	Mônica Melo (Unit)
Daniela Kabengele (UNIT)	Patrícia Mendonça (EACH-USP)
Edgilson Tavares de Araújo (UFBA)	Paula Chies Schommer (UDESC)
Edson Sadao Iizuka (FEI)	Rafael Navas (CECA/UFAL)
Fabiano Santana dos Santos (Administração - UFAL)	Raoni Fernandes Azerêdo (UFOPA)
Felipe Addor (UFRJ)	Renato Luís Miranda (UFAL)
Fernando Bessa (UnB)	Rodrigo Guimarães (FEAC/UFAL)
Fernando Guilherme Tenório (Ebape-FGV)	Rosana de Freitas Boullosa (UNB/UFBA)
Genauto Carvalho França Filho (UFBA)	Rosinha da Silva Machado Carrion (UFRGS)
Ibsen Bittencourt (FEAC/UFAL)	Sandro Silva (IPEA)
Ilzver de Matos Oliveira (Unit)	Sylmara Lopes F. Gonçalves Dias (EACH-USP)
Ives Romero Tavares do Nascimento (UFCA)	Tânia Fischer (UFBA)
Jeová Torres Silva Júnior (UFCA)	Valéria Giannella (UFSB)
José Roberto Pereira (UFLA)	Verônica Teixeira Marques (Unit)
Lamounier Erthal Villela (UFRRJ)	Washington Souza (UFRN)



## Líderes de GTs:

### **GT 11: Religiosidades, Gestão Social e Desenvolvimento**

Líderes:

- André Luís Nascimento dos Santos (UFBA)
- Desirée Tozi (IPHAN)
- Fernando de Jesus Rodrigues (UFAL)
- Ilzver de Matos Oliveira (UNIT)

### **GT 12: Gestão Social e Educação para o Desenvolvimento**

Líderes:

- Dunia Comerlatto (UNOCHAPECÓ)
- Luciano A. Prates Junqueira (PUC-SP)
- Luiz Roberto Alves (ECA-USP)
- Roberto Sanches Padula (PUC-SP)
- Rodrigo Motta (PUC-SP)

### **GT 13: Precarização do Trabalho, Economia do Compartilhamento e Gestão Social**

Líderes:

- Angela Christina Lucas (UNICAMP)
- Rodrigo Bombonati de Souza Moraes (UFG)
- Victor de la Paz Richarte Martinez (ESPM)

### **GT 14: Tecnologias Sociais, Saberes Populares e Questões Climáticas**

Líderes:

- Andréa Cardoso Ventura (UFBA)
- Luís Tadeu Assad (Diretor-Presidente do IABS)

### **GT 15: Movimentos Sociais e Ação Coletiva em Comunidades Tradicionais**

Líderes:

- Luciana Rodrigues Ferreira (UNAMA)
- Nelson Russo de Moraes (UNESP)
- Raoni Fernandes Azerêdo (UFOPA)
- Sandro Benedito Sguarezi (UNEMAT)

### **GT 16: Extensão Universitária, Controle e Gestão Social no Desenvolvimento Territorial**

Líderes:

- Carlos Frederico Bom Kraemer (UFF) - Diná Andrade Lima Ramos (UFRRJ)
- Lamounier Erthal Villela (UFRRJ)
- Mariana Lima Bandeira (UASB - Equador)
- Patrick Maurice Maury (UFRRJ)



# SUMÁRIO

## **GT 11: Religiosidades, Gestão Social e Desenvolvimento 8**

A cosmovisão dos povos de terreiro e resistência por meio do rito de comensalidade — 11

O empreendedorismo social no Convento Recanto Sagrado Coração de Jesus:  
A compreensão do comportamento Empreendedor a partir da abordagem dos *Flows of life* — 14

## **GT 12: Gestão Social e Educação para o Desenvolvimento 46**

Aprendendo a ensinar com metodologias ativas - relato de experiência  
sob a perspectiva do aluno — 49

Desenvolvimento em perspectiva — 59

Formando socializadores/multiplicadores em cidadania e direitos humanos no Poder Público:  
A Experiência da Escola de Governo de São Paulo — 77

Mumbuca Futuro: pensando o futuro através de uma perspectiva econômico- solidária — 85

Os desafios e progressos de uma ONG dedicada ao esporte:  
a trajetória do ICI – Instituto Camaradas Incansáveis. — 103

“Preconceito nosso de cada dia” Vivências de racismo  
e sexismo de jovens universitários — 111

Uma proposta de Politecnia para disseminação das tecnologias sociais de saneamento  
e territorialização do Programa Nacional de Saneamento Rural (PNSR) — 133

## **GT 13: Precarização do Trabalho, Economia do Compartilhamento e Gestão Social 142**

Economia do Compartilhamento (EC) e as tendências teóricas das publicações:  
uma revisão de literatura — 145

## **GT 14: Tecnologias Sociais, Saberes Populares e Questões Climáticas 170**

A Boa Esperança: A construção coletiva de um biodigestor e os impactos socioterritoriais  
em Barbalha/CE — 173

Aculturação digital como processo de inclusão de comunidades isoladas tecnologicamente — 187

Hortas escolares agroecológicas do projeto de extensão do Eco Viamão:  
Uma proposta de reaplicação de tecnologia social — 199

Panorama da implantação de biodigestores como tecnologia social no âmbito  
do programa nacional de habitação rural: Experiência no semiárido pernambucano — 225



## **GT 15: Movimentos Sociais e Ação Coletiva em Comunidades Tradicionais 232**

---

A constituição de um território político: a gênese e a atuação de uma organização da sociedade civil na região de Suape/PE -----	235
Perspectivas de desenvolvimento com floresta em pé na Amazônia: Uma experiência no Assentamento PDS Paraíso em Alenquer/Pará -----	257
Saberes e sabores do semiárido alagoano: Proposta de beneficiamento da jabuticaba para a produção de vinho artesanal a partir da multidimensionalidade e das relações institucionais -----	271
Utilidade social e economia solidária: resistência e protagonismo feminino em um assentamento rural -----	291
Verificação da relação com a natureza por parte de uma comunidade Quilombola do Tocantins -----	301

## **GT 16: Extensão Universitária, Controle e Gestão Social no Desenvolvimento Territorial 318**

---

“Nada sobre nós sem nós”: Formando pesquisadores locais para a construção social de territórios de vida no M´Boi Mirim, periferia sul de São Paulo -----	321
A gestão participativa como ferramenta de interação dialógica: A experiência extensionista (da coordenação colegiada) do Dist- Shopping Park -----	329
Campus UFOPA-ALENQUER e a gestão democrática de políticas públicas -----	337
Experiência de campo no Projeto Qualidade do Ambiente Urbano em Salvador – Reflexões sobre “as cidades de Salvador”. -----	349
Extensão universitária e participação social: A experiência do Laboratório de Economia Social e Solidária em Balneário Camboriú -----	369
Extensão universitária: Gestão, controle social e desenvolvimento sustentável em territórios Quilombolas -----	389
Extensão Universitária por meio das ITCPs: relato de experiência das ações realizadas entre a INCUBACOOOP/UFLA e a CORPAAG em Lavras-MG -----	409
Formação de jovens em Agroecologia como meio de ampliar conhecimentos e re-territorialização dos espaços rurais -----	427
Gestão social por colegiado e extensão universitária: imaginar futuros para o território da baía da Ilha Grande -----	441
Gestão social, participação social e desenvolvimento territorial sustentável: Uma análise do desenvolvimento de Itaguaí-RJ -----	463

# **GT 11: Religiosidades, Gestão Social e Desenvolvimento**

---







---

## Líderes:

- André Luís Nascimento dos Santos (UFBA)
- Desirée Tozi (IPHAN)
- Fernando de Jesus Rodrigues (UFAL)
- Ilzver de Matos Oliveira (UNIT)







# A COSMOVISÃO DOS POVOS DE TERREIRO E RESISTÊNCIA POR MEIO DO RITO DE COMENSALIDADE.

Evelyn Marcele Ribeiro Mota  
Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Sergipe (UFS);  
e-mail: evelyn.marcele@gmail.com.

Lina Regina Geralda Nunes dos Santos  
Doutoranda em Antropologia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA); e-mail:  
liregina\_nunes@outlook.com.

Matheus Felipe Bispo dos Santos  
Mestrando em Antropologia pela Universidade Federal de Sergipe (UFS); e-mail:  
MatheusFelipe731@gmail.com.



## RESUMO

Há muito se tem estudado as religiões de presenças africanas, suas “origens”, costumes, hierarquia e organização. Longe de ser um tema encerrado nas pesquisas em Ciências Humanas as novas perspectivas não estão mais preocupadas em desvendar seus segredos e descrever seus ritos. As pesquisas que possuem a interação com as religiões de presença africana, buscam investigar sob outros olhares o espaço de terreiro como uma organização social complexa. Buscando compreender a resistência presente dos povos de terreiro, o enfoque do trabalho é abordar a importância da alimentação e como o cotidiano, dos ritos aos mitos, refletem a relação de transcendência e autonomia.

**Palavras-chave:** Religiões de presença africana, Resistência, Povos de terreiro, Alimentação.

## ABSTRACT

African presence religions, their “origins”, customs, hierarchy and organization have been studied for a long time. Far from being a topic closed in research in Human Sciences, the new perspectives are no longer concerned with unraveling their secrets and describing their rites. Researches that interact with religions with an African presence seek to investigate the terreiro space as a complex social organization from different perspectives. Seeking to understand the present resistance of the terreiro peoples, the focus of the work is to address the importance of the alimentation and how the daily life, from rites to myths, reflects the relationship of transcendence and autonomy.

**Keywords:** Africans Presence Religions, Resistance, Terreiro Peoples, Alimentation.

## 1. INTRODUÇÃO

Existe sem dúvidas, uma relação de transcendência acerca dos arranjos sociais, das agências individuais e coletivas que cercam os universos dos povos de terreiro. Categorizar seus contextos faz parte de um movimento irreversível, onde o centro da análise é a cosmovisão, nos termos de Parés (2016), é imprescindível compreender as conjunturas que interseccionam o universo do candomblé: as relações.

Imbuídos desta herança, as lembranças estão de tais formas acolhidas na trama interpessoal, dos grupos constituídos ou das reuniões de pessoas que só sobrevivem na medida em que esses fenômenos sociológicos atuam em caráter permanente. Encontramos explicação em Bastide (1989) quanto à dedicação e o processo de continuidade dentro das casas de candomblé, pois o cumprimento dos seus rituais, afirma o autor, que garante certo tipo de saúde, individual ou coletiva, relaciona-se ao cumprimento regular e escrupuloso dos papéis constantes de todo ritual. E é por meio da cozinha que o pilar do terreiro se sustenta, pois é onde a comida sacrificial começa a ser preparada.



Visando um panorama geral elencamos rapidamente sobre um aspecto que nos chama atenção logo quando iniciamos nossa pesquisa, pois sabemos a diáspora africana<sup>1</sup> no Brasil teve um aspecto singular pelo seu tempo de duração. E dentro dessa conjuntura, uma peculiaridade permeia a culinária em nosso país, a dieta de terreiro faz parte do cotidiano em muitas mesas brasileiras.

Seguindo os passos do pioneiro em alimentação ritual no campo da Antropologia Souza Júnior (2009) aponta que “a comida funcionou como elemento aglutinador de memórias e foi capaz de produzir uma série de encontros e manter tradições postas à risca pela diáspora”. Uma espécie de simbiose une o rito e o sistema alimentar num mesmo contexto. Segundo Elenca Montanari (2008), cozinhar é atividade humana por excelência, é um procedimento que transfigura a natureza em algo deverasmente distinto. E a comida votiva, por ser cheia de preceitos e símbolos trabalha na perspectiva não só de alimentar o corpo, mas empenha-se com um processo de autoafirmação nas comunidades de terreiro, onde identifica que a comida, para além do ato de nutrir o corpo, é também cultura produzida e consumida com a finalidade de criar algo que os codifique.

O ponto de partida dessa conjuntura foi e sempre será a cozinha relacionada com a natureza. Entendemos o contexto nos termos de Levi-Strauss (1964), a forma como os alimentos são manipulados, cozidos, adicionados a outros condimentos, saindo do seu estado original comum e assumindo uma característica sagrada onde o produto final é a comensalidade da comunidade ali presentes. Partilhando da mesma linha de referencial de constituição de pensamento de Mauss (2003), quando aborda questões entre a política de troca e negociação entre deuses e humanos, a nossa abordagem tem como objetivo descrever o culto ao orixá no candomblé a partir da observação de como o poder da tradição e da oralidade legitima códigos sociais dentro desse espaço religioso.

A ideia de alimentação para as comunidades de terreiro está pautada numa outra lógica do existir e se relacionar com o mundo. Como nos mostra Lody (1995), a ideia de que “Tudo come e de tudo se come” (1995, p. 62) promove uma expansão no entendimento sobre o ato de alimentar. Todo o processo que passa pela percepção olfativa e visual até chegar à boca, cotidianamente, é somente um fragmento da ideia de comer inerente às comunidades afro-religiosas.

As formas que “os de comer” assumem faz com que o alimento se torne sagrado, o ato de se alimentar passa a ser a base de movimentação do axé. Nesta lógica, o ato de comer passa por processos rituais que vão desde da escolha do itens na compra ou em sua retirada na natureza, passando pelas cerimônias específicas, cantos, rezas, consagrações, a escolha de quem cozinha, até que os alimentos cheguem à mesa. O ponto, é que estamos falando de um fazer tradicional que garante à essas comunidades um controle sobre o processo e sobre como o axé daquele alimento será trabalhado e compartilhado.

Comer além da boca, contudo, é uma ampliação sobre o conceito de comer nas religiões afro-brasileiras. Tudo está na permanente lembrança e ação de que tudo come. Come o chão, come o ixé, come a cumeeira, come a porta, come o portão, comem os assentamentos, árvores comem; enfim, comer é contatar e estabelecer vínculos fundamentais com a existência da vida, do axé, dos princípios ancestrais e religiosos do terreiro (LODY, 1995, p. 56).

A definição observada, leva a ideia de alimentação para uma outra lógica de existência comunitária, que não só faz da alimentação a base de seu culto, como também, observa o espaço do terreiro como um grande

<sup>1</sup> Os termos diáspora africana ou diáspora negra encontrados em Parés (2016) se referem ao fenômeno que ocorreu no continente africano onde milhares de habitantes imigraram por meio da força para o trabalho compulsório em diversos países da Europa e América, sob a égide escravagista mercantil que perdurou da idade moderna até o final do séc. XIX.

organismo vivo, que também está inserido no processo do comer. Nesse cenário, a alimentação é, então, um dos processos nos quais este equilíbrio deve ser mantido e, também, deve manter o equilíbrio social das comunidades que se alimentam.

A alimentação dos animais humanos depende do modo como os outros também se alimentam e qualquer perturbação, em qualquer lugar do sistema alimentar, resulta em problemas para a alimentação humana comunitária. Esta espécie de ciclo fechado de alimentação cria um ambiente propício para que o gesto de comer seja também utilizado como parte dos processos de socialização entre as pessoas que vivem comunitariamente.

É importante notar que, para as sociedades tradicionais africanas (FLOR DO NASCIMENTO, 2015)<sup>2</sup>, as divindades compõem o tecido social da mesma maneira que as pessoas, precisando também de se alimentar e contribuindo para os ciclos que promovem a possibilidade de que o alimento continue existindo para todo o mundo.

Deste modo, uma das formas que concretizam esse processo de alimentar o terreiro e a comunidade é o ebó. A palavra ebó significa literalmente “oferenda”, “sacrifício”, utilizado nas religiões de matriz africana para os mais diversos fins, o ebó é um dos maiores fundamentos religiosos no culto afro-brasileiro, representa uma oferenda aos deuses africanos como forma de culto à estas representações da natureza e manutenção das energias de um terreiro. Ao falar sobre o culto de Orixá, Santos (1993) o apresenta como uma das religiões mais antigas do mundo, que a partir do culto à natureza busca o equilíbrio e uma consciência de si e do seu destino.

Os órisá são divindades intermediárias de comunicação. Tendo cada um a responsabilidade de guiar os espíritos para a companhia daqueles da mesma linhagem. Cada um deles tem o seu dia sagrado, alimentos, animais para sacrifícios e folhas adequadas à sua forma específica de comunicação. A sua importância está intrinsecamente relacionada com a sua especialidade, o domínio que tem sobre um determinado elemento da Natureza, caracterizando assim o seu poder espiritual e o seu meio de atuação (SANTOS, 1993, p. 16).

Tomando como princípio esta lógica da manutenção cíclica das energias e fundamentos religiosos, o ebó se apresenta em dois aspectos, o aspecto físico, no qual são utilizados os animais, ervas e alimentos que manipulados de acordo com determinados fundamentos é colocado na natureza e o seu duplo energético que é a forma espiritual que cumprirá sua função de uma movimentação energética para determinado fim. Outros aspectos que observamos no ebó é que tendo em vista o princípio dos rituais e liturgias de matriz africana que são assentadas na cosmologia e mitologia africana, de modo que, nos itans (mitos africanos) a figura do ebó é fundamental em muitas configurações e eventos.

Podemos encontrar em Prandi (2001) dentro dos mitos africanos o espaço central que o ebó ocupa de modo a sua força energética, resolver e apaziguar conflitos por exemplo, como o grande ebó levado à Olorum por Oseturá para salvar a terra, ou o ebó feito por Oxum à Exú para preparar o corpo dos homens para receber os Orixás.

Encontramos esta relação em vários itans, poderíamos dizer que pelo simples fato da noção de equilíbrio natural presente na cosmovisão africana, o ebó é não somente um elemento que compõe os processos ritualísticos, mas aquele responsável por todo o processo e os resultados de sua execução. O alimento passa a ter seu sentido ampliado a partir do ebó e fornece assim fundamento para a realização das trocas comunitárias.

---

2 O autor explica que embora cada qual ingira individualmente seus alimentos, estes são elaborados de maneira que a própria alimentação ocorra não apenas em um âmbito coletivo, mas que fortaleça os laços comunitários e se distribuam as responsabilidades pelos processos que geram a alimentação (FLOR DO NASCIMENTO, 2015, p. 2).



Um dos pontos trabalhados por Lody (1995) que assinala para a complexidade desse processo é o ritual do borí, que é descrito como o ato de dar ebó (comida) à o orí (cabeça). O uso de elementos como dendê, gin, água ganham aqui uma dimensão profunda, o ato de oferecer comida à cabeça como forma de fortalecê-la é um ritual basilar nas religiões afro-brasileiras.

O alimento para a cabeça é fortalecedor da alma, do corpo e da mente e traz equilíbrio para aquele que o realiza e dessa forma permite estabelecer uma conexão entre o filho, a comunidade e as divindades. A casa come, o filho come e sua divindade também e deste modo, a circularidade do sistema de culto das comunidades de terreiros, não só mantém as suas trocas fundamentais para a manutenção do axé, como também se estabelece soberana sobre o seu próprio processo de alimentação.

## 2. OBJETIVOS

O principal objetivo desta comunicação é descrever como se desdobram o conjunto de expressões simbólicas, na elaboração dos pratos, na disposição deles durante a cerimônia e o momento em que socializam no ato de comensalidade. Entender como comportamentos ritualizados são espetacularmente organizados e nas representações através da memória são bases para que sedimentam questões de pertença. Compreendendo assim, esse desdobramento como construção de si por meio da catarse coletiva. Magnani (2009) afirma que as configurações são resultados das práticas das intervenções e modificações impostas por diversos atores, numa complexa rede de trocas, conflitos e negociações, onde incidem inúmeros resultados que compõem para novos arranjos ou obstáculos, cabendo à etnografia captar esse movimento.

Além disso, cabe ao ramo da pesquisa elencar outros elementos que fazem parte do complexo simbólico e social no qual os indivíduos estão inseridos, paralelamente à relação que ocorre dentro dos terreiros está imbuído todo um aparato político, econômico e social especificamente brasileiro, que nos chama atenção para a forma de se alimentar dos indivíduos. Neste sentido, não é apenas o que se come, mas como se come, quando se come e porque se come, desde os anos 2000 diversas pesquisas foram realizadas para mapear o quadro da alimentação no Brasil, buscando compreender como está a alimentação dos brasileiros, para isso o Fórum de Segurança Alimentar foi instituído e tem feito o trabalho de mapear a insegurança alimentar no Brasil e dar-lhe características que fazem o Estado compreender quem são, onde vivem e como vivem, essas pessoas.

Posto isto, nossa pesquisa traz a especificidade dos Povos de Terreiro como não apenas inseridos no quadro na insegurança alimentar no Brasil, mas como comunidade tradicional que vive e resiste da manutenção de suas práticas ancestrais e cotidianas, tendo em vista alçar a seara do trabalho que os Povos de Terreiro faz junto a comunidade ao seu redor numa relação de reciprocidade.

## 3. METODOLOGIA

O conhecimento antropológico é um espaço mediano, de troca entre o antropólogo e seus interlocutores, entre a pesquisa e todas que a envolvem. Desta forma, o trabalho de campo deve partir do pressuposto da comunicação fluida entre sujeitos situados em tradições distintas, mas que podem convergir no esforço da produção de sentidos. É necessário e imprescindível buscar interlocuções qualificadas a fim de garantir a qualidade dos dados de campo e, conseqüentemente, a pertinência de sua interpretação.



Fazer etnografia é sem dúvidas o resultado de uma experiência que compreende um processo de entendimento mútuo. Representar a relação que se estabeleceu com o objeto é transcrever todo um processo que se deu num universo simbólico, tal momento é acima de tudo dar lugar de fala, colocar o olhar do interlocutor acerca de seu contexto, como ele se enxerga dentro de sua conjuntura.

Para executar tal pesquisa registramos por meio da etnografia a rotina de um terreiro de candomblé, conversamos com frequentadores, yalorixás e babalorixás. Além disso, realizamos o levantamento bibliográfico e a imersão no campo durante o tempo da pesquisa.

## 4. ANÁLISE

Recentemente, diversas formas de ataque contra os Povos de Terreiro tornaram-se manchetes, com a invasão a terreiros, a destruição de imagens, de oferendas dos rituais, e a difamação do ato de sacralização animal, entre outras.

É a partir dessa discussão e tendo em vista o momento político atual do acirramento de disputas políticas, principalmente no campo do direito, assim como a abertura do campo para manifestações de ódio que buscamos elucidar a importância da alimentação, da sacralização dos animais para os Povos de Terreiro e do rito de comensalidade. Tendo o enfoque no candomblé, religião mais atacada quando se trata do assunto, encontramos por meio das pesquisas a importância dos processos de sacralização animal para a manutenção das práticas dos povos de terreiro e para a perpetuação da religião, pois faz parte dos processos de muitos rituais, e da partilha entre os membros do terreiro e visitantes. Condenar e banalizar tais práticas é bater de frente com um princípio constitucional: a liberdade religiosa e de crença. Denotando a forma particularmente racista que tratam a questão, pois não agem da mesma maneira para com outras religiões que praticam atos semelhantes. Desta maneira, há na antropologia todo o esforço na pesquisa em compreender a cosmovisão e o rito da comensalidade o que envolve a busca por demonstrar o quanto tais atos são ignorados e desconhecidos por aqueles que os criticam.

### ASPECTOS POLÍTICOS E ECONÔMICOS SOBRE COMENSALIDADE, SACRALIZAÇÃO E VULNERABILIDADE ALIMENTAR

No princípio, havia um homem que se chamava Ocô. Mas Ocô não fazia nada o dia todo, não havia o que fazer, simplesmente. Quando os alimentos na Terra escassearam, Olorum encarregou Ocô de fazer plantações. Que plantasse inhame, pimenta, feijão e tudo o mais que os homens comem. Ocô gostou de sua missão, ficou todo orgulhoso, mas não tinha a menor ideia de como executá-la. Até que viu, debaixo de uma palmeira, um rapaz que brincava na terra. Com um graveto ele revolia a terra e cava mais fundo. Ocô quis saber o que fazia o rapaz. “Preparando a terra para plantar, para plantar as sementes que darão as plantas”, explicou o rapaz de pele reluzente. “Que sementes, se nem plantas ainda há?”, perguntou, incrédulo, Ocô. “Nada é impossível para Olodumare”, foi a resposta. Começaram então a cavar juntos a terra. O graveto que usavam como ferramenta quebrou-se e passaram então a usar lascas de pedra. O trabalho, entretanto, não rendia e Ocô saiu à procura de alguma maneira mais prática. Outro dia, quando Ocô voltou sem solução, o rapaz tinha feito fogo, protegendo-o com lascas de pedra. Viram então que a pedra se derre-

tia no fogo.

A pedra líquida escorria em filetes que se solidificavam.

“Que ótimo instrumento para cavar!”, descobriu efusivamente o inventivo rapaz.

Ele pôde então usar o fogo e fazer lâminas daquela pedra, e modelar objetos cortantes e ferramentas pontiagudas. Ele fez a enxada, a foice, e fez a faca e a espada e tudo o mais que desde então o homem faz de ferro para transformar a natureza e sobreviver, O rapaz era Ogum, o orixá do ferro. Juntos revolveram a terra e plantaram e os alimentos foram abundantes.

E a humanidade aprendeu a plantar com eles. Cada família fez a sua plantação, sua fazenda, e na Terra não mais se padeceu de fome.

E Ocô foi festejado como Orixá Ocô.

E Ogum e Orixá Ocô foram homenageados e receberam sacrifícios como os patronos da agricultura, pois eles ensinaram o homem a plantar e assim superar a escassez de alimentos e derrotar a fome (PRANDI, 2001, p. 175).

Alimentar-se é não só uma necessidade física, é um direito, e é sim, um ato político, nesta sessão iremos fazer um paralelo sobre alimentação, política e sagrado, dentre as pesquisas realizadas é sabido que a relação a causa animal e a alimentação vegetariana/vegana, principalmente por conta da ética animalista. Segundo essa lógica, se você é contra os maus-tratos aos animais e busca protegê-los você não irá se alimentar deles, aspirando este paralelo, temos exemplo dos eventos mencionados por Pedro da Silva Santos (2014), que durante os anos 2011 e 2012, na Câmara Municipal do Rio de Janeiro, articularam a alimentação e os direitos dos animais.

(...) Dessa articulação, surgiu o debate público citado na seção anterior, que inicialmente seria uma audiência pública; o “Fórum QuartAnimal”<sup>6</sup>; a inclusão do “Dia do Vegano”<sup>4</sup> no calendário oficial do município; e o projeto de lei que propunha a criação da “Segunda Sem Carne” nas escolas públicas da rede municipal (SANTOS, 2014, p. 188).

Se para o veganismo o ato de se alimentar não se separa de sua filosofia, porque o contrário seria válido para os povos de terreiro? A compreensão da relação entre TODO vs PARTE sempre esteve presente nos estudos antropológicos sobre culturas distantes<sup>5</sup>, exemplos não faltam na teoria antropológica: Os nuer<sup>9</sup>, O Crisântemo e a Espada<sup>10</sup>, Nós, os Tikopias<sup>11</sup>, dentre outros. Nestes trabalhos as pesquisas buscam compreender os costumes, modos de pensar e agir, o ethos destas comunidades, na perspectiva compartimentada de eco-

---

3 O “Fórum QuartAnimal” foi o projeto mais emblemático dessa articulação entre Pedro Miguel e José Everaldo, que era um antigo desejo do primeiro e tornou-se viável com a aceitação do vereador em presidi-lo, já que era necessária a sua participação para que o evento pudesse existir, do ponto de vista institucional. O título se referia ao dia da semana em que ele ocorria, a última quarta-feira de cada mês, e por analogia aos quatro tipos de animais considerados pelo abolicionismo animal, que o idealizador do foro cita no debate público: “animais livres e soltos; animais em extinção; animais domesticados [...] e os animais explorados, [...] no trabalho, no entretenimento, e [...] no sacrifício religioso” (SANTOS, 2014, p. 190).

4 Com isso, a partir de 1º de novembro de 2011, criava-se um vínculo com a comemoração da data em outras regiões do planeta o “World Vegan Day”, que acontece anualmente no primeiro dia do mês de novembro” (SANTOS, 2014, p. 193).

5 Para não dizer povos primitivos.

6 EVANS-PRITCHARD (2013).

7 BENEDICT (1972)

8 FIRTH (1988)



nomia, saúde, religião, educação, e assim vai, mas todas revelam que dentro de toda forma de pensamento esses âmbitos não se separam, é o que podemos chamar da complexidade do todo, ou fato social total.

Há portanto bem mais, na noção de fato social total, do que uma recomendação dirigida aos pesquisadores, para que não deixem de relacionar as técnicas agrícolas e o ritual, ou a construção da canoa, a forma da aglomeração familiar e as regras de distribuição dos produtos da pesca. Que o fato social seja total não significa apenas que tudo o que é observado faz parte da observação; mas também e sobretudo que, numa ciência em que o observador é da mesma natureza que seu objeto, o observador é ele próprio uma parte de sua observação. Não fazemos alusão, com isso, às modificações que a observação etnológica traz inevitavelmente ao funcionamento da sociedade na qual se exerce, pois essa dificuldade não é exclusiva das ciências sociais; ela ocorre onde quer que se proponha fazer medições finas, isto é, onde o observador (ele próprio ou seus meios de observação) é da mesma ordem de grandeza que o objeto observado (MAUSS, 2003, p. 25).

Os estudos sobre o parentesco são o que mais apontam essa dinâmica, revelam âmbitos da economia à colheita, apontando para a não separação entre as diversas instâncias que formam o complexo social de cada uma das comunidades estudadas. Logo, não seria diferente com as povos de terreiro, o ato da sacralização animal não está, de nenhuma maneira, e nunca esteve, desvincilhado do fazer religioso, da alimentação, do respeito e do sagrado, assim como mencionei na introdução, não obstante o termo utilizado para caracterizar o ato (corte, sacrifício, sacralização..) a realização para as comunidades tradicionais será a mesma, por outro lado, para aqueles que não estão abertos a trocar as lentes, independente do termo, a prática continuará sendo maus-tratos. E isso não é apenas sobre a morte do animal, também ocorre com a noção de sagrado, senioridade, hierarquia e principalmente sobre a lógica do mercado.

Segundo João Daniel Dorneles Ramos:

As relações entre humanos e animais em torno das práticas afro-brasileiras dizem respeito às possibilidades de devires<sup>9</sup> (devir-animal do humano e das entidades; devir-mulher; devires-imperceptíveis) mais do que somente razões utilitárias/trocas. Este pensamento ligado às representações e racionalidades da modernidade eurocentrada, ou seja, “o paradigma dualista”, nos termos de Descola e Pálsson (2001: 14)<sup>10</sup>, nos impede de “compreender adequadamente as formas locais do saber ecológico” (RAMOS, 2016, p. 167).

Por falar em alimentação é preciso pontuar a relação entre alimento e questões econômico-sociais, Edison Bertonecelo (2019) revela o que há muito tempo tem se dito: a relação entre consumo alimentar e classe social é real e alarmante. Segundo ele, são os agentes dotados de maiores volumes de capital econômico e cultural que estão em condições de incorporar as normas que se impõem como legítimas no campo da alimentação.

---

9 É que “o devir não é imitar algo ou alguém”. O devir é, a partir das formas que se tem, “do sujeito que se é, dos órgãos que se possui ou das funções que se preenche [...] extrair partículas”, nas quais “instauramos relações de movimento e repouso, de velocidade e lentidão, as mais próximas daquilo que estamos em vias de nos tornar, e através das quais nos tornamos” (Deleuze; Guattari, 2007: 63-64 apud RAMOS, 2016, p. 180). DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. Mil Platôs: Capitalismo e esquizofrenia. Volume 4. São Paulo, Editora 34, 2007.

10 DESCOLA, Philippe; PÁLSSON, Gísli. *Naturaleza y Sociedad: perspectivas antropológicas*.



Ou seja, “há evidências de que os padrões alimentares são conformados pela posição relativa que o agente ocupa no espaço social”<sup>11</sup> (Ibid, p. 15), mesmo que o autor diga em tom de denúncia, tal afirmação não é nenhuma novidade.

Dentre os aspectos expostos por Bertoncelo, podemos destacar dois planos, de um lado, onde estão localizadas as categorias indicativas do consumo de cuscuz e alimentos à base de farinhas, sopas e o consumo menor de arroz e feijão, além da ausência do consumo de hortaliças de vários tipos, carnes bovina e suína e de frutas e onde são raros os registros de consumo de alimentos grelhados ou crus, as massas, sopas, lanches, alimentos à base de farinhas, light ou integrais, aqueles de fácil preparação (queijos, iogurte, frios, cereais) e os lanches. Observa-se que dentre os indivíduos e famílias incluídos neste agrupamento, é predominante a presença os homens, pretos ou pardos, pertencentes a famílias com níveis baixos de capital econômico (renda per capita de 1 ou 1,5 salários mínimos) e cultural (no máximo, o equivalente ao fundamental 2 incompleto), chefiadas por trabalhadores agrícolas, trabalhadores manuais não qualificados ou trabalhadores por conta própria nas cidades (Ibid, p. 19), em geral, 36% da amostra, são indivíduos residentes na região Nordeste, em meio rural.

Há destaque principalmente, para o tempo de preparo, quantidade, qualidade e variedade dos alimentos, tais itens demonstram a relação entre estes e a quantidade de refeições diárias e a importância, dada pelos indivíduos a cada uma delas, para esta grande categoria em resumo:

É relativamente elevada aqui a percepção entre as famílias de que não têm acesso aos alimentos que desejam e na quantidade desejada e de que a renda é insuficiente para atender às necessidades coletivas de consumo alimentar. [...] Ou seja, são consumidos maiores porções de uma menor quantidade ou variedade de alimentos (Ibid, p. 20).

Por outro lado, no eixo em que é raro o consumo de arroz e feijão, frutas, pescados, cafés ou alimentos à base de farinhas, e são consumidos uma maior variedade de alimentos com foco para alimentos mais “leves” e “magros”, como alimentos crus, lights ou integrais, neste eixo há um elevado protagonismo de indivíduos brancos, jovens (até 34 anos de idade), residentes na região Sul do país e pertencentes a famílias com níveis intermediários de capital econômico (posse de um carro, renda per capita acima de 1,5 salários mínimos) e cultural (ensino médio completo ou incompleto) e com pertencimentos de classe menos claramente delimitados, embora com presença relativamente marcante de trabalhadores manuais qualificados ou não, neste eixo é possível encontrar também, os agentes com maior volume de capital econômico e cultural (entre eles, os profissionais, professores universitários, empregadores com mais de cinco empregados, quadros superiores ou médios no setor público ou privado), “[...] Destaca-se, ainda, em comparação com o perfil amostral, a presença de indivíduos do sexo feminino, brancos, com 35 anos ou mais e residentes nas regiões Sul e Sudeste” (Ibid: p. 17), estes indivíduos fazem parte do grupo em que as representações do impacto dos alimentos sobre o corpo influenciam: o quê, quanto e como se come. Estes consomem porções menores de uma quantidade maior de alimentos, no qual há foco no menor tempo de preparo e na maior qualidade da alimentação.

O que podemos levar deste estudo é a relação ainda presente, entre renda e alimentação, o que nos leva a dizer que há pessoas que são enquadradas na situação de vulnerabilidade alimentar, pois não adquirem diariamente a quantidade e qualidade suficiente de alimentos e nutrientes necessários para seu desenvolvimento e crescimento, no caso de crianças e adolescentes, ou seja:

<sup>11</sup> Grifos do autor.

A existência de “zonas” bem delimitadas nos mapas relacionais construídos, que correspondem a regimes alimentares bem diferentes entre si, questiona a pertinência do argumento acerca da individualização do consumo. De fato, as “zonas” descritas apontam a existência de padrões de consumo alimentar fortemente estratificados e socialmente diferenciados. A meu ver, as evidências sugerem que a hipótese das homologias apreende adequadamente os processos empíricos conectando consumo alimentar e pertencimento social (Ibid, p. 22).

Posto isto, podemos fazer uma relação entre a qualidade da alimentação das pessoas em vulnerabilidade alimentar com a comunidade em que vive, há neste sentido uma relação de troca e dependência, em alguns casos de ajuda externa, seja do Estado, de ONGs ou de diversas instituições, no recebimento de cestas básicas com os itens de primeira necessidade.

Para os povos de terreiro enquadram-se no perfil da insegurança alimentar, o elo entre a insegurança alimentar, a raça e a religião no Brasil é representado pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2013. Apontam-se os seguintes dados:

- Dos 93.202 entrevistados brancos, apenas 15.992 se encontraram em insegurança alimentar, enquanto dos 106.624 pretos e pardos entrevistados, 35.603 se encontraram em insegurança alimentar (IA).
- 78,9% dos domicílios em insegurança alimentar moderada ou grave pertenciam à classe de até 1 salário mínimo de rendimento mensal domiciliar per capita e 2,2% pertenciam à classe de rendimento mensal domiciliar per capita com mais de dois salários mínimos.
- Dentre os domicílios pesquisados com pessoas pretas ou pardas, 29,8% estavam em situação de IA, enquanto para brancos a porcentagem calculada foi de 14,4%.

Segundo o Censo Demográfico de 2010 do IBGE o Candomblé é a Religião mais preta do Brasil (29,2%) e a umbanda ocupa o segundo lugar (17,4%), seguida pelos evangélicos neopentecostais (8,5%) e católicos (7,5%). O perfil socioeconômico dos sacerdotes das comunidades de terreiro coincide com o de quem vive sob extrema pobreza (BRASIL; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação; Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, 2012, p. 158).

Este estudo converge com a dependência de um determinado setor da população à ajuda externa para suprir as necessidades alimentares e concluiu que essas pessoas carentes de recursos dependem da produção e a distribuição de alimentos realizada pelos terreiros, o direito à alimentação é garantido constitucionalmente (CF/88) : “Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”. Já a Lei n.º 11.346/2006, que é conhecida como Lei Orgânica da Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), criou o regimento para a geração do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), em busca do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nu-



tricional (CONSEA) a RENAFRO<sup>12</sup> e FONASPOTMA<sup>13</sup> apontam para a importância do alimento para os povos de terreiro/Proteção à liberdade religiosa. A sacralização dos animais, portanto faz parte, além da troca simbólica entre os homens e os orixás, pois os “Os alimentos são considerados dádivas e ofertados como tais às entidades, e, para serem preparados, necessitam de cuidados específicos” (BRASIL; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação; Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, 2012, p. 146), alimentam a comunidade, tanto do terreiro como em volta quando ocorrem as festas, por exemplo, o alimento jamais é desperdiçado, ele é consumido conscientemente entre os humanos e os não-humanos, o desperdício de qualquer alimento causaria um desequilíbrio, assim como a falta de alimentos causam desordem. Para isso é necessário garantir os direitos dos povos tradicionais de terreiro, que foram reconhecidos inclusive pelo STF como propiciadores de segurança alimentar.

Dentre as religiões de presenças africanas o candomblé é o alvo quando o assunto é a sacralização animal, pois é a religião mais caracterizada como símbolo dessa diversidade de religiões e uma das que realiza a sacralização, nem todas as religiões de presenças africanas a fazem, o que não falam sobre ele, é que ela uma religião de vida, de argumentação ecológica e de compreensão solidária do próprio homem. O candomblé é uma religião de fundamentos africanos e brasileiroamente integrada à vida nacional, é um modo de vida, uma cosmologia de um povo tradicional, por isso enquadra-se na convenção 169 OIT.

Com o apronte e o fortalecimento dos corpos e das pessoas, o reforço, ocorrem fluxos de intensas relações: o sacrifício é realizado para orixás e é realizado, também, para a filha de santo e para outros humanos (já que a carne dos animais será consumida pelas pessoas e pelas entidades). Tanto as divindades quanto as pessoas absorvem o axé naquele momento. A apreensão de energias e o fortalecimento dos corpos e das relações são permeadas pela noção de que existe uma medicina nesses processos. É que não há modos de se fazer o apronte que não mobilizem as diferentes agências do Cosmos e suas relações (Ibid, p. 174).

Neste panorama geral, podemos compreender como as pesquisas sobre a segurança alimentar no país trouxeram à tona quem são essas pessoas, onde moram, o que e como comem, qual sua identificação étnica e qual sua religião. Posto isto, não é à toa que nossa pesquisa tem como fundamento articular todos estes quesitos para demonstrar que o ato de se alimentar é um ato político, e, principalmente para os Povos de Terreiro, é um ato de resistência e sobrevivência muito mais que as necessidades de corpo.

O ato de alimentar-se faz parte do complexo que envolve desde a escolha dos alimentos, passando por quem irá cozinhar, quais serão os utensílios e métodos utilizados, quem irá comer e como irá ser realizado o ato, podemos dizer que é o fato social da comensalidade, isso se dá em diversas maneiras no nosso dia-a-dia, mas

12 A Rede Nacional de Religiões Afro-Brasileiras e Saúde foi criada em março de 2003 durante o II Seminário Nacional Religiões Afro-Brasileiras e Saúde (São Luiz – MA) sendo uma instância de articulação da sociedade civil que envolve adeptos(as) da tradição religiosa afro-brasileira, gestores e profissionais de saúde, integrantes de organizações não-governamentais, pesquisadores e lideranças do movimento negro.

A Rede tem como objetivos: valorizar e potencializar o saber dos terreiros em relação à saúde; estimular práticas de promoção da saúde; monitorar e intervir nas políticas públicas de saúde exercendo o controle social; legitimar as lideranças dos terreiros enquanto detentores de saberes e poderes para exigir das autoridades locais um atendimento de qualidade, onde a cultura do terreiro seja reconhecida e respeitada; reforçar a importância de interligar as práticas de saúde realizadas nos terreiros com as práticas de saúde no SUS; contribuir para uma reflexão sobre diferentes aspectos da saúde da população dos terreiros; estabelecer um canal de comunicação entre os adeptos da tradição religiosa afro-brasileira, os gestores, profissionais de saúde e os conselheiros de saúde. Fonte: <https://renafrosaudecom.wordpress.com/sobre/>.

13 O FONSANPOTMA - Fórum Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional dos Povos Tradicionais de Matriz Africana segue para o seu nono ano de existência. Fonte: <https://fonsanpotma.com.br/quem-somos/>.



é na cozinha ritual que os elementos elencados aqui ficam mais evidentes, até porque não são simples ações, são atos estudados no imaginário e incorporados no fazer rotineiro.

Dentre os atos realizados no Terreiro que possui relação com a comensalidade, o orô<sup>14</sup> consiste em sacralizar e imolar animais em homenagem às divindades Yorubanas, mas antes de adentrar nos detalhes desta cerimônia salientamos a necessidade de expor a ideia de sacrifício da qual comungo neste trabalho alinhada com o pensamento de Flor do Nascimento (2015):

Em um mundo no qual tudo é vivo, a prática da alimentação é sempre uma questão delicada, pois implica em decidir pela suspensão da vida de uns para a continuidade da vida de outros. Este é o motivo pelo qual, nos sistemas tradicionais africanos de alimentação, parte-se do princípio do necessário, buscando-se, tanto quanto possível, evitar e interditar o desperdício, pois este seria um fator de desequilíbrio das omnipresentes forças vitais (o que vale tanto para alimentos de origem animal, vegetal ou mineral). E isso deve ser levado em consideração para todas as entidades das quais nos alimentamos: água, vegetais, minerais e animais não humanos. A força vital que habita em todos os existentes precisa ser mantida em equilíbrio para que o mundo siga existindo em suas diversas relações. Esta complexa tarefa de obter alimentos sem desequilibrar as forças vitais espelha também o caráter complexo das relações sociais nas comunidades tradicionais africanas. Eivadas de conflitos que devem ser gerenciados de maneira a manter o bom funcionamento da comunidade, estas sociedades têm no ritual público da alimentação um momento privilegiado de reencontro, reorganização, fortalecimento de laços solidários. O equilíbrio social deve ser uma das retribuições mais importantes ao gesto de retirar a vida de alguns para a manutenção da vida de outros. Essa transferência vital exige que as relações sociais tendam para a boa resolução dos conflitos e para a continuidade com o mínimo de atrito no interior da comunidade. É a paga social pela morte provocada em nome da vida (FLOR DO NASCIMENTO, 2015, p. 62-65).

Para entender o rito sacrificial, deve-se recorrer ao pensamento africano de que tudo é vivo e tem ligação direta com a existência da comunidade. Como iniciada no candomblé afirmo que é o ejé<sup>15</sup> que equilibra o ibí<sup>16</sup> e irê<sup>17</sup> nos nossos orís<sup>18</sup>, mantém o corpo de pé e faz circular a energia vital em nós socializando o axé<sup>19</sup>. Pois, desse pensamento descende essa prática e motivações pelas quais se sustentam nessas comunidades. Ao nosso ver, é um equívoco analisar o rito do orô à luz dos valores ocidentais que desrespeitam e deslegitimam as práticas ligadas aos povos de terreiro, essas opiniões exotizam, criminalizam e vandalizam a prática ancestral. Sobre esse assunto Souza Júnior (2011) discorre que:

[...] não são poucas as vezes que ouvimos inúmeras críticas sobre o sacrifício nas religiões de matriz africana. Se por um lado esse desconforto pode ser explicado a partir de alguns preconceitos relacionados a estas religiões, essa aversão ao sacrifício também é algo historicamente construído. Vale ainda fazermos a distinção entre o sacrifício e a oferenda, embora o primeiro possa fazer parte do segundo em alguns momentos” (SOUZA JÚNIOR, 2011, p.60).

14 Dentre diversas denominações, pode ser usado para definir o ritual do candomblé ligada ao encantamento das folhas e ao ritual que consiste na imolação de animais, ambos possuem relação com sacralização e axé.

15 Sangue ligado aos processos de imolação.

16 Quando o Odu está negativo. O Odu nesse caso possui relação com a energia do orí.

17 Pequeno corte realizado no alto da cabeça raspada simbolizando a entrada do Orixá do qual ele será um intermediário na terra.

18 Cabeça ou Orixá individual. Ligada ao “eu”, individualidade ou singularidade.

19 Asè. Energia, força. Invocação de energia ou assertividade.

A sacralização dos animais pode ocorrer para diversos fins, os ebós<sup>20</sup> são feitos da iniciação ao salvamento de uma vida, é como um pagamento, uma troca, um momento sublime de agradecer ou pedir ao santo e de reforçar a submissão diante da fé. O sangue, é axé, é fonte de energia vital e de profundo significado simbólico, alimenta as esculturas e insígnias dos ancestrais, fortalecendo a relação do ontem com o hoje, e somente adquire o objeto da função quando sacralizado, por isso no ato da sacralização o animal passa a ser sagrado como mencionam:

Conectar elementos é um exercício onde há fluxos. Por exemplo, a substância sangue, do animal sacrificado, agencia a relação entre pessoas, animais e a divindade que está no acutá (pedra), quando essa pedra recebe o sangue que está carregado com axé. Ocorre uma conexão nesta relação entre pessoa e extra-humanos (sangue, pedra, animal e orixá).

Para aquilo que chamamos como “objetos” há intensidades e não representações!

[...]

Os assentamentos – acutás, ferros, plantas... – e o que é utilizado nos rituais – as vestimentas das pombagiras, a espada do Ogum, o cigarro de palha do preto-velho, o chapéu do exu, entre outros –, são operadores das relações entre humanos e extra-humanos. O assentamento do orixá é o local onde a divindade está: é a própria divindade que está ali; portanto, ele não “representa” o orixá, o acutá é o/a orixá. O “acutá não remete para um poder que do além se faz representar num mediador simbólico. O acutá – essa pedra sagrada aqui e agora – já carrega de imediato a totalidade do ser da divindade” (Anjos, 2008, p. 89)<sup>21</sup>. A pedra é feita (aprontada), embora ela tenha a potência orixá desde sempre: não está representando algo, ela tem vida (RAMOS, 2016, p. 168).

Não há gratuidade na elaboração de uma comida em âmbito socioreligioso. As combinações de ingredientes, os processos do fazer e do servir assumem diferentes significados, todos integrantes do sofisticado sistema de poder e de crença que fazem os princípios cognitivos do próprio terreiro - coerência com o tipo de Nação, liturgias, morfologias particulares dos estilos, do crer e do representar. Comer, nos terreiros, é estabelecer vínculos e processos de comunicação entre homens, deuses, antepassados e a natureza. A boca do homem sempre foi um espaço culturalmente sacralizado e indicado para receber a comida, alimentar-se implica um ato biológico e também social e cultural. Posto isto, é amplo o conceito de comer, além da boca, até mesmo com os olhos, contudo, há uma ampliação sobre o conceito de comer nas religiões de presenças africanas: comer física, espiritual e emblematicamente. A comida é antes de tudo um dos mais importantes marcos de uma cultura, de uma civilização, de um momento histórico, de um momento social, de um momento econômico (LODY, 1995, p 62).

Comer é acionar o axé - energia e força fundamentais à vida religiosa do terreiro, à vida do homem, é, antes de tudo, se relacionar.

20 Oferenda com sacrifício, ou não, destinada a algum Orixá.

21 ANJOS, José Carlos Gomes dos. A filosofia política da religiosidade afro-brasileira como patrimônio cultural africano. Porto Alegre: Debates do NER, Ano 9, número 13, p. 77-96, jan/jun, 2008.



Os atos públicos do ajeum<sup>22</sup> é uma festa do comer, do beber, do falar sobre os rituais precedentes - música, dança, obrigações dos santos; é ainda um ritual de alimentação física, geralmente culminado em samba de roda. Pode-se dizer que comer é festejar, vivenciar o mundo. [...] Tão dinâmico na ação biológica e convencional de comer é o conceito de comer no âmbito das religiões afro-brasileiras. Comer equivale a viver, a manter, a ter, a preservar, a iniciar, a comunicar, a reforçar memórias individuais e coletivas. Assim, fundada nesse princípio, a vida é a grande celebração realizada entre os homens e seus deuses. Isso se dará preferencialmente por meio da comida. Isso se dará na compreensão diversa e complexa do ato de comer, quando tudo come, até o homem (Ibid, p. 65).

O que esforço para pontuar aqui é a visão de mundo das religiões de presenças africanas, sua cosmologia, pauta na responsabilidade da experiência no mundo, como muito visto na antropologia, dificilmente conseguimos separar questões econômicas das consanguíneas, e questões religiosas, da saúde, estão interligadas. Assim também o é com a questão da alimentação e da comensalidade dos Povos de Terreiro, a dinâmica entre os humanos e os não-humanos perpassa essa relação, sendo assim não é possível separar a questão da sacralização animal do ato de comer coletivo, entre humanos e não-humanos, nem mesmo distinguir isoladamente o ato de tornar um animal sagrado para a ativação do axé como uma simples ação de objetificação. Há um mundo muito mais complexo de relação entre a natureza de tais povos que os olhos vendados da visão de mundo ocidental possam enxergar.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Levando em consideração que a pesquisa nas ciências sociais não se dá por encerrada, o resultado preliminar que procuramos demonstrar nesta comunicação, compreende como a nossa pesquisa, por meio da etnografia, assimila a resistência que possuem os povos de terreiro por intermédio do rito da comensalidade, além de assegurar a importância de um ato tão significativo e autônomo dos povos de terreiro. Onde suas relações constituem um excelente sistema de troca não utilitária, que faz com que o candomblé consiga realizar uma boa troca de capital simbólico, seria um capital cultural por um capital social. O jogo social acontece e códigos de conduta são estabelecidos criando novas possibilidades de articulação, a interação entre os presentes possibilita predisposições emotivas criando uma rede de solidariedade. Entendemos o espaço do terreiro como um local que parte da solidez da constituição familiar onde ao mesmo tempo é dinâmico, diverso e agregador. Faz de todo indivíduo um símbolo sagrado, onde a simbologia do ato comensal nos rituais vai funcionar como pilar para sustentação sendo a continuidade diaspórica.

Questionar o ato de comer, e a forma como esses povos se alimentam é colocar em cheque tradição, sobrevivência e resistência de um povo que muito lutou para chegar até aqui. O enfrentamento, em que uma parcela da causa animal, tem levantado sobre os maus tratos aos animais nos rituais dos povos de terreiro questionam a liberdade religiosa e de crença no Brasil, respaldam ideias pré-conceituais pautadas, muitas vezes com um pano de fundo neopentecostal, e alçam questionamentos sobre racismo religioso, laicidade jurídica e políticas públicas, compreendendo que os conflitos possuem diversas motivações.

Por outro lado, buscamos demonstrar que para além de uma visão fechada sobre o que é cosmovisão de terreiro, com uma análise bem fundada em pesquisas científicas, conseguimos levantar a relação entre as práticas dos povos de terreiro, os quesitos socio-econômicos e a insegurança alimentar no Brasil. Acreditamos

---

22 “Comer juntos”, uma refeição em grupo.



na eficácia da ciência para investigar as relações sociais e promover uma análise consistente da realidade do povo brasileiro, assim como uma maior possibilidade de abrir-se espaço para a promoção de mudanças por meio de conhecimento e políticas públicas.

## 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BASTIDE, Roger. **As religiões africanas no Brasil: Contribuição a uma sociologia das interpenetrações de civilizações**. Tradução de Maria Eloisa Capellato e Olivia Krahenbuhl. 3ª. ed. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1989.

BENEDICT, Ruth. **O Crisântemo e a Espada: Padrões da Cultura Japonesa**. São Paulo: Perspectiva, 1972.

BERTONCELO, Edison. **Classe social e alimentação: Padrões de consumo alimentar no Brasil contemporâneo**. Revista Brasileira de Ciências Sociais - VOL. 34 N° 100, 2019.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 64, de 4 de fevereiro de 2010**. Altera o art. 6º da Constituição Federal para introduzir a alimentação como direito social. Diário Oficial da União 2010; 4 fev

BRASIL. **Ministério da Saúde (MS)**. Portaria nº 4.279 de 30/12/2010. Estabelece diretrizes para a organização da Rede de Atenção à Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Diário Oficial da União 2010; 31 dez.

BRASIL. **Decreto nº 7.272, de 25 de Agosto de 2010**. Regulamenta a Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada, institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - PN-SAN, estabelece os parâmetros para a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, e dá outras providências. Diário Oficial da União 2010; 26 ago.

BRASIL **Ministério da Saúde (MS)**. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica e Comissão Intersectorial de Alimentação e Nutrição do Conselho Nacional de Saúde. Documento-base de subsídio do Seminário Estadual de Alimentação e Nutrição no SUS. Brasília: MS; 2010.

BRASIL. **Ministério da Saúde (MS)**. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Política Nacional de Alimentação e Nutrição. Brasília: MS; 2012.

CONVENÇÃO nº. 169 sobre povos indígenas e tribais e Resolução referente à ação da OIT. **Organização Internacional do Trabalho**. Brasília: OIT, 2011, v. 1. Disponível em: <[http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Convencao\\_169\\_OIT.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Convencao_169_OIT.pdf)>. Acesso em 17 de janeiro de 2019.

EVANS-PRITCHARD, Edward E. **Os Nuer: uma descrição do modo de subsistência e das instituições políticas de um povo nilota**. São Paulo: Perspectiva. 2013.

FIRTH, Raymond. **Nós, os Tikopias: Um Estudo Sociológico do Parentesco na Polinésia Primitiva**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.

FLOR DO NASCIMENTO, Wanderson. 2015. **Alimentação Socializante: Notas Acerca da Experiência do pensamento Tradicional Africano**. Revista das Questões, N° 2:62-74.

LODY, Raul. **O povo do santo: religião, história e cultura dos orixás. voduns, inquices e caboclos.** Rio de Janeiro: Pallas, 1995.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. **Etnografia Como Prática E Experiência.** Nº 32. Porto Alegre: Horizontes Antropológicos, 2009.

MAUSS, Marcel. 2003. **Sociologia e antropologia.** São Paulo: Cosac & Naify.

MONTANARI, Massimo. **Comida Como Cultura.** Tradução de Letícia Martins de Andrade. São Paulo: Editora Senac, 2008.

PARÉS, Luis Nicolau. **O Rei, o Pai e a Morte.** 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

PRANDI, Reginaldo. **Mitologia dos Orixás.** São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

RAMOS, João Daniel Dorneles. **A (Cosmo)lógica das relações humano-animais nas religiões afro-brasileiras.** Iluminuras, Porto Alegre, v. 17, n. 42, p. 166-189, ago/dez, 2016.

SANTOS, Pedro da Silva. **De abandono, proteção e outras formas de relação com animais: motivações, interações e diferenças no Rio de Janeiro e no sertão nordestino.** 2014. 246f. Tese (Doutorado em Antropologia) - Ciências Sociais, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014.

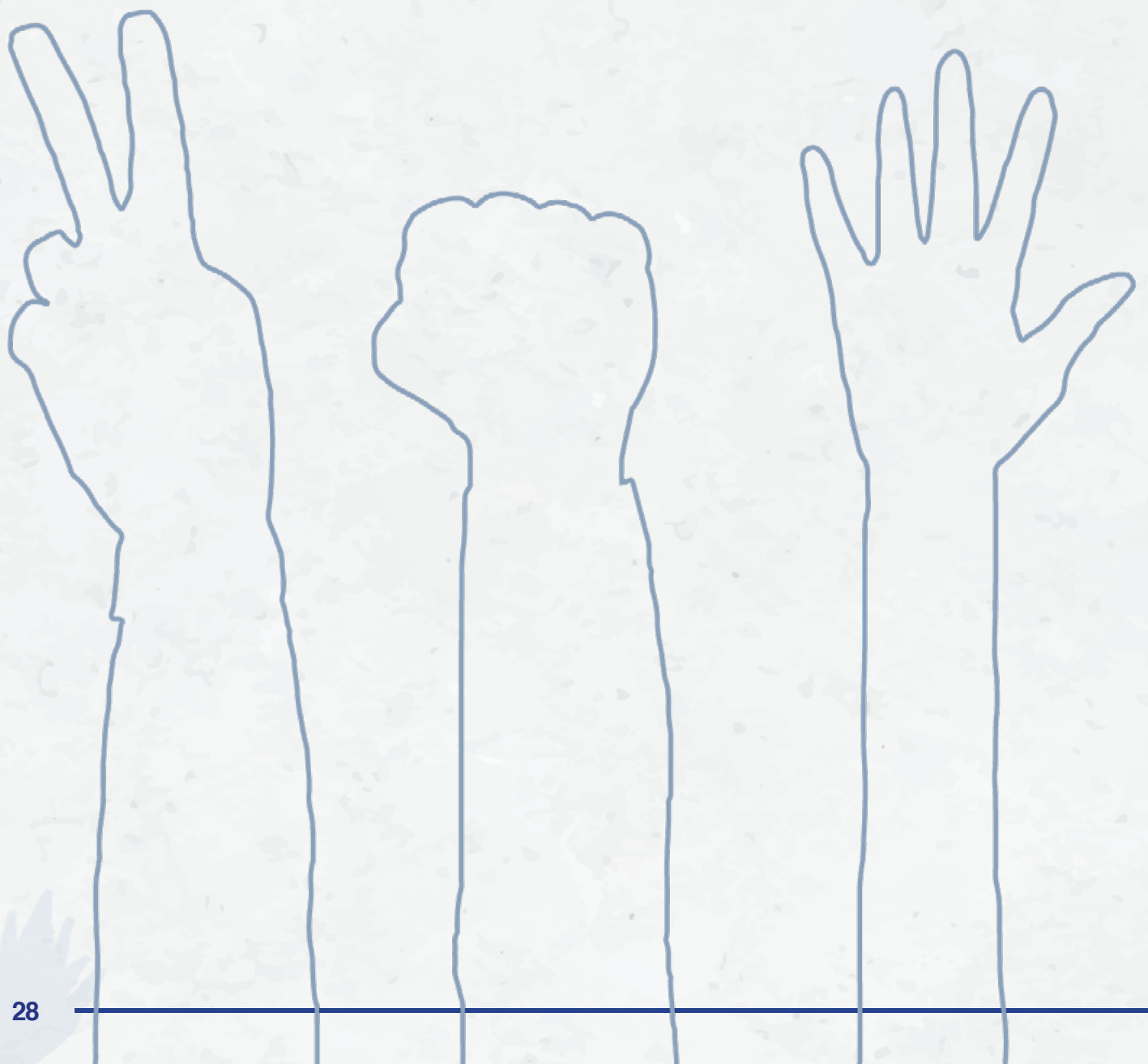
SANTOS, O. J. dos. **O ebó no culto aos orixás.** Rio de Janeiro, Pallas, 1993

SOUZA JUNIOR, Vilson C. 2009. **O Banquete Sagrado.** 1ª ed. Salvador: Atalho.

. Na Palma da Palma da Minha Mão: Temas Afro-Brasileiros e Questões Contemporâneas. 1ª ed. Salvador: EDUFBA, 2011.









O EMPREENDEDORISMO SOCIAL NO CONVENTO  
RECANTO SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS:  
A COMPREENSÃO DO COMPORTAMENTO  
EMPREENDEDOR A PARTIR DA ABORDAGEM DOS  
FLOWS OF LIFE



## RESUMO

O estudo investigou quais as construções culturais assimiladas pela empreendedora social, responsável pela realização do projeto Globalização da Caridade, nos seus fluxos da vida (flows of life) (INGOLD, 2000). O objetivo do estudo foi alcançado na descrição e análise da trajetória da empreendedora social quando os elementos de sua formação a levaram a empreender socialmente tomando por base a sua mente (ideias), corpo (matéria) e ambiente que a formaram na construção de uma cultura voltada ao empreendedorismo social. O relato da empreendedora e sua iniciativa no projeto revelou que as diversas influências que recebeu na sua trajetória (fluxos de vida) a colocaram em um meshwork que combina construção cultural e relaciona as condições de ser no mundo e habitar o mundo que produz uma transformação por meio de uma tríade corpo-mente- ambiente, constituindo uma importante contribuição aos estudos da formação cultural do empreendedor social e, conseqüentemente, do empreendedorismo social.

**Palavras-chave:** Empreendedorismo social. Flows of life. Cultura.

## ABSTRACT

The study investigated which cultural constructions were assimilated by the social entrepreneur, responsible for carrying out the Globalization of Charity project, in her flows of life (INGOLD, 2000). The objective of the study was achieved in the description and analysis of the social entrepreneur's trajectory when the elements of her education led her to undertake socially based on her mind (ideas), body (matter) and environment that formed her in the construction of a culture focused on social entrepreneurship. The entrepreneur's account and her initiative in the project revealed that the various influences she received in her trajectory (life flows) put her in a meshwork that combines cultural construction and relates the conditions of being in the world and inhabiting the world that produces a transformation through through a body-mind-environment triad, constituting an important contribution to the studies of the cultural formation of the social entrepreneur and, consequently, of social entrepreneurship.

**Keywords:** Social entrepreneurship. Flows of life. Culture.



# 1. INTRODUÇÃO

A presente pesquisa é parte integrante de um projeto maior, que visa a entender como se constitui o comportamento do empreendedor social a partir da abordagem dos flows of life, que é proposta por Ingold (2000, 2010, 2011). Kuratko (2016, p. 81) explica que o empreendedorismo social é um meio “na transformação em larga escala para solução de problemas sociais”. Mas o que constrói um empreendedor social? No sentido de compreender tal formação, o estudo traz a abordagem dos flows of life que faz uma reflexão sobre a abordagem cultural na formação das pessoas no decorrer de suas caminhadas pela vida.

Ingold (2000) oferece abordagem para compreender como os seres humanos percebem seu ambiente. Ele argumenta que as habilidades não são inatas nem adquiridas, mas cultivadas, incorporadas ao organismo humano através da prática e treinamento em um ambiente. São, portanto, tão biológicos quanto culturais. Para explicar a geração de competências, temos, portanto, de compreender a dinâmica do desenvolvimento das pessoas em seu ambiente (INGOLD, 2000). E isso, por sua vez, exige uma abordagem ecológica que situa os praticantes no contexto de um envolvimento ativo com os constituintes de seu entorno (BATESON, 1972).

Ingold (2011), por sua vez, influenciado por Bateson (1972), a partir dos pressupostos de ecologia da mente, e por Merleau-Ponty (1999), com as orientações da fenomenologia da percepção mais especificamente com o ser-no-mundo e com as práticas da pesquisa para validação da teoria, propõe a premissa de que a cultura vai sendo construída por meio de uma mente e um corpo no ambiente. Em síntese, Ingold (2011) ratifica a questão de uma construção de ciência com as práticas da pesquisa, mas para o antropólogo a mente são as ideias das pessoas que ocupam um corpo e vivem em ambientes que formam sua cultura. Portanto, mente, corpo e ambiente são elementos indissociáveis para a compreensão da construção cultural, uma vez que ao habitarmos o mundo, nós não apenas agimos sobre ele ou realizamos coisas para ele; mas, mais do que isso, nós nos movemos junto com ele. Nossas ações não transformam o mundo, elas são parte do mundo transformando a si mesmo (INGOLD, 2000, p. 200).

É a partir destas reflexões, que toma como base teórica estas três abordagens, que este estudo traz a proposta de incluir a proposição dos estudos de mente-corpo- ambiente à na análise da formação do empreendedor social e entender o que é um vir-a- ser no mundo. Portanto, parte-se do pressuposto de que aspectos da construção cultural propostos por Ingold (2001) podem apresentar nuances capazes de elucidar a jornada científica em busca da compreensão dos motivos, processos e categorias analíticas presentes nas pesquisas sobre o empreendedorismo social.

Sendo assim, e com o intuito de contribuir para o projeto maior que visa a entender como se constitui o comportamento do empreendedor social a partir da abordagem dos flows of life, que é proposta por Ingold (2000, 2010, 2011), a presente pesquisa tem como objetivo geral compreender a trajetória da empreendedora social e encontrar elementos em sua formação que a levaram a empreender socialmente tomando por base: mente, corpo e ambiente, como elementos indissociáveis na construção cultural da empreendedora que é responsável pela realização do projeto Globalização da Caridade, que atende em torno de 80 a 120 pessoas flutuantes por dia no oferecimento do almoço e mais umas 30 senhoras idosas residentes, além de mais de 15 jovens em recuperação do vício das drogas.

## 2. MARCO REFERENCIAL

Segundo Velho (2001), a natureza científica das 'ciências sociais' nunca deixou de ser um problema, cuja solução elegante, que vem do final do século XIX consistiu em distinguir as 'ciências do espírito' das 'ciências da natureza,' mas cuja solução começou a ser contestada por alguns filósofos e antropólogos tais como Ingold e Bateson.

Essa solução, aparentemente nova, na verdade não fez mais do que se enquadrar num dos lados de uma oposição fundante entre natureza e cultura. Oposição que, juntamente com uma série de outras (como a entre sujeito e objeto e entre razão e emoção), parece fazer parte de um quadro que ganhou organização especial no século XVIII (sendo radicalizado no século seguinte) e que costuma ser associada à modernidade (quicá', no caso, preferencialmente por sua via romântica). Um dos e feitos nas ciências sociais foi, também, erigir a interpretação como procedimento que se opõe à explicação, este último próprio às ciências da natureza" (VELHO, 2001, p. 133).

O fato desta solução estar apoiada na oposição entre natureza e cultura não foi questionado até recentemente, até porque é inegável que ela tenha produzido frutos razoáveis, pois de um ponto de vista estratégico, uma grande vantagem da postura interpretacionista sempre foi a de erigir defesas contra as pretensões imperialistas provindas das ciências da natureza, sempre prontas a se manifestar na forma dos diversos 'reducionismos' (VELHO, 2001).

Mas qual a linha comum que percorrem Ingold e bateson? Os autores propõem estender a existência à natureza, e, portanto, ampliar os limites do mundo que habitamos. Trata-se de reconhecer que as propriedades não são das coisas em si, nem que estão nelas, são apenas diferenças e que só existem em relação (VELHO, 2001).

A seguir apresenta-se a noção de fluxo de vida como propostas de análise da realidade, a partir da inclusão da noção de não separação entre natureza e cultura, como propõem os autores citados.

### 2.1. FLUXO DE VIDA

Os flows of life (fluxos de vida) representam a cultura que se assimila por meio das ideias (mente) que são aprendidas por um corpo em um ambiente (INGOLD, 2001). Neste sentido é preciso explicar o que orienta as ideias e o corpo em um ambiente na formação da cultura trazendo os conceitos de ecologia da mente (BATESON, 2000).

Aqui, certamente, está a essência do que significa habitar. É, literalmente, embarcar em um movimento ao longo de um modo de vida. O observador- produtor é, portanto, um caminhante, e o modo de produção é ele mesmo uma trilha aberta ou um caminho seguido. Ao longo desses caminhos, vidas são vividas, habilidades desenvolvidas, observações feitas e compreensões crescidas (INGOLD, 2011, p. 12).

"Banhado em luz, submerso em som e extasiado em sentimento, o corpo senciente, ao mesmo tempo percebedor e produtor, traça os caminhos do devir do mundo no próprio curso de contribuir para sua renovação contínua." (INGOLD, 2011, p.12). A cultura vai se formando por meio de uma costura que liga vários pontos nos flows of life com todas as sensações e sentimentos vívidos por uma mente e um corpo em um ambiente.



## 2.2. MENTE COMO IDEIAS NA FORMAÇÃO DA CULTURA

Bateson (1972) intitulou de mentes, as ideias. Este autor também sugeriu que é necessário limpar a mente das velhas ideias para que novas ideias surjam. Também escreveu o seguinte: “Esta maneira de pensar a chamo de “ecologia da mente” ou a ecologia das ideias. É uma ciência que ainda não existe como um corpo organizado de teoria ou conhecimento” (BATESON, 1972, p. 1). Portanto, a ecologia da mente representa a reflexão crítica sobre o conhecimento convencional. Já corpo, para Bateson (1972), significa o conhecimento sobre determinada matéria.

Refletindo em temática que aborda a fenomenologia da percepção, Merleau-Ponty (1999) traz a construção de que o conhecimento do mundo das ideias ficaria limitado na mente dos cientistas (ser-para-si) e que a prática da ciência representa a percepção do mundo, o conhecimento dos objetos (ser-no-mundo). Em síntese, o ser-para-si representa uma percepção sem investigação científica e o ser-no-mundo a prática da pesquisa. (MERLEAU-PONTY, 1999)

Ingold (2011), por sua vez, influenciado por Bateson (1972), a partir dos pressupostos de ecologia da mente, e também por Merleau-Ponty (1999), com as orientações da fenomenologia da percepção mais especificamente com o ser-no-mundo e com as práticas da pesquisa para validação da teoria, propõe a premissa de que a cultura vai sendo construída por meio de uma mente e um corpo no ambiente. Em síntese, Ingold (2001) ratifica a questão de uma construção de ciência com as práticas da pesquisa, mas para o antropólogo a mente são as ideias das pessoas que ocupam um corpo e vivem em ambientes que formam sua cultura. Portanto, mente, corpo e ambiente são elementos indissociáveis para a compreensão da construção cultural, uma vez que ao habitarmos o mundo, nós não apenas agimos sobre ele ou realizamos coisas para ele; mas, mais do que isso, nós nos movemos junto com ele. Nossas ações não transformam o mundo, elas são parte do mundo transformando a si mesmo (INGOLD, 2000, p. 200).

É a partir destas reflexões, que toma como base teórica estas três abordagens, que este estudo traz a proposta de incluir a proposição dos estudos de mente-corpo-ambiente à análise da formação do empreendedor social e entender o que é um vir-a-ser no mundo. Pois partimos do pressuposto de que aspectos da construção cultural propostos por Ingold (2001) podem apresentar nuances capazes de elucidar a jornada científica em busca da compreensão dos motivos, processos e categorias analíticas presentes nas pesquisas sobre o empreendedorismo social.

## 2.3. CORPO COMO CONTEÚDO DA PRÁTICA CIENTÍFICA NOS ESTUDOS DE EMPREENDEDORISMO SOCIAL

Merleau-Ponty (1999) propõem propõe uma prática da antropologia que de saída do ambiente das abstrações para adentrar à prática da ciência e observar as questões empíricas a partir do campo de pesquisa com possibilidade de gerar conteúdo. Os resultados e conteúdos que emergem da prática são uma tendência do corpo a corpo com a natureza (VELHO, 2001). Neste sentido, a pesquisa que trata das relações empíricas proporciona um conteúdo para contribuir com a ciência e com os estudos de empreendedorismo social e o comportamento do empreendedor.

“O empreendedor social promove o desenvolvimento em suas três esferas elementares: econômica, social e ambiental. O empreendedor social promove seu impacto positivo na sociedade com consciência moral de seu papel transformador.” (ANASTACIO; CRUZ FILHO; MARINS, 2018, p. 25). Neste sentido, a caminhada do empreendedor social traz uma relação com essa prática da pesquisa na antropologia e na observação sobre

o estudo do fluxo de vida desse ser empreendedor no mundo o qual transforma e constrói ambientes mais justos e sustentáveis no âmbito do seu desenvolvimento.

Para tanto, compreender o empreendedorismo social em uma visão sistêmica é “a alternativa de “malha” (meshwork) para pensar a cultura material e as relações de comunicação, integração e fluxos entre coisas” (INGOLG, 2012, p. 25). A ideia inspira a comunhão entre os conceitos de empreendedorismo social e o olhar da antropologia nos flows of life (fluxos de vida) com o objetivo de oferecer pistas à ciência e à formação do empreendedor social. Essa cultura que emerge desses estudos é que representa o corpo (matéria) da prática da pesquisa.

## 2.4 AMBIENTE NA FORMAÇÃO DA CULTURA DO EMPREENDEDORISMO SOCIAL

O habitar em um ambiente traz o protagonismo da mudança, da transformação na construção de um caminho. Os ganhos teóricos são consolidados quando ganham corpo no ambiente no sentido de “... reconhecer que o corpo é o organismo humano, e que o processo de corporificação é um e o mesmo como o desenvolvimento desse organismo em seu ambiente” (INGOLD, 2000, p. 170). “Só posso realizá-la entrando na nova atmosfera, porque meu corpo é meu poder geral de habitar todos os ambientes do mundo, a chave de todas as transposições e de todas as equivalências que o mantêm constante” (MERLEAU-PONTY, 1999, p.417).

Portanto, criticamente, habitar não é apenas a ocupação de estruturas já construídas: não significa construir como consumo para produção. Em vez disso, significa que a imersão dos seres nas correntes do mundo da vida, sem a qual atividades como projetar, construir e ocupar não poderiam ocorrer de forma alguma. (INGOLD, 2011, p.65)

“Um ambiente é aquilo que cerca alguma coisa, mas não se pode cercar nada sem envolvê-lo, convertendo os fios ao longo dos quais a vida é vivida em limites dentro dos quais ela é contida” (INGOLD, 2012, p.38-39). Nesta construção do ambiente na formação da cultura é preciso trazer a prática da pesquisa na revelação e inspiração de modelos de ser no mundo que possam trazer luzes ao movimento. “À medida que a vida dos habitantes vai transbordando para jardins e ruas, campos e matas, o mundo vaza para dentro do prédio, produzindo ecos de reverberação e padrões de luz e sombra característicos” (INGOLD, 2012, p.38-39).

Estamos aprendendo pela amarga experiência que o organismo que destrói seu ambiente se destrói” (BATESON, 2000, p. 503). Dessa forma, Bateson traz à lembrança de que a caminhada é integrada ao ambiente e de forma sistêmica está mudando o ambiente e o corpo sendo mudado pelo ambiente.

## 2.1. EMPREENDEDORISMO SOCIAL

Analisando a história do empreendedorismo, Hisrich e Peters (2004, p. 26/28) destacam que esse conceito já era conhecido na Idade Média, cuja prática se intensificou a partir do Século XVIII (CANTILLON, 1755), (SAY (1983). O termo empreendedor (entrepreneur) inicialmente era utilizado para definir aqueles que inovavam e ariscavam seus capitais numa ideia, com o objetivo de obter lucros. Joseph Schumpeter aplica esse termo para aqueles inovadores que desenvolvem novas tecnologias ainda não testadas (SCHUMPETER, 1982). Assim também Drucker (1994), que caracteriza como empreendedor aquele que seja capaz de maximizar oportunidades. O empreendedorismo também desempenha um importante papel no desenvolvimento local e regional por meio da atuação de pequenas, médias e grandes empresas com impactos positivos na geração de emprego e renda (AMARAL FILHO, 2001; LASTRES, CASSIOLATO, MACIEL 2003; NETO CISNE, 2004).



Como perfil característico atribuído aos empreendedores, Filion (2000) destaca: apresentam tenacidade; possuem capacidade de tolerar ambiguidades e incertezas; fazem bom uso dos recursos; correm riscos moderados; são imaginativos; voltam-se para resultados. Este autor também destaca entre as características dos empreendedores bem-sucedidos: intuição; envolvimento; sonhadores realistas (visionários); líderes; trabalhadores incansáveis, entre outros.

Souza Neto (2017, p. 120) apresenta uma abordagem psicológica ao termo *entrepreneur*, que além de designar a capacidade de correr riscos, inovar, ela significa “a atitude psicológica materializada pelo desejo de iniciar, desenvolver e concretizar um projeto, um sonho”. Assim, o termo *empreendedorismo* “é algo que transcende o campo dos negócios e da economia”.

Como desdobramento do conceito de *empreendedorismo*, identifica-se na literatura a existência do termo *empreendedorismo social*.

Segundo Sassmannshausen e Volkmann (2013), citados por Motta e Shimada (2005, p. 72), não se sabe definir quando foi usado pela primeira vez o termo “*empreendedorismo social*”, supõe-se que tenha sido por William N. Parker, em 1954, em um artigo publicado pelo *The Journal of Economic History*, abordando sobre um tipo específico de *empreendedorismo* identificado na Alemanha, podendo ser considerado como ponto de partida para o estudo do *empreendedorismo* no contexto social. No entanto, Oliveira (2016, p.301/302), citando Souza et al. (2015), afirma que esse termo foi utilizado pela primeira vez em 1972, nos Estados Unidos, por Bill Drayton, o fundador e presidente da Ashoka, uma organização mundial, sem fins lucrativos.

O *empreendedorismo social* tem um papel significativo no atual cenário de transformação do mercado de trabalho, impactado pela pandemia do Covid19 e pelas novas tecnologias. Apesar de recente o uso do termo *empreendedorismo social*, a prática do *empreendedorismo* nas soluções de questões sociais e ambientais têm sido praticadas há décadas, como se pode constatar nas ações de Madre Tereza de Calcutá, Irmã Dulce, Mahatma Gandhi, Muhammad Yunus (2008), Nelson Mandela, Herbert de Souza (Betinho) e de tantos outros.

Quanto às definições do termo *empreendedorismo social*, apresenta-se no Quadro 1 algumas contribuições internacionais e nacionais sobre o tema, como segue:

**Quadro 1** – Definição de *empreendedorismo social* na visão de instituições internacionais

AUTORES	CONCEITOS
School Social Entrepreneurship (SSE) - Uk-Reino Unido.	“É alguém que trabalha de uma maneira empresarial, mas para um público ou um benefício social, em lugar de ganhar dinheiro. Empreendedores sociais podem trabalhar em negócios éticos, órgãos governamentais, públicos, voluntários e comunitários [...] Empreendedores sociais nunca dizem ‘não pode ser feito’”.
Canadian Center Social Entrepreneurship (CCSE) - Canadá.	“Um empreendedor social vem de qualquer setor, com as características de empresários tradicionais de visão, criatividade e determinação, e empregam e focalizam na inovação social [...] Indivíduos que [...] combinam seu pragmatismo com habilidades profissionais, perspicácias”.

AUTORES	CONCEITOS
Foud Schwab - Suíça	“São agentes de intercambiação da sociedade por meio de: proposta de criação de ideias úteis para resolver problemas sociais, combinando práticas e conhecimentos de inovação, criando assim novos procedimentos e serviços; criação de parcerias e formas/meios de auto sustentabilidade dos projetos; transformação das comunidades graças às associações estratégicas; utilização de enfoques baseados no mercado para resolver os problemas sociais; identificação de novos mercados e oportunidades para financiar uma missão social. [...] características comuns aos empreendedores sociais: apontam ideias inovadoras e veem oportunidades onde outros não veem nada; combinam risco e valor com critério e sabedoria; estão acostumados a resolver problemas concretos, são visionários com sentido prático, cuja motivação é a melhoria de vida das pessoas, e trabalham 24 horas do dia para conseguir seu objetivo social”.
The Institute Social Entrepreneurs (ISE) - EUA.	“Empreendedores sociais são executivos do setor sem fins lucrativos que prestam maior atenção às forças do mercado sem perder de vista sua missão (social) e são orientados por um duplo propósito: empreender programas que funcionem e estejam disponíveis às pessoas (o empreendedorismo social é base nas competências de uma organização), tornando-as menos dependentes do governo e da caridade”.
Erwing Marion, Kauffman Foundation.	“Empreendimentos sem fins lucrativos são o reconhecimento de oportunidade de cumprimento de uma missão para criar e sustentar um valor social, sem se ater exclusivamente aos recursos”.
Rouere e Pádua (2001)	“Constituem a contribuição efetiva de empreendedores sociais inovadores cujo protagonismo na área social produz desenvolvimento sustentável, qualidade de vida e mudança de paradigma de atuação em benefício de comunidades menos privilegiadas”.
Melo Neto e Froes (2001)	“Quando falamos de empreendedorismo social, estamos buscando um novo paradigma. O objetivo não é mais o negócio do negócio [...] trata-se, sim, do negócio do social, que tem na sociedade civil o seu principal foco de atuação e na parceria envolvendo comunidade, governo e setor privado, a sua estratégia”.
Leite (2002)	“O empreendedor social é uma das espécies do gênero dos empreendedores. [...] São empreendedores com uma missão social, que é sempre central e explícita”.
Godói-de-Sousa (2010)	“O Empreendedorismo social pode se caracterizar pela intervenção social através da criação de formas alternativas de produção econômica associada à participação social e democrática”.
Dacin, Dacin e Tracey (2011)	“A principal missão do empreendedorismo social é criar valor social, oferecendo soluções para problemas sociais”.

Fonte: Adaptado de Oliveira (2004), Dacin, Dacin e Matear (2010) e Motta e Shimada (2015)

Tratando sobre o significado de empreendedorismo social, Dees (2001) considera que a expressão bem ajustada aos tempos atuais além de combinar a paixão de uma missão social com uma imagem de disciplina relacionada à gestão, de inovação e de determinação, cujos parâmetros estão frequentemente ligados, por exemplo, aos pioneiros da alta tecnologia de Silicon Valley. Este autor enfatiza a importância dos empreendedores sociais quando desempenha o papel de agentes da mudança nas áreas sociais quando:



- a) Adotam uma missão para criar e manter valor social (e não apenas valor privado);
- b) Reconhecem e procuram obstinadamente novas oportunidades para servir essa missão;
- c) Empenham-se num processo contínuo de inovação, adaptação e aprendizagem;
- d) Agem com ousadia sem estar limitado pelos recursos disponíveis no momento; e
- e) Prestam contas com transparência às clientelas que servem e em relação aos resultados obtidos.

Portanto, segundo Dees (2001), para esta classe de empreendedores, a missão social é explícita e central, o que sem dúvida afeta a maneira como os empreendedores sociais detectam e avaliam as oportunidades, assim como o impacto observado em conformidade com a missão é mais importante do que a criação de riqueza. Uma vez que para os empreendedores sociais, diferentemente dos empreendedores empresariais, a riqueza apenas um meio para atingir um fim.

Ressaltando a importância do empreendedorismo social, Dees (2001) considera que esse tipo de empreendedorismo corresponde a um conjunto de comportamentos fora do normal que deviam ser recompensados e encorajados naqueles que têm as capacidades e o temperamento para este tipo de trabalho. E indagando se todas as pessoas deveriam desejar ser um empreendedor social, o autor afirma que não, pois nem todos os líderes do setor social têm perfil de empreendedor, assim como acontece no setor empresarial.

As ações de empreendedorismo social, como observa Legnaioli (2020), são constituídas por esses três componentes principais:

- a) A identificação de um equilíbrio estável, mas inerentemente injusto, que causa a exclusão, a marginalização ou o sofrimento de um segmento da humanidade que não tem meios financeiros ou influência política para alcançar qualquer benefício transformador para si;
- b) A identificação de uma oportunidade nesse equilíbrio injusto, desenvolvendo uma proposição de valor social e trazendo inspiração, criatividade, ação direta, coragem e fortaleza, desafiando assim a hegemonia do estado estável;
- c) Criar um novo equilíbrio estável que libere o potencial inexplorado ou alivie o sofrimento do grupo alvo, por meio da criação de um ecossistema estável, assegurando um futuro melhor para o grupo alvo e até para a sociedade em geral.

Segundo Bueno (2017) o empreendedorismo social desponta em algumas áreas e dentre elas se destacam: educação, alfabetização e inclusão digital; moradia de baixo custo; reciclagem, indústrias limpas e energias alternativas; agricultura, floresta e uso de água; saúde e nutrição comunitárias; diversidade e multiculturalismo; oportunidades para deficientes; apoio ao empreendedorismo e microcrédito; direitos humanos e serviços em geral.

No Brasil, ações do empreendedorismo social têm se expandido, especialmente nas últimas décadas, por meio de diversas instituições e pessoas que trabalham em prol de variadas missões com o objetivo de reduzir os efeitos dos graves problemas socioeconômicos e ambientais que ainda assolam o país.

### 3. METODOLOGIA

A metodologia teve abordagem qualitativa e os estudos tomaram por base a narrativa do contexto de vida da empreendedora social (JOVCHELOVITCH; BAUER, 2010). O procedimento da entrevista narrativa foi dividido em duas fases: primeiro a narração sem interrupção tomando por base um questionamento inicial e depois foram realizados questionamentos para elucidar e responder o questionamento proposto nas orientações dos fluxos de vida (INGOLD, 2000).

A pergunta inicial da entrevista foi a seguinte: “Pode nos contar a história do projeto: o início, meio e até hoje e como foi sua trajetória ao longo desta história do projeto” (Entrevistador). Nesta fase do questionamento e resposta da empreendedora social, o gravador ficou ligado, depois com gravador desligado foram feitas outras perguntas sobre sua infância, os ensinamentos da família, amigos, escola e sua vivência universitária.

Depois da entrevista gravada os dados foram transcritos e analisados para uma análise entre teoria e prática da tríade corpo, mente e ambiente na formação da empreendedora social, seguindo a proposta de análise temática para construção de referencial de codificação, conforme orientação de Jovchelovitch e Bauer (2010).

### 4. PROJETO GLOBALIZAÇÃO DA CARIDADE<sup>1</sup>

O projeto Globalização da caridade nasceu com o objetivo de ajudar as pessoas que se encontram em situação de rua, sem ter o que fazer, onde dormir, sobretudo o que comer. O trabalho começou no ano de 2003 na liderança da Irmã Inês, que com um grupo de pessoas se deslocavam para à Praça do Ferreira, localizada na cidade de Fortaleza, e convidavam os moradores de rua que ali estavam para almoçarem de sua casa, o Convento Sagrado Coração de Jesus. A partir disso, os moradores de rua passaram a ir dia após dia no Convento Sagrado Coração de Jesus com a intenção de receber aquela que, para muitos, é sua única alimentação do dia.

O projeto possui a finalidade de atender a população pobre, cujo maior desafio é vencer a fome. Ele está dividido em três pilares, o primeiro é a alimentação, em que o projeto acredita ser o mais básico e urgente para essa parcela da população. Todos os dias pela manhã o Convento Sagrado Coração de Jesus abre suas portas para os moradores de rua. Às 11 horas é fornecida alimentação para todos, refeição essa que é viabilizada pelos diversos parceiros que o projeto foi conseguindo ao longo do tempo, como o SESC, que fornece grande parte da alimentação.

O segundo pilar é o regate da cidadania, em que o projeto visa a realocar os moradores de rua na sociedade, para isso, o projeto trabalha com a regularização de documentos, pois grande parte dos que lá frequentam nem mesmo possuem certidão de nascimento ou identidade, desta forma, nem mesmo são reconhecidas como cidadãos, impossibilitados de receber auxílios sociais do governo por conta dessas irregularidades nos documentos e de se candidatarem a vagas formais no mercado de trabalho. Outra ação desenvolvida pelo projeto é a tentativa de reaproximação entre alguns moradores de rua com suas famílias, tendo em vista que muitos deles se distanciaram do lar por diversos motivos. A assistência médica é outra bandeira abordada pelo projeto, em que por meio de parcerias, conseguem oferecer médicos para realização de atendimentos. Além disso, ainda existe a celebração das datas comemorativas junto aos moradores de rua, com o intuito de passar ideais comunitários para todos, com o objetivo de humanizar essa parte da população que é totalmente esquecida.

---

<sup>1</sup> Os dados apresentados nesta seção foram obtidos a partir da entrevista concedida pela empreendedora.



O terceiro pilar corresponde a formação. São dois os tipos de formação: a primeira é a formação cristã, em que todos os dias antes de distribuir as refeições é feita uma pregação para todos os moradores de rua, como o objetivo de repassar um caráter cristão para todos, desta forma pregar a ideia que existe um Deus que está olhando para eles e que vai ajudá-los, formação essa que busca consolar todos os moradores de ruas, que passam por diversas situações desumanas em seu dia a dia. A segunda formação é a técnica e de alfabetização. Sazonalmente são fornecidos cursos práticos para que possam conseguir mais oportunidades de trabalho, como as oficinas de montagem de vassouras, que são desenvolvidas em conjunto com alguns parceiros do projeto, como o SENAI. Também são oferecidos cursos de alfabetização, pois muito nunca chegaram a frequentar uma escola.

Além dessas ações com os moradores de rua no Convento Sagrado Coração de Jesus, o projeto identificou que os esforços convencionais de ajuda não surtem efeito sobre os dependentes químicos, que as pessoas que se encontram nessa situação precisam de uma assistência mais intensiva, desta forma, com a ajuda de parceiros o projeto é mantida uma casa de reabilitação na cidade de Aquiraz, com capacidade para doze pessoas.

## 4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

O Convento Sagrado Coração de Jesus está situado no bairro Benfica, em Fortaleza-CE. O ambiente traz uma atmosfera acolhedora que remete à sensação de paz e harmonia. Além das funções próprias de um convento como instituição religiosa, ainda desenvolve um projeto que visa ao resgate de moradores de rua e de dependentes químicos.

No estado do Ceará, de acordo com a Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento Social do Estado do Ceará, 2033 pessoas moravam nas ruas. Em Fortaleza, o estudo identificou 1564 desses casos. (MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ, 2015).

No sentido de compreender a trajetória da empreendedora social e encontrar elementos em sua formação que a levaram a empreender socialmente tomando por base: mente, corpo e ambiente, como elementos indissociáveis na construção cultural do empreendedorismo social, esta pesquisa buscou identificar os pontos de conexão por meio da análise da caminhada da empreendedora social ao longo da sua jornada de vida (INGOLD, 2011).

A análise da trajetória de vida da empreendedora revela a conexão entre a alimentação de pessoas em situação de risco e a consolidação da formação religiosa, uma vez que ela considera estes dois fatores como importantes para retirada das pessoas das ruas. Este pensamento da empreendedora carece de análise conjunta com sua caminhada (flows of life) porque a ideia do estudo é verificar o pressuposto de que os caminhos de vida percorridos pelos empreendedores sociais constituem projeções nas suas ações em seus projetos. Esta conexão é ratificada no relato da empreendedora social sobre sua infância quando esclarece que seus pais, antes dela, também distribuía alimentos aos pobres, assim como tinha crescido em um ambiente cercado de muita fé.

[...] Lembro que criança ainda, papai nos colocava na porta da rua todas as sextas-feiras para dar algum mantimento aos pobres que vinham para a feira no interior, que iriam fazer a sua feira, né, pra gente poder ajudar e também eu cresci naquele ambiente de muita fé, de muito amor ao outro, né, e assim foram se desenvolvendo as minhas aptidões. Depois eu desejei entrar na comunidade das filhas da caridade a fim de fazer algum bem aos pobres pois a comunidade é toda direcionada para os pobres né, a nossa vocação é, o serviço de Jesus Cristo nos coube (Entrevistada).

A análise ainda destaca o link feito entre o pobre e a classe abastada, aqueles que tem uma situação financeira elevada e se dispõe a ajudar na causa do projeto. De acordo com o discurso da empreendedora social, é necessário estar com ricos para com eles ajudar a classe pobre. O relato abaixo destaca os ensinamentos que recebeu no tocante a ajudar os mais necessitados.

[...] Toda a vida eu tive esse desejo de ajudar o outro, mesmo quando criança com os meus pais, eles eram muito cristãos e já nos encaminhavam a preocupação de ajudar aqueles que nada tinham. Em dia de sexta-feira nós ficávamos na porta da casa dando alguma alimentação para aqueles pobres que vinham do interior (Entrevistada).

A caminhada da empreendedora Social também revelou a influência das suas ações de empreendedorismo social a partir da sua formação cristã e da observação do comportamento dos pais

[...] Eu sou de uma família muito cristã, do interior de Alagoas de uma cidadezinha chamada Quebrangulo, uma cidade até pouco conhecida, então fica perto de Palmeira dos Índios. Palmeira dos Índios é uma cidade mais conhecida. Então eu sou de uma família muito cristã, meus pais eram, eles nunca foram ricos e nós morávamos em uma cidade do interior e mais muito cristãos, eles nos orientaram sempre para o outro, para uma vivência de fé, um anúncio de fé para ajudar o outro, para aquilo que o outro tinha necessidade e então os nossos pais eram muito cristãos e procurávamos ajudar.

Analisando o discurso feito pela empreendedora social, evidencia-se que toda a sua trajetória de vida foi influenciada de maneira significativa no sentido de agir no combate à pobreza, desde a calçada da casa se seus pais, onde entregava comida aos pobres vindos do interior, passando pelo Colégio Imaculada Conceição, em que lecionava em uma instituição fundada com o objetivo de educar e abrigar meninas órfãs, que aceitavam também alunas com capacidade financeira elevada, “pagantes”, como a entrevistada as nomeiam, sendo essa a forma com que a instituição se capitalizava. Fatos esses que culminaram, no ano de 2003, em que a entrevistada revelava estar inquieta, querendo agir de forma mais expressiva em meio ao combate da pobreza, quando a partir destas inquietações resolve fundar o Projeto Globalização da Caridade, em que passou a providenciar alimento, assistência médica, técnica e espiritual à população carente do centro da cidade de Fortaleza.

[...] Quando voltei para o Brasil fiquei na casa provincial, tive aquele desejo de trabalhar diretamente com os pobres e nós formos a praça do Ferreira procurar aquele povo que não tinham onde fazer a refeição e trouxemos pra cá e criamos essa casa. E aqui nós temos alimentação, a formação e esse projeto começou também de um apelo do nosso superior geral em Roma, que pedia para as filhas da caridade no mundo inteiro se unirem fazendo algum trabalho pelos pobres, né, e assim esse trabalho começou, e estamos aqui procurando responder aos desafios da pobreza.

A empreendedora social a todo momento cita a pobreza como algo a ser extinto, por um conjunto de fatores que vai além da fome, como a perda da dignidade humana e o sentido/noção da vivência em comunidade, sendo preciso mais do que alimentação para vencer essas barreiras. A entrevistada também entende que para sanar esses problemas é necessário fornecer momentos que propiciem um retorno à dignidade humana para os pobres, como a comemoração das datas festivas, formações religiosas, capacitações técnicas e apoios legais, pois muitos nem mesmo identidade tem.

A mente, portanto, em relação a este caso, pode ser representada pelas ideias na formação da cultura da empreendedora ao se considerar que a formação da empreendedora social pode ser entendida como uma postu-



ra ecológica e seu estudo é importante para revelar comportamentos necessários a uma mudança planetária mais igual, como é no caso do Projeto Globalização da Caridade, com o resgate de pessoas em condição de extrema pobreza. “E essa escolha é, de certa forma, política, por referir-se a modos de habitar o mundo, e não simplesmente a representações” (VELHO, 2001, p. 136).

Esta maneira de pensar o empreendedorismo, diferente da essência do tipo de capitalismo instalado, que tem se mostrado insustentável diante da distribuição desigual das riquezas, representa uma esperança ao mundo. O desapego às riquezas nesta forma de empreender traz a possibilidade de mudança e transformação por meio de um exercício chamado de “ecologia da mente, ou a ecologia das ideias” (BATESON, 2000, p. 1), que consiste em pensar um tipo diferente de coisas e maneiras de agir, diversa daquilo que está instalado. Assim, revela-se um ser no mundo, com um novo protagonismo que trata de questões de inclusão, combate à pobreza, saneamento, educação e, saúde à populações mais vulneráveis.

A análise da trajetória de vida da empreendedora social revelou que os elementos de sua formação a levaram a empreender socialmente tomando por base a sua mente (ideias), corpo (matéria) e ambiente, ressaltando a construção de uma cultura voltada ao empreendedorismo social.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As considerações tomadas pelo estudo relacionaram os fluxos de vida ou da caminhada pela vida de uma empreendedora social com suas ações no Projeto Globalização da Caridade, o qual tem por finalidade a inclusão para moradores de rua e sua concretização se dá a partir do espaço do Convento e Recanto Sagrado Coração de Jesus.

As questões aqui tratadas trazem uma nova maneira de pensar o empreendedorismo, que em sua essência empresarial assume as feições de um capitalismo insustentável instalado na sociedade. De modo diferente, a análise da caminhada empreendedora da Irmã Inês revelou uma nova maneira empreender, a partir de ideias e ações em um ambiente, na maioria das vezes caracterizado pelas parcerias e redistribuição de recursos. E nessa ótica o empreendedorismo social é uma esperança ao mundo, o desapego a poucas formas de empreender traz a possibilidade de mudança.

Dessa maneira, o estudo investigou quais as construções culturais assimiladas pela Empreendedora Social nos seus fluxos da vida. O objetivo do estudo foi alcançado quando descrito a trajetória da empreendedora social, a partir dos elementos de sua formação que a levaram a empreender socialmente tomando por base a sua mente (ideias), corpo (matéria) e ambiente na construção de uma cultura voltada ao empreendedorismo social.

Portanto, a partir do que foi obtido como resultado para este estudo, considera-se que o empreendedorismo social, cujas ações tratam de promover a cidadania e buscar soluções para os problemas sociais, poderá trazer uma significativa contribuição para esse tempo de grandes transformações sociais, econômicas e ambientais, embora tendo a certeza, tomando por base a noção dos fluxos de vida, que o empreendedor social real nunca fica pronto.

Há uma vasta literatura que destaca a importância de ações empreendedoras no campo social como uma estratégia para amenizar graves problemas socioambientais no Brasil, em especial quando se sofre os graves efeitos da pandemia do coronavírus (SANTOS, 2020). Nesse “novo normal” que caracterizará o mundo pós-pandemia implicará que como destacou o historiador israelense Yuval Harari, citado por Coelho (2020), que “muitas de nossas medidas de emergência se tornarão hábitos de vida. É a natureza das emergências”.

Nesse novo contexto, espera-se um mundo mais solidário para se buscar formas de contornar desafiantes problemas como desemprego e dele derivando a fome, falta de moradia, evasão escolar, aumento da criminalidade, entre outros, exigindo que as empresas, governos e sociedade sejam criativos para solucioná-los.

Para estudos futuros sugere-se pesquisas com outros empreendedores sociais no sentido de verificar o pressuposto de que a mente, corpo e ambiente são elementos realmente indissociáveis.

### 3. REFERÊNCIAS

AMARAL FILHO, Jair do. **A endogeneização do desenvolvimento econômico regional e local**. Revista Planejamento e Políticas Públicas. Brasília: IPEA, n. 23 de julho. 2001.

ANASTACIO, Mari Regina; CRUZ FILHO, Paulo RA; MARINS, James. **Empreendedorismo social e inovação social no contexto brasileiro**. Curitiba: PUCPRESS 2018. Disponível em <https://institutolegado.org/downloads/ens-brasil-ebook.pdf>

BATESON, Gregory. **Steps to an ecology of mind: Collected essays in anthropology, psychiatry, evolution, and epistemology**. London, University of Chicago Press, 1972.

BATESON, Gregory. **Passos para uma ecologia da mente: ensaios coletados em antropologia, psiquiatria, evolução e epistemologia**. University of Chicago Press, 2000.

BUENO, Jefferson Reis - **Empreendedorismo social: propósitos em equilíbrio com os negócios**, 2017. Disponível em: <https://blog.sebrae-sc.com.br/empreendedorismo-social/>. Acesso em: 02 jul.2020.

CANTILLON, R. - **Essay sur la nature du commerce en general**. London: Fetcher Gyler, 1755.

COELHO, Carlos - **O “mundo depois de amanhã” das empresas: as soluções emergenciais que vieram para ficar**. 2020. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/economia/empresas-solucoes-emergenciais-futuro-coronavirus/>. Acesso em 01.07.2020

DACIN, P. A.; DACIN, M. T.; MATEAR, M. **Social entrepreneurship: Why we don't need a new theory and how we move forward from here**. Academy of Management Perspectives, v. 24, n.3, p. 37-57, 2010.

DEES, Gregory J. **The meaning of “social entrepreneurship”**, 2001. Disponível em: <https://community-wealth.org/sites/clone.community-wealth.org/files/downloads/paper-dees.pdf>. Acesso em: 02 jul. 2020.

DRUCKER, Peter F. **Inovação e Espírito Empreendedor**. 4. ed. Edição Pioneira: São Paulo, 1994.

FILION, Louis Jacques. **Empreendedorismo e Gerenciamento: processos distintos, porém complementares**. **Revista de Administração de Empresas**. FGV. São Paulo. RAE Light,

v. 7, n. 3, p. 2-7. Jul./Set. 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rae/v40n3/v40n3a13.pdf>. Acesso em: 02 jul. 2020.

HISRICH, Robert e PETERS, Michael P. - **Empreendedorismo**. 5. ed. Edição Porto Alegre: Bookman, 2004.



INGOLD, Tim. **The perception of the environment: essays on livelihood, dwelling and skill.** Psychology Press, 2000.

INGOLD, Timothy. **Da transmissão de representações à educação da atenção.**

Educação, Porto Alegre, v. 33, n. 1, p. 6-25, jan./abr. 2010.

INGOLD, Tim. **Being alive: Essays on movement, knowledge and description.** Taylor & Francis, 2011.

INGOLD, Tim. **Trazendo as coisas de volta à vida: emaranhados criativos num mundo de materiais.** Horizontes antropológicos, v. 18, n. 37, p. 25-44, 2012.

JOVCHELOVITCH, Sandra; BAUER, Martin. **Entrevista narrativa. In: Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático.** 8. Ed. Petrópolis: Vozes, 2010. p. 90-136.

KURATKO, Donald. **Empreendedorismo: Teoria, processo e prática.** Tradução: Noveritis do Brasil, 10. ed. São Paulo, Cengage Learning, 2016.

LASTRES, Helena Maria Martins; CASSIOLATO, José Eduardo; e MACIEL Maria Lúcia. **Pequenas Empresas: Cooperação e Desenvolvimento Local.** Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

LEGNAIOLI, Stella. **O que é empreendedorismo social?** 2020. Disponível em: <https://www.ecycle.com.br/6518-empreendedorismo-social.html>. Acesso em: 02 jul. 2020.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da percepção.** Tradução Carlos Alberto Ribeiro de Moura - 2- ed. - São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ. **População em situação de rua.** Guia de atuação do MPCE. 2015. Disponível em [http://www.mpce.mp.br/wp-content/uploads/2017/01/Manual\\_CAOCidadania\\_PSR\\_DIGITAL-1.pdf](http://www.mpce.mp.br/wp-content/uploads/2017/01/Manual_CAOCidadania_PSR_DIGITAL-1.pdf). Acesso em 19 de jan. 2020.

MOTTA, Kaio Feroldi; e SHIMADA, Nayara Emi - **Empreendedorismo social e organizações do terceiro setor: um ensaio teórico sobre as convergências e divergências e o papel da ação social neste contexto.** Empreendedorismo, Gestão e Negócios, v. 4, n. 4, p. 70-87, Março/ 2015.

NETO CISNE, José Joaquim. **O Empreendedorismo como ferramenta chave do desenvolvimento endógeno do Ceará.** In: VERGARA, Patrício (Coord.). Desenvolvimento Endógeno: Um novo paradigma para a gestão local e regional. Fortaleza: IADH, 2004.

OLIVEIRA, Edson Marques. **Empreendedorismo Social no Brasil: atual configuração, perspectivas e desafios - notas introdutórias.** Revista FAE. Curitiba, v. 7, nº 2, p. 9-18. Jul/Dez. 2004. Disponível em: <https://revistafae.fae.edu/revistafae/article/view/416/299>. Acesso em 01.07.2020.

OLIVEIRA, Inara R. et al. **Empreendedorismo Social, Pós-Modernidade e Psicologia: compreendendo conceitos, atuações e contextos.** Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia, v. 9, n. 2, p. 290-311, jul./dez., 2016. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/gerais/v9n2/v9n2a10.pdf>. Acesso em: 01 jul. 2020.

SANTOS, Boaventura de Sousa - **A cruel pedagogia do vírus**. Coimbra: Almedina, 2020.

SASSMANNSHAUSEN, S. P., ; VOLKMANN, C. **A bibliometric based review on social entrepreneurship and its establishment as a field of research**. Schumpeter Discussion Papers. Schumpeter School of Business and Economics. University of Wuppertal, nº 3, 2013. Disponível em: <http://ice.org.br/blog/wp-content/uploads/2019/06/ARTIGO-A-Bibliometric-Based-Review-on-Social-Entrepreneurship-%E2%80%93-SASSMANNSHAUSEN-VOLKMANN.pdf>. Acesso em: 02 jul. 2020.

SAY, J. B. **Tratado de economia política**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

SCHUMPETER, Joseph A. **Teoria do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

SOUZA NETO, Bezamat de. **Contribuição e elementos para um metamodelo empreendedor brasileiro: o empreendedorismo de necessidade do “virador” [livro eletrônico] 2**. ed. São Paulo: Blucher, 2017. Disponível em: <https://www.blucher.com.br/livro/detalhes/contribuicao-e-elementos-para-um-metamodelo-empreendedor-brasileiro-1381/administracao-e-economia-118>. Acesso em: 01 jul. 2020.

VELHO, Otávio. **De Bateson a Ingold: passos na constituição de um paradigma ecológico**. Mana, v. 7, n. 2, p. 133-140, 2001.

YUNUS, Muhammad. **Um mundo sem pobreza: a empresa social e o futuro de capitalismo**. São Paulo: Ática, 2008.





# **GT 12: Gestão Social e Educação para o Desenvolvimento**

---







---

## Líderes:

- Dunia Comerlatto (UNOCHAPECÓ)
- Luciano A. Prates Junqueira (PUC-SP)
- Luiz Roberto Alves (ECA-USP)
- Roberto Sanches Padula (PUC-SP)
- Rodrigo Motta (PUC-SP)







APRENDENDO A ENSINAR COM METODOLOGIAS  
ATIVAS - RELATO DE EXPERIÊNCIA SOB A  
PERSPECTIVA DO ALUNO

*LEARNING TO TEACH WITH ACTIVE LEARNING:  
AN EXPERIENCE REPORT FROM STUDENT'S  
PERSPECTIVE*

PAULA MASSAKO BERNARDES SUDA  
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo  
paula.suda@gmail.com



## RESUMO

O objetivo deste trabalho é apresentar as percepções e reflexões quanto ao processo de aprendizagem de metodologias ativas, a partir do relato de experiência das aulas da disciplina de metodologias ativa feita por aluno de mestrado stricto sensu em Administração. Observou-se o intercâmbio de saberes em um ambiente cooperativo que, mediado por professor experiente e favorecido pela heterogeneidade da turma, propiciou reflexões importantes. As reflexões não se limitaram aos elementos do processo de aprendizagem e às técnicas de aprendizagem estudadas, mas também à busca de significados no processo de aprendizagem do autor, significados que fortaleceram conexões cognitivas e emocionais, potencializando o aprendizado. Por fim, reflexões adicionais sobre a necessidade urgente de mudanças culturais, da revisão do papel do professor e aluno buscam contribuir para a adoção de uma postura de protagonismo pelos participantes do processo de aprendizagem diante dos novos desafios.

**Palavras-chave:** metodologias ativas, aprendizado ao longo da vida, mediação pedagógica, protagonismo.

## ABSTRACT

This paper aims to present the perceptions and reflections regarding the learning process of active methodologies, from the experience report made by an academic master student in Business Administration, while taking active learning classes at the University. It was observed the exchange of knowledge in a cooperative environment that, mediated by an experienced teacher and favored by the heterogeneity of the class, provided important reflections. The reflections were not limited to the elements of the learning process and the learning techniques studied, but also to the search for meanings in the author's learning process, meanings that increased cognitive and emotional cognitive, enhancing learning. Finally, additional reflections on the urgent need for cultural changes, the revision of the role of the teachers and students contribute to the adoption of a leading role by the participants in the learning process in the face of new challenges.

**Keywords:** active learning, lifelong learning, pedagogical mediation, protagonism.



# 1. INTRODUÇÃO

De acordo com CASTELLS (1999), a atual revolução tecnológica não está centrada na retenção de conhecimentos e dados, mas na aplicação destes conhecimentos para a geração de novos conhecimentos, num ciclo de realimentação cumulativo entre a inovação e seu uso, utilizando-se das tecnologias disponíveis. A nova sociedade, cunhada de “Sociedade do Conhecimento” caracteriza-se pela capacidade de pesquisar, inovar e produzir informação, superando o que antes era baseado na produção agrícola ou industrial.

Neste contexto, desenvolver a habilidade de aprender ao longo da vida, ou lifelong learning torna-se imperativo. De acordo com Lira (2020) a importância do lifelong learning reside na habilidade de antecipar, acompanhar e corresponder às transformações do mundo, do mercado e da sociedade. Trata-se de imergir nas tendências, nas tecnologias e nas novidades do mercado enquanto, por outro lado, você desenvolve skills comportamentais que alavanquem sua trajetória empresarial.

Bacich e Moran (2018) comentam que as pesquisas atuais nas áreas da educação, psicologia e neurociência comprovam que o processo de aprendizagem é único e diferente para cada ser humano, e que cada um aprende o que é mais relevante e que faça sentido para ele, o que gera conexões cognitivas e emocionais. Apesar de não ser uma abordagem recente, as metodologias ativas de aprendizagem podem ser uma alternativa para superação de parte destes desafios. Metodologias ativas são estratégias de ensino centradas na participação efetiva dos estudantes na construção do processo de aprendizagem, de forma flexível, interligada e híbrida (BACICH e MORAN, 2018).

Masetto (2018) ressalta a importância de se valorizar a experiência e a contribuição dos participantes e da busca de significado no processo de aprendizagem. Bacich & Moran (2018) corroboram com esta visão debatendo sobre o processo de aprendizagem significativo, por meio do qual uma nova informação (ou novo conhecimento) se relacione de maneira não arbitrária à estrutura cognitiva do estudante. Para que o aluno aprenda, ele precisa, além do conteúdo, que ele possa usar sua experiência, fazer conexões entre o conhecido e o desconhecido, identificar semelhanças e diferenças e contextualizá-los de forma integrada à sua realidade e necessidades, criando coerência.

Para Bacich e Moran (2018), para que a aprendizagem ativa possa acontecer, todo o ambiente escolar – gestão, docência, espaços físicos e digitais precisam ser acolhedores, abertos, criativos e empreendedores e, comparando-se com o que acontece em muitas escolas (memorização, repetição e controle), constata-se o quanto ainda é preciso evoluir para que todos tenham oportunidades interessantes de aprender e empreender.

Diante deste contexto, estabelece-se a seguir o objetivo deste trabalho e a abordagem metodológica adotada, seguida da apresentação do próprio relato.

## 2. OBJETIVO

O objetivo deste trabalho é apresentar as percepções e reflexões quanto às metodologias ativas, a partir do relato de experiência de um aluno de mestrado acadêmico em Administração sobre as aulas da disciplina de metodologias ativas.

## 3. ABORDAGEM METODOLÓGICA

O método escolhido para a elaboração deste artigo foi o relato de experiência no qual, de acordo com Marinho, Sanchez e Archanjo (2015), o pesquisador tem contato direto com o objeto de estudo. Neste relato, o pesquisador é aluno matriculado na disciplina de metodologias ativas, disponível para alunos de mestrado e doutorado stricto sensu de uma instituição do ensino superior no ano de 2019. A turma era composta de dez alunos, de diferentes formações acadêmicas e áreas de atuação.

Quando da elaboração do relato de experiência, este autor cursava o segundo semestre do Mestrado Acadêmico em Administração, atuando também no mercado de trabalho como gerente sênior de projetos em uma empresa privada americana de terceirização de serviços e professor convidado para a disciplina de Escritório de Gerenciamento de Projetos para alunos de MBA e pós-graduação lato sensu de uma reconhecida instituição de ensino. Vale destacar que sua experiência e proficiência em gerenciamento de projetos, ferramentas da qualidade e melhoria contínua aliadas à práxis figuraram como referências basilares para as reflexões apresentadas neste relato.

## 4. DESENVOLVIMENTO

Nesta seção é relatada a experiência, construindo-se o relato de acordo com o avanço cronológico dos encontros. Omitiu-se conscientemente diversas experiências relevantes vividas durante as aulas, por simples limitação de tempo. Destacou-se, quando oportuno e necessário para as reflexões, os objetivos de aprendizagem da disciplina, definidas e apresentadas pelo professor como: 1) Aprofundar o significado de Inovações no Ensino superior, em seu aspecto curricular e em suas manifestações em Metodologias Ativas. Integração e diferenças; 2) Discutir metodologias ativas em suas características fundamentais: instrumentalidade (objetivos e eficiência), mediação pedagógica, participação do aluno, processo de avaliação e 3) Realizar práticas de Metodologias ativas durante a disciplina.

Na aula inaugural, todos os alunos foram recebidos cordialmente pelo professor, que dispôs as cadeiras da sala em formato de semicírculo. Após as apresentações pessoais, ele apresentou os objetivos de aprendizagem da disciplina descritos anteriormente. Após a apresentação dos objetivos e como eles seriam distribuídos nas unidades de aprendizagem, descreveu como seria a metodologia de trabalho na disciplina e conduziu um diálogo construtivo com os alunos, estabelecendo-se combinados que devem ser adotados por todos os envolvidos durante todo o processo. Neste primeiro encontro foram aplicadas técnicas para promover a participação dos alunos em diversos momentos e situações de aula, descritas por Masetto (2018) como acolhimento, conhecimento e, por fim, a elaboração do programa de trabalho e compromissos mútuos com sua realização.

Ao final desta mesma aula, o professor reservou quinze minutos restantes para dialogar sobre a abordagem utilizada em classe, favorecendo assim o reconhecimento das técnicas adotadas, a assimilação dos conceitos apresentados e o esclarecimento de dúvidas. Ressalta-se que todas as aulas foram finalizadas da mesma forma, estabelecendo-se assim um padrão importante para a formação dos futuros professores.



Nas aulas iniciais, o professor dedicou-se a apresentar e debater conceitos-chave trabalhados na disciplina tais como currículo e inovação curricular. De acordo com Masetto (2018), currículo apresenta-se com uma concepção semanticamente mais próxima do significado implícito nesse vocábulo latino: trata-se de um percurso (um processo) de formação, e visa à construção de uma sólida base científica e ao desenvolvimento de habilidades pessoais e profissionais e de atitudes voltadas para a ética, a responsabilidade social e a cidadania consciente, crítica e proativa.

Ainda de acordo com o mesmo autor, inovação curricular pode ser concebida como um conjunto de mudanças e adaptações que afetam o currículo nos seus eixos constitutivos (contexto, intenção, protagonismo, estrutura curricular e gestão) em todas as suas dimensões, de modo simultâneo e sinérgico. Sobre o tema inovação curricular, o professor forneceu leituras e estimulou debates sobre a necessidade de inovação no ensino superior, da quebra de paradigmas e a interdisciplinaridade. Ao final deste encontro, o professor solicitou aos alunos que fizessem perguntas inteligentes sobre os textos lidos e debatidos em sala de aula. Segundo o professor, perguntas inteligentes são perguntas que estimulam o debate e buscam explorar lacunas e oportunidades no processo de aprendizagem.

O segundo objetivo de aprendizagem consistia em discutir metodologias ativas em suas características fundamentais: instrumentalidade (objetivos e eficiência), mediação pedagógica, participação do aluno, processo de avaliação e foi trabalhado em diversos encontros, sempre utilizando-se de técnicas pedagógicas inovadoras. Os encontros finais foram dedicados a explorar o processo de avaliação, sua relevância no processo de aprendizagem, formas de aplicação, ilustradas com exemplos práticos e exposição de especialistas no tema.

Encaminhando-se para o final do curso, os alunos registraram suas opiniões individuais, anonimamente com o uso de post-its, os seguintes itens: professor, colaboração da turma, objetivos de aprendizagem, pontos positivos e pontos negativos. Os alunos também fizeram uma autoavaliação, e todos os alunos receberam feedbacks e comentários individuais ao final do curso.

Buscando atender ao terceiro e último objetivo de aprendizagem, que consistia em realizar práticas de Metodologias ativas durante a disciplina, o professor fez uso das técnicas “Painel Integrado” e “Grupo de observação e grupo de verbalização (GOGV)”, também descritas por Masetto (2010). Foram apresentadas e discutidas as técnicas mais populares, disseminadas nas instituições de ensino, conhecidas como seminários, exposição oral, brainstorming, ensino com pesquisa, desenhos em grupos, sob a luz dos pilares da instrumentalidade apresentada anteriormente.

Para exemplificar a aplicação de uma destas técnicas, como preparação prévia para um dos encontros, o professor solicitou que cada um dos alunos escolhesse uma técnica do livro “O professor na hora da Verdade” e apresentasse aos colegas em sala, observando suas características fundamentais. Para cada técnica apresentada, os demais alunos avaliavam o processo de aprendizagem, o atendimento aos critérios de instrumentalidade e a aplicação prática de cada uma delas.

Esta técnica é conhecida como aula expositiva, uma técnica usada frequentemente pela maioria absoluta dos professores do ensino superior, segundo Masetto (2010). Apesar de ser uma técnica bastante disseminada, o autor reforça a importância de se adotar algumas medidas indispensáveis para prepará-la e ministrá-la, tais como ter claro o objetivo da aula, planejar a sequência de explanação (para haver clareza e sequência de ideias, evitando digressões), observar o limite de tempo para não tornar a agenda cansativa para os alunos, considerar exemplos e linguagens de acordo com o público-alvo, dentre outros.

De acordo com Masetto (2018), a busca de significados é fundamental para toda a aprendizagem. Para aprender, o adulto precisa ser envolvido como pessoa, como um todo, e isso exige que a aprendizagem se relacione ao seu universo de conhecimentos, experiências e vivências. Em busca de significados, uma das reflexões espontâneas foi a construção de conexões entre as práticas pedagógicas da sala de aula e as possíveis aplicações e práticas semelhantes conhecidas pelo pesquisador, advindas do âmbito corporativo. Um resumo desta busca é apresentado no Quadro 1:

**Quadro 1:** Busca de significados entre práticas pedagógicas de metodologias ativas e possíveis aplicações no âmbito corporativo.

TÉCNICAS/PRÁTICAS PEDAGÓGICAS	POSSÍVEIS APLICAÇÕES E PRÁTICAS SEMELHANTES NO ÂMBITO CORPORATIVO DO PESQUISADOR
Técnicas para iniciar as disciplinas e motivar os alunos (ex.: brainstorming, deslocamento físico de professor e/ou aluno, uso de pré-testes, etc)	Podem ser adotadas em reuniões iniciais de projetos, em apresentações corporativas e reuniões de engajamento de equipes de trabalho. Também no estabelecimento de metas e objetivos, bem como seu desdobramento para as áreas de negócio e metas individuais, o planejamento estratégico das organizações.
Técnicas para que os alunos aprendam a adquirir e fixar informações (ex.: ensino com pesquisa, levantamento de informações, etc.)	Aplicável principalmente em iniciativas de inovação, em caso de temas incipientes ou problemas desconhecidos pela equipe de trabalho.
Técnicas para que os alunos aprendam a organizar as ideias e se comunicar (ex.: fichamentos, relatórios, trabalho interdisciplinar, síntese, etc).	Aplicável em relatórios em geral, como relatórios de auditoria, documentos de encerramento de projetos, apresentações executivas e sínteses de atividades.
Técnicas para o aluno aprender a discutir teorias, autores, ideias, interpretações e desenvolver a participação (ex.: dinâmicas de grupo, seminários, debates, grupos com uma só tarefa, pequenos grupos com diversas tarefas etc.)	Aplicável para grupos de trabalho, times de projetos, squads (equipes multidisciplinares), atividades de revisão de processos em busca de oportunidades de melhoria e redução de custos, eventos Kaizen (melhoria contínua).
Técnicas para comunicar informação, motivar para um assunto, introduzir ou sintetizar um tema (ex.: aula expositiva, painel, simpósio, conferência)	Amplamente utilizados nos intercâmbios de conhecimento. Eventos, congressos, simpósios, conferências e mais recentemente as meetups (encontros com foco em um dado tema).
Técnicas para promover desenvolvimento de atitudes e valores (ex.: estudo de caso real ou simulado, debates sobre atitudes éticas no exercício da profissão, etc.)	Utilizados por algumas organizações e conhecido como planejamento por cenários, simulações, prototipação de produtos e serviços. Cursos de compliance e desenvolvimento de políticas e procedimentos organizacionais.
Técnicas para aplicar conhecimentos, resolver problemas e situações	Aplicável em caso de temas incipientes, trocas de experiências entre departamentos e organizações, benchmarking, provas de conceito.

Fonte: A autora, 2021.



As técnicas pedagógicas listadas no Quadro 1 são baseadas no livro “O professor na hora da verdade”, de Masetto (2010). O aprendizado destas técnicas, combinado ao aprendizado das características fundamentais de instrumentalidade, mediação pedagógica, participação do aluno e processo de avaliação completaram a visão dos elementos que contribuem para um processo de aprendizagem efetivo.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Visando atender ao objetivo deste trabalho, nesta seção são apresentadas as percepções e reflexões quanto às metodologias ativas sob o ponto de vista do aluno. Esta experiência permitiu ampliar as perspectivas e promover a evolução profissional do pesquisador, não só para quando estiver exercendo seu trabalho como docente, mas também sempre que estiver exercendo o papel de aluno e profissional. Todos os encontros foram bem avaliados pelos alunos, que demonstraram interesse e engajamento em participar das atividades elaboradas, atendendo, assim, às expectativas de todos os envolvidos.

As vivências práticas durante as aulas permitiram ao aluno perceber o intercâmbio fluido de saberes dentro de um ambiente cooperativo, mediado por professor experiente, que apresentou e aplicou diversas estratégias de aprendizagem ativas em sala de aula. O aprendizado de metodologias ativas,

utilizando-se da aplicação de técnicas da própria abordagem, permite que os alunos compreendam e absorvam os aprendizados de modo mais profundo e reflexivo, contribuindo assim, para o desenvolvimento das competências docentes.

Todas as etapas de um processo de aprendizagem foram debatidas durante o curso, favorecendo a construção da visão sistêmica pelos participantes. Debateu-se o papel e a relevância de cada elemento e suas mais diversas possibilidades de interação.

A primeira reflexão que emergiu desta experiência foi a descoberta da existência de um extenso e profundo arcabouço teórico-metodológico relacionado ao tema de metodologias ativas. Esta descoberta foi seguida de uma reflexão sobre as práticas pedagógicas vivenciadas pelo pesquisador até o momento imediatamente anterior à estas aulas – reflexão esta que permitiu recapitular e relembrar experiências, conteúdos e até emoções durante o processo de aprendizagem desde o ensino médio. Constatou-se que, os conteúdos percebidos como mais bem absorvidos, os aprendizados mais satisfatórios e grande parte das melhores recordações de professores relacionavam-se fortemente à adoção de práticas de metodologias ativas. As quais ganharam nomes e foram estudadas de forma técnica e aplicada.

Baseada nas experiências profissionais do autor, a segunda reflexão relacionou-se ao processo de significação dos aprendizados. A maior parte das práticas de metodologias ativas no meio acadêmico são confortavelmente aplicáveis às atividades no âmbito corporativo, e muitas delas já estavam presentes neste contexto. Conhecer a fundo as técnicas e suas origens teóricas viabiliza a evolução e melhoria contínua destas práticas e suscita uma reflexão adicional: se as instituições de ensino superior se utilizassem amplamente de metodologias ativas para a formação dos futuros profissionais, como isso se refletiria na evolução da carreira e do desenvolvimento dos negócios?

A última reflexão, e talvez a mais relevante para a autora está relacionada à urgente necessidade de mudanças culturais e comportamentais no processo de aprendizagem, por todos os agentes e elementos envolvidos nele. Estas profundas mudanças são essenciais não apenas dentro do contexto do ensino superior, mas

também no contexto de negócios. É essencial que os currículos dos cursos de formação, em especial nas instituições de ensino superior deixem de ser focados exclusivamente nos conhecimentos e abram espaço para o desenvolvimento de habilidades.

Os processos tradicionais de avaliação de desempenho, hoje praticado por grande parte das instituições de ensino e por organizações apenas ao final do processo ou pós-entrega precisam de uma urgente revisão. Os instrumentos de avaliação precisam servir como instrumentos de evolução contínua, ajuste de rotas e, se bem estruturado, para remuneração. Este autor percebe o papel do professor como mediador como análogo ao papel dos líderes nas organizações. Ambos devem ser facilitadores do processo de desenvolvimento e atingimento de objetivos. Complementarmente, o aluno deve demonstrar protagonismo no seu processo de aprendizagem, tanto quanto os profissionais devem assumir a postura ativa na autogestão de suas carreiras.

Por fim, a experiência profissional e acadêmica prévia do aluno, aliada aos novos aprendizados sobre metodologias ativas, favoreceu a criação de novos construtos e ampliou os significados, favorecendo a evolução acadêmica e profissional. Embora esta disciplina tenha sido de curto prazo, a experiência representou ao pesquisador a abertura de um leque de oportunidades em busca da superação dos desafios da atualidade, desafios estes de cunho pessoal, profissional e para toda a sociedade.



## 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BACICH, L. MORAN, J. (Org). **Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática**. Porto Alegre: Penso, 2018.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

Freire P. **Pedagogia da autonomia**. 4ed. São Paulo (SP): Paz e Terra; 1996.

FAPESP, 2005. <https://revistapesquisa.fapesp.br/a-sociedade-do-conhecimento/>. Acesso em 10/02/2021.

LIRA, P. **Você já ouviu falar em lifelong learning? Entenda esse conceito**. <https://www.revistahsm.com.br/post/voce-ja-ouviu-falar-em-lifelong-learning-entenda-esse-conceito>. 2020. Acesso em: 20/12/2020.

MARINHEIRO, C. A.; SANCHES, E. L.; ARCHANJO, R. M. **Metodologia da pesquisa científica**. Batatais: Claretiano, 2015.

MASETTO, Marcos T. **O Professor na Hora da Verdade: a prática docente no ensino superior**. São Paulo. Avercamp, 2010.

MASETTO, Marcos T. **Trilhas Abertas na Universidade – Inovação curricular, Práticas Pedagógicas e Formação de Professores**, São Paulo, Ed. Summus, 2018.





# DESENVOLVIMENTO EM PERSPECTIVA

## *DEVELOPMENT IN PERSPECTIVE*

Rodrigo Cesar Reis de Oliveira.  
Universidade Federal de Alagoas  
rodrigo.oliveira@feac.ufal.br

Carlos Everaldo Silva da Costa.  
Universidade Federal de Alagoas  
carloseveraldo@gmail.com



## RESUMO

O desenvolvimento possui diversas posturas paradigmáticas e por conta disso, pela perspectiva das organizações, o presente ensaio tem como objetivo evidenciar possibilidades de pensar o desenvolvimento enquanto fenômeno complexo e multifacetado. Tal reflexão envereda por autores que vão além das teorias tradicionais. Esse estudo é fruto das narrativas de uma docente na disciplina Desenvolvimento e Sociedade do doutorado em Administração da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e sua perspectiva metodológica foi orientada pelas ferramentas do método Análise de Conteúdo (CA) capaz de, a partir daquela narrativas, construir conhecimento e enriquecer a reflexão de autores – nacionais e internacionais – que também discutem a temática desenvolvimento. Como considerações, o estudo indica que o desenvolvimento deve considerar o homem em sua integridade como caminho para a sociedade pensar num reencontro entre o “ser” e o “ter” humanos, sem a prevalência deste, sem privatização do público e permitindo a existência da cidadania humanista e integral.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento. Pensamento Administrativo. Análise de conteúdo.

## ABSTRACT

Development has several paradigmatic postures and because of that, from the perspective of organizations, this essay aims to highlight possibilities of thinking about development as a complex and multifaceted phenomenon. Such reflection takes on authors who go beyond traditional theories. This study is the result of the narratives of a teacher in the discipline Development and Society of the PhD in Administration at the Federal University of Bahia (UFBA) and her methodological perspective was guided by the tools of the Content Analysis (CA), method capable of, from that narrative, build knowledge and enrich the reflection of authors - national and international - who also discuss the development theme. As considerations, the study indicates that development must consider man in his integrity as a way for society to think about a reunion between human “being” and “having”, without the prevalence of this, without privatization of the public and allowing the existence of humanistic and integral citizenship.

**Keywords:** Development; Administrative Thinking; Content analysis



# 1. INTRODUÇÃO

Os estudos que pautam o desenvolvimento devem admitir diversas possibilidades de entendimento, pois, as respostas, mesmo que deterministas, suscitam questões de pesquisas para novos caminhos científicos, na busca por conhecimentos prudentes que levem a vidas decentes e, segundo Alperstedt e Andion (2017), que façam sentido.

No contexto da agenda organizacional sobre a temática desenvolvimento é preciso humildade diante das afirmações sobre o mesmo para que questões de pesquisa se transformem dentro de sua perspectiva mais integral, favorecendo a evolução dos sujeitos no mundo, reconhecendo as singularidades dos contextos – sempre complexo e inacabado (SCHATZKI, 2014) – e não os segmentando. Deve prevalecer a autoridade de argumentos indutivos e heterônomos sobre o desenvolvimento, em detrimento do vinculado à autoridade.

Nessa discussão sobre desenvolvimento, se faz necessário reconhecer as ações a partir dos atores locais, em tempo real, excluindo certezas dos inputs na busca de outputs garantidos (SCHATZKI, 2005). Para Godoi e Balsini (2012), não devemos criar a expectativa de regularidades, mas manter-se aberto à contingencialidade.

A construção da ciência e do conhecimento sobre desenvolvimento acessa as informações do momento histórico e com base naquela construção social da realidade, para citar Berger e Luckmann (2012), apresentam e interpretam os fenômenos, enriquecendo as discussões ora reconhecidas e praticadas intersubjetivamente. Por conta disso, tal construção não é estática, indo além das dualidades que guiam as discussões científicas sobre, por exemplo, o que Dimaggio e Powell (1991) consideram em relação a unilateralidade do macro (que pressiona) ao microambiente (que torna-se isomórfico). Ou ainda conforme Burrell e Morgan (1979) sobre objetivo ou subjetivo, regulação ou mudança, funcionalismo ou interpretativismo.

Esses conhecimentos foram importantes para a construção da ciência e das discussões as organizações, incluindo o tema desenvolvimento, mas em um contexto de aproximação horizontalizada entre o macro e o microambiente (ZILBER, 2013), admitimos que não existe uma forma apenas de desenvolvimento, mas sim formas e olhares sobre os fenômenos que possam ser entendidos enquanto desenvolvimento.

Se desenvolvimento é contextual, tem natureza e lugar, ou seja, existe de formas, lugares e sujeitos distintos. Por isso que o foco da presente reflexão “é sair das dualidades, do que é ou não é” (RIBEIRO, 2014).

Para além do tecnicismo, do pensamento fast-food e com ideias enlatadas estilo fábrica de sardinhas (ALCA-DIPANI, 2011), essa autonomia que o pesquisador possui possibilita análise e reflexão sobre os dados que produz (FREITAS, 2011). Dessa forma, é possível dizer que, em algum momento, “o desenvolvimento local está mais próximo da literatura do que de outros textos” (RIBEIRO, 2014), ainda que não precisamos nos isolar.

Vale ressaltar que, ao pensar sobre as fronteiras do desenvolvimento, não seria ausência ou presença, pois contextualmente existem aspectos políticos, econômicos, sociais e humanos inerentes que devem ser considerados. Além disso, devemos ficar alertas, já que “nas relações humanas está se abolindo o cuidado, assim como na ciência está se abolindo a precaução” e “todas as áreas do conhecimento estão muito precárias ainda” (RIBEIRO, 2014). Baseando-se apenas nessa postura de ciência, “a gente fica em busca da coerência de um teórico”.

Remete-se a Bachelard (1996), quando ele diz que há um mal-entendido ao conceber a complexidade como receita, como resposta, em vez de considerá-la como desafio ao pensar. Para Morin (2005), a complexidade está na origem das teorias científicas e a mesma parece ser negativa/regressiva, já que reintroduz a incerteza.

za num conhecimento que havia partido à conquista da única certeza. A construção aqui desenvolvida não busca respostas exatas quanto ao que seja desenvolvimento, mas reflexões relevantes sobre esse fenômeno complexo e multifacetado (RIBEIRO, 2014).

Para Ribeiro (2014) “a Economia, enquanto área do conhecimento, tem espaço para a solidariedade” e é possível pensar que formas de evolução do homem e da sociedade podem existir dentro do contexto do pensamento econômico. “A Economia não é ciência do mal, nenhuma sociedade vive sem economia, os índios têm, o feudalismo também” (RIBEIRO, 2014). Entende-se Economia, nesse contexto, como “a forma como se organiza para seu sustento” (RIBEIRO, 2014), dessa maneira, as diversas formas são legítimas e devem ser estudadas, tanto pela Economia como pelas diversas áreas do conhecimento. É como Morin (2005) defende: um tipo de pesquisa multidimensional.

Se não houver multidimensionalidade, haverá o mal entendido entre complexidade e completude. O caráter multidimensional do conhecimento compreende que não se pode isolar uma parte do todo, já que as dimensões estão em constante interação com outras, como a econômica em permanente interação com outras dimensões humanas (MORIN, 2001).

E a partir dessa postura, o objetivo do estudo é evidenciar possibilidades de pensar o desenvolvimento enquanto fenômeno complexo e multifacetado.

## 2. METODOLOGIA

Para cada estudo, decisões metodológicas remetem a concepções que refletem na coleta dos dados, com auxílio dos procedimentos de investigação, assim como na análise (CRESWELL, 2010).

O enfoque descritivo deste estudo foi relacionado às discussões da disciplina Desenvolvimento e Sociedade, vinculada ao Núcleo de Pós-graduação em Administração da Universidade Federal da Bahia (NPGA/UFBA). Busca-se refletir, de forma qualitativa, a partir das ferramentas do método Análise de Conteúdo (AC), contemplando autores, bem como reflexões inerentes ao tema desenvolvimento e por isso seguiu o delineamento: i) das notas de aula, que foram transcritas e destacadas para maior riqueza das reflexões – estas citadas como Ribeiro (2014) durante o transcorrer do texto; ii) abordando destaques clássicos sobre desenvolvimento; e iii) construindo um panorama das publicações de periódicos nacionais sobre desenvolvimento.

Para tal operacionalização, entende-se que “o método é o desafio de escrever” (RIBEIRO, 2014) e aqui a perspectiva é retratar possibilidades de pensar o desenvolvimento para além do estabelecido e que não necessariamente tem trazido resultados efetivos, principalmente quando considerados os aspectos humanos e sociais. O desafio é retratar, neste estudo, “o que mexeu com o autor”, enquanto expectador e participante de uma disciplina de tamanha importância no (re)pensar o mundo e o (des)envolvimento.

As orientações de Bardin (2011) sobre as ferramentas da Análise de Conteúdo (AC) auxiliaram na coleta e análise dos conteúdos – verbais e não-verbais – narrados durante a disciplina em fases. No intuito de coletar os dados, as aulas foram assistidas e transcritas, durante o acompanhamento do conteúdo ministrado. Para a análise, três fases foram realizadas: i) pré-análise, onde todas as ideias e narrativas foram agrupadas, as discussões mais representativas elencadas, até alcançar um grau de saturação, ou seja, quando nada de novo foi encontrado; ii) exploração do material, considerou os principais recortes fazendo a conexão com aportes teóricos; e iii) interpretação, com a discussão sobre desenvolvimento incluindo seus aspectos inerentes.



Diante da transitoriedade do conhecimento e admitindo-se que os processos de construção de saberes são dinâmicos, uma afirmação sobre desenvolvimento foi gerativa e rica, pois provocou nos discentes doutorandos uma reflexão importante. E a afirmação da docente foi: “Eu não tenho resposta. Eu, quando afirmo, é uma questão” (RIBEIRO, 2014).

A provocação nos colocou na posição de devires científicos, em que o próprio ser humano é um vir a ser científico e os conhecimentos sobre desenvolvimento também o são. Precisamos, assim, admitir a incompletude do que está posto enquanto conceitos ou preconceitos sobre o mundo.

## 3. DISCUSSÕES SOBRE O DESENVOLVIMENTO

Para discussão dos dados, serão apresentados os seguintes subtópicos: O homem e a polaridade do desenvolvimento; Algumas contribuições Institucionalistas; Desenvolvimento e o localismo; Desenvolvimento e Território; Pós-desenvolvimento e a questão ecológica; e Experiências Latino-Americanas Contemporâneas: as buscas de alternativas.

### 3.1. O HOMEM E A POLARIDADE DO DESENVOLVIMENTO

Pode-se chamar de pouco efetiva a análise econômica que não considera o homem como pauta das análises sobre desenvolvimento. Nessa perspectiva, François Perroux pode ser considerado como o melhor economista francês do século XX. Ele é crítico em relação à economia que despreza o homem, ou seja, aquela que volta sua preocupação apenas para o aumento da riqueza e da produção com foco no enriquecimento dos líderes, sendo estes minoria da população. Nesse contexto, Perroux evidencia a relevância da preocupação com a vertente social da economia, que deve buscar a convergência entre economia e ética. Para tanto, inaugurou o conceito de economia humana, voltada para a população em sua totalidade e ao desenvolvimento humano (GOMES, 2013).

Mesmo entendendo a importância do crescimento, Perroux (2013) esclarece ainda o conceito de desenvolvimento, sendo este distinto daquele. “O desenvolvimento é a combinação das transformações de ordem mental e social de uma população que lhe possibilitam o aumento cumulativo e duradouro do seu produto real global”. Nesse sentido, existe uma economia de desenvolvimento distinta da economia de crescimento. “O produto global, no seu montante absoluto ou por habitante foi no passado muitas vezes aumentado e pode continuar sê-lo ainda sem que as populações e sua economia sejam colocadas em condições de desenvolvimento”.

Ao refletir sobre os polos de desenvolvimento, é interessante perceber que o desequilíbrio que surge a partir da polarização é o que gera movimento que possibilita o desenvolvimento. Desse modo, “o crescimento é desequilíbrio. O desenvolvimento é desequilíbrio, são as distintas polaridades que geram os fluxos de movimentos. A implantação de um pólo de desenvolvimento provoca uma série de desequilíbrios econômicos e sociais.” Com isso, o crescimento e o desenvolvimento de territórios e de populações não poderão ser alcançados senão a partir de processos de organização consciente de meios de propagação dos efeitos dos pólos de desenvolvimento (PERROUX, 2013).

## 3.2. ALGUMAS CONTRIBUIÇÕES INSTITUCIONALISTAS

Dentro dessa perspectiva institucionalista, Amartya Sen ocupa posição de destaque nos estudos econômicos contemporâneos. A ele se atribui qualidade e originalidade singulares e o mesmo tem sido reconhecido como autoridade em proposições como a teoria da escolha social e a economia do bem-estar. A partir de suas proposições, Sen tem influenciado organismos internacionais, a exemplo da ONU e do Banco Mundial. Com tamanha representatividade, em 1998, o autor recebeu o prêmio Nobel pelas contribuições que deu à economia do bem-estar, a partir das quais evidencia razões pelas quais a pobreza e a fome não são eliminadas, necessariamente, por rápidos desenvolvimentos econômicos (SEN, 2001).

Sen (2001) ressalta também o conflito “igualdade versus liberdade”, e curiosas são as perguntas que devem ser colocadas à liberdade em relação a: “quem, quanta, distribuída como, quão igual?”. A partir de tais perguntas o autor justifica a necessidade de que a igualdade deve complementar o pensamento e a prática da liberdade, ou seja, a “proposta libertária tem de ser complementada passando-se a caracterizar a distribuição de direitos entre pessoas envolvidas”. Ademais, para “a liberdade está entre os possíveis campos de aplicação da igualdade, e a igualdade está entre os possíveis padrões de distribuição da liberdade”. Assim, liberdade e igualdade, na visão de Sen (2001), não são alternativas, mas sim conceitos e práticas relacionadas.

Outra visão alternativa, de North (1994), propõe a análise do desempenho econômico ao longo do tempo. O autor critica a forma neoclássica de análise que se preocupa com observações baseadas em uma precisão matemática, em que se analisa um mundo de forma estática e sem variações. Tal análise torna-se errônea por não considerar a relevância das instituições e do tempo para as análises do desempenho econômico. Por outro lado, ele propõe a análise do tempo e das instituições, proporcionando um arcabouço inicial de uma estrutura analítica capaz de ampliar o entendimento da evolução histórica das economias

Ademais, as instituições transformam as estruturas de crenças em estruturas sociais e econômicas, tanto no que se refere a regras formais, quanto a normas de conduta informais. Nesse sentido, existe uma relação entre modelos mentais e as instituições, sendo que os primeiros são compostos por representações internas, criadas pelo sistema cognoscitivo individual para interpretar o ambiente, já as instituições são os mecanismos externos à mente, criadas pelos indivíduos para ordenar e estruturar o ambiente. Por outro lado, vale salientar a impossibilidade de garantir que crenças e instituições e suas respectivas evoluções ao longo do tempo possam proporcionar desenvolvimento econômico (NORTH, 1994).

Neste sentido entende-se a perspectiva institucional atual como além de um campo isomórfico, voltado ao mimetismo e do taken for granted (DIMAGGIO; POWELL, 1991), para compreender que há lógicas institucionais que orientam as crenças dos atores participantes de modo singular (THORTON; OCASIO; LOUNSBURY, 2012), mas que os atores podem atuar em relação institucional (ZILBER, 2013) em que há dinâmica entre indivíduos e organizações (GLUCH; SITJSEMA, 2016).

O campo em questão não é mais aquele que pressiona e leva ao isomorfismo (LEE; LOUNSBURY, 2015), mas é um campo de lógicas (LOUNSBURY; POLLACK 2001), heterogêneo e múltiplo (LEE; LOUNSBURY, 2015), que leva à concorrência e faz com que, em certos momentos, algumas lógicas institucionais sejam priorizadas.

## 3.3. DESENVOLVIMENTO E O LOCALISMO

Uma já evidente reflexão pode ser colocada, quando se afirma que as formas de entendimento do desenvolvimento aproximaram-se, em décadas passadas, da noção de desenvolvimento econômico, sendo posterior-



mente substituída pela noção de crescimento. Entretanto, atribui-se melhor carga semântica ao índice de “desenvolvimento humano” tratado pela ONU que pode ser, em âmbito mais circunscrito, correspondente à noção de desenvolvimento local. Desse modo, tal aproximação refere-se à “satisfação de um conjunto de requisitos de bem-estar e qualidade de vida”. Ademais, o conceito de desenvolvimento local precisa incluir mais algumas dimensões decisivas como: a especificidade histórica, devendo ser alternativa para não reproduzir a forma estrutural e a cidadania que “é irredutível à quantificação”. Assim, o desenvolvimento local é “uma noção polissêmica, e necessariamente comporta tantas quantas sejam as dimensões em que se exerce a cidadania; qualquer tentativa, pois, de transformá-la em modelos paradigmáticos, está fadada ao fracasso” (OLIVEIRA, 2002).

Para Oliveira (2002), tende-se substituir cidadania por desenvolvimento local, a partir do momento em que o mesmo é sinônimo de negociação, cooperação, apaziguamento de conflitos e de completa convergência de interesses; sendo possível entendê-lo como o novo nome do público não-estatal, confusão semântica proposital que o autor toma emprestada de Bresser. O autor exemplifica, via revitalizações urbanísticas, segundo as quais “esvazia-se a história de quem viveu lá; em lugar da memória, o esquecimento”; caracterizam-se assim, como operações de elevação de renda da terra urbana, ou ainda, uma forma de acumulação primitiva através de investimento público. Nesse raciocínio, o público foi privatizado, mas não se publicizou o privado e nenhum critério existe que, a partir da introdução do conflito, publicize o lucro. Assim, permanecem as mesmas justificativas de que se intencionam novos empregos e aumento da segurança, da renda e da convivibilidade. “Entre iguais. E a distância dos desiguais”.

Com relação à análise do emprego, Oliveira (2002) argumenta que o modo de desenvolvimento das forças produtivas hoje impõe pesados juro. Transparece, segundo o autor, a contradição entre a agenda política da esquerda e o constrangimento imposto pelo capitalismo e seu desenvolvimento. Surge nesse contexto a informalidade das ocupações, “do camelô à tentativa desesperada de sobreviver com os carrinhos de cachorro-quente – comprados com a indenização do desemprego”. A informalização passa a figurar como tendência do capital, pois não necessita incorporar o trabalhador em fábricas ou escritórios, assim, retira trabalho, de forma virtual, de qualquer trabalhador, já que não é interessante aumentar custos, tendo o trabalhador dentro de uma loja propriamente.

Fica a questão sobre quais seriam alguns caminhos possíveis para tornar as problemáticas mais amenas do ponto de vista do desenvolvimento local? Ademais: quais estratégias/políticas seriam passíveis de operacionalização, no atual contexto capitalista, com foco na evolução democrática dos municípios brasileiros?

### 3.4. DESENVOLVIMENTO E TERRITÓRIO

Conforme Haesbaert (2007), a des-re-territorialização consiste no processo de criação e desaparecimento dos territórios e constitui um debate recente, essencial e necessário, promovendo, inclusive, diálogo entre a Geografia e as demais ciências sociais. Nesse contexto, o território tem sido abordado de diversas maneiras, inclusive existindo argumentos sobre seu desaparecimento, debilitamento e também da geografia, ou seja, das bases espaciais da sociedade. Entretanto, há espaço tanto para o discurso do fim do território, quanto da “superabundância espacial”, assim, segundo o autor supracitado, há “uma ambivalência conceitual – se nas sociedades tradicionais não há dúvida sobre seu caráter mais territorializado, sob o capitalismo pode-se falar tanto em um domínio da territorialização quanto da desterritorialização”.

Nessa perspectiva, Haesbaert (2007) traz a reflexão do território para além do espaço físico, passando a incorporar o “poder do laço territorial”, pois o mesmo representa vinculação de valores não somente materiais, incluindo também éticos, afetivos e simbólicos. Território é ainda o sentimento de pertencimento, ou seja, a

intensidade de relação com o território pressupõe um princípio cultural de identificação. “Pertencemos a um território, não o possuímos, guardamo-lo, impregnamos nele”, assim o território possui, segundo o autor, uma forte carga simbólica que é construtora de identidades. O território, nesse contexto, não diz respeito ao ter, inerente ao possuidor, mas sim ao ser, do vivenciador espiritual e não material da experiência do território. (BONNEMAISON; CAMBREZY APUD HAESBAERT, 2007).

A partir da perspectiva dinâmica do território, Haesbaert (2007) apresenta a relação do território com o conceito de rede. Incorpora o argumento de Castells que contrapõe espaço dos fluxos e espaços de lugares, ou seja, uma dicotomia entre o mundo de territórios, enraizado, estável, em contraste com o mundo das redes, mais fluido e instável. As redes passam a ser protagonistas na sociedade informacional contemporânea, sendo “o principal elemento na configuração territorial”. Nesse rumo, Haesbaert bebe na fonte de Levy Strauss que incorpora as redes como constituintes do ciberespaço, sendo este responsável pela virtualização que pode ser vista como a desterritorialização. Desse modo, o ciberespaço estimula relacionamentos, mediados por tecnologia da informação e comunicação, independentes de espaços geográficos e da coincidência de tempos. Com isso, a geografia se torna contingente e o comum nas interações das pessoas passa a ser o não lugar espacial ou o ciberespaço no qual as pessoas se tornam não-presentes e se desterritorializam (HAESBAERT, 2007).

Por outra perspectiva de análise, Santos (2005) aborda a temática do território e retrata inicialmente a crítica pelo fato da noção de território ter sido herdada da Modernidade, sendo intocada, mesmo perpassando séculos. Nessa perspectiva, o objeto da análise social é o uso do território e não apenas ele por si próprio, dessa forma, carece de revisão histórica constante. Veja-se que o território deixou de ser uma comunhão de lugares com o universo e passou a uma comunhão global, pois “a interdependência universal dos lugares é a nova realidade do território”. A partir daí, vivemos o mundo concreto em dialética, pois ocorreu a evolução do Estado Territorial para a noção (pós-moderna) de transnacionalização do território. De fato, vale ressaltar que os territórios são entendidos como formas, mas quando usados são ações e objetos, “sinônimo de espaço humano, espaço habitado” (SANTOS, 2005)

### 3.5. PÓS-DESENVOLVIMENTO E A QUESTÃO ECOLÓGICA

De acordo com Boaventura (2009), existem de linhas cartográficas abissais que separam, desde a origem colonial, o Velho e o Novo mundo, “o lado de cá” e “o lado de lá”, sendo essa perspectiva presente e estruturante no pensamento ocidental moderno. Esse autor valoriza também o senso comum e não apenas o conhecimento científico, por isso recebe críticas de sociólogos mais ortodoxos. Nesse rumo, ele maximiza o discurso ético.

A diversidade epistemológica do mundo é virtualmente infinita (RIBEIRO, 2014). Essa reflexão é possível a partir de Boaventura quando envereda pelo pensamento pós-abissal e “parte da ideia de que a diversidade do mundo é inesgotável e continua desprovida de uma epistemologia adequada, de modo que a diversidade epistemológica do mundo está por ser construída”. Nesse contexto, o cosmopolitismo subalterno trazido pelo autor revigora a vontade pós-abissal quando se manifesta em organizações e movimentos numa configuração de globalização contra-hegemônica, na luta contra a exclusão social. Dessa forma, o pensar pós-abissal é um pensamento não derivativo, já que pressupõe a ruptura radical com as formas de ação e pensamento da modernidade ocidental, em síntese, é “aprender com o Sul, usando uma a epistemologia do Sul”.

Nesse contexto, Boaventura tece crítica ao hegemônico, sendo que o contra-hegemônico pode ser entendido como aquilo que queremos enquanto cidadãos, pensando inclusive em como usar o excedente de capital



para ser distribuído e não concentrado. Dessa forma, Boaventura busca chegar a uma ecologia de saberes em confronto com a monocultura da ciência moderna, em que reconhece a pluralidade e heterogeneidade de conhecimentos, pois a ecologia de saberes admite que conhecimento é interconhecimento. Como afirma Ribeiro (2013), na ecologia de saberes todos os saberes são igualitários e Boaventura os propõe enquanto alternativa à sociologia das ausências.

Vale ressaltar que “quando Boaventura fala de utopia, ele fala em uma possibilidade em função das condições já dadas. Ele trata dessa utopia”, de um caminho possível. A utopia não é do imaginário sonhador, mas de uma proposta que tempo e espaço poderão convergir para a ocorrência, em busca de melhores condições políticas, sociais e econômicas.

Ao analisar as diversas formas de conhecimento e sua relação com a perspectiva de pós-desenvolvimento, a partir da crítica à perspectiva hegemônica de globalização, outra questão que emerge é relativa ao conceito de “lugar”. Escobar (2005) afirma que as teorias sobre a globalização produziram certa marginalização do lugar, entretanto, é fato que o lugar tem expressiva representatividade enquanto experiência de localidade específica, vivência, enraizamento, pertencimento, identidade e conexão com a vida diária. Dessa forma, continua sendo importante na vida das pessoas. Assim, torna-se, segundo Escobar, válido pensar no “retorno ao lugar” ou no “lugar como projeto”, sendo esses dois aspectos trazidos de Casey (1993) e Dirlik (2000) respectivamente.

Na perspectiva de Escobar (2005), a antropologia precisa se preocupar com projetos de transformação social para que não ocorra a dissociação simbólica dos processos locais de reconstrução e de invenção. Esse autor entende que deve ser combatido o privilégio do espaço sobre o lugar, do capitalismo sobre o não-capitalismo. Nesse rumo, o futuro do local está no seu potencial globalizante, em outras palavras, “o que existe é a cultura do global, o local precisa ser integrado ao global” (RIBEIRO, 2014).

De fato, tanto Boaventura quanto Escobar problematizam a perspectiva hegemônica que apresenta o modo de compreensão capitalista do mundo. Desse modo, é essencial incorporar as problemáticas evidenciadas pelos autores na busca de alternativas reais que sejam incorporadas como pós-desenvolvimento ou alternativas ecológicas, seja na perspectiva de saberes em interconhecimento pós-abissal ou incorporando o lugar com sua relevância para a historicidade e a inter-relação entre humano, natureza, cultura e economia. Assim, considere-se que a luta está posta e os autores apresentam caminhos para a problematização reflexiva e para que saídas sejam buscadas em nome de um futuro ecológico de saberes e de lugares.

Boaventura apresenta uma reflexão interessante quando afirma que é “próprio da ecologia de saberes constituir-se mediante perguntas constantes e respostas incompletas”, sendo que aí reside a característica de um tipo de conhecimento prudente. A ecologia de saberes nos possibilita uma visão mais abrangente, tanto em relação ao que conhecemos, quanto àquilo que desconhecemos, além de nos permitir entender que o que não sabemos se trata apenas de ignorância individual e não geral.

### **3.6. EXPERIÊNCIAS LATINO-AMERICANAS CONTEMPORÂNEAS E POSSÍVEIS ALTERNATIVAS**

Na perspectiva de Dupas (2003), existem algumas perplexidades contemporâneas, diante de tensões e mal estar inerentes ao início do século XXI que, segundo ele, nos faz refletir sobre o papel dos indivíduos na sociedade contemporânea. Nesse contexto, o espaço de liberdade está sendo reduzido de forma progressiva ao ato de consumo, enquanto o exercício da democracia deveria pressupor a luta dos sujeitos em oposição à

lógica dominante dos sistemas. A prática da liberdade tem se dissociado do compromisso com o meio cultural e com a própria sociedade da qual faz parte o indivíduo. Tal fato tem ocorrido em função do rompimento crescente do já sensível equilíbrio das fronteiras entre Estado, sociedade civil e indivíduo, associado à internacionalização das mídias. Desse modo, duas ameaças principais são frutos desse processo, quais sejam: a desagregação das sociedades política e civil e o individualismo extremo com o abandono da vida social em função dos mecanismos de mercado.

Dupas (2003) tece ainda uma crítica às instituições universitárias que deixaram de ser o locus da crítica e da elaboração de utopias para passar a ser “uma rede de programas de formação e centros de pesquisa que não correspondem mais a um ideal civilizacional de educação superior de caráter humanista, nem a um projeto de transmissão e acumulação de conhecimento científico”. Em tal cenário, a informática é protagonista da transformação de um contexto de sociedade industrial para de uma sociedade da informação, com controles efficientistas e conectada em rede. Por outro lado, o autor deixa no ar a questão em busca de resposta ainda não alcançada: “Será possível, a partir de agora, reconstruir uma experiência do mundo e de sentido que não seja apenas mediada pela tela?”

Já Ribeiro (2010), ao olhar a América Latina, defende um contexto e pensamento da e pela integração regional. Ele formula e responde a questão: “Existe uma América Latina?” “Não há dúvida de que sim”. Entretanto, ressalva que “é sempre bom aprofundar o significado desta existência” e é o que ele faz durante com propriedade. Tece a devida complexidade da América Latina e afirma que, apesar de uma continuidade continental, esta não reflete uma unidade sociopolítica, muito menos uma “coexistência ativa e interatuante”. O autor justifica que a unidade geográfica nunca efetivamente funcionou como aspecto de unificação, pois as colonizações, a partir das quais nasceram os países latino-americanos, foram diferentes ao longo dos séculos e a relação se dava entre as colônias e suas metrópoles.

A experiência com os indígenas é tratada por Ribeiro (2010) como a tradução do devido sofrimento que deve ser entendido desse processo. Dez mil índios morreram numa guerra, brigando sem saber por qual motivo. A mortalidade no primeiro século de colonização foi na ordem de 25, a cada 25 indígenas, apenas um sobrevivia. Assim, a população, com estimativa superior a cem milhões em 1500, foi reduzida a menos de dez milhões em 1825. A utopia possível de paraíso existiu aqui e o que se quis implantar era o que já existia, “como jamais houve em parte alguma: uma sociedade solidária de homens livres”. E permanecem até hoje as perguntas de Ribeiro: “Como explicar tanta cegueira?”, “Qual é a trava que não permitiu e não permite ainda, a tantos missionários, ver a beleza da existência humana das comunidades indígenas que eles destroem cruelmente, em nome de uma quimera que sua própria sociedade não realizou jamais?” Hoje, após quinhentos anos turbulentos, as características singulares dos índios, segundo Ribeiro (2010), dão margem, após aculturação e influência da população geral, ao surgimento de índios genéricos. Mesmo assim, são índios ainda e sempre e vale enaltecer sua auto identificação.

Os tons críticos, tanto de Dupas (2003) quanto de Ribeiro (2010), são essenciais para a devida compreensão da gravidade problemática que se apresenta. Dupas (2003), perplexo diante da sociedade contemporânea que exacerba e revigora o indivíduo a partir do consumo como esfera de liberdade. Num cenário mediado por telas de computador em que as experiências e os sentidos são também baseados em tecnologia, é necessário perceber as fronteiras implícitas nesse processo, no qual o público passa a ser privado e não há a publicização do privado. Ainda, o consumo e a publicidade auxiliam na ratificação de uma paz consumista, sem questionamento e sem exercício pleno da cidadania, pois esta também foi privatizada.

Tamanha indignação também surge nos argumentos de Ribeiro (2010), a partir de sua análise do processo de formação da América Latina. De fato ela existe, mas é necessário que se busque na sua história possíveis



explicações para problemáticas e injustiças existentes ainda hoje. A questão da identidade singularizada, dentro de um território de formação que poderia pressupor integração a partir de similaridades, considerando suas histórias e formações indígenas por natureza, são justificadas por suas colonizações particularizadas e tóxicas em vários sentidos. Os índios sofreram genocídio e transformaram-se em índios genéricos por tamanha influência das populações nacionais colonizadas e, mesmo assim, precisam ser respeitados na sua identificação com sua origem. De fato, a América Latina é um campo de estudos amplo e que tem em Ribeiro uma base essencial para sua análise e reflexão da relevância para a história da humanidade. História vista e analisada por um brasileiro para que o mundo veja com os olhos do outro mundo.

## 4. RESULTADOS

O estudo com o objetivo de evidenciar possibilidades de pensar o desenvolvimento enquanto fenômeno complexo e multifacetado, apresentou uma perspectiva de desenvolvimento, segundo Morin (2005), multidimensional.

A partir das ferramentas do método Análise de Conteúdo em suas três fases, pré-análise, exploração do material e interpretação, o estudo alcançou a discussão do desenvolvimento enquanto fenômeno complexo e multifacetado, a discussão inicia pela reflexão do tipo: “não tem problema a pessoa achar diferente. Nossos sonhos são diferentes. O coletivo não se constrói pela exclusão, mas sim pelo reconhecimento. Se a gente não enfrenta, não impede o conhecimento de ser mais violento”. Dessa forma, devemos ser sujeitos ativos do conhecimento e da sociedade, é essencial que exista coerência entre o que se estuda, se escreve e se pratica, enquanto profissional e enquanto pessoa em um mundo que urge por mudanças prudentes para vidas decentes. Os resultados da presente incursão levam a busca por uma utopia possível em que o desenvolvimento passe a ser pauta de estudos e de pragmáticas de um mundo melhor. Pois, “quando a gente tem uma questão como dada, é fascismo” e se há inércia, passa a existir uma sociedade politicamente democrática, mas socialmente fascista (RIBEIRO, 2014).

Ao refletir sobre uma perspectiva de panorâmica sobre os estudos no tema do desenvolvimento, a Administração como área heterônoma do conhecimento, por exemplo, traz perspectivas diversificadas no que diz respeito ao tema desenvolvimento. A considerar os periódicos nacionais, classificadas no estrato A2, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e suas publicações entre 2016 e 2020, foi possível identificar nas revistas, perspectivas, objeto e tipo de estudo, conforme Quadro 1 a seguir. Percebe-se que os estudos têm buscado enveredar por perspectivas tanto instrumentais e micro, quanto ampliadas sobre desenvolvimento.

**Quadro1:** Panorama brasileiro, em Administração, sobre desenvolvimento (2016-2020)

Revista	Ano	Perspectiva		Objeto	Teórico	Empírico
		Principal	Secundária			
O&S	2016	Desenvolvimento	Perspectiva da Administração sobre desenvolvimento	Pesquisadores na área de Administração		x
RAP	2016	Desenvolvimento Regional	Sustentabilidade	Municípios do RJ	-	x
RAP	2016	Desenvolvimento econômico	Arranjos produtivos locais (APLs)	Empresas do APL do Paraná	-	x

Revista	Ano	Perspectiva		Objeto	Teórico	Empírico
		Principal	Secundária			
RAP	2016	Mito do desenvolvimento econômico	Neodesenvolvimento brasileiro	Teorias do desenvolvimento: protecionista, keynesiana, institucionalista, empreendedorismo e neoclássica	x	-
O&S	2017	Desenvolvimento sustentável	Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (meio ambiente)	Brasil, Peru, México		x
RCO	2017	Desenvolvimento	Licitações públicas	Municípios brasileiros	-	x
BBR	2018	Transferência de tecnologia	Capacidade dinâmica	Organizações públicas de ensino superior		x
RAP	2018	Desenvolvimento sustentáveis	Desigualdades	Municípios do Ceará	-	x
RAP	2018	Desenvolvimento Humano	Despesas militares	Área militar		
RAP	2018	Desenvolvimento	Investimento público	Ministério do Turismo		
RAP	2018	Desenvolvimento humano	Capacidade econômica	PIB do setor industrial	-	x
RAP	2018	Desenvolvimento local	Cidades orientadas ao mercado (neoliberalismo)	Karl Polanyi	x	-
BBR	2019	Plano de desenvolvimento institucional	RBV	Universidades Brasileiras		x
RAC	2019	Desenvolvimento de empreendedor universitário	Pressões institucionais		x	
RAP	2019	Desenvolvimento socioeconômico	Gestão fiscal	Municípios brasileiros	-	x
RAP	2019	Desenvolvimento socioeconômico	Gestão pública	Municípios cearenses	-	x
RAUSP	2019	Desenvolvimento sustentável	ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável	Brasil e Reino Unido	-	x
RCO	2019	Desenvolvimento social	Corrupção, PIB, IDH	Países do Mercosul	-	x
RAUSP	2020	Desenvolvimento sustentável	ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável	Indústria	-	x



Revista	Ano	Perspectiva		Objeto	Teórico	Empírico
		Principal	Secundária			
O&S	2020	Treinamento e desenvolvimento profissional	Capacitação e Cidadania organizacional	Universidade pública		x
O&S	2020	Desenvolvimento da competência profissional	Concepções de trabalho	Sebrae		x

Fonte: elaboração própria

A partir do Quadro 1, é possível perceber que os estudos sobre desenvolvimento transparecem uma macro agenda sobre o tema. Apresentam, desde temas mais amplos, como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), assim como temas mais específicos como regionalidades e finanças públicas. Outro destaque pode ser feito a partir dos temas principais e dos temas secundários, que estão amparados tanto na perspectiva do desenvolvimento humano, quanto na visão de desenvolvimento tecnológico.

Na visão macro, vale destacar o que afirma Perroux (2013), quando afirma que essa agenda acompanha as transformações de ordem mental e social das populações. Ademais, Ribeiro (2014) ressalta a importância de que essas transformações acompanham os crescimentos e os desenvolvimentos inerentes.

Como o desenvolvimento tem essa noção polissêmica (OLIVEIRA, 2002) e comporta muitas dimensões, os estudos na área de Administração investigados, têm refletido essa visão ampliada e se debruçado sobre diversas perspectivas secundárias. Os temas são variados e evidenciam a relevância do olhar sobre o desenvolvimento em diversos contextos organizacionais, sociais e econômicos. Destaque-se temas secundários, do Quadro 1, a exemplo de sustentabilidade e arranjos produtivos locais que podem ser associados aos argumentos de Hoesbaert (2007), pois ele afirma que o olhar e a relação com o território pressupõem um princípio cultural de identificação. Dessa forma, ainda que essas temáticas sejam eticamente respeitadas, é preciso haver aspectos imateriais que sensibilizem a prática dos temas na sociedade. Assim, alcançar um encontro entre as reflexões teóricas e as práticas sociais seria um elo necessário para a materialização do desenvolvimento.

Ao ressaltar a relevância do tema, é possível perceber os diversos objetos investigados, conforme Quadro 1. Países, estados, municípios, organizações e autores têm sido analisados. Os objetos transparecem uma perspectiva estruturante do pensamento ocidental moderno, que é a da discussão da globalização. Conforme Escobar (2005), é preciso que o debate sobre desenvolvimento considere as particularidades dos processos locais, pois a complexidade e riqueza do local não pode ser superficialmente comparada e marginalizada em uma compreensão instrumental advinda de um olhar hierárquico do desenvolvimento. É preciso reconhecer os aspectos globais, mas sem desconsiderar, conforme Boaventura (2009), alternativas locais e ecológicas, pois o local não precisa, necessariamente, seguir a tendência global, mas ser integrado ao global (RIBEIRO, 2014).

O desenvolvimento do presente estudo amplia os olhares vinculados ao homem. Existe uma tensão ou polaridade do desenvolvimento, pois, em alguns momentos, o desenvolvimento amplia olhares e possibilidade econômicas, sociais e tecnológicas, porém, é preciso um alerta quanto a efeitos colaterais, a exemplo da precarização do trabalho, sendo este um dos objetos que foi pauta em um dos estudos apresentados no Quadro 1.

É relevante, nesse processo de construção de conhecimento sobre a temática do desenvolvimento, principalmente olhada sobre a perspectiva da Administração, que as Instituições universitárias, conforme Dupas (2003), sejam locus da crítica e da elaboração de construções teóricas. Nesse sentido, é importante considerar que os estudos apresentados no panorama do Quadro 1, apresentam, em maioria, estudos empíricos, buscando uma aproximação do desenvolvimento com diversas realidades, essencial para a operacionalização dos conceitos em contextos empíricos, em uma relação possível e relevante entre a academia e a sociedade.

Ao fugir de tal fascismo, destaca-se que é necessário questionar, problematizar e buscar soluções alternativas ao que está posto. Não aceitar o hegemônico é buscar o contra-hegemônico e “não é possível o movimento contra-hegemônico ser exemplar” (RIBEIRO, 2014). Assim como os sem terras precisam transgredir sendo legítimos em suas ações e sendo marginalizados pela mídia fascista. Tal exemplo se repete em seis de março de 2014, quando o Jornal Nacional da Rede Globo de Televisão marginaliza os garis do Rio de Janeiro, afirmando que a greve dos mesmos é ilegal e eles estão ameaçando os outros garis que não aderiram à greve. A greve não é legítima? Os que estão em greve são marginais? Eles pedem aumento de salário além do bom senso? A polícia está protegendo os garis? É esse o discurso de caráter fascista que está posto. O prefeito aparece em harmonia com o discurso da rede de televisão. Surpreendente? Orquestrado? Discordar é preciso e buscar a evolução é possível e o desenvolvimento só será possível com o exercício do contraditório. O processo é dialético e evoluir, em muitos momentos históricos, significou transgredir, ou revolucionar. Que os garis o façam e que a sociedade também retome sua força de transformação por um mundo menos desigual e mais integralmente desenvolvido e o que quer que signifique isso, que seja melhor do que o que está posto.

Por fim, reconhece-se que acima de tudo “o que importa é a sua integridade diante desse sistema” (RIBEIRO, 2014). E sobre os garis do Rio de Janeiro ou qualquer outra questão que remeta a como se buscar o desenvolvimento, é preciso olhar o mundo a partir dos olhos do outro, sendo esta uma possibilidade de se pensar em desenvolvimento no sentido integral do termo.

Em essência, o presente ensaio buscou praticar a coletividade reflexiva, tendo como pauta o desenvolvimento na dinâmica de uma disciplina de doutorado e pautando aspectos estudados e debatidos em sala de aula. Assim como a prática da educação, enquanto processo coletivo, na esfera do desenvolvimento também é preciso (re)colocar a questão: “Há possibilidade de avançarmos na democracia sem o coletivo? Eu acho que não.” (RIBEIRO, 2014).



## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALCADIPANI, R. **Academia e a fábrica de sardinha em lata**. Organização & Sociedade, Salvador, UFBA, v. 18, n. 54, p. 345-348, abr./jul. 2011.

ALPERSTEDT, Graziela Dias; ANDION, Carolina. **Por uma pesquisa que faça sentido**. Revista de Administração de Empresas, v. 57, n. 6, p. 626-631, 2017.

BACHELARD, G. **A formação do espírito científico: contribuição para uma psicanálise do conhecimento**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996. p. 29-68.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. SP: Edições 70, 2011.

BERGER, P. LUCKMANN, T. **A construção social da realidade**. 34 ed. Petrópolis, Vozes, 2012.

BURRELL, G.; MORGAN, G. **Sociological paradigms and organisational analysis**. Pags 1 a 40. London Heinemann, 1979.

CRESWELL, J. **Projeto de pesquisa: método qualitativo, quantitativo e misto**. Artmed: Porto Alegre, 2010

DIMAGGIO, P.; POWELL, W. **The iron cage revisited: institutional isomorphism and collective rationality**. In: POWELL W. and DIMAGGIO, P. Institutionalism in Organizational Analysis. University of Chicago: Chicago, 1991.

DUPAS, Gilberto. **Tensões contemporâneas entre o público e o privado**. Paz e terra. São Paulo, 2003.

ESCOBAR, Arturo. **O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós desenvolvimento?** In: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais.

Perspectivas latino-americanas. Edgardo Lander (org.). Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina, 2005.

FREITAS, M. **O pesquisador hoje: entre o artesanato intelectual e a produção em série**. Cad. EBAPE.BR, v. 9, nº 4, opinião 1, Rio de Janeiro, Dez. 2011

GLUCH, P.; BOSCH-SIJTSEMA, P. **Conceptualizing environmental expertise through the lens of institutional work**. Construction Management and Economics, p. 1-14, 2016.

GODOI, C. K.; BALSINI, C. P. V. **A pesquisa qualitativa nos estudos organizacionais brasileiros: uma análise bibliométrica**. In: Godoi, C. K.; Bandeira-de-Mello, R.; Silva, A. B. (Orgs.). Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2010. p. 89-112.

HAESBAERT, Rogério. **Concepções de território para entender a desterritorialização**. In: Santos et al. Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial. Rio de Janeiro: Lamparina, 3.ed. 2007.

LEE, M.; LOUNSBURY, M. **Filtering institutional logics: Community logic variation and differential responses to the institutional complexity of toxic waste**. Organization Science, v. 26, n. 3, p. 847-866, 2015.

LOUNSBURY, M.; POLLACK, S. **Institutionalizing civic engagement: Shifting logics and the cultural repackaging of service-learning in US higher education.** Organization, v. 8, n. 2, p. 319-339, 2001.

MORIN, E. **Introdução ao pensamento complexo.** Tradução de Dulce Matos. 3a ed. Lisboa (PT): Instituto Piaget; 2001.

Ciência com consciência. Rio de Janeiro: Bertrand, 2005.

NORTH, Douglas. **El Desempeño económico a lo largo del tiempo.** El trimestre económico. V. 61, n. 4, p. 567-583, 1994.

Custos de transação, instituições e desempenho econômico. Instituto Liberal, Rio de Janeiro, 1994.

OLIVEIRA, Francisco de. **Aproximações ao Enigma: que quer dizer desenvolvimento local?** IN: SPINK, Peter et ali (Orgs.). Novos Contornos da Gestão Local: Conceitos em Construção. São Paulo: Polis; Programa Gestão Pública e Cidadania/FGV-EAESP, 2002,

RIBEIRO, Darcy. **A América Latina Existe? (Apresentação Eric Nepomuceno).** Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro; Brasília, DF: Editora UnB, 2010.

RIBEIRO, Maria Teresa Franco. **Desenvolvimento e Sociedade. Notas de aula da disciplina de Doutorado do Núcleo de Pós-graduação em Administração da Universidade Federal da Bahia (NPGA/UFBA), 2013-2014.**

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para além do pensamento abissal; das linhas globais a uma ecologia de saberes.** In: STARLING, H.M. e ALMEIDA, S.R.(org). Sentimentos do mundo; ciclo de conferencias dos 80 anos da UFMG. Belo Horizonte: Editora UFMG. 2009.

SANTOS, Milton. **O retorno do território.** In: OSAL : Observatorio Social de América Latina. Año 6 no. 16 (jun. 2005- ). Buenos Aires : CLACSO, 2005- . -- ISSN 1515-3282

SCHATZKI, T. **The sites of organizations.** Organization Studies, v.26, n.3, p. 465-84, 2005.

. Larger Scales. In: Demanding Ideas: Where theories of practice might go next. England. Working paper. 2014

SEN, Amartya. **Desigualdade reexaminada.** São Paulo Editora Record. 2001.

THORNTON, P.; OCASIO, W.; LOUNSBURY, M. **The institutional logics perspective: A new approach to culture, structure, and process.** Oxford University Press, 2012.

ZILBER, T. **Institutional logics and institutional work: Should they be agreed?.** Research in the Sociology of Organizations, v. 39, p. 77-96, 2013.









FORMANDO SOCIALIZADORES/MULTIPLICADORES  
EM CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS NO  
PODER PÚBLICO: A EXPERIÊNCIA DA ESCOLA DE  
GOVERNO DE SÃO PAULO



## RESUMO

O objetivo deste artigo é apresentar a atuação da Escola de Governo de São Paulo na perspectiva da consolidação do Estado Democrático de Direito, da República e da cidadania - categorias fundamentais do desenvolvimento da democracia brasileira, a partir da Constituição de 1988 - por meio da formação política. A experiência de 26 anos de atuação permitiu um caminho de amadurecimento que confluíu, mais recentemente, para a viabilização de processos de formação de servidores públicos como multiplicadores/socializadores em cidadania e direitos humanos. O propósito deste texto é apresentar essa experiência e fornecer subsídios para contribuir com outras atuações formativas em municípios e estados, efetivando parcerias na sociedade civil e no poder público. Formar servidores socializadores em cidadania e direitos humanos constituiu uma experiência importante da Escola de Governo no sentido de uma ação concreta para a mudança de mentalidades no Estado brasileiro, atribuindo protagonismo aos servidores na defesa da democracia contemporânea e em sua missão de assegurar políticas públicas e atender reivindicações sociais que permitam o combate às desigualdades.

**Palavras-chave:** Estado Democrático de Direito, Educação para os Direitos Humanos, Servidores Públicos Municipais, Formação cidadã, Cidadania Ativa

## 1. INTRODUÇÃO

A Escola de Governo foi constituída com a missão da transformação da sociedade brasileira, no sentido da afirmação dos valores republicanos e democráticos, da defesa incondicional dos direitos humanos, da ética na política e do desenvolvimento, combatendo as desigualdades e a injusta distribuição da renda. Por meio da formação política, atuou sempre no sentido de fortalecer o compromisso com a valorização da participação e o exercício de uma cidadania ativa democrática. Atuando com um público que engloba aqueles que atuam diretamente na política e em suas instituições, passando pelos mais diversos segmentos sociais pertencentes à chamada sociedade civil, ou que atuam nas diversas instâncias do poder público e agências governamentais, sempre buscou contribuir para a mudança de visão das relações sociais e a transformação das mentalidades e costumes políticos vigentes.

No presente Relato de Experiência será apresentado o perfil da atuação, valores e estratégias desenvolvidas pela Escola de Governo, enfatizando as formações para servidores públicos realizadas em 2015 e 2016, na perspectiva de constituir agentes multiplicadores/socializadores que, a partir desse impulso inicial pudessem dar continuidade a essa formação, seja junto a outros servidores públicos e conselheiros de políticas públicas, seja junto à população em geral e a todos aqueles a quem se destina a ação do poder público.

## 2. OBJETIVOS

Apresentar o histórico da Escola de Governo e sua importância no processo de democratização do país. Dentro desse percurso as mudanças na gestão da Escola permitiram perseguir novos objetivos, a partir de 2011. As ações de formação de servidores públicos em cidadania e direitos humanos, desenvolvidas pela Escola são o foco central do presente Relato de Experiência, enfatizando as duas edições, a metodologia e indicando como ter acesso aos materiais, para poder inspirar outras ações formativas junto ao poder público ou nos espaços da sociedade civil.



### 3. METODOLOGIA

O foco do presente artigo são as parcerias da Escola de Governo com o poder público para a formação de servidores públicos e conselheiros municipais, de diferentes áreas de políticas públicas, em convênio com a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania de São Paulo. O primeiro convênio foi constituído a pedido do Secretário da pasta, em 2014, para ministrar a “Formação de Servidores Públicos Municipais”, visando ir além da ampliação de conhecimentos e consciência crítica, propondo-se também a formar socializadores/multiplicadores que pudessem se dedicar posteriormente a formar outras pessoas, por meio da Escola Municipal de Administração Pública (EMASP).<sup>1</sup> Também possibilitou a produção e entrega de uma Matriz Curricular com material de apoio para o trabalho dos socializadores<sup>2</sup>.

Posteriormente, com o apoio de uma emenda parlamentar<sup>3</sup>, foi modelada na gestão seguinte junto à mesma Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, uma nova iniciativa específica de formação de multiplicadores/socializadores, que atuavam na Prefeitura Municipal de São Paulo, com ênfase nos servidores das prefeituras regionais, e que colocou como desafio principal aprimorar a metodologia e o alcance da formação de socializadores na mesma temática.

Os cursos foram organizados divididos em uma formação básica e outra específica. Em relação à formação básica buscou-se aprofundar os temas-chave da Escola de Governo: Construção do Estado Brasileiro, Costumes e Mentalidades, Cidadania no Brasil, Participação e Controle Social, Democracia Participativa e Representativa, Direitos Humanos, Orçamento e Gestão Pública e Democratização dos meios de comunicação. A formação específica contou com vivências de campo, rodas de conversa, debate de filme e oficinas teórico-práticas<sup>4</sup>.

Para ampliar os subsídios disponibilizados para a sociedade, foram também produzidas vídeo-aulas sobre os principais temas gerais da formação divididas em três módulos de 20 minutos cada: o primeiro mais conceitual e histórico; o segundo, baseado em exemplos dos temas trabalhados, incluindo as violações de direitos mais recorrentes e os caminhos da atuação coletiva para seu enfrentamento; e o terceiro, seguindo um formato de entrevista, trazendo questões pendentes mais atuais, buscando uma síntese do tema trabalhado.<sup>5</sup>

### CONTEXTUALIZAÇÃO E ARQUITETURA DO MÉTODO VER, JULGAR E AGIR

A sociedade brasileira, apesar de todos os esforços nestas décadas de vida sob a democracia formal ainda é

1 Proposta pela Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania de São Paulo (SMDHC), em conjunto com a Escola Municipal de Administração Pública de São Paulo (EMASP), foi realizada ao longo do ano de 2015 pela Escola de Governo, envolvendo aproximadamente 300 servidoras(es) públicas(os) municipais oriundas(os) de 18 secretarias municipais. Estes pertenciam a três segmentos: servidores de carreira, estagiários e servidores comissionados.

2 Disponível para consulta e utilização na página educacional da SMDHC (<http://portaledh.educapx.com/formacao-de-servidores-publicos.html>).

3 A emenda foi concedida pelo Vereador Eduardo Suplicy, o qual já havia sido Secretário da pasta e tinha acompanhado a ação dos socializadores.

4 Essa segunda formação previu 60 horas/aula, totalizando 18 encontros de 4 horas cada, sendo três atividades externas, as quais denominamos vivências de campo.

5 Na página You Tube da Escola de Governo, podem ser acessados os vídeos, sempre com o nome do arquivo iniciando com “Curso EG-SMDHC”: <https://www.youtube.com/channel/UCxPQkYOdBrOn1Uz16DPGIhw/videos>

profundamente desigual, violenta e intolerante, fortemente excludente. É um resultado de quase 400 anos de escravidão de populações africanas, afro-brasileiras e ameríndias e de um pós-escravidão que negou direitos a essa população (AUTOR, 2019).

Isto contribuiu para uma mentalidade que, de alguma forma, legitima uma situação de duplicidade institucional em que parece haver pessoas com mais direitos do que outras. Este sistema, assemelhado ao sistema de castas, aparece sempre de forma muito velada, ocultando uma realidade social no campo e nas cidades, marcada por guetos e separações entre ricos e pobres.

Uma das consequências de um país em que os valores republicanos não foram ensinados sistematicamente nos processos educacionais ao longo da sua história e onde a mídia sem regulação defende interesses anti-populares, é o fortalecimento do individualismo, da busca desenfreada por enriquecer.

Este ponto evidencia a dificuldade na disseminação de sentimentos de igualdade e comportamentos que considerem o bem comum como um valor maior que o bem individual. A transformação de uma sociedade, assim, começa na transformação, na ressignificação de nossa percepção da realidade.

O ver, julgar e agir (CHALOUB, 1989) é um processo que compreende uma fase de conscientização que leva ao agir. A partir do momento em que se toma consciência da situação social e política de forma crítica, há um despertar para a busca da transformação da realidade. Essa metodologia, combinando uma formação localizada num determinado território, mas sem perder uma visão ampla e generalista, procura discutir os conceitos imprescindíveis para a atuação, para o agir. O princípio orientador de todo o processo é a defesa incondicional dos Direitos Humanos, que confere unidade e coerência à ação política. Se esses princípios se perdem, a ação política se esvanece, perde a consistência. A seguir, cada uma das etapas desta metodologia:

Esta metodologia pressupõe um processo de aprendizagem ativa, no qual as/os alunas/os contribuem com suas experiências e conhecimentos, numa produção de conhecimento horizontal e colaborativa. Tendo como objetivo a transformação material da realidade, buscando unir teoria e prática de forma dialógica, são construídos instrumentos formativos que auxiliem os alunos a identificar mecanismos de mudanças nas estruturas sociais.

A metodologia possibilita definir aliados possíveis, dentro e fora do meio político, identificar os adversários da ação política em causa e buscar o apoio da opinião pública. Para isso, três perguntas se mostram fundamentais em todo percurso formativo: Quem somos? O que queremos? Contra o que lutamos?

Desta forma o desafio da defesa incondicional dos Direitos Humanos se torna mais palpável, orientando a ação política: não basta apenas presenciar um direito humano sendo violado, é preciso julgar e agir.

## 4. ANÁLISE

A iniciativa da Formação das(os) Servidoras(es) Públicas(os) Municipais de São Paulo em Direitos Humanos e Cidadania, proposta e desenvolvida junto à Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC) pela Escola de Governo, está atrelada a um contexto maior consagrado no Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH, 2006), quando este reconhece que a formação de profissionais no sistema público é estratégia essencial para a consolidação da democracia e da justiça social, sendo fundamentais à promoção da dignidade inerente à pessoa humana.



São seis os princípios que sustentam a Educação em Direitos Humanos segundo as Diretrizes Nacionais em Direitos Humanos: a) dignidade humana; b) democracia na educação e no ensino; c) valorização das diversidades; d) transformação social; e) interdisciplinaridade; f) sustentabilidade (BRASIL, 2013).

Os agentes promotores destas formações devem estar orientados pela perspectiva da promoção e defesa dos Direitos Humanos, e da consciência quanto às diferenças sociais e culturais encontradas na sociedade, atendendo com dignidade a todos os segmentos e combatendo privilégios. De fato, as grandes necessidades individuais e coletivas a serem atendidas impõem a necessidade da cooperação dos agentes públicos e sociedade.

A promoção de uma ética solidária que contribua para uma prática emancipatória dos sujeitos envolve a explicitação das contradições e conflitos existentes nos discursos e práticas das categorias profissionais encontradas no serviço público, com qualificação, experiências e valores muito diferenciados mas conectados por princípios mais abrangentes.

Outra referência importante que tem pautado os processos formativos em Direitos Humanos é o Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH 3) que apresenta, em seu eixo V, a centralidade da Educação e Cultura em Direitos Humanos para o processo de transformação da sociedade:

“O Eixo V, Educação e Cultura em Direitos Humanos, refere-se ao desenvolvimento de processos educativos permanentes voltados à formação de uma consciência centrada no respeito ao outro, na tolerância, na solidariedade e no compromisso contra todas as formas de discriminação, opressão e violência, com base no respeito integral à dignidade humana.” (SEDH/PR, 2010).

A Diretriz 21, em especial, defende a Promoção da Educação em Direitos Humanos no serviço público, com dois objetivos estratégicos: a) Formação e capacitação continuada dos servidores públicos em Direitos Humanos, em todas as esferas de governo, e b) Formação adequada e qualificada dos profissionais do sistema de segurança pública.

Vale também sublinhar a referência à pedagogia freiriana, que inspira a ação da Escola de Governo, por meio da reflexão de Moacir Gadotti, reforçando que, tal como ocorre com a ação política, a ação educacional, por definição, não é, nem pode ser neutra:

Não há uma só concepção de Educação em Direitos Humanos: há uma concepção popular, emancipatória, integral (interdependência dos direitos), transformadora, e uma concepção “bancária” (Paulo Freire), instrucionista, fragmentada, que separa direitos políticos dos direitos sociais, econômicos etc. A Educação Popular em Direitos Humanos está voltada para a transformação e não para a mera instrução em Direitos Humanos. É uma formação para uma cultura de valores. Isso supõe a superação de uma “visão reformista dos Direitos Humanos” (DIEHL, 2012) por uma visão transformadora, como está na Pedagogia do Oprimido de Paulo Freire. (GADOTTI, 2014)

Pautar-se nessas orientações e concepções foi essencial para o processo formativo junto aos servidores públicos municipais.

As políticas de governo muitas vezes se mostram frágeis e flutuam segundo o estilo e orientações governamentais, podendo esvaziar e interromper políticas, principalmente quando essa atuação não se pauta em estruturas mais consolidadas, como o arcabouço fornecido a partir da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, de 1948 e a Constituição brasileira de 1988.

Nas formações trabalhadas com os grupos, a argumentação foi sempre no sentido de que viessem a atuar como formadores independentemente do governo que estivesse à frente da administração municipal, como política de Estado. O grupo levou a efeito essa premissa, tanto que mesmo no contexto de governos conservadores articularam diversas estratégias e garantiram a ação como socializadores/multiplicadores, o que vem ocorrendo até os dias atuais, com mais de 10 formações estruturadas já desenvolvidas pela EMASP – Escola Municipal de Administração Pública de São Paulo nesse ínterim atingindo centenas de outros servidores, em diversas Secretarias e territórios de alta vulnerabilidade social.

## 4. RESULTADOS

As formações tiveram como objetivos específicos valorizar o servidor público, fornecer ferramentas teóricas e práticas para a gestão pública, ampliar a noção de responsabilidade ética do serviço público, solidificar a identidade política desse servidor com o Estado e as políticas públicas, a partir do espaço institucional, e aprofundar o compromisso com a garantia e a defesa dos direitos humanos e dos valores republicanos e democráticos.

A abertura, por meio de uma Aula Magna mostrou-se muito importante para o acolhimento das pessoas selecionadas e inscritas. O tema ministrado pelo professor Fabio Konder Comparato<sup>6</sup> abordou “O papel dos servidores públicos municipais na defesa dos Direitos Humanos e da Cidadania”. As aulas, cujos conteúdos podem ser consultados na Matriz Curricular e nas vídeo-aulas, tiveram como facilitadores docentes e colaboradores da Escola de Governo, em geral com papel reconhecido em suas respectivas áreas de atuação.

Entre as queixas relacionadas ao trabalho dos servidores, uma das mais enfatizadas era não conseguir realizar, dentro de suas atribuições, um atendimento efetivo e afetivo – acolhedor – junto à população. Destacavam a necessidade de experiências formativas significativas e contínuas para o aprimoramento da sua atuação.

A dimensão local (dentro das atribuições do esfera municipal) permeou todo o trabalho desenvolvido pela Formação, oportunizando vivências de campo que de alguma forma colocassem as(os) servidoras(es) frente à problemática social discutida, abordando problemas concretos, indo a campo, observando, dialogando e entrando em contato com a população que tem seus direitos negados. Nesse sentido a formação abarcou vivências de campo in loco nas temáticas da população em situação de rua, memória e verdade, população indígena, refugiados, pessoas com problemas com álcool e outras drogas e vulnerabilidade social da criança e adolescente.

Trabalhar em rede e dentro de um desenho intersecretarial é fundamental em qualquer esfera do Estado, ampliando a integração da máquina pública, construída historicamente com uma cultura segmentada, centralizada e hierárquica, dificultando a compreensão dos processos de mudança a partir das políticas públicas. E os Direitos Humanos e a Cidadania são sempre temas transversais dentro do Estado, passando por todas as áreas.

Os multiplicadores-socializadores seriam os sujeitos que dariam “vida” à Matriz Curricular, fazendo desta, uma referência para as futuras formações.

No período mais recente, até o encerramento das atividades em 2017, a Escola de Governo modificou a associação e a direção, obteve a certificação de OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público) e em 2014 conquistou reconhecimentos, como a menção honrosa no 17º Prêmio Betinho de Democracia e Cidadania e o Prêmio Milton Santos, ambos concedidos pela Câmara Municipal de São Paulo. Além dos cursos regulares, a Escola desenvolveu Cursos Especiais com temas alinhados à sua concepção, entre os quais aqueles aqui apresentados.



Trabalhar com Direitos Humanos e Cidadania implica saber que nunca haverá um produto finalizado. É um processo em contínua construção. Assim como a democracia, que não está dada, tem que ser cotidianamente defendida, resguardada, atualizada constantemente, sob pena de distorcer sua finalidade e objetivos.

A atuação da Escola de Governo na direção da cidadania ativa democrática nessa vertente de qualificar os servidores públicos, foi muito marcante para aqueles que passaram por aquela experiência, inclusive ao se auto intitularam como: “Servidores Humanos”. A formação explicitou a importância fundamental do papel dos servidores do Estado na sociedade como agentes que levam os direitos a toda a população, ideia muitas vezes esquecida e apagada pela falta de políticas públicas de valorização do Estado e de políticas públicas republicanas e de uma sociedade que se enxergue como parte e sujeito de uma nação.

## 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUERRE, PEDRO. **Fundamentos da organização da vida social e política no Brasil: relações Estado e sociedade e o papel das organizações da sociedade civil** (p.35 a 66). In: Junqueira, Luciano Antônio

Prates, Org.; Padula, Roberto Sanches, Org. **Gestão de organizações da sociedade civil** / Organização de Luciano Antônio Prates Junqueira e Roberto Sanches Padula. – São Paulo: Tiki Books: PUC- SP/PIPEq, 2019.

BRASIL. 2010. **Programa Nacional de Direitos Humanos**, PNDH-3. SEDH/PR, 2010. Disponível em < <http://www.pndh3.sdh.gov.br/porta1/sistema/sobre-o-pndh3>>. Acesso em 02 set.2015.

CHALOUB, Suraya Benjamin. **Processo Pedagógico Gerador de Uma Consciência Crítica: uma história de Vida**. São Paulo: Edições Loyola, 1989.

COMPARATO, Fábio Konder. **A afirmação histórica dos Direitos Humanos**. São Paulo: Saraiva, 2005.

COMITÊ NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos - Edição Especial Cidade de São Paulo**.Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, 2007.

ESCOLA DE GOVERNO DE SÃO PAULO e INSTITUTO CULTIVA. **Dicionário de gestão democrática: conceitos para a ação política de cidadãos, militantes sociais e gestores participativos** / Instituto Cultiva, Escola de Governo de São Paulo, – Belo Horizonte : Autêntica , 2007. 312 p. (verbete Costura social).

ESCOLA DE GOVERNO DE SÃO PAULO. **Matriz Curricular para Formação de Servidoras(es) Públicas(os) Municipais em Direitos Humanos e Cidadania**. São Paulo, 2016. (<http://portaledh.educapx.com/formacao-de-servidores-publicos.html>)

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 25. ed. São Paulo: Paz e terra, 1996.

GADOTTI, Moacir. **A Educação Cidadã como Educação em Direitos Humanos**. Disponível em: <[http:// portaledh.educapx.com/file/258297/educacao-cidada-como-dh-gadotti.pdf](http://portaledh.educapx.com/file/258297/educacao-cidada-como-dh-gadotti.pdf)>. Acesso em: 08 set. 2015.

SEDH - Secretaria Especial de Direitos Humanos. Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. Brasília: SEDH, 2006.

Presidência da República. Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3). Brasília: SEDH, 2010.





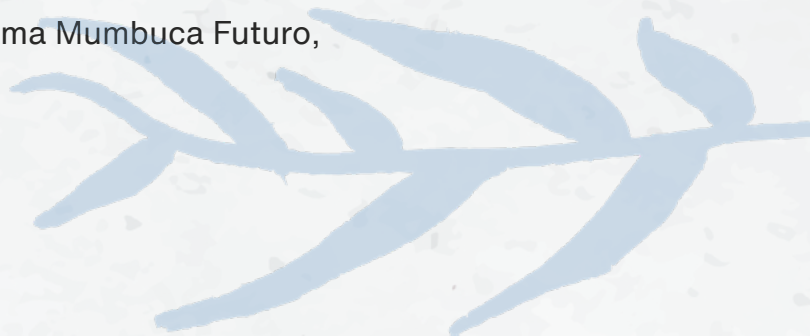
Mumbuca Futuro: pensando o futuro através de uma perspectiva econômico- solidária

*Mumbuca Futuro: thinking the future through an economic-solidarity perspective*

Rayanne de Medeiros Gonçalves,  
Orientadora Educacional do Programa Mumbuca Futuro,  
medeirosrayg@gmail.com;

Thaís Cristina Souza de Oliveira,  
Orientadora Educacional do Programa Mumbuca Futuro,  
thaiscs.oliveira@yahoo.com.br

Thaíza Freitas de Senna,  
Orientadora Educacional do Programa Mumbuca Futuro,  
thaizafreitass@gmail.com



## RESUMO

Este artigo tem como objetivo apresentar e refletir sobre a atuação do Programa Mumbuca Futuro no município de Maricá, região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro. O Programa, em fase de implementação pela Secretaria de Economia Solidária do município em parceria com a Secretaria de Educação, atua, desde 2018, na formação em Economia Solidária para estudantes do 6º ano do Ensino Fundamental ao 3º ano do Ensino Médio das escolas públicas do município, utilizando a metodologia da Educação Popular. Em adicional ao curso, o Programa pretende fomentar a economia local e a geração de trabalho e renda na medida em que fornece aos estudantes matriculados no curso uma bolsa de 50 mumbucas (moeda social local equivalente a 50 reais), além de uma poupança de 1200 reais anuais com o objetivo de subsidiar a criação de um Empreendimento Econômico Solidário ou o ingresso no Ensino Superior após o Ensino Médio. Desta forma, este artigo busca descrever e analisar, mesmo que de maneira parcial, a implementação do Programa, de modo piloto, nas turmas de 9º ano das escolas públicas no ano de 2019, assim como contribuir para o debate de alternativas da relação trabalho, ensino e juventude na sociedade brasileira.

**Palavras-chave:** Economia Solidária, Educação Popular, Juventude, Empreendimento Econômico Solidário, Moeda Social.

## ABSTRACT

This article aims to present and reflect on the work of the Mumbuca Futuro Program in the municipality of Maricá, in the metropolitan region of the state of Rio de Janeiro. The Program, implemented by the Secretariat of Solidarity Economy of the municipality, provides Solidarity Economy training to students from the 6th grade of elementary school to the 3rd grade of high school in the public schools of the municipality, using the methodology of Popular Education. In addition to the course, the Program intends to promote the local economy and the generation of work and income in that it provides the students enrolled in the course with a scholarship of 50 mumbucas (local social currency equivalent to 50 reais), in addition to a savings of 1200 reais per year with the objective of subsidizing the creation of a Solidarity Economy Enterprise or the entrance into Higher Education after High School. Thus, this article seeks to demonstrate, even if only partially, the impact of the Program, in a pilot way, in the 9th grade classes in public schools, as well as contribute to the debate on the relationship between work, education, and youth in Brazilian society.

**Keywords:** Solidary Economy, Popular Education, Youth, Solidary Economic Enterprise, Social Currency.



# 1. INTRODUÇÃO

Não podemos ignorar que se vive hoje, principalmente no Brasil, um grave cenário de crise econômica e política. O índice de desemprego em maio de 2019 atingiu o índice de 13,1%, o que equivale a 14.092 milhões de pessoas desempregadas, de acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2019a). Em paralelo, vem aumentando o número de ocupações informais, ou seja, sem garantias trabalhistas e em situação de precarização. Dentre esses números, a população mais jovem tem acumulado historicamente os indicadores mais desfavoráveis.

O cenário nacional acaba por se refletir no município de Maricá<sup>1</sup>, no que se refere a ocupação dos jovens de acordo com o Sistema de Indicadores da Cidadania (INCID), desenvolvido pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE). O indicador “Direito ao Trabalho: Situação dos(as) Jovens no Acesso ao Emprego Formal” mostra que em 2014 apenas 18% dos jovens entre 15 e 29 anos estavam formalmente empregados em Maricá, contra 50% de jovens empregados no mesmo período em Niterói e 39% na vizinha Saquarema<sup>2</sup>.

Diante desse cenário, a Prefeitura de Maricá e a Secretaria de Economia Solidária tem buscado nos últimos anos construir estratégias e políticas públicas que visam o fortalecimento e desenvolvimento da economia local, como a Moeda Social, o Programa de Renda Básica de Cidadania (RBC) e com o Programa Mumbuca Futuro, que será foco da análise deste artigo.

O Mumbuca Futuro é um programa de governo que se iniciou em julho de 2018 e se caracteriza por unir uma formação emancipatória em Economia Solidária aos jovens e estudantes de Maricá ao mesmo tempo que articula ações de transferência de renda com fomento da moeda social local.

Pautado nos princípios da Educação Popular, o programa oferece formação em Economia Solidária aos estudantes e moradores da cidade de Maricá com foco na criação e assessoria a Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), buscando gerar um desenvolvimento econômico e social do território. O Programa também busca incentivar a permanência dos estudantes na escola e seu ingresso no ensino superior por meio da concessão de benefícios de transferência de renda.

Em 2018 e 2019, o Programa contou com períodos de planejamento dos conteúdos pedagógicos, com a implementação de projetos pilotos do programa nas escolas com pagamento das modalidades de benefícios previstas. Dado o perfil inovador, a experiência de implementação do programa pode apontar aportes para se pensar e discutir uma política de geração de trabalho e renda voltada para a juventude.

## 2. OBJETIVO

Este trabalho tem como objetivo relatar e analisar a experiência do Programa Mumbuca Futuro no período de agosto a novembro de 2019 com o 9º ano do Ensino Fundamental, onde teve início a concessão dos incentivos.

<sup>1</sup> Cidade situada na região metropolitana do Estado do Rio de Janeiro

<sup>2</sup> [http://www.incid.org.br/pdf/DIREITO-AO-TRABALHO\\_Situacao-dos-as-Jovens-no-Acesso-ao-Emprego-Formal.pdf](http://www.incid.org.br/pdf/DIREITO-AO-TRABALHO_Situacao-dos-as-Jovens-no-Acesso-ao-Emprego-Formal.pdf)

### 3. TRABALHO E JUVENTUDE

Com o fortalecimento do ideário neoliberal, se observa no Brasil da atualidade uma crescente nos índices de desigualdade e disparidade social entre a população, sobretudo no mundo do trabalho. Onde através de reformas administrativas e legislativas, há cada vez mais a diminuição dos direitos sociais em face ao aumento na precarização das relações sociais e condições de vida.

As mudanças na legislação trabalhista entre os anos de 2017 e 2018 se apresentam como um importante agravante deste cenário, pois nota-se cada vez mais uma economia onde os trabalhadores são submetidos a relações de alienação e degradação próprias desta lógica hegemônica. Um grande exemplo disso é a precarização do trabalho assalariado, identificada através de vínculos empregatícios terceirizados, fragmentados e informais, bem como jornadas de trabalho excessivas, entre outros. Raichelis (2018) afirma que:

Através da crescente do desemprego estrutural há a precarização e deterioração da qualidade do trabalho, dos salários e das condições em que ele é exercido, que se agravam ainda mais considerando recortes de gênero, geração, raça e etnia, com profundas mudanças nas formas de ser da classe trabalhadora, com impactos na materialidade e na subjetividade individual e coletiva. (RAICHELIS, 2018, p. 51- 52).

É nesse cenário de precarização do trabalho e aumento do desemprego que segundo Ricardo Antunes (2018) emerge também o fenômeno denominado por ele de Uberização, que se caracteriza pela venda da ideia do trabalho intermitente mediante a falácia do empreendedorismo e do “ser o próprio patrão” sem qualquer direito assegurado propagada por grandes empresas como a Uber, Rappi, 99 e Ifood.

De acordo com a Síntese de Indicadores Sociais produzida pelo IBGE(2020), constata-se que o grupo dos jovens (14 a 29 anos) foram os mais atingidos pela desocupação entre os anos de 2012 a 2019, atingindo o percentual de 21,8 % dos jovens em 2019. Ainda de acordo com a publicação, esse é um fenômeno estrutural, que se mantém mesmo em cenários econômicos mais favoráveis, e que se coloca como desafio a nível internacional, compondo metas e desafios de vários países.

Ainda considerando a mesma publicação, os indicadores de estudo e ocupação entre jovens mostra que 23% dos jovens – pessoas de 15 a 29 anos de idade – não estudavam e nem tinham ocupação, em 2019. Esses dados apontam outras nuances ao se relacionar indicadores de raça e gênero, tendo as mulheres jovens de cor preta ou parda os maiores índices de desocupação e fora da escola, representando 2,4 vezes mais chances de estar nessa situação do que um jovem de cor ou raça branca. Cabe ainda destacar, que no mesmo ano, 42,8% dos jovens que não estudavam e não trabalhavam faziam parte de quinto da população com os menores rendimentos domiciliares per capita.

Segundo dados do IPEA (2020) aglutinados no “Diagnóstico da inserção dos jovens brasileiros no mercado de trabalho em um contexto de crise e maior flexibilização”, a redução no índice de desocupação aparece ao lado do aumento no índice de trabalhadores informais a diversos segmentos da sociedade nos últimos tempos, principalmente entre a juventude. Onde durante o período de 2012 a 2018, em média 53% dos jovens de 15 a 29 anos entram no mercado de trabalho por meio do emprego informal.



Esses dados se agravam ao considerar que:

A dificuldade em se colocar no mercado de trabalho hoje aumenta a propensão do jovem a aceitar uma ocupação de pior qualidade. A partir do primeiro trimestre de 2015, com a deterioração do mercado de trabalho, confirma-se uma tendência de redução na participação do emprego formal e de aumento do emprego informal e trabalho por conta própria. Essa tendência é preocupante, pois, assim como episódios de desemprego no início da trajetória profissional, o ingresso no mercado de trabalho pelo emprego informal tende a comprometer a trajetória profissional dos jovens por muito tempo (CORSEUIL; FRANCA; POLOPONSKY, 2020, p. 35-36).

De acordo com outros dados do IBGE (2019b), o índice de desocupação também se relaciona com o grau de instrução de cada indivíduo, dado que frente a um mercado de trabalho inflado e sem vagas para todos, os trabalhadores com maior grau de escolaridade e instrução acabam sendo requisitados para vagas de trabalho assalariado formal. Outro ponto observado pela pesquisa é que a não inserção do jovem no mercado de trabalho é um fenômeno que surtirá efeito também a longo prazo, pois a falta de experiência e qualificação desejada tende a ser um dos maiores agravantes para a não inserção destes no mercado de trabalho futuramente.

Para Mathis (2019), a juventude é um período fundamental no processo de formação das condições tanto individuais de reprodução e vida, quanto e principalmente, sociais. Sendo de suma importância para pensar o desenvolvimento socioeconômico do país numa

perspectiva futura, o olhar para o jovem, que precisa ser estimulado a desenvolver suas habilidades, competências e possibilidades de qualificação profissional e pessoal, tanto para sua inserção no mercado de trabalho, quanto para a vida em sociedade.

Segundo o Global Employment Trends for Youth 2020, é também crescente o número de jovens considerados “Nem-Nem”<sup>3</sup> ao redor do mundo. Mediante a dados mundiais reunidos no relatório, do total de 1,3 bilhão de jovens, 267 milhões são hoje considerados “Nem-Nem”. Um dos apontamentos levantados para a falta de perspectiva destes jovens é a falta de investimento em políticas de educação que os estimulem a desenvolver novas habilidades e visões de mundo. Já na realidade brasileira, segundo dados do IBGE (2018) o percentual de jovens “Nem-Nem” é também crescente nos últimos anos, atingindo os 23% e sem perspectiva de diminuição futura.

Para tanto, o Poder Público se faz extremamente necessário no enfrentamento desta problemática, onde, através do fomento a políticas públicas e programas sociais que trabalhem na perspectiva da juventude outras formas de geração de renda, a importância do incentivo a educação, a inserção no mercado de trabalho e o desenvolvimento das habilidades pessoais e coletivas seja possível pensar um futuro que contraponha a lógica neoliberal vigente de exclusão social e precarização da vida.

## 4. METODOLOGIA

Visando contribuir nas formulações de políticas públicas para as juventudes, buscaremos neste artigo descrever e analisar a experiência de implementação de um programa de governo voltado para as juventudes e a geração de trabalho e renda. Esta pesquisa se caracteriza como uma pesquisa qualitativa e

<sup>3</sup> O termo “Nem-Nem” é a variação da sigla em inglês Neet (Not in Education, Employment, or Training), utilizado para descrever o perfil de jovem que se encontra fora da educação, emprego e formação profissionalizante.

exploratória, tendo como objetivo proporcionar maior aprofundamento para a compreensão da realidade e levantar possíveis questões de análise que contribua com a discussão, troca e proposição de novas ações nas políticas.

Dessa maneira, decidimos por fazer um estudo de caso da atuação do Programa no ano de 2019, entre julho e novembro, nas turmas de 9º ano. Nossa metodologia se debruça tanto na análise documental quanto nos nossos relatos de experiências durante nossa atuação na implementação e desenvolvimento do Programa. É com um olhar crítico que compreendemos os documentos como lugar de produção e apropriação de informações, e buscando entender que estes também devem sempre ser colocados em questão. Debater a questão dos arquivos é pensar tanto na disponibilidade de acesso documental quanto em seu conteúdo e manuseio (CATELLA, 2002).

Ao utilizar o Plano de trabalho como instrumento de análise da trajetória formativa, podemos inferi-lo enquanto idealização inicial de metas estabelecidas pelo Programa, mas podemos, também, nos indagar o que foi cumprido durante o prazo e objetivos estipulados com e nas turmas, os desafios, as oportunidades, as potencialidades e os aprendizados apresentados ou não neste período.

Em complemento à análise documental do Plano de trabalho, também analisamos os relatórios produzidos pelos jovens educadores, as ementas com as aulas, os planos de aulas, os anexos dos planos, os materiais produzidos pelos estudantes durante as aulas e as avaliações feitas pelos estudantes, que constituem parte de um todo na gerência do Programa com diferentes percepções. Tais aspectos nos fazem refletir sobre o que Paulo Freire apresenta como a realidade concreta. Para o educador “(...) ela é de todos esses fatos e todos esses dados e mais a percepção que deles esteja tendo a população neles envolvida. Assim, a realidade concreta se dá a mim na relação dialética entre objetividade e subjetividade” (FREIRE, 1984, p. 35).

Delimitaremos nossa análise na metas 3, do plano de trabalho, que objetivava a formação para 22 jovens maricaense em conteúdos de educação popular, economia solidária e para assessoria à implementação e gestão de empreendimentos econômicos solidário para atuar como tutores nas escolas e na meta 5 que visava o ensino a processos formativos em economia solidária e para o desenvolvimento de empreendimentos econômicos solidários para estudantes do Ensino Fundamental II.

Nas próximas seções iremos caracterizar o programa abordando seus objetivos, as modalidades de benefícios, seu amparo legal, a equipe componente, suas fases, os princípios metodológicos e a implementação em 2019.

## 5. O PROGRAMA MUMBUCA FUTURO

O Mumbuca Futuro é um dos programas que compõem as políticas públicas de economia solidária na Prefeitura de Maricá, que são geridas pela Secretaria de Economia Solidária. Esta é responsável também por outros três programas: Soberania alimentar; Programas de transferência de renda; e Fomento à economia solidária: cooperativismo e feira livre solidária (PEREIRA et al., 2020).

O Programa Mumbuca Futuro (PMF) tem como objetivo estimular alternativas de trabalho e renda para as juventudes da cidade, investindo na formação em Economia Solidária e Educação Popular de três principais públicos: jovens educadores populares; estudantes do Ensino Fundamental II e Ensino Médio da rede pública municipal; e moradores do município. Além disso, ele também se articula com o Programa de Transferência de Renda, concedendo bolsas aos estudantes matriculados no programa.



A formação, pautada nos princípios da Educação Popular, busca fomentar habilidades empreendedoras dentro dos princípios da Economia Solidária, incentivando a organização coletiva para a criação de novos postos de trabalho e o desenvolvimento local solidário, articulando outra noção de economia, voltada para o bem-viver. Durante as formações são abordados temas como: comércio justo, consumo responsável, finanças solidárias, território, organização popular, agroecologia e soberania alimentar.

No âmbito da transferência de renda aos estudantes, o programa busca incentivar a permanência do estudante na escola e, conseqüentemente, diminuir os índices de abandono e evasão escolar, para isso prevê-se uma bolsa no valor de 50 mumbucas (equivalentes a 50 reais), a moeda social de Maricá, para aqueles que atingirem 75% de presença no ensino regular e nas aulas do curso.

Também está previsto o investimento anual em uma poupança individual para cada estudante, no valor de R\$ 1.200,00, se esse estudante tiver aprovação no ano letivo. O montante desse valor só poderá ser acessado ao término do Ensino Médio, ao completarem 18 anos e diante de uma dessas três situações: se estiverem participando de uma cooperativa/associação, forem investir na criação de um empreendimento econômico ou para subsidiar o ingresso e permanência no ensino superior, a partir da comprovação da matrícula.

Para fazer parte do programa é preciso apenas pertencer a uma família residente no município de Maricá, independente da renda familiar, e se inscrever no programa no ato da matrícula na escola. Todo o benefício mensal é operacionalizado pelo Banco Comunitário Mumbuca, que é responsável pela gestão da moeda social local.

O programa é amparado legalmente por leis e um decreto. A principal dela é a Lei nº 2.787, de dezembro de 2017, que altera a Lei nº 2.652/2015 e cria o Programa Mumbuca Futuro, incluindo-o como um dos Programas de Renda Mínima e indicando seu público-alvo, os valores e modalidades dos benefícios financeiros concedidos. Além dessas, há a Lei nº 2.639, de dezembro de 2015, que institui a Política Municipal do Cooperativismo, e o Decreto Municipal nº 98/2017, que regulamenta o programa (PEREIRA et al., 2020).

A execução do Programa se dá também numa articulação intersetorial com a Secretaria Municipal de Educação, que representada por sua equipe técnica, pelas direções das escolas e pelos professores coordenadores das áreas, são responsáveis pelo apoio na viabilização da infraestrutura necessária para as aulas no contraturno na escola, ao menos uma vez por semana.

Em julho de 2018, por meio de um aditivo no termo de colaboração entre o Município de Maricá (Secretaria de Economia Solidária) e o Instituto Banco da Periferia (atual Instituto E-Dinheiro), iniciou-se às atividades de execução do Projeto Mumbuca Futuro que previa a execução de 6 metas, em 6 meses<sup>4</sup>, conforme proposto no plano de trabalho proposto pela Secretaria (2018). Dentre essas metas estava previsto a:

- contratação de equipe, infraestrutura e logística adequada para implementação do projeto (meta 1);
- o cadastramento e formação de 830 estudantes do 6º ano do ensino fundamental da rede pública de ensino e famílias indígenas guaranis das duas aldeias existentes em Maricá cadastradas (Meta 2 e Meta 5);
- a formação de jovens educadores (meta 3);
- a compra e o desenvolvimento de material didático/pedagógico (meta 4);
- e a sensibilização da comunidade escolar para o tema (meta 6);

4 Dadas as necessidades de atingimento das metas, o projeto foi prorrogado e teve duração de julho de 2018 a novembro de 2019.

Os jovens educadores populares foram contratados por processo seletivo, com edital de chamamento, e foram formados pela Equipe Pedagógica do Programa, que era composta por 3 orientadoras em educação popular e 1 coordenação pedagógica. Essa equipe contava com as orientações da gestão da equipe técnica da Secretaria de Economia Solidária e com a contribuição de outros(as) servidores(as) públicos(as) do município com experiência em educação e economia solidária, que compuseram a Equipe Pedagógica Ampliada.

Os jovens contratados tinham entre 18 a 29 anos, que por sua vez foram os responsáveis pela formação de crianças e adolescentes da rede de ensino pública municipal. Para muitos dos jovens esta foi a primeira oportunidade de trabalho e/ou de formação continuada em temas da economia solidária. Em relação à escolaridade, mais da metade das/os jovens estavam cursando faculdade ou já eram graduadas/os. Entre a equipe havia estudantes de Pedagogia, Licenciatura em Letras/Inglês, Serviço Social, Ciências Sociais, Geografia, História, Informática e Produção Cultural. E conforme proposto no edital de seleção, muitos participavam de movimentos e organizações sociais e populares locais. Esta interdisciplinaridade de formações aumentou a diversidade nos debates, ideias e sugestões fazendo com que as trocas de experiências, vivências e saberes fossem mais profundas no momento de refletir e concretizar o trabalho.

A equipe pedagógica juntamente com os jovens educadores foram os responsáveis em elaborar a proposta pedagógica, o conteúdo e as dinâmicas para o desenvolvimento do Programa na sala de aula. Os educadores ao mesmo tempo em que se formavam sobre os temas da Economia Solidária, construíam a ementa pedagógica e as dinâmicas a serem desenvolvidas com os estudantes da rede de ensino.

## 5.1. A PROPOSTA PEDAGÓGICA DO MUMBUCA FUTURO

Apoiados na educação popular de Paulo Freire, a construção do Mumbuca Futuro é permeada pela relação diária de reforçar a teoria e prática em todas as instâncias e espaços. O que reflete na postura dentro das escolas até no ambiente de trabalho coletivo. Entender que os saberes, vivências e conhecimentos individuais são construídos pelo viés histórico, econômico, social e cultural é um dos pilares para a formação interna e externa de toda a equipe envolvida. Tais momentos de uma prática reflexiva se dão nas construções das ementas, das formações proporcionadas pelas/os trabalhadoras/os do Mumbuca Futuro, fornecendo uma troca de saberes e experiências, do sentar em roda durante o trabalho e as aulas, do fazer o percurso de autoavaliação individual e coletiva.

Ao trabalhar com o conceito de práxis na pedagogia de Paulo Freire, nos aprofundamos no entendimento de que cada educador(a) e educando(a) tem a capacidade de refletir, dialogar e atuar para a transformação da realidade social. A partir do momento em que reconhecemos o potencial de cada sujeito, caminha-se para a libertação. E este é o papel da educação, segundo Freire (1981):

Somente os seres que podem refletir sobre sua própria limitação são capazes de libertar-se desde, porém, que sua reflexão não se perca numa vaguidade descomprometida, mas se dê no exercício da ação transformadora da realidade condicionante. Desta forma, consciência de ação sobre a realidade são inseparáveis constituintes do ato transformador pelo qual homens e mulheres se fazem seres de relação. A prática consciente dos seres humanos, envolvendo a reflexão, intencionalidade, temporalidade e transcendência, é diferente dos meros contatos dos animais com o mundo (FREIRE, 1981, p. 53).



Ao acreditar na educação como forma de emancipar os estudantes, o Programa apresenta, para além dos conceitos da Economia Solidária, um viés teórico promovido de experiências, vivências e curiosidades (FREIRE, 1995) dos assistidos pelo mesmo. Partindo da experiência da autorreflexão e do trabalho coletivo, cria-se uma (re)formação diante da realidade de cada educador(a) e educando(a).

A formação, tanto dos jovens quanto dos estudantes, tem inspiração nas práticas dos movimentos populares e sociais do Brasil e, conseqüentemente, na Educação Popular. Ela se alicerça na metodologia – VER, REFLETIR, AGIR e CELEBRAR– Por meio desse método, espera-se construir um conhecimento sólido e crítico sobre a realidade que se vive na perspectiva local e global, sobre as causas e conseqüências dos problemas enfrentados e sobre o papel do educando frente a esses problemas como agente transformador. É importante destacar que as etapas não devem seguir um caminho linear, mas uma circularidade, ilustrada na figura 1, em que a informação, a reflexão e a intervenção se retroalimentem em um processo contínuo de formação (BADUE; TORRES; ZEBINI; PISTELLI; CLECH, 2005).

**Figura 1** – Etapas da metodologia: Ver, Refletir, Agir e Celebrar



Fonte: Autoria das autoras

O primeiro passo do método – Ver – tem como objetivo compreender a realidade circundante, buscando estabelecer que percepção cada estudante tem de sua realidade, bem como entender quais problemas são vivenciados, suas causas e conseqüências na vida de cada um. Nesse processo, é preciso buscar compreender o que acontece localmente – ou seja, o que provoca a vontade de saber mais, sendo um momento de buscar informação e formação (KIRSCH; CARDOSO, 2020).

No segundo passo – Refletir – é importante refletir sobre as informações coletadas e sistematizadas. É o momento de identificar o impacto das estruturas econômicas, políticas, sociais e culturais na realidade local, bem como os principais atores e a relação com questões macros, que afetam outras realidades no país e no planeta. Neste passo, envolver a todas(os) num esforço de reflexão sobre o que vivemos e o que queremos viver é primordial para gerar um momento de construção coletiva do conhecimento e das possibilidades de ação sobre a realidade (KIRSCH; CARDOSO, 2020).

Com base nos conhecimentos gerados nos passos anteriores, chega o momento de definir uma ação coletiva – Agir – que pode ser realizada pelo grupo e que tenha potencial de transformar a realidade analisada gerando

os impactos esperados. Este momento é também um exercício do trabalho coletivo, em que é preciso planejar e organizar coletivamente a ação que será realizada (KIRSCH; CARDOSO, 2020).

Por fim, chega-se, como etapa final deste processo formativo, o momento de Celebrar, que é reconhecer o que se fez junto. Aqui, não só o estudante reconhece o seu trabalho final no objeto criado, em contraponto à noção de alienação do trabalho promovida pelo sistema capitalista, como também partilha esses resultados, a fim de promover uma socialização entre as turmas e provocar o debate sobre a possibilidade de formar redes de economia solidária entre esses jovens (KIRSCH; CARDOSO, 2020).

Todas essas etapas da metodologia do programa se complementam com outros métodos e ferramentas que são utilizadas em cada aula. As aulas do programa costumam começar com atividades de acolhimento, que podem envolver uma música, uma pergunta, uma reflexão que busque acolher o estudante e despertá-lo para o tema do dia. A atividade de “fio condutor” é o momento de relembrar e resgatar o que foi abordado em encontros anteriores. Após o intervalo ou em momentos de dispersão ou exaustão, procura-se realizar uma atividade que possa ser “vitalizadora” do grupo, chamando-o a atenção para o momento ou gerando descontração e integração.

Outro método utilizado no programa, como forma de provocar a auto-organização e a corresponsabilidade do grupo de educadores e de estudantes durante os encontros, é a formação de grupos de trabalho, onde cada grupo fica responsável por uma tarefa que pode ser a organização do espaço, das atividades, da alimentação, o registro do dia ou ainda a divisão de tarefas para a produção de conteúdos e atividades do programa.

A partir desse histórico e da concepção pedagógica, busca-se apresentar nas próximas seções um resgate da experiência do Mumbuca Futuro nas escolas do município e apresentar uma análise com foco na atuação de 2019.

## 5.2. A ATUAÇÃO NA ESCOLA

Na primeira etapa do programa, no período de setembro a dezembro de 2018, as atividades foram voltadas para os estudantes do 6º ano do Ensino Fundamental e para o Programa de Aceleração de Estudos (PAE) da Rede Pública Municipal. Foram atendidas 28 turmas de 6º ano e 7 turmas do Programa de Aceleração Escolar (PAE) em 13 escolas municipais, totalizando 618 estudantes. A participação dos estudantes foi espontânea no contraturno escolar, com autorização das/os responsáveis e não foi concedida bolsa auxílio. Esta etapa se caracterizou por ser um projeto piloto que auxiliou a equipe a conhecer o universo escolar, testar e constituir a metodologia do programa e assim subsidiar a equipe para a construção do Programa em 2019.

Em 2019, com a prorrogação do projeto, foi possível avançar na elaboração da proposta pedagógica e metodológica do Programa, contemplando as séries do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental II. E iniciar o programa com a concessão de auxílio apenas com as turmas do 9º ano do município a partir de agosto de 2019. Devido à falta de espaço físico nas escolas para abrigar o Programa para todas as séries e a limitação de pessoal da equipe pedagógica, a Secretaria de Educação e a Secretaria de Economia Solidária acordaram por iniciar apenas com os estudantes do 9º ano.

A matrícula no Programa iniciou-se em julho e se estendeu até o início de setembro. De um universo de 949 estudantes matriculados no 9º ano no currículo básico, 498 se inscreveram para participarem do Programa. Estes estudantes foram divididos em 24 turmas, que tiveram aulas uma vez por semana no contra turno uma vez na semana.



A ação central desenvolvida pelos estudantes do 9º ano foi a criação de um Empreendimento Econômico Solidário (EES). Com o objetivo de desenvolver uma coesão entre educandos e educadores em torno da auto-organização, iniciamos o programa com uma aula sobre autogestão, onde foi possível estabelecer acordos e pactos para a gestão do funcionamento das aulas durante o período. Na segunda aula, começamos a instigar os educandos a olharem para as práticas de consumo na sociedade, no território e individuais. Buscando problematizar, quais eram frutos de uma necessidade real, quais eram fruto de um desejo criado pelas mídias como padrões de consumo e ainda, a origem e a forma de produção dos itens consumidos.

A fim de aprofundar e compreender melhor as relações de consumo, de produção e como elas aconteciam no território, foi proposto aos educandos que fizessem um mapa do território identificado num primeiro momento os comércios locais. O objetivo era perceber quais comércios e produções ocorriam no local e, após uma pesquisa de campo, quais eram as práticas de consumo e troca dos comerciantes e moradores locais. Com o balanço da pesquisa foi possível identificar diversas potencialidades, desafios e necessidades do bairro.

Para construir e desenvolver essas atividades em sala de aula, os educadores passaram por uma formação sobre os conceitos de território e desterritorialização, onde foram suscitados a refletir sobre o território de Maricá, identificando suas contradições, e quais as relações de poder, cultura e delimitações geográficas são expressas para a cidade. Assim, ao elaborarem o mapa com os estudantes, foi possível levar aos estudantes a identificarem aspectos e questionarem a realidade que iam vendo.

Após olharem criticamente para o território, buscou-se desenvolver entre os estudantes os princípios do comércio justo e solidário e quais os produtos e serviços poderiam ser criados e desenvolvidos pela turma com foco no desenvolvimento do território. Com os produtos ou serviços escolhidos pelas turmas, iniciamos assim o Plano Econômico Solidário (PES).

O PES foi uma ferramenta desenvolvida pela equipe do Mumbuca Futuro, adaptada de outros planos e modelos de negócios (como o CANVAS) aos princípios da Economia Solidária. O PES teve como objetivo auxiliar os educandos a criarem os seus EES's, como também abordar os princípios e as características da Economia Solidária, da autogestão e da gestão de um empreendimento. As questões e itens que guiaram a construção dos PES podem ser conferidas na imagem a seguir:

Figura 2 - Modelo do Plano Econômico Solidário



Com o PES finalizado, as turmas iniciaram o planejamento da produção do seu produto ou serviço e realizaram a produção de um protótipo do produto ou serviço, nos casos que foram possíveis, pois algumas turmas por optarem pela criação de um serviço não conseguiram viabilizar a elaboração de um protótipo ou a simulação do serviço, focando assim nesse momento na elaboração da apresentação do serviço.

As apresentações foram realizadas na quadra de uma das escolas participantes do programa, e reuniu todas as turmas do programa, que puderam partilhar seus planos e produções. Dentre os produtos e serviços pensados pelos educandos, podemos citar: horta comunitária; bazar de roupas customizadas; cama de cachorro com pneus; espaços de artesanato e serviços capilar com foco em tranças, dread e tererê; balada cultural (atividade de lazer para jovens); loja de açaí; objetos de decoração com materiais recicláveis; cafeteria com venda de produtos naturais; caixa amplificadora de som com papelão; customização de roupas antigas, entre outros.

Por fim, após a apresentação, realizamos as últimas atividades em sala de aula, que englobaram a avaliação e a celebração. A seguir é possível visualizar um quadro síntese das aulas com os conteúdos abordados.



**Quadro 1** – Síntese das aulas desenvolvidas com 9º ano em 2019

Aula	Conteúdo
Aula 0 – Aula de boas-vindas	Integração entre os educandos e educadores, apresentação do Mumbuca Futuro e vivência dos princípios da Economia Solidária.
Aula 1 – Autogestão	Autogestão; Auto-organização da turma; mundo do trabalho e suas relações.
Aula 2 – Consumo	Fetiche do Consumo; necessidade x desejo; necessidades da comunidade.
Aula 3 – Consumo: descobrindo o bairro	Consumo responsável e trabalho de campo para entender as necessidades da comunidade.
Aula 4 – Território (parte 1)	Conceito de território; Relações comerciais e produtivas do território; desenvolvimento Local.
Aula 5 – Território (parte 2)	Análise do território; anúncios e denúncias do território; produção de um sonho coletivo.
Aula 6 – Comércio Justo e Solidário	Princípios do Comércio Justo e Solidário; definição de um produto e/ou serviço.
Aula 7 – Plano Econômico Solidário (P.E.S) (Parte 1)	Gestão de EES: Missão e objetivo; tomada de decisão; público-alvo; relação com o território; comunicação.
Aula 8 – Plano Econômico Solidário (P.E.S) (Parte 2)	Relações de equidade na produção; contrapartida social; preservação do meio ambiente; insumos necessários.
Aula 9 – Plano Econômico Solidário (P.E.S) (Parte 3)	Plano Operacional de um empreendimento; parcerias e custos do empreendimento.
Aula 10 – Planejamento	Planejamento da produção; preparação da apresentação do PES; preparação da produção (Iniciar tarefas do PES).
Aula 11 – Produção	Produção; preparação da apresentação do PES.
Aula 12 – Partilha	Troca de experiências e partilha dos PES elaborados.
Aula 13 – Avaliação	Avaliação do processo e celebração.

## 6. ANÁLISE DA EXPERIÊNCIA E RESULTADOS

O programa Mumbuca Futuro tem como um dos referenciais teóricos e práticos os conceitos da Educação Popular Freiriana. Com a finalidade de aplicar os principais conceitos da Economia Solidária através da horizontalidade e partindo da realidade local de cada estudante, houve como concepção a noção de que a educação pode ser (re)construída pelos atores inseridos no universo socioespacial da comunidade escolar, visando ultrapassar os muros escolares. Para além disto, teve como processo emancipatório o ensino das/os estudantes, assim protagonistas do Programa, ou seja, como sujeitos da ação e da pesquisa e não como meramente objetos de estudo de análise.

Ao entender que a educação não pode ser vista como mercadoria, acredita-se na capacidade de transformação social e econômica destes jovens. Deste modo, o Programa tem como base um processo pedagógico crítico e libertador, na medida em que privilegia as trocas, saberes e conhecimentos na construção da relação educador(a)-educando(a). Assim como busca demonstrar nas aulas e enfrentar no cotidiano uma possível disputa do processo hegemônico de emancipação humana na educação formal, com a tarefa de (re)formar e incentivar multiplicadores de uma cultura própria, solidária e diversificada. Tendo em vista que:

Esperar da sociedade mercantilizada uma sanção ativa – ou mesmo mera tolerância – de um mandato que estimule as instituições de educação formal a abraçar plenamente a grande tarefa histórica do nosso tempo, ou seja, a tarefa de romper com a lógica do capital no interesse da sobrevivência humana, seria um milagre monumental. É por isso que, também no âmbito educacional, as soluções não podem ser formais; elas devem ser essenciais. Em outras palavras, elas devem abarcar a totalidade das práticas educacionais estabelecidas (MÉSZÁROS, 2015, p. 45).

Assim, uma vez que a sociedade mercantilizada não é capaz de dar conta da grande tarefa histórica do nosso tempo e uma política pública para as juventudes não pode se ater somente na inserção desse jovem no mercado de trabalho nas formas e condições que se configuram hoje, como aborda Antunes (2018). Gerar postos de trabalho e renda requer olhar criticamente para a realidade, evidenciando as contradições, para agir coletivamente na superação das condições de opressão e exploração a que as juventudes são submetidas. Sendo também importante fomentar na população infantojuvenil a autoestima e a confiança em sua capacidade de protagonizar as transformações que acreditam serem necessárias para as juventudes em geral e para sua vida em específico.

Em busca desse objetivo, o Programa na sua atuação em 2018 e 2019 buscou construir essa estratégia ao passo que associa a criação de empreendimentos econômicos com a perspectiva de desenvolvimento territorial solidária. Assumindo o desafio de pensar e discutir questões e elementos pertinentes a implementação do programa.

A formação dos jovens educadores populares, conforme previa a meta 3, teve como potencialidade, a diversidade de perfis que compôs a equipe de educadores e orientadores. Com experiências em diversas áreas, a construção do material pedagógico pode subsidiar na riqueza cultural, intelectual e política que compunha a equipe. Por meio do trabalho coletivo, acabou-se assim, demonstrando uma unidade na diversidade. “Quando digo unidade na diversidade é porque, mesmo reconhecendo que as diferenças entre pessoas, grupos, etnias, possam dificultar um trabalho em unidade, ela é possível” (FREIRE, 2006, p. 68).

As oficinas planejadas e realizadas pela equipe pedagógica ampliada, a elaboração coletiva dos conteúdos e metodologias a serem utilizadas nas salas de aula, também configuram uma oportunidade de formação pelo trabalho. Onde a ação do trabalho, não era um fim em si mesma, mas também era um meio para o aprendizado e diálogo com a teoria.

Já para a implementação da meta 5, a parceria com a Secretaria de Educação, a abertura das diretoras em receber o Programa e o apoio da Prefeitura foram contribuições relevantes e preponderantes para a viabilidade das aulas nas escolas. No entanto, colocando-se como uma oportunidade, ainda é preciso construir maior integração entre o Programa e o cotidiano das escolas, buscando integrar professores, funcionários, disciplinas e atividades que ocorrem na escola com o Programa, pois apesar de em 2019 haver maior diálogo com as orientações pedagógicas e educacionais, em algumas escolas, ainda não conseguiu-se avançar na construção de atividades em conjunto.



A partir da exposição das ações do Programa, é importante destacar que o acompanhamento semanal pela equipe pedagógica e pelos(as) educadores(as) foi imprescindível para ajustar o planejamento conforme a realidade de cada território e turma. Em conversas informais com responsáveis e diretores, foi possível perceber que há uma boa aceitação do programa entre os(as) estudantes, que comentam e levam as atividades propostas para outros espaços.

Nas avaliações, foi destacado pelos estudantes que a metodologia utilizada pelo Mumbuca Futuro era um grande diferencial do Programa, pois eles aprendiam de forma lúdica e dinâmica. Outro ponto também levantado foi a afinidade e proximidade que tinham com os(as) jovens educadores(as), possibilitando uma relação de maior diálogo e abertura.

Outro desafio identificado na implementação do programa foi a disponibilidade de salas nas escolas para abrigar as turmas do Programa. Além da alta demanda de espaço e estrutura que o Programa gera para as escolas, nos últimos anos, também foi comum perceber um aumento no número de estudantes matriculados na rede pública municipal, pressionando as escolas a aumentarem a oferta de vagas e reduzindo a disponibilidade de salas. Para os próximos anos, esse é um desafio que ainda precisa ser superado em parceria com a Secretaria de Educação e com a Prefeitura, uma vez que prevê-se a implementação do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental.

Verifica-se ainda a necessidade de construir um plano de comunicação que contribua com o diálogo com a comunidade escolar, principalmente, entre pais e responsáveis dos estudantes, que muitas das vezes não sabem sobre o Programa, dos seus objetivos e modalidades. Foi possível perceber que é fundamental para a comunicação do Programa dialogar diretamente com funcionários das escolas, a fim de que possam também orientar os pais e responsáveis que procuram as secretárias para saber informações.

Em relação aos conteúdos desenvolvidos, pode-se perceber que é preciso trabalhar ainda as dimensões de solidariedade na organização social e econômica, e suas distinções das noções de caridade, beneficência e assistencialismo. Muitos estudantes ao elaborarem o PES demonstraram dúvida e dificuldade de compreender o que era um empreendimento econômico solidário e algumas vezes confundiam com uma ação social de doação ou benevolência.

Dado as iniciativas de bolsas previstas no Programa, ratificamos como necessário incorporar os conteúdos da Educação Financeira em todas as séries, para que este estudante possa, aliado com a perspectiva do consumo responsável e das finanças solidárias, experimentar práticas de gestão dos recursos recebidos.

Por fim, destacamos ainda a necessidade de formação e atenção aos estudantes com necessidades especiais, seja na elaboração das atividades ou ainda no desenvolvimento das aulas, a fim de gerar um ambiente acolhedor e inclusivo para todos.

## 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência do Programa Mumbuca Futuro se apresenta como um contraponto a lógica e a organização econômica vigente, estimulando o protagonismo coletivo juvenil para a criação de outras formas de trabalho que conectem a cooperação, a autogestão, o desenvolvimento de territórios e priorizem lógicas de justiça, equidade e preservação do meio ambiente na produção e distribuição de riquezas.

Os pontos levantados ao longo do artigo, basearam-se nas percepções das autoras, que participaram da implementação do Programa, como também dos(as) educadores(as), da própria comunidade escolar e dos estudantes. Estas percepções preliminares podem contribuir para direcionar melhorias na gestão e construção do Programa, bem como na relação com as escolas. As reflexões apresentadas ao longo do artigo apontam para a construção de uma cidade solidária e que tem nas juventudes o trilhar de um desenvolvimento social e econômico local mais justo e igualitário.

## 8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão: O novo proletariado de serviços na era digital**. São Paulo: Boitempo, 2018.

BADUE, A. F. B.; TORRES, A.; ZERBINI, F.; PISTELLI, R.; CLECH, Y. **Manual Pedagógico Entender para Intervir: por uma educação para o consumo responsável e o comércio justo**. São Paulo: Instituto Kairós/Artisans Du Monde, 2005.

CATELA, Ludmila. **El Mundo de los archivos**. In: CATELA, L. y JELIN, E. (eds.), Los archivos de la represión: documentos, memoria y verdad. Siglo XXI, Madrid, 2002.

CORSEUIL, Carlos Henrique L; POLOPONSKY, Katcha; FRANCA, Maíra A. P. **Diagnóstico da inserção dos jovens brasileiros no mercado de trabalho em um contexto de crise e maior flexibilização**. Relatório de Pesquisa. Brasília: Ipea-OIT, 2020.

FREIRE, Ana Maria Araújo. **Paulo Freire: uma história de vida**. Indaiatuba, São Paulo: Villa das Letras, 2006.

FREIRE, Paulo. **Criando métodos de pesquisa alternativa: aprendendo a fazê-la melhor através da ação**. In: C. R. Brandão (Ed.), Pesquisa participante. São Paulo: Brasiliense, 1984.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz & Terra, 2011.

Global Employment Trends for Youth 2020: Technology and the future of jobs International Labour Office. Geneva: ILO, 2020. Disponível em: < [https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/publication/wcms\\_737648.pdf](https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/publication/wcms_737648.pdf) >. Acesso em: 19 jan. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (Rio de Janeiro). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD-C**. Educação e Trabalho em 2017, 2018.



INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (Rio de Janeiro). Indicadores IBGE: **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua [mensal]**. 2019a. Disponível em: < <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=73086> >. Acesso em: 18 jan. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (Rio de Janeiro). IBGE Explica o Desemprego. 2019b. Disponível em: < <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php> >. Acesso em: 19 de fevereiro de 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

KIRSCH, Rosana; CARDOSO, Adriana. **Guia Metodológico Mumbuca Futuro: formação de jovens educadoras/es populares em economia solidária**. Maricá: Sem Editora, 2020.

LOUREIRO, João Gustavo; MATHIS, Mariza; TRINDADE, José R. **O futuro não está às mãos: As dificuldades de inserção da juventude no mercado de trabalho**. In: TRINDADE, J.

R. B. e col. **A dinâmica atual do mundo do trabalho paraense e brasileiro: análises críticas do Observatório Paraense do Mercado de Trabalho no Biênio 2018-2019**. Belém: ICESA, 2019.

MÉSZÁROS, István. **Educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2015.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Rio de Janeiro: Petrópolis. Editora Vozes, 2016.

PEREIRA, Amanda et al. **A Política Pública de Economia Solidária no Município de Maricá/RJ**. In: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (org.). Mercado de Trabalho: conjuntura e análise. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Ministério do Trabalho, 2020. p. 171-182.

RAICHELIS, Raquel. **Serviço Social: trabalho e profissão na trama do capitalismo contemporâneo**. In: RAICHELIS, Rachel; VICENTE, Damares; ALBUQUERQUE, Valéria (orgs.). A nova morfologia do trabalho no Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2018.

SECRETARIA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. **Plano de Trabalho - Aditivo do Termo de colaboração 02/2017**, Maricá, 2018.





Os desafios e progressos de uma ONG dedicada ao esporte: a trajetória do ICI – Instituto Camaradas Incansáveis.



## RESUMO

Podendo assumir diferentes atribuições as ONGs fazem parte do terceiro setor e buscam através do seu trabalho suprir carências sociais não atendidas pelo Estado e pelo setor produtivo. Uma das áreas nas quais as ONGs podem atuar é no esporte. Este relato de experiência visa apresentar as motivações, a maneira que foi implementado e quais os primeiros resultados obtidos por uma ONG que atua no esporte, o Instituto Camaradas Incansáveis, dedicado ao judô. Espera-se que o percurso descrito seja relevante para enriquecer a compreensão da gênese e desenvolvimento de uma ONG, especificamente na área esportiva.

**Palavras-chave:** Esporte; Judô; ONG; Relato de experiência.

## 1. INTRODUÇÃO

Para compreender a história de uma organização não-governamental (doravante ONG) dedicada ao judô, que é o caso do Instituto Camaradas Incansáveis (ICI), é necessário contextualizar a relevância das ONGs para a promoção do desenvolvimento social, como elas podem realizar isto dentro de um campo específico o esporte, e falar da importância do judô dentro do esporte brasileiro.

AS ONGs compõem o chamado terceiro setor (o primeiro setor é composto pelas instituições públicas e o segundo pelo setor produtivo, empresas privadas de caráter industrial e de prestação de serviços). O terceiro setor através das ONGs busca, em especial após o final do século XX e início do século XXI, complementar as atividades que antes eram de responsabilidade do Estado, enfrentando e se propondo a solucionar lacunas existentes na sociedade de caráter diverso, que promovam a integração e a melhora da sociedade da qual a ONG faz parte (SILVEIRA, 2010). Segundo Teixeira (2002, p. 107), as ONGs fazem parte de um "...processo de ajuste estrutural, que previa transferir responsabilidades do Estado para as ONGs no projeto de colaboração de políticas compensatórias).

Dentre diversas ONGs que atuam em diferentes esferas no Brasil, existem aquelas que fomentam o desenvolvimento esportivo dos cidadãos, partindo-se do pressuposto que o esporte contribui para a inclusão social. Segundo Zalar (1994), o surgimento de programas e de ONGs dedicadas ao esporte visa promover a referida inclusão e desta forma minimizar através de seu trabalho os graves problemas sociais existentes no Brasil.

Uma vez apresentado o papel das ONGs no desenvolvimento social e como as mesmas atuam em diferentes setores, inclusive no esporte, os autores apresentam de forma resumida o judô, modalidade a qual o ICI ministra os seus treinos.

Segundo Motta e Uchida (2014), após a revolução Meiji no Japão, que ocorreu no final do século XIX, o acelerado processo de modernização que o país passou a estar inserido preocupou pessoas com diferentes formações, que temiam que o Japão perdesse valores e práticas tradicionais, como o código de honra samurai e a prática de atividades físicas que acontecia através do estudo e treino de artes marciais.

Conforme explicado por Motta, Junqueira e Turra (2018), Jigoro Kano, então estudante universitário, desenvolve uma nova arte marcial, o judô, que na sua concepção combina os valores fundamentais da cultura samurai (suavidade, máxima eficiência com mínimo esforço e bem estar e prosperidade mútua) com a prática de uma atividade física que forma não apenas lutadores, mais indivíduos aptos fisicamente a enfrentar os desafios que a vida proporciona.



A partir de 1964 o judô torna-se esporte olímpico e o Brasil, que recebeu muitos imigrantes japoneses, sobretudo no início do século XX, conquista sua primeira medalha no esporte em 1972, sendo que hoje é o esporte no qual o país conquistou o maior número de medalhas olímpicas, com um número estimado de dois milhões de praticantes (MOTTA, JUNQUEIRA, TURRA, 2018). O judô é praticado hoje em clubes, academias especializadas e em ONGs, a mais famosa sendo o Instituto Reação, liderado pelo medalhista olímpico Flávio Canto e sediado no Rio de Janeiro. É um esporte portante, que desde a sua gênese e passando por sua evolução, tem a preocupação com a formação do indivíduo e, portanto, atrai diversas ONGs que vislumbram poder contribuir com o desenvolvimento brasileiro através do fomento da modalidade.

## 2. OBJETIVOS

O objetivo geral deste trabalho é apresentar como acontece a gênese de uma ONG dedicada ao esporte, mais especificamente ao judô, em um período que compreende os cinco primeiros anos desde sua fundação. O ICI atende a esta necessidade, visto se tratar de um Instituto criado em 2016, com a meta de formar uma equipe de alto rendimento na prática esportiva e uma equipe de crianças a partir de suas ações sociais junto as comunidades carentes.

Objetivos específicos são entender quais as motivações para desenvolver uma ONG (no caso dedicada ao judô) por parte de seus membros, os desafios enfrentados pelos fundadores e pelos demais integrantes da ONG ao longo de sua trajetória, como os mesmos e os demais integrantes avaliam os seus resultados, gerenciais e esportivos, quais as práticas que foram utilizadas para que tais conquistas fossem atingidas.

## 3. METODOLOGIA

Para poder realizar esta pesquisa, o método utilizado foi o relato de experiência (MARINHEIRO; SANCHEZ; ARCHANJO, 2015), através do qual as experiências de um ou mais autores é apresentada de forma a que seja possível prestar uma contribuição original ao objeto pesquisado. Durante o relato de experiências, pressupõe-se que o pesquisador está envolvido com o objeto pesquisado, tendo desta forma contato direto com a instituição e seus membros. Este foi o caso do artigo em questão, visto que um dos autores também foi um dos fundadores do ICI, a ONG que é objeto desse estudo e esteve presente desde a sua gênese até os dias presentes, estando, portanto, inserido dentro do contexto pesquisado e desta forma fornecendo sua experiência como fonte de dados primária para pesquisa.

Para enriquecer o trabalho, os pesquisadores tiveram acesso aos documentos do Instituto, composto pelo estatuto, pelas correspondências recebidas por parte da confederação e da federação responsável pela modalidade de judô e pelas notícias divulgadas junto a imprensa especializada. Com isso, pode-se verificar e refinar os dados apurados a partir do relato efetuado por parte do pesquisador integrante da ONG.

Além disto, para enriquecer a narrativa, tornar a apuração mais densa e consistente, ao relato de experiências e a análise documental, foram realizadas dez entrevistas com questionários semi- estruturados com os administradores e atletas integrantes do ICI e aqueles que fazem parte do mesmo e que foram inseridos através do projeto Sempre Ippon.

## 4. ANÁLISE

Rodrigo Guimarães Motta, Bahjet Hayek e Cristian Cezário, judocas paulistanos com formações distintas, se conheceram em competições de judô. Enquanto Motta era executivo e empresário, Bahjetera funcionário público e Cristian educador físico e professor de judô para crianças. Foi em 2014 que ambos viajaram juntos para disputar uma competição na Espanha e assim se aproximaram e constituíram sólida amizade. Em 2015, Chiaki Ishii, o primeiro medalhista olímpico de judô, em Munique no ano de 1972, e que havia sido professor de Motta, convidou-o para assumir os treinos da Associação de Judô e Karate Ishii, na Pompéia em São Paulo. Ishii estava doente e com poucos alunos, e receava ter que fechar a academia. Motta aceitou, porém para que assumisse a responsabilidade, solicitou a Ishii que ele também recrutasse Bahjet e Cristian. Após seis meses onde os três treinaram sob a supervisão de Ishii, que aproveitou o tempo para conhecê-los melhor, finalmente assumiram os treinos de judô da associação. Encontraram uma academia quase sem alunos, não-regularizada junto a Federação Paulista de Judô e que necessitava de uma reforma em suas instalações. Enquanto Cristian e Bahjet começaram a ministrar os treinos todos os dias, tanto para quem pudesse pagar as mensalidades como para quem quisesse treinar judô e não possuísse as condições financeiras para tanto, Bahjet e Motta organizaram a documentação para que pudessem voltar a participar das competições oficiais. Surgiu aí o ICI, cuja primeira denominação era Instituto Chiaki Ishii. Com um número crescente de alunos, com os documentos em ordem, o desafio era realizar uma boa temporada de eventos e competições em 2016.

Motta elaborou o Seminário Chiaki Ishii, no qual o sensei (professor) Ishii passava alguns dias apresentando suas técnicas e experiência de vida, sempre acompanhado por um professor e faixa preta do ICI. Como 2016 era o ano de realização dos Jogos Olímpicos no Rio de Janeiro, o seminário foi muito procurado e aconteceu em diversas cidades, como Rio de Janeiro, Porto Alegre, Curitiba, Macapá, Fortaleza e outras. Em todas as edições Ishii e os professores levavam também edições de Esportismo – valores do esporte para o alto desempenho pessoal e profissional (2010), escrito por Motta em co-autoria com o médico e atleta olímpico Wagner Castropil, Uruwashii o Espírito do Judô (2014), escrito por Motta em co-autoria com Rioiti Uchida e Pioneiros do judô no Brasil (2015), escrito por Ishii.

Além disso, Motta acompanhado por Bahjet e Cristian realizaram eventos para empresas interessadas em desenvolver e implementar programas da gestão da qualidade total e que utilizavam a metáfora do judô em seu programa. Foram realizados programas corporativos para Sucos do bem, Flora, Enova Foods, Delícias Incríveis, entre outras empresas. Com parte dos recursos obtidos com a realização dos seminários, da venda dos livros e com a realização dos eventos corporativos, as dependências do ICI foram reformadas. A visibilidade obtida com o trabalho desenvolvido acarretou que cada vez mais alunos passaram a treinar sob a supervisão de Bahjet e Cristian. Esse recém-formado time obteve sua primeira conquista na Copa São Paulo de Judô, quando o ICI obteve a primeira colocação no quadro geral de medalhas da categoria de veteranos em 2016, na categoria de veteranos.

O sucesso obtido, aliado a melhora da condição física de Chiaki Ishii fez com que os atletas do ICI, que se auto-denominavam “Incansáveis” (em alusão ao ICI), decidissem liderar o Brasil durante a realização do Campeonato Mundial de Veteranos de 2016, que iria acontecer em Fort Lauderdale, nos Estados Unidos. Para isso, o próprio Chiaki Ishii aceitou retornar aos treinamentos, após quarenta anos sem participar de competições oficiais. Bahjet estruturou uma agenda de treinamentos intensa e o Brasil, com a participação de diversos atletas do ICI, obteve a primeira colocação em número total de medalhas, feito inédito até aquele momento, com Chiaki Ishii e Cristian Cezário se sagrando campeões mundiais e Motta obtendo a terceira colocação, entre outras classificações relevantes.



Durante o ano de 2017, o trabalho desenvolvido se consolidou, com novos eventos e seminários, com Motta lançando o segundo volume de Uruwashi – o espírito do judô, Cristian se sagrando mais uma vez campeão mundial de veteranos e com diversos atletas obtendo a faixa preta de judô, filiados ao ICI, como Pedro Achar, Mario Camelo, Olivia Cristina, Gustavo Beber, Rafael Beber, Fabio Imamura e Ítalo Alves. Além disso, a equipe da AAAGV (Asssociação Atlética Acadêmica Getúlio Vargas), formada por alunos de administração da EAESP/FGV obteve o vice-campeonato das Economíadas e contribuiu para que a AAAGV obtivesse pela primeira vez, desde o início do evento em 1991 a primeira colocação geral, o que depois foi estruturado e publicado em artigos acadêmicos (MOTTA; MOLA; CORÁ, 2019; MOTTA; MOLA; CORÁ, 2019; MOTTA; CORÁ, 2019). No final desse ano Chiaki Ishii voltou a adoecer e atendendo a um pedido da família, o ICI, que nesse momento contava com trinta e três atletas filiados a Federação Paulista de Judô, buscou então outro local para continuar os treinos, visto que a família iria necessitar do imóvel.

Durante quatro meses os atletas treinaram no Projeto Budô, academia liderada pelo sensei Vinicius Erchov, enquanto os administradores do ICI, Bahjet à frente, alugavam e reformavam outro imóvel, também na Pompéia. Em maio de 2018 o ICI, que manteve a sigla mas que passou a se chamar Instituto Camaradas Incansáveis, reinaugurou sua sede própria. Com todos os atletas que fizeram parte da primeira etapa, entre os quais além dos mencionados, constavam medalhistas internacionais como Silvio Uehara, David Paiva, Felipe Donatto, Humberto Alonso, Renato Fiori e outros. Como havia muitos que não possuíam condições e já treinavam, o ICI nesse momento decidiu expandir sua ação social e constituir um projeto social para atender interessados em praticar judô, sobretudo crianças carentes. Surgiu então o projeto Sempre Ippon, com o faixa preta Carlos Henrique Bevilacqua à frente, que ministrava aulas para crianças carentes na sede do ICI e também em Guarulhos, nas dependências de um clube com forte presença da colônia japonesa, a UCEG.

Ainda que o ICI nos anos de 2018 e 2019 tenha realizado eventos e seminários com características semelhantes aos que aconteceram em 2016 e 2017, que Uruwashi – o espírito do judô volume 3 tenha sido lançado, que mais uma vez o ICI tenha liderado a equipe brasileira no Mundial de veteranos de 2018, quando o Brasil obteve a primeira colocação no quadro geral de medalhas, e que muitas outras medalhas internacionais e nacionais tenham sido obtidas, com destaque para o título de campeão mundial conquistado por Bahjet em 2019, foi no âmbito social que as ações aconteceram com maior impacto. Desde sua gênese, o ICI já permitia que atletas sem condições treinassem, mas com a inauguração do Projeto Sempre Ippon essa característica se tornou vocação.

Para viabilizar o início das atividades do Sempre Ippon, o projeto foi estruturado e aprovado na Lei Paulista de Incentivo ao Esporte, a qual permite que um percentual do imposto de renda da empresa apoiadora seja revertido para as iniciativas do projeto. Uma vez aprovado, o mesmo despertou o interesse da Movida aluguel de carros, que se tornou a primeira parceira do mesmo. Com as crianças treinando na Pompéia e na UCEG desde 2018, em 2019 através do projeto as mesmas receberam equipamento esportivo (vestuário) para sua prática, assim como foram ampliados os dias e horários de treinamento, com o professor Carlos à frente apoiado por outros professores faixas pretas do ICI. Rapidamente o projeto cresceu até chegar aos atuais 125 atletas, em sua maioria crianças, treinando gratuitamente em ambas as unidades (o ICI possui no total 200 atletas, visto que há alguns que treinam em sua sede que não fazem parte do Sempre Ippon). O projeto foi inaugurado oficialmente dia 31 de março de 2019, na sede do ICI, que nessa data recebeu não apenas as crianças de São Paulo, como também as de Guarulhos, que se deslocaram até a sede em um ônibus pertencente a uma das empresas das quais a Movida faz parte. A partir desta data, e com a expansão do número de participantes do Sempre Ippon, os professores do Instituto perceberam que havia não apenas uma demanda esportiva, como também cultural, que os alunos e suas famílias estavam ansiosos por preencher. A partir de conversas e diálogos com as famílias, foram elaboradas e implementadas ações culturais e festivas, como a “Campanha de Páscoa 2019”, a “Palestra de Prevenção às drogas”, ministrada por Wagner Zanelatto, diretor

do Instituto Aprenda e Escolher, o “Festival de Judô Incansáveis”, o “Kangueiko (treino de inverno) Incansáveis” e outras que contribuíram para o crescimento e consolidação do Sempre Ippon.

Essa preocupação com a cultura motivou os administradores e professores do ICI a também inaugurarem em sua sede uma biblioteca destinada ao estudo e pesquisa de artes marciais, de livre acesso para todos os participantes do projeto e demais interessados, além da doação de livros de artes marciais para a biblioteca da UCEG. Além disso, em Guarulhos, complementarmente aos treinos que hoje são ministrados diariamente, foram inseridas aulas de japonês para as crianças e seus familiares, muitos dos quais são de famílias de descendentes de japoneses. Esse amplo conjunto de atividades é regularmente coberto pela mídia especializada em artes marciais, como o boletim osoto gari.

À medida que o projeto se expandiu, eventualmente as crianças e demais praticantes também passaram a competir em competições regionais, com a conquista de algumas medalhas. Para assegurar a integridade física dos competidores, o ICI firmou uma parceria com o Instituto Vita, ONG dedicada ao atendimento de atletas carentes de ortopedia e fisioterapia do Vita Ortopedia e Fisioterapia, uma das mais conceituadas clínicas da América Latina, cujo presidente do conselho de administração é o doutor em medicina, atleta olímpico e médico do Comitê Olímpico Brasileiro em dois ciclos olímpicos Wagner Castropil. Através desta parceria, todos os atletas do ICI que fazem parte do Sempre Ippon são atendidos gratuitamente por médicos e fisioterapeutas do Vita.

2020 será o quinto ano do ICI e o terceiro ano do Sempre Ippon. Ainda que seja um trabalho que está no início, a expansão do número de alunos, a qualidade e quantidade de iniciativas desenvolvidas para promover a inclusão social através do esporte cresceram continuamente ano após ano. Para que o trabalho continue a sua expansão profissional e estruturada, os administradores pretendem participar de um curso de extensão em gestão social ministrado pelo NEATs – Núcleo de Estudos Avançados do Terceiro Setor da PUC-SP, lançar um livro que registre e sirva como referência para outros interessados em desenvolver projetos semelhantes e também atingir o número de 300 crianças atendidas pelo Sempre Ippon, aproveitando não só o sucesso do trabalho até o momento, assim como o interesse gerado na prática esportiva que virá ano que vem em função dos Jogos Olímpicos de Tóquio.

## 5. RESULTADOS



## 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

MARINHEIRO, C. A.; SANCHES, E. L.; ARCHANJO, R. M. Metodologia da pesquisa científica. Batatais: Clareriano, 2015.

MOTTA, R.G.; UCHIDA, R. Uruwashí – o espírito do judô. São Paulo: Generale, 2014.

MOTTA, R.G.; JUNQUEIRA, L.A.P.; TURRA, F.J. A eficácia das redes sociais e das ferramentas de marketing no recrutamento de integrantes para organizações sem fins lucrativos. Revista Pensamento Contemporâneo em Administração, Rio de Janeiro, v. 12, n. 11, p. 76-88, mar. 2018.

SILVEIRA, J. Responsabilidade social, ONGs e esporte: O caso do Instituto Ayrton Senna no Brasil. In: MATTIELLO Jr, E.; Capela, P.; BREIH, J. Ensaios alternativos latino americanos de educação física, esportes e saúde. Tubarão: Copiart, 2010.

TEIXEIRA, A.C.C. Atuação das organizações não-governamentais: entre o estado e o conjunto da sociedade. In: DAGNINO, E. Sociedade civil e espaços públicos no Brasil. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

ZALUAR, A. Cidadãos não vão ao paraíso. São Paulo: Editora Unicamp, 1994.





**“PRECONCEITO NOSSO DE CADA DIA”  
VIVÊNCIAS DE RACISMO E SEXISMO DE JOVENS  
UNIVERSITÁRIOS**

***“OUR PREJUDICE OF EVERY DAY”  
EXPERIENCES OF RACISM AND SEXISM OF  
UNIVERSITY YOUNG PEOPLE***

Isabella Cristina Sousa Rocha  
Universidade Federal do Piauí/CAFS  
isabellacristyna41@gmail.com

Leonardo Victor de Sá Pinheiro  
Universidade Federal do Piauí/CAFS  
leonardopinheiro@hotmail.com



## RESUMO

O estudo procurou identificar as vivências de racismo e sexismo de jovens universitários autodeclarados negros da cidade de Floriano-PI. Para isso, o contexto universitário e de trabalho foi investigado, bem como outras experiências relatadas ao longo das histórias de vida. Utilizou-se uma abordagem qualitativa, por meio de entrevistas semiestruturada com oito estudantes do curso de Administração, sendo os dados analisados através da análise de conteúdo temática e com auxílio do software ATLAS.ti. Como principais resultados, a pesquisa evidenciou que os entrevistados demonstraram uma percepção de racismo e sexismo velada nas organizações, acreditando que não é critério de exclusão direta na entrada do mercado de trabalho, mas podendo influenciar e dificultar a inserção nas empresas. Outrossim, notou-se que o racismo e o sexismo não se limitam as organizações e ambiente acadêmico, estando presente em vários contextos da sociedade.

**Palavras-chave:** Racismo. Sexismo. Organizações. Universidade.

## ABSTRACT

The study sought to identify the experiences of racism and sexism of young self-declared black university students from the city of Floriano-PI. For this, the university and work context was investigated, as well as other experiences reported throughout life stories. A qualitative approach was used, through semi-structured interviews with eight students of the Administration course, the data being analyzed through the analysis of thematic content and with the help of the software ATLAS.ti. As main results, the research showed that the interviewees demonstrated a perception of racism and veiled sexism in organizations, believing that it is not a criterion of direct exclusion when entering the labor market, but that it can influence and hinder the insertion in companies. Furthermore, it was noted that racism and sexism are not limited to organizations and the academic environment, being present in various contexts of society.

**Keywords:** Racism. Sexism. Organizations. University.



# 1. INTRODUÇÃO

O Brasil é um dos países mais diversos que existem. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2015), em relação a diversidade étnica-racial, o Brasil apresenta um percentual aproximado de 45,22% brancos, 49,05% pretos, 0,47% amarelas e 0,38% indígenas. Todavia, as distinções e desigualdades raciais são contundentes, facilmente visíveis e de graves consequências para a população não branca (HERINGER, 2002).

A situação do negro e o mercado de trabalho formal, como acentua Andrews (1998 apud SILVA, 2013), deve ser analisada a partir da abolição da escravidão, quando os ex- senhores e os ex-escravizados deram início à uma negociação das condições do trabalho assalariado. Nessa época, o negro passa a ser desvalorizado como trabalhador, pois, no momento da redefinição do trabalho, passa a ser considerado como atraso e é atrelado à baixa produtividade, juntamente com o trabalhador negro que passa a ser considerado insuficiente e com baixa capacidade técnica (SILVA, 2013).

Por conseguinte, a solução, para o problema emergencial da constituição de um mercado de trabalho livre e progressista e para a formação de um povo capaz de capitanear o projeto desenvolvimentista foi a imigração europeia (SILVA, 2013). O Brasil nos 40 anos pós-abolição, segundo Andrews (1998 apud SILVA, 2013), recebeu cerca de mais de dois milhões de imigrantes. O impacto desse fluxo populacional na composição racial do país foi significativo. Como explica Silva (2013, p. 96), “a ocupação majoritária do branco imigrante no mercado de trabalho acabou por empurrar a população não-branca para as ocupações subalternas e mais desvalorizadas”. A maioria da população negra continuou trabalhando com agricultura, de forma semelhante ao que vivia; alguns foram para cidade, onde ocupavam-se com tarefas mais subalternizadas e outros optaram pela cultura da subsistência, a qual plantavam apenas para si e familiares se alimentar (COSTA, 1998).

As sequelas da escravidão e da falta de integração do negro são notadas até hoje na sociedade, a presença nas áreas rurais, nas duas regiões mais pobres do Brasil, nas periferias das grandes cidades e em posições subalternas na hierarquia ocupacional é bem mais alto entre pessoas negras (SOUSA, 2017). Referente ao mercado de trabalho, em média, os brancos têm os maiores salários, sofrem menos com o desemprego e são maioria entre os que frequentam o ensino superior, afetando a empregabilidade (GOMES; MARLI, 2018).

Muito embora estudos afirmem e exponham a situação desigual da população preta em relação aos brancos, a sociedade cobriu-se com a teoria da democracia racial, a qual significa que o Brasil é um país livre de desigualdade racial. Como afirma Domingues (2005), “do ponto de vista do discurso legal, cidadãos negros passariam [após a abolição] a desfrutar de uma igualdade de direitos e oportunidades em relação aos brancos em todas as áreas da vida pública: educação, emprego, moradia, terra, saúde, lazer, etc.” Esse fator contribuiu para que o racismo instaurado no Brasil fosse velado, resultando em uma sociedade dividida entre discursos a favor da teoria da democracia racial e discursos que defendem que essa só existe na teoria.

No que se refere a inserção das mulheres no mercado de trabalho, essa se deu na década de 1940, com a industrialização, quando apenas a mão de obra masculina era insuficiente (PRAVALER, 2020). No entanto, a inserção da mulher no âmbito trabalhista vem sendo acompanhada, ao longo desses anos, por elevado grau de discriminação, não só no que tange à qualidade das ocupações que têm sido criadas tanto no setor formal como no informal do mercado de trabalho, mas principalmente no que se refere à desigualdade salarial entre homens e mulheres (PROBST, 2003).

Outrossim, vale ressaltar que as mulheres negras, que se encontram na interseção, sofrem tanto a discriminação racial, quanto a de gênero. Se para as mulheres brancas das classes médias, um ponto importante para autonomia é sua inserção no trabalho remunerado, demandando políticas de ativação; para as mulheres negras das classes mais pobres, a participação no mundo do trabalho é, em geral, precoce, precarizada e as inscreve, de partida, em patamares desvantajosos (IPEA, 2013).

Nesse sentido, entendendo que a maioria da população economicamente ativa no Brasil, bem como da população geral, é preta – cerca de 54,41% (IBGE, 2015), esse trabalho se propõe a identificar as vivências de racismo e sexismo de jovens universitários de uma Instituição de Ensino Superior da cidade de Florianópolis-PI.

Por fim, a segmentação dessa pesquisa dar-se em seis tópicos: introdução, objetivo, fundamentação teórica, metodologia, análise e discussão dos resultados e considerações finais.

## 2. OBJETIVO

Identificar as vivências de racismo e sexismo de jovens universitários de uma Instituição de Ensino Superior da cidade de Florianópolis-PI.

## 3. REVISÃO DA LITERATURA

### 3.3. O NEGRO E O MERCADO DE TRABALHO: BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

Segundo Mattos (2012), o sistema colonial europeu objetivava a produção das mercadorias de grande demanda na sociedade europeia. Essas produções ocorriam, consoante o mesmo autor, nas colônias para serem exportadas às metrópoles, subsequentemente. Dessa forma, com o intuito de garantir a produção em larga escala, adotou-se o trabalho escravo. No Brasil, inicialmente, o habitante nativo, o índio, foi escolhido para ser escravizado, mas logo foi substituído pelos povos africanos (MATTOS, 2012).

A manutenção do trabalho escravo no Brasil durou cerca de três séculos, de 1550 a 1888, tendo seu processo de abolição de forma gradual, como aponta Costa (1998). O fim do sistema escravocrata legitimado, deu-se quando, além da resistência dos africanos - por meio de fugas, formação de quilombos e até suicídios - a elite brasileira notou que, com a emergência do capitalismo, seria imprescritível a manutenção desse regime escravocrata (SILVA, 2013).

No entanto, após a abolição da escravidão legal, a população que era escravizada não obteve apoio do governo e muitas pessoas acabaram por continuar a serem exploradas. Schmidt (2007, p.451) aponta que “não houve reforma agrária, não indenizaram os ex-cativos, e o governo sequer se preocupou em construir escolas”. Ainda mais, Nogueira (1998, p.14) expõe, em seu trabalho as condições de vida dos negros após a abolição da escravatura no Brasil:

Libertos da situação de cativo, quando da promulgação da “Lei Áurea”, continuaram, porém, excluídos, despossuídos. Todo período que antecede à promulgação da lei se deu, paralelamente, às mudanças na ordem econômica e política, que colocavam obstáculos à existência de um país escravagista no cenário mundial. Os abolicionistas mostravam grande indignação pelas condições



de cativeiros dos negros, mas não puderam pensá-los como indivíduos que deveriam ser inseridos na sociedade. Assim, supunham que, saindo da condição de escravos, o negro trabalharia como mão de obra remunerada para seu auto sustento. Mas grande parte do contingente de cativos libertos vagavam desorientados, sem condições para seu auto sustento (NOGUEIRA, 1998, p. 14).

A promulgação da Lei Áurea serviu para dar um fim no trabalho escravo, mas ela não foi além, em como, por exemplo, iria funcionar a integralização dessa população que por muito tempo foi explorada, fazendo com que muitos es-escravizados voltassem para situações análogas à escravidão, evidenciando que a verdadeira preocupação era acabar com um regime que já não estava sendo tão lucrativo. Nessa perspectiva, Bento (2018, p.7) evidencia em seu estudo como a abolição sem integração impactou a vida dos ex- escravizados:

A abolição fez com que muitos negros permanecessem nas fazendas como mão-de-obra barata em troca de sua sobrevivência. Os que migraram às cidades foram subordinados aos subempregos como artesões, vendedores ambulantes, empregada doméstica, grande maioria exercendo as mesmas funções de quando eram escravos sem qualquer tipo de assistência ou garantia (BENTO, 2018, p. 7).

Diante do exposto, como acentua Andrews (1951 apud SILVA, 2013), a situação do negro e o mercado de trabalho formal deve ser analisada a partir da abolição da escravidão, quando os ex-senhores e os ex-escravizados deram início à uma negociação das condições do trabalho assalariado. No entanto, nessa época o negro passa a ser desvalorizado como trabalhador pois, como aponta Silva (2013, p. 94):

Nesse momento, trabalho escravo passava a significar atraso, latifúndio, monocultura, baixa produtividade. Vinculado a tudo isso, trabalhador negro também era percebido de forma similar: insuficiência e baixo conhecimento técnico, indisciplina, ausência de espírito de poupança, etc. Mas o pior de tudo isso, toda esta subjetividade caracterizadora do trabalhador negro lhe era atribuída como sendo intrínseca, imutável, algo próprio ao elemento negro pelo simples fato de ser negro (SILVA, 2013, p. 94).

Dessa forma, segundo Silva (2013), no exato momento de redefinição do trabalho do proletário e do modelo político viabilizador de um novo horizonte cidadão, o elemento negro se via desqualificado como agente transformador e como sujeito de direito. Por conseguinte, a solução, para o problema emergencial da constituição de um mercado de trabalho livre e progressista e para a formação de um povo capaz de capitanear o projeto desenvolvimentista foi a imigração europeia (SILVA, 2013).

O Brasil nos 40 anos pós-abolição, segundo Andrews (1951 apud SILVA 2013), recebeu cerca de mais de dois milhões de imigrantes, o impacto desse afluxo populacional na composição racial do país foi significativo. Silva (2013, p. 96) explica que “a ocupação majoritária do branco imigrante no mercado de trabalho acabou por empurrar a população não-branca para as ocupações subalternas e mais desvalorizadas”. Já de acordo com Costa (1998, p. 187):

A maioria continuou como trabalhador de enxada, num estilo de vida semelhante ao de outrora. Alguns, atraídos pela miragem da cidade, aglomeraram-se nos núcleos urbanos, onde passavam a viver de expedientes, incumbindo-se de tarefas mais subalternas. Outros abandonaram as fazendas e dedicaram-se à cultura de subsistência (COSTA, 1998, p. 187).

Nogueira (1998) afirma que juridicamente os negros eram considerados capazes de ocupar um lugar na sociedade eles eram, no entanto, na prática, “excluídos e impedidos de desfrutarem de qualquer benefício social, foram marginalizados, estigmatizados, marcados pela cor que os diferenciava e discriminados por tudo quanto essa marca pudesse representar” (NOGUEIRA, 1998, p. 15).

O desamparo pós abolição da escravatura fez com que tanto homens quanto mulheres negras fossem taxadas como pessoas marginais e de má conduta, dando início, assim, a um estereótipo que vigora até hoje. As mulheres que foram escravizadas, no Brasil pós-abolição, não obtiveram, infelizmente, um rumo diferente ao dos homens, como analisa Tokita (2013, p. 122):

Não cabiam muitas opções, ou ficavam nas fazendas que já trabalhavam, ou iriam tentar a vida em outros locais e, mesmo assim, sem muitas oportunidades de trabalho devido a toda esta história. Nesse sentido, algumas conseguiam espaços de trabalho como autônomas, porém, para a imensa maioria o que estava disponível em termos de trabalho era prestação de serviços, de modo geral com baixa remuneração (TOKITA, 2013, p. 122).

A incorporação das mulheres ao mundo do trabalho, de acordo com Pereira (2011), se deu majoritariamente pelo trabalho doméstico. O sujeito feminino negro passa a realizar as tarefas do lar a partir de outros arranjos sociais, que são em muitos casos estabelecidos por contrato de locação de serviços. Temos ainda aquelas ex-escravizadas, que não tinham para onde ir e continuaram com seus ex-senhores exercendo a mesma função do cuidado da casa e da família patriarcal. Ainda em consonância com a mesma autora, o trabalho de cuidadora de lar “foi uma recorrência na vida das mulheres negras não se configurando, em alguns casos, apenas como porta de entrada para o mercado de trabalho, mas como a única forma possível de ocupação oferecida a essas mulheres” (PEREIRA, 2011, p. 4).

Em face ao exposto, evidencia-se que a Lei Aurea, a qual aboliu a escravidão, não significou que os homens e mulheres negras ocupassem um lugar equiparada aos outros membros da sociedade. Nogueira (1998, p. 36) afirma que, ao contrário disso, “tal processo foi vivenciado como um abandono, abandonado pelos senhores, ele se tornava um peso, um excedente na estrutura social”.

### 3.2. PRECONCEITO (AINDA) NÃO É PÁGINA VIRADA

Em decorrência de fatores como a modernização, o aumento da formação educacional e mudanças culturais, as mulheres inseriram-se em vários setores da sociedade, destacando-se por sua voz ativa e atribuições desempenhadas no mundo dos negócios (SANCHES; SCHMIDT; KÜH, 2013). Essa crescente participação feminina pode ser explicada por fatores como o aumento da escolaridade, às mudanças culturais e na estrutura familiar, a redução do número de filhos e novos valores sociais em relação a inserção da mulher no mercado de trabalho (GRECO et al., 2010).

No entanto, as mulheres sofrem com dificuldades que o homem não sofre, dentre essas está o sexismo, que tende a colocar a mulher numa posição de fragilidade e submissão, o que dificulta que ela assuma uma posição de poder e de independência, se equiparando a qualquer homem (MENDONÇA, 2020). A mesma autora define o sexismo como o ato de preconceito relativo ao sexo e/ou a orientação sexual de uma pessoa e afirma que é esse preconceito que considera os gêneros superiores ou inferiores uns aos outros em determinados assuntos e áreas. Não obstante, ressalta-se que o sexismo não afeta apenas as mulheres, mas também uma população cada vez mais crescente na sociedade, os LGBTQ+, os quais compreendem o grupo não heteronormativo da sociedade. De acordo com Almeida (2018), esse grupo sofre com o silenciamento no ambiente de trabalho, isto quando consegue uma vaga, “trabalhadores lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros (transsexuais e travestis) continuam se defrontando com uma sucessão de desafios que os obrigam a permanecerem em silêncio com medo de serem demitidos”.



As sequelas da escravidão e da falta de integração do negro são notadas até hoje na sociedade. A população negra apresenta, alinhado a Sousa (2017, p. 10), “a taxa de alfabetização, o número médio de anos de estudos, a presença na universidade, a participação no espaço formal na representação política, como deputados e senadores, muito mais baixo do que entre os declarados brancos”. Além disso, a presença nas áreas rurais, nas duas regiões mais pobres do Brasil, nas periferias das grandes cidades e em posições subalternas na hierarquia ocupacional é bem mais alto entre pessoas negras (SOUSA, 2017).

No tocante ao mercado de trabalho, em média, os brancos têm os maiores salários, sofrem menos com o desemprego e são maioria entre os que frequentam o ensino superior, afetando a empregabilidade (GOMES; MARLI, 2018). Segundo dados do

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2018), a taxa de desocupação do país é de 12,4%, sendo 64,1% da população desocupada autodeclarados pardos ou pretas e 35% brancos. Além disso, a renda média mensal das mulheres negras no Brasil, segundo a Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (2003) é de R\$ 279,70, contra R\$ 554,60 para mulheres brancas, R\$ 428,30 para homens negros e R\$ 931,10 para homens brancos. Segundo Pinheiro e Soares (2015, p. 16), esses dados expressam:

A perversa manifestação da dupla discriminação que atinge mulheres negras, e que faz com que estas, vítimas do racismo e do sexismo, encontrem-se concentradas nos piores postos de trabalho, recebendo os menores rendimentos, sofrendo com as relações informais de trabalho (e sua consequente ausência de proteção social tanto presente quanto futura – aposentadoria) e ocupando as posições de menor prestígio na hierarquia profissional (PINHEIRO; SOARES; 2015, p. 16).

A mulher negra sofre discriminação tanto pela sua cor, quanto pelo seu sexo, o que torna muito difícil ser uma mulher preta, pois são elas que são alocadas em postos de trabalhos considerados inferiores e que precisam lutar muito mais, caso queira algo maior para si. Nascimento (2006, p. 104) analisa a situação da mulher negra, contextualizada com o período escravista, a qual evidencia que as opressões sofridas atualmente têm raízes escravista:

A mulher negra, elemento no qual se cristaliza mais a estrutura de dominação, como negra e como mulher, se vê, deste modo, ocupando os espaços e papéis que lhe foram atribuídos desde a escravidão. A “herança escravocrata” sofre uma continuidade no que diz respeito à mulher negra. Seu papel como trabalhadora, a grosso modo, não muda muito. As sobrevivências patriarcais na sociedade brasileira fazem com que ela seja recrutada e assuma empregos domésticos, em menor grau na indústria de transformação, nas áreas urbanas e que permaneça como trabalhadoras rurais (...) Se a mulher negra hoje permanece ocupando empregos similares aos que ocupava na sociedade colonial, é tanto devido ao fato de ser mulher de raça negra, como por terem sido escravos seus antepassados. (NASCIMENTO, 2006, p. 104)

A dupla discriminação é sofrida também por outro grupo da população: homens pretos homossexuais. De acordo com Silva (2017), esse grupo acaba tendo seus direitos cessados e suas vozes caladas, o que resulta na falta de vagas para negros homossexuais. Dessa forma, pesquisas nessas temáticas são importantes para evidenciar a situação de opressão sofrida por essa população ditas minorias – o que se sabe que não é verdade. Infelizmente, essa é a situação da maioria das pessoas. A partir da identificação, as organizações devem atuar na prática, com medidas sustentáveis de responsabilidade social que, no mínimo, minimizem as situações expostas.

## 4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O artigo se enquadra como sendo de natureza qualitativa dado que, como explica Maanen (1979 apud NEVES, 1996), esse tipo de pesquisa visa traduzir e expressar o sentido de fenômenos sociais. Para tal, “o pesquisador vai a campo buscando captar o fenômeno em estudo a partir da perspectiva das pessoas nele envolvidas, considerando todos os pontos de vista relevantes” (GODOY, 1995, p. 21).

Referente aos procedimentos, adotou-se a pesquisa de campo, que objetiva, consoante Andrade (2010, p. 131), “recolher e registrar, de maneira ordenada, os dados do assunto estudado”. Ainda no que diz respeito aos procedimentos, utilizou-se a técnica de entrevista, que, segundo Marconi e Lakatos (2009), é a conversação efetuado face a face, de maneira metódica que proporciona ao pesquisador, verbalmente, a informação necessária.

A pesquisa é composta por uma amostra por conveniência e não probabilística. Participaram, voluntariamente, 8 discentes do curso de Administração de uma Instituição de Ensino Superior localizada na cidade de Floriano-PI. Como critério de participação da pesquisa, considerou-se somente os discentes autodeclarados como de raça negra, independente do gênero e do semestre que estava cursando.

Com a finalidade de manter o sigilo que lhes foram garantidos, os participantes receberam nomes fictícios de pessoas que fizeram histórias diante da luta contra o racismo e sexismo. No próximo parágrafo, explana-se brevemente as escolhas e o motivo da preferência. Vale ressaltar que a parte redigida é só uma pequena parte da vida dessas pessoas.

O primeiro entrevistado recebeu o nome de Nelson Mandela, líder da revolução contra o Apartheid – legislação que fora instaurada em 1948 na África do Sul o qual pregava a segregação racial no país. Em sequência, a segunda pessoa entrevistada recebeu o nome de Marielle Franco, socióloga e política da favela da Maré, no Rio de Janeiro, que foi brutalmente assassinada e até hoje não descobriram quem cometeu o ato e o porquê. A próxima entrevistada adquiriu o nome de Ângela Davis, estadunidense conhecida mundialmente por participar dos Panteras Negras – movimento que, inicialmente, lutava contra a violência policial nos Estados Unidos e tornou-se um partido político que defendia os direitos civis da população negra.

Sequencialmente, escolheu-se homenagear Zumbi dos Palmares, o último líder do maior quilombo – local organizado e dividido hierarquicamente, que acolhia escravizados fugidos - do período colonial, também fora o marido de Dandara, a qual é a próxima homenageada. Dandara dos Palmares fora guerreira do período colonial que se tornou um símbolo de resistência no movimento de militância negrum.

A sexta entrevistada recebeu o nome da primeira advogada negra do Brasil, Esperança Garcia, a qual recebeu o título simbólico pelo Conselho Estadual da Ordem dos Advogados do Brasil 247 anos após escrever e enviar uma carta, que denunciava as violências sofrida pela mulher escravizada, ao governador da Capitania de São José do Piauí, Gonçalo Lourenço Botelho de Castro. Posteriormente, a sétima entrevistada recebe o nome de Djamila Ribeiro, pesquisadora e mestra em filosofia política, autora de várias obras na temática racial e feminista. Por fim, o último homenageado fora George Floyd, estadunidense negro morto por um policial branco em 2020, após sua morte os Estados Unidos e outros países eclodiram com várias manifestações contra a violência policial, tornando-o um símbolo de resistência. A seguir apresenta-se um quadro com as informações sociodemográficas de cada participante:



**Quadro 1:** Dados sociodemográficos dos participantes

ENTREVISTADOS	SEXO	ESTADO CIVIL	RAÇA/COR	CONDIÇÕES DE MORADIA	IDADE	SEMESTRE	NATURALIDADE	ATIVIDADE PROFISSIONAL
NELSON MANDELA	Masculino	Solteiro	Preto	Com amigos	23	7º	Guadalupe-PI	Estuda e Trabalha
MARIELLE FRANCO	Feminina	Solteira	Parda	Com amigos	22	8º	Distrito Federal	Estuda
ÂNGELA DAVIS	Feminina	Solteira	Preta	Com familiares	21	5º	Floriano-PI	Estuda e Trabalha
ZUMBI DOS PALMARES	Masculino	Casado	Preto	Com esposo	32	5º	Teresina-PI	Estuda e Trabalha
DANDARA DOS PALMARES	Feminina	Solteira	Preta	Com amigos	26	5º	Amarante	Estuda
ESPERANÇA GARCIA	Feminina	Solteira	Preta	Com familiares	19	4º	Floriano-PI	Estuda
DJAMILA RIBEIRO	Feminina	Solteira	Preta	Com familiares	27	8º	Nazaré-PI	Estuda e Trabalha
GEORGE FLOYD	Masculino	Solteiro	Preto	Residência universitária	23	8º	Guadalupe-PI	Estuda e Trabalha

Fonte: elaborado pelos autores (2021)

Para coleta de dados, foram realizadas entrevistas semiestruturadas, que, segundo Andrade (2010, p. 132), consiste em “conversa informal, que pode ser alimentada por perguntas abertas, proporcionando maior liberdade para o informante”. No que se refere a condução da entrevista, realizou-se a entrevista focalizada que se caracteriza pela liberdade de fala do entrevistado, contanto que mantenha o foco do tema proposto (GIL, 2008).

Em relação ao roteiro da entrevista, esse é dividido em quatro partes. Na primeira apresenta-se questões sobre dados pessoais, como: sexo, raça, estado civil e idade. Subsequentemente, as questões da segunda parte são voltadas à percepção com relação ao tema da pesquisa e vivência do entrevistado. Na terceira parte, o roteiro de entrevista explana questões sobre o mercado de trabalho e a universidade.

A realização da pesquisa deu-se durante o segundo semestre do ano de 2019 em uma IES localizada no município de Floriano-PI. As entrevistas foram realizadas pela autora em salas de aulas reservadas, com duração média de quinze minutos cada. Todas as entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas. Aos entrevistados foram garantido sigilo com relação aos nomes, devido a isso deu-se pseudônimos de pessoas importantes na luta contra o racismo e o sexismo.

Como técnica de análise de dados, adotou-se, alinhado à pesquisa de Lage e Souza (2017), análise de conteúdo categorial temática (RYAN; BERNARD, 2003) pela técnica Theory-Related Material, a qual busca por temas a partir de uma teorização prévia, tendo cuidado e preocupação de abrir o olhar para temas que possam surgir para além do teórico (LAGE; SOUZA, 2017). Para a categorização dos temas, realizou-se transcrição e leitura de todas as entrevistas.

## 5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

### 5.1. RESPEITO NÃO TEM COR

Nesse primeiro momento, buscou-se conhecer as principais percepções dos entrevistados sobre racismo e sexismo de modo geral. No que tange ao primeiro tema, o principal resultado identificado foi que o racismo existe, mas de uma maneira “maquiada”, segundo os entrevistados. Tal percepção pode ser explicada pela teoria do mito da democracia racial (NASCIMENTO, 1978), que apesar do governo e da sociedade branca afirmarem que o racismo foi abolido junto com a escravidão, a falta de integração do negro na sociedade após essa época resultou em um racismo estrutural mascarado.

Além disso, alinhado aos resultados obtidos por Sousa (2017), o qual afirma que o negro não fora integrado na sociedade após a abolição da escravatura e mantém-se, em sua maioria, em situações injustas e desiguais, observa-se o relato da entrevistada Esperança Garcia, a seguir:

Mesmo com o desenvolvimento, a evolução do nosso país, a gente ainda continua tendo dificuldade com a inserção do negro da pessoa negra, seja do sexo masculino ou feminino, no trabalho, na universidade em vários, em vários locais, várias situações. (Esperança Garcia, 19 anos, 4º semestre)

Referente ao sexismo, as entrevistadas relataram que existe, mas, em sua maioria, não identificaram situações sexistas que aconteceram com elas. Além disso, relatou-se que a sociedade “venda os olhos” para o racismo e o sexismo, como descreve a entrevistada Djamila Ribeiro:

Ainda há muito racismo, principalmente de cor e pelo fato de ser pessoas feminina [...], mas muita gente meio que camufla, finge que não estão vendo, finge que não tem preconceito, mas todo mundo sabe que tem. (Djamila Ribeiro, 27 anos, 8º semestre)

No que tange a percepção dos discentes nos temas abordados - racismo e sexismo - observou-se que os entrevistados identificam a existência de ambos no Brasil. No entanto, em maioria, não identificou situações sexistas, mas, em contrapartida, identificam situações racistas com eles próprios, parentes ou colegas. Além disso, evidenciou-se que o racismo instaurado no país é mascarado, o que se explica pela teoria do mito da democracia racial, conforme falado anteriormente.

### 5.2. SENTINDO NA PELE

Nesse segundo momento, buscou-se saber se os participantes sofreram experiências racistas e/ou sexistas e, em caso afirmativo, relatar as experiências racistas e sexistas vivenciadas. Constatou-se, segundo os relatos, que ocorreram situações racistas e que estas geralmente foram percebidas desde a infância, como relata Dandara dos Palmares: “começa desde criança, desde quando você começa a ir pra escola mesmo, bem cedo você já é excluído de algumas coisas”. Em contrapartida, a maioria das mulheres não identificaram experiências que poderiam se enquadrar como sexista, embora, ao analisar as entrevistas, percebe-se situações sexistas sofridas, mesmo sem a percepção das entrevistadas.

Ademais, uma minoria que não sentiu na pele situações racistas, presenciou em pessoas próximas, como relata a Djamila Ribeiro: “só presenciei uma amiga minha, que quando a gente tava na quinta série, a gente



tava na sala, aí a professora simplesmente fez um comentário como se fosse: não sei o quê neguinha”. Além disso, outras experiências racistas também são expressas nos trechos seguintes:

Velhas brincadeiras com tom, as frases com tom de brincadeira sim na universidade frequentemente que as vezes eu vejo que não e na brincadeira tipo é, por exemplo, ah vai buscar isso pra mim porque tu é negra, tu tem que servir mesmo. (Dandara dos Palmares, 26 anos, 5º semestre)

Começaram a falar palavras de baixo calão por causa da estética dela [amiga do entrevistado], ela é extremamente negra, cabelo Black e com roupas étnicas e onde nós estávamos não era um bairro de maioria negra, era um bairro elitizado e teve que passar por esse constrangimento. (Zumbi dos Palmares, 32 anos, 5º semestre)

No ensino fundamental menor, quando eu estudava da terceira, segunda série e teve uma briga com um coleguinha lá e ele e os irmãos dele tudo ficaram me chamando de urubu, ficaram me chamando de preto. Foi algo que marcou muito assim, porque é desnecessário e naquela época isso mexeu muito comigo, né, eu era uma criança e não sabia lidar com essas questões, e aí um dos apelidos que eles mais me chamaram era de urubu, carniça, preto, carvão, escuridão, essas questões assim. (George Floyd, 23 anos, 8º semestre)

Nos fragmentos seguintes, apresenta-se situações vivenciadas por conta do estereótipo criado da pessoa negra. Segundo Terra (2010), a criminalização e a expectativa de ilegalidade são atribuídas sobre sujeitos discriminados pelo corpo, especificamente pela cor. De acordo com Nogueira (1998), os adjetivos que acompanham as pessoas negras são negativos e pejorativos. “O negro é visto como bandido, sujo e incapaz – estigmas também herdados da época escravista” (NOGUEIRA, 1998, p. 15). Sobre isso, o relato a seguir é de uma entrevistada que viu o irmão sendo marginalizado pela sua cor e o outro é de uma entrevistada que atribui a uma pessoa negra a condição de marginal.

Ele [irmão] que vai me buscar na escola quando é a noite e uma vez, e ele é bem morenin mesmo, e uma vez ele foi me buscar era mais ou menos umas seis e meia, sete e meia por aí, porque eu tive que ficar lá no evento e aí ele veio de bicicleta [...] E aí meio que os vigias já ficaram alerta uns se comunicando com os outros deixando até ele meio constrangido, e aí ele foi encostando e aí os vigias também começaram a ir, depois ele acenou eu acenei aí meio que eles, aí eu falei assim: ah esse daqui é meu irmão, aí eles ah, tá bom”. (Dandara dos Palmares, 26 anos, 5º semestre).

Às vezes, por mim ser mulher mesmo, que tô passando num beco, numa rua assim e aí já tem um meninozin assim de tom mais escuro, eu mesmo, sendo negra, e principalmente por ser mulher eu mesmo às vezes fico assustada também e passo pro outro lado da calçada (Dandara dos Palmares, 26 anos, 5º semestre).

Com esse trecho de Dandara dos Palmares, nota-se mais um vestígio da época pós-abolicionista, sem integração do negro na sociedade: o estereótipo do negro bandido, como afirma Terra (2010). A intelectualidade construiu teoricamente as chamadas “classes perigosas”, ou a naturalização da periculosidade e da criminalidade, resultando na discriminação do negro e do mestiço, difundidas através de modelos que vão desde a academia, até a literatura e a imprensa oficial. Dessa forma, até hoje, mesmo pessoas pretas, desviam do caminho de pessoas negras com medo desse estereótipo se provar verdadeiro, mesmo já tendo vivenciado a situação na outra extremidade – sendo a pessoa discriminada. No caso de Dandara dos Palmares, foi relatado que o irmão dela já foi discriminado por causa desses estereótipos.

Ademais, evidencia-se que as entrevistadas passam por situações impostas pelo sexismo, mas não as entendem como tal, tendo em vista que apenas uma entrevistada relatou abertamente uma experiência sexista vivida no ambiente organizacional:

Como a gente é atendente a gente é abordado assim de várias maneiras por clientes sem vergonhas, ai tem aquele assédio, deah, você é muito bonita e tal e tal, principalmente é gente mais velha, aquele velho véi nojento [risos]. Eu tá, por exemplo, um dia eu fui entregar um remédio pro homem e o homem simplesmente, aí eu saí e dei o troco e saí pra fazer não sei o que, eu sei que eu percebi que ele tava olhando pra minha bunda [risos] ai logo depois ele, “posso falar uma coisa”, ai eu sim, diga “é, você faz meu tipo, não sei o que” ai eu “mas você não faz o meu”. Mas já teve outro caso, eu acho que foi esse ano e teve outro acho que foi ano passado acho que depois de eu ter saído e ter voltado do homem, assim normalmente ele não falaria aquilo, mas como ele tava bebendo ele, na verdade ele tinha vontade de falar aquilo e tava bêbedo e aproveitou, dele pegar e me oferecer dinheiro, tipo, “se tu quiser ficar comigo eu tenho dinheiro, eu posso te dar o dinheiro que você quiser” [...] Ai teve outra vez que ele veio depois com a mesma história, só que eu acho que ele não lembrava, que já tava bêbedo de novo e foi depois de muito tempo [...] É chato a gente se sente constrangida (Djamila Ribeiro, 27 anos, 8º semestre)

No que se refere as vivências dos participantes do estudo, evidencia-se que os entrevistados sofreram tanto com o racismo, quanto com o sexismo. As situações de racismo sendo explícitas aos entrevistados, mesmo quando não sofridas por elas mesmas e sim por familiares, amigos, etc. No entanto, quanto ao sexismo, nota-se que as situações consideradas sexistas pouco são reconhecidas pelas participantes, muito embora elas aparentam saber do que trata o tema. Esse fenômeno pode ser explicado pela naturalização do machismo e a educação patriarcal recebida por essas mulheres, o qual torna mais difícil reconhecer situações que as agridam.

### 5.3. ABISMO RACIAL E DE GÊNERO NO MERCADO DE TRABALHO

No que tange a pessoa negra e o mercado de trabalho, de forma específica, os entrevistados, em sua maioria, relataram que não sofreram nenhum preconceito por parte da organização. No entanto, evidenciou-se duas questões relevantes intrínsecas ao negro.

A primeira está relacionada a subalternização dos cargos ocupados por negros, o qual significa que no Brasil há uma tendência para que negros ocupem postos menos altos no mercado de trabalho, em comparação com os brancos (FERNANDES, 2007). Sobre isso, o relato de Djamila Ribeiro descreve que o fato dela não ter sofrido nenhuma discriminação em relação a cor tem relação direta por exercer um cargo simples: “no caso, eu trabalho e não houve assim nenhum preconceito porque é um cargo simples, assim, é de atendente” (Djamila Ribeiro, 27 anos, 8º semestre).

O oitavo entrevistado, George Floyd, relata que várias vezes foi questionado se realizava um trabalho considerado inferior ao real cargo que ele exerce e que percebeu que as “confusões” aconteciam por causa da raça, principalmente quando perguntou ao seu colega branco se o mesmo acontecia com ele:

Já passei por vários atos racistas também, principalmente a, o, nos últimos que eu me lembro foi quando eu comecei a trabalhar na empresa que eu trabalho hoje e a maioria das pessoas acreditavam, que eu ocupava um cargo de função bem abaixo pela questão, eu creio, que da minha cor. Porque tipo, tem uns colegas brancos também que atuam comigo e o fardamento



é o mesmo e ninguém nunca foi questionar a eles se eles trabalhavam concertando cano, por exemplo, trabalho, trabalho de campo, trabalho braçal mesmo. Mais aqueles trabalhos voltados para pessoas que não possuem o ensino fundamental completo ou ensino médio completo. Enquanto que eu dentro da universidade já, quase concluindo minha graduação, sendo estagiário de uma empresa, trabalhando no setor administrativo, o interessante seria que eu fosse visto como uma pessoa que está atuando na minha área mesmo, né, só que não, pela questão de preconceito, inclusive dentro aqui mesmo da universidade, onde houveram vários questionamentos várias vezes se eu realmente, se eu trabalhava concertando cano, se eu trabalhava concertando vazamento, realizando corte de água, que é um trabalho voltado para pessoas que tem apenas o ensino fundamental e geralmente incompleto. (George Floyd, 23 anos, 8º semestre)

Já a segunda questão relevante se apresenta no trecho do quarto entrevistado, Zumbi dos Palmares, que aponta que o negro homossexual sofre dupla discriminação no mercado de trabalho, assim como a mulher negra heterossexual.

Pra você ser negro ou ser gay e está no mercado de trabalho é muito complicado porque você é sempre visto de uma forma diferenciada queira ou não queira, mesmo em grandes empresas que tem um padrão diferenciado. Então a gente ainda tem muito o que conquistar, já subimos alguns degraus e ainda falta muitos pra chegar a se equiparar ou ser justo. (Zumbi dos Palmares, 32 anos, 5º semestre)

Esses resultados corroboram com os estudos de Silva (2017, p. 6), o qual afirma que “no Brasil, as pessoas que não se enquadram como brancas, letradas, cis [que se identifica com o sexo com o qual nasceu], heterossexuais e de classe detentora de poder econômico acabam tendo seus direitos cessados e suas vozes caladas”, ou seja, faltam vagas para esse grupo da população.

Quando questionados sobre a inclusão no mercado de trabalho florianense, a maioria dos entrevistados afirmam que são poucas as empresas que praticam a inclusão e que muitas delas têm um perfil bem delimitado e excludente, como pode ser visto nos trechos a seguir:

Não, porque eu acho que ainda tá muito arcaicas administrativamente falando ainda vivem em uma era bem anterior a nossa era. essa discussão da administração, de forma, de gestão, pra eles ainda é muito... porque o que foi deixado de legado e o que é p que o dono pregue a cultura e essa e vamos ta nessa cultura ainda vejo um pouquinho de diferença nessas novas empresas que estão entrando no mercado de trabalho, que são multinacionais que por algum motivos estão encontrando Floriano pra se alocar como o grupo de petróleo onde eu trabalho, como a fábrica do biodiesel talvez ela tenha uma nova roupagem até pelo experiência de fora pra vim pra dentro do mercado de Floriano. (Zumbi dos Palmares, 32 anos, 5º período)

Eu acho que as empresas daqui, de Floriano, elas ainda possuem um visão muito tradicional, muito fechada, muito desatualizada com relação a essas questões, porque eu observo, tem algumas que eu observo que vão buscar emprego e pelo fato de ser negro, ou ser gay ou lésbica, ou ter muitas tatuagens eles são eles não conseguem empregos assim, as empresas aqui eu acho que eles ainda tem muito o que, são muito críticas com relação a isso. Tem algumas poucas empresas que elas já são tipo de uma cultura mais diferente, tipo de uma cultura mais avançada, uma cultura nova e que elas não se preocupam com essas questões e já tão adotando, é, tipo elas já inserem, o que importa mais pra essas novas, essas poucas empresas que tem aqui é a questão do perfil de qualificação, se realmente ela está qualificada para executar determinada atividade, não pro perfil dela, a forma como se vestem ou gênero, ou cor, já tem empresas aqui,

mas é um número bem pequeno de empresas, são uma minoria. Ela ainda tem umas bastantes tradicionais e tem a questão também daquele QI, quem indica que tipo influencia bastante. (George Floyd, 23 anos, 8º período)

Outrossim, uma minoria da amostra afirmou que as empresas de Floriano acabam por ter dificuldade em não ser inclusiva pela população da região ser predominantemente negra, como afirma Djamilia Ribeiro no trecho que se segue:

Eu noto é como eu te disse, tem muita gente nega, não tem pra onde correr, assim, tem muita gente branca mas a maioria é negra, aí, querendo ou não tem que ter a quantidade mais ou menos, mesmo o dono não achando muito bonito, mesmo o dono tendo preconceito, mas, se for olhar, vai lutar muito pra caçar um branquin, principalmente que queira trabalhar assim, nessas coisas que a maioria dos trabalhadores são, porque esses branquin geralmente são filhin de papai, não vamos metir, a maioria são filhin de papei que quer o que, trabalhar só em escritório, ou nem isso, só ficar recebendo dinheiro em casa, acabou [risos]. (Djamilia Ribeiro, 27 anos, 8º período)

Assim como outros temas sociais, o racismo e o sexismo também são evidenciados no mercado de trabalho. Quanto ao primeiro, racismo, reflete-se principalmente na subalternização dos cargos, o qual evidencia que pessoas negras tendem a ocupar cargos mais baixos em uma organização. No que tange ao segundo tema, sexismo, as situações sexistas identificadas e relatadas pelas participantes tem como agressor os clientes externos da organização e não colaboradores internos.

Com relação ao mercado de trabalho do município de Floriano-PI, pouco se nota ações inclusivas das organizações. Ainda mais, as poucas empresas que atuam de forma inclusiva são organizações novas no município, o que expõe como as mudanças sociais refletem nas empresas locais. É importante salientar que as empresas não devem se limitar apenas a incluir a população que comumente é excluída pelo seu perfil físico ou determinada características, mas sim precisam de ações que equiparem as relações de gênero e raça no âmbito organizacional – e na comunidade em que ela está inserida.

## 5.4. REDES SEMÂNTICAS DE RACISMO E SEXISMO

Com as redes semânticas obtidas através do ATLAS.ti, apresentou-se visualmente os temas que surgiram durante as entrevistas, mesmo que o entrevistado não soubesse definir um tema àquela experiência vivida. As redes semânticas dividiram-se em duas partes gerais: racismo (figura 1) e sexismo (figura 2), com subtópicos próprio de cada um.

### 5.4.1. REDE SEMÂNTICA DE RACISMO

Inicialmente, a Figura 1 apresenta a rede semântica das experiências racistas, ramificando-se em: 1) Racismo experienciado por conhecidos, que é evidenciado quando os entrevistados citavam familiares ou conhecidos que sofreram racismo como, por exemplo, Dandara dos Palmares, que relata o caso do seu irmão sendo marginalizado; 2) Racismo na infância, mostrando experiências vivenciadas pelos entrevistados quando eram crianças e que marcaram significativamente suas vidas; 3) Racismo velado, mostrando que as experiências racistas sofridas são ocultadas pela cultura; 4) Imagem pejorativa, apresentando que ao negros são vistos de forma estereotipada e denegrada.



**Figura 1:** Rede semântica de experiência racista

Fonte: elaborado pelos autores (2021)

Ainda conforme a Figura 1, a rede semântica sobre experiências racistas também evidencia: 5) Autopreconceito, relacionado ao preconceito tão enraizado que, mesmo pessoas negras, que já sofreram racismo na pele, cometem atos racistas com outros negros; 6) Passado histórico, apresentando como a história do negro no Brasil, desde a chegada até a falta de integração na sociedade, contribuiu para o racismo enraizado; 7) Vivências racista na universidade, essa ramificação refere-se a atos racistas cometidos dentro das paredes universitárias, um ambiente, em tese, mais evoluído academicamente falando, e mostra que os entrevistados foram vítimas de racismo na universidade; e 8) Racismo e mercado de trabalho, que mostra como o mercado de trabalho não está imune a atos racistas e como eles ocorrem com frequência no âmbito trabalhista.

As ramificações da rede semântica experiência racista nos mostra que os entrevistados tem conhecimentos, mesmo que pouco, sobre a maioria dos temas aprofundados nessa pesquisa. Em exemplo, temos a ramificação passado histórico, tema que surge nas entrevistas como forma explicativa para atos racistas, isso porque a escravatura apagou a história dos negros antes desse momento e desse momento para cá o negro recebe estereótipos condenáveis, tão internalizados que contribuem para o autopreconceito e para a associação da imagem pejorativa da pessoa preta. Como afirma Nogueira (1998), o negro é acompanhado por adjetivos negativos e pejorativos, herdados também da época escravista, e por mais esforços pessoais que tenha feito para conquistar um lugar social melhor, será um indivíduo marcado pela cor que não o separa desses implacáveis sentidos de racismo e discriminação. Ainda mais, as ramificações racismo na infância, vivencias racistas na universidade e racismo e mercado de trabalho nos mostra que a pessoa preta é marcada por experiências racistas em várias fases de sua vida, podendo acontecer de forma explicita ou de forma velada.

## 5.4.2. REDE SEMÂNTICA DE SEXISMO

Já a Figura 2, a seguir, apresenta a rede semântica de palavras sobre o sexismo, ramificando-se em duas partes: 1) Sexismo por ser mulher, o que significa que os participantes apresentaram relatos de mulheres vivenciando momentos sexistas por conta do gênero; e 2) Sexismo pela orientação sexual, mostrando que a orientação sexual de uma pessoa pode fazer com que ela sofra preconceito.

**Figura 2:** Rede semântica de experiência sexista



Fonte: elaborado pelos autores (2021)

A rede semântica de experiência sexista está associada por dois tipos de sexismos: de gênero e de orientação sexual. É importante ressaltar que esses atos não são excludentes, mas sim acumulativos, ou seja, uma mulher não heteronormativa poderá vir a sofrer os dois tipos de sexismo. De acordo com Silva (2017), a dupla discriminação acarreta em cessamento de direitos e silenciamento no mercado de trabalho, além da falta de vagas.

## 5.5. NUVEM DE PALAVRAS

Para analisar quais palavras foram mais citadas ao longo das entrevistas, a nuvem de palavras proporciona uma melhor visualização, uma vez que quanto maior tiver a palavra significa que ela foi repetida mais vezes. Sendo assim, conforme a Figura 3, a seguir, tem-se como destaque as palavras: negro, gente, empresa, mercado, racista, racismo e preconceito.





## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desse estudo foi identificar as vivências de racismo e sexismo de jovens universitários de uma Instituição de Ensino Superior da cidade de Floriano-PI, a partir da verificação da percepção sobre raça e sexo e as relações empregatícias na cidade. Dessa forma, verificou-se que os entrevistados demonstraram uma percepção de racismo e sexismo velada nas organizações, acreditando que não é critério de exclusão direta na entrada do mercado de trabalho, mas podendo ter alguma influência.

De acordo com os dados obtidos, nota-se que na maioria das vezes ações racistas e sexistas não tem como agressor direto os colaboradores internos das organizações, mas sim dos colaboradores externos, em predominância clientes e a comunidade. Ainda mais, evidenciou-se que as participantes tendem a não identificar e/ou reconhecer como sexistas algumas situações vivenciadas por elas, enquanto situações racistas são bem mais nítidas. Além disso, notou-se que pessoas negras sofrem muita discriminação fora do ambiente organizacional e que a falsa democracia racial instalada após a abolição da escravidão contribuiu tanto para isso, quanto para que as vítimas sintam que esse tipo de situação seja algo naturalizado no cotidiano da pessoa preta, sobretudo das mulheres pretas que enfrentam uma dupla discriminação – e uma tripla discriminação se a sua orientação sexual não for heterossexual.

A pesquisa também evidenciou que o homossexual preto se encontra numa situação análoga à da mulher negra heterossexual, em uma dupla discriminação. Essa condição de distinção social pode vir a se agravar, cada vez mais, na medida com que se soma mais uma característica considerada pela sociedade como algo negativo. Ainda mais, notou-se que as mulheres passam por situações sexistas, mas não as reconhecem e/ou identificam como tais.

No que se refere as limitações dessa pesquisa, nota-se que o estudo poderia ser mais amplo com relação a amostra. Além disso, sente-se falta da percepção de gestores e gestoras negros e negras, o qual apresentaria uma trajetória de vida de crescimento profissional relevante ao tema estudado.

Afim de contribuir com investigações futuras, recomenda-se uma expansão desse tema em outras cidades e que, seguidamente, confronte os resultados de ambas as pesquisas. Além disso, sugere-se uma pesquisa que aborde como objetivo a situação de pessoas que sofrem dupla ou tripla opressão no mercado de trabalho. Ainda mais, recomenda-se um estudo com enfoque nas pessoas negras que são gestoras de organizações, afim de investigar sua trajetória de vida profissional contextualizando com os temas abordados nessa pesquisa.



## 7. REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, A. S. **A experiência da população lgbt no mercado de trabalho de Palmas-to**. Universidade Federal de Tocantís, 2018.
- ANDRADE, M. M. **Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação**. 10. ed., São Paulo: Atlas, 2010.
- BENTO, H. L. A. **Marginalização E Discriminação Do Negro No Brasil: As Consequências Do Fim Da Escravidão E Seus Desdobramentos Na República**. Centro Universitário Toledo, 2018.
- BRASIL, IBGE. **Retrato da Desigualdades de Gênero e Raça**. 2015. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/retrato/indicadores\\_mercado\\_trabalho.html](http://www.ipea.gov.br/retrato/indicadores_mercado_trabalho.html). Acesso em: 07 de junho de 2020.
- BRASIL. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA**. Retrato das desigualdades: Gênero e Raça. 2015, pág. 16. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/retrato/pdf/primeiraedicao.pdf>. Acessado em 15 de janeiro de 2015.
- COSTA, E. V. **Da Senzala à Colônia**. São Paulo: Unesp, 1998.
- DOMINGUES, P. **O mito da democracia racial e a mestiçagem no Brasil (1889-1930)**. Diálogos Latinoamericas, Universidad de Aarhus, 2005.
- FERNANDES, F. **O negro no mundo dos brancos**. São Paulo: Global, 2007.
- GIL, C. A. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed., São Paulo: Atlas, 2008.
- GODOY, A. S. **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades**. RAE - Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995.
- GOMES, I.; MARLI, M. **IBGE mostra as cores da desigualdade**. 2018. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/21206-ibge-mostra-as-cores-da-desigualdade>. Acesso em: 01 de novembro de 2019.
- GRECO, S. M. S. S. et al. **Empreendedorismo no Brasil**: 2010. Curitiba, IBQP, 2010.
- HERINGER, R. **Desigualdades raciais no Brasil: síntese de indicadores e desafios no campo das políticas públicas**. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 18(Suplemento):57- 65, 2002.
- IBGE EDUCA. **Conhecendo o Brasil: população, cor e raça**. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18319-cor-ou-raca.html>. Acesso em: 22 de nov. de 2019.
- LAGE, M. L. C.; SOUZA, E. M. **Da cabeça aos pés: racismo e sexismo no ambiente organizacional**. Revista de Gestão Social e Ambiental - RGSA, São Paulo, Edição Especial, p. 55-72, dez. 2017.
- MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia do Trabalho Científico: procedimentos básicos, pesquisa biblio-**

**gráfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos.** 7. Ed., 4. Reimpressão, São Paulo: Atlas, 2009.

MATTOS, R. A. **História e Cultura Afro-brasileira.** 2. ed., 1. reimpressão. São Paulo: Contexto, 2012.

MENDOÇA, A. C. **Sexismo e o lugar de cada um na sociedade.** 2020. Disponível em: <https://www.colab.re/conteudo/sexismo>. Acesso em: 07 de janeiro de 2021

NASCIMENTO, A. **O Genocídio do Negro Brasileiro: processo de um racismo mascarado.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, pp.41 e 92.

NASCIMENTO, B. **A mulher negra no mercado de trabalho.** RATTI, A. Eu sou atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. São Paulo: Instituto Kuanza, p. 102-106, 2006.

NEVES, J. L. **Pesquisa qualitativa - Características, usos e possibilidades.** Caderno de Pesquisas em Administração, v. 1, n. 3, 1996.

NOGUEIRA, I. B. **Significações do corpo negro.** Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

PEREIRA, B. P. **De escravas a empregadas domésticas- A dimensão social e o "lugar" das mulheres negras no pós-abolição.** Anais do Encontro da ANPUH, 2011.

PINHEIRO, L.; SOARES, V. **Retrato das desigualdades: Gênero e Raça.** Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/retrato/pdf/primeiraedicao.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2015.

PRAVALER. **Mulheres no mercado de trabalho. 2020.** Disponível em:

<<https://www.pravaler.com.br/mulheres-no-mercado-de-trabalho-carreiras-e-desafios/>> Acesso em 21 de janeiro de 2020.

PROBST, Elisiana Renata; RAMOS, Paulo. **A evolução da mulher no mercado de trabalho.** Santa Catarina: Instituto Catarinense de Pós-Graduação, p. 1-8, 2003.

RYAN, Gery W.; BERNARD, H. Russell. **Techniques to identify themes.** Field Methods, v. 15, n. 1, p. 85-109, 2003.

SANCHES, F. C.; SCHMIDT, C. M.; CIELO, I. D.; KÜH, M. K. S. **Empreendedorismo**

**feminino: um estudo sobre sua representatividade no município de Toledo - Paraná.**

Revista de Gestão e Secretariado, v. 4, n. 2, p. 134-150, 2013.

SCHMIDT, M. **Nova História crítica.** São Paulo: Editora Nova Geração Ltda., 2007.

SILVA, O. **LGBTfobia e Racismo no Mundo do Trabalho.** CTASP - Câmara dos Deputados, 2017.

SILVA, R. M. C. **História dos trabalhadores negros no Brasil e desigualdade racial.** Universitas Jus, v. 24, n. 3, 2013.



SOUSA, M. S. R.; SILVA, M. C. (Orgs). **Dossiê Esperança Garcia: símbolo de resistência na luta pelo direito**. Teresina: EDUFPI, 2017.

TERRA, L. M. Identidade Bandida: **A Construção Social Do Estereótipo Marginal e Criminoso**. Revista LEVS/Unesp-Marília, São Paulo. 6. Ed., dez 2010.

TOKITA, M. F. Mulheres negras. **Anais do V Simpósio Internacional Lutas Sociais na América Latina**, v. 10, 2013.





UMA PROPOSTA DE POLITECNIA PARA  
DISSEMINAÇÃO DAS TECNOLOGIAS SOCIAIS  
DE SANEAMENTO E TERRITORIALIZAÇÃO DO  
PROGRAMA NACIONAL DE SANEAMENTO RURAL  
(PNSR)

Gustavo Carvalhaes Xavier Martins Pontual Machado

Alessandra Bortoni Ninis

Indira Alves França

Leonardo Esteves Freitas

Ronaldo Santos

Bila Galo

Edmundo Gallo



**Palavras-chave:** Politecnia. Ecologia de saberes. Tecnologias Sociais. Promoção da saúde.

## 1. INTRODUÇÃO

O acesso à água potável e ao esgotamento sanitário são direitos universais e fundamentais assim como à saúde (ONU, 2010). Logo, fica claro que a falta de saneamento está conectada com a falta de direitos sociais e a condições precárias de saúde ambiental (ou “saúde e ambiente”). A saúde ambiental é o campo do conhecimento que relaciona o ambiente e o padrão de saúde de uma população (TAMBELLINI & CAMARA, 1998). De modo que, visando a prevenção e promoção da saúde, a atuação do Sistema Único de Saúde (SUS) deve compreender os Determinantes Sociais de Saúde (DSS), que relacionam as condições de vida e trabalho dos indivíduos e grupos com as suas condições de saúde (BUSS & PELLEGRINI FILHO, 2007)

Neste cenário, pelo prisma da AGENDA 2030, o “ODS 6: Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todas e todos”, deve ser abordado não só como uma ação de saúde ambiental, mas como uma forma de promoção da saúde e da equidade social.

No entanto, a precariedade do acesso à água e saneamento no Brasil, especialmente em áreas rurais e comunidades tradicionais, acentuam a exclusão social, a veiculação de doenças de transmissão hídrica (SALATI et al., 2015).

O saneamento nestes territórios demanda abordagens distintas das convencionais, contemplando especificidades tanto na dimensão tecnológica, quanto na gestão e relação com as comunidades (BRASIL, 2013). Em consonância, o Programa Nacional de Saneamento Rural (BRASIL, 2019) aponta a relevância de se trabalhar com tecnologias sociais para atuação territorializada junto com as comunidades. No entanto, ainda há necessidade de maior divulgação e compreensão do PNSR e de tecnologias apropriadas, seja por parte dos atores públicos, seja por parte da sociedade. Ademais, a eficácia e perenidade das intervenções sanitárias estão diretamente relacionadas a adesão das comunidades e sua relação com o uso da água. Neste sentido, é perceptível que ações de saneamento dissociadas de intervenções educativas não se sustentam (BRASIL, 2014).

Isso requer a participação comunitária nos processos decisórios e na adequação das tecnologias às realidades (BRASIL, 2019), inclusive na aproximação entre o conhecimento acadêmico dos técnicos e saberes de cada comunidade.

A partir dessa compreensão e do alinhamento com a necessidade de universalizar o acesso à água potável e o tratamento de esgoto (GALLO et al., 2016) com tecnologias sociais, justificam-se ações de formação para os trabalhadores do SUS, no campo da promoção da saúde para territórios sustentáveis e saudáveis, para que os mesmos possam estar capacitados e sensíveis para o diálogo com comunidades tradicionais, referente ao saneamento ambiental, conforme previsto na lei complementar N° 141/2012 como escopo de ação, na área da saúde.

Assim, cabe construir uma proposta baseada na troca de conhecimentos, a partir da comunicação, e não na extensão, na qual os saberes locais não são incluídos e valorizados (FREIRE, 1972). Para isso é importante atuar a partir de uma abordagem de ecologia de saberes, que integre os saberes técnicos e os locais a partir do dialogismo (SANTOS, 2007).

Concomitante a isso, a atuação do SUS, a partir da compreensão da inter-relação entre a saúde, o saneamento e a qualidade de vida, demanda uma abordagem politécnica da formação do profissional de saúde pública, integrando o processo reflexivo-educativo às práticas laborais.



Nesse sentido, compreendendo que os seres humanos se formam a partir de sua relação com o trabalho como apontado por Marx (1996), é na abordagem da politecnia, que podem ser estruturadas novas formas de interação, onde as pessoas podem aprender a partir do labor.

Assim, esse artigo apresenta uma proposta de politecnia a ser aplicada para agentes do SUS, para fortalecer a promoção da saúde e a compreensão do saneamento na área rural, por meio da troca de conhecimentos, tendo comunitários como monitores construtores e agentes públicos como aprendizes que “colocam a mão na massa”.

Dentro deste contexto, o presente artigo apresenta a metodologia do curso “Capacitação em territórios sustentáveis e saudáveis: tecnologias sociais para promoção de saúde em territórios indígenas e quilombolas”, que está sendo organizado pelo Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina (OTSS), projeto da Fiocruz, em parceria com o Fórum de Comunidades Tradicionais de Angra dos Reis, Paraty e Ubatuba (FCT). O curso será desenvolvido em 2020, com interlocução entre comunitários, atores locais e pesquisadores.

## 2. OBJETIVOS

O objetivo da “Capacitação em territórios sustentáveis e saudáveis: tecnologias sociais para promoção de saúde em territórios indígenas e quilombolas” é capacitar e sensibilizar trabalhadores do SUS para atuar em comunidades tradicionais e rurais, em diálogo com gestores públicos, a partir da perspectiva de construção de territórios sustentáveis e saudáveis, com foco em tecnologias sociais para a promoção da saúde, em consonância com o Programa Nacional de Saneamento Rural.

Deste modo, este curso livre possibilitará aos trabalhadores do SUS serem estudantes a partir da prática, e assim compreender os problemas relacionados à determinação social da saúde nos distritos sanitários especiais indígenas e comunidades remanescentes de quilombos. Nele, será discutido o saneamento básico de domicílios de pequenas comunidades de acordo com as determinações previstas na Lei Complementar 141/2012 e terá trabalho de campo para que a partir da teoria, os alunos possam fazer mapa falado e dialogar com as comunidades do seu entorno no período entre módulos. Poderá também promover maior interação e diálogo entre trabalhadores do SUS e as comunidades tradicionais para a promoção da saúde a partir da ecologia de saberes; aumentando a capacidade dos trabalhadores do SUS em propor alternativas em saneamento para o seu próprio território, de forma a contribuir para o desenvolvimento tecnológico de manejo ambiental, vinculado ao controle de doenças e promoção da vida.

## 3. METODOLOGIA

Para além de ausência de doença, o direito à saúde inclui uma visão multidimensional que abrange educação, habitação, recursos sustentáveis, equidade, entre outros (BRASIL, 2002). Ademais, o conceito de promoção de saúde, segundo a Carta de Otawa envolve um “processo de capacitação da comunidade para atuar na melhoria de sua qualidade de vida e saúde, incluindo uma maior participação nesse processo” (BRASIL, 2002).

A proposta da capacitação foi elaborada a partir da experiência de politecnia realizada junto com a comunidade da Praia do Sono (Paraty) de 2014 a 2019, com a formação dos construtores a partir da prática, com envolvimento e contratação da comunidade, a partir da experiência do OTSS (MACHADO, 2019b). Portanto, a formação dos construtores da comunidade e dos atores locais a partir do trabalho, de mutirões e de rodas

de conversa, propiciou uma troca de saberes e um engajamento maior sobre o processo, o que estimulou a construção de um curso diferenciado, com a mesma proposta, para atores do SUS.

O curso proposto e apresentado neste artigo tem base na noção de politecnicidade, na medida em que se insere com uma conjuntura de propiciar a reflexão sobre a prática no ensino do trabalho, do fazer. A partir do conceito do trabalho como princípio educativo, a politecnicidade busca que o aluno possa na atuação social, desenvolver uma consciência crítica e compreender como a prática e a teoria estão interrelacionadas, para se formar profissionais mais conscientes, em sua trajetória (SAVIANI, 1989).

A educação politécnica possibilita o exercício de uma profissão como condição de humanização e transformação social (SAVIANI, 1989). Nesse sentido, a politecnicidade neste curso busca uma apropriação pelo estudante tanto de seu trabalho pelo SUS, quanto das tecnologias sociais de saneamento e da reflexão sobre a sua atuação no mundo.

Entretanto, para se ter inovação tecnológica ligada a renovação dos valores da vida, gerando transformação social, é necessário focar no diálogo intersetorial e em metodologias participativas; para sistematizar a interação dos atores sociais (LIANZA & ADDOR, 2005).

Freire (1972) em “Extensão ou Comunicação” demonstra que na prática há baixa adesão das populações quando suas vozes não são incluídas e isso acontece porque os extensionistas não vivenciavam suas realidades e assim, não compreendem suas identidades. Como Simone aponta, é preciso ver para conhecer, vivenciar para saber e estar presente nos territórios, para que o próprio “extensionista” se permita, mudar sua perspectiva sobre a situação e passe a querer construir junto uma nova realidade.

Cabe ressaltar, que essa não é uma mudança de paradigma apenas para o aluno, mas para os professores, que precisam a todo momento, saírem de seus lugares de detentores de conhecimento, para realizar uma valorização dos saberes tradicionais, e uma inclusão dessas vozes, especialmente as dos incluídos.

É a partir dessa lacuna, que a extensão se combina com a politecnicidade, para que os alunos possam, a partir de metodologias participativas, construir soluções sociotécnicas, em conjunto com a sociedade, trazendo uma devolutiva para sua formação pessoal, mas também para a sociedade como um todo.

A fim de que as intervenções sanitárias realmente sejam efetivas é imprescindível um novo enfoque que inclua o território e seus indivíduos. Logo, deve-se utilizar metodologias inclusivas que apontem por ações de parceria entre os diversos atores, para construir propostas interdisciplinares adequadas ao contexto local, extrapolando inclusive o conceito de tecnologia, para uma abordagem que coloque o ser humano em primeiro lugar, não como receptor de qualquer programa ou ação, mas como coautor da sua própria história, a partir da luta e da construção de seus direitos (FREIRE, 2016).

Neste sentido, como concepção pedagógica, a metodologia do curso é orientada por princípios formativos relacionados à ecologia de saberes (SANTOS, 2007) e à pedagogia da autonomia (FREIRE, 1996), por meio da qual os participantes (trabalhadores do SUS, professores e comunitários-tutores) vivenciam experiências de ensino e aprendizagem, que proporcionam o desenvolvimento de conhecimentos críticos que promovem a saúde.



Desta forma então, a nossa proposta de ensino se fundamenta seguindo dois princípios: a politecnicidade e ecologia de saberes.

O curso, semipresencial, baseia-se na ecologia de saberes, ou seja, na troca de conhecimentos e experiências entre comunitários e trabalhadores do SUS sobre tecnologias, métodos e ferramentas de promoção de territórios sustentáveis e saudáveis, rompendo com o ensino baseado na transmissão vertical de conhecimento e promovendo saberes e conhecimentos transversais com base nos processos sociais, econômicos, produtivos e culturais dos territórios tradicionais

A “Capacitação em territórios sustentáveis e saudáveis: tecnologias sociais para promoção de saúde em territórios indígenas e quilombolas” ocorrerá em duas turmas, uma no primeiro e a outra no segundo semestre de 2020, cada uma com carga horária de 140 horas e a participação de 30 profissionais (nível fundamental, médio e superior), que atuam na área de saúde pública, totalizando até 60 profissionais formados nesta linha de atuação a partir do diálogo.

O curso foi estruturado em três módulos: O primeiro envolverá uma atividade de uma semana “tempo aula” no município de Paraty; o segundo contemplará dois meses de estudos e atividades, com os alunos em seus locais de origem, por meio de vídeo-aulas e trabalho de campo no seu próprio entorno; o terceiro retomará a modalidade presencial, com atividades práticas na obra dentro e com as comunidades de Paraty.

No primeiro módulo, os alunos terão aulas presenciais sobre a promoção de territórios sustentáveis e saudáveis, com professores convidados, comunitários e equipe técnica do (OTSS/Fiocruz). Também farão visita de campo em comunidades tradicionais quilombolas, indígenas e caiçaras onde conhecerão a situação real da saúde e saneamento nestas comunidades, bem como as diferentes tecnologias sociais implementadas nesses territórios. No segundo módulo, de dois meses, serão disponibilizados via plataforma digital, 8 vídeos-aulas com professores de diferentes instituições de pesquisa (Fiocruz, UFF, UFRJ, Funasa), comunitários e gestores públicos, referente as seguintes temáticas: Determinação social da saúde, políticas intersetoriais e promoção da saúde; Saúde humana e ambiental na Agenda de Desenvolvimento Sustentável; Territórios sustentáveis e saudáveis; Tecnologias Sociais para a promoção da vida. Ainda nesse módulo os alunos farão trabalho de campo em suas comunidades, para reconhecer as condições sanitárias a partir de visitas, condução de mapa falado e elaboração de propostas de intervenção em diálogo com as lideranças, tendo tutoria a distância ao longo do processo.

O terceiro módulo contará com atividades teóricas e práticas em comunidades quilombolas e indígenas, com prática de construção de tecnologias de saneamento ambiental. Essas aulas serão ministradas por comunitários e professores pesquisadores, em consonância com os princípios da ecologia de saberes (SANTOS, 2007). O fato dos próprios comunitários serem professores no curso, traz uma proposta inovadora no campo da politecnicidade, na qual os agentes públicos do SUS poderão se abrir para aprender a partir da experiência dos comunitários e da sabedoria local.

Além das aulas e leituras indicadas, com as atividades práticas no território, o este curso semipresencial propõe-se que o(a) estudante reflita o contexto de suas atividades no SUS, compreendendo a relação entre o saneamento e saúde.

## 4. ANÁLISE

A avaliação formativa será realizada ao longo do curso, consolidada por módulo, com foco no sujeito e seus progressos; a partir da presença e participação nas aulas teóricas e práticas, realização das atividades virtuais e entrega de trabalho final. Nos dois primeiros módulos, o aluno registrará suas experiências e atividades em um Diário de Bordo, que trará a devolutiva do Tutor, com feedback qualificado da participação nas atividades propostas. O módulo 2 consistirá em trabalho de campo para que o aluno possa dialogar e conhecer um território que tenha vulnerabilidade nas questões sanitárias. O módulo 3 contemplará atividade de devolutiva do mapeamento do território em que o(a) estudante atua e proposição de tecnologia a ser utilizada nele, em diálogo e com participação da comunidade.

## 5. RESULTADOS

Com essa experiência inovadora, espera-se gerar uma conscientização dos profissionais de saúde pública quanto a intersectorialidade entre saúde, saneamento e bem-viver, no contexto de sua atuação no SUS, contribuindo com a qualidade de vida das comunidades e possibilitando a passagem desse conhecimento para outras pessoas, através da politecnia, com foco em tecnologias sociais de saneamento.

Para tanto, acreditamos que seja fundamental avaliar os resultados obtidos no curso para conhecer se as intervenções serão pontuais e restritas às relações entre os atores do processo de ensino professores/aluno, ou se irão transpor as fronteiras do universo educacional, estabelecendo novos critérios de convivência e reflexão das práticas de saúde do SUS com as comunidades e seus territórios.

Além disso, a elaboração do curso em parceria com os atores locais, mantém o aspecto formativo através da prática, tanto da prefeitura, quanto das pessoas envolvidas no processo, fortalecendo a disseminação das tecnologias sociais para universalização do saneamento nas áreas rurais.

## 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Ministério da Saúde**. Secretaria de Políticas de Saúde. Projeto promoção da saúde.

As cartas de promoção da saúde. Brasília (DF): Ministério da Saúde; 2002.

BRASIL. **Ministério das Cidades**. Plano Nacional de Saneamento Básico (PLANSAB). Brasília: Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental, 2013.

BRASIL. **Ministério da Saúde**. Fundação Nacional de Saúde. Universidade Estadual de Feira de Santana. Orientações Metodológicas para o programa de educação ambiental em saneamento para pequenos municípios: Caderno de Orientações: Caderno 1. Brasília: UEFS - Funasa, 2014.

BRASIL. **Ministério da Saúde**. Fundação Nacional de Saúde. Programa Nacional de Saneamento Rural. Brasília: Funasa, 2019.

BUSS, Paulo Marchiori; PELLEGRINI FILHO, Alberto. **A saúde e seus determinantes sociais**.



Revista Saúde Coletiva. Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p.77-93, 2007.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972. FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 60ª Ed. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 2016.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Ed. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1996.

GALLO, E.; NASCIMENTO, V. (Org.). **O Território Pulsa: territórios sustentáveis e saudáveis da Bocaina: soluções para a promoção da saúde e do desenvolvimento sustentável territorializados**. 1ed. Paraty: Fiocruz, 2019

GALLO, E. SETTI, A. F. F.; RUPRECHT T.; SOBRINHO, F. X.; FINAMORE, P.; SHUBO, T.;

MACHADO, G. C. X. M. P. (2016). **Territorial Solutions, Governance and Climate Change: Ecological Sanitation at Praia do Sono, Paraty, Rio de Janeiro, Brazil**. *Climate Change Management*. 1ed.: Springer International Publishing, p. 515-532, 2016. Disponível em: [https://link.springer.com/chapter/10.1007%2F978-3-319-24660-4\\_28](https://link.springer.com/chapter/10.1007%2F978-3-319-24660-4_28). Acesso em: 23 jun. 2016.

Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012. Regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993; e dá outras providências. DOU de 16/1/2012. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/Lcp141.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp141.htm).

LIANZA, S., ADDOR, F. **Tecnologia e Desenvolvimento Social e Solidário**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2005

MACHADO, G. C. X. M. **Saneamento ecológico: uma abordagem integral de pesquisa-ação aplicada na comunidade Caiçara da Praia do Sono em Paraty**. 2019. Tese (Doutorado em Psicossociologia de Comunidade e Ecologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 422p. 2019a

MACHADO, G. C. X. M. P.; MACIEL, T. M. F. B.; THIOLENT, M. J. M. **Uma abordagem**

**integral para Saneamento Ecológico em Comunidades Tradicionais e Rurais**. *Ciência & Saúde Coletiva* [periódico na internet] (2019/Jul), 2019b. Disponível em: <http://www.cienciaesaudecoletiva.com.br/artigos/uma-abordagem-integral-para-saneamento-ecologico-em-comunidades-tradicionais-e-rurais/17291?id=17291>. Acesso em: 30 out. 2019b.

MARX, Karl. **O Capital, Livro Primeiro**. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. Os Economistas. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda, 1996

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, ONU. **Direito Humano à Água e ao Saneamento**: Resolução da Assembleia Geral nº64/292. Nova Iorque: Assembleia Geral, A/RES/64/292, 2010.

OTSS BOCAINA. **Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina**. 2018. Disponível em: <Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina>. Acesso em: 30 nov. 2019.

SALATI, D. S. et al. **Sustentabilidade das ações de saneamento rural: proposições e possibilidades para um saneamento rural sustentável.** In: BRASIL. Ministério da Saúde. Saúde e ambiente para as populações do campo, da floresta e das águas. Brasília: Ministério da Saúde, 2015.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes.** Novos estudos CEBRAP, São Paulo, n. 79, p. 71-94, nov. 2007. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-33002007000300004&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-33002007000300004&script=sci_arttext)>. Acesso em: 21 jul. 2016.

SAVIANI, Dermeval. **Sobre a Concepção de Politecnia.** Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 1989.

TAMBELLINI, Anamaria Testa; CAMARA, Volney de Magalhães. **A temática saúde e ambiente no processo de desenvolvimento do campo da saúde coletiva: aspectos históricos, conceituais e metodológicos.** Ciência & Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 47-59, 1998. Disponível em:<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-81231998000200005&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81231998000200005&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 30 nNov. 2019.





# **GT 13: Precarização do Trabalho, Economia do Compartilhamento e Gestão Social**

---







---

## Líderes:

- Angela Christina Lucas (UNICAMP)
- Rodrigo Bombonati de Souza Moraes (UFG)
- Victor de la Paz Richarte Martinez (ESPM)







ECONOMIA DO COMPARTILHAMENTO (EC) E AS  
TENDÊNCIAS TEÓRICAS DAS PUBLICAÇÕES: UMA  
REVISÃO DE LITERATURA



## RESUMO

O presente trabalho investiga o fenômeno da Economia do Compartilhamento (EC) e tem como objetivo identificar e discutir as tendências teóricas em que a EC está sendo discutida. Essas tendências são identificadas através do levantamento e análise das principais publicações da área de administração e a delimitação dos principais vieses de pesquisa em que a EC está sendo publicada, para em seguida seguir um caminho lógico na identificação das tendências. Na busca pela identificação dos principais vieses de pesquisa e pelo caminho que a EC está sendo tratada, o presente trabalho fez um levantamento nas bases de dados Scopus, Science Direct e Springer. Foram analisados 146 artigos. As análises foram feitas com base no conteúdo (BARDIN, 2006), em que foi feito um agrupamento baseado nos assuntos correlacionados. Nos artigos analisados, foram identificados 06 vieses de pesquisa principais em que a EC é discutida, sendo: os modelos de negócio para geração de valor e lucro; modelos de negócios que migram da orientação da posse para o acesso; negócios sustentáveis em uma sociedade em mudança; novas formas de trabalho; aspectos regulatórios e discussão conceitual. Como principal achado destaca-se a quantidade de trabalhos inseridos no viés modelos de negócios para geração de valor e lucro, o que indica um espaço entre as publicações para estudos mais voltados a observação da sociedade em si, ao invés das organizações.

**Palavras-chave:** Economia do compartilhamento (EC); conceituação EC; modelos de negócios; revisão de literatura.



# 1. INTRODUÇÃO

No marco atual da civilização moderna ocidental, observa-se uma quantidade considerável de trabalhos que tratam de como a sociedade, como até então conhecemos, pode estar em curso para algo completamente diferente. Trabalhos como o de Bauman (1998) elucidam a possibilidade de estarmos vivendo em uma transição entre a idade moderna para o que seria um caminho desconhecido. Caminho esse em que as relações sociais, culturais e econômicas da idade moderna, em um futuro próximo, não mais existiriam.

Bauman (1998) fala sobre o avanço rumo ao desconhecido, enxerga pistas, porém não arrisca um palpite mais sólido sobre o que de fato a sociedade se transformaria em um momento pós-modernidade. Ao contrário de Bauman (1998), palpites mais incisivos são trazidos por outros autores, como Rifkin (2014), por exemplo. O autor trata a humanidade, bem como o próprio capitalismo, como passando por um momento de transformação, em que as relações econômicas capitalistas estariam cedendo lugar a outro tipo de relação, a do compartilhamento a nível global.

O compartilhamento que é trabalhado por Rifkin (2014) avança em sua discussão quando Botsman e Rogers (2011), Schor (2014), dentre outros, pontuam experiências ditas compartilhadas. O que era trabalhado de forma teórica por Rifkin (2014) é então trazido através de experiências (BOTSMAN; ROGERS, 2011; SCHOR, 2014). Ou seja, passa-se a observar no mercado, organizações e modelos de negócios que tem o compartilhamento como pressuposto. Essas experiências passam a ser estudadas em um campo de práticas denominado: Economia do Compartilhamento (EC).

Esse campo de práticas, o da EC, é então definido como mais do que uma nova forma de se fazer negócios, mas um novo modo de se viver em sociedade, em que relações de posse cedem lugar ao acesso (BOTSMAN; ROGERS, 2011; SCHOR, 2014). Segundo os autores, diferentemente do capitalismo tradicional, a sociedade estaria se modificando gradativamente, em que pessoas se relacionam trocando mercadorias, produtos e experiências, obtendo benefícios mútuos que não somente financeiros.

O ato de compartilhar em si, como pontua Schor (2014), não é algo novo, sendo observado, nas sociedades, através de trocas entre vizinhos, carona, vendas de garagem, dentre outras ações correlatas. Essas ações, porém, que eram pontuais, na atualidade, passam a ser globalizadas. A globalidade do compartilhamento, segundo Schor (2014), é propiciada pelo avanço da tecnologia, internet e a possibilidade de conexões em rede. Dessa forma, a tecnologia tem propiciado que o compartilhamento se transforme em um fenômeno global.

Enquanto fenômeno global, as práticas denominadas EC ao redor do mundo são diversas, a exemplo do compartilhamento de locais de trabalho (coworking), do compartilhamento de moradias ou partes delas (colodging), do compartilhamento de carros (carsharing), do compartilhamento de assentos livres em carros (carpooling), do financiamento coletivo (crowdfunding) e da construção de conhecimento de forma coletiva (crowdsourcing). Gigantes como Airbnb (colodging), Kickstarter (crowdfunding) e BlaBlaCar (carpooling) são exemplos de organizações que já se destacam no mercado. Experiências compartilhadas, como as anteriormente citadas tem se ampliado gradativamente ao longo dos anos (RAMALHO; SILVA JUNIOR, 2016).

Conforme Ramalho e Silva Junior (2016), o campo da EC tem se ampliado, pois se encontra em território propício, o da globalização e da expansão da internet. Os negócios relativos a EC utilizam da tecnologia e das redes para comercializar serviços e produtos. Por isso, no presente momento, tem encontrado uma situação favorável a seu desenvolvimento.

Esses negócios, porém, utilizam da internet e das novas tecnologias para traçar um caminho e uma tentativa de solução as crises regulares do capitalismo (SCHOR, 2014). Ou seja, a EC, segundo a autora, surge, inicialmente com a proposta de estudar organizações que estabelecessem negócios e meios de vida mais sustentáveis e a uma mudança de perspectiva social (da posse para o acesso). Aloni (2016) destaca, porém, que, enquanto pesquisa de um fenômeno emergente, a EC passa a abranger um grande número de experiências, que por vezes fogem da proposta inicialmente discutida, que é a do compartilhamento.

Organizações diversas passam então a ser estudadas dentro do escopo da EC (SUTHERLAND; JAHARI, 2018), organizações essas que estariam ou não relacionadas ao compartilhamento em si, o alcance da sustentabilidade ou a mudança de perspectiva social. Sutherland e Jahari (2018) destacam ainda uma diversidade conceitual na literatura, em que, organizações fundamentalmente diferentes, como o Airbnb e o couchsurfing são estudadas dentro do mesmo escopo.

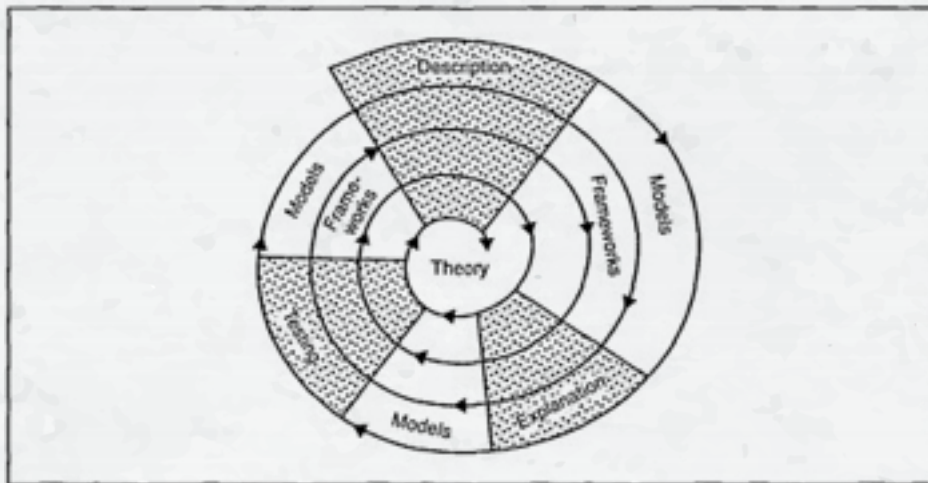
A diversidade conceitual pode ser entendida através da comparação de trabalhos publicados. Em Botsman e Rogers (2011) e Schor (2014), por exemplo, a EC é tratada enquanto uma tendência de mudança de perspectiva social, da orientação da posse para o acesso e da busca pela sustentabilidade. Posteriormente essa visão é questionada, por autores como Villanova (2015), Cervero et al. (2014), Martin (2016) e Aloni (2016), que questionam práticas até então entendidas como EC, como o Uber e Airbnb, que não compartilham das tendências anteriormente citadas, porém estudadas sob a perspectiva da EC.

Organizações como Uber e Airbnb, ao serem estudadas enquanto EC salientam o questionamento acerca do campo e seu real propósito de mudança em relação a economia tradicional. Aloni (2016), por exemplo, entende que organizações como o Uber tem grande proximidade com a economia tradicional, e não trazem uma proposta de ruptura. Mesmo não possuindo uma proposta de ruptura, grande parte das publicações sobre EC abordam essa organização, ou outras semelhantes como sendo exemplos referentes a EC. O trabalho de Sutherland e Jahari (2018), por exemplo, indica que a maior parte das publicações acerca da EC trazem como exemplos empíricos o Uber e o Airbnb.

Ainda no trabalho de Sutherland e Jahari (2018), é observado que as publicações acerca da EC têm sido feitas em diferentes vieses, em que são abordadas desde perspectivas que entendam a sustentabilidade alcançada através da EC até perspectivas em que a EC é considerada como plano de fundo para organizações que buscam o alcance do diferencial competitivo e do lucro, independente do benefício ambiental e social. As diferentes visões indicam uma falta de clareza do campo, que por vezes trata a EC enquanto um campo de práticas que visam a ruptura em relação à economia tradicional (BOTSMAN; ROGERS, 2011), outrora enquanto um modismo social (ALONI, 2016) e uma nova forma de se fazer negócios (MARTIN, 2016).

A falta de clareza observada não é exclusividade da EC, mas comum na análise de fenômenos sociais (MEREDITH, 1993). Meredith (1993) utiliza o “normal research cycle” para indicar que todo fenômeno de pesquisa passa por um ciclo de interações entre fases, conforme vemos a seguir.



**Figura 1:** The normal research cycle.

Fonte: Meredith (1993)

A EC, enquanto um fenômeno emergente estaria na fase transitória entre descrição e explicação (ACQUIER; DAUDIGEOS; PINKSE, 2017; NETTER; PEDERSEN; LÜDEKE- FREUND, 2019). Estando nessa fase, Acquier, Daudigeos e Pinkse (2017) indica para a necessidade de construção e discussão de modelos conceituais que refletissem o conhecimento levantado até aqui e indicassem possíveis caminhos de pesquisas, para que nos próximos passos fossem propostas teorias e modelos com necessário rigor científico (ACQUIER; DAUDIGEOS; PINKSE, 2017).

O rigor científico se dá através da realização de pesquisas que contém um arcabouço teórico legitimado pelos pesquisadores da área. A legitimação empírico-teórica em um campo do conhecimento se dá, segundo Sousa Santos (2007), quando pesquisadores da área convergem para um ou alguns caminhos, em comum. O que também é visto em Kuhn (2001), em que a legitimação na ciência se dá através do estabelecimento de padrões para a compreensão de um fato.

Para compreender o campo da EC, percorre-se então, um caminho de legitimação do que está sendo proposto nos trabalhos até o presente momento. A fim de que avancem para a próxima fase descrita por Meredith (1993), a da construção de modelos explicativos entende-se aqui como necessário, primeiramente, a compreensão de quais são esses possíveis caminhos, que as pesquisas realizadas estão seguindo. Dessa forma, a fim de que sejam criados, em estudos posteriores, modelos com definições legítimas no campo da EC, o presente trabalho questiona: O que os autores do campo estão pesquisando? Quais as principais tendências nas publicações?

Ao analisar tendências, o presente artigo reflete sobre como o campo tem enxergado o impacto da EC na sociedade. Inicialmente, através dois possíveis caminhos, a EC enquanto mudança de perspectiva social (SCHOR, 2014; BOTSMAN; ROGERS, 2011) ou uma reestruturação dos negócios dentro da perspectiva capitalista até então vigente (MARTIN, 2016; ALONI, 2016). Ou seja, busca-se nas publicações elementos que corroborem no entendimento desses dois caminhos até então paradoxais e possíveis novos elementos a serem encontrados.

## 2. OBJETIVOS

O presente trabalho tem como objetivo identificar e discutir as tendências teóricas em que a EC está sendo discutida. Para tanto identifica e delimita os principais vieses de pesquisa em que a EC está sendo publicada na administração, para posteriormente seguir um caminho lógico para a identificação de tendências.

Ao discutir tendência, os vieses representam os principais caminhos seguidos pelas pesquisas no campo da EC, que o presente artigo irá discutir. A discussão se baseia em como cada perspectivas tem sido tratada pelos pesquisadores do campo. Essa discussão se torna relevante, pois, em um campo que aponta para diversas direções, identificar quais delas tem tido maior destaque, bem como quais elementos tratam, permitem um melhor delineamento do que os pesquisadores do campo consideram ser a EC.

Em um campo diverso como a EC, que engloba uma série diversa de conceituações, optou-se aqui por considerar o que o trabalho de Sutherland e Jahari (2018) definiu o que poderia se enquadrar como EC. Segundo os autores, o campo compreende modelos econômicos e de negócios mediados pela tecnologia para o alcance de um objetivo, seja ele econômico, social, ambiental, dentre outros. Esses modelos de negócios envolvem a ideia de flexibilidade, economia de escala, plataformas digitais e senso de coletividade.

Artigos que tratam sobre organizações ou modelos de negócios que possuem os elementos anteriormente citados podem então, para efeito desse trabalho, serem considerados como pertencentes ao campo da EC. Esses tipos de organizações são aqui chamados de iniciativas inseridas no contexto da EC.

## 3. METODOLOGIA

Na busca pela identificação dos principais vieses de pesquisa e pelos caminhos que a EC está sendo trabalhada, o presente trabalho adota uma abordagem descritiva. Empregaram-se a técnica da revisão sistemática de literatura. Essa, baseada em Vries, Bekkers e Tummers (2016) foi composta por quatro etapas, sendo: (1) identificação dos artigos por meio de blocos de palavras-chave; (2) triagem dos artigos de acordo com as questões propostas; (3) aplicação dos critérios de elegibilidade dos dados extraídos dos artigos; (4) seleção de artigos para a sumarização e análise dos dados.

A fim de que o trabalho compreendesse as etapas sugeridas por De Vries, Bekkers e Tummers (2016), o trabalho fez um levantamento nas bases de dados Scopus, Science Direct, Springer e Scielo, de artigos, publicados no período de 2008 a 2019, que continham, no título, no resumo ou nas palavras-chave, os caracteres: “sharing economy” OR “collaborative economy” OR “gig economy” OR “on-demand economy”. A escolha por essas bases de dados foi feita baseando-se em Silveira, Petrini e Dos Santos (2016), que indicaram as bases como possuindo importante impacto em publicações. A escolha dos caracteres foi feita baseando-se no trabalho de Sutherland e Jahari (2018), em que os autores, em uma pesquisa exploratória, constataram que a EC era tratada através desses principais termos.

Ao todo foram encontrados 1371 artigos. Desses, foram estabelecidos critérios de elegibilidade, que excluíram artigos: com classificação abaixo de B1 pelo QUALIS Capes; publicados em periódicos não ligados a administração, turismo e contábeis; foram excluídos também os artigos duplicados entre as bases de dados.



Dos 1371 artigos, foram excluídos, de acordo com os critérios anteriormente mencionados, 1216 artigos, restando então 155 artigos.

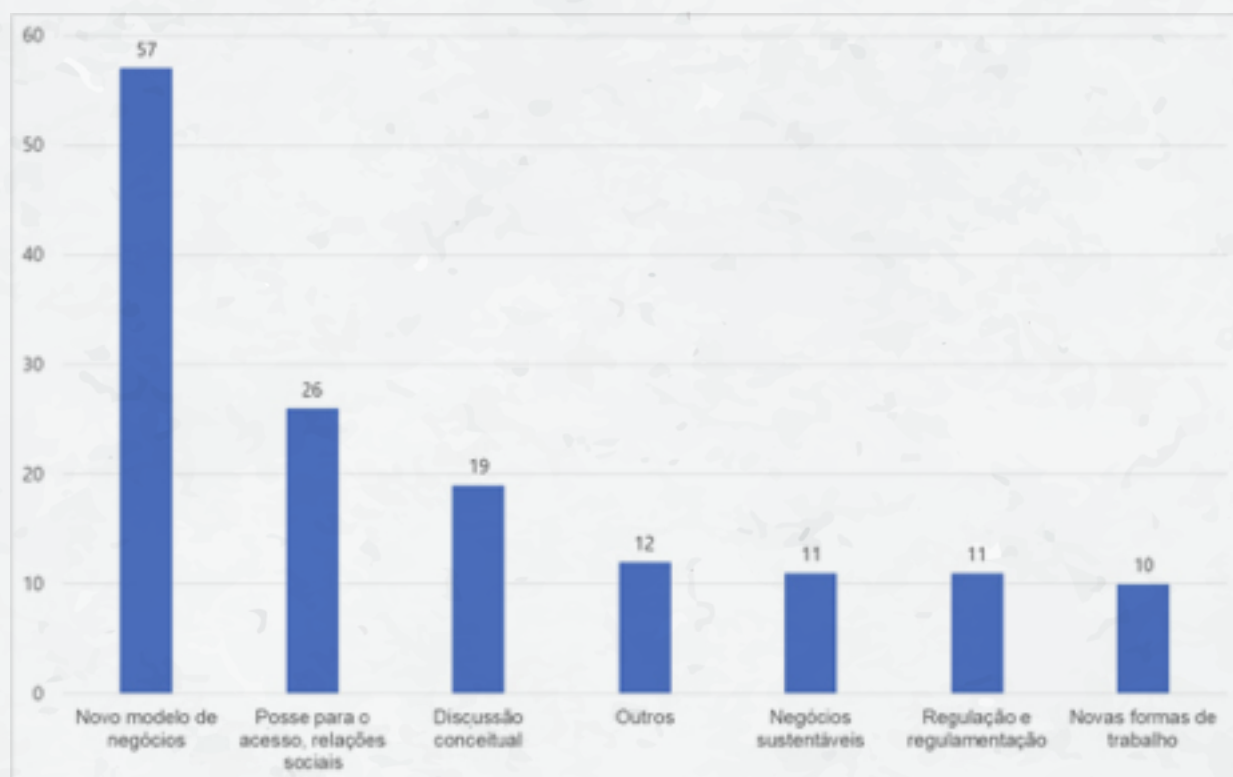
Dos artigos restantes, foram excluídos também aqueles, que, mesmo publicados em periódicos das áreas estabelecidas tratavam sobre assuntos entendidos como não relacionados. Os assuntos não relacionados são aqueles que, mesmo contendo os termos chave da pesquisa, não tratavam sobre a EC. Tal fato ocorreu devido a ambiguidade de termos, como “gig economy”, que é utilizado, por exemplo, no trabalho de Peterson, Crittenden e Albaum (2018), como tradando de trabalhadores freelancers ou autônomos, o que constitui um contexto à EC. Foram excluídos, então, 09 artigos, que possuíam a característica anteriormente citada. Restaram então 146 artigos, considerados para análise.

As análises foram feitas em duas etapas, sendo a sumarização dos artigos e análise do conteúdo (BARDIN, 2006). Para a sumarização, os artigos selecionados foram lidos e sumarizados da seguinte forma: (1) publicação, (2) autor(es), (3) título, (4) ano de publicação, (6) as bases teóricas e (7) vieses trabalhado e (8) as principais conclusões do estudo.

Após a sumarização, os artigos foram divididos em vieses de pesquisa, estabelecidos a posteriori. Para a análise dos elementos presentes em cada um dos grupos, baseou-se em Silverman (2006), que cita a possibilidade de agrupamento e análise de conteúdo baseada em assuntos correlacionados. Dessa forma, as análises buscaram um entendimento geral do que cada artigo tratava, a fim de identificar os principais vieses de discussão que a literatura traz sobre a EC. Em cada um desses foram identificados os elementos que mais se repetiam.

Nos artigos analisados, foram identificados 06 vieses de pesquisa principais em que a EC é discutida, sendo: os modelos de negócio para geração de valor e lucro; modelos de negócios que migram da orientação da posse para o acesso; negócios sustentáveis em uma sociedade em mudança; novas formas de trabalho; aspectos regulatórios e discussão conceitual a respeito da EC. Foram encontrados ainda, trabalhos que não se encaixavam nos vieses acima, sendo classificados como “outros”, esses, tratam de temas diversos, como, por exemplo, governança corporativa na EC, trabalhadores autônomos de forma geral, bem como mais fatores que não se assemelhavam entre os demais trabalhos. O gráfico a seguir representa os vieses encontrados na RSL.

**Gráfico 01:** Quantidade de Artigos em cada viés de pesquisa



Fonte: Próprios autores

Vale ressaltar que os artigos, mesmo sendo enquadrado cada um em um viés, por vezes englobam aspectos relativos a outro viés, como por exemplo, em Zhang, Gu e Jahromi (2018). No respectivo trabalho, os autores abordam a EC sob a perspectiva de um modelo de negócios, porém, tal modelo de negócios é possibilitado, segundo os autores, através da mudança de perspectiva social e da sustentabilidade. Ou seja, o trabalho trata a EC enquanto modelo de negócios, porém leva em consideração elementos relativo a outros vieses, a perspectiva social e a sustentabilidade. Como no exemplo, os trabalhos são enquadrados dentro de um viés, seguindo um caminho principal, porém, por vezes contém elementos de outros vieses. Esses, então não são entendidos como independentes, mas interdependentes.

Levando em consideração a interdependência dos vieses, este artigo busca trazer elementos de cada um deles e como os trabalhos tratam esses elementos. Em seguida, o presente estudo busca o entendimento mais amplo do fenômeno da EC, que é possibilitado através da compreensão dos seus principais vieses de pesquisa e como esses se relacionam na composição do todo.



## 4. ANÁLISE E RESULTADOS

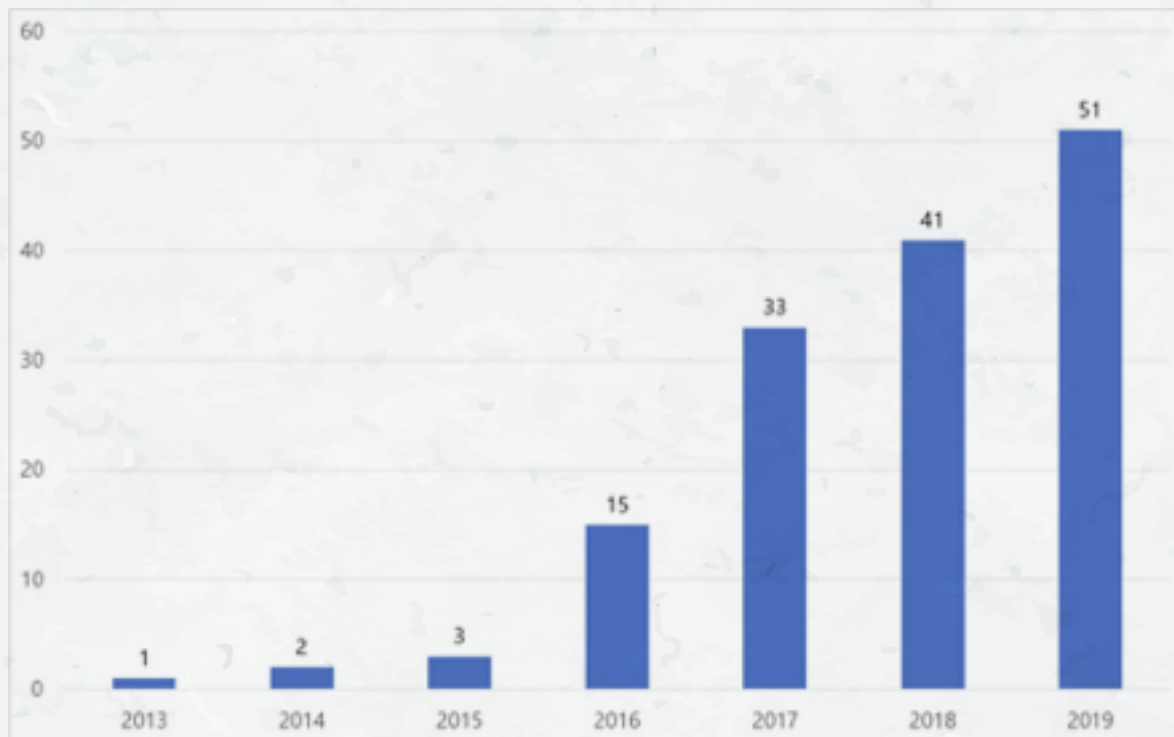
Os 146 artigos foram publicados em 49 periódicos, conforme indicados na tabela 01. Em seguida é demonstrado o número de publicações por ano (Gráfico 02) e em qual viés de pesquisa essas publicações se encaixam nos respectivos anos (Gráfico 03).

**Tabela 01:** Total de artigos por periódicos

Revistas	Quantidade de artigos cada	Total
Journal of Cleaner Production	25	25
International Journal of Hospitality Management	12	12
Journal of Business Research	10	10
International Journal of Contemporary Hospitality Management; Journal of Business Ethic	9	18
International Journal of Production Economics	6	6
Ecological Economics; European Journal of Operational Research; Government Information Quarterly; International Journal of Information Management; Tourism Management	4	20
Business Horizons; Annals of Tourism Research; Computers in Human Behavior; International Journal of Consumer Studies; Transport Policy	3	15
Industrial Marketing Management; International Entrepreneurship and Management; Journal of Management Information Systems; Organization; Revista de Administração Mackenzie; Resources, Conservation & Recycling; Turismo: Visão e Ação	2	14
American Marketing Association; Cadernos Ebape; Cities; Creativity and Innovation Management; Energy Policy; Estudios y Perspectivas en Turismo; Field Actions Science Report; International Journal of Management Science; Journal of Evolutionary Economics; Journal of International Management; Journal of Retailing and Consumer Services; Journal of Services Marketing; Journal of the Academy of Marketing Science; Journal of the Association for Information Science and Technology; Journal of Transport & Health; Natural Hazards; Organizações e Sociedade; Organization Studies; Poetics; Revista de Administração Contemporânea; Revista de Gestão; Research in International Business and Finance; Revista Turismo, Visão e Ação; Technology in Society; Total Quality Management & Business Excellence; Transportation Research Part E.	1	26

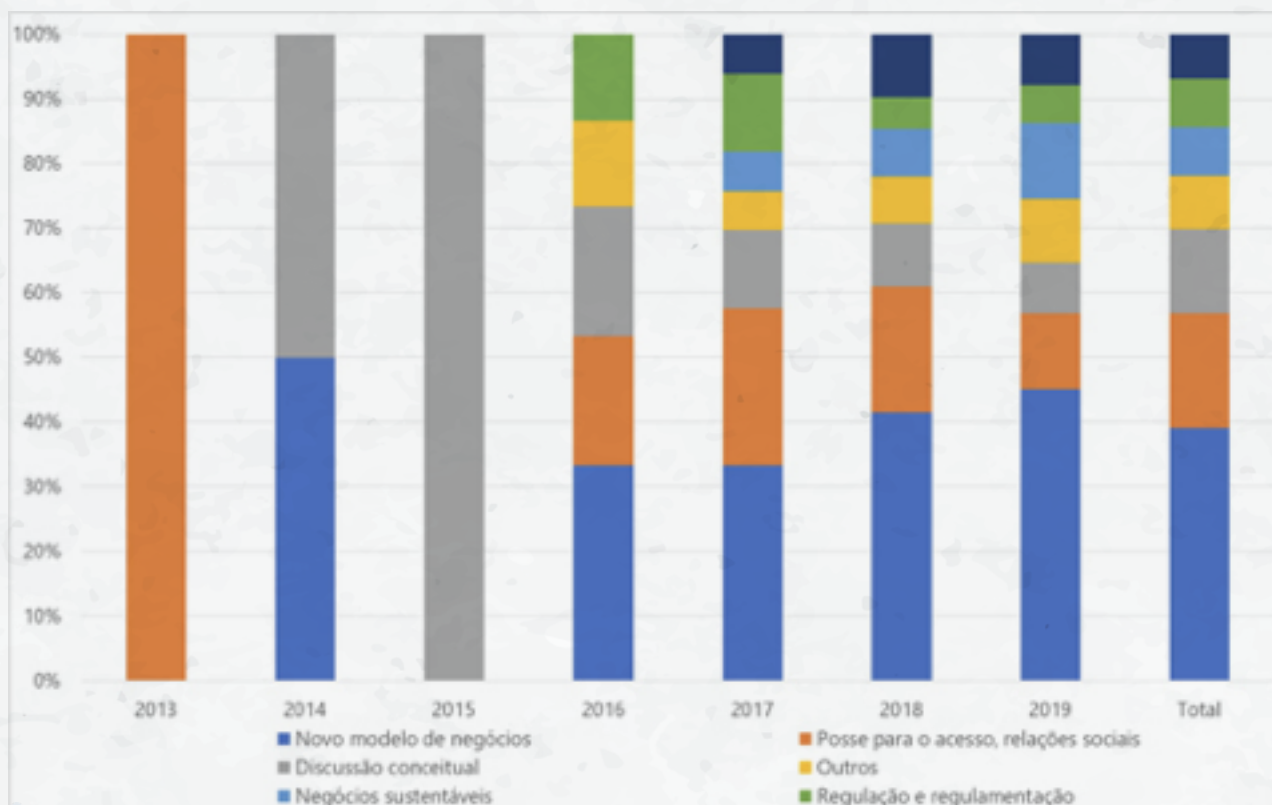
Fonte: Próprios autores.

**Gráfico 02:** Publicações por ano



Fonte: Próprios autores

**Gráfico 03:** Publicações por ano e viés de pesquisa



Fonte: Próprios autores



Os trabalhos encontrados, que estavam dentro dos critérios estabelecidos para análise, começam a ser publicados no ano de 2013, e seu número tem aumentado até 2019. A respeito dos vieses de pesquisa, destaca-se, na presente base, o trabalho de Molz (2013) que tem a visão da EC enquanto um novo estilo de vida. No ano seguinte são publicados mais 02 trabalhos, o de Belk (2014) e Weber (2014). O primeiro trata da discussão conceitual a respeito do compartilhamento, que é entendido enquanto um ato de distribuir e receber o que é pessoal, gerando benefícios próprios e coletivos (BELK, 2014). O segundo artigo, por sua vez, discute a EC enquanto um novo modelo de negócios, e as vantagens e desvantagens de se eliminar um intermediário nos negócios (WEBER, 2014)

Em 2016, respeitando os critérios da pesquisa, veem-se uma ampliação no número de artigos publicados, com quinze publicações neste ano. A partir dessa data, os vieses tem se mantido constantes, em que nenhum se destaca pelo crescimento exacerbado em relação ao ano anterior ou aos demais. A tabela a seguir trata dos vieses de pesquisa encontrados e quais elementos são trabalhados em cada um deles.

**Tabela 02:** vieses de pesquisa da EC

Viés de pesquisa	Principais elementos abordados	Quantidade de artigos
Modelos de negócio para geração de valor e lucro	Meios de se alcançar o diferencial competitivo e o lucro através da utilização de tecnologias e das organizações em rede (identificação de novos padrões de consumo e distribuição; inovação; empreendedorismo; diminuição de custos de transação; marketing relacional).	57
Modelo de negócios que migram da orientação da posse para o acesso	Novas formas de se viver em sociedade; identidade do consumidor; voluntarismo; conexão entre pares; coesão social; papel do capital social nos negócios	26
Discussão conceitual a respeito da EC	definição e caracterização da EC; agendas de pesquisa; revisão teórica de artigos anteriores, estudos bibliométricos	19
Aspectos Regulatórios	Como a legislação tem lidado com as novas formas de negócios; Princípios e desafios para a regulação das iniciativas inseridas no contexto da EC.	11
Negócios sustentáveis em uma sociedade em mudança	Organizações e seu Impacto ambiental, econômico e social. Relações de trabalho em iniciativas inseridas no contexto da EC do compartilhamento (exploração do trabalhador; flexibilização do trabalho)	11
Novas formas de trabalho		10
OUTROS		12

Fonte: Próprios autores.

## 4.1. MODELOS DE NEGÓCIO PARA GERAÇÃO DE VALOR E LUCRO

O viés engloba estudos que abordam a temática da EC sob uma visão mercadológica. Por visão mercadológica, parte-se de Laurell e Sandström (2017) que entendem essa enquanto tratando de iniciativas inseridas no contexto da EC enquanto modelos de negócios. Tais trabalhos tem como foco o entendimento de fatores que geram o diferencial competitivo e o lucro organizacional. Os artigos em questão, mesmo que em alguns casos, considerem a EC enquanto um fenômeno social complexo, que envolve a sociedade e usuários em diversos âmbitos, tem o foco de análise a relação organização-mercado.

A relação organização-mercado é tratada no trabalho de Zhang, Gu e Jahromi, (2018), por exemplo, que, ao realizarem uma pesquisa com usuários da plataforma Amazon, identificam um novo perfil de consumidores. Esse novo perfil valoriza principalmente, elementos como o preço, interação social, identificação com o produto ou serviço adquirido e qualidade técnica nas transações comerciais. Em virtude dessa mudança de perspectiva por parte dos clientes, o estudo indica que as organizações tem se modificado e se adaptado para atender ao novo mercado.

A adequação ao mercado e ao novo perfil de consumidor é tratada em grande parte dos trabalhos através do entendimento das necessidades dos clientes e na percepção de valor, ou seja, o que o novo cliente busca em um negócio e de que forma esse se sente conectado ao serviço ou produto que está consumindo. Os elementos anteriormente citados são trabalhados nos artigos no sentido de entender as necessidades do público que consome de organizações entendidas como EC. Exemplos dessas organizações, trabalhadas nos artigos, são principalmente o Uber e o Airbnb, em pesquisas quantitativas com usuários (COSTA; PINHEIRO; CHIM-MIKI, 2018; RICHTER et al.; 2017; HUARNG, 2018; YU; SEO; CHOI, 2019; PARK; ARMSTRONG, 2017; TUSSYADIAH, 2016; MODY; SUESS; LEHTO, 2018; CHENG; FU; VREEDE, 2018).

A fim de atender as necessidades do novo perfil de consumidor, na busca pelo diferencial competitivo e o lucro, esse novo formato de organização ganha destaque. Ribeiro-Soriano e Zeng (2018), por exemplo, tratam a EC enquanto uma proposta empreendedora. Segundo os autores, a economia do compartilhamento é um novo meio de se fazer negócios, levando em consideração a economia de recursos e o perfil do consumidor atual. Ao tratar a EC enquanto evolução do comércio tradicional, Ribeiro-Soriano e Zeng (2018) partem do conceito de inovação e empreendedorismo para o alcance do diferencial competitivo e o lucro.

A inovação e o empreendedorismo na EC são discutidos em uma série de artigos (BLAL; SINGAL; TEMPLIN, 2018; GUTTENTAG; SMITH, 2017; GONG et al., 2019;

CIULLI; KOLK, 2019). Os trabalhos de Blal, Singal e Templin (2018); Guttentag e Smith (2017), por exemplo, tratam inovação e empreendedorismo como uma antecipação a mudança. Ou seja, organizações inseridas no contexto do compartilhamento, ao trazerem uma nova forma de comercializar produtos e serviços, antecipam-se em relação ao mercado tradicional, tornando-se mais competitivas (BLAL; SINGAL; TEMPLIN, 2018; GUTTENTAG; SMITH, 2017).

Ainda tratando a EC a partir da inovação e o empreendedorismo, o trabalho de Gong, Liu, Liu e Ren (2019), por exemplo, traz a lógica de evolução dos negócios, em que organizações utilizam de meios disponíveis para realizar atividades de forma antecipada. Organizações visualizam meios que propiciam a inovação, e com isso alcançam o diferencial competitivo no mercado.



Esses meios disponíveis, no contexto da EC, são vistos, em uma série de artigos, como sendo a internet e redes de conexão entre pares (ZHU; SO; HUDSON, 2017; KUMAR; LAHIRI; DOGAN, 2018; KWOK; XIE, 2018). Através tecnologia e da internet, as redes conectam consumidores entre si, propiciam a diminuição de custos de transação, sendo possível, a oferta de um produto ou serviço a preços mais baixos (GIBBS et al., 2018; GUTTENTAG; SMITH, 2017; WEBER, 2014, 2016; SCHWIETERMAN; BIESZCZAT, 2017; SUN ET AL. 2019).

Os artigos, então, tratam de organizações que utilizam desta possibilidade, tecnologia e internet, para criar propostas de negócios inovadoras, como o exemplo do Airbnb, descrito por Guttentag e Smith (2017). Os autores realizam um estudo em que concluem que as redes de conexão entre usuários possibilitam, no caso da empresa pesquisada, a criação de uma plataforma online que ofereça serviços de hospedagem. Essa plataforma utiliza das conexões em rede para oferecer tanto serviços mais personalizados, quanto preços mais baixos, propiciados pela diminuição dos custos de transação.

Levando em consideração elementos, como, inovação, relação cliente-organização e custos de transação, o foco dos trabalhos é então, em sua maior parte, descrever organizações e como elas se comportam em um novo ambiente competitivo. Os trabalhos, nesse viés, focam no entendimento da relação organização – mercado.

Essa relação, porém, é complexa, conforme vemos no trabalho de Jin et al. (2018), em que, uma mudança de perspectiva social mais ampla influencia a forma de se fazer negócios, sendo a relação organização-mercado, influenciada por elementos diversos a ela, como por exemplo as relações sociais para além do âmbito do mercado. No presente viés, porém, os artigos trabalhados, dão destaque somente á relação organização-mercado e não a complexidade que envolve o campo da EC.

De forma geral, as análises não tratam a complexidade do fenômeno da EC para além das organizações pesquisadas ou analisam elementos como a mudança de perspectiva na sociedade, para além do âmbito mercadológico. A maior parte dos artigos enquadrados nesse viés utiliza a EC como contexto de aplicação e não como teoria. Ou seja, o foco de seus estudos é o entendimento da organização pesquisada, e não o âmbito social, de forma mais ampla, em que essas organizações estão inseridas. O entendimento mais amplo sobre a EC, em que essa representaria uma mudança de perspectiva social é trabalhado em uma série de outros artigos, descritos a seguir.

## 4.2 MODELO DE NEGÓCIOS QUE MIGRAM DA ORIENTAÇÃO DA POSSE PARA O ACESSO

Os artigos enquadrados no presente viés tratam a EC para além do viés mercadológico, mas sim no que tange a cultura e as transformações sociais. Esses tratam organizações pertencentes a EC como inseridas em um contexto amplo, em uma diversidade de experiências e práticas que convidam o leitor a refletir acerca da complexidade do fenômeno. Jin et al. (2018), entende que artigos entendidos como não mercadológicos tratam em maior profundidade as experiências compartilhadas, sendo o foco não somente a relação organização-mercado, mas as relações mais profundas entre os pares, que podem ou não estar relacionadas a ideia de mercado em si.

Dentre os estudos que compartilham essa premissa, destaca-se, o papel, não das organizações, mas como a sociedade tem lidado com o compartilhamento. Destaca-se o crescente número de experiências que tratam de soluções compartilhadas e não tradicionais de adquirir e comercializar produtos e serviços. A busca por produtos e serviços compartilhados, é tratada, pelo viés da mudança de perspectiva social, como ocasiona-

da por uma sociedade que, no presente, valoriza a identidade, as relações e coesão social (CAMILLERI; NEUHOFER, 2017; GUPTA et al., 2019; LINDBLÖM; LINDBLÖM, 2017; MOLZ, 2013; PRIPORAS et al., 2017; ROOS; HAHN, 2017).

Molz (2013) destaca a relação entre identidade, relações e coesão social nas sociedades modernas. Segundo o autor, pessoas buscam experiências de consumo em que produtos e serviços se adequem, cada vez mais, a características específicas ligadas a identidade. Uma vez que se busca esses produtos exclusivos, pequenos grupos são formados, grupos esses que possuem características identitárias semelhantes. Esses indivíduos semelhantes, dentro de um mesmo grupo, passam então a se relacionar, acarretando uma coesão social entre pessoas que se identificam através de características identitárias em comum.

Ainda em Molz (2013), vê-se que as práticas relacionadas a EC, quando compartilhados produtos ou serviços, constituem em uma forma de atender essa nova característica social. Essa relação, por vezes, não ocorre na economia tradicional, que possui uma gama mais ampla de consumidores, com perfis distintos, em que a constituição de grupos e coesão social fica impossibilitada (MOLZ, 2013).

A economia tradicional acaba por não atender as demandas da nova sociedade, havendo então, uma migração de negócios tradicionais para compartilhados. A mudança das perspectivas sociais é tratada por Karlsson, Kemperman e Dolnicar (2017), por exemplo. Em seu artigo, os autores percebem que, no compartilhamento residencial há a criação de laços, através da troca de experiências. Pessoas, ao se hospedarem, criam laços com quem as recebe, e vice-versa. Segundo a pesquisa dos autores, tanto quem recebe quanto quem hospeda percebe um valor para além do financeiro, mas a troca de experiências que criam laços sociais.

O artigo não ignora o benefício financeiro, para ambos os lados, tanto quem hospeda que recebe uma recompensa financeira, tanto que é hospedado, que tem um menor custo. Porém, segundo os autores, o benefício social, da troca de experiências, é um elemento de destaque no compartilhamento residencial. Para os autores, em um modelo tradicional de hospedagem, não há a relação entre pares, tal qual no compartilhamento, o que tem levado um significativo número de pessoas a buscar essa nova forma de se hospedar, independente do preço cobrado.

O consumo identitário, baseado nas relações sociais e nos benefícios percebidos através dessa é tema recorrente na maior parte dos artigos pertencentes a esse viés. Os artigos, em grande parte, partem do pressuposto de que uma sociedade em mudanças necessita de novos meios de consumir e comercializar produtos e serviços. Esses artigos representam menos da metade do que foi publicado no que se entende enquanto viés mercadológico, porém abordam outra visão acerca da EC, partindo da ótica de uma sociedade em mudança e não do mercado.

Essa nova forma de se viver em sociedade, a do compartilhamento, é tratada no trabalho de Laamanen, Wahlén e Lorek (2018) como ocorrendo de forma gradativa, oriunda de suscetíveis crises capitalistas. Os autores trazem outro aspecto da mudança social e da migração de práticas tradicionais em relação ao compartilhamento, que é a ideia de sustentabilidade, tema do próximo tópico desse trabalho.



## 4.3. NEGÓCIOS SUSTENTÁVEIS EM UMA SOCIEDADE EM MUDANÇA

Em Laamanen, Wahlen e Lorek (2018), vemos que novos meios de se consumir e comercializar vem, por parte, da consciência adquirida ao longo dos anos de que a produção e o comércio de produtos “descartáveis” não é mais adequado, e que isso levaria a um colapso da produção e do próprio planeta. Esse possível colapso tem levado então, a uma mudança cultural, na busca por meios mais sustentáveis de se fazer comércio.

A sustentabilidade é tratada na maior parte dos artigos sobre EC, sendo que grande parte da literatura não a considera como discussão principal, porém necessária dentro das respectivas pesquisas. Há, porém, uma parte da literatura que se dedica a trazer o tema como discussão principal. Nessa literatura, a EC é entendida como, ao estabelecer a comercialização de produtos e serviços compartilhados, torna-se um meio sustentável necessário para o equilíbrio ambiental, social e econômico de uma nova sociedade.

Esse meio sustentável, para que seja possível, utiliza-se da tecnologia e redes de conexão entre os pares. Ou seja, há uma mudança de mentalidade, em que a sustentabilidade é a nova forma de se viver em sociedade. A sustentabilidade, por sua vez, é possível de ser colocada em prática através dos avanços tecnológicos (VITH et al., 2019; HARVEY et al., 2019; HAWLITSCHKEK; TEUBNER; GIMPEL, 2018; WANG et al., 2018).

A sustentabilidade nos negócios, bem como a própria ideia de sociedade sustentável, é tratada em estudos como o de Leung, Xue e Wen (2019), por exemplo. Sobre a perspectiva dos ecossistemas, os autores sugerem que organizações e sociedade funcionam através da relação de trocas, em que, de forma constante, estas influenciam e são influenciadas mutuamente. Ou seja, organizações ao mesmo tempo em que influenciam o modo em que a sociedade consome, também se adequam ao que essa demanda.

Leung, Xue e Wen (2019) entendem, então, que em uma sociedade social e ambientalmente devastada, como a nossa, carece de soluções sustentáveis, que são alcançadas através das iniciativas inseridas no contexto da EC. Esses negócios, ao mesmo tempo em que se adequam as necessidades sociais também a influenciam criando novos estilos de vida, mais sustentáveis.

No viés anterior, foi visto em Laamanen, Wahlen e Lorek (2018) que esse novo estilo de vida e de consumo foi oriundo das suscetíveis crises capitalistas. Tais crises como veem Leung, Xue e Wen (2019), fez emergir a discussão sobre sustentabilidade, que vem ganhado força até o presente momento. A ideia de que só se é possível viver em sociedade quando se equilibra benefícios econômicos, sociais e ambientais, tem se difundido e sido cada vez mais discutida nas organizações (LAAMANEN; WAHLEN; LOREK, 2018; LEUNG; XUE; WEN, 2019).

O equilíbrio entre econômico, ambiental e social nos negócios é entendido por Leung, Xue e Wen (2019) como ocorrendo através da troca entre organizações e sociedade. Em que, a sociedade demanda por soluções ambiental e socialmente positivas, ao mesmo passo em que as organizações utilizam-se dessas demandas para inovarem e serem lucrativas. Segundo os autores, o campo da EC tem emergido devido a essa necessidade mutua, em que organizações tidas como compartilhadas, utilizam-se de meios diferenciados para serem lucrativas e ao mesmo tempo sustentáveis.

Zhu, Li e Zhou (2017), por exemplo, discutem o trânsito chinês e a emissão de gás carbônico e indicam que as atividades de compartilhamento de carros influenciam positivamente na diminuição do lançamento de carbono no ar. A EC é tratada então, enquanto atividade que gera benefícios para a população no âmbito ambiental, quando diminui a quantidade de carbono lançada no ar e social e quando diminui o trânsito local. Há ainda o benefício para a organização, que, mesmo levando benefícios sociais e ambientais consegue ser lucrativa.

Para que ela seja lucrativa, é visto no trabalho, que foi necessária a inovação desse tipo de negócio, em que o compartilhamento propiciou a diminuição dos custos de transação, eliminando o intermediário entre organização e cliente final, possibilitando que o serviço custasse menos, acarretando o oferecimento de um serviço mais barato e ao mesmo tempo lucrativo. Tal diminuição de custos propicia que atividades, ambientalmente e socialmente positivas, sejam oferecidas a um preço menor, conforme é vista em uma série de artigos (MELO; MACEDO; BAPTISTA, 2019; HU et al., 2019; ZHU; LI; ZHOU, 2017; BECKER-LEIFHOL, 2018; RETAMAL, 2019; FREMSTAD, 2017).

Em Fremstad (2017) é visto que o custo baixo, juntamente com o anseio social por uma sociedade mais sustentável, são os principais elementos que fazem com que a população busque soluções nas iniciativas inseridas no contexto da EC. Esses modelos, por sua vez, utilizam desses elementos como instrumentos de diferenciação e alcance do diferencial competitivo e do lucro. Ou seja, o campo da EC trata então, de modelos inovadores de negócios que não trazem malefícios para o meio ambiente e a sociedade e ao mesmo tempo são lucrativos (PISCICELLI; LUDDEN; COOPER, 2017; HARTL et al., 2018; WRUK et al., 2019).

Esses modelos inovadores de negócios baseados no compartilhamento, utilizam-se também de outro elemento presente no setor, que é a regulamentação ainda em debate, tal qual é visto em Tarik, Mody e Suessc (2019). Os autores trabalham a ideia de inovação, como propiciada também pela regulamentação. O artigo debate a ideia da diminuição de custos, que em muitos casos, é acarretada por, além da utilização das redes, mas pela regulamentação faltante, em que organizações são eximidas de uma série de tributos, as quais organizações tradicionais têm que arcar. Tal fato permite que organizações pertencentes a EC, como Uber e Airbnb, ofereçam um produto ou serviço a custos mais baixos.

Para o estabelecimento da EC, porém, além da diminuição de custos, outro fator que se destaca, para que as atividades sejam lucrativas são os aspectos regulatórios. Esses elementos, dados a sua importância, são tratados como discussão principal em uma série de artigos, tais quais vemos no próximo tópico.

#### **4.4. ASPECTOS REGULATÓRIOS: PRINCÍPIOS E DESAFIOS PARA A REGULAÇÃO DA EC**

O presente viés, denominado aspectos regulatórios, analisa os artigos que tem como foco discutir em como a legislação tem lidado com as novas formas de negócios, como ela se aplica e é regulada. A maior parte dos artigos foca na explicação e descrição de como funciona legalmente as iniciativas inseridas no contexto da EC (HONG; LEE, 2018; GRIMMER; VOROBOVAS-PINTA; MASSEY, 2019; WILLIAMS; HORODNIC, 2017; WATANABE et al., 2017; KATHAN; MATZLER; VEIDER, 2016). Nesses exemplos, a legislação é discutida principalmente de forma descritiva, como no trabalho de Watanabe et al. (2017), que descreve a organização Uber, no sentido de qual é a legislação envolvida e como ocorre o desenvolvimento da plataforma.

Se por um lado vemos uma quantidade maior de trabalhos de cunho descritivo, destaca-se os trabalhos com viés mais crítico, como por exemplo os trabalhos de Yuana et al. (2019); Müller e Welppe (2018); Querbes (2017). Em Yuana et al. (2019) é atribuída a legislação a responsabilidade de se adaptar a sociedade. O tra-



balho discute, então, que novos negócios, como os inseridos no contexto da EC, fazem com que a legislação deva estar adequada a eles, e se modificar, em relação aos antigos modelos.

A legislação, bem como a tributação das atividades econômicas é vista em Yuana et al. (2019) como um meio de melhoria de qualidade de vida e desenvolvimento. Quando surgem organizações como as de transporte compartilhados, essas, por utilizarem de mão de obra privada, se eximem de uma série de obrigações legais. No contexto brasileiro, Branco e Nunes (2018) citam o pagamento de taxa para exercer a atividade, a regulamentação do taxímetro (taxa exigida a taxistas), custo com cursos obrigatórios, diárias de autonomias.

Ao eximir esse tipo de organização dos custos e exigências regulatórias, organizações estão então habilitadas a oferecer um serviço a preços mais acessíveis. Os autores citam que, ao oferecerem esses serviços, benefícios encontrados foram: diminuição da quantidade de carros nas ruas, contribuindo para a diminuição da emissão de gases poluentes; melhoria do trânsito, o que contribui para a melhoria da qualidade de vida; criação de empregos, em que pessoas pudessem ter uma renda extra, utilizando o próprio carro, sem empecilhos legais.

Yuana et al. (2019) indica benefícios que muitas iniciativas inseridas no contexto da EC trazem para a sociedade, os trabalhos de Müller e Welpé (2018); Querbes (2017), porém, tratam esses benefícios como não sendo gerado para a sociedade, mas sim para as organizações. A ausência de regulamentação mínima acaba tornando o ambiente ideal para que organizações imponham seus serviços e operações. Assim, governos podem buscar uma melhor compreensão do mercado abrangido pela economia do compartilhamento e a partir disto regulá-lo. Os impactos da regulamentação das práticas da EC se estendem entre todos os envolvidos: governo, empresas, prestadores de serviços e consumidores.

Alguns destes impactos são: Geração de empregos e de renda advinda do recolhimento de impostos, diferentes condições de trabalho, quebra de segurança e proteção para todos os usuários dos serviços de compartilhamento (MULLER; WELPE, 2018). Esses impactos, devido a importância observada nas discussões sobre EC, constituem um novo viés de pesquisa, descrito a seguir.

## 4.5. NOVAS FORMAS DE TRABALHO

No presente viés, a EC é tratada pelo viés do trabalho. Comumente, vê-se o trabalho ligado a grande parte dos negócios inseridos no contexto da EC, como colaboradores que prestam serviço de forma autônoma e utilizando de recursos próprios (AHSAN, 2018; CHAI; SCULLY, 2019; FLEMING, 2017; MÉNASCÉ ; VINCENT; MOREAU, 2017; FRANCO; FERRAZ, 2018; GRIFFITH; ESCH; TRITTENBACH, 2018). E em alguns

casos, como a forma de trabalho onde as pessoas são responsáveis por seu próprio futuro econômico (MANTYMAKI; BAIYER; ISLAM, 2019).

A responsabilidade pelo próprio futuro econômico é entendida por Mantymaki, Baiyer e Islam (2019), como algo positivo, em um contexto de modificação do trabalho, em que novas formas de mão de obra emergem nos ambientes de negócios. Essas novas formas tratam de um novo perfil de trabalhador, o trabalhador parceiro, em um contexto de flexibilização do trabalho.

Os autores trazem a definição de trabalhador parceiro baseando-se em uma pesquisa realizada com motoristas de um aplicativo de transportes. Esse perfil de trabalhador, segundo o estudo realizado, valoriza a independência, os horários flexíveis e a autonomia propiciada pela ausência de um “chefe”. O estudo de Man-

tymaki, Baiyer e Islam (2019) indica ainda, que motoristas de aplicativos sentem-se menos estressados, após começarem a trabalhar dessa forma, do que quando trabalhavam em organizações tradicionais.

Em Mantymaki, Baiyer e Islam (2019), vemos as relações de trabalho dentro da EC sendo tratadas de forma positiva, o que vai de encontro a maior parte dos trabalhos publicados com esse temática (FLEMING, 2017; MÉNASCÉ ; VINCENT; MOREAU, 2017; FRANCO; FERRAZ, 2018; GRIFFITH; ESCH; TRITTENBACH, 2018). Esses artigos, em sua maioria, abordam elementos como a precarização e a exploração da mão de obra.

A precarização e a exploração, por exemplo, são tratadas por Ménascé, Vincent e Moreau (2017); Franco e Ferraz (2018), em que os autores indicam que os trabalhos em plataformas compartilhadas não oferecem garantias aos ditos parceiros. Os trabalhadores devem arcar com todas as despesas de seu trabalho, e se, há a promessa de maior lucro, tendo em vista que cada um trabalha por si só, não é o que ocorre na prática. O que ocorre são trabalhadores que custeiam as próprias despesas sem a garantia de que receberão esse investimento novamente (MÉNASCÉ; VINCENT; MOREAU, 2017; FRANCO; FERRAZ, 2018).

Outro aspecto que corrobora para a precarização do trabalho é a segurança (GRIFFITH; ESCH; TRITTENBACH, 2018; FLEMING, 2017). Segundo as pesquisa realizadas pelos autores, a maior parte dos colaboradores não se sentem seguros e nem protegidos pela empresa a qual prestam serviço. Griffith, Esch e trittenbach (2018), por exemplo, tratam da questão das trabalhadoras femininas em aplicativos de transporte e como essas se sentem inseguras no trabalho. Segundo a pesquisa, as mesmas não sentem que recebem apoio das organizações em caso de necessidade, mas sim abandono.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo identificar quais são as tendências pelas quais as pesquisas sobre EC estão sendo publicadas. Pautou-se em elementos da literatura e identificou quais os principais vieses de pesquisa em que a EC está sendo trabalhada.

Na análise de conteúdo foram identificados 06 vieses de pesquisa principais, sendo: os modelos de negócio para geração de valor e lucro; modelos de negócios que migram da orientação da posse para o acesso; negócios sustentáveis em uma sociedade em mudança; novas formas de trabalho; aspectos regulatórios e discussão conceitual a respeito da EC.

Os vieses, mesmo que tratando de temas diferentes, por vezes se relacionavam, como por exemplo em Zhang, Gu e Jahromi (2018), que trata a EC enquanto um modelo de negócio, porém um modelo de negócio que leva em consideração a mudança de perspectiva social e da sustentabilidade. Tal como no exemplo anterior, a correlação entre vieses é também identificada em outros trabalhos, o que sinaliza um campo em que os vieses são interdependentes na construção do todo.

Observou-se na literatura uma grande quantidade de trabalhos que tratam da EC enquanto uma proposta de negócios para a geração de diferencial competitivo e lucro para a empresa. Esse viés representou, desde 2016, entre 30% e 45% de toda a publicação durante os anos e trata de elementos como a identificação de novos padrões de consumo e distribuição; inovação; diminuição de custos de transação e marketing relacional.

Elementos como a sustentabilidade e a mudança de perspectiva social, vieses estes, que se destacaram em numero de publicações, por vezes assumem um papel ideológico, como se a sociedade estivesse caminhan-



do para um futuro mais sustentável e que pessoas estariam cada vez mais preocupadas com o planeta. Esse viés, porém, pode ser utilizado de forma lucrativa, por organizações que utilizam do “slogan” da sustentabilidade e da mudança social para promover suas atividades. Sobre a mudança de perspectiva social, inclusive, grande parte dos trabalhos focam, não em uma mudança social em si, mas no comportamento do novo consumidor e nas mudanças dos padrões de consumo.

O trabalho de Zhang, Gu e Jahromi (2018), por exemplo, é um exemplo de que o ideal de sustentabilidade e mudança de perspectiva social atuam como indicadores da necessidade de uma reinvenção dos negócios tradicionais. Esse novo tipo de negócio, representado pela EC, leva em consideração elementos como a mudança de perspectiva social e a sustentabilidade para a geração de valor e lucro organizacional.

Observou-se que os negócios inseridos no contexto da EC, pautados no ideal de sustentabilidade e na mudança social, para que gerem lucro e valor são propiciados pela legislação e flexibilização do trabalho. A legislação tem sido flexibilizada, atuando de forma a reduzir custos operacionais, como os encargos trabalhistas. Essa redução se dá, uma vez que os colaboradores trabalham de forma independente. A legislação, ao permitir essa forma de relação trabalhista, faz com que outro elemento ganhe destaque, que é a flexibilização do trabalho.

Os colaboradores em negócios inseridos no contexto da EC veem seu trabalho de forma diferenciada da economia tradicional. As pesquisas indicam que, por vezes a flexibilização do trabalho, torna cada colaborador mais independente, não o subordinando a superiores, permitindo a confecção do próprio horário, dentre outros elementos, sendo seu próprio chefe. A independência, se por um lado é positiva, gera também aspectos negativos, o que é observado na maior parte dos artigos pertencentes a este viés. A flexibilização, de forma negativa, traz falta de segurança, não auxiliando o colaborador no caso de danos, acidentes de trabalho, dentre outros tipo de segurança que organizações tradicionais são obrigadas pela legislação a oferecer.

Após observados os principais vieses de pesquisa, destaca-se que a EC tem sido trabalhada, na literatura, principalmente enquanto uma nova proposta de negócio, em que organizações tem modificado a sua forma de atuar e se inserir no mercado conforme a sociedade também tem se modificado. A sustentabilidade e uma nova forma de se viver vão ao encontro do diferencial competitivo e do lucro organizacional, o que leva ao questionamento de Martin (2016) em seu artigo “The sharing economy: A pathway to sustainability or a nightmarish form of neoliberal capitalism?”

A partir dos achados, o presente trabalho entende como relevante em pesquisas futuras artigos que tratem da EC com uma perspectiva maior de sociedade, ao invés da organização. Por sociedade, entende-se aqui, a observação de elementos que vão além das características e perfis de consumo, tal qual o tema é tratado em grande parte dos artigos. Propõem-se estudos que tratem a EC e sociedade no que tange a sustentabilidade ou mudança de estilo de vida, porém partindo da ideia de sociedade e não de organização, tal qual tem sido feito.

## 6. REFERÊNCIAS

ACQUIER, A; DAUDIGEOS, T; PINKSE, J. **Promises and paradoxes of the sharing economy: An organizing framework.** Technological Forecasting and Social Change, v. 125, p. 1-10, 2017.

AHSAN, M. **Entrepreneurship and ethics in the sharing economy: A critical perspective.** Journal of Business Ethics, p. 1-15, 2018.

ALONI, E. **Pluralizing the Sharing Economy.** Wash. L. Rev., v. 91, p. 1397, 2016. BAUMAN, Z. O Mal Estar na Pós-Modernidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

BECKER-LEIFHOLD, C. **The role of values in collaborative fashion consumption-A critical investigation through the lenses of the theory of planned behavior.** Journal of Cleaner Production, 199: 781-791. 2018.

BLAL, I; SINGAL, M; TEMPLIN, J. **Airbnb's effect on hotel sales growth.** International Journal of Hospitality Management, v. 73, p. 85-92, 2018.

BOTSMAN, R; ROGERS, R. **What's mine is yours: how collaborative consumption is changing the way we live. 2011.**

BRANCO, A; NUNES, J. **Impactos das plataformas P2P na economia do compartilhamento.** PMKT – Revista Brasileira de Pesquisas de Marketing, Opinião e Mídia (PMKT on-line). São Paulo, v. 11, n. 2, p. 222-235, maio-ago. 2018

CAMILLERI, J.; NEUHOFER, B. **Value co-creation and co-destruction in the Airbnb sharing economy.** International Journal of Contemporary Hospitality Management, Vol. 29 No. 9, pp. 2322-2340. 2017.

CERVERO, R.; RAYLE, R.; SHAHEEN, S.; CHAN, N.; DAI, D. App-Based, On-Demand

Ride Services: Comparing Taxi and Ridesourcing Trips and User Characteristics in San Francisco. Berkley, California: Universidade da Califórnia, Agosto de 2014.

CHAI, S.; SCULLY, M. **It's About Distributing Rather than Sharing: Using Labor Process Theory to Probe the "Sharing" Economy.** Journal of Business Ethics, v. 159, n. 4, p. 943-960, 2019.

CIULLI, F; KOLK, A. **Incumbents and business model innovation for the sharing economy: Implications for sustainability.** Journal of cleaner production, v. 214, p. 995- 1010, 2019.

COSTA, L; PINHEIRO, P; CHIM-MIKI, A. **Determinantes de las referencias en couchsurfing Com el "salto de fe" desde la hospitalidad online hacia la hospitalidad offline.** Estudios y Perspectivas en Turismo, v. 27, n. 3, p. 550-568, 2018.

CHENG, X; FU, S; DE VREEDE, G. **A mixed method investigation of sharing economy driven car-hailing services: Online and offline perspectives.** International Journal of Information Management, v. 41, p. 57-64, 2018.

DE VRIES, H.; BEKKERS, V.; TUMMERS, L. **Innovation in the public sector: A systematic review and future research agenda.** Public Administration, v. 94, n. 1, p. 146-166. 2016.



- FLEMING, P. **The human capital hoax: Work, debt and insecurity in the era of Uberization.** *Organization Studies*, v. 38, n. 5, p. 691-709, 2017.
- FRANCO, D.; FERRAZ, D. **Uberização do trabalho e acumulação capitalista.** *Cadernos EBAPE. BR*, v. 17, n. SPE, p. 844-856, 2019.
- FREMSTAD, A. **Does craigslist reduce waste?** Evidence from California and Florida. *Ecological Economics*, 132: 135-143. 2017.
- GONG, D.; GONG, D.; LIU, S.; LIU, J.; REN, L. **Who benefits from online financing?** A sharing economy E-tailing platform perspective. *International Journal of Production Economics*, v. 222, 2020.
- GRIFFITH, D.; VAN ESCH, P.; TRITTENBACH, M. **Investigating the mediating effect of Uber's sexual harassment case on its brand: Does it matter?** *Journal of Retailing and Consumer Services*, v. 43, p. 111-118, 2018.
- GUPTA, M.; ESMAEILZADEH, P.; UZ, I.; TENNANT, V. **The effects of national cultural values on individuals' intention to participate in peer-to-peer sharing economy.** *Journal of Business Research*, 97, 20-29. 2019.
- GUTTENTAG, D.; SMITH, S. **Assessing Airbnb as a disruptive innovation relative to hotels: Substitution and comparative performance expectations.** *International Journal of Hospitality Management*, v. 64, p. 1-10, 2017.
- GIBBS, C.; GUTTENTAG, D.; GRETZEL, U.; YAO, L.; MORTON, J. Use of dynamic pricing strategies by Airbnb hosts. *International Journal of Contemporary Hospitality Management*. Vol. 30 No. 1, pp. 2-20. 2018.
- GRIMMER, L.; VOROBOVAS-PINTA, O.; MASSEY, M. **Regulating, then deregulating Airbnb-The unique case of Tasmania (Australia).** *Annals of Tourism Research* Vol. 75, p 304-307. 2019.
- GUTTENTAG, A.; SMITH, S. **Assessing Airbnb as a disruptive innovation relative to hotels: Substitution and comparative performance expectations.** *International Journal of Hospitality Management*, v. 64: 1-10. 2017.
- HARTL, B.; SABITZER, T.; HOFMANN, E.; PENZ, E. **Sustainability is a nice bonus: the role of sustainability in carsharing from a consumer perspective.** *Journal of Cleaner Production*, 202, 88-100. 2018.
- HONG, S.; LEE, S. **Adaptive governance, status quo bias, and political competition: Why the sharing economy is welcome in some cities but not in others.** *Government Information Quarterly*, 35.2: 283-290. 2018.
- HU, J.; LIU, Y.; YUEN, T.; LIM, M.; HU, J. **Do green practices really attract customers?**  
The sharing economy from the sustainable supply chain management perspective. *Resources, Conservation and Recycling*, 149, 177-187. 2019.
- HUANG, K. **Entrepreneurship for long-term care in sharing economy.** *International Entrepreneurship and Management Journal*, v. 14, n. 1, p. 97-104, 2018.
- JIN, S.; KONG, H.; WU, R.; SUI, D. **Ridesourcing, the sharing economy, and the future of cities.** *Cities*, 76, 96-104. 2018.

KARLSSON, L.; KEMPERMAN, A.; DOLNICAR, S. **May I sleep in your bed?** Getting permission to book. *Annals of Tourism Research*, 2017, 62: 1-12. 2017.

KATHAN, W.; MATZLER, K.; VEIDER, V. **The sharing economy: Your business model's friend or foe?** *Business Horizons*, v. 59, n. 6, p. 663-672, 2016.

KUHN, T. **A estrutura das revoluções científicas**. 6. ed. São Paulo : Perspectiva, 2001.

KWOK, L; XIE, K. **Pricing strategies on Airbnb: Are multi-unit hosts revenue pros?** *International Journal of Hospitality Management*, v. 82: 252-259. 2018.

KUMAR, V.; LAHIRI, A; DOGAN, O. **A strategic framework for a profitable business model in the sharing economy**. *Industrial Marketing Management*, v.69: 147-160. 2018.

LAAMANEN, M; WAHLEN, S; LOREK, S. **A moral householding perspective on the sharing economy**. *Journal of Cleaner Production*, 202: 1220-1227. 2018.

LAURELL, C.; SANDSTRÖM, C. **The sharing economy in social media : Analyzing tensions between market and non-market logics**. *Technological Forecasting & Social Change*, v. 125, p. 58-65, 2017.

LEUNG, X.; XUE, L.; WEN, H. **Framing the sharing economy: Toward a sustainable ecosystem**. *Tourism Management*, 71: 44-53. 2019.

LINDBLOM, A; LINDBLOM, T. **DeOwnership orientation and collaborative consumption during turbulent economic times**. *International Journal of Consumer Studies*, 41.4: 431-438. 2017.

MÄNTYMÄKI, M.; BAIYERE, A.; ISLAM, A. **Digital platforms and the changing nature of physical work: Insights from ride-hailing**. *International Journal of Information Management*, v. 49, p. 452-460, 2019.

MARTIN, C. **The sharing economy: A pathway to sustainability or a nightmarish form of neoliberal capitalism?** *Ecological Economics*, v. 121, p. 149-159, 2016.

MELO, S; MACEDO, J; BAPTISTA, P. **Capacity-sharing in logistics solutions: A new pathway towards sustainability**. *Transport Policy*, 73: 143-151. 2019.

MENASCÉ, D.; VINCENT, C; MOREAU, M. **Smart Cities and new forms of employment**. *Field Actions Science Reports*. The journal of field actions, n. Special Issue 16, p. 16-21, 2017.

MEREDITH, J. **Theory Building through Conceptual Methods**. *International Journal of Operations & Production Management* 13 (5), 3-11. 1993.

MODY, M; SUESS, C; LEHTO, X. **Going back to its roots: can hospitableness provide hotels competitive advantage over the sharing economy?** *International Journal of Hospitality Management*, v. 76, p. 286-298, 2019.

MOLZ, J. **Social networking technologies and the moral economy of alternative tourism: The case of couch-surfing**. *Annals of tourism research*, 43: 210-230. 2013.



- MÜLLER, S.; WELPE, I. **Sharing electricity storage at the community level:** An empirical analysis of potential business models and barriers. *Energy policy*, v. 118, p. 492-503, 2018.
- NETTER, S; PEDERSEN, E; LÜDEKE-FREUND, F. **Sharing economy revisited:** Towards a new framework for understanding sharing models. *Journal of cleaner production*, v. 221, p. 224-233, 2019.
- PARK, H; ARMSTRONG, C. **Collaborative apparel consumption in the digital sharing economy:** An agenda for academic inquiry. *International Journal of Consumer Studies*, v. 41, n. 5, p. 465-474, 2017.
- PETERSON, A.; CRITTENDEN, V; ALBAUM, G. **On the economic and social benefits of direct selling.** *Business Horizons*, v. 62, n. 3, p. 373-382, 2019.
- PISCICELLI, L.; LUDDEN, G.; COOPER, T. **What makes a sustainable business model successful?** An empirical comparison of two peer-to-peer goods-sharing platforms. *Journal of cleaner production*, 172: 4580-4591. 2018.
- PRIPORAS, C.; STYLOS, N.; RAHIMI, R.; VEDANTHACHARI. Unraveling the diverse nature of service quality in a sharing economy. *International Journal of Contemporary Hospitality Management*. Vol. 29 No. 9, pp. 2279-2301. 2017.
- QUERBES, A. Banned from the sharing economy: an agent-based model of a peer-to-peer marketplace for consumer goods and services. *Journal of evolutionary economics*, v. 28, n. 3, p. 633-665, 2018.
- RAMALHO, F.; SILVA JR, J. **A emergência do compartilhamento:** o futuro da sociedade é colaborativo? *Revista NAU Social*, Salvador, v.7, n.12, 31-36, 2016.
- RETAMAL, M. **Collaborative consumption practices in Southeast Asian cities:** Prospects for growth and sustainability. *Journal of cleaner production*, 222: 143-152. 2019.
- RIBEIRO-SORIANO, D; ZENG, J. **Some issues in recent entrepreneurship approaches:** joining previous and current theories. *International Entrepreneurship and Management Journal*, v. 14, n. 1, p. 1-4, 2018.
- RICHTER, C et al. **Digital entrepreneurship:** Innovative business models for the sharing economy. *Creativity and Innovation Management*, v. 26, n. 3, p. 300-310, 2017.
- RIFKIN, J. **The zero marginal cost society:** the internet of things, the collaborative commons, and the eclipse of capitalism. New York: Palgrave Macmillan, 2015.
- ROOS, D.; HAHN, R. **Understanding collaborative consumption:** An extension of the theory of planned behavior with value-based personal norms. *Journal of Business Ethics*, 158.3: 679-697.2019.
- SCHOR, J. **Born to buy:** The commercialized child and the new consumer cult. Simon and Schuster, 2014.
- SCHWIETERMAN, J.; BIESZCZAT, A. **The cost to carshare:** A review of the changing prices and taxation levels for carsharing in the United States 2011–2016. *Transport Policy*, v. 57: 1-9. 2017.

SILVEIRA, L.; PETRINI, M; DOS SANTOS. **Economia compartilhada e consumo colaborativo: o que estamos pesquisando?**. REGE-Revista de Gestão, v. 23, n. 4, p. 298-305, 2016.

SILVERMAN, D. **Interpreting Qualitative Data: Methods for Analyzing Talk, Text and Interaction**. Sage, London, UK. 2006.

SOUSA SANTOS, B. **Renovar a Teoria Crítica e Reinventar a Emancipação Social**. São Paulo: Boitempo, 2007.

SUN, L.; TEUNTER, R.; BABAI, M.; Z.; HUA, G. **Optimal pricing for ride-sourcing platforms**. European Journal of Operational Research, 278(3), 783-795. 2019.

SUTHERLAND, W; JARRARI, M. **The sharing economy and digital platforms: A review and research agenda**. International Journal of Information Management. Vol 43. P. 328-341. 2018.

TUSSYADIAH, I. **Factors of satisfaction and intention to use peer-to-peer accommodation**. International Journal of Hospitality Management, v. 55, p. 70-80, 2016.

VILLANOVA, A. **Modelos de negócio na economia compartilhada: uma investigação multi-caso**. Tese de Doutorado. 2015.

WATANABE, C.; NAVEED, K.; NEITTAANMÄKI, P.; FOX, B. **Consolidated challenge to social demand for resilient platforms-Lessons from Uber's global expansion**. Technology in society, 48, 33-53. 2017.

WEBER, T. **Intermediation in a sharing economy: insurance, moral hazard, and rent extraction**. Journal of Management Information Systems, v.31. n 3: 35-71. 2014.

WEBER, T. **Product pricing in a peer-to-peer economy**. Journal of Management Information Systems, v. 33. N 2, 573-596. 2016.

WILLIAMS, C.; HORODNIC, I. **Regulating the sharing economy to prevent the growth of the informal sector in the hospitality industry**. International Journal of Contemporary Hospitality Management, Vol. 29 No. 9, pp. 2261-2278. 2017.

WRUK, D.; OBERG, A.; KLUTT, J.; MAURER, I. **The presentation of self as good and right: How value propositions and business model features are linked in the sharing economy**. Journal of Business Ethics, 159(4), 997-1021. 2019.

YU, H; SEO, I; CHOI, J. **A study of critical factors affecting adoption of self-customisation service-focused on value-based adoption model**. Total Quality Management & Business Excellence, v. 30, n. sup1, p. S98-S113, 2019.

YUANA, S.; SENGERS, F.; BOON, W.; RAVEN, R. **Framing the sharing economy: A media analysis of ridesharing platforms in Indonesia and the Philippines**. Journal of cleaner production, 212, 1154-1165.2019.

ZHANG, T; GU, H; JAHROMI, M. **What makes the sharing economy successful? An empirical examination of competitive customer value propositions**. Computers in Human Behavior, v. 95, p. 275-283, 2019.



ZHU, G; LI, H; ZHOU, L. **Enhancing the development of sharing economy to mitigate the carbon emission: a case study of online ride-hailing development in China.** *Natural Hazards*, 91.2: 611-633. 2017.

ZHU, G; SO, K; HUDSON, S. **Inside the sharing economy.** *International Journal of Contemporary Hospitality Management*, Vol. 29 No. 9, pp. 2218-2239.2017.

# **GT 14: Tecnologias Sociais, Saberes Populares e Questões Climáticas**

---







---

## Líderes:

- Andréa Cardoso Ventura (UFBA)
- Luís Tadeu Assad (Diretor-Presidente do IABS)







A BOA ESPERANÇA: A CONSTRUÇÃO COLETIVA  
DE UM BIODIGESTOR E OS IMPACTOS  
SOCIOTERRITORIAIS EM BARBALHA/CE.

*THE GOOD HOPE: A COLLECTIVE CONSTRUCTION  
OF A BIODIGESTOR AND THE SOCIOTERRITORIAL  
IMPACTS IN BARBALHA / CE.*

Ademar Maia Filho  
Universidade Federal do Cariri – UFCA  
<http://lattes.cnpq.br/9570480278376163>

Victoria Régia Arrais de Paiva  
Universidade Federal do Cariri – UFCA  
<http://lattes.cnpq.br/9444753343111614>



## RESUMO

As diversas formas da agricultura têm levado a uma precarização das produções rurais, devido ao constante uso de insumos agrícolas artificiais, bem como a falta de orientação técnica, sendo assim um setor que tem contribuído crescentemente com as alterações climáticas. Baseando-se em indicadores sociais, ambientais e econômicos, foi possível fazer um recorte sobre a atividade rural, onde a desinformação tem levado o agricultor de base familiar, à degradação dos recursos naturais essenciais aos sistemas de produção agroalimentar. Assim, observou-se que a partir da construção coletiva de um biodigestor, pode-se reduzir a degradação desses recursos. Para tanto, a articulação entre os diversos atores e esferas de poder do território, tem mitigado os conflitos de interesse, sendo fundamental para a elaboração de uma proposta de desenvolvimento local. O objetivo deste estudo é analisar a experiência dos agricultores, quanto aos impactos causados pela instalação do biodigestor, no Sítio Boa Esperança, em Barbalha, Cariri, Ceará. A pesquisa aplicou metodologia qualitativa, fundamentada em um estudo de caso. Verificou-se que a construção coletiva do biodigestor, trouxe uma importante contribuição para o desenvolvimento territorial, haja vista que alinharam-se os interesses por uma agricultura sustentável, proporcionando íntimo contato entre o agricultor e sistema produtivo, fazendo-o perceber-se parte da natureza, haja vista a interação agricultor-biodigestor-sistema agroalimentar. Considera-se que a gestão participativa e democrática dos agricultores envolvidos pelo projeto foi de fundamental importância para o alcance destes resultados, haja vista a cooperação dos diversos agricultores com a instalação e manejo do biodigestor, e o compartilhamento dos espaços e produtos obtidos.

**Palavras-chave:** 1. Gestão Participativa; 2. Tecnologias Sociais; 3. Avaliação de Projetos Sociais; 4. Biodigestor; 5. Biogás.

## ABSTRACT

The various forms of agriculture have led to a precariousness of rural production, due to the constant use of artificial agricultural inputs, as well as the lack of technical guidance, thus being a sector that has increasingly contributed to climate change. Based on social, environmental and economic indicators, it was possible to make a cut on rural activity, where disinformation has led the family-based farmer, to the degradation of natural resources essential to agrifood production systems. Thus, it was observed that from the collective construction of a biodigester, it is possible to reduce the degradation of these resources. For that, the articulation between the different actors and spheres of power in the territory, has mitigated conflicts of interest, being fundamental for the elaboration of a proposal for local development. The objective of this study is to analyze the experience of farmers, regarding the impacts caused by the installation of the biodigester, at Sítio Boa Esperança, in Barbalha, Cariri, Ceará. The research applied qualitative methodology, based on a case study. It was verified that the collective construction of the biodigester, brought an important contribution to the territorial development, considering that the interests for sustainable agriculture were aligned, providing intimate contact between the farmer and the productive system, making him perceive himself as part of the nature, given the interaction between farmer- biodigester and agrifood system. It is considered that the participative and democratic management of the farmers involved in the project was of fundamental importance for the achievement of these results, given the cooperation of the various farmers with the installation and management of the biodigester, and the sharing of the spaces and products obtained.

**Keywords:** 1. Participative Management; 2. Social Technologies; 3. Evaluation of Social Projects; 4. Biodigester; 5. Biogas.



# 1. INTRODUÇÃO

As diversas formas de agricultura, têm conduzido a auto precarização das produções rurais, devido a constantes incentivos ao uso de insumos agrícolas artificiais como defensivos químicos, adubos sintéticos, além da adoção de processos mecanizados, da insuficiência de mecanismos de orientação, assistência técnica e extensão rural e outros mecanismos de controle que prometem super otimizar e rentabilizar as produções rurais. Esta sólida base encontra suporte nas políticas de fomento à agricultura produtivista, dissociando-se de um plano produtivo agroalimentar, que nos últimos anos tem encontrado espaço nas discussões sobre desenvolvimento e sustentabilidade.

Para Schneider (2017), há um novo processo de desenvolvimento rural, a nível internacional, pautado na relação agricultura e alimentação, que de forma global vem fortalecendo uma reconexão entre as temáticas, que após um longo período de dissociação, ocorrida nos últimos anos, tem se consolidado, tornando-se uma questão central para a sociedade do século XXI.

Neste contexto, a Plataforma Agenda 2030, através dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, tem provocado um novo olhar para as políticas públicas agroalimentares, tendo como desafio a mudança na forma como se produz e consome alimentos, através do empenho da sociedade moderna em desenvolver inovações tecnológicas (ONU, 2015).

Também a FAO (2016), vem estimulando processos agrícolas com base na agroecologia e produção orgânica, propondo um novo enfoque agroalimentar, mediante uma nova matriz produtiva, com novos indicadores e métricas para agricultura. Assim, as políticas agroalimentares vêm ganhando proeminência internacional.

Entretanto, o Brasil, frente ao debate internacional, vem se fragilizando ao engessar as políticas públicas em um contexto agrícola, fazendo uso de indicadores pautados na quantidade produzida, ou na capacidade de produção humana por hectare, dentre outros aspectos já considerados ultrapassados, como a retração política e o encerramento de importantes programas, sistemas e órgãos públicos que fizeram o País ensaiar um processo de desenvolvimento rural. Há assim a necessidade de progredir no País políticas sistêmicas agroalimentares, abandonando as políticas agrícolas desenvolvimentistas, que priorizam apenas a capacidade produtiva em detrimento da qualidade agroalimentar. (FAVARETO, 2010, SCHNEIDER, 2010).

Atualmente o País tem estimulado este formato político tanto para empresários do agronegócio quanto para a agricultura familiar, e, de certa forma, tem ignorando os debates e agendas internacionais, estando defasado de políticas agroalimentares sustentáveis. Assim, entende-se que o foco brasileiro no agronegócio, está associado a um nocivo viés político, que categoriza aqueles que trabalham com agricultura, fragmentando o meio rural, fragilizando a dinâmica econômica do setor, ampliando as disputas e conflitos no meio rural. Por outro lado, ao estimular o desenvolvimento da agricultura familiar, rompe com o modelo produtivista instaurado no país desde a Revolução Verde, como discorrem Favareto (2010) e Schneider (2010).

Cruzando os debates sobre as políticas agroalimentares estão as discussões sobre as mudanças climáticas e a sustentabilidade. De fato, as mudanças climáticas são resultantes das atividades humanas em prol do desenvolvimento, mediante a geração de resíduos poluentes e/ou contaminantes, e de ações relacionadas ao desmatamento e ao uso exacerbado dos recursos naturais, comumente percebidas no meio rural, que agridem o ambiente e precarizam a vida humana nos diversos rincões.

Projeções da Embrapa Meio Ambiente e do Ministério da Agricultura, a partir das informações do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (Intergovernmental Panel on Climate Change - IPCC) tem apontado que o fato de aumentar 1°C na temperatura das regiões brasileiras, pode comprometer seriamente os sistemas produtivos, trazendo prejuízos sobre a produtividade, fazendo-os migrarem entre as regiões, e até inviabilizando a produção de determinadas culturas, tendo como consequência a incapacidade produtiva, interferências no PIB brasileiro a geração de conflitos. No Brasil, há a previsão de que as principais culturas comerciais se encontrarão em áreas de risco climático já em 2020 (NAKAI, et al, 2015, EMBRAPA, 2008, HAMADA; GHINI; OLIVEIRA, 2017).

A preocupação crescente com o aumento da população mundial, com a degradação dos recursos naturais, com as mudanças climáticas e com a sustentabilidade da agricultura tem exigido esforços no desenvolvimento de práticas agrícolas mais sustentáveis, inclusive a partir do melhor entendimento das relações entre a agricultura e o clima (MONTEIRO; OLIVEIRA; NAKAI, 2014).

Medidas mitigadoras das mudanças climáticas tem sido desenvolvidas e adaptadas por todo o país, especialmente em territórios mais carentes de investimentos, mediante as iniciativas de organizações sem fins lucrativos e do poder público, sendo reconhecida experiências de desenvolvimento pautado em tecnologias sociais. A princípio, as tecnologias sociais surgem do desenvolvimento de soluções tecnológicas, de forma cooperada e democrática, mediante uma possível neutralidade da ciência e tecnologia, sendo assim adotadas pelos atores nos diversos territórios.

Para Lima (2010, p.96) “as tecnologias sociais buscam a inclusão social e melhoria das condições de vida das populações, fortalecendo a promoção do bem-viver e o cuidado coletivo com a vida na terra e em nosso país. Nesse sentido, o tema Tecnologia Social vem ganhando uma importância muito grande no debate sobre a construção de uma sociedade mais justa, igualitária, solidária e sustentável”.

A autora aponta que temos, hoje, “um conjunto de experiências que estão trilhando o caminho de um desenvolvimento alternativo, integral e solidário, com base em uma ética que inclua a responsabilidade e que supere a lógica utilitarista e individualista do lucro acima do ser humano, do econômico em detrimento ao social, cultural e ambiental. São iniciativas espalhadas por esse Brasil afora que se voltam para as necessidades de grupos, comunidades e territórios, que valorizam o saber popular e o integram ao conhecimento acadêmico” (LIMA, 2010, p. 96).

No entanto, percebe-se nestes territórios uma articulação dos diversos atores sociais e o engajamento em prol do comprometimento com a sustentabilidade do meio rural, surgindo assim iniciativas em comunidades rurais, como no caso do Sítio Boa Esperança, em Barbalha/CE. Assim, as tecnologias sociais complementam o rol de possibilidades de desenvolvimento da agricultura familiar, seja suprimindo a falta de aparatos científicos e tecnológicos modernizados, ou a ampliando a criatividade do agricultor e a reaprendizagem dos modos de produção na cadeia agroalimentar.

Otterloo (2010, p.24) complementa e afirma que “faz-se necessário ampliar e fortalecer os processos em curso que disseminam o conceito de tecnologia social e constroem espaços coletivos que agregam diferentes atores sociais, para que se reconheçam como produtores de uma nova cultura política de participação e formas inovadoras de produção e de consumo”.

Nesse contexto, são várias as experiências envolvendo tecnologias sociais espalhadas por todo o território brasileiro, onde destacamos as desenvolvidas no semiárido nordestino, como por exemplo a construção de cisternas para armazenamento de água de chuva, os sistemas agroflorestais (SAF's) e os biodigestores



anaeróbicos de resíduos orgânicos. Fazendo referência à comunidade pesquisada, este último traz uma importante representatividade sobre o desenvolvimento e inovação de sistemas produtivos agroalimentares, enquanto território com fragilidades socioambientais.

Um biodigestor anaeróbico se propõe realizar o tratamento de resíduos orgânicos, principalmente dejetos de animais e águas cinzas, os quais são responsáveis por graves contaminações e poluição dos recursos naturais e ambientais, transformando-os em adubo orgânico, reciclando os elementos nutritivos para as plantas, resultando assim em um composto rico em macro e micronutrientes, o biofertilizante, utilizado para a adubação do solo e fertirrigação em diversas culturas agroecológicas.

Além disso, no processo de biodigestão, há a formação e liberação de grande quantidade de gases oriundos da decomposição da matéria orgânica, o biogás, que podem ser tratados em um lavador de gases simples, acoplado ao biodigestor, que beneficia o teor de metano (CH<sub>4</sub>) presente, podendo assim ser armazenado ou utilizado em fogões a gás, e ainda, dependendo do volume de gás acumulado, em geradores de energia elétrica. Estes subprodutos do biodigestor representam uma grande economia para o agricultor.

Para tanto, a construção de um biodigestor, na perspectiva das tecnologias sociais, propõe uma ação coletiva e exige a articulação entre os diversos atores e esferas de poder do território, podendo mitigar conflitos socioterritoriais e ser fundamental para a elaboração de uma proposta de desenvolvimento local.

Esta articulação se dá mediante proposta de gestão participativa, através da mobilização e sensibilização das comunidades, da cooperação e decisão democrática. Neste sentido, o resgate de saberes e experiências, de hábitos, métodos e técnicas de produção tradicionais, tem fortalecido e modernizado a agricultura local, numa perspectiva agroecológica, reduzindo os impactos socioterritoriais negativos, proporcionando o desenvolvimento territorial rural sustentável.

## 2. OBJETIVOS

O objetivo principal deste estudo é analisar a experiência dos agricultores, quanto aos impactos causados pela instalação de um biodigestor, no Sítio Boa Esperança, em Barbalha/CE, Cariri, Nordeste do Brasil.

## 3. METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada junto a agricultores familiares do Sítio Boa Esperança, na zona rural do município de Barbalha/CE, região do Cariri, estado do Ceará, que pertencem a Associação de Agricultores do Sítio Boa Esperança, inclusos e beneficiados pelo projeto Bio+, vinculado a Enactus da Universidade Federal do Cariri (UFCA). O projeto Bio+ é direcionado a comunidades rurais em situação de vulnerabilidade socioeconômica da Região do Cariri, e busca a inserção de vários tipos de tecnologias de baixo custo e práticas para o empoderamento de comunidades, com metodologia inspirada na permacultura, com vistas ao desenvolvimento territorial sustentável.

O estudo é orientado na abordagem qualitativa, e fundamentada em um estudo de caso, utilizando-se de observação participante, pesquisa documental, entrevista não estruturada em grupo focal e construção de uma matriz de valores, que possibilitou a avaliação do projeto, conforme recomendações de Severino (2007).

Os dados primários foram coletados durante o segundo semestre de 2019, entre os meses de outubro e novembro, através de entrevistas não estruturadas em grupo focal, que possibilitaram a construção de uma linha do tempo e de um mapa do ciclo do projeto mediante a definição de indicadores socioterritoriais. Já os dados secundários foram obtidos através de pesquisa bibliográfica, complementando a coleta de dados e fundamentando as evidências necessárias ao estudo. Também foram feitos o registro fotográfico e o georreferenciamento local.

## 4. ANÁLISE

Em análise, é possível fazer um recorte para a atividade rural, onde fatores como a falta de informação e ações benéficas tem levado o agricultor, especialmente o de base familiar, à degradação dos recursos naturais tão necessários aos sistemas de produção agroalimentares. Inicialmente foi feita uma visita de reconhecimento de campo para averiguar o funcionamento da propriedade rural onde foi instalado o biodigestor.

O reconhecimento se deu pelo guiamento dos agricultores atendidos pelo projeto Bio+, que apresentaram a propriedade rural, e tudo que passou a existir em consequência da instalação do biodigestor. Ao final da visita foi agendado um segundo momento, para diálogo com os atendidos pelo projeto. No segundo encontro com os agricultores, foi dialogado sobre os passos tomados desde o planejamento à execução do projeto de implantação do biodigestor, construindo-se assim uma linha temporal com os principais momentos vivenciados pelo projeto (Figura 01).

**Figura 01:** Linha do Tempo elaborada junto aos agricultores.



Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Esta linha do tempo é importante e traz uma grande contribuição por aflorar na memória dos agricultores os fatos marcantes que vivenciaram desde o início do projeto, averiguando o contorno dos momentos mais difíceis e possibilitando projetar novas reflexões, perspectivas e inovações. A partir deste encontro, foi pos-



sível realizar a entrevista não estruturada em grupo focal, a qual levou a definição da matriz dos indicadores socioterritoriais (Figura 02).

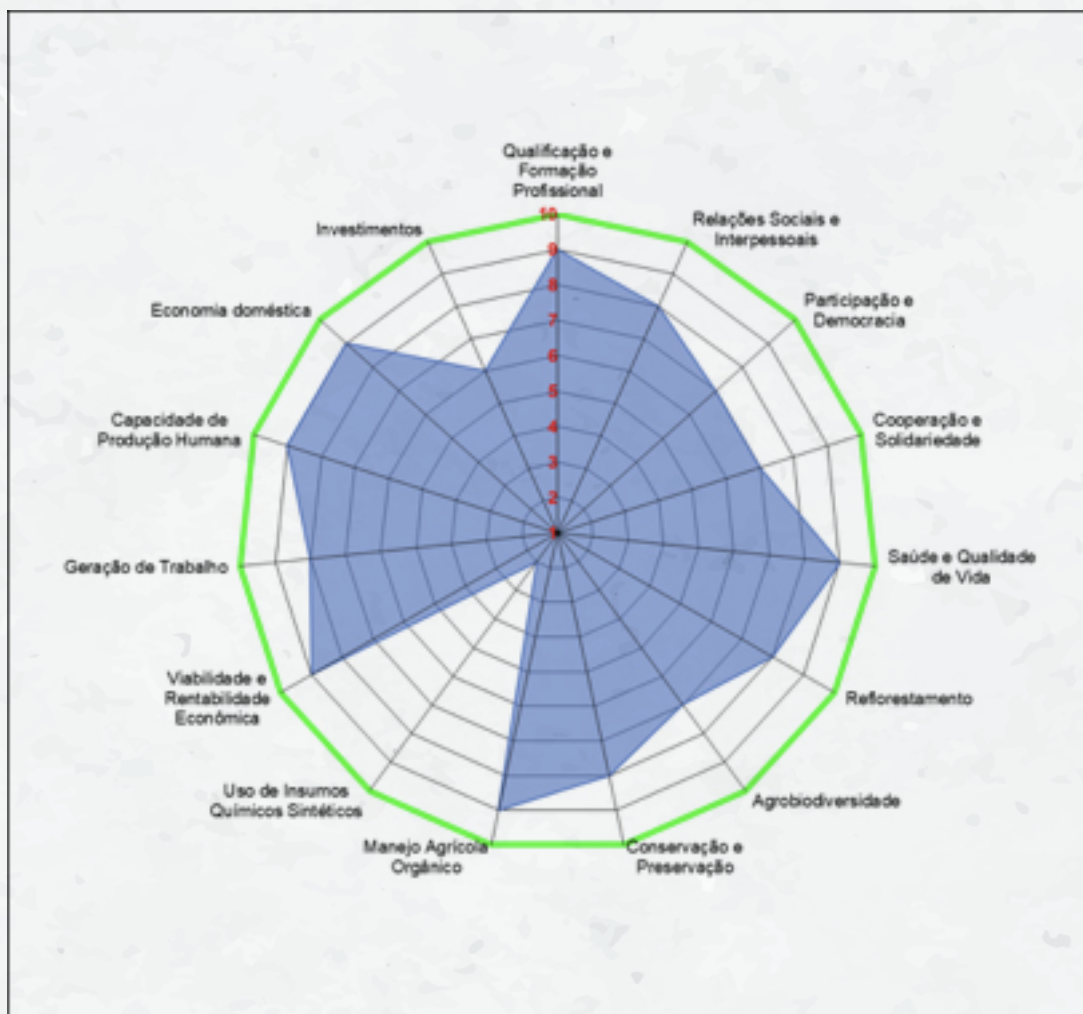
**Figura 02:** Matriz de Indicadores elaborada a partir da entrevista em grupo focal.

MATRIZ DE INDICADORES	
Dimensão	Indicador
Social	Qualificação e Formação Profissional
	Relações Sociais e Interpessoais
	Participação e Democracia
	Cooperação e Solidariedade
	Saúde e Qualidade de Vida
Ambiental	Reflorestamento
	Agrobiodiversidade
	Conservação e Preservação
	Manejo Agrícola Orgânico
	Uso de Insumos Químicos Sintéticos (Adubos e Defensivos)
Econômicos	Viabilidade e Rentabilidade Econômica
	Geração de Trabalho
	Capacidade de Produção Humana
	Economia doméstica
	Investimentos

Fonte: Dados da pesquisa, 2019

Mediante a definição dos indicadores foi possível realizar a construção e análise do mapa do ciclo de projeto, que possibilita uma visão panorâmica sobre todos os fatores apontados pelos agricultores como variáveis importantes e cruciais para o plano de desenvolvimento. Ao todo foram elencadas 15 variáveis sobre as quais foram atribuídos pontos entre 1 e 10 (Figura 03).

Figura 03: Mapa do Ciclo de Projeto



Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Mediante a construção do Mapa do Ciclo de Projeto é possível visualizar e refletir sobre quais indicadores podem ser melhorados dentro do projeto, avaliando-se possibilidades e estruturas de planejamento, sendo uma importante ferramenta para análise do projeto, colaborando assim com o desenvolvimento territorial rural sustentável.

## 5. RESULTADOS

O crescimento da agroindustrialização no município de Barbalha/CE, com grandes áreas de cultivo controlado, tem colocado em xeque a tradição da agricultura local, levando diversos agricultores a deixarem suas terras produtivas em segundo plano, dedicando-se a trabalhar em terras de terceiros, tornando-se dependente do sistema econômico dominante.

Nesse contexto, exemplos de projetos de desenvolvimento territorial têm sido difundidos em diversas comunidades, devolvendo ao agricultor sua capacidade produtiva, ampliando sua autoestima, autoconfiança e autonomia através do fortalecimento dos sistemas produtivos agroalimentares locais.



A partir do Mapa do Ciclo de Projeto pode-se inferir que quanto aos aspectos sociais, os agricultores passaram a se sentirem mais motivados a partir dos primeiros resultados obtidos após a instalação do biodigestor, que após o período de maturação do equipamento, obtiveram biogás e biofertilizante, de forma gratuita e em quantidade e qualidade. Nesse sentido, a união comunitária entorno da construção do biodigestor foi fundamental para o bom desempenho e funcionamento do equipamento.

Em relação aos aspectos ambientais, foi possível perceber que o biodigestor encadeou alternativas e possibilidades de manejo ambiental, reduzindo os impactos socioambientais sobre os recursos naturais, através da reciclagem dos resíduos orgânicos dentro do sistema produtivo agroalimentar.

Atualmente, o biodigestor estudado é alimentado com os resíduos orgânicos gerados pela pocilga, e, também, em menor proporção, com resíduos das baias dos cavalos, do galinheiro e de um curral das vacas, no sentido de complementação, quando necessário. Também são adicionadas algumas sobras de hortaliças e frutas, e partes vegetais não lenhosos. Estes materiais são transformados durante a biodigestão, liberando todos os nutrientes e elementos químicos orgânicos benéficos as plantas, na forma de calda biofertilizante estabilizada, que posteriormente é diluída em água, e de forma controlada aplicada no solo e nas plantas, proporcionando, assim, a reciclagem desses materiais e a melhoria do sistema produtivo agroalimentar.

Durante este processo também são gerados diversos tipos de gases, devido a ação de decomposição da matéria orgânica pelos microorganismos anaeróbicos, predominando o gás metano ( $\text{CH}_4$ ), altamente combustível e incolor, considerado poluente ao meio ambiente, e oriundo principalmente das atividades agrícolas. Este ao ser queimado é transformado em monóxido de carbono e vapor de água, ambos absorvidos pelas plantas durante a fotossíntese.

De acordo com Oliver et al., (2008), o biogás é um gás combustível, com a queima limpa e renovável, sendo usado como combustível e fonte de energia alternativa. Seu poder calorífico varia de 5.000 a 7.000 Kcal/m<sup>3</sup>. No Quadro 01 pode-se comparar a relação de 1L de biogás com outras fontes de energia como o gás tipo GLP.

O consumo do gás tipo GLP (Gás Liquefeito de Petróleo) ou gás de cozinha, comum na maioria dos domicílios brasileiros, representam uma grande despesa doméstica, haja vista que este produto tornou-se prático e indispensável aos consumidores, sendo mais utilizado nas cozinhas, em fogões a gás, durante o preparo dos alimentos cozidos, substituindo outros materiais inflamáveis como a lenha (em fogões a lenha e outros) e até a eletricidade (em fogões elétricos). De acordo com o IBGE (2010) mais de 96% dos domicílios brasileiros possui acesso ao GLP. Quando comparado ao consumo de energia elétrica, o consumo de gases possui um custo bem inferior, e por este motivo é mais usual.

**Quadro 01:** Relação para 1 litro de biogás com outras fontes de energia.

MATERIAL	QUANTIDADE EQUIVALENTE
Gasolina	0,61 litros
Gás de cozinha	0,45 litros
Querosene	0,58 litros
Lenha	1,5 quilos de
Óleo diesel	0,55 litros
Álcool	0,79 litros

Fonte: Oliver et al., 2008.

Conforme o SindiGás (2017), para mensurar o consumo de gás tipo GLP nas regiões brasileiras, considerou-se variáveis como tipo de residência, número de cômodos, localização, número de famílias residentes, número de pessoas na residência, dentre outros, e ainda comparações do consumo de GLP a outros insumos como a eletricidade e o carvão. Um estudo realizado pela instituição, concluiu que nas regiões Norte e Nordeste, a utilização de carvão em fogões também produz, ainda que em menor grau, o mesmo fenômeno sobre o consumo de GLP. Nestas regiões, os usuários de GLP podem adotar o uso complementar de lenha e carvão como forma de balancear o orçamento familiar em períodos de arrocho financeiro.

Nesse sentido, uma produção própria de gás seria considerada ideal em ambientes residenciais, especialmente as localizadas no meio rural, haja vista que de posse da estrutura de um biodigestor anaeróbico e dos insumos desejáveis para a geração do gás, como o esterco animal, pode-se integrar este processo produtivo ao sistema agroalimentar local.

De acordo com Oliveira Filho (2016), em estudo desenvolvido na Universidade Federal do Ceará (UFC), o aumento da proporção de dejetos suínos até o limite de 30% da mistura de alimentação, pode proporcionar a máxima produção diária de biogás, chegando a 175 L/dia e a maior proporção de metano, entorno de 60%. Isso pode representar, em termos de equivalência, a aproximadamente 3 ou 4 botijões P13 de GLP. Um fato que foi observado na comunidade estudada, é que como não há um sistema de armazenamento total de gases uma parte do biogás não utilizado é “liberado” para a atmosfera.

A produção do biogás e biofertilizante trouxe influências significativas sobre os aspectos econômicos da propriedade agrofamiliar, especialmente relacionadas a redução dos gastos domésticos, por não ser mais necessário adquirir insumos químicos sintéticos, como adubos, defensivos agrícolas, serviços e maquinários, bem como de gás de cozinha. Ambos apresentam custo elevado no mercado local, representando uma economia de aproximadamente 300 reais mensais, declaram os agricultores.

O custo dos sistemas de produção ainda é um dos maiores desafios dos agricultores, haja vista o vasto mercado dedicado a produção de insumos e maquinários agrícolas que, apesar da dificuldade de acesso da maioria dos agricultores, ganham cada vez mais espaço no Brasil, conquistando um público em busca de convencionalidades, impactando os custos e a qualidade do produto e o consumidor final.

Na comunidade estudada verificou-se que houve mudanças comportamentais que levaram a um desprendimento das convencionalidades a partir da vinda do biodigestor e do uso de insumos internos, ou seja produzidos dentro do sistema agroalimentar. Assim, o biodigestor, enquanto tecnologia social veio como um grande estímulo para a reaprendizagem criativa do modo de produção local.



Com a maturação do biodigestor houve a geração de novos insumos, principalmente na forma de adubos orgânicos e biogás, que passaram a representar um importante ativo econômico para os agricultores, que tiveram redução significativa dos custos do sistema produtivo agroalimentar e ainda no consumo de gás de cozinha.

Para Santos et al (2014) o fato de se utilizar insumos internos favorece a diminuição do preço da mercadoria, já a produção limitada dos produtos proporciona a elevação dos valores deles. Em geral a maioria dos agricultores desconhecem seus custos reais de produção e a formulação de preço para comercialização. Além disso, não realizar a devida agregação de valores. Uma minoria consegue planejar a precificação via mensuração de custos, e há ainda uma pequena porção desses atores que não contabilizam sequer a energia gasta no sistema produtivo.

Silveira (2001) afirma que as mudanças econômicas refletiram um novo cenário para o homem do campo. Considerando a produção agrícola, observa-se que passou a existir uma preocupação maior com a não utilização de insumos químicos, valorizando uma produção mais saudável. Quanto aos consumidores, pode-se verificar que passou a existir uma demanda por produtos de qualidade, os chamados “orgânicos” ou “agroecológicos”. Entretanto, não pode ser desprezado desse contexto a questão tecnológica e do acesso à terra, que se apresenta como um fator de alto custo, que por sua vez distancia o agricultor do mercado, inviabilizando, assim a comercialização dos seus produtos.

Na comunidade estudada, verificou-se que os diversos atores passaram a adotar metodologias de trabalho cada vez mais imersas em um sistema de produção agroecológico, e que o biodigestor estimulou e fortaleceu estas transformações. Porém observa-se que os eles ainda externam dificuldades sobre as dinâmicas econômicas, haja vista que os recursos poupados ainda não foram convertidos em investimentos reais sobre os sistemas produtivos, demandando ainda de empenho e habilidade da individual e coletivo em gerir estes recursos.

Entretanto, observa-se que os agricultores conquistaram um importante equipamento, que ao longo do tempo poderá ser aprimorado, servindo de inspiração para a instalação de novas unidades do biodigestor, estendendo esta tecnologia social a outras comunidades, fortalecendo a autoconfiança dos participantes em cada processo, bem como a autonomia dos sistemas produtivos agroalimentares, proporcionando uma base para o desenvolvimento territorial rural sustentável.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considera-se que a gestão participativa e democrática dos agricultores envolvidos pelo projeto foi de fundamental importância para o alcance destes resultados, haja vista a cooperação dos diversos agricultores com a instalação e manejo do biodigestor, e o compartilhamento dos espaços e produtos obtidos. Assim, os agricultores tornaram-se mais independentes de práticas convencionais relacionadas aos seus sistemas produtivos, já que, atualmente, estão passando por um período de transição agroecológica. Neste sentido, a vinda do biodigestor proporcionou mudanças significativa neste território, principalmente na ressignificação do trabalho do agricultor que com otimismo tem resgatado antigos saberes e práticas agrícolas em seu cotidiano. Pode-se concluir que o biodigestor foi o principal start para as transformações socioterritoriais ocorridas, inspirando a reprodução dessa tecnologia social entre os diversos empreendimentos rurais e em comunidades vizinhas, ampliando as perspectivas do desenvolvimento territorial rural sustentável.

## 7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **Projeções de variáveis climáticas de interesse agrícola para o Brasil ao longo do século 21**. Brasília/DF: EMBRAPA Meio Ambiente, 2017. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/172822/1/2017CL12.pdf>. Acesso em 18 de jan. de 2020.

FAO - Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura e Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS). **Panorama da Segurança Alimentar e Nutricional: Sistemas Alimentares Sustentáveis para Acaabar com a Fome e a Má Nutrição**. Santiago: FAO / OPAS, 2017. Disponível em: <http://www.fao.org/3/a-i6977o.pdf>. Acesso em 18 de fev. de 2019.

FAVARETO, A. **A abordagem territorial do desenvolvimento rural – mudança institucional ou “inovação por adoção”?**. Revista Estudos Avançados, v. 24, n. 68, 2010, p. 299-319. ISSN 0103-4014. DOI:<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142010000100021>. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142010000100021](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142010000100021). Acesso em: 14 de dezembro de 2019.

HAMADA, E.; GHINI, R.; OLIVEIRA, B. S. EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **Mudanças climáticas influenciam produção agrícola**. Brasília/DF: Embrapa, 2008. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/18022133/mudancas-climaticas-influenciam-producao-agricola>. Acesso em: 18 de jan. de 2020.

LIMA, V. **Tecnologia social e agricultura familiar: uma questão de igualdade**. REDE DE TECNOLOGIA SOCIAL - RTS (Brasil) (Org.). Tecnologia Social e Desenvolvimento Sustentável: Contribuições da RTS para a formulação de uma Política de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação – Brasília/DF: Secretaria Executiva da Rede de Tecnologia Social (RTS), 2010. 98 p.

MONTEIRO, J. E. B. de A.; OLIVEIRA, A. F. de; NAKAI, A. M. **TIC em agrometeorologia e mudanças climáticas**. Tecnologias da Informação e Comunicação e suas relações com a agricultura. Parte III, cap.7. Brasília/DF: Embrapa Informática Agropecuária, 2014. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/126965/1/capitulo07-077-14.pdf>. Acesso em: 19 de jan. de 2020.

NAKAI, A.M; OLIVEIRA, A. F. de; ASSAD, E. D.; MONTEIRO, J. E. B. A.; PELLEGRINO, G. Q. **Análise de vulnerabilidades econômicas das principais culturas brasileiras (produto 6)**. Relatório Final Adaptação à Mudança do Clima: Cenários e Alternativas – Agricultura, LMA/CNPNTIA; Embrapa, 2015.

OLIVER, A. de P. M. et al. **Manual de treinamento em biodigestão**. Salvador: Winrock, 2008. 23 p.

OLIVEIRA FILHO, J. de S. **Biogas production and nutrient recovery from biodegradation of swine manure**. Tese. Universidade Federal do Ceará – UFC. Fortaleza/CE: 2016.

ONU - Organização das Nações Unidas no Brasil. **Conheça os novos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU**. Publicado em 25 de setembro de 2015. Atualizado em 12 de abril de 2017. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/conheca-os-novos-17-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-da-onu/>. Acesso em: 12 de out. de 2019.



OTTERLOO, A. M. da C. **A tecnologia a serviço da inclusão social e como política pública.** REDE DE TECNOLOGIA SOCIAL - RTS (Brasil) (Org.). Tecnologia Social e Desenvolvimento Sustentável: Contribuições da RTS para a formulação de uma Política de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação – Brasília/DF: Secretaria Executiva da Rede de Tecnologia Social (RTS), 2010. 98 p.

SANTOS, C. F. dos; SIQUEIRA, E. S.; ARAÚJO, I. T. de; MAIA, Z. M. G. **A agroecologia como perspectiva de sustentabilidade na agricultura familiar.** Ambiente & Sociedade, v.17 n.2, Abr./Jun. São Paulo: 2014. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-753X2014000200004](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-753X2014000200004). Acesso em: 12 de jan. de 2020.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico.** 23<sup>a</sup> ed. rev. e atual. São Paulo-SP: Corrae. 2007. 305 p. ISBN 978-85-249-131 1-2.

SILVEIRA, M. A. da. **O desenvolvimento sustentável em questão.** In: Agricultura familiar e o desafio da sustentabilidade. Rio de Janeiro: Oficina Social, Centro de Tecnologia, Trabalho e Cidadania, 2001.

SCHNEIDER, S. SEMINÁRIO **Agricultura e Desenvolvimento – Segurança Alimentar:** Palestra Magna Sérgio Schneider. [S. l.: s. n.], 2017. vídeo (49 min 51seg). Publicado pelo canal Sindicato dos Engenheiros SENGE-RS. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=k4LnHqesgiQ>. Acesso em: 18 de dez. de 2018.





ACULTURAÇÃO DIGITAL COMO PROCESSO  
DE INCLUSÃO DE COMUNIDADES ISOLADAS  
TECNOLOGICAMENTE



## RESUMO

A era da transformação digital, capitaneada por novas tecnologias como a Internet das Coisas, Sistemas Ciber-físicos e Computação em Nuvem tende a revolucionar, radicalmente, a forma tradicional de interação entre o cidadão e os mais variados segmentos da sociedade, quer âmbito dos serviços públicos, quer nos privados. Muito provavelmente, essa disrupção com os modelos tradicionais irá impactar, mesmo que indiretamente, nas comunidades mais isoladas tecnologicamente como é o caso dos ribeirinhos da Amazônia e das comunidades indígenas e quilombolas, dentre outras. A pandemia que assolou o mundo em 2020, provocada pelo Corona Vírus, fez com que os métodos tradicionais de repasse de conhecimento fossem repensados e redesenhados, incorporando maciçamente as tecnologias digitais. Os que não estavam preparados para essa transição abrupta tiveram suas atividades cotidianas, em especial as relacionadas ao processo de ensino aprendizagem, completamente paralisadas. As comunidades afastadas acabam sendo as que mais sofrem por não disporem de alternativas, tampouco perspectivas em função do isolamento tecnológico onde vivem. Este artigo explora, através de uma abordagem propositiva e de um estudo de caso embrionário, realizado na comunidade ribeirinha do Genipaúba no Pará, os mecanismos que podem vir a ser adotados para que o fosso tecnológico, conhecido como exclusão tecnológica ou digital divide, seja minimizado. Projetos de baixíssimo custo podem ser adotados para manter essas comunidades familiarizadas com o modelo de serviços digitais vigente (e-mails, acesso a página de hipertexto, redes sociais etc.), permitindo que as práticas associadas às novas tecnologias sejam exercitadas em ambientes isolados e sem conectividade com a Internet. Esse formato de similaridade com o modelo maior, no caso a Internet, guarda correlação ao que é conhecido em marketing como share of mind, e permite que o registro mnemônico do cidadão seja portado, a qualquer tempo, para o mundo conectado, de forma natural, sempre que se fizer necessário. Como forma de atrair o interesse para o serviço, o conteúdo é construído a partir dos princípios da Ciência Cidadã, com participação efetiva da comunidade e da academia, compartilhando saberes e aprendizados em um repositório que ficará disponível para as próximas gerações.

**Palavras-chave:** aculturação digital, inclusão, tecnologia



# 1. INTRODUÇÃO

Segundo Panoff e Perrin (1973), a aculturação associa-se à prática de difusão, ou seja, a aquisição e a adoção, por uma sociedade, de um fato cultural característico de outra. Isso não implica, necessariamente, na perda de identidade do grupo afetado, uma vez que somente deverá ser feito com o consentimento da mesma, mas em mantê-lo apto a entender, interpretar e acompanhar o processo de evolução tecnológica do mundo em seu entorno. Para aclarar, toma-se o contexto de um adolescente criado em um cenário de isolamento digital: a região ribeirinha da Amazônia, por exemplo. Este indivíduo terá grandes dificuldades em se adaptar às características do mundo hodierno, em especial no que tange ao uso dos recursos e serviços da Internet, uma vez que, durante todo o seu processo de formação, ele nunca teve contato com esse formato de interação. Provavelmente esse cidadão ficará à margem das práticas de aprendizados importantes que poderiam vir a contribuir significativamente com a própria comunidade onde vive.

Situação semelhante vivem muitos administradores dos dias de hoje. Com a consolidação da inteligência artificial e das mais variadas tecnologias associadas à mineração e análise de dados, eles precisam se apropriar de conceitos antes somente delegados aos profissionais da área de Tecnologia da Informação (TI). Nesse caso específico, a mudança de paradigma vem sendo chamada de data literacy, que é a capacidade de ler, escrever e comunicar dados em contexto, incluindo um entendimento de fontes e construções de dados, métodos e técnicas analíticas aplicadas e a capacidade de descrever o aplicativo de casos de uso e o valor resultante (Data literacy, 2019). Significa dizer que a data literacy fornece o entendimento de quais desses dados precisam ser rastreados, como devem ser lidos e como usá-los para otimizar o negócio. De forma similar, o conhecimento da tecnologia pode ser um requisito importante ao ribeirinho que produz açaí e um dia terá de comercializá-lo através de aplicativo para não ficar à mercê dos atravessadores, o que ficou bastante evidenciado durante a pandemia.

É importante, porém, não confundir essa prática com o simples aparelhamento tecnológico, que normalmente envolve o provimento de dispositivos computacionais e é recorrente em comunidades isoladas. Essas situações, quase sempre, dão-se por conveniência e de forma inconsequente, ou seja, a partir de alguma ação pontual, muitas vezes com conotação política, e quase sempre sem planejamento de uso. Projetos assim costumam desperdiçar recursos públicos além de frustrar os beneficiários contemplados pelos programas. Distribuição de computadores para escolas ribeirinhas, sem uma estratégia de uso, é um bom exemplo disso.

A motivação que leva muitos a agirem dessa forma é consubstanciada na tentativa resolver um problema conhecido como exclusão tecnológica ou digital divide. Essa exclusão tecnológica pode ser definida como uma distribuição desigual no acesso, uso ou impacto das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) entre qualquer número de grupos distintos (NTIA, 1995). Esses grupos podem ser definidos com base em critérios sociais, geográficos ou geopolíticos. Santos (2006) enfatiza que, no Brasil, as causas da desigualdade digital são as mesmas que fazem do país um dos líderes no ranking mundial em termos de desigualdade social, concentração de renda e persistência do latifúndio, surgindo os excluídos digitais.

Para que a inclusão digital se torne uma forma de exercício da cidadania, o cidadão deve se apropriar desses conhecimentos e ter acesso aos recursos que o viabilizam, de forma que possa interagir nas suas variadas formas. Um exemplo clássico, que ilustra esse problema, compreende a situação onde se coloca um terminal de autoatendimento ATM (Automated Teller Machine) para servir a uma comunidade que nunca teve treinamento para usá-lo. As ações, para terem um efeito mais duradouro, precisam estar adaptadas ao contexto do local onde são realizadas.

Desde 2020 o mundo tem se deparado com um desafio de grandes proporções: conciliar o isolamento social, necessário em função da pandemia causada pelo Corona Vírus, à manutenção do processo de ensino aprendizagem. Isso só é possível quando há ações de políticas públicas que incentivem o uso tecnologias emergentes. Além das políticas públicas, a parceria com a academia é fundamental para que as soluções permitam o desenvolvimento de projetos guarda-chuva, que possam ser aplicados e replicados nas comunidades isoladas diante de situações de calamidade pública como a que se vive atualmente.

## 1.1. EMPODERAMENTO DIGITAL DE COMUNIDADES ISOLADAS

Ao contrário do que se pode imaginar, em um primeiro momento, é plenamente factível prover a aculturação digital, ou seja, a ambientação aos serviços e processos associados à tecnologia digital, em áreas remotas, a baixíssimo custo. Isso pode ser feito a partir de um processo mnemônico que envolve o aprendizado pela similaridade, ou seja, não é necessário que se use as redes sociais da Internet para se criar familiaridade com elas. Em havendo um serviço similar disponível apenas na comunidade, mesmo que de forma restrita, o conhecimento pode ser absorvido e propagado. Isso permite àqueles que utilizam esses serviços migrarem, a qualquer tempo, para um modelo mais robusto e escalar.

No caso específico da Internet, isso pode ser feito através de um padrão já bastante consolidado e difundido entre as empresas. A chamada Intranet, que de acordo com Davenport e Prusak (1998), é uma importante ferramenta para propagação do conhecimento dentro de uma organização e propicia interligação de informações entre departamentos, distribuindo e armazenando informações que serão utilizadas posteriormente em um intercâmbio que gerará conhecimento. Essa rede poderia prover, localmente, todos os serviços disponibilizados na Internet, do tradicional e-mail, passando por páginas de hipertexto (tradicional www) até as redes sociais. A única restrição é que seu funcionamento ficaria limitado aos usuários dessa comunidade. Um estudo de caso que incorpora essa proposição em comunidades ribeirinhas é descrito na seção 1.2 deste artigo.

Para Colaço (2013) a inclusão digital oportuniza a divulgação dos traços culturais que pode ser um eficiente instrumento de luta e reivindicação de direito de determinada comunidade em nível nacional e internacional. A autora do artigo “Inclusão digital dos povos da floresta” cita o exemplo do Conselho Internacional de Tratados Indígenas que foi uma das primeiras organizações indígenas norte-americanas que conseguiu espaço político na ONU, através da Internet, via a implantação de um Fórum Permanente.

Dentro desse contexto, em sua dissertação intitulada “The Relationships between Internet Usage and Acculturation of the Horn of Africa Immigrants in the United States” (WOLDEAB, 2013), Daniel Woldeab investigou o uso da Internet e sua relação com a aculturação dos imigrantes do “Corno de África” que residem na área urbana de Minnesota. Os resultados da pesquisa indicaram que a fluência no idioma inglês, aliada à interação através da comunicação, via Internet, estão associadas e influenciam significativamente a aculturação. Além disso, os resultados do estudo sinalizam a importância da Internet como ferramenta de comunicação interpessoal, e em massa, e para alcançar essa competência de domínio do idioma.

## 1.2. A CIÊNCIA CIDADÃ DISSEMINADA ATRAVÉS DO MODELO DE SERVIÇO DA INTRANET

A Ciência Cidadã é uma abordagem que envolve uma variedade de atores e práticas, onde o conhecimento dominante não é exclusivo da academia, mas compartilhado através de saberes e vivências dos diversos atores. Ela abrange contribuições dos cidadãos e dos pesquisadores profissionais em várias constelações



possíveis (VOHLAND, WEIßPFLUG e PETTIBONE, 2019). Segundo Ullrich (2016), que traz como exemplo os cidadãos americanos que participam, anualmente, da contagem de aves patrocinada pela sociedade nacional de Audubon, Ciência Cidadã se constitui na prática da participação e colaboração públicas na investigação científica para aumentar o conhecimento científico.

Para contextualizar a proposição apresentada neste artigo, toma-se um case inserido no projeto de responsabilidade social da Universidade da Amazônia (UNAMA) junto à comunidade do entorno da Escola Municipal de Ensino Fundamental Espírito Santo (Figura 1), localizada na região ribeirinha da Foz do Igarapé Genipaúba, Baixo Acará, no estado do Pará. Essa escola atende cento e vinte e sete alunos entre três e quinze anos de idade. O acesso dos estudantes se dá por meio de pequenas embarcações, quer providas pelo poder público, quer pelos próprios ribeirinhos. Em sua maioria, essas embarcações são pequenas canoas motorizadas conhecidas como rabetas.

**Figura 1** - E.M.E.F. Espírito Santo



A iniciativa desenvolvida no âmbito do grupo de pesquisa ESCARLATE (Ecosystems connected to smart and sustainable cities - A Race before it's too Late) envolve a aculturação digital das comunidades ribeirinhas através de conteúdo associado à Ciência Cidadã. A proposta é incentivar a participação da comunidade na produção de conteúdo local, vídeos em um primeiro momento, disponibilizados na Intranet da comunidade ou na própria Internet (quando disponível) e que tenham correlação com conhecimentos intrínsecos dos moradores locais. Uma forma de documentar e manter vivo o aprendizado transferido de geração a geração e que poderá ser acessado e discutido através dessa infraestrutura. O acesso à Intranet/Internet se dá através dos próprios telefones celulares dos alunos e moradores da região. Em um primeiro momento, os vídeos serão produzidos pelos pesquisadores do projeto com temática de interesse da população afetada. Todavia, espera-se, a médio prazo, que os próprios moradores desenvolvam essa prática de produção e postagem de conteúdo.

A adesão à proposta mostra-se promissora, uma vez que os primeiros vídeos disponibilizados para apresentar essa tecnologia aos moradores e alunos da comunidade envolvem a temática do branqueamento do açaí, fruto que rege toda a cadeia produtiva da região. O açaí é um fruto produzido por uma palmeira e se constitui na principal fonte de renda da comunidade que vive no entorno da escola. O fruto libera um feromônio que atrai o inseto *Triatoma Infestans* (conhecido popularmente como barbeiro). Este, por sua vez, pode estar in-

fectado com o protozoário parasita chamado Trypanosoma Cruzi, cujas fezes podem vir a contaminar o açaí trazendo muitos problemas à saúde daqueles que consomem os derivados desse fruto. A técnica de branqueamento, ainda desconhecida por muitos ribeirinhos, evita a contaminação do ser humano e, conseqüentemente, gera maior valor agregado durante a venda do produto. Além dos vídeos que mostram o processo de branqueamento do açaí, em uma linguagem bastante acessível, também estão sendo produzidos outros sobre as pragas que contaminam essas palmeiras e como combatê-las. No vídeo produzido nos laboratórios da Universidade da Amazônia, e ilustrado na Figura 2, o professor Cláudio Gibson, ensina, de forma prática e bastante didática, como realizar o processo do branqueamento do açaí, utilizando-se de recursos caseiros, disponíveis nas residências dos ribeirinhos.

**Figura 2** – Imagem do Vídeo Branqueamento Caseiro do Açaí



Fonte (Autores): [https://www.youtube.com/watch?v=5H8r0\\_nsZV0](https://www.youtube.com/watch?v=5H8r0_nsZV0)

Uma outra série de vídeos intitulada “Saberes Ribeirinhos” retrata os conhecimentos locais dos ribeirinhos que, em uma pesquisa de campo realizada nos meses novembro e dezembro de 2019, manifestaram o desejo de deixar esse registro de suas expertises como legado às gerações futuras. Em seu primeiro volume ilustrado na Figura 3, a série protagoniza dona Benedita Freitas Santos, moradora da região ribeirinha, mulher guerreira que luta sozinha para manter o sustento de sua família a partir do cultivo do açaí. Por não ter tido acesso à escola, suas poesias são criadas e arquivadas em sua mente. Em sua maioria, elas retratam a trajetória de luta dessa mulher forte de forma bem humorada



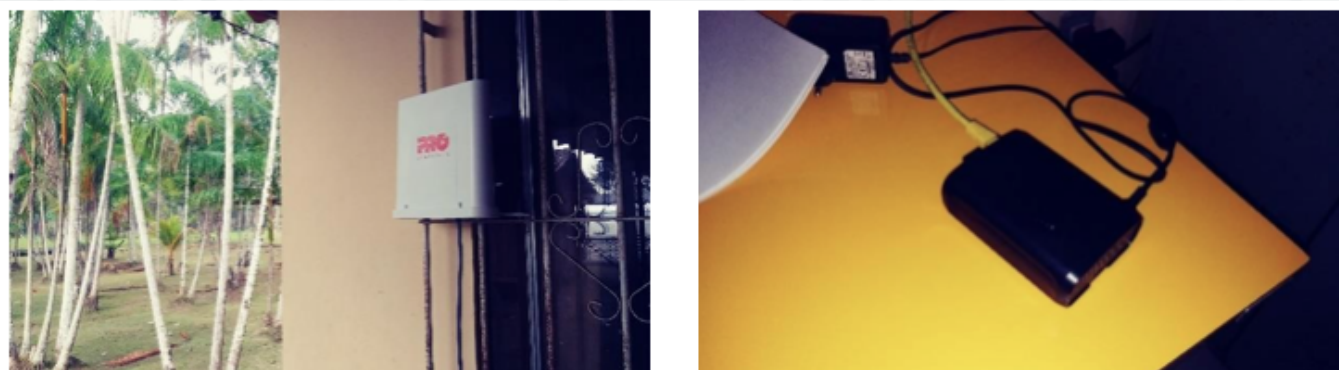
**Figura 3** – Imagem do Documentário Saberes Ribeirinhos

Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=tLop8RSs3u8&t=63s>

Para viabilizar tecnicamente a proposta da Intranet apresenta-se, na tabela 1, os custos associados aos equipamentos. Todos os recursos utilizados, que compreendem serviços e softwares, são open source, ou seja, gratuitos e com código aberto. Isso permite que personalizações possam ser feitas de acordo com as particularidades das comunidades. Além da antena que distribui o sinal na comunidade, o único computador utilizado no projeto é um Raspberry Pi 3 (Raspberypi, 2019) que tem dimensões similares a uma caixa de fósforo e pode ser alimentado com o mesmo cabo utilizado para se carregar a maioria dos celulares disponíveis no mercado. Trata-se de um equipamento de baixo custo desenvolvido por uma fundação do Reino Unido que atende pelo mesmo nome do dispositivo. Cabe ressaltar que todos os equipamentos utilizados no projeto estão disponíveis para aquisição no Brasil (Figura 4). O acesso dos moradores ao serviço dá-se pelo smartphone, equipamento que a maioria usa para facilitar a negociação do produto nos grandes centros urbanos.



**Figura 4** – Equipamentos usados no projeto



Os custos para se montar o provedor de Intranet do projeto perfazem um total de R\$ 606,00 (seiscentos e seis reais) em valores de novembro de 2019. Uma vez que no locus da pesquisa existe energia elétrica não se faz necessário o uso de painéis solares para alimentar o Raspberry Pi. Entretanto essa é uma possibilidade plenamente factível para outros cenários que não possuem esse recurso. Nesse caso, pode-se usar um kit painel solar fotovoltaico que, além de alimentar o dispositivo possui entradas para carregar os celulares dos moradores da comunidade.

**Tabela 1** – Orçamento

Descrição	Quantidade	Custo Unitário	Custo Total
Provedor integrado de Internet PoE	1	R\$ 160,00	R\$ 160,00
Kit Raspberry Pi3 B, Fonte, Case, Dissipadores E Hdmi	1	R\$ 328,00	R\$ 328,00
Cartão Raspberry Pi3 64gb	1	R\$ 75,00	R\$ 75,00
Cabo De Rede Tp 5 P/ Internet Crimpado C/ 10mts Rj 45	1	R\$ 23,00	R\$ 23,00
Mini Caixa Hermética	1	R\$ 20,00	R\$ 20,00
<b>Total</b>			<b>R\$ 606,00</b>

### 3. METODOLOGIA

Trata-se de um estudo de caso experimental aplicado em uma comunidade ribeirinha localizada da região amazônica. Propõe-se acompanhar a familiarização dos estudantes da escola locus da pesquisa, assim como dos moradores do entorno, com a tecnologia usada na Internet, por técnica de similaridade. Após um período de adaptação, dois grupos serão convidados a visitar a Universidade que patrocina o projeto onde serão apresentados à tecnologia da Internet. Um grupo, que não teve acesso ao processo de aculturação digital, servirá como controle e outro o contraponto será o que usou ativamente os recursos da Intranet implantada na região. Serão avaliados então itens associados à facilidade de uso, tempo de absorção da nova tecnologia, tecnofobia etc.



Utilizar-se-á uma análise qualitativa com o levantamento de dados feito através de survey e entrevistas com os dois grupos focais.

A implantação do projeto estava prevista para o início de 2020. Entretanto, em função das restrições de deslocamento impostas pela pandemia do Corona Vírus, aliada ao processo de bloqueio conhecido como lockdown, não foi possível a realização desta etapa, em sua plenitude, dentro do cronograma previsto, sendo os vídeos disponibilizados apenas no canal do projeto escarlate.

## 4. ANÁLISE, CONSIDERAÇÕES FINAIS E CONCLUSÕES

O trabalho é uma pesquisa em andamento, mas a proposição de análise dos resultados está sendo desenvolvida com base em metodologia qualitativa, apoiada por softwares que facilitam o agrupamento de dados não estruturados, como é o caso do software Atlas TI (ATLASTI, 2019) e do Iramuteq (IRAMUTEQ, 2019). Ainda não há resultados conclusivos em função de uma série de restrições à realização de trabalho de campo provenientes da pandemia que assolou o mundo desde 2020. Entretanto, durante a apresentação do projeto à comunidade do Genipaúba, em novembro de 2019, setenta e três famílias encontravam-se presentes e a demonstração de interesse foi unânime.

Cabe ressaltar que, para Grossi (2008), um dos princípios da sociedade da informação no Brasil é que todos devem ter o direito de acesso e compartilhamento de informações e conhecimento. Transmitir o conhecimento para todos é uma responsabilidade social e um compromisso para a melhoria da qualidade de vida da sociedade. Além disso, fomentar oportunidades que estimulem o desenvolvimento regional, sem causar ruptura na cultura das comunidades é, sem dúvida, um grande desafio para a academia. Iniciativas de Ciência Cidadã podem ser a resposta para viabilizar essa integração de forma harmônica.

O projeto embrionário de aculturação digital aqui proposto, traz consigo a responsabilidade de propiciar oportunidades sem comprometer os saberes locais e as tradições. A partir da consolidação do projeto, torna-se fácil replicar a infraestrutura utilizada para incluir outras comunidades mais remotas e com restrições de comunicação mais intensas.

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Atlasti. Disponível em: <<https://atlasti.com/>>. Acesso em: 30 nov. 2019.

COLAÇO, T. **Inclusão Digital dos Povos da Floresta**. E-gov: Portal de e-governo, inclusão digital e sociedade do conhecimento. 2013. Disponível em:

<<https://egov.ufsc.br/portal/conteudo/inclus%C3%A3o-digital-dos-povos-da-floresta>>. Acesso em: 13 jan. 2020.

Data Literacy. In: Gartner Glossary. 2019. Disponível em: <<https://www.gartner.com/en/information-technology/glossary/data-literacy>>. Acesso em: 05 jan. 2020.

DAVENPORT, T. H.; PRUSAK, L. **Conhecimento Empresarial: como as organizações gerenciam o seu capital intelectual**. 4. ed. Tradução de Lenke Peres. Rio de Janeiro: Campus, 1998. 237 p.

GROSSI, M. G. R. **Estudo das características de software e implementação de um software livre para o sistema de gerenciamento de bibliotecas universitárias federais brasileiras**. 2008. 253f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

Iramuteq. Disponível em: <<http://www.iramuteq.org/>>. Acesso em: 30 nov. 2019.

National Telecommunications and Information Administration (NTIA). **United States Department of Commerce**. Falling through the net: a survey of the “have nots” in rural and urban America, 1995. Disponível em: <<http://www.ntia.doc.gov/ntiahome/fallingthru.html>>. Acesso em: 20 dez. 2019.

PANOFF, M.; PERRIN, M. **Dicionário de Etnologia**. Lisboa: Edições 70, 1973. Raspberrypi. Disponível em: <<https://www.raspberrypi.org/>>. Acesso em: 28 dez. 2019.

SANTOS, E. S. **Desigualdade social e inclusão digital no Brasil**. 2006. 228f. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

ULLRICH, C. **Citizen science**. National Geographic: encyclopedia entry. 2012. Disponível em: <<http://nationalgeographic.org/encyclopedia/citizen-science/>>. Acesso em 28 nov. 2019.

VOHLAND, K.; WEIßPFLUG, M.; PETTIBONE, L. **Citizen Science and the Neoliberal Transformation of Science: an Ambivalent Relationship**. Citizen Science: Theory and Practice, 4(1): 25, pp. 1-9, 2019. DOI: <http://doi.org/10.5334/cstp.186>. Disponível em:

<<https://theoryandpractice.citizenscienceassociation.org/articles/10.5334/cstp.186/>>. Acesso em: 14 dez. 2019.

WOLDEAB, Daniel. **The Relationships between Internet Usage and Acculturation of the Horn of Africa Immigrants in the United States**. Orientador: Rosemarie J. Park. 2013. 253 f. Dissertação (DOCTOR OF PHILOSOPHY)



PHY) - UNIVERSITY OF MINNESOTA, Minnesota, 2013.





HORTAS ESCOLARES AGROECOLÓGICAS DO  
PROJETO DE EXTENSÃO DO ECO VIAMÃO: UMA  
PROPOSTA DE REAPLICAÇÃO DE TECNOLOGIA  
SOCIAL

*AGROECOLOGICAL SCHOOL GARDENS OF THE  
ECO VIAMÃO EXTENSION PROJECT: A PROPOSAL  
OF REPLICATION OF SOCIAL TECHNOLOGY*

Patricia Pereira Palhano

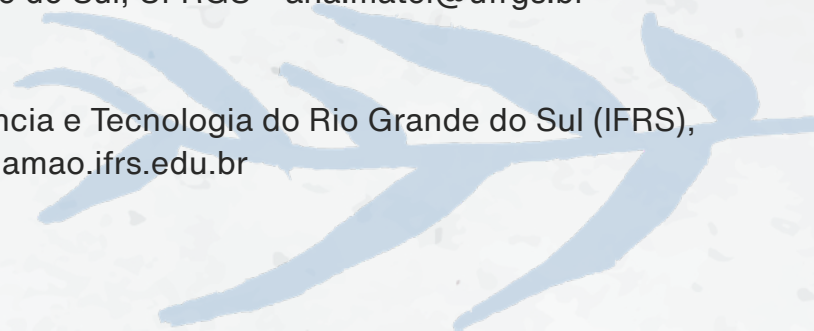
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS),  
Campus Porto Alegre – [patriciappalhano@gmail.com](mailto:patriciappalhano@gmail.com)

Ana Paula Matei

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS – [ana.matei@ufrgs.br](mailto:ana.matei@ufrgs.br)

Marilia Bonzanini Bossle

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS),  
Campus Viamão – [marilia.bosle@viamao.ifrs.edu.br](mailto:marilia.bosle@viamao.ifrs.edu.br)



## RESUMO

Práticas voltadas para o protagonismo social, a educação ambiental e a sustentabilidade têm exercido um papel importante no que se refere ao desenvolvimento do Brasil. Assim, ações voltadas para a implementação de Tecnologia Social (TS) e as suas formas de reaplicação apresentam-se como alternativas eficientes na resolução de problemas sociais no país. Desta forma, é possível realizar uma análise da prática difundida nas escolas públicas de Viamão/RS, tendo como premissa fomentar a alimentação saudável do público juvenil. Neste contexto, em 2016, foi implementado pelo Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS) através do Campus de Viamão, o Projeto de Extensão das Hortas Escolares Agroecológicas, que proporciona atividades pedagógicas e reflexivas através do cultivo de produtos orgânicos nas 40 escolas onde atua. O objetivo deste estudo é discorrer acerca da inserção do projeto das Hortas Escolares Agroecológicas, desenvolvido nas escolas públicas municipais e estaduais, do município de Viamão/RS. Os resultados coletados por meio de pesquisa bibliográfica e de pesquisa de campo indicam que a referida prática tem potencial de disseminação através da reaplicação em outras escolas do estado do Rio Grande do Sul através de parcerias com o IFRS, que atualmente conta com 17 campi, localizados em dezesseis municípios do estado. A difusão desta Tecnologia Social estaria associada à Política de Agroecologia, Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável e Educação Ambiental do IFRS, podendo ser reaplicada em outras escolas públicas do município de Viamão/RS, do estado do Rio Grande do Sul e de outros municípios do Brasil.

**Palavras-chave:** Hortas Escolares Agroecológicas; Tecnologia Social; Reaplicação de Tecnologia Social; Educação Ambiental; Sustentabilidade.

## ABSTRACT

Practices aimed at social protagonism environmental education and sustainability have exercised an important role with regard to the development of Brazil. Thus, actions aimed at the implementation of Social Technology (ST) and its forms of reapplication are presented as efficient alternatives in solving social problems in the country. In this way, it is possible to carry out an analysis of the practice disseminated in public schools in Viamão / RS, with the premise of promoting healthy eating among young people. In this context, in 2016, The Federal Institute of Rio Grande do Sul (IFRS) implemented in the Campus of Viamão, the Agroecological School Garden Extension Project, which provides educational and reflective activities through the cultivation of organic products in the 40 schools where act. The objective of this study is to discuss the insertion of the Project of the School Gardens Agroecological, developed in municipal and state public schools, in the municipality of Viamão / RS. The results collected through bibliographic research and field research indicate that the referred practice has potential for dissemination through reapplication in other schools in the State of Rio Grande do Sul with partnerships with IFRS, which currently has 17 campuses, located in sixteen municipalities in the state. The diffusion of this Social Technology would be associated with the Policy of Agroecology, Sustainable Food and Nutritional Security and Environmental Education of IFRS, and can be reapplied in other public schools in the City of Viamão / RS, in the State of Rio Grande do Sul and in other municipalities in Brazil.

**Keywords:** Agroecological School Vegetable Gardens; Social Technology; Reapplication of Social Technology; Environmental Education; Sustainability.



# 1. INTRODUÇÃO

O Projeto Núcleo de Estudos em Agroecologia e Produção Orgânica de Viamão- RS (“Eco Viamão”) foi implementado pelo Instituto Federal (IFRS) do Campus de Viamão e teve sua aprovação em meados de 2016 através da Chamada Pública MCTI- MAPA-CNPq 02/2016 (FIOREZE, 2018).

Entre os projetos desenvolvidos pelo Eco Viamão se encontra o Projeto de Extensão de Hortas Escolares Agroecológicas que tem atuação nas escolas públicas de Viamão/RS. Estas hortas escolares têm viés agroecológico, e são vistas como referência na cidade no que diz respeito ao consumo alimentar, ensino pedagógico interdisciplinar, valorização do saber popular e estímulo ao conhecimento científico dos alunos, professores e demais integrantes da comunidade escolar.

No contexto educacional também há uma preocupação com o ensino da educação ambiental, pois além de proporcionar a aprendizagem multidisciplinar, é necessário garantir a conscientização e a responsabilidade ambiental dos alunos, contribuindo para a promoção de atitudes sustentáveis. Assim, Loureiro (2014) relata que,

Ao pesquisar os pressupostos freirianos que estariam balizando a pesquisa Educação Ambiental (EA) escolar foram identificados a presença de oito pressupostos que são a relação educador-educando, diálogo, tema gerador, o papel do conhecimento, o papel da escola, a relação sujeito - objeto, a conscientização e a educação libertadora. Assim a Educação Ambiental (EA) não é neutra diante do processo de ensino aprendizagem, pois pode ser vista como uma possibilidade de transformação ativa da realidade e das condições da qualidade de vida dos alunos, por meio da sensibilização da prática social reflexiva embasada pela teoria (LOUREIRO, 2014, p.17).

Arelada à Educação Ambiental, o projeto das hortas escolares agroecológicas tem almejado desenvolver os processos de aplicação, reaplicação e difusão desta prática nas escolas públicas estimulando os sistemas autogestionários, com princípios de EA. Para Loureiro (2014):

Uma Educação Ambiental ético-crítica assume que o espaço genuíno da construção curricular é a instituição escolar. Só a escola, ao problematizar o instituído, promove a inovação instituinte, cumpre seu papel social de recriar coletivamente a realidade (LOUREIRO, 2014, p.149).

Assim, a escola assume um papel importante no desenvolvimento de Tecnologias Sociais, estimulando a consciência ambiental dos alunos através de atividades que possibilitam um novo olhar sobre as demandas da comunidade escolar, buscando desenvolver e valorizar o contexto e a realidade local.

Desta forma podemos entender as Hortas Escolares Agroecológicas na conjuntura desse estudo como uma Tecnologia Social, sendo capaz promover a conscientização sobre a importância da alimentação saudável, do manejo sustentável dos recursos naturais e tem impacto social na comunidade escolar e seu entorno

## 1.1. DEFINIÇÃO DO PROBLEMA E DOS OBJETIVOS

As Hortas Agroecológicas que estão presentes nas escolas públicas de Viamão/RS, implantadas pelo Eco Viamão, promovem a inclusão social dos estudantes, a ocupação e a transformação dos espaços ociosos. Neste sentido, também contribuem para a manutenção e fertilidade do solo, a partir da prática de um manuseio adequado.

Com a implementação das hortas escolares há uma mudança significativa nos ambientes externos das escolas, pois é possível criar “laboratórios ao ar livre”, onde pode ser realizada a pesquisa e o ensino pedagógico. O projeto em questão já tenha sido implementado em 40 escolas públicas de Viamão/RS.

Partindo da contextualização apontada neste estudo apresenta-se o seguinte problema de pesquisa: como difundir o processo de reaplicação e difusão da Tecnologia Social Hortas Escolares Agroecológicas proposta pelo projeto de extensão do IFRS do Campus de Viamão/RS?

Para responder à pergunta de pesquisa, foi definido o seguinte objetivo geral: Divulgar a prática de Tecnologia Social e o potencial de reaplicação das Hortas Escolares Agroecológicas do Projeto de Extensão das Hortas Escolares Agroecológicas de Viamão/RS.

Para atingir o objetivo geral, foram definidos os seguintes objetivos específicos:

- Identificar as práticas voltadas para promoção da consciência de responsabilidade ambiental, sustentabilidade e alimentação saudável através do cultivo de produtos orgânicos;
- Descrever as metodologias pedagógicas aplicadas no Projeto de Extensão das Hortas Escolares Agroecológicas;
- Explicar sobre o cultivo e consumo de plantas alimentícias convencionais e as plantas alimentícias não convencionais (PANCs) nas escolas públicas de Viamão/RS.

O Projeto de Extensão das Hortas Escolares Agroecológicas é desenvolvido na cidade de Viamão/RS, que conta com uma população estimada em 256.302 habitantes (IBGE, 2020) e, assim como toda região metropolitana de Porto Alegre, enfrenta graves problemas de desemprego, renda, mobilidade urbana e violência. Em contrapartida, esta mesma região se destaca por possuir uma grande extensão territorial (1.500 km<sup>2</sup>), um significativo ativo ambiental, tendo cerca de 30% desta área composta por unidades de conservação ambiental, como parques, refúgios e, especialmente, a grande Área de Proteção Ambiental (APA) do Banhado Grande. Também possui importante diversidade social e agrária (FIOREZE, 2018).

Neste contexto, as escolas têm um potencial importante para contribuir com o desenvolvimento de Viamão/RS e dirimir as desigualdades socioeconômicas da região. Um dos pontos que podem ser trabalhados é o que tange à alimentação adequada dos jovens de escolas públicas, pois é sabido que muitos jovens em idade escolar sofrem com a falta de qualidade e também com a insegurança alimentar.

Este artigo tem o objetivo de divulgar a prática de Tecnologia Social e o potencial de reaplicação das Hortas Escolares Agroecológicas do Projeto de Extensão das Hortas Escolares Agroecológicas de Viamão/RS. Para tanto, as próximas seções apresentarão a revisão bibliográfica, a metodologia, a análise de dados, os resultados preliminares e esperados. Na sequência, finaliza-se com as considerações finais.



## 2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

### 2.1. TECNOLOGIA SOCIAL E REAPLICAÇÃO DE TECNOLOGIA SOCIAL

Em 2005, o Brasil passou a adotar o nome de “Tecnologias Sociais” para definir “produtos, técnicas e/ou metodologias reaplicáveis, desenvolvidas na interação com a comunidade e que represente efetivas soluções de transformação social. A Tecnologia Social então, é desenvolvida e praticada na interação direta com a população e apropriada por ela de acordo com suas características específicas (ITS BRASIL, 2004, p. 26).

Thomas (2009, p. 59) considera que as Tecnologias Sociais não funcionam simplesmente porque resolvem um problema pontual, mas porque conseguem se inserir como causas eficientes na geração de processos de mudança tecnológica e social.

O Quadro 2 exibe o conceito de Tecnologia Social que são difundidos por autores e instituições que a trabalham.

#### Quadro 2 - Conceitos de Tecnologia Social

##### Conceito de Tecnologia Social

É possível definir a TS como uma forma de criar, desenvolver, implementar e administrar tecnologia orientada a resolver problemas sociais e ambientais, gerando dinâmicas sociais e econômicas de inclusão social e de desenvolvimento sustentável (THOMAS, 2009, p. 27).

É o resultado da ação de um coletivo de produtores sobre um processo de trabalho que, em função de um contexto socioeconômico que engendra a propriedade coletiva dos meios de produção, e de um acordo social que legitima o associativismo, o qual enseja no ambiente produtivo um controle auto gestor e uma cooperação de tipo voluntário e participativo, é capaz de alterar este processo no sentido de reduzir o tempo necessário à fabricação de um dado produto e de fazer com que a produção resultante seja dividida de forma estabelecida pelo coletivo (DAGNINO, 2011, p.1).

Conceitua a Tecnologia Social como uma proposta inovadora de desenvolvimento, considerando a participação coletiva no processo de organização, desenvolvimento e implementação (FBB, s/d).

Compreendem produtos, técnicas e metodologias desenvolvidas na interação dos saberes científico e popular e que representam efetivas soluções de transformação da sociedade (RTS, 2012).

Fonte: Adaptado pela autora a partir de dados de autores e instituições (2020).

Assim, os atores e instituições que atuam em Tecnologia Social apresentam conceitos diferentes acerca desta tecnologia alternativa, porém, abordam características em comum, tais como: resolução de problemas socioeconômicos, a cooperação e o desenvolvimento sustentável.

A Tecnologia Social (TS) caracteriza-se no Brasil por um esforço conjunto de diversos atores (setor público, setor privado e sociedade organizada) que construíram uma proposta tecnológica, mediante discussões provenientes do projeto Centro Brasileiras de Referência em Tecnologia Social (CBRTS), experiências diversas com tecnologias alternativas e uma formulação organizada de princípios e parâmetros que deram origem à Tecnologia Social (ITS, 2004), mais tarde complementada pela Adequação Sociotécnica (DAGNINO; BRANDÃO; NOVAES, 2004). Atores da sociedade então, têm assumido um papel relevante no desenvolvimento de Tecnologias Sociais no país, conforme demonstrado no Quadro 3.

Quadro 3 - Figuram algumas instituições que são atuantes e contribuíram para disseminar a prática de Tecnologia Social no Brasil.

Instituição	Fundação	Ações
Fundação Banco do Brasil	Fundada em 1985	É responsável por um conjunto de iniciativas que promovem a disseminação das Tecnologias Sociais em diferentes regiões do país e também do Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT). Lançou em 2001 o Prêmio Fundação Banco do Brasil de Tecnologia Social e o Banco de Tecnologias Sociais que tem pautado suas ações em busca da inclusão socioproductiva dos segmentos mais vulneráveis da sociedade. De acordo com a FBB o alcance dos programas e projetos, espalhados em todo território brasileiro, foi potencializado pela articulação de parcerias e apoios no investimento social (FBB, s/d).
Instituto de Tecnologia Social	Fundado em 2001	De acordo com o ITS, a referida instituição tem atuado no contexto em que as demandas do novo milênio desafiavam a sociedade brasileira a construir um novo modelo de desenvolvimento para viabilizar a relação entre ciência, tecnologia, inovação e inclusão social. De acordo com o ITS a instituição já beneficiou 1.050.182 com os projetos desenvolvidos (ITS, 2018).
Rede de Tecnologias Sociais (RTS)	Fundada em 2005	Movimentos e iniciativas sociais. reúne 786 organizações de todo país e do exterior, entre organizações não governamentais, centros de pesquisa, cooperativas, empresas, escolas de ensino médio, fundações e institutos, sindicatos, universidades e órgãos de governo nos níveis federal, estadual e municipal. Esta instituição considera a Tecnologia Social como produtos, técnicas ou metodologias reaplicáveis, desenvolvidas na interação com a comunidade e que representem efetivas soluções de transformação social (RTS, 2007, p. 28).

Fonte: Adaptado pela autora a partir de dados instituições (2020).

Essas instituições têm contribuído significativamente para criar e implementar ações que minimizam o analfabetismo, a fome, a miséria e as soluções diversificadas para as populações mais carentes e vulneráveis do Brasil. Por este viés a Tecnologia Social é considerada uma Tecnologia Alternativa que busca soluções para reduzir as desigualdades sociais através das suas metodologias de aplicação e reaplicação que levam em consideração as necessidades de cada realidade onde atua, distinguindo-se também do conceito de Transferência de Tecnologia:



A Tecnologia Social (TS) se diferencia, sobretudo, por superar a concepção de transferência de tecnologia ainda presente na Tecnologia Apropriada (TA) ao incluir, como elemento central das práticas que designa a construção do processo democrático participativo e a ênfase na dimensão pedagógica. Assim, as populações antes consideradas como “demandantes” de tecnologias passam a ser atores diretos no processo de construção de desenvolvimento tecnológico, sem se limitar mais à “recepção de tecnologias” (ITS, 2007, p. 28).

O conceito de Tecnologia Social se difere do conceito utilizado para a Tecnologia Convencional. Neste sentido Celso Alvear (2016), do Núcleo de Solidariedade Técnica (Soltec) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), informa que estas duas tecnologias são divergentes em seus processos e objetivos, portanto não podem ser aplicáveis umas às outras. Para ele, de um lado está um desenvolvimento tecnológico sendo pensado por uma ótica das grandes corporações e de outro as necessidades reais dos pequenos empreendimentos ou produtores.

Neste contexto, as instituições de pesquisa e Universidades Públicas exercem um papel importante no que se refere ao fomento de Tecnologia Social. Assim, a temática deste artigo é o projeto desenvolvido por meio de pesquisa, ensino e extensão, com estudantes e professores que participam do Projeto de Hortas Escolares Agroecológicas do Projeto Eco Viamão/RS. Através deste projeto o público juvenil das escolas participantes se apropriou de princípios das Tecnologias Sociais através do protagonismo, capaz de fortalecer e estimular a organização escolar com participação social e política dos alunos de escolas públicas. Assim Costa e Jesus (2013) definem Tecnologia Social:

O termo “Tecnologia Social” é pensado de forma ampla para as diferentes camadas da sociedade. O adjetivo “social” não tem a pretensão de afirmar somente a necessidade de tecnologia para os pobres ou países subdesenvolvidos. Também faz a crítica ao modelo convencional de desenvolvimento tecnológico e propõe uma lógica mais sustentável e solidária de tecnologia para todas as camadas da sociedade. Tecnologia social implica participação, empoderamento e autogestão de seus usuários – princípios-base do conceito utilizado nesta pesquisa. No entanto, dada a realidade da América Latina, tem seu potencial conceitual debatido e expandido para estratégias concretas de inclusão social (COSTA; JESUS, 2013, p. 18).

A Tecnologia Social busca a inclusão social, a participação e a emancipação social, sendo conceituada como “construções coletivas direcionadas para a resolução de problemas socioambientais cotidianos por meio da interação, do conhecimento e das iniciativas das próprias comunidades locais que possibilitam a inclusão social, a autonomia, o desenvolvimento sustentável e a transformação social” (ANDRADE; VALADÃO, 2017, p. 408). A Tecnologia Social pode ser fortalecida através da fusão entre os saberes populares e especializados transformando-se em uma ferramenta de inclusão e de desenvolvimento social. Rutkwoski (2005) relata:

(...) as TS's são essencialmente participativas e priorizam a colaboração e a cooperação, como forma de construção e validação de escolhas coletivas do conhecimento, sejam estes saberes científicos, tecnológicos ou populares, de forma a transferir à população, principalmente àquela excluída do processo econômico e social, os benefícios gerados pela C&T, de maneira a contribuir para redução das desigualdades econômicas, sociais, inter-regionais e interpessoais (RUTKWOSKI, 2005, p. 183).

Há uma busca então pelo desenvolvimento e a reaplicação de Tecnologias Sociais em comunidades locais, incluindo ambientes escolares e o seu entorno. Então, as Tecnologias Sociais “incorporam a perspectiva de ‘apropriação dos processos e produtos’ pelas populações envolvidas, ligando-se às ideias de ‘inclusão social’, ‘interação com as comunidades’, ‘empoderamento das populações’, ‘sustentabilidade’ e ‘diversidade de organizações, comunidades e saberes (populares, tradicionais, técnicos, científicos)’ (RTS, 2014).

Milton Santos (2000) faz considerações importantes para a discussão acerca das possibilidades do desenvolvimento local. Apresenta um enfoque que introduz como fator decisivo o reconhecimento das particularidades de cada território, dos grupos sociais que aí vivem e trabalham, das iniciativas de negociação que, reconhecendo a pluralidade de interesses e os conflitos presentes, apontem para novas construções do que se entende por interesse comum, por interesse público. Segundo ele, é a partir do espaço geográfico que se dá a solidariedade orgânica; tais atividades, não importa o nível, devem sua criação e alimentação às ofertas do meio geográfico local [...] na verdade, mudadas as condições políticas, é nesse espaço banal que o poder público encontraria as melhores condições para sua intervenção. Trata-se, aqui, da produção local de uma integração solidária, obtida mediante solidariedades horizontais internas, cuja natureza é tanto econômica, social e cultural como propriamente geográfica. A sobrevivência do conjunto, não importa que os diversos agentes tenham interesses diferentes, depende do exercício da solidariedade, indispensável ao trabalho, e que gera a visibilidade do interesse comum (SANTOS, 2000, p. 110).

De acordo com o ITS Brasil, o conceito de Tecnologia Social (TS) estabelece 04 (quatro) dimensões:

**1. Conhecimento, Ciência e Tecnologia:**

- A Tecnologia Social (TS) tem como ponto de partida os problemas sociais;
- A Tecnologia Social (TS) é feita com organização e sistematização;
- A Tecnologia Social (TS) introduz ou gera inovação nas comunidades.

**2. Participação, Cidadania e Democracia:**

- A Tecnologia Social (TS) enfatiza a cidadania e a participação democrática;
- A Tecnologia Social (TS) adota a metodologia participativa nos processos de trabalho;
- A Tecnologia Social impulsiona sua disseminação e reaplicação.

**3. Educação:**

- A Tecnologia Social realiza um processo pedagógico por inteiro;
- A Tecnologia Social se desenvolve num diálogo entre saberes populares e científicos;
- A Tecnologia Social é apropriada pelas comunidades, que ganham autonomia.



#### 4. Relevância Social:

- A Tecnologia Social é eficaz na solução de problemas sociais;
- A Tecnologia Social (TS) tem sustentabilidade ambiental;
- A Tecnologia Social (TS) provoca a transformação social.

Neste cenário, após a difusão das práticas de Tecnologia Social se faz necessária a discussão acerca das suas formas de disseminação e de reaplicação de Tecnologia Social. Para Dagnino, Brandão e Novaes (2004, p. 56-57) “a inovação não pode ser pensada em algo feito num lugar e aplicado em outro, mas como um processo desenvolvido no lugar onde essa tecnologia vai ser utilizada, pelos atores que irão utilizá-las”. Desta forma, a reaplicação de Tecnologia Social leva em consideração as necessidades e as particularidades locais, sendo o conceito de reaplicação de Tecnologia Social distinto da pura réplica.

A “Transferência de Tecnologia” também é uma concepção superada pela Tecnologia Social, uma vez que o elemento central desta prática é a construção do processo democrático participativo e a ênfase na dimensão pedagógica, onde as populações, antes consideradas como “demandantes” de tecnologias, passam a ser atores diretos no processo de construção do desenvolvimento tecnológico, sem se limitar mais à “recepção” de tecnologias (ITS, 2007, p. 28).

Assim, podemos entender as Hortas Escolares como Tecnologia Social. As Hortas escolares Agroecológicas do Projeto de extensão Eco Viamão estimulam o plantio das plantas orgânicas, promovendo o protagonismo social e a aprendizagem significativa dos estudantes, pois nas hortas escolares há possibilidade de se trabalhar diversas atividades, dentre as quais, os conceitos, princípios, o histórico da agricultura, a importância da educação ambiental, a importância das hortaliças para a saúde, além das aulas práticas onde se trabalham as formas de plantio, o cultivo e o cuidado com as hortaliças (CRIBB, 2010).

## 2.2. HORTAS URBANAS E HORTAS ESCOLARES

O crescimento populacional das cidades e as ações do homem vem provocando a degradação e deterioração dos espaços verdes na zona urbana do Brasil. Mougeot (2000) considera que muitas das definições sobre o que vem a ser a Agricultura Urbana desprezam uma de suas características mais marcantes, que não é apenas a sua localização urbana, mas o fato de que ela está incorporada e interagindo com o ecossistema urbano.

Outro fator que vem preocupando os brasileiros se refere ao uso de agrotóxicos na produção dos alimentos consumidos no país e essa situação vem se agravando nos últimos anos. De acordo com o jornalista Pedro Grigori (2020), autor na Agência Pública, em 2019 houve a aprovação de 475 novos produtos agrotóxicos no Brasil. Já em março de 2020 foi publicado o registro de 118 novos produtos. Destes, 84 destinados para o uso na agricultura e 34 para a indústria. Desde o início de 2020 o Brasil tem um total de 150 produtos recebendo registros. Esta questão impacta diretamente na qualidade alimentar e na saúde das pessoas.

De acordo com Fleury e Ba (2005) há uma crescente necessidade de manter e criar espaços que venham ao encontro das novas necessidades de identidade, propriedade coletiva e, assim, protejam esses espaços contra a urbanização desordenada. A expansão urbana sobre espaços naturais ou agrícolas geralmente faz com que haja uma desorganização, não só em nível de sistemas, mas também de sociedades agrícolas, ocorrendo um abandono das estruturas sociais de comunidade.

Mougeot (2000) informa que o conceito de agricultura urbana está associado a suprir os sistemas de alimentação urbanos, relacionando-se com a segurança alimentar e o desenvolvimento da biodiversidade e por proporcionar melhor aproveitamento dos espaços, contribuindo, dessa forma, para o manejo adequado dos recursos de solo e da água. Assim, as Hortas urbanas são vistas como uma atividade capaz de promover integração nos processos de desenvolvimento sustentável das pessoas e do ambiente.

O grupo Nacional de Agricultura de Cuba define a Agricultura Urbana da seguinte forma:

A produção de alimentos dentro do perímetro urbano aplicando métodos intensivos, tendo em conta a relação homem-cultivo-animal-meio ambiente e as facilidades da infra-estrutura urbana que propiciam a estabilidade da força de trabalho e a produção diversificada de cultivos e animais durante todo o ano, baseando-se em práticas sustentáveis que permitam a reciclagem dos rejeitos (MINAG, 2000).

No segmento de Hortas Urbanas é possível destacar as hortas comerciais, comunitárias, domésticas e institucionais (como escolas, hospitais e casas de repouso). De acordo com a Embrapa (2019), a agricultura urbana engloba diversas atividades relacionadas à produção de alimentos e conservação dos recursos naturais dentro dos centros urbanos ou em suas respectivas periferias, surgindo como estratégia efetiva de fornecimento de alimentos, geração de empregos, contribuindo para a segurança alimentar e nutricional dos habitantes das cidades. Neste contexto, as hortas escolares contribuem para práticas sustentáveis, valorizando o consumo de alimentos produzidos pelos próprios cidadãos que estão inseridos na comunidade local.

Neste viés se destaca o Projeto Educando com a Horta Escolar idealizado pelo Ministério da Educação em parceria com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) que vê a escola como um espaço propício para a mudança na cultura alimentar.

O Projeto Educando com a Horta Escolar teve como projeto-piloto a cidade de Bagé/RS no ano de 2005. De acordo com informações disponibilizadas no portal do Ministério da Educação (MEC, s/d) de 2005 a 2006 o projeto havia sido implementado em dez escolas do Município, além de Bagé/RS outras cidades do Brasil participam do Projeto Educando.

**Quadro 4** - Algumas escolas que implementaram as Hortas Escolares através do Projeto Educando com a Horta Escolar

Município	Escolas	Proposta
São José/SC	Colégio Municipal Maria Luiza de Melo, Centro Educacional Municipal Santa Terezinha e CEM Escola do Mar	Trabalhar a educação ambiental desde a infância. Em 2020 as atividades relacionadas as hortas escolares ocorrem à distância, onde é enviado vídeo-aulas e conteúdos complementares elaborados pela Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo (Cepagro) sobre Agroecologia, Educação Ambiental e a cultura alimentar indígena (CEPAGRO, 2015).



Município	Escolas	Proposta
Piraquara/PR	Cense São Francisco	As atividades pedagógicas e práticas agrícolas auxiliam na ressocialização dos adolescentes que cumprem medidas socioeducativas. As ações são propostas em grupos, onde os adolescentes aprendem como ter uma alimentação saudável (SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DO ESPORTE DO PR, 2013).
Posto da Mata/ BA	Escola Municipal Oscar Cardoso	O Projeto nesta escola tem por objetivo promover estudos, pesquisas, sobre as questões ambiental, alimentar e nutricional sem uso de produtos químicos. A construção da horta foi desenvolvida com o aproveitamento de pequenos espaços e de materiais como garrafas tipo PET e pneus, do cultivo de legumes e verduras, em potes presos em muros e paredes. Participaram da revitalização e implantação da horta escolar estagiários do curso técnico em agropecuária, oferecido pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (REPOSITÓRIO FIOCRUZ, 2019).

Fonte: Adaptado pela autora a partir de dados institucionais (2020).

Assim os projetos de Hortas escolares se fundamentam na Lei nº 9.795, de 1999, que dispõe sobre a educação ambiental e institui a Política Nacional de Educação Ambiental. Essa política aponta em seu artigo 1º que a educação ambiental estabelece os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade, definindo a educação ambiental como um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal.

No Brasil, em 1979, foi instituído o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Que em 1998 passou a ser gerenciado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) que é uma autarquia do Ministério da Educação. A Lei nº 11.947/2009 fortaleceu o PNAE, pois ampliou sua prática para toda educação básica, desde a educação infantil até o ensino médio, incluindo os jovens e adultos.

Além das hortas escolares proporcionarem uma alimentação de qualidade aos alunos, também atuam diretamente em questões relacionadas ao meio ambiente. Assim, as escolas que implementaram as Hortas escolares também estão de acordo com os termos disseminados na Constituição Federal (1988) que aborda em seu Art. 225, no capítulo sexto que trata do Meio Ambiente. De acordo com este artigo constitucional todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defender e preservar para as presentes e futuras gerações.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) trazem informações relevantes nas temáticas transversais no que se refere ao ensino- aprendizagem dos alunos referentes à educação ambiental.

A principal função do trabalho com o tema Meio Ambiente é contribuir para a formação de cidadãos conscientes, aptos a decidir e atuar na realidade socioambiental de um modo comprometido com a vida, com o bem-estar de cada um e da sociedade, local e global. Para isso é necessário que, mais do que informações e conceitos, a escola se proponha a trabalhar com atitudes, com formação de valores, com o ensino e aprendizagem de procedimentos. E esse é um grande desafio para a educação. Gestos de solidariedade, hábitos de higiene pessoal e dos diversos ambientes, participação em pequenas negociações são exemplos de aprendizagem que podem ocorrer na escola (PCNs,1997, p.187).

As hortas escolares são instaladas no entorno dos limites do espaço escolar, podendo ser utilizadas para recreação, produção de alimentos que podem ser consumidos na merenda ou explorados para fins pedagógicos. De acordo com Fedrizzi (1999, p. 11), o pátio escolar é muito mais que um lugar para se colocar as crianças durante o período em que elas não estão nas salas de aula. Afirmo ainda, que para muitos alunos este é o único espaço aberto e seguro para desenvolver diferentes tipos de atividades. De acordo com a autora, o tamanho de tais espaços vem diminuindo com a urbanização das cidades, que ocorre, muitas vezes, sem o planejamento que seria requerido, não contemplando o mínimo necessário de áreas verdes para o convívio e lazer dos cidadãos. Em tais casos, segundo a mesma autora, o pátio escolar adquire um caráter de “lugar para ensinar e aprender”. Ressalta, ainda, que o pátio e o entorno escolar podem constituir um complemento para o que é ensinado em sala de aula e vice-versa.

## 2.3. PROJETO DE EXTENSÃO DAS HORTAS ESCOLARES AGROECOLÓGICAS DE VIAMÃO/RS

O projeto das hortas escolares contempla a agroecologia e a produção orgânica, visando ações sustentáveis e impacto positivo na comunidade local. Assim, Fioreze (2019) informa que o projeto é desenvolvido em parceria com a ETA (Escola Estadual Técnica em Agropecuária de Viamão) que fornece mudas orgânicas de hortaliças para as escolas. Também conta com a colaboração da Secretaria Municipal da Educação de Viamão/RS, que intermedia e apoia a relação com escolas municipais e estaduais do município.

Conforme a coordenação do projeto das Hortas Escolares Agroecológicas do IFRS do Campus Viamão/RS as principais fontes de receita para a manutenção do referido projeto se dão através de recursos adquiridos através da participação de editais, tais como: editais internos do IFRS, editais do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e tecnológico (CNPq) e ultimamente através das emendas parlamentares 2018 e 2019 (Projetos de Lei Orçamentárias).

A Organização Mundial da Saúde (OMS, 2019) informa que a exposição aos agrotóxicos pode causar uma série de doenças, dependendo do produto utilizado na produção de alimentos, do tempo de exposição e quantidade de produto absorvido pelo organismo. Sendo assim, a produção orgânica também está presente em todas as hortas escolares que participam do projeto de extensão auxiliando a reduzir os indicadores de doenças por causa de alimentos produzidos com o uso de agrotóxicos ainda na adolescência.

Para Altieri (2002), a Agroecologia é a ciência ou a disciplina científica que apresenta uma série de princípios, conceitos e metodologias para estudar, analisar, dirigir, desenhar e avaliar agroecossistemas, com o propósito de permitir a implantação e o desenvolvimento de estilos de agricultura com maiores níveis de sustentabilidade. A agroecologia proporciona então as bases científicas para apoiar o processo de transição para uma agricultura “sustentável” nas suas diversas manifestações e/ou denominações. Assim, a Agroecologia proporciona conceitos e metodologias que são trabalhadas por seus executores, como é o caso das Hortas



Agroecológicas Escolares do Projeto Eco Viamão, pois a implementação das Hortas se dá através de pesquisa científica realizada pelos alunos, com orientação dos professores. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) afirma que:

A pesquisa, além de ser mais diretamente focada em um campo, perpassa todos os outros em ações de busca, seleção, validação, tratamento e organização de informação envolvidas na curadoria de informação, podendo/devendo também estar presente no tratamento metodológico dos conteúdos (BNCC, p. 81).

A proposta do projeto prevê aliar educação ambiental e agroecologia para promover uma educação mais ativa, lúdica e prazerosa nas escolas, estimulando reflexões acerca da crise ambiental vivenciada e fomentando a agricultura urbana sustentável.

Neste contexto, cabe apresentar uma das Hortas Escolares agroecológicas que estão inseridas no Projeto, que é considerada um laboratório ao ar livre de Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANCs). As PANCs são consideradas altamente nutricionais na Escola Municipal Guerreiro Lima (Viamão/RS). A Horta foi criada em 2015 e a sua manutenção é realizada pelo professor de ciências e pelos alunos da escola.

O adubo é orgânico produzido na própria escola, no qual utiliza-se grama seca e lixo orgânico. A escola também conta com uma composteira que é cuidada e mantida pelos alunos. Neste contexto, os alimentos (hortaliças, ervas, chás, temperos, entre outros) também são oferecidos para os pais que residem no Loteamento Belo Horizonte, no limite entre Viamão e Alvorada. Também são oferecidas oficinas semanais, onde os alunos aprendem sobre as plantas e também produzem receitas. As plantas são cultivadas, colhidas e inseridas na merenda escolar, tais como: Dente de Leão, bortalha, azedinha, peixinho, ora-pro-nóbis, feijão olho de cabra, feijão guandu, entre outras plantas.

**Figura 1** - Horta agroecológica utilizada para atividades pedagógicas com os alunos do 5º ao 9º ano do Ensino Fundamental



Fonte: Própria autora (2019).



Nesse sentido, para produzir tecnologias sociais os centros de CT&I necessitam despir-se do determinismo axiológico que tem ditado os rumos do desenvolvimento científico e tecnológico, assumindo novas proposições que pressupõem uma ação contínua de aproximação do conhecimento científico aos saberes populares, com o claro objetivo de sanar as demandas sociais, pois “falar em tecnologia, atribuindo a ela o adjetivo social, significa, a um só tempo, postular a ampliação do que se compreende como ciência e tecnologia e reconhecer a necessidade de pensá-la a partir de critérios como democracia, justiça social e desenvolvimento humano” (ITS, 2007, p. 9).

Com a implementação das hortas escolares há uma mudança significativa nos ambientes externos das escolas, pois é possível criar “laboratórios ao ar livre” como o implementado na Escola Estadual de Ensino Médio Setembrina localizada em Viamão/RS.

**Figura 2** - Antiga área abandonada da Escola (1A), enquanto (1B) se refere a área revitalizada por meio da implantação da horta agroecológica



Figura 3 - Antiga área abandonada da Escola (1A), enquanto (1B) se refere a área revitalizada por meio da implantação da horta agroecológica.



Fonte: Bolsista do Projeto Eco Viamão- Matheus Silva (2019).



Já na Escola Estadual de Ensino Médio Farroupilha além alunos realizarem a manutenção e conservação das hortas, também fazem a colheita das hortaliças nas atividades pedagógicas e preparam seu próprio alimento para a merenda escolar.

**Figura 4** - Escola Estadual de Ensino Médio Farroupilha



A literatura reporta formas da prática a serem replicadas para as demais escolas do município. Para Pacheco e Valentim (2010) as instituições precisam atentar para a importância da informação e do conhecimento como um recurso gerencial estratégico, a partir do reconhecimento das fontes de informação. Molina (2010) corrobora e percebe a informação como insumo para inovação e competitividade, e expõe a necessidade da realização da gestão da informação útil e seu uso de forma estratégica, afirmando ser o homem o “recurso” mais importante nesse processo.

### 3. METODOLOGIA

Este trabalho se propõe a analisar fatos e dados acerca do projeto Núcleo de Estudos em Agroecologia e Produção Orgânica de Viamão-RS (“EcoViamão”), vigente a partir de 2016, especificamente sobre o objeto de estudo em questão, que é o Projeto de Extensão Hortas Escolares Agroecológicas do Campus de Viamão do Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS). Como já mencionado, o projeto conta com a participação de 40 escolas públicas da cidade, atendendo alunos dos anos finais do Ensino Fundamental e o Ensino Médio.

O objetivo geral deste estudo se propõe a divulgar a prática de Tecnologia Social e o potencial de reaplicação das Hortas Escolares Agroecológicas do Projeto de Extensão das Hortas Escolares Agroecológicas de Viamão/RS.

O método utilizado neste trabalho foi a pesquisa exploratória, foi realizada a revisão bibliográfica em artigos publicados sobre o Projeto Eco Viamão, relatórios técnicos do Instituto Federal - Campus Viamão/RS e cartilhas sobre implementação de hortas escolares no Brasil, sobre Agroecologia, educação ambiental e a sustentabilidade, hortas escolares, bem como a literatura sobre Tecnologia Social e a suas formas de reaplicação e de difusão.

A abordagem qualitativa foi escolhida para este estudo, pois através dela é possível levantar o maior número possível de similaridades e distinções entre as escolas que atuam no projeto, visando proporcionar mais aderência à implementação do manual. Nesse sentido:

A pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização. Os pesquisadores que adotam a abordagem qualitativa opõem-se ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências, já que as ciências sociais têm sua especificidade, o que pressupõe uma metodologia própria. Uma vez que o pesquisador não pode fazer julgamentos nem permitir que seus preconceitos e crenças contaminem a pesquisa (GOLDENBERG, 1997, p. 34).

A pesquisa de campo realizada neste estudo juntamente com quatro bolsistas do projeto, tem como finalidade explorar as práticas realizadas no projeto de extensão para disseminar a cultura de hortas escolares em outras escolas da cidade. O projeto contempla escolas públicas, já referidas. Com relação à pesquisa de campo:

A pesquisa de campo caracteriza-se pelas investigações em que, além da pesquisa bibliográfica e/ou documental, se realiza coleta de dados junto a pessoas, com o recurso de diferentes tipos de pesquisa (pesquisa ex-post-facto, pesquisa-ação, pesquisa participante etc.) (FONSECA, 2002).

Também realizou-se entrevista com o gestor e idealizador do projeto no IFRS do Campus de Viamão e em documentos de instrução do projeto. Neste sentido já foi realizada observação e pesquisa de campo iniciais em 2019 quando a pesquisa começou. Destarte, que a realização de entrevistas com o coordenador do projeto de hortas escolares agroecológicas se fez necessária para identificar os papéis dos atores no projeto, incluindo a participação de bolsistas do IFRS/ Campus Viamão/RS para o desenvolvimento das atividades nas escolas. Assim, Ribeiro (2008) conceitua a entrevista como:

A técnica mais pertinente quando o pesquisador quer obter informações a respeito do seu objeto, que permitam conhecer sobre atitudes, sentimentos e valores subjacentes ao comportamento, o que significa que se pode ir além das descrições das ações, incorporando novas fontes para a interpretação dos resultados pelos próprios entrevistados (RIBEIRO, 2008, p.141).

A atuação dos bolsistas do IFRS do Campus Viamão/RS no que se refere à participação no projeto e a prospecção de escolas para o projeto será medida através da realização de entrevistas. Neste sentido, elas foram realizadas com quatro bolsistas (selecionados de forma semestral através de edital) do curso de Gestão Ambiental do instituto, que participam ativamente do Projeto das Hortas Escolares no segundo semestre do ano de 2019. Neste momento será dada sequência nas entrevistas através dos bolsistas ativos no programa. As entrevistas a serem realizadas visam identificar a participação dos bolsistas no projeto, com relação à sua participação técnica e atuação na prospecção das escolas.

Para Rosa e Arnoldi (2006, p.17) a entrevista é uma das técnicas de coleta de dados considerada como uma forma racional de conduta do pesquisador, previamente estabelecida, para dirigir com eficácia um conteúdo sistemático de conhecimentos, de maneira mais completa possível, com o mínimo de esforço de tempo.



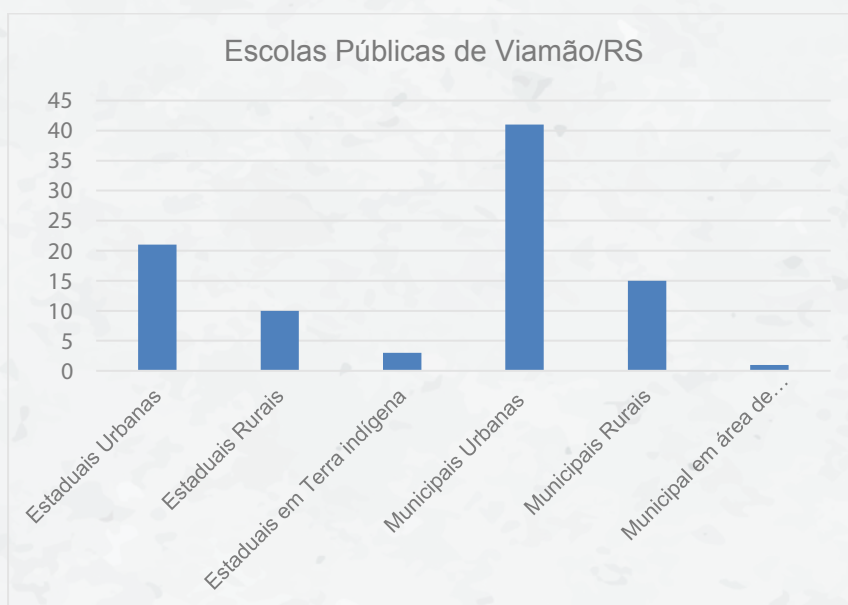
## 4. RESULTADOS PRELIMINARES E ESPERADOS

Constatou-se que o projeto que abrange 40 escolas públicas, atende alunos do 5º ano ao 9º ano do Ensino Fundamental e também alunos de todos os anos do Ensino Médio. O levantamento de dados preliminares realizado no IFRS do Campus Viamão e nas escolas públicas participantes do projeto estabeleceu os perfis das escolas. Através da pesquisa de campo observou-se que as escolas que apresentam melhores resultados são as que tem um professor responsável pela área de projetos institucionais, desta forma reaplicação desta Tecnologia Social pode contribuir para a disseminação de boas práticas e das lições aprendidas que podem ser aplicadas em outras realidades que carecem desta Tecnologia Social.

A pesquisa revelou um modo alternativo de hortas escolares praticada de forma coletiva e com forte viés agroecológico e de segurança alimentar, meio de trabalho pedagógico e em educação ambiental.

Os resultados preliminares de visita exploratória demonstraram que o cultivo de Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANCs) na Escola Municipal Guerreiro Lima, além de ser importante para o desenvolvimento de atividades pedagógicas também tem potencial de reaplicação em outras realidades escolares, pois estas plantas são resistentes ao clima e muito nutritivas, aparecendo como uma alternativa na diversidade alimentar dos alunos.

**Gráfico 1** - Número de estabelecimentos de ensino público no município de Viamão/RS



Fonte: Catálogo de Escolas/ INEP Data (2020).

Espera-se ajudar a potencializar a prática das hortas escolares nas escolas envolvidas no projeto e também estimular o ingresso de outras escolas, colaborando para a intensificação da reaplicação desta Tecnologia Social em outras escolas de Viamão/RS, com possibilidade de impactar 100% das escolas públicas do município no que se refere ao processo de ecologização. Visto que a ampliação desta Tecnologia Social pode

auxiliar na promoção e na conscientização dos jovens acerca da importância da alimentação saudável, da educação ambiental, da sustentabilidade, do cooperativismo e do protagonismo social.

O processo de reaplicação e disseminação desta Tecnologia Social pode ser expandido para outras unidades do IFRS, pois o mesmo possui 17 campi, localizados em dezesseis municípios do Rio Grande do Sul. A prática desta Tecnologia Social e sua reaplicação estaria associada à Política de Agroecologia, Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável e Educação Ambiental, que teve a sua aprovação para implementação no IFRS/RS no ano de 2019. Assim, o IFRS tem o intuito de implementar tal política em cada unidade do IFRS, constituindo os Núcleos de Agroecologia, Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável e Educação Ambiental. Os Núcleos são órgãos colegiados propositivos e consultivos para o desenvolvimento de ações de ensino, pesquisa e extensão alinhados às diretrizes das políticas públicas em questão. Os componentes dos Núcleos serão os servidores e estudantes do IFRS, estendendo-se também a membros da comunidade externa que desejarem integrá-los.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A prática de Tecnologia Social ainda é recente no Brasil e carece da regulamentação de políticas públicas que norteiem seus processos e práticas. Desta forma, esta tecnologia pode se estabelecer de forma plena na sociedade, atuando estrategicamente em ações voltadas para a redução da pobreza e das desigualdades sociais presentes no país.

É inegável assim, a participação de instituições educacionais, organizações sociais, empresas privadas e empresas públicas que vem desenvolvendo ações voltadas para a Tecnologia Social e suas formas de reaplicação. O IFRS do Campus de Viamão tem contribuído para o desenvolvimento de ações voltadas para a ecologização na cidade de Viamão/RS. Se destaca aqui a implantação do Projeto de Extensão de Hortas Escolares Agroecológicas que estimula a formação integral dos jovens das escolas públicas onde se faz presente desde 2016, com ações voltadas para a educação ambiental e a sustentabilidade. O Projeto de Extensão de Hortas Escolares Agroecológicas é uma Tecnologia Social que é disseminada em Viamão por meio das suas formas de reaplicação que proporcionam o empoderamento, a apropriação do conhecimento científico por parte dos alunos através da promoção da educação ambiental, do estímulo à alimentação saudável e de qualidade e aos hábitos relacionados à sustentabilidade e ao protagonismo social. Constatou-se que nas escolas onde as hortas escolares foram implementadas, os alunos participantes do projeto aumentaram a sua participação em ações ambientais realizadas na escola e no entorno da comunidade escolar. Esta prática auxiliou no fortalecimento da cidadania e intensificou a participação dos alunos na comunidade, onde passaram a participar de forma ativa nas questões sociais e ambientais.

A participação de vários atores de diferentes esferas sociais também é um fator importante para que o projeto se concretize no que se refere a atingir os melhores resultados. A participação coletiva é um dos pilares da Tecnologia Social e está presente no Projeto de Extensão das Hortas Agroecológicas que estimula o processo de ecologização e qualidade alimentar dos alunos das escolas públicas, mas também é utilizado como ferramenta importante no processo de ensino-aprendizado dos alunos e para o desenvolvimento de práticas pedagógicas.

Através da implantação das Hortas Escolares Agroecológicas foi possível aproximar a comunidade acadêmica da comunidade que é representada pelos professores e alunos de escolas públicas. Assim, foi possível estabelecer um diálogo entre os saberes populares e os conhecimentos científicos, enriquecendo as práticas que se fazem presentes no projeto através da troca de saberes, gerando mais autonomia e apropriação do



conhecimento por parte de todos os atores envolvidos no projeto, principalmente os alunos que estão vinculados às escolas públicas.

Destarte, as Hortas Escolares Agroecológicas permeiam as quatro dimensões da Tecnologia Social, o que faz com que a difusão e reaplicação desta Tecnologia Social se mostre favorável para ser disseminada em outras realidades educacionais passíveis de transformação social. Desta forma, acredita-se que o Projeto de Extensão das Hortas Escolares pode servir como norteador para ser implementado nas demais escolas do município de Viamão/RS e para outras escolas públicas do Rio Grande do Sul e regiões do Brasil, onde se faz necessário ações acerca da promoção da educação ambiental e da sustentabilidade. Será possível então, disponibilizar esta Tecnologia Social para um número maior escolas, levando em consideração a diversidade e particularidades de cada ambiente onde é implementada.

## 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABÍLIO, F.J. P.; FLORENTINO, H. da S. **Percepção e atividades integradoras de educação ambiental com educandos do ensino médio de Soledade-PB**. João Pessoa: UFPB, 2008.

ALTIERI, M. A. **Agroecología: principios y estrategias para diseñar sistemas agrarios sustentables**. In: SARANDON, S. J. Agroecología: el camino hacia una agricultura sustentable. Buenos Aires – La Plata, 2002.

ANDRADE, J. A.; VALADÃO, J. A. D. **Análise da instrumentação da ação pública a partir da teoria do ator-rede: tecnologia social e a educação no campo em Rondônia**. Revista de Administração Pública, v. 51, n. 3, 2017.

BARBOSA, R. R. **Gestão da informação e do conhecimento: origens, polêmicas e perspectivas**. Informação & Informação, Londrina, v. 13, n. esp., p. 1-25, 2008.

BATISTA, I. M. et al. **Horta escolar: alimentação como fonte de prazer e sustentação**. Universidade Estadual de Goiás. Goiás, s/n, p. 209 -218, 2013.

BIANCO, S.; ROSA, A. C. M. da. Instituto Souza Cruz. **Hortas escolares: a ambiente horta escolar como espaço de aprendizagem no contexto do ensino fundamental**. 2. ed. Florianópolis: Instituto Souza Cruz, 2002. 77 p.

BOLETIM UNIVERSITÁRIO. Porto alegre: UFRGS, 2008.

BRANDENBURG, A. **Movimento Agroecológico: trajetória, contradições e perspectivas**. Caminhos da agricultura. ANPPAS, 2002.

BRASIL. **Instrução normativa nº 46, de 6 de outubro de 2011**. Lei nº 10831, de 23 de dezembro de 2003. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Poder Executivo, Brasília, DF, 6 de outubro, 2011.

BRASIL. **Lei nº 11.947 de 16 de junho de 2009**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. Diário Oficial da União, 16 jun., 2009.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990.

BRASIL. Lei 9795/99. **Ministério do Meio Ambiente. Ministério da Educação**. Programa Nacional de Educação Ambiental. Brasília/DF: Ministério do Meio.

BRASIL. **Ministério da Educação e do Desporto**. Lei nº. 9.795 de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, n. 79, 28 abr. 1999.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição [da] República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988.



BRASIL. **Instrução normativa nº 46**, de 06 de outubro de 2011. Lei nº 10831, de 23 de dezembro de 2003. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Poder Executivo, Brasília, DF, 6 outubro, 2011. Seção 1, p. 8.a.

BRASIL. **Ministério da Educação**. Parâmetros Curriculares Nacionais. Meio Ambiente e Saúde. Brasília: MEC, 1997, v. 9.

BRASIL. **Ministério da Educação**. Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental. Brasília, MEC/SEF, 1997.

BRASIL. **Lei nº 11.947, de 16/06/2009**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nos 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507,

de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória no 2.178- 36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei no 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. Brasília-DF.

BRASIL. NML. **Novo Marco Legal n. 13243 de 11 de janeiro de 2016**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2016/lei-13243-11-janeiro-2016-782239-norma-pl.html>. Acesso em: 14 nov. 2020.

BRASIL. **Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003**. Dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/l10.831.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.831.htm). Acesso em: 10 nov. 2020.

BRASIL. **Lei n.13.243, de 11 de janeiro de 2016** – Código de Ciência, Tecnologia e Inovação. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Poder Executivo, Brasília, DF, 12 jan. 2016.

BRÜSEKE, F. J. **Desestruturação e desenvolvimento**. In: FERREIRA, L. da C.; VIOLA, E. (Orgs). Incertezas de sustentabilidade na globalização. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1996.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Análise Multidimensional da Sustentabilidade Uma proposta metodológica a partir da Agroecologia**. In: Agroecol. e Desenv. Rur.

Sustent., Porto Alegre, v. 3, n. 3, jul/set 2002.

CEPAGRO. **Cepagro realiza atividades de educação agroecológica a distância com comunidade escolar de São José**. Disponível em: <https://cepagroagroecologia.wordpress.com/2020/06/15/cepagro-realiza-atividades-de-educacao-agroecologica-a-distancia-com-comunidade-escolar-de-sao-jose>. Acesso em: 20 nov.2020.

COSTA, A. B.; JESUS, V. M. B. de. **Tecnologia social: breve referencial teórico e experiências ilustrativas**. In: COSTA, Adriano Borges (Org.). Tecnologia social e políticas públicas. São Paulo: Instituto Pólis; Brasília: Fundação Banco do Brasil, 2013. p. 17-31.

CRIBB, S. L. S. P. **Contribuições da educação ambiental e horta escolar na promoção de melhorias ao ensino, à saúde e ao ambiente**. REMPEC – Ensino, Saúde e Ambiente, v. 3, n. 1, p. 42-60, 2010.

DAGNINO, R. **Tecnologia Social: contribuições conceituais e metodológicas**. SciELO- EDUEPB, 2014.

DAGNINO, R. **Tecnologia Social: base conceitual**. Ciência & Tecnologia Social, v. 1, n. 1, p. 1-12, 2011.

DAGNINO, R. et al. **Sobre o marco analítico-conceitual da tecnologia social**. Tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, p. 65-81, 2004.

DAGNINO, R. P. **Enfoques sobre a relação ciência, tecnologia e sociedade: neutralidade e determinismo**, 2002. Disponível em: <http://www.oei.es/salactsi/rdagnino3.htm>. Acesso em: 16 nov. 2020.

DAGNINO, R. P. **Tecnologias Sociais: ferramenta para construir outra sociedade**. Campinas: Unicamp, 2009.

EMBRAPA. **Hortas urbanas para segurança alimentar**. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/44445782/hortas-urbanas-para-seguranca-alimentar>. Acesso: 1º nov. 2020.

FARFÁN, S. J. A. **Diagnóstico de Hortas Comunitárias no Dipolo Juazeiro-BA e Petrolina-PE: perfil e demandas de pesquisas**. 105p. Tese (Doutorado). Juazeiro: UNEB, 2008.

FARFAN, S. J. A.; ARAGÃO, C. A.; ALBUQUERQUE, G.C.A.A. Hortas

Comunitárias Urbanas no Dipolo Juazeiro-BA Petrolina-PE: perfil social econômico e demandas de apoio. In: II SEMILUSO SEMINÁRIO LUSO-BRASILEIRO, AGRICULTURA FAMILIAR E DESERTIFICAÇÃO, 2008. João

Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2008.

FBB - FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL. **Tecnologia Social**. Disponível em: <https://fbb.org.br/pt-br/viva-voluntario/conteudo/tecnologia-social>. Acesso em: 2 nov. 2020.

FEDRIZZI, B. **Paisagismo no Pátio Escolar**. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 1999.

FIOGRUZ. **Tecnologia Social**. Disponível em: <http://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/dicionario-jornalistico/tecnologia-social>. Acesso em: 1º nov.2020.

FIOREZE, C. et al. **Núcleo de Estudos em Agroecologia e Produção Orgânica de Viamão-RS (Eco Viamão): ações de formação e promoção da sustentabilidade**. Cadernos de Agroecologia, v. 13, n. 1, 2018.

FIOREZE, C. **Projeto de Núcleo de Estudos em Agroecologia e Produção Orgânica de Viamão – Eco Viamão**. Chamada MCTI / MAPA / CNPq nº 02/2016. IFRS, Viamão. 2016. 35 p.

FLEURY, A.; BA, Awa. **Multifunctionality and Sustainability of Urban Agriculture**, 2005.

FNDE - FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO. Horta

Escolar ajuda a Formar Crianças mais Saudáveis e Conscientes. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/>. Acesso em: 20 nov.2020.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da Pesquisa Científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL (FBB). **Banco de Tecnologias Sociais**. Disponível em: <https://www.fbb.org.br/relatorio2018/?id=11>. Acesso em: 30 out. 2020.



GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar**. Rio de Janeiro: Record, 1997.

GRIGORI, P. 118 **Agrotóxicos são Aprovados Durante a Pandemia, Liberação é 'Serviço Essencial**. Repórter Brasil. 13 de maio de 2020. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2020/05/96-agrotoxicos-sao-aprovados-durante-a-pandemia-liberacao-e-servico-essencial/>. Acesso em: 15 nov. 2020.

IAS - INSTITUTO AYRTON SENNA. Disponível em: <https://institutoayrtonsenna.org.br/pt-br/quem-somos.html>. Acesso em: 2 nov. 2020.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Cidades e

Estados. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rs/viamao.html>. Acesso em: 20 nov. 2020.

IFRS - CAMPUS VIAMÃO. **Programa Eco Viamão**: IFRS, 2018. Disponível em: <http://www.escolas.inf.br/rs/viamao>. Acesso em: 10 dez. 2019.

INEP. **Catálogo de Escolas**. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/inep-data/catalogo-de-escolas>. Acesso em: 20 nov. 2020.

IRALA, C. H.; FERNANDEZ, P. M. **Manual para Escolas: a escola promovendo hábitos alimentares saudáveis**. Brasília: Ministério da Educação, 2001. 50 p.

ITS - INSTITUTO DE TECNOLOGIA SOCIAL. **Tecnologia Social no Brasil: direito à ciência e ciência para cidadania**. Caderno de Debate. São Paulo: Instituto de Tecnologia Social, 2004.

ITS - INSTITUTO DE TECNOLOGIA SOCIAL. **História**. Disponível em: <http://itsbrasil.org.br/quem-somos>. Acesso em: 15 nov. 2020.

ITS - INSTITUTO DE TECNOLOGIA SOCIAL. **Reflexões sobre a construção do conceito de tecnologia social**. In: DE PAULO, A. et al. *Tecnologia Social: uma estratégia para o desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, 2004.

ITS - INSTITUTO DE TECNOLOGIA SOCIAL. **Tecnologia Social**. Disponível em <http://www.itsbrasil.org.br/cbrts/tecnologia-social> Acesso em: 7 jan. 2020.

ITS - INSTITUTO DE TECNOLOGIA SOCIAL. **Conhecimento e Cidadania 2: Tecnologia Social e Desenvolvimento Participativo**, 2007. 52 p. Disponível em: [http://www.itsbrasil.org.br/sites/itsbrasil.w20.com.br/files/Digite\\_o\\_texto/Caderno\\_-\\_Serie\\_Conhecimento\\_e\\_Cidadania](http://www.itsbrasil.org.br/sites/itsbrasil.w20.com.br/files/Digite_o_texto/Caderno_-_Serie_Conhecimento_e_Cidadania). Acesso em: 10. nov. 2020.

LEFF, E. **Ecologia, Capital e Cultura**. Blumenau: FURB Editora, 2000.

LEFF, E. **Ecología y capital**. Racionalidad ambiental, democracia participativa y desarrollo sustentable. México: Siglo XXI/UNAM Editores, 1994.

LOUREIRO, C. F. B.; TORRES, J. R. (Orgs.). **Educação ambiental: dialogando com Paulo Freire**. São Paulo: Cortez, 2014.

MINAG - MINISTERIO DE LA AGRICULTURA. **Manual Técnico de Organopónicos y Huertos Intensivos**. INIFAT. GNAU. Ciudad de La Habana, Cuba, 2000.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES. **Tecnologia Social**. MCTIC/2018. Disponível em: <https://www.mctic.gov.br>. Acesso em: 9 jan. 2020.

MOLINA, L. G. **Tecnologia de informação e comunicação para gestão da informação e do conhecimento**: proposta de uma estrutura tecnológica aplicada aos portais corporativos. In: VALENTIM, Marta (Org.). *Gestão, mediação e uso da informação*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. p. 143-167.

MOUGEOT, L. J. A (2000b). **Urban Agriculture Definition, Presence, Potentials and Risks**. Nico Bakker, Marielle Dubbeling, Sabine Guendel, Ulrich Sabel-Koschella e Henk de Zeeuw (Eds.), *Growing Cities, Growing Food*.

MOUGEOT, L. J. A. **Urban agriculture: definition, presence, potentials and risks**. In: ZEEUW, H. et al. *Growing Cities, Growing Food - Urban Agriculture on the Policy Agenda - A Reader on Urban Agriculture*. Alemanha: Henk de Zeeuw, p. 1-42, 2000.

MOUGEOT, L. J. A.; NOVAES, H. T.; BRANDÃO, F. C. **Sobre o marco analítico- conceitual da Tecnologia Social**. In: Antonio Paulo. (Org.). *Tecnologia Social, uma estratégia para o desenvolvimento*. BRASÍLIA: MCT, 2004.

NEWMAN, P.; KENWORTHY, J. **Sustainability and Cities – Overcoming Automobile Dependence**. Washington: Copyright. 1999.

PACHECO, C. G.; VALENTIM, M. L. P. **Informação e conhecimento como alicerces para a gestão estratégica empresarial**: um enfoque nos fluxos e fontes de informação. In: VALENTIM, Marta (Org.). *Gestão, mediação e uso da informação*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. p. 319-341.

PORTUGAL, É. D. J.; FLOR, T. L.; ROSA, E. S. M. D.; MARTINS, J. C. (2019). **Construindo conhecimento com a horta escolar**: implantação da horta em uma Escola Municipal em Posto da Mata-BA.

RELATÓRIO DE 6 ANOS DA RTS. **Rede de Tecnologias Sociais**. Disponível em: [http://www.rts.org.br/bibliotecarts/publicacoes/relatorio\\_6anos\\_jul14.pdf](http://www.rts.org.br/bibliotecarts/publicacoes/relatorio_6anos_jul14.pdf). Acesso em: 20 nov. 2020.

RIBEIRO, E. A. **A perspectiva da entrevista na investigação qualitativa**. Evidência: olhares e pesquisa em saberes educacionais, Araxá/MG, n. 04, p.129-148, maio de 2008.

RODRIGUES, I.; BARBIERI, J. C. **A emergência da tecnologia social**: revisando o movimento da tecnologia apropriada como estratégia de desenvolvimento sustentável (Resenha). In: *Revista de Administração Pública (RAP)*. Rio de Janeiro, v. 42, n. 6. pp. 1069-94, nov./dez., 2008.

RODRIGUES, I.; BARBIERI, J. C. **Caderno Tecnologia Social - Conhecimento e Cidadania 1**, fev. 2007. Disponível em: <http://www.itsbrasil.org.br>. Acesso em: 22 fev. 2020.

ROSA, M. V. F. P. C.; ARNOLDI, M. A. G. C. **A entrevista na pesquisa qualitativa**: mecanismos para a validação dos resultados. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2006. 112 p.

RUTKOWSKI, J. **Rede de Tecnologias Sociais**: pode a tecnologia proporcionar desenvolvimento social? In:



LIANZA, S.; ADDOR, F (Org). **Tecnologia e Desenvolvimento Social e Solidário**. Porto Alegre/RS: Editora UFRGS, 2005.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DO ESPORTE DO PR. **Educando com a Horta chega a mais 56 escolas neste ano**. Disponível em: <http://www.educacao.pr.gov.br/Noticia/Educando-com-Horta>. Acesso em: 20 nov. 2020.

SILVA, S. M. et al. **O Uso do Questionário Eletrônico na Pesquisa Acadêmica**: Um Caso de Uso na Escola Politécnica da Universidade de São Paulo. In: II SEMEAD – Seminários em Administração do Programa de Pós-Graduação em Administração da FEA/USP, 1997. p.408- 421.

TECNOLOGIA SOCIAL, ITS BRASIL – INSTITUTO DE TECNOLOGIA SOCIAL. **Tecnologia Social**, 2018. Disponível em: <http://itsbrasil.org.br/conheca/tecnologia-social/>. Acesso em: 11 dez. 2019.

TEIXEIRA, R. F. F. **Compostagem**. In: **HAMMES, V.S. (Org.)** Educação Ambiental para o Desenvolvimento Sustentável. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2002, v.5, p.120-123.

THE YOUNG FOUNDATION. **A Reflection on Strenghtening Social Innovation in Colombia, 2014**. Disponível em: <https://youngfoundation.org/wp-content/uploads/2014/02/A-Reflection-on-Social-Innovation-in-Colombia.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2019.

THOMAS, H. E. **Tecnologias para Inclusão Social e Políticas**. Tecnologias Sociais. Caminhos para Sustentabilidade., Brasília/DF. s.n, 2009.

VIVIANE, T. **Tecnologia Social, EPSJV/ Fiocruz**. Disponível em: <http://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/dicionario-jornalistico/tecnologia-social>. Acesso em: 20 nov. 2020.





PANORAMA DA IMPLANTAÇÃO DE BIODIGESTORES  
COMO TECNOLOGIA SOCIAL NO ÂMBITO DO  
PROGRAMA NACIONAL DE HABITAÇÃO RURAL:  
EXPERIÊNCIA NO SEMIÁRIDO PERNAMBUCANO



## RESUMO

O biodigestor é uma tecnologia social de baixo custo que ajuda a combater diversos problemas ambientais e contribui com a dinâmica política e social das comunidades, sendo uma ferramenta poderosa no desenvolvimento Socioambiental de comunidades rurais, como aquelas localizadas no semiárido pernambucano. O objetivo deste trabalho é discutir a ação desenvolvida pela Diaconia no semiárido, com o biodigestor equipando casas do Programa Nacional de Habitação Rural, como forma de propor novas políticas públicas a partir de um conhecimento local, sistematizado em tecnologia social e replicável em diversas regiões.

**Palavras-chave:** Biodigestor, Mudanças Climáticas, Mobilização Social



# 1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho procura discutir a respeito de Tecnologias Sociais apropriadas a realidade da agricultura familiar do Semiárido e que promovam o aumento da resiliência dessas famílias frente as mudanças climáticas. Neste documento, a experiência analisada é a implantação de Biodigestores em comunidades rurais da região do semiárido pernambucano, dentro do Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR) em parceria com a Organização Não Governamental Diaconia, através do Fundo Socioambiental CAIXA.

Os biodigestores são tecnologias simples, que produzem biogás e biofertilizante a partir da fermentação de dejetos orgânicos. Foi difundido a partir da Índia e China, depois Europa, África e Américas e agora vem sendo adaptado à realidade do Semiárido Nordeste, onde foi batizado pela Diaconia como “Biodigestor Sertanejo”. A utilização do biodigestor sempre buscou atender necessidades locais, como a crise energética (falta de combustíveis fósseis, energia elétrica, lenha e carvão), houve casos de ser utilizado principalmente visando o saneamento básico no meio rural e também para a produção de adubo orgânico. Atualmente, associa-se o uso do biodigestor às questões citadas acima e soma-se a necessidade de mitigação e adaptação às mudanças climáticas e eventos extremos, tema em pauta no mundo inteiro, visto que é uma fonte de energia limpa que diminui a emissão do gás de efeito estufa, diminui a pressão por lenha e carvão, evitando o desmatamento e gera biomassa a ser incorporada aos solos agrícolas.

Com o aumento do aquecimento global, mudanças climáticas e seus eventos extremos, a região semiárida do Nordeste brasileiro é diretamente afetada pelos efeitos destes fenômenos ambientais, caminhando a passos largos rumo a desertificação. Note-se que esta região sempre foi caracterizada pelo déficit hídrico, chuvas irregulares, solos rasos e desprotegidos. Por outro lado, essa região sempre foi tida como inviável e que necessitava de ajuda de outras regiões desenvolvidas do país e do mundo, o que justificava a construção de grandes infraestruturas hídricas para o ‘combate à seca’. No entanto, essas medidas não atingiram seus objetivos, pois não há como combater o processo natural das estiagens, as grandes obras entraram em colapso (muita evaporação, perdas de água por infiltração e salinização dos solos). Ainda nesse contexto, a população local desenvolveu dependência de políticas assistencialistas e conseqüentemente baixa-autoestima e perda de identidade territorial. Na contracorrente, a partir dos anos 90, um conjunto de atores sociais e organizações da sociedade civil que atuam na região com princípios baseados na educação popular e agroecologia, com o apoio principalmente da Cooperação Internacional, apresentam um novo olhar para esse território e sua população, propondo um processo de formação e mobilização para a ‘Convivência com o Semiárido’, denunciam as ameaças e anuncia interna e externamente as potencialidades deste território (o bioma Caatinga que só existe no Brasil, com sua biodiversidade e riqueza, que é a região semiárida mais chuvosa do mundo etc.) e seu povo (alegre, forte, resistente, criativo e de uma riqueza cultural extraordinária). Enfim, um novo olhar para a região! Foi criada a ‘Articulação no Semiárido’ e esse movimento, por ser local, conseguiu identificar, sistematizar e reaplicar várias estratégias criadas pelas próprias famílias sertanejas para superar a crise geradas pelas grandes estiagens, armazenar água e conviver com esse ambiente. Daí se multiplicaram um conjunto de tecnologias sociais de armazenamento de água das chuvas, como as cisternas de placa, cisterna calçadão, enxurrada, barragens subterrâneas, barreiro trincheira, tanques de pedra, cisternas escolares, casas de sementes etc. Com o apoio do Governo Federal de então, esta ação se tornou uma política pública de acesso à água. Toda essa ação conseguiu aumentar a autonomia das famílias e seu poder de resiliência, criando autoestima e reforço da sua identidade territorial. Mas a conquista do direito à segurança hídrica e alimentar desse povo, não só gerou melhores condições materiais e sim, uma nova dinâmica política e organizativa, em busca de novos direitos, mais autonomia e Políticas Públicas adequadas ao desenvolvimento sustentável da região.

A ideia de construção de habitações rurais (PNHR) equipadas com biodigestores para geração de gás de cozinha (apoio financeiro do Fundo Socioambiental da Caixa Econômica Federal), foi implementada pela Diaconia, nesse contexto de aumento da autonomia dessas famílias e que servisse de inspiração e referência de políticas públicas para o meio rural. No caso estudado, denominado como sendo uma tecnologia social de produção de biogás (metano) para suprir parte das necessidades energéticas da agricultura familiar como alternativa ao uso de gás butano, de lenha e carvão vegetal. O uso de biodigestores para produção de gás metano em substituição ao uso do gás butano é algo novo e ainda pouco estudado em se tratando de agricultura familiar do semiárido.

Diante do exposto e compreendendo que há um amplo campo de expansão do uso de biodigestor como alternativa energética para produção de biogás (metano) a partir do aprofundamento sobre uso do biogás como alternativa energética no âmbito familiar, focando no uso prático do biodigestor por famílias agricultoras, o presente artigo apresenta elementos que contribuem fortemente para divulgação e disseminação desta tecnologia como alternativa para produção de gás de cozinha em substituição ao uso de lenha, carvão vegetal e gás butano para atividades domésticas no âmbito da agricultura familiar do semiárido.

## 2. OBJETIVO

Apresentar o panorama da implantação de biodigestores no Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR) como tecnologia social de mitigação e adaptação às mudanças climáticas no Semiárido Pernambucano.

## 3. METODOLOGIA

Os resultados foram obtidos pela análise de dados secundários levantados a partir de material bibliográfico e documental, constituído principalmente de livros, artigos científicos e documentos técnicos (manuais, cartilhas, dentre outros) relacionados aos temas abordados na pesquisa.

O documento principal utilizado foi a sistematização da experiência desenvolvida pela ONG Diaconia, no Projeto que integrou o Biodigestor ao Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR) e foi desenvolvido em 4 regiões do país, com o apoio do Fundo Socioambiental Caixa.

No presente artigo, foi optado por focar os estudos apenas na experiência realizado no Semiárido pernambucano, já que foi nesse estado onde se desenvolveu o Biodigestor Sertanejo.

## 4. ANÁLISE

De acordo com avaliações da Diaconia (2016), O biodigestor apresenta características já comprovadas no que diz respeito à sustentabilidade, observada na produção, armazenamento e utilização de biogás em fogões domésticos. Gerado a partir do esterco animal, todo biogás necessário é produzido de forma autônoma, promovendo economia imediata, pois elimina a compra de botijão, é ecologicamente correto porque evita a emissão dos gases presentes no esterco animal contribuindo para a preservação da camada de ozônio, bem



como evita o desmatamento e previne doenças respiratórias porque elimina a fuligem resultante da queima de carvão e lenha. Também produz biofertilizante e esterco curtido, que são utilizados na produção de milho, feijão, forragem, hortaliças, árvores frutíferas e outras culturas.

De forma conceitual, para a Rede de Tecnologia Social (RTS), define que: “Tecnologia social são técnicas e metodologias transformadoras, desenvolvidas na interação com a população, que representam soluções para a inclusão social”. (DAGNINO, BRANDÃO e NOVAES, 2004. p. 91). Nesse sentido, não só o equipamento transforma a realidade local, mas também a metodologia aplicada em cada situação promove a construção e apropriação do conhecimento da realidade, gerando novos compromissos, inserção participativa e a inclusão social.

Na busca de encontrar um modelo mais adequado a realidade do Semiárido, com materiais mais acessíveis, de baixo custo e de fácil manuseio, a Diaconia junto com o Projeto Dom Helder Câmara, desenvolveu o Biodigestor Sertanejo a partir do modelo indiano. A iniciativa buscou baratear e simplificar a construção, de modo que a tecnologia pudesse ser reaplicada na região semiárida.

Esta nova forma de construir o biodigestor carrega o mesmo princípio do modelo indiano para gerar o gás, o que modificou foi o material utilizado para construir a câmara de fermentação, onde o tanque é feito com placas de cimento pré-moldado (técnica utilizada na construção de cisternas) e a construção da cúpula de armazenamento do gás, que é uma caixa d’água adaptada (DIACONIA, 2014).

O envolvimento nesse processo das famílias e comunidades, se dá a partir da mobilização social nas associações de moradores, sindicatos de trabalhadores rurais, conselhos municipais de desenvolvimento sustentável etc. Os cursos, intercâmbios e assessoria técnica permitem que as famílias façam a manutenção do biodigestor, utilizem o gás de forma adequada e autônoma e apoiem a reaplicação da tecnologia em outras comunidades.

A partir das capacitações de mão de obra local e a utilização de materiais simples, que podem ser encontrados em armazéns próximo a comunidade, permitindo gerar emprego e renda local, aumentando a sustentabilidade da iniciativa. Servindo de proposta sustentável para formatação de Política Pública pois gera ganhos sociais, econômicos e ambientais, qualificando as habitações rurais e a vida no campo.

O envolvimento das famílias e atores locais foi potencializado a partir de Encontros de Sensibilização e Mobilização, que contaram com a participação das organizações parceiras para a divulgação da tecnologia e gerar discussões no Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável.

Nos cursos de Construção de Biodigestores, devido a metodologia contextualizada e prática, todos participaram de forma efetiva o que ajuda na compreensão e domínio das técnicas. A realização desses cursos se deu nas comunidades e finalizou com um biodigestor pronto, o que contribui pra exercitar as teorias e práticas da manutenção e manejo do sistema.

As visitas técnicas foram realizadas antes, durante e depois da construção da tecnologia trazendo aspectos fundamentais para a sustentabilidade do projeto. O monitoramento anima as famílias para seguir todas as etapas adequadamente e com a ajuda do material de apoio (Cartilha: 12 Passos para Construir um Biodigestor) e o bom funcionamento, as famílias se tornam multiplicadoras de experiência na geração da própria energia.

Como critério de seleção, para que a família fosse envolvida no projeto, precisava está selecionada no PNHR e desenvolver a criação animal em sua propriedade. Em pesquisas feitas diretamente com as famílias, em relação ao interesse pelo biodigestor e criação animal em sua propriedade, foi selecionado entre candidatos com

perfil necessário, 78% de mulheres. Observou-se também, que houve o interesse das mulheres também nos encontros e capacitações, representando 57% dos participantes dos eventos. Essa participação e interesse demonstra claramente a importância e viabilidade do biodigestor para o uso doméstico, facilitando assim a vida das mulheres, liberando do trabalho em encontrar lenha e dificuldades pra fazer fogo inalando fumaça.

A família selecionada deve se comprometer com a participação nos eventos de formação e reaplicação do sistema, participar do processo de locação, escavação, construção (servente) e montagem do equipamento. Esta contrapartida familiar gera mais compromisso com a ação, pertencimento e apropriação com a tecnologia, sendo também uma forma de mobilizar a comunidade em mutirões.

## 5. RESULTADOS

No geral, o projeto “Biodigestor: uma tecnologia social no Programa Nacional de Habitação Rural, executado pela Diaconia em parceria com o Fundo Socioambiental da Caixa Econômica Federal, implantou 395 biodigestores, em 06 estados de 04 regiões do país, mobilizando 201 comunidades de 39 municípios.

Em Pernambuco, foco deste estudo, o projeto construiu 141 biodigestores, em 44 comunidades, de 5 municípios do Sertão do Pajeú e do Agreste Meridional.

A utilização de tecnologias sociais em comunidades rurais no semiárido, não só suprime necessidades imediata, como promove um grande salto qualitativo na dinâmica social e organizativa das pessoas envolvidas. Visto que, essas famílias passam a entender e se comprometer com as questões ambientais e sociais da comunidade, tornando-se referências locais. As ações de formação realizadas pelas ONG's, no processo de implementação dessas tecnologias, abrem espaço para o diálogo sobre a agroecologia, direitos humanos, relação de gênero, participação social etc. O que transcende a lógica e necessidade local e coloca o indivíduo numa condição de sujeito social, que tem muito mais direitos individuais e deveres coletivos e até globais. Esta nova condição, demanda de cada um ator social uma postura mais coletiva e uma visão sistêmica do espaço em que está inserido. Desta forma, a decisão de utilizar uma fonte simples de energia limpa em detrimento a matriz energética convencional, é uma postura política e libertadora, tornando o seu agroecossistema cada vez mais autossustentável e independente de recursos externos.

“Quando ouvi falar do biodigestor pela primeira vez, pensei que fosse mentira. Nunca imaginei que do esterco saísse gás de cozinha”. Relata Sr. Francisco Paulo Victor, agricultor de Bom Conselho-PE.

Em muitas situações críticas em que as famílias agricultoras se encontram, a solução está muitas vezes no próprio agroecossistema, bem perto, porém eles não veem e vão buscar soluções fora do sistema. A metodologia utiliza de visitas de intercâmbio para a troca de experiências, promove um diálogo horizontal em que todos podem tirar dúvidas, entender a linguagem e perceber que podem experimentar ou adaptar esses conhecimentos a sua realidade.

“A simplicidade na implantação, os impactos ambientais positivos e a autonomia energética das famílias para a preparação dos alimentos fazem com que a cada dia mais pessoas, entidades e o Poder Público queiram saber o que é e como funciona o biodigestor”, defende Carmo Fuchs, Coordenador do projeto.



A forma como as ações são executadas em campo, gerando parcerias e envolvendo atores sociais, famílias, mobilizando comunidades inteiras, representa o maior ganho nesse tipo de projeto. É gratificante pra todo mundo envolvido, desde os técnicos até as famílias, criando um laço de solidariedade.

“Tem uma questão muito legal que é a reaplicação da tecnologia. Então onde tem um agricultor já capacitado os vizinhos querem saber e já se interessam para expandir uma tecnologia que é bastante sustentável”, considera Noemi Lemes, Superintendente Nacional de Habitação da CAIXA.

A construção e apropriação de novos conhecimentos, amplia as possibilidades de resistência dessas famílias e aumenta as chances para que o povo permaneça em suas comunidades e territórios.

## 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DIACONIA. **Replicando o biodigestor a partir da mobilização social**. Recife – PE, 2016. DIACONIA, 12 passos para a construção de um biodigestor. Recife – PE, 2014

DAGNINO, Renato. BRANDÃO, Flávio Cruvinel. NOVAES, Henrique Tahan. **Sobre o marco analítico-conceitual da tecnologia social**. In: Tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento. Fundação Banco do Brasil, Rio de Janeiro, 2004.

# **GT 15: Movimentos Sociais e Ação Coletiva em Comunidades Tradicionais**

---





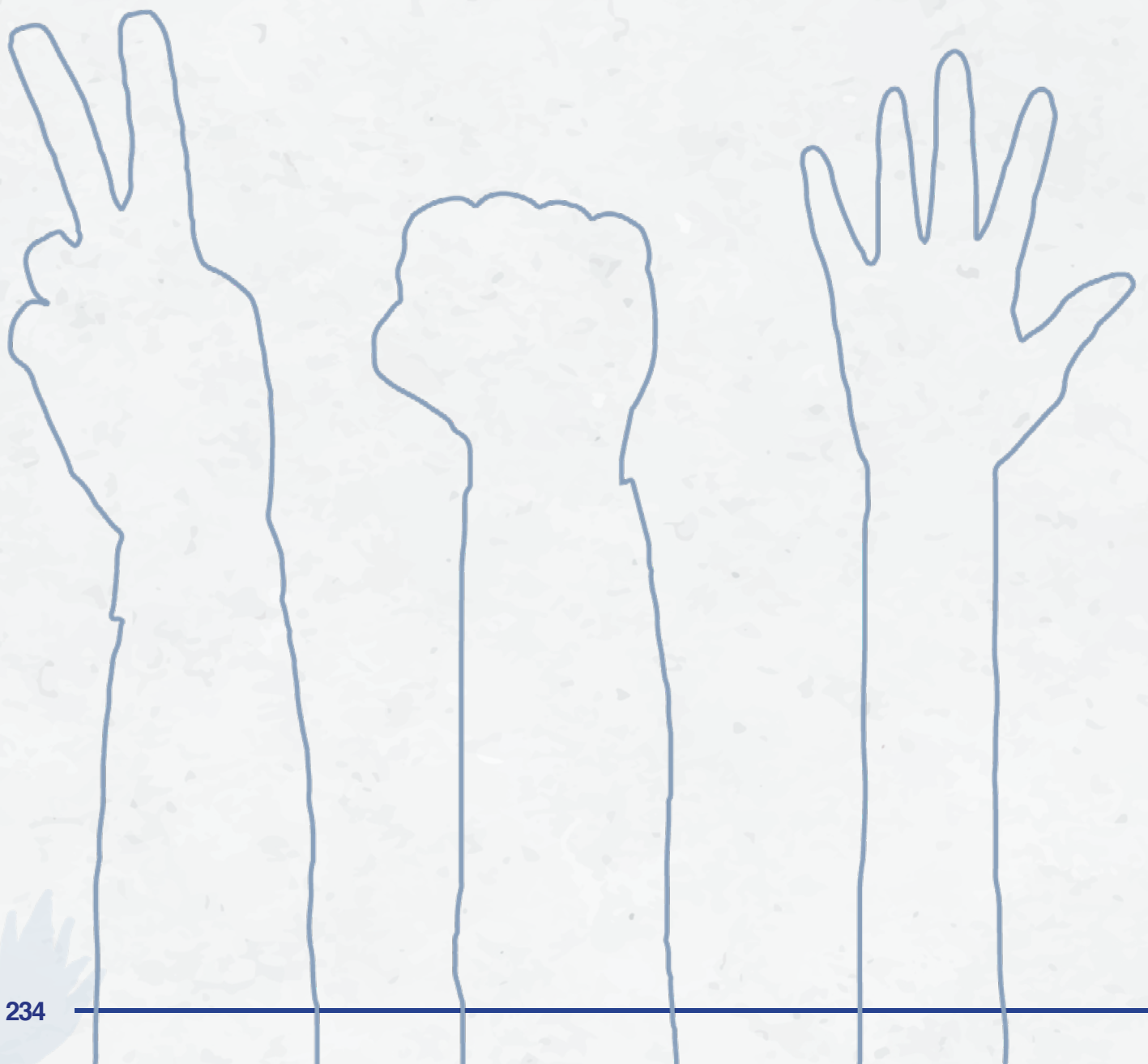


---

## Líderes:

- Luciana Rodrigues Ferreira (UNAMA)
- Nelson Russo de Moraes (UNESP)
- Raoni Fernandes Azerêdo (UFOPA)
- Sandro Benedito Sguarezi (UNEMAT)







A constituição de um território político: a gênese e a atuação de uma organização da sociedade civil na região de Suape/PE

*The constitution of a political territory: the genesis and performance of a civil society organization in the region of Suape / PE*

Manoel Pedro Vieira Filho  
Aluno da Especialização em Gestão Pública/UFRPE  
Currículo Lattes:<http://lattes.cnpq.br/2021040415314177>

Débora Coutinho Paschoal Dourado  
Prof.<sup>a</sup>Dr.<sup>a</sup>. do Programa de Pós-Graduação em Administração (PROPAD) da UFPE  
Currículo Lattes:<http://lattes.cnpq.br/2657393049675305>

Marcus Santos de Sousa  
Prof. Assistente do curso de Administração da UESPI  
Currículo Lattes:<http://lattes.cnpq.br/1662589541834233>

## RESUMO

A participação social e o protagonismo de atores da sociedade civil são temas centrais para instituições e movimentos sociais comprometidos com as transformações na cultura política e na conjuntura social brasileira (INSTITUTO POLIS, 2016). Isso, é importante principalmente, no que se refere a grandes projetos e investimentos em infraestrutura espalhados pelo Brasil. Em Pernambuco, presenciou-se uma retomada do crescimento econômico viabilizado pelo alinhamento entre atores governamentais, empresariais e da sociedade civil (BACELAR, 2013). Com isso, iniciou-se a construção do Complexo Portuário Industrial de Suape - CIPS, localizado entre os municípios de Ipojuca e Cabo de Santo Agostinho, a 40 km ao sul do Recife (SUAPE, s/d). Desta forma, o objetivo central deste artigo é compreender a atuação de uma organização da sociedade civil diante da construção do Complexo Portuário Industrial de Suape (CIPS) no litoral sul de Pernambuco. Quanto à metodologia, adotou-se a perspectiva qualitativa e quanto ao meios, foram utilizadas a observação não-participante e a entrevista semiestruturada. Já a análise dos dados foi realizada mediante Análise de Conteúdo (AC). Portanto, a pesquisa permitiu averiguar que o próprio histórico de luta social do município do Cabo de Santo Agostinho/PE contribuiu para o surgimento de novas agendas públicas de discussão e para a formação de uma nova organização da sociedade civil voltada às implicações socioambientais do CIPS.

**Palavras-chave:** CIPS. Participação Social. Sociedade Civil. Suape.

## ABSTRACT

Social participation and the role of civil society actors are central themes for institutions and social movements committed to changes in political culture and the Brazilian social context (INSTITUTO POLIS, 2016). Mainly, with regard to large infrastructure projects and investments throughout Brazil. In Pernambuco, there was a resumption of economic growth made possible by the alignment between government, business and civil society actors (BACELAR, 2013). As a result, construction began on the Suape Industrial Port Complex - CIPS, located between the municipalities of Ipojuca and Cabo de Santo Agostinho, 40 km south of Recife (SUAPE, s / d). Thus, the central objective of this article is to understand the role of a civil society organization in the construction of the Suape Industrial Port Complex (CIPS) on the south coast of Pernambuco. As for the methodology, the qualitative perspective was adopted and as for the means, non-participant observation and semi-structured interviews were used. Data analysis was performed by Content Analysis (CA). Therefore, the research allowed to ascertain that the very history of social struggle in the municipality of Cabo de Santo Agostinho / PE contributed to the emergence of new public agendas for discussion and to the formation of a new civil society organization focused on the social and environmental implications of CIPS.

**Keywords:** CIPS. Social Participation. Civil society. Suape.



# 1. INTRODUÇÃO

A participação social e o protagonismo de atores da sociedade civil são temas centrais para instituições e movimentos sociais comprometidos com as transformações na cultura política e na conjuntura social brasileira (INSTITUTO POLIS, 2016).

No Brasil, entre o período de 2003 a 2008, houve o estabelecimento de políticas macroeconômicas e um crescimento de instâncias participativas (DOWBOR, 2011; COCCO, 2014). Contudo, é sabido que nos assuntos mais estratégicos, a participação social é ainda praticamente inexistente ou limitada (COCCO, 2014).

Em Pernambuco, depois de dificuldades na segunda metade do século XX, o estado presenciou uma retomada do crescimento econômico viabilizado pelo alinhamento entre atores governamentais, empresariais e da sociedade civil (BACELAR, 2013). Inserido nesse contexto, iniciou-se a construção do Complexo Portuário Industrial de Suape - CIPS, localizado entre os municípios de Ipojuca e Cabo Santo Agostinho, a 40 km ao sul do Recife (SUAPE, s/d).

Contudo, ao longo da construção do CIPS houve mudanças no modo de vida e na relação que diversas comunidades tradicionais desenvolveram na região. Inclusive, impelindo-os a se organizar para discutir o futuro dessa região (VIEIRA FILHO; MENDES, 2014). Diante de tal quadro social, pescadores da localidade “estudaram a região, passaram a se informar sobre o meio ambiente, aliaram-se a ambientalistas, buscaram a Justiça e até mesmo a ONU, em 2011, para denunciar os desmandos” (JORNAL DO COMMERCIO, 2013).

Assim, compreende-se que é preciso um aprofundamento quanto a efetiva participação dos representantes da sociedade civil, principalmente, na construção de grandes projetos viabilizados por políticas governamentais.

## 2. OBJETIVOS

O objetivo central deste artigo é compreender o processo de formação de uma organização da sociedade civil a partir do contexto da construção do CIPS. A partir desse objetivo geral, foram delineados os seguintes objetivos específicos: descrição histórica do CIPS a partir das políticas governamentais que atuaram em Pernambuco; identificação das organizações da sociedade civil (OSC) presentes na região de Suape; escolha e caracterização de uma OSC da localidade e por fim, análise da atuação da organização escolhida a partir da instalação do CIPS na região de Suape.

## 3. JUSTIFICATIVA

O presente estudo do ponto de vista teórico procura contribuir nas pesquisas que discutem participação social no âmbito da sociedade civil, e do ponto de vista prático o artigo visa munir gestores e representantes da sociedade civil na operacionalização desses conceitos.

## 4. REFERENCIAL TEÓRICO

### 4.1. SOCIEDADE CIVIL E PARTICIPAÇÃO SOCIAL: ESTABELECENDO UM TERRITÓRIO POLÍTICO

Historicamente, o termo “sociedade civil” é bastante antigo e a sua origem se encontra na polis grega (ALVES, 2004). No contexto europeu, esteve no pensamento político até o século XVIII e nesse período, o seu significado era sinônimo de Estado ou sociedade política (KUMAR, 1996). Além disso, as contribuições de Jean Cohen, Andrew Arato e Habermas indicam que a sociedade civil é plural e heterogênea, e que por meio de sua ação coletiva se constitui como movimento e instituição nas relações entre sociedade, estado e mercado (TEIXEIRA, 1999a). Por fim, atualmente, a sociedade civil pode assumir uma multiplicidade de formas sociais abrangendo desde grupo de indivíduos até organizações que tentam remodelar a sociedade (BAIÃO et al, 2015).

Com essa perspectiva, compreende-se que ela está situada num território propício para relações e construções de espaços públicos entre os atores participantes (TEIXEIRA, 1999b). Dessa forma, pode-se entender a sociedade civil como um território o qual é um ‘espaço político por excelência’ (RAFFESTIN, 1993, p. 59), no qual se percebem as reorganizações políticas, as possibilidades e os problemas (HARVEY, 2005).

Sendo a sociedade civil um território político, percebe-se a importância do empoderamento. Consoante Barquero (2012), esse conceito é multifacetado e em linhas gerais, significa uma conscientização crítica acerca da realidade. Ainda conforme a autora, o empoderamento se divide em três aspectos: (a) o individual o qual ocorre de forma relacional e que atua no nível psicológico, bem como direciona o indivíduo a reunir conhecimento e força para mudar a sua vida; (b) o organizacional que se situa na e pela organização, e tem a finalidade de fornecer autonomia, participação e poder de decisão aos membros da organização; e (c) o comunitário que é um processo pelo qual permite aos atores de uma comunidade a conquista de seus direitos.

Para compreender como se forma esse território político e o processo de empoderamento, elaborou-se o quadro 01 que pode inspirar como as dimensões organizacionais de uma determinada organização da sociedade civil interferem nesses aspectos:

**Quadro 01** – O empoderamento e as dimensões organizacionais

FINALIDADE	DIMENSÕES	SUBCATEGORIAS
Empoderamento	Sociocultural	Identidade cultural e política
	Estrutural	Formato organizacional
		Relacionamento externo e interno
	Política	Orientação Política
		Inserção na ordem social

Fonte: Adaptado de Teodósio (2014).



Com base no quadro acima, depreende-se que na dimensão sociocultural, tem-se a identidade cultural e política as quais se referem tanto aos grupos minoritários ou majoritários que podem vir a constituir a identidade de uma determinada OSC. Já na dimensão estrutural, tem-se o formato organizacional e o relacionamento interno e externo. O primeiro inclui desde organizações com baixa formalidade até aquelas mais formalizadas por meio de normas e regras, já a segunda subcategoria diz respeito às relações estabelecidas com outras OSC's e entre os próprios membros internos; em síntese, é nessa subcategoria que se podem observar as relações de poder. Por fim, a dimensão política é contemplada pela orientação política e pela inserção na ordem social: a primeira representa as ideologias que fundamentam as ações da OSC, e a segunda diz respeito a sua capilaridade na ordem social a qual é empregada por meio de recursos simbólicos, econômicos ou políticos (TEODÓSIO, 2014).

Com o que fora apresentado nessa explanação, nota-se a importância de se compreender o que são as organizações da sociedade civil. Nesse sentido, essas organizações são imprescindíveis para a promoção do debate público e para o empoderamento dos diversos segmentos sociais, de modo que o poder público tenha compromissos e respostas aos anseios da sociedade como um todo (TEIXEIRA, 1999a). Disso, percebe-se a necessidade de se discutir a participação social tendo em vista que a efetividade e o empoderamento de uma OSC passa necessariamente pelas vias participativas.

Inicialmente, a ideia de participação social advém da contribuição dos gregos (TEIXEIRA, 1997). Para esses, sustenta Crick (1996), representava os cidadãos livres que debatiam em público e decidiam sobre as decisões do governo. No período do Absolutismo monárquico, a coroa mediante a concentração de poderes se manteve distante à vontade popular. Já com os ideais iluministas, abre-se caminho para a participação dos cidadãos por meio do voto; contudo, essa medida se destinava aos detentores de bens. Com o liberalismo, a participação é retomada e ganha contornos decisórios. Hoje, no âmbito democrático, o seu uso não se restringe apenas a escolha de representantes, ou seja, há diversas praxes, orientações e processos pelos quais se abrem canais discursivos com outros atores sobre os mais variados temas (TEIXEIRA, 1997; SANI, 1998; OLIVEIRA, 2012).

No que tange às praxes, orientações e processos que permitem canais dialógicos com outros atores, destaca-se a contribuição da Constituição de 1988, que segundo Brasil e Reis (2015) expandiu os direitos sociais e estabeleceu uma nova plataforma de participação no Brasil, por meio de plebiscitos, referendos, ação popular, entre outros meios. Além disso, existem outras iniciativas que promovem a interação entre o poder público, sociedade civil e mercado (TENÓRIO, 2007). O quadro 02 mostra algumas dessas iniciativas.

#### Quadro 02 – Formas de Participação Social

Mecanismo	Conceito
Conselhos	Organizam-se por setores ou temáticas, possuem aspecto consultivo, deliberativo ou fiscalizador de políticas públicas governamentais.
Conferências	São espaços propícios para a formação de agenda, avaliação e discussão de políticas públicas.
Fóruns	São espaços nos quais a comunidade é mobilizada para participar e discutir projetos, planos de desenvolvimento e outras atividades importantes.

Fonte: Adaptado de Tenório (2007) e Dias e Matos (2012).

Assim, seja por meio dos dispositivos garantidos na Constituição de 1988 e das outras formas mencionadas no Quadro 02 é possível perceber que a participação social é um contrabalanceamento das forças que atuam na esfera de decisão (DIANI, 1996) e que esse processo ocorre mediante a prática social dos atores, pelos debates e pelos procedimentos, conforme é visto em Lavalle (2011).

Mas, existem outros elementos que colaboram nessa conquista de espaço como o conhecimento e as habilidades políticas (MOTTA, 2003). Nas práticas participativas, a relação com o conhecimento é de suma importância para sua constituição e condução para que não seja apenas “discurso”; sendo assim, Tenório (2007) salienta que o conhecimento deve ser partilhado e utilizado no apoio às decisões.

No que tange a natureza das práticas participativas, Tavares (2014) assevera que elas são mais bem entendidas a partir dos contextos em que essas práticas acontecem. Levando-se em consideração esses aspectos, a participação social pode levar ao atores sociais o aumento da consciência crítica e o fortalecimento da reivindicação (PASSOS et al, 2007).

Portanto, a partir do que foi discutido nessa seção notamos que a sociedade civil constrói um território político entre o Estado e o mercado por meio da participação social, seja pela via de mecanismos institucionalizados ou mesmo através da própria prática social. Arelados a esses mecanismos, é fundamental o conhecimento, principalmente, do contexto em que determinado movimento ou grupo social se insere e também habilidades políticas. Dessa forma, consegue-se o empoderamento e conseqüentemente, a consciência crítica e o fortalecimento da reivindicação.

## 5. METODOLOGIA

O presente artigo decorreu de uma perspectiva qualitativa, pois, o campo social da pesquisa requereu dos autores uma abordagem interpretativa dos fenômenos presenciados (DENZIN; LINCOLN, 2006). Nesse sentido, a linha desse estudo qualitativo é básica para que se possa entender o significado do fenômeno estudado para os envolvidos (MERRIAM, 2002). Dessa forma, os fenômenos presenciados no campo empírico foram: as organizações da sociedade civil atuantes em Suape e o seu envolvimento com as dinâmicas que a região presencia.

A pesquisa bibliográfica e documental em livros, artigos e demais produções textuais teve o intuito de imergir na gênese do CIPS a partir da atuação de segmentos da sociedade civil (FLICK, 2013). Esses segmentos foram: governos, empresários, instituições e cientistas. Feito isso, partiu-se para o campo empírico que para Minayo (2009), tem o propósito de interligar o pesquisador com o recorte espacial estabelecido pela teoria. Sob o olhar do recorte espacial desta pesquisa, houve a imersão nas seguintes organizações da sociedade civil: Fórum Suape (Espaço Socioambiental), Centro de Mulheres do Cabo (CMC) e a Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional (FASE). Destaca-se que esse caminho no campo empírico foi processual e permitiu perceber um território político em formação.

A ida ao Fórum Suape (Espaço Socioambiental) ocorreu na sua inauguração em uma livraria na região metropolitana do Recife. Nesse encontro, utilizou-se a observação não-participante (CRESWELL, 2010), e registro escrito e fotográfico da reunião. Nesse encontro, houve a participação de pesquisadores, líderes de outras organizações da sociedade civil e moradores autóctones de Suape.



Em seguida, foi feita uma visita ao CMC e houve a realização de uma entrevista semiestruturada (CRESWELL, 2010). Nesse encontro foi possível aguçar a historicidade do município do Cabo de Santo Agostinho, a trajetória do CMC, os impactos do CIPS e principalmente, a gênese do Fórum Suape. A terceira incursão ocorreu na FASE, e nessa instituição foi realizada também uma entrevista semiestruturada. Nesse encontro, discutiu-se o surgimento da FASE e de sua relação com a região de Suape e com o recente Fórum.

A seleção dos participantes da pesquisa foi intencional e ocorreu por meio dos contatos realizados ao longo da pesquisa, muitos dos quais fruto da interação do grupo de pesquisa com a comunidade, já decorrente de outros projetos de pesquisa. Entende-se que essa intencionalidade é uma das vantagens da pesquisa qualitativa. Para Flick (2013), a pesquisa qualitativa oferece ao pesquisador a vantagens da intencionalidade na definição dos participantes segundo sua relevância. Sendo assim, os entrevistados foram: P1 (líder do CMC e integrante do Fórum Suape), P2 (liderança da FASE). Para os fins deste estudo, optou-se por preservar as identidades dos participantes.

## 6. ANÁLISE

Para a fase de análise de dados foi utilizada a proposta de análise de conteúdo de Bardin (2011). Esse método de análise permite produzir inferências por meio de comparações contextuais, entre os dados coletados e a lente teórica utilizada (FRANCO, 2008). Assim sendo, o procedimento se realizou com um conjunto de categorias oriundas do referencial teórico, e que foram inferidas nos trechos dos dados pesquisados (SILVERMAN, 2009). O quadro 03 evidencia quais foram essas categorias.

**Quadro 03** – Categorização temática

Categorias Constitutivas	Categorias encontradas na análise
Território político	Movimento de luta Aproximação com outros movimentos Estratégia de diálogo Espaço articulador das entidades Articulação
Empoderamento comunitário	Controle social Discussão de políticas públicas
Dimensões organizacionais	Articulações em forma de rede Estatuto Fortalecimento da organização e mobilização popular
Instrumentos de participação social	Movimento de reunir as mulheres Processo de se organizar como associação Discussão de direitos e políticas públicas Estratégias de trabalho conjuntas

Fonte: Elaborado pelos autores

## 7. RESULTADOS

### 7.1. O CIPS A PARTIR DAS POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS QUE ATUARAM EM PERNAMBUCO

Em meados da década de 50, o padre francês Louis Lebret conduziu um estudo sobre a viabilidade da instalação de uma zona industrial na região de Suape, a pedido da Comissão de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco (OLIVEIRA, 2013). Em paralelo a esse acontecimento, as regiões do Cabo de Santo Agostinho e de Ipojuca, conhecidas pelos engenhos canavieiros, começaram a se industrializar por meio do setor açucareiro. Devido a esse fator, na época da gestão governamental de Cid Sampaio (1958-1962), criou-se o polo industrial do Cabo destinado inicialmente às indústrias químicas que trabalham com álcool (SILVEIRA, 2010).

Um dos primeiros governadores a dedicar uma maior atenção ao projeto foi Nilo Coelho. Em sua gestão, foram realizados estudos de viabilidade para a construção de uma refinaria; além disso, surgiu a ideia da instalação de um distrito industrial atrelado a um porto (SILVA JÚNIOR, 2008).

Na gestão do governador Eraldo Gueiros Leite, buscou-se apoio de representantes da sociedade civil, dentre os quais estavam: o reitor da UFPE, Marcionílio Lins, e o presidente do Lions Clube de Olinda, Carmelo Bartolomeu Figueroa de Faria. O primeiro destacou a redenção econômica que o projeto Suape traria à Pernambuco, e o presidente do clube reforçou seu apoio irrestrito ao Complexo Suape, evidenciando o caráter de progresso atrelado a história como propulsores do desenvolvimento e da civilização, e por fim afirmou que o complexo era um polo vital para o crescimento do Nordeste, importante para todos e uma finalidade em si para o Estado (DIÁRIO OFICIAL DE PERNAMBUCO, 1973).

Na gestão do governador Marco Maciel teve a assinatura do decreto de nº 7.763/78 o qual instituiu de forma oficial a empresa Suape Complexo Industrial. Com isso, houve uma maior facilidade para instalar plantas industriais nas áreas destinadas a utilidade pública. Somando-se esse fato, tem-se a obtenção de um empréstimo externo de US\$ 150 milhões para investimentos (SILVA JÚNIOR, 2008).

Assim, na perspectiva de Lima e Katz (1993) a viabilidade de execução do CIPS contou com ampla e efetiva mobilização social das esferas estadual, municipal, elites empresariais e das entidades de trabalhadores para driblar resistências e assim poder dá continuidade a essa iniciativa.

Porém, mesmo havendo manifestação de apoio à viabilidade da construção do CIPS por parte da sociedade civil; em 1975, por meio do extinto semanário Jornal da Cidade, houve a divulgação de um manifesto – Cientistas lançam manifesto contra o Complexo de Suape – assinado por alguns intelectuais da época, os quais são: Clóvis Cavalcanti, Renato S. Duarte, Roberto M. Martins, Nelson Chaves, José Antônio Gonçalves de Mello, Renato Carneiro Campos e João de Vasconcelos Sobrinho. Nesse documento, houve uma série de advertências em relação aos impactos advindos da construção do complexo industrial na localidade:

Não é só Suape que pagará, em termos de mutilação do meio ambiente e de deterioração da qualidade da vida, por conta do complexo que se deseja irrefletidamente, no sentido aqui comentado, instalar ali. Todo um conjunto de recantos preferidos por uma população que se



descobre asfixiada no ambiente despojado de locais de finalidade recreativa do Recife serão também sacrificados, numa proporção cujos contornos certamente se ignoram no momento (JORNAL DA CIDADE, 1975).

Mesmo havendo um movimento de resistência por parte da sociedade civil, deu-se a continuidade em outras gestões estaduais de Pernambuco. No governo de Joaquim Francisco (1991-1995), o porto de Suape e mais 10 portos nacionais foram incluídos para receber incentivos federais destinados a infra-estrutura portuária. Já no governo de Miguel Arraes (1995-1998), houve estudos técnicos com a finalidade de mobilizar a sociedade, demais esferas governamentais e empresários na localização da refinaria de petróleo em Suape. Por fim, nas gestões de Jarbas Vasconcelos houve a inauguração de importantes obras estruturais no complexo industrial e ainda em 2005, houve a assinatura de acordo entre Petrobrás e Petróleos da Venezuela para a instalação de uma refinaria em 2007 (SILVA JÚNIOR, 2008).

Nas gestões governamentais descritas até aqui, percebe-se que o CIPS vai se firmando como uma nova vitrine econômica para o Nordeste, muito em virtude principalmente de políticas de incentivo a investimentos industriais. Já no âmbito do poder executivo federal, houve o lançamento em 2007 do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) cuja finalidade era investir em projetos de infraestrutura econômica e social (MARICATO, 2013). O programa ficou sob a coordenação da Casa Civil do governo federal e financiou obras que tinham grandes consequências no uso do território (BITOUN, 2009). Por fim, entre os projetos que recebeu recursos do programa estatal estava a Refinaria Abreu e Lima (SCALAMBRINI, 2015).

Ainda no contexto pernambucano, o PAC trouxe a ferrovia transnordestina, interligação de bacias do rio São Francisco, duplicação da BR 101 no sentido oriental e reestruturação hídrica (BACELAR, 2013). Já em 2009, houve o lançamento do PAC II e do programa habitacional – Minha Casa, Minha Vida – os quais foram articulados numa parceria entre governo federal e empresários da construção civil e do setor imobiliário (MARICATO, 2013). Em Suape, por exemplo, através desse último programa houve a pretensão de construção de moradia popular para os habitantes que estão perdendo suas terras em virtude dos interesses do CIPS. Contudo, os projetos ainda estão no papel. Dessa forma, os recursos do PAC e do Programa Minha Casa, Minha Vida não conseguem suprir o ritmo de crescimento e as consequências sociais que o CIPS impõe ao seu território (SCALAMBRINI, 2015).

Sob a gestão do ex-governador Eduardo Campos, houve a criação do Programa Suape Sustentável, uma iniciativa estabelecida pelo governo estadual, poder público, iniciativa privada e sociedade civil organizada. Contudo, essa iniciativa está longe de promover de fato um desenvolvimento sustentável, assim como há pouco exercício da participação social tendo em vista que não é informado quem são e em que critérios essas organizações da sociedade civil são escolhidas (SCALAMBRINI, 2015).

Mesmo com tais iniciativas, ainda são muito incipientes políticas territoriais que priorizem o contexto local e o envolvimento popular, para tentar amenizar os impactos advindos com o avanço do CIPS (GODOY, 2014). Sendo assim, o que foi discutido nesta seção parece mostrar uma aderência entre o Estado e os grupos empresariais pela lógica econômica nas políticas já apresentadas. Com isso, o papel da sociedade civil parece se apresentar de forma coadjuvante em algumas dessas iniciativas, isto é, utiliza-se apenas uma retórica de participação social ou a função desse agente social fica limitado à ação consultiva; ou ainda, é praticamente nulo em outras iniciativas devido ao forte viés de incentivo econômico.

## 7.2. IDENTIFICAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL (OSC) PRESENTES NA REGIÃO DE SUAPE; E A CARACTERIZAÇÃO DE UMA OSC DA LOCALIDADE ESCOLHIDA

No que tange a identificação das organizações da sociedade civil (OSC) presentes na localidade, a pesquisa apontou as seguintes OSC, conforme quadro a seguir:

Quadro 04 - Organizações da Sociedade Civil presente em Suape

Organizações da Sociedade Civil
Fórum Suape (Espaço Socioambiental)
Centro de Mulheres do Cabo (CMC)
Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE)
Associação dos Pequenos Agricultores de Ponte dos Carvalhos

Fonte: Elaboração dos autores

Devido às limitações da pesquisa, é importante considerar que deve haver outras organizações da sociedade civil atuantes na região de Suape. Assim, a escolha do Fórum Suape (Espaço Socioambiental) como objeto de análise, deu-se por meio de dois critérios: é constituída por diversos integrantes de outras organizações da sociedade civil e também porque tem uma atuação muito relevante nos problemas socioambientais que as comunidades vivenciam no entorno do CIPS.

Quanto à caracterização, percebeu-se que o Fórum Suape (Espaço Socioambiental) é o principal ou um dos principais atores da região de Suape. Enquanto organização da sociedade civil da localidade, sua atuação tem se pautado na denúncia sobre a realidade das comunidades da região e na busca de soluções para os diversos problemas encontrados no território de Suape.

Os eixos de trabalho do Fórum Suape são: questões agrárias, mudança de vida e trabalho das populações tradicionais, meio ambiente, condições de trabalho, urbanização e crescimento não planejado, exploração sexual e violência contra mulher, e mega projetos integrados e modelo de desenvolvimento (FÓRUM SUAPE, s/d). Além disso, mediante análise das informações contidas no site da organização (<http://forumsuape.ning.com/>), foi elaborado o quadro a seguir com base nos eixos sociocultural, organizacional e político:



**Quadro 5** - Características da OSC Fórum Suape (Espaço Socioambiental).

<b>Fórum Suape (Espaço Socioambiental)</b>	Eixo sociocultural	Espaço constituído por outros movimentos da sociedade civil e por pessoas físicas. Por ter tais eixos de trabalho, pode-se dizer que sua atuação é plural.
	Eixo organizacional	Estatuto social, comissões: estatuto, comunicação e divulgação, formação e fortalecimento, mobilização e articulação, eleição de equipe de coordenação.
		Articulações em forma de rede que visem o fortalecimento de movimentos já existentes, e em processo de formação.
	Eixo político	Utilização do “Portal” como instrumento para a disseminação de informações, e construção de um banco de dados.
		Fortalecimento da organização e mobilização popular.
		Problemas socioambientais causados pelo CIPS.
	Garantia efetiva do debate público sobre os problemas sociais e ambientais do CIPS, por meio de ciclos de conferência, e outras atividades públicas.	

Fonte: Elaborado pelos autores.

### 7.3. A GÊNESE DO FÓRUM SUAPE (ESPAÇO SOCIOAMBIENTAL): A CONSTRUÇÃO DE UM TERRITÓRIO POLÍTICO A PARTIR DAS TRANSFORMAÇÕES ADVINDAS DO CIPS

Para abordar a atuação de organizações da sociedade civil pela região de suape, é fundamental contextualizar o histórico de luta do município do Cabo de Santo Agostinho. A representante do Centro de Mulheres do Cabo (CMC), relata essa característica:

[...] O Cabo tem toda uma estrutura, uma história de movimento social, de controle social, de luta, o Cabo tem essa história como um município de luta [...]. (P1, ENTREVISTA)

Como ponto de partida para o que foi relatado anteriormente, descreve-se uma das primeiras organizações da sociedade civil a qual o pesquisador teve contato ao longo da pesquisa: o Centro de Mulheres do Cabo (CMC). O CMC tem como orientação política a promoção da igualdade de gênero e a garantia dos direitos de cidadania das mulheres, no que tange ao relacionamento com outras organizações e segmentos sociais a instituição não atende apenas as mulheres, mas também crianças, adolescentes, moradores de rua e movimentos sociais; por fim, sua inserção social abrange: a discriminação racial, o trabalho e a renda, e a segurança alimentar (ABONG, s/n).

Para se chegar a todas essas características, é necessário todo um histórico pautado em mobilização popular e atenção a problemas sociais. Nesse sentido, a representante do CMC relata:

Bom, o centro das mulheres tem 29 anos e surgiu na década de, no finalzinho da década de 79 pra 80, naquele período que começa a abertura política, da anistia política. É, mulheres da comunidade de Ponte dos Carvalhos lideradas por uma mulher que é fundadora do centro, que é Efigênia Oliveira começou a fazer um movimento de luta pela água (P1, ENTREVISTA).

A figura de Efigênia Oliveira foi fundamental não somente para a conquista de alguns direitos, como também na criação da Associação dos Moradores de Ponto dos Carvalhos, como relata a entrevistada:

[Ela] começou a ver a situação e se incomodar com essa situação, aí começou a ver, não é possível que a gente passe a vida toda nesse sacrifício de tomar água, de não ter escola, posto médico. Aí vamos atrás dessa coisa da água, aí começaram a fazer o movimento de reunir as mulheres, de ir na Compesa, nessa ida à Compesa, nós conseguimos que a Compesa melhorasse a questão do acesso, do abastecimento da água lá na comunidade, no Cabo e daí por diante elas começaram a se organizar como bairro, como associação. Foi fundada a associação dos moradores de Ponte dos Carvalhos, e aí a luta continuava, discutindo saúde, escola, as políticas públicas da cidade e essa coisa foi de vento em polpa (P1, ENTREVISTA).

A partir desse relato, observa-se que uma sociedade civil organizada permite que o poder público tenha compromissos e respostas aos anseios dos segmentos sociais (TEIXEIRA, 1999). Da criação dessa associação, originou-se o CMC conforme relata a respondente:

Mas, dentro da associação dos moradores, elas começaram a ver, a organizar o movimento, mas quem assumia foi os homens, os homens é que eram os diretores, presidentes, e as mulheres só ficavam na periferia, para mobilizar, pra limpar, pra ser secretária, mas não decidiam dentro da associação, não tinham o poder de decisão. Aí elas começaram a se incomodar com isso, além do mais se discutia todos os direitos, mas na associação não se discutia os problemas das mulheres, da violência era muito grande, a questão da saúde das mulheres era muito grande, e aí Efigênia começa a refletir com as mulheres essa questão. [...] Eu sei que esse processo foi crescendo, se organizando, aí se chegou a essa conclusão: vamos fundar uma organização de mulheres, uma associação de mulheres. Aí essa coisa saiu de Ponto dos Carvalhos e ganhou o município, começou a reunir as mulheres de todos os bairros, aí em oitenta e quatro esse processo vem desde oitenta, setenta e nove, em oitenta e quatro se fundou o Centro de Mulheres do Cabo, aí fizemos uma grande assembléia com seiscentas mulheres aqui na rua pra fazer a criação da instituição, aí ficou várias mulheres participando, intelectuais que estavam na época (P1, ENTREVISTA).

A criação da Associação dos Moradores de Ponto dos Carvalhos e do Centro de Mulheres do Cabo permitem perceber que esse histórico de mobilização social no município foi estabelecido por meio de um dos mecanismos de participação social propostos por Lavalle (2011): a prática social de diversos atores sociais. Em ambos os casos, nota-se um processo de conquista de espaço na esfera pública, que se evidenciou em melhorias e maior discussão de políticas públicas para o município, e em específico o CMC representou a conquista de um espaço destinado a agenda das mulheres.



Paralelamente a esse contexto de movimento e criação de organizações da sociedade civil no município do Cabo, o CIPS foi ganhando espaço na agenda de diversos governos e firmando-se como política pública conforme já foi discutido anteriormente. É nessa realidade que o CMC começa a adentrar numa outra agenda de luta: as questões urbanas. Sobre esse assunto a representante do CMC continua o seu relato:

Bem, em 2006 mais ou menos em diante, a gente começa uma discussão sobre a questão urbana, a gente começa a se aproximar do FERU (Fórum de Reforma Urbana no Estado de Pernambuco), que já tem mais de vinte anos. Inicia uma ação mais localizada em recife, depois começa a fazer uma coisa mais metropolitana, e a gente pela aproximação com as organizações que compõem o FERU, principalmente, a FASE, a gente começou a se aproximar das discussões da reforma urbana e o FERU faz, fazia, mas ainda faz (P1, ENTREVISTA).

Em seu relato, permite-se notar que essas articulações com outras entidades foram concretizadas mediante a própria prática social desses agentes; com isso, permite-se ampliar a inserção social dessas organizações. Outro aspecto importante nesse relato é a percepção de que há espaços instituídos por distintos formatos organizativos representados por uma variedade de perspectivas de luta (TEODÓSIO, 2014).

Entre as organizações pesquisadas no campo empírico, encontrou-se a FASE. Essa instituição foi criada em 1961 e se faz presente nos estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo, Bahia, Pernambuco, Pará e Mato Grosso. No que se tange ao aspecto político, essa organização promove o fortalecimento de segmentos sociais nas questões do direito, da democracia e da sustentabilidade. Os seus eixos de trabalho são: direito à cidade, justiça ambiental, mulheres e soberania alimentar (FASE, s/d). No relato a seguir, o entrevistado conta sobre a atuação da FASE em Pernambuco:

A FASE tem um histórico grande de atuação na zona da mata, né! Desde as primeiras greves dos canavieiros nas décadas de 60, 70 a FASE já tem uma relação é muito grande com as organizações lá. Posteriormente, a gente apostou numa estratégia de diálogo com o que tinha de sociedade civil ativa, que foi no processo de renovação do sindicalismo rural lá na região, o fortalecimento da FETAPE, uma constante relação com a FETAG, a Federação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (P2, ENTREVISTA)

Percebe-se o início dos primeiros trabalhos que a FASE realizou na zona da mata. Esses foram construídos a partir da própria prática social entre os segmentos da sociedade civil da zona da mata. Por isso, a estratégia de diálogo pode ser vista como um exemplo de prática social. Da mesma forma que o CMC procurava suas articulações, a FASE também assim fazia dentro do seu campo de atuação:

Então, a gente se deu continuidade ao trabalho a partir daí. No início da década passada, teve um fenômeno da catende, quer dizer lá da ocupação dos trabalhadores da usina de catende, a gente nós participamos ativamente, nós ajudamos a constituir dentre outras coisas algumas articulações que ficaram, é/ digamos assim fortalecidas para além do campo sindical, do centro de mulheres, dos movimentos ligados a agroecologia e as próprias ONGs da região (P2, ENTREVISTA).

Por meio dessas estratégias de diálogo, houve um maior fortalecimento da sociedade civil e foram surgindo outros eixos de trabalho mediante essas articulações. É nessa sinergia entre as organizações da sociedade civil que a FASE conhece o Centro das Mulheres do Cabo e a Comissão Pastoral da Terra, e assim realizam estratégias de trabalho conjuntas:

Então, aí se deu uma presença, uma parceria entre FASE, Centro de Mulheres do Cabo e o SESI Rural, a CPT e outros coletivos, a gente teve sede em Palmares e foi feita toda uma estratégia de trabalho naquela região; então, fizemos muitas coisas conjuntas, de forma conjunta (P2, ENTREVISTA).

No âmbito das questões urbanas, o CMC em colaboração com o FERU criou outros espaços para discutir os problemas urbanísticos da cidade e assim as notícias sobre os problemas socioambientais advindos do CIPS começaram a vir à tona:

[...] a questão da habitação foi outra luta que a gente acompanhou e até hoje a gente acompanha e aí do FERU a gente é emenda agora, a gente criou o Fórum das Entidades do Cabo, FERU Local, Fórum de Reforma Urbana da Cidade do Cabo. E aí nesses últimos três anos, a gente começa a ter essa mudança de contexto muito agravado por conta da questão de Suape. [...] Aí fomos nos aproximando mais de Suape, e aí as notícias foram chegando, o que é que era que estava acontecendo lá e mais recentemente essa questão do conflito fundiário [...] na hora que a gente coloca essa questão na rua, discutindo, aí vão chegando as outras notícias do que tão acontecendo (P1, ENTREVISTA).

Com o surgimento dos problemas socioambientais advindos do CIPS, a FASE se aproxima das discussões sobre a região de Suape. No depoimento a seguir, o entrevistado afirma que o crescimento de Suape coincide com os novos rumos da economia pernambucana. Além disso, observa-se que o mesmo faz uma ressalva sobre esse crescimento na região de Suape:

Então, os nossos encontros, as nossas dinâmicas, digamos assim, os nossos encontros com Suape tem muito haver com essas dinâmicas, não é? É, bom, e aí eclode o fenômeno Suape, e aí coincide com o boom da economia pernambucana, e aí você coloca umas aspas bem grandes nesse crescimento (P2, ENTREVISTA).

Nos relatos dos representantes do CMC e da FASE há indícios de problemas socioambientais que as comunidades suapenses enfrentam.

A partir dessa ampliação do seu escopo de luta política, o CMC estreitou os laços de solidariedade com essas organizações e incentivou o debate público de outras agendas sociais. É nesse caminho que surge a ideia da criação do Fórum Suape – Espaço Socioambiental, conforme sinaliza a respondente:

[...] achando que a gente podia fazer uma ação bem mais forte que é a luta urbana que o Fórum de Reforma Urbana tá fazendo, por aí a gente não dava conta. E aí é quando se cria o Fórum Suape, o Fórum Suape vai muito se articular pra as áreas e vê o que está acontecendo com essas pessoas. Aí entra uma componente que tem que ser uma luta muito maior um fórum aqui local não resolve, aí vem outras questões: eles já tinham uma atuação importante, aí a gente começa a se articular. Ele sabe da questão da nossa luta, aí ele veio, ele soube disso e já veio pra também colocar a sua solidariedade, a sua luta e a partir daí, a gente começa a fazer uma discussão mais ampla pela questão de Suape e chegamos a essa conclusão de que precisávamos ter uma articulação voltada pra Suape, focada na questão de Suape que é isso que a gente tá fazendo, o Fórum Suape é muito nesse sentido de ser uma coisa específica pra aquilo que tá acontecendo em Suape (P1, ENTREVISTA).



Observa-se a partir do discurso da entrevistada que esse relacionamento entre o FERU e o CMC através da solidariedade, isto é, o compartilhamento das lutas sociais o qual se traduz na ajuda entre os movimentos fez com que houvesse uma orientação política mais específica nos problemas sociais de Suape; daí, isso se desdobrou na criação do Fórum Suape – Espaço Socioambiental.

Como a FASE tem abrangência nacional, essas novas orientações políticas ganham um maior fortalecimento com a Rede Brasileira de Justiça Ambiental. É por meio desta rede que a FASE se aproxima do Fórum Suape. No depoimento a seguir, o entrevistado mostra que há outros exemplos que reforçam o paradigma neodesenvolvimentista brasileiro:

Aí depois isso se fortalece porque no plano nacional a FASE tem as mesmas dinâmicas, estava fortalecendo a Rede Brasileira de Justiça Ambiental. Então, através da rede a gente fez as articulações entre o Fórum Suape, então algumas pessoas, entre elas, o Heitor foram participar de atividades no Rio porque do ponto de vista do padrão de desenvolvimento brasileiro Suape é um exemplo, mas no Pará tem outros exemplos, no Rio de Janeiro, então o padrão coincide, então quer dizer que é uma das opções do modelo neodesenvolvimentista brasileiro (P2, ENTREVISTA).

Além disso, a FASE em conjunto com o Fórum Suape se articulam em âmbito internacional tendo em vista que tal modelo também é presenciado no exterior, e conseqüentemente há um fortalecimento do plano local:

Então, essa articulação se deu, eles foram pro México, eles foram não sei para onde, então vamos falar um pouco desse padrão, que é um padrão afinal internacional. Então a relação se fortaleceu no plano local porque a FASE faz parte da dinâmica do Fórum e no plano nacional (P2, ENTREVISTA).

No plano local há certa dificuldade em evidenciar os impactos trazidos pelo modelo de desenvolvimento representado pelo CIPS, tendo em vista que o discurso oficial contempla as benevolências do modelo:

No plano local tem muito essa resistência de tentar colocar, fazer com que Suape apareça a partir dos impactos trazidos pelo modelo, pelo que o modelo produz justamente pela benevolência do modelo, como emprego, essas coisas que a grande imprensa e o próprio governo se encarregam de difundir (P2, ENTREVISTA).

Contudo, a criação do Fórum parece conferir certo empoderamento não só para as comunidades inseridas em Suape, mas principalmente, para a organização em si. Com isso, a realidade de suape começa a vir à tona e a preocupar os gestores do Complexo Suape, conforme aponta a respondente:

[...] aí na hora que o Fórum entrou essas pessoas se sentiram, na hora que a gente chegou lá, eles se sentiram fortalecidos e respaldados. E aí essa coisa de certa forma parou Suape, está nessa corda bamba porque a gente não está dando trégua também, então desde a criação do Fórum toda hora eles mandam olhar o site do fórum, a gente tem essa notícia de que eles estão monitorando a gente também, porque eles estão reconhecendo que existe um movimento que está lutando contra esses desmandos de Suape [...]. A gente está nessa luta de se organizar, fortalecer nosso movimento da sociedade civil, porque com um pouco de força popular a gente coloca em cheque essa postura desse estado [...] Então, o fórum tem sido esse espaço articulador das entidades (P1, ENTREVISTA).

Além desses espaços de participação social, há o papel dos conselhos municipais que podem ser utilizados pela população e demais organizações da sociedade civil. Na perspectiva de Lavalle (2011), esse tipo de espaço participativo é instituído por procedimentos, isto é, disponibilizados pelo poder público. Contudo, na visão dela, esse espaço aparenta estar fragilizado:

Os conselhos que é outro campo importante dessa luta do controle social, da representação da população organizada, também é outro setor que tá muito fragilizado. Os serviços estão funcionando muito cartorialmente, existe, existe, mas a gente não vê uma luta, a gente não tem visto uma incidência desses conselhos nos problemas que realmente acontecem, na questão da violação dos direitos, falta das políticas públicas (P1, ENTREVISTA).

Outro dispositivo a serviço da sociedade civil e disponibilizado pelo Estado (poder municipal) são as regionais, as quais tem a finalidade de representar a prefeitura frente à sociedade. Porém, o que se tem presenciado, na avaliação da respondente, é uma cooptação de lideranças para os interesses do governo e com isso há um certo questionamento sobre a representatividade desse espaço:

A gestão municipal criou as regionais, são setores que representam a prefeitura nas regiões políticas do cabo, aí o que acontece: se cria a regional da área tal, são quatro regionais, são as do centro do cabo, aí elas viram regionais administrativas. E o que acontece: o que tem de associações de moradores, de lideranças, que passam a ter um trabalho dentro da prefeitura, dentro daquela regional, da prefeitura. Isso aconteceu muito no Cabo, as lideranças comunitárias virarem funcionários da prefeitura e isso desmobilizou totalmente os movimentos sociais, os movimentos de bairro (P1, ENTREVISTA).

Mesmo havendo a falta de representatividade de tais instrumentos e a desmobilização de organizações da sociedade civil situadas no Cabo, é imprescindível a continuação da luta social e é nisso que a respondente acredita:

Então eu vejo que é um momento histórico que a gente tá passando de transformações que eu creio que a gente vai chegar numa outra fase, mas essa fase é muito de a gente saber como é que a gente vai, pra onde a gente vai, que as crises elas vão, elas resultam em outros processos, mas nesse momento a gente tá ainda se entendendo nesse momento de mudanças, são muitas mudanças de todos os setores, de todos os âmbitos, internacional, todo esse processo que rebate obviamente em todos os lugares, todos os âmbitos, os movimentos sociais estão passando por isso também, esse processo de se entender melhor aonde a gente vai, aonde a gente quer ir, fora esses momentos que a gente se encontra, essas iniciativas de nos articularmos pra mim é a saída, acredito muito no trabalho em equipe, nas redes, dos movimentos sociais, acredito muito nos fóruns acredito que é um espaço que a gente precisa manter, precisa qualificar sua ação, fortalecer sua ação porque eu acho que é o caminho, obviamente cada movimento tem suas bandeiras e devem continuar com suas bandeiras, mas ninguém vai resolver sozinho o problema de ninguém. [...] então isso significa dizer que a gente, todo mundo, tem que tá se articulando de alguma maneira para a seguridade dos direitos, e pra mim esse caminho de nos articularmos, fazer as lutas específicas, mas está articulado em fórum, em rede, é nisso que a gente precisa continuar apostando (P1, ENTREVISTA).

Ao longo das discussões aqui apresentadas notou-se que o histórico de luta social do município do Cabo foi seminal para a constituição de algumas organizações da sociedade civil. Por meio desse marco, observou-se o surgimento de outras agendas de interesse público e com isso, houve um maior entrelaçamento das organizações pesquisadas neste trabalho.



A prática social das organizações mencionadas nesse trabalho foi fundamental para que se chegasse aos problemas socioambientais provocados pelos CIPS e conseqüentemente, na criação do Fórum Suape. Dentro desse instrumento de participação social, houve o uso das estratégias de diálogo e de trabalho conjunto os quais foram fundamentais para por em evidência a realidade das comunidades da região de Suape.

Com a realidade das comunidades sendo discutida entre as organizações da sociedade civil, percebeu-se uma relação muito próxima com as políticas públicas que fomentaram a constituição do CIPS. Diante desse quadro e de certa fragilidade dos mecanismos já institucionalizados de participação social, o Fórum Suape (Espaço Socioambiental) surge como um movimento contestatório da lógica de desenvolvimento praticada pelo CIPS. Além disso, o trabalho do Fórum parece promover o protagonismo social dos grupos sociais envolvidos, bem como se tenta de alguma maneira procurar saídas para transformar a realidade das comunidades da região.

## 8. CONCLUSÕES

O estado de Pernambuco nas últimas décadas vem consolidando avanços econômicos não só em âmbito regional, mas também a nível nacional. Um dos maiores representantes dessa nova configuração é o Complexo Industrial Portuário de Suape (CIPS). Ao longo de mais ou menos 50 anos de articulações, mudanças de governos e projetos para sua implementação, hoje o CIPS é uma realidade não só para a economia pernambucana, mas principalmente para as comunidades que estão inseridas nessa zona industrial.

Ao situar a gênese do CIPS, observou-se que esse projeto era visto como uma alternativa para o crescimento econômico do estado, bem como tinha a finalidade de alinhar a economia pernambucana ao cenário competitivo que o Brasil estava se inserindo. Além disso, perceberam-se articulações entre o Estado, grupos empresariais e setores tradicionais da sociedade civil em prol desse empreendimento. Por fim, ainda nessa parte percebeu-se resistências por parte de alguns setores da sociedade civil que já enxergavam as conseqüências em longo prazo desse projeto.

Com o passar dos anos, os problemas advindos com a construção do CIPS começaram a aparecer, e paralelamente uma maior mobilização social da região passou a ganhar maior evidência. Nesse sentido, a pesquisa permitiu averiguar que o próprio histórico de luta do município do Cabo contribuiu para o surgimento de novas agendas públicas de discussão, isso foi possível por meio da atuação das organizações da sociedade civil que passaram a trabalhar com os problemas socioambientais da região de suape. Dessa forma, esse estudo identificou que o Fórum Suape (Espaço Socioambiental) é uma das principais lideranças que atuam nessas questões na região de Suape.

Devido a sua importância no território de Suape, identificou-se que essa organização social utiliza como principal instrumento de participação social a sua prática social. Com essa modalidade participativa, percebeu-se a utilização das estratégias de diálogo e os trabalhos em rede desenvolvimentos com os membros dessa organização. Como o Fórum Suape possui uma natureza contestatória, o trabalho dessa instituição busca o protagonismo social dos atores marginalizados pela atuação do CIPS na região de Suape. Assim como, tenta-se buscar saídas para transformar a realidade das comunidades da região.

Na tentativa de não se esgotar as temáticas sobre a região de Suape, sugere-se estudos que enfatizem outras organizações da sociedade civil e os processos participativos já institucionalizados pelo poder público da localidade.

## 9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, M. A. **O conceito de sociedade civil: em busca de uma repolitização**. O&S, v.11, edição especial, 2004. Disponível em:<<https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaoes/article/view/12640>>. Acesso em: 20 mar. 2014. BACELAR, T. Pernambuco novo ciclo de crescimento num contexto de crise mundial.

Revista Gestão Pública PE, Recife, v. 1, mar., 2013. Disponível em:<<https://www.seplag.pe.gov.br/revista-gestao-publica/46-revista-rgp-pe/122-edicoes>>. Acesso em: 20 mar. 2014.

BAIÃO, A. L. et al. **Parcerias entre Estado e Sociedade civil na perspectiva do capital social**. O&S, v. 22, n. 74, p. 345-366, 2015. Disponível em:<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1984-92302015000300345](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-92302015000300345)>. Acesso em: 20 mar. 2014.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARQUERO, R. V. A. **Empoderamento: instrumento de emancipação social?** – Uma discussão conceitual. Revista Debates, v. 6, n. 1, p. 173-187, 2012. Disponível em:

<<https://seer.ufrgs.br/debates/article/view/26722>>. Acesso em 20 mar. 2014.

COCCO, F. **A institucionalidade participativa**, 2014. Disponível em:< <http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1477>>. Acesso em: 16 jun. 2016.

CRESWALL, J.W. **Projeto de Pesquisa: métodos qualitativos, quantitativos e mistos**. 3ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. 2ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

DIANI, M. Participação. In: OUTHWAITE, W.; BOTTOMORE, T. **Dicionário do pensamento social do século XX**. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

DIAS, Reinaldo; MATOS, Fernanda. **Políticas Públicas: princípios, propósitos e processos**. São Paulo: Editora Atlas, 2012.

DOWBOR, L. **Brasil: um outro patamar – propostas de estratégia**. In: SCHOMMER, P. C.; BOULLOSA, R. de F. (org.). **Gestão Social como caminho para a redefinição da esfera pública**. Florianópolis: UDESC Editora, 2011.

FRANCO, M. L. P. B. **Análise de conteúdo**. 3ª ed. Brasília: Liber Livro Editora, 2008.

FLICK, U. **Introdução à Metodologia de Pesquisa: um guia para iniciantes**. Porto Alegre: Penso, 2013.

FÓRUM SUAPE (Espaço socioambiental). Disponível em: Disponível em:< <http://forumsuape.ning.com/>>. Acesso em:16 jun. 2016.



HARVEY, D. **O novo Imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2005. INSTITUTO POLIS. Novas lutas sobre a participação: utopias, agendas e desafios, 2016.

Disponível em: <<http://polis.org.br/noticias/novas-lentes-sobre-a-participacao-utopias-agendas-e-desafios-2/>>. Acesso em: 16 jun. 2016. JORNAL DO COMMERCIO. Suape diante do desafio ambiental. Caderno de Economia, 25 Ago. 2013. Disponível em:

<<https://jconline.ne10.uol.com.br/canal/economia/pernambuco/noticia/2013/08/25/suape-enfrenta-desafio-ambiental-94952.php>>. Acesso em: 16 jun. 2014.

KUMAR, Krishan. **Sociedade civil**. In: OUTHWAITE, William; BOTTOMORE, Tom.

Dicionário do pensamento social do século XX. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

LAVALLE, A.G. **Participação: valor, utilidade, efeitos e causa**. In: PIRES, R.R.C. (Org.) Efetividade das instituições participativas no Brasil: estratégias de avaliação. Brasília: Ipea, 2011. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=10761&Itemid=2](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=10761&Itemid=2)>. Acesso em: 16 jun. 2014.

MERRIAM, S. B. **Qualitative research in practice: examples for discussions and analysis**. San Francisco: Jossey - Bass, 2002.

MINAYO, M. C. de S. **Trabalho de campo: contexto de observação, interação e descoberta**. In: DESLANDES, S. F.; GOMES, R.; MINAYO, M. C. de S. (org.). Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. 28ª ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2009, p. 61 – 77.

SILVERMAN, D. **Interpretação de dados qualitativos: métodos para análise de entrevistas, textos e interações**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

MOTTA, F. C. P. **Administração e Participação: Reflexões para a Educação**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 29, n.2, p. 369-373, jul./dez., 2003. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/ep/v29n2/a14v29n2.pdf>>. Acesso em: 16 jun. 2014.

OLIVEIRA, F. F. de. **Participação**. In: CASTRO, C. L. F. de et al. Dicionário de Políticas Públicas. Barbacena: Eduemg, 2012.

PASSOS, I. M. C. et al. **Uma experiência de gestão pública com participação popular: o caso do Núcleo de Regularização de Loteamentos do município do Rio de Janeiro**. In: TENÓRIO,

F.G. (org.). **Gestão social: metodologia e casos práticos**. 1ª Ed. São Paulo: Editora FGV, 2007.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

SANI, Giacomo. **Participação política**. In: BOBBIO, Norberto et al. Dicionário de política. 11ª Ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

SUAPE. **Histórico**. Disponível em:< <http://www.suape.pe.gov.br/institutional/historic.php>>. Acesso em: 4 nov. 2012.

TAVARES, A. de O. **Participação**. In: BOULLOSA, R. de F. (org.). Dicionário para a formação em gestão social. Salvador: CIAGS/UFBA, 2014. p. 133-135.

TEIXEIRA, E. C. **Participação cidadã na sociedade civil global**. Lua Nova. n.46. 1999. Disponível em:

[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_abstract&pid=S0102-64451999000100007&lng=en&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0102-64451999000100007&lng=en&nrm=iso&tlng=pt). Acesso em:16 jun. 2016.

E. C. **Sociedade Civil e seu papel político**: o local e o global como espaços de participação social. O&S. v.6. n.14. jan/abr. 1999a. Disponível em:<<https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaoes/article/view/10395>>. Acesso em: 16 jun. 2016.

E C. **As dimensões da participação cidadã**. Caderno CRH, Salvador, n. 26/27,

p. 179-209, jan./dez., 1997. Disponível em:<<https://portalseer.ufba.br/index.php/crh/article/view/18669>>. Acesso em: 16 jun. 2016.

TENÓRIO, F. G. (org.). **Cidadania e Desenvolvimento Local**. Rio de Janeiro: FGV; Ijuí: Ed. Unijuí, 2007.

TEODÓSIO, A dos S. de S. **Organizações da sociedade civil**. In: BOULLOSA, Rosana de Freitas (org.). Dicionário para a formação em gestão social. Salvador: CIAGS/UFBA, 2014. p. 128-132.

VIEIRA FILHO, M. P.; MENDES, D. C. **Transformações Territoriais em Suape**: uma sinalização por novas e efetivas políticas públicas locais. In: VIII Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social, 2014, Cachoeira-Bahia. Anais eletrônicos. Juazeiro do Norte, CE: Campus da UFC no Cariri. Disponível em:<<https://conferencias.ufca.edu.br/enapegs/enapegs-2014>>. Acesso em: 20 nov. 2019.









PERSPECTIVAS DE DESENVOLVIMENTO  
COM FLORESTA EM PÉ NA AMAZÔNIA: UMA  
EXPERIÊNCIA NO ASSENTAMENTO PDS PARAÍSO  
EM ALENQUER/PARÁ

*Perspectives for Development With Standingforest in  
the Amazon: Experience In Setting PDS Paradise in  
Alenquer Pá*

Edilene da Silva Souza  
Universidade Federal do Oeste do Pará  
<http://lattes.cnpq.br/6573589345793806>

Vander Luiz Barbosa de Sousa  
Universidade Federal do Oeste do Pará  
<http://lattes.cnpq.br/6305392709532093>

Raoni Fernandes Azerêdo  
Universidade Federal do Oeste do Pará  
<http://lattes.cnpq.br/8662991448109311>



## RESUMO

Este artigo argumenta a necessidade de repensar o desenvolvimento para a Amazônia a partir da manutenção das florestas em pé, articulando o extrativismo de coleta tradicional como ator essencial na preservação da biodiversidade e reprodução dos meios de vida, sistematizados no assentamento de reforma agrária PDS Paraíso em Alenquer/Pará. A partir da metodologia de caráter exploratório e da técnica de pesquisa de campo, a experiência em voga ao inserir-se na Rede Origens Brasil®, evidencia potencialidades de ganhos econômicos para os agroextrativistas, preservação da sociodiversidade, fortalecimento do ato associativo e aprimoramento do conhecimento/manejo sustentável. A governança por meio de um arranjo interorganizacional possibilita a comercialização da amêndoa do cumaru (*Dipteryx odorata*) pelos preceitos do mercado justo, transparente e responsável com os valores étnicos/ modos de vida das populações envolvidas.

**Palavras-chave:** desenvolvimento, Origens Brasil, biodiversidade, cadeias produtivas, interorganizacional

## ABSTRACT

This article argues the need to rethink development for the Amazon based on the maintenance of standing forests, articulating traditional collection extraction as an essential actor in the preservation of biodiversity and reproduction of livelihoods, systematized in the PDS Paraíso agrarian reform settlement in Alenquer / Pará. Based on the exploratory methodology and the field research technique, the experience in vogue as part of the Origens Brasil® Network, evidences the potential for economic gains for agroextractivists, preservation of socio-diversity, strengthening of the associative act and improvement of knowledge / sustainable management. Governance through an inter-organizational arrangement makes it possible to sell the almond of the coumaru (*Dipteryx odorata*) according to the precepts of the fair, transparent and responsible market with the ethnic values / ways of life of the populations involved.

**Keywords:** development, Origens Brasil, biodiversity, productive chains, inteorganizacional.



# 1. INTRODUÇÃO

As florestas são conhecidas por abrigar uma biodiversidade natural que dão sustentação ao ambiente inserido e além do mais, elas têm papéis essenciais no desenvolvimento de regiões. Segundo o Boletim do Sistema Nacional de Informações Florestais- SNIF (2019), o Brasil é considerado um país que dispõe em suas terras grandes extensões florestais, sendo praticamente 498 milhões de hectares, equivalendo a 58,5% do território, e dessa totalidade 98% são ambientes naturais, que precisam ser preservados e conservados tradicionalmente pelas populações que a habitam. Além desse arcabouço florestal é válido ressaltar a heterogeneidade social e cultural presente nas relações das populações que reproduzem a vida na floresta (MOREIRA, 2009).

Conforme Aguiar (2016, p.1) “a conservação das florestas em pé seria garantida pelo valor de mercado dos serviços por elas prestados”, porém, as perspectivas de desenvolvimento (SILVA et al 2020) têm causado impacto a essa concepção. Nos últimos anos, os conceitos de progresso estão voltados somente para o utilitarismo econômico, tendo a ideia de que um lugar só podia ser chamado de desenvolvido a partir da industrialização com base na concepção racional legal instrumental, ou seja, um desenvolvimento orientado para a acumulação de capital que explora e esgota os recursos naturais, sem ao menos preocupar-se com o contexto que está inserido (CORIOLANO, SAMPAIO, 2012).

Em consonância com Acosta (2016), essa “corrida” capitalista como sinônimo de “avanço” tem ocasionado uma devastação da sociobiodiversidade na Amazônia, efeito que cria uma sociedade completamente diferente de seus preceitos históricos, e que impõe ideias que modernizam e extinguem parte das origens dos lugares submetidos a essa maratona desenvolvimentista. Para que se possa fugir desse tipo de concepção, o autor propõe que só “escapamos do desenvolvimento desde que tenhamos a capacidade de imaginar outros mundos e de nos transportarmos para eles” (ACOSTA, 2016, p. 207).

Acosta (2016) remete a perspectiva de progresso, na qual coadunamos, diferenciada da apresentada tradicionalmente associada a grandes projetos de desenvolvimento, o que coloca a necessidade da sistematização e reflexão de experiências, em certa medida, contra sistêmicas. Dessa maneira, as preocupações para manter as florestas em pé, trazem em voga, que a região amazônica possa se desenvolver sem agredir a natureza e as populações que dela tiram seus meios de vida. Assim, essas visões proporcionam efeitos de análises sobre o uso dos recursos naturais de forma sustentável (ENRÍQUEZ, 2008).

Neste contexto, o extrativismo de coleta tradicional (contrário ao neoextrativismo capitalista) tem se tornado uma alternativa para escapar da exploração insaciável/dilapidação da biodiversidade amazônica. Porém, esta possibilidade não deve ser observada como um aspecto simples, mas, de forma que agregue valor para os principais atores envolvidos, como os devidos embates em torno da pauta de desenvolvimento. Portanto, o desenvolvimento a partir da floresta em pé, depende basicamente do modelo de desenvolvimento proposto para a região, de modo que pautar a proteção da floresta e a sua manutenção tradicionalmente pelas populações tradicionais (ENRÍQUEZ, 2008), possibilitando a conservação da natureza aliada a cadeias produtivas sustentáveis (HOMA, 1993).

Na lista imensa de produtos coletados por comunidades tradicionais na floresta Amazônica está o cumaru, que segundo Carvalho (2009), pode ser usado tradicionalmente de forma medicinal ou até mesmo para fabricação de cosméticos. O cumaru, somando a castanha do Pará, têm crescido consideravelmente no mercado internacional (AGUIAR, 2016), contribuindo para manter as florestas em pé e garantir o modo de sobrevivência dos povos tradicionais moradores das florestas.

Pacheco (2016) aponta luzes do papel das comunidades tradicionais nesse contexto manutenção da floresta-geração de renda, estudando umbilicalmente como satisfazer a diligência do mercado, e ao mesmo tempo valorizar a condição sociocultural e os modos em que vivem os habitantes das comunidades envolvidas no processo de desenvolvimento local.

Tal dinâmica promove a necessidade de que a produção extrativa comunitária na Amazônia, se organizem em cadeias produtivas. Entretanto, Enríquez (2008) ressalta que ainda são poucos os incentivos públicos para o tipo de atividade desempenhada, já que se for valorizada poderá ampliar a renda, e a conjuntura sociocultural das famílias. Mas como salienta o autor “cabe as comunidades locais, na condição de atores sociais plenamente capazes, formular o seu próprio desenvolvimento” (ENRÍQUEZ, 2008, p. 64), resguardando saberes e tradições de suas gerações.

## 2. OBJETIVOS

O presente trabalho, tem como objetivo apresentar perspectivas de desenvolvimento com floresta em pé, analisando a importância de atrelar conservação da biodiversidade com geração de renda. O estudo trata do assentamento PDS Paraíso no município de Alenquer- PA, que através da rede Origens Brasil®, negocia a venda do cumaru, fomentando uma estratégia interorganizacional de desenvolvimento socioeconômico-ambiental.

## 3. METODOLOGIA

Para esse estudo, partimos inicialmente de pesquisas bibliográficas. Em seguida, a partir de um caráter exploratório e de natureza qualitativa, que segundo Gil (2002), envolve aspectos de maior familiaridade em relação ao que se analisa. Por meio da pesquisa de campo, realizou-se coleta de dados por intermédio de entrevistas semiestruturadas no assentamento PDS Paraíso no município de Alenquer/PA. Além dessas, também foram realizadas consultas documentais na rede Origens Brasil®.

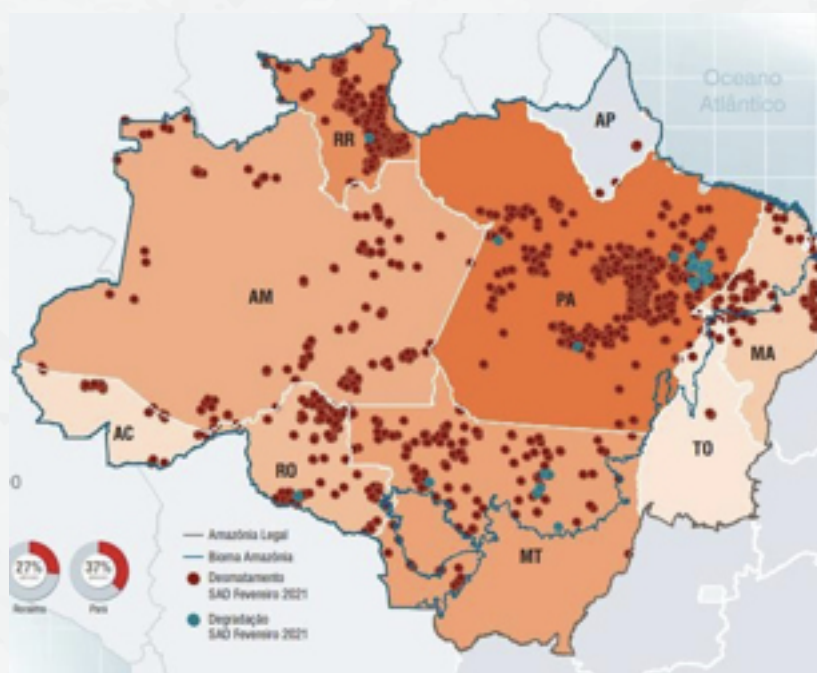
## 4. ANÁLISE

De acordo com o resumo Florestas do Brasil (2019), a região do bioma Amazônico é equivalente a 4,2 milhões de Km<sup>2</sup>, número que corresponde a 49,3% de todo o território do país, classificado como a maior reserva de diversidade biológica de todo o planeta, abrigando parte de todas as espécies viventes. Em consonância com a mesma fonte, o Serviço Florestal Brasileiro realizou a estimativa das áreas de florestas naturais do Brasil, e destacou que o Bioma Amazônico até 2018, correspondia a cerca de 334.611.999 hectares de florestas naturais do país. Só no estado do Pará, as florestas abrangem cerca de dois terços da porção geográfica, abrigando quase 9% das florestas tropicais do mundo passando a se transformar em uma das maiores biodiversidades do planeta (IMAZON, 2015), desvelando a relação peculiar dos povos originários, quilombolas, extrativistas e camponeses com o manejo florestal (ENRÍQUEZ, 2008).



Nesse âmbito, pelo fato da amazônia apresentar grandes recursos naturais, foi tratada desde a colonização, como fonte inesgotável pelos grandes projetos de desenvolvimento, gerando processos agressivos à floresta com efeitos deletérios para os povos originários e dilapidação do meio ambiente (BECKER, 1982; PRATES; BACHA, 2011). Atualmente, o desmatamento ainda é uma constante na região, e segundo o mapa do Sistema de Alerta de Desmatamento de fevereiro de 2021 (Figura 01), houve um aumento de 74% da degradação no país, em comparação a fevereiro de 2020, sendo os estados do Pará e Roraima mais devastados com um aumento de 37% e 27% respectivamente.

**Figura 01:** Mapa do Desmatamento no Brasil



Fonte: IMAZON (2021)

O Projeto de Desenvolvimento Sustentável-Paraíso (PDS Paraíso), caso aqui estudado, está na antípoda dos projetos de desenvolvimento em curso. Inserido no recorte territorial denominado de Calha Norte, que possui aproximadamente 24 milhões de hectares (extensão superior a somatória da área dos estados do Espírito e Rio de Janeiro) e conforme a figura 02, define-se como sendo um dos maiores corredores de áreas protegidas<sup>1</sup> do mundo, constituído praticamente de floresta tropical, abrangendo na sua totalidade 06 terras indígenas, 10 unidades de conservação, 05 territórios quilombolas, e diversos povos tradicionais extrativistas, que o levaram a ser reconhecido como um Território de Diversidade Socioambiental pela rede Origens Brasil.

<sup>1</sup> Segundo Milano (2012, p. 16), as áreas protegidas são conceituadas como sendo “espaços territoriais onde o uso humano, em diferentes níveis e com diferentes propósitos, é legalmente limitado ou proibido”. Nessa concepção, entende-se que elas podem ser consideradas mecanismos essenciais para a proteção de grandes áreas florestais, além de desenvolver um papel na área de gestão do território, já que considera um uso limitado ou proibido de recursos englobando também outros fatores de proteção.

Figura 02: Mapa das áreas protegidas do Norte do Pará



Fonte: IMAZON, 2020

O PDS Paraíso é um assentamento localizado no município de Alenquer no Estado do Pará, e circunscrito na zona de amortecimento entre a Floresta Nacional (Flona) da Mulata e Floresta Estadual (Flota) do Paru, sendo considerado uma área protegida. As primeiras reuniões de sua criação ocorreram por volta dos anos 2002/2003, mas foi só em 2005 que a área foi oficializada com 260.824,74 hectares, com capacidade de ocupação para 800 famílias. De acordo com as informações levantadas identificou-se que a comunidade sempre trabalhou com o extrativismo do cumaru e da castanha do Pará, que ao serem coletados eram vendidos a um preço menor que o do mercado, para os chamados atravessadores/intermediários. A política de comercialização que envolve os atravessadores é comum na maioria das regiões que trabalham com o extrativismo de coleta. Segundo Enríquez (2008), isso ocorre pela localização que as comunidades se encontram dos grandes centros urbanos.

A título de ilustração, o município de Alenquer/PA é um dos maiores produtores da amêndoa de cumaru do Brasil, com 43% da produção brasileira em 2017, alcançando 34 toneladas (IBGE, 2018), e aumentando para 53 toneladas nos anos de 2018 e 2019. Contudo, os extrativistas alenquerenses, detêm uma pequena parcela da lucratividade advinda da comercialização da semente do cumaru (COSTA et al, 2018).

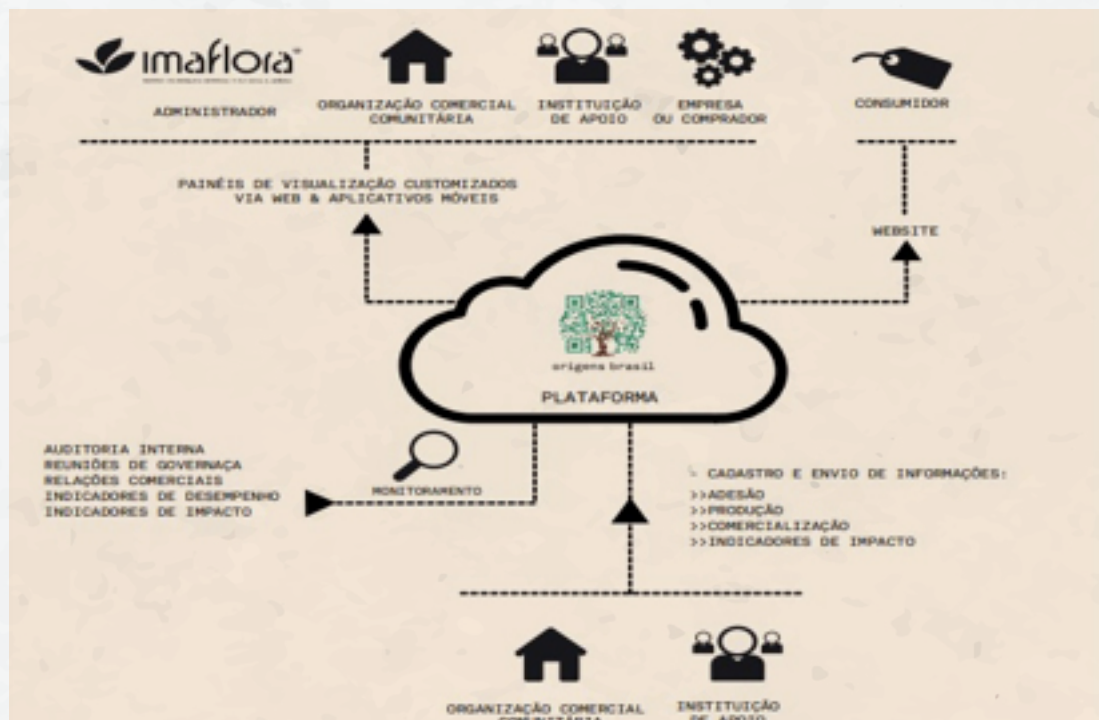


Dessa maneira, o caso do PDS Paraíso em Alenquer/PA, é contextualizado a partir da necessidade de valorização dos produtos oriundos do extrativismo de coleta. Conforme salienta Aguiar (2016), para realmente existir um outro tipo de desenvolvimento na região é necessário o envolvimento de todos os atores da ação. Observamos, que o dinamismo deste projeto, perpassa por estratégias interorganizacionais no fomento/fortalecimento das cadeias produtivas locais. Sob tal órbita, inicia-se no assentamento, uma parceria da Associação do Projeto de Assentamento de Desenvolvimento Sustentável PDS- Paraíso (APARAÍ), Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Alenquer (STTR) com o Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (IMAFLOA).

O arranjo interorganizacional mencionado, a partir do trabalho preexistente no assentamento, articula que o PDS Paraíso/seus extrativistas pudessem ser inseridos na Rede Origens Brasil®, possibilitando conexões entre diferentes atores sociais, na promoção de negócios sustentáveis, com garantia de origem, transparência, rastreabilidade da cadeia produtiva. E assim, garantindo melhores condições de renda aos agroextrativistas do cumaru. Para a inserção de comunidades/territórios na rede, é necessário um processo minucioso de adesão (ORIGENS BRASIL, 2018).

A dinâmica da rede, é inspirada no fato de conectar os agroextrativistas, com as pessoas que consomem os produtos, através do próprio QR Code. Quando o consumidor adquire um produto que passa pela rede, automaticamente conhece a história, as origens e o processo produtivo (ORIGENS BRASIL, 2018), observada também na plataforma digital (Figura 03), na interação em tempo real das relações comerciais, conferindo transparência e controle das cadeias de valor (ORIGENS BRASIL, 2018).

**Figura 03:** Sistemas de Controle do Origens Brasil



Fonte: Manual de funcionamento e operação do Origens Brasil (2018)

Em 2016, com a adesão do PDS Paraíso a rede Origens Brasil, foram cadastrados 50 extrativistas (92% homens e 8% mulheres), e concretizou-se o primeiro contrato da comercialização de Cumaru (*Dipteryx odorata*) para a safra de 2017, por meio de sua associação APARAÍ com a empresa da Inglaterra (Lush). Para concretizar a comercialização, os extrativistas percorrem uma sistemática de

trabalho (figura 04) que teve contribuição efetiva do arranjo interorganizacional, em especial da IMAFLORA, no aprimoramento do manejo florestal sustentável, identificação das áreas manejadas, definição das áreas de uso coletivo, melhoramento de boas práticas com especialistas, técnicas de beneficiamento, dentre outros.

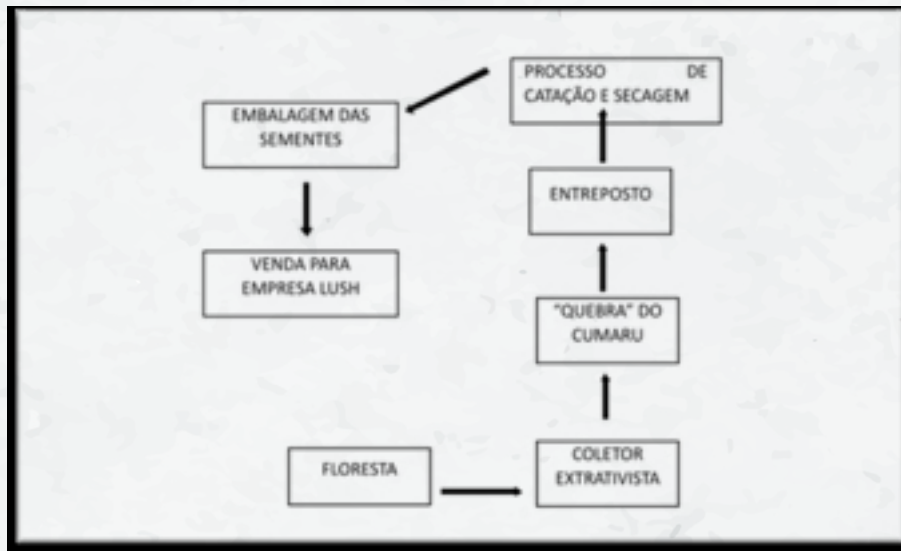
O processo da coleta se inicia quando os extrativistas adentram as florestas coletivamente em regime familiar, para coletar o fruto do cumaru. Eles precisam de uma estrutura para se protegerem do sol e insetos, usando camisas de mangas compridas e calças de preferência. Suas ferramentas de trabalho são facão, paneiro (um tipo de cesto fabricado artesanalmente) levado nas costas pelo coletor ou uma saca, mas, cada um adapta seus utensílios para o trabalho.

Segundo os extrativistas a coleta na floresta dura em torno de 6 a 7 horas por dia. Podendo então ser extraído de 5 a 6kg, quando a região não é considerada “disputada”, pois, no período da safra, o número de pessoas que procuram as florestas como forma de obter ganho aumenta, ocasionando a diminuição da produção por coletor.

A etapa da quebra para obter amêndoa ocorre tanto dentro da floresta como também na casa dos extrativistas na comunidade, visto que, se a quebra for realizada na floresta o coletor precisa passar mais tempo na mata, demandando a ele se planejar para levar seu alimento do dia. Neste caso, o coletor que retira a amêndoa na floresta, entra por volta das 8 horas da manhã, e sai por volta das 17:00 da tarde. Porém, quando esse processo é realizado em casa, assim que o coletor completa a carga dele, às 13:00, já retorna a sua residência. Após esse procedimento, a produção é conduzida até o entreposto do assentamento, onde é vendida ao responsável do local.

Na fase de catação e secagem do cumaru é realizada a separação das melhores amêndoas, e logo após são colocadas em uma espécie de lona e levadas ao sol durante alguns dias. Após o processo, as sementes são embaladas em sacas brancas, para ficar à espera do dia marcado pela empresa para começar a logística de entrega final até a Inglaterra.



**Figura 04:** Esquema que representa o processo da coleta do cumaru do PDS Paraíso até a venda para LUSH

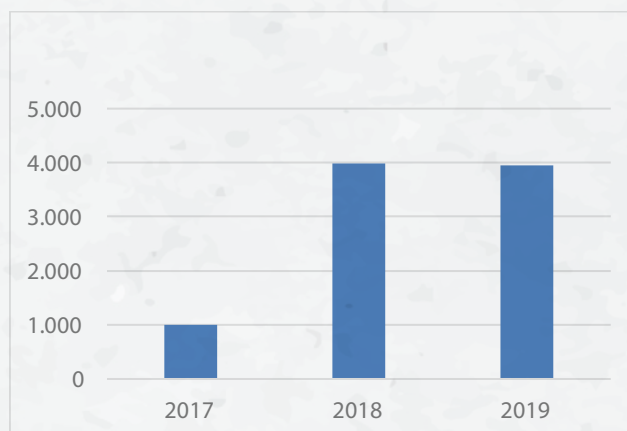
Fonte: Elaborado pelos autores (2020)

## 5. RESULTADOS

As estratégias organizacionais criadas pelo conjunto de atores, se caracteriza de forma coletiva e dinamizada, tendo responsabilidade com a comunidade envolvida e construindo assim o início de uma relação mútua, aumentando a credibilidade dos produtos extrativista no mercado. Através do estudo, identificou-se que a rede Origens Brasil vem propiciando a) incrementos de renda na comunidade/extrativistas, b) melhoramento nas técnicas de manejo sustentável; c) fortalecimento do ato associativo; d) respeito a sociobiodiversidade.

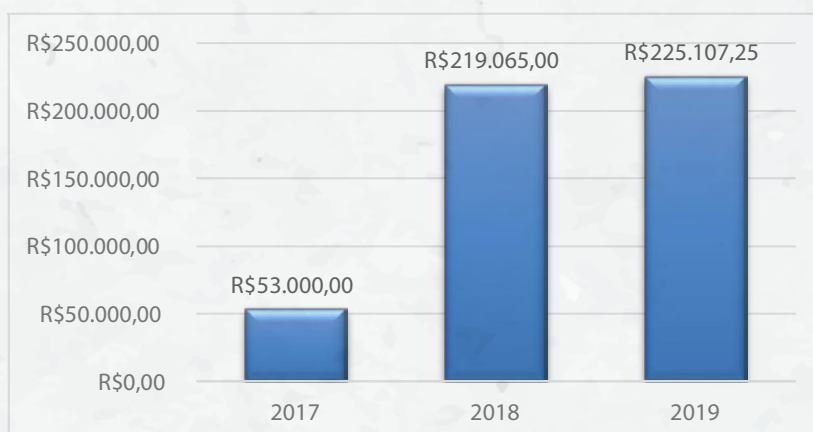
Em 2017 foi vendido a empresa Lush, 1 tonelada (1000 kg) de cumaru, por R\$ 53.000. Sendo pago ao coletor o preço de R\$ 47,00 kg. A sobra é destinada ao fundo de reserva das operações, e pagamento do agente local responsável local, por arregimentar o estoque/compra do cumaru. Já em 2019 houve um aumento de 294% e 324% na venda de quilos de cumaru e do valor total da venda, respectivamente.

**Figura 5** – Kg de cumaru vendido do PDS via rede Origens Brasil



Fonte: Elaboração dos autores, com base nos relatórios do Origens Brasil

**Figura 6** – Total em R\$ da venda de cumaru do PDS Paraíso via rede Origens Brasil



Fonte: Elaboração dos autores, com base nos relatórios do Origens Brasil

Dentre as características socioeconômicas-ambientais adotadas pela iniciativa, destacamos que todo esse processo foi possível, pelo envolvimento do formato de gestão interorganizacional, apresentadas como “estruturas hibridizadas e, como tal, definidas pelo entrelaçamento (processo) ou tecido (resultado) que se processa quando as organizações trabalham em conjunto, dinamizando territórios” (FISCHER et al., 2004). Portanto, a experiência do PDS entra em consenso com a teoria da Gestão Social que é definida por Tenório “como um processo gerencial dialógico em que a autoridade decisória é compartilhada entre os participantes da ação (ação que possa ocorrer em qualquer tipo de sistema social- público, privado ou de organizações não-governamentais)” (TENÓRIO, 2008, p.40).

Por fim, o assentamento PDS Paraíso sob a órbita da rede Origens Brasil® instiga a academia universitária e gestores público-privados, em sistematizar experiências de desenvolvimento, que a permanência do território dentro de áreas protegidas, além de promover um avanço local diferenciado de outras regiões, que apenas se utilizam da floresta de maneira inadequada. Dessa forma, a experiência foi fundamental para construir uma comunidade mais forte em sua cadeia produtiva, e em sua cobertura florestal que está sendo valorizada.



## 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACOSTA, A. **O Buen Vivir: uma oportunidade de imaginar outro mundo**. In: SOUSA, C. M., org. Um convite à utopia [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2016. Um convite à utopia collection, vol. 1, pp. 203-233. ISBN: 978-85-7879-488-0. Available from: doi: 10.7476/9788578794880.0006. Also available in ePUB from: <http://books.scielo.org/id/kcdz2/epub/sousa-9788578794880.epub>.

AGUIAR, Marcia Souza de. **Valor Econômico da Floresta em Pé**. Apresentado II Seminário Governança de Terras e Desenvolvimento Econômico, p. 212-229, 2016.

BECKER, B. K. - 1982 – **Geopolítica da Amazônia**. A Nova Fronteira de Recursos, RJ: Zahar.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Florestas do Brasil em resumo: 2019/** Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Serviço Florestal Brasileiro. – Brasília: MAPA/SFB, 2019. Disponível em: <https://www.florestal.gov.br/documentos/publicacoes/4261-florestas-do-brasil-em-resumo-digital/file>. Acesso em: 14 de Fev. 2021.

CARVALHO, P. E. R. **Cumaru-Ferro Dipteryx odorata**. Embrapa: Comunicado Técnico 225, Colombo -PR, julho 2009.

CORIOLOANO, LN., and SAMPAIO, CAC. **Discursos e concepções teóricas do desenvolvimento e perspectivas do turismo como indução**. In BRASILEIRO, MDS., MEDINA, JCC., and CORIOLOANO, LN., orgs. Turismo, cultura e desenvolvimento [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2012. pp. 49-73. ISBN 978-85-7879-194-0. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

COSTA, Diego, Pereira et al. **Gestão de cooperativas para o desenvolvimento socioeconômico na Vila Camburão do município de Alenquer com ênfase na produção do cumaru**. In: Congresso de Gestão Ambiental do Baixo Amazonas – CONGABA, I., 2018, Santarém. 2018.

ENRÍQUEZ, G. **Desafios da sustentabilidade da Amazônia: biodiversidade, cadeias produtivas e comunidades extrativistas integradas**. Tese (doutorado), p. 460, Centro de Desenvolvimento Sustentável, universidade de Brasília, 2008.

FISCHER, Tânia; MELO; Vanessa Paternostro; CODES, Ana Luiza. **Interorganizações e Gestão do Desenvolvimento Sócio- Territorial: Um Estudo de Organizações da Sociedade Civil em Municípios Baianos**. In: XXVIII EnANPAD, 2004, Curitiba, 2004.

Gil, Antônio Carlos, 1946-Como elaborar projetos de pesquisa/Antônio Carlos Gil. - 4. ed. - São Paulo :Atlas, 2002.

HOMMA, Alfredo Kingo Oyama. **Extrativismo Vegetal na Amazônia – Limites e Oportunidades**, Brasília: EMBRAPA-SPI, 1993.

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura, 2018. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/>. Acesso em: 20 jan. 2020.

IMAZON. **Calha Norte Sustentável: Situação Atual e Perspectivas- Parte 1.** 2015. Disponível em: <https://amazon.org.br/calha-norte-sustentavel-situacao-atual-e-perspectivas-parte-1-2/> . Acesso em : 14 Jan 2020.

IMAZON. **Mapa das Áreas Protegidas do Norte do Pará, 2020.** Disponível em: [https://amazon.org.br/wp-content/uploads/2020/03/EncarteMAPA\\_CalhaNorte\\_2020\\_18mar2020\\_FINAL.pdf](https://amazon.org.br/wp-content/uploads/2020/03/EncarteMAPA_CalhaNorte_2020_18mar2020_FINAL.pdf). Acesso em: 20 de jun. 2020.

IMAZON. **Sistema de Alerta de Desmatamento Fevereiro de 2021.** Disponível em: <https://amazon.org.br/wp-content/uploads/2021/03/SAD-fevereiro-2021.pdf>.

MILANO, M. S. **Conceitos, histórico, políticas e formas de gestão.** In: Fundo Vale (Org.). Áreas Protegidas. Rio de Janeiro: Fundo Vale, 2012, p.16-28.

MOREIRA, Helena Margarido. **A importância da Amazônia na definição da posição brasileira no regime internacional de mudanças climáticas.** Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais “San Tiago Dantas” (UNESOP, UNICAMP, PUC-SP), 2009. Disponível em: [https://www.fclar.unesp.br/Home/Pesquisa/GruposdePesquisa/NPPA/C.E\\_Helena\\_MargaridoMoreira\\_Helena-LASA.pdf](https://www.fclar.unesp.br/Home/Pesquisa/GruposdePesquisa/NPPA/C.E_Helena_MargaridoMoreira_Helena-LASA.pdf) . Acesso em: 15 de Jan. 2021.

ORIGENS BRASIL. **Manual de funcionamento e operação do Origens Brasil®.** 2018. Disponível em: <http://www.origensbrasil.org.br/media/manual-funcionamento-e-operacao-do-origens-brasil.pdf>. Acesso em: Mar. 2020.

ORIGENS BRASIL. **Manual De Uso da Marca Origens Brasil®.** 2018, b. Disponível em: <http://www.origensbrasil.org.br/media/manual-de-uso-da-marca.pdf>. Acesso em: Mar. 2020.

ORIGENS BRASIL. **Relatório Anual Origens Brasil 2016.** Disponível em: <http://www.origensbrasil.org.br/media/relatorio-anual-origens-brasil-2016.pdf>>. Acesso em 21 de Jul. de 2019.

PACHECO, Wesley Luís (Org.). **Povos e comunidades tradicionais nas cadeias produtivas da sociobiodiversidade: oportunidades para negócios sustentáveis na região Centro-Sul de Rondônia.** 1 ed. Porto Velho: Ecam, 2016

PRATES, Rodolfo Coelho Do; BACHA, C. J. C. **O Processo de Desenvolvimento da Amazônia e o seu Desmatamento.** Economia e Sociedade (UNICAMP. Impresso), v. 20, p. 601-636, 2011.

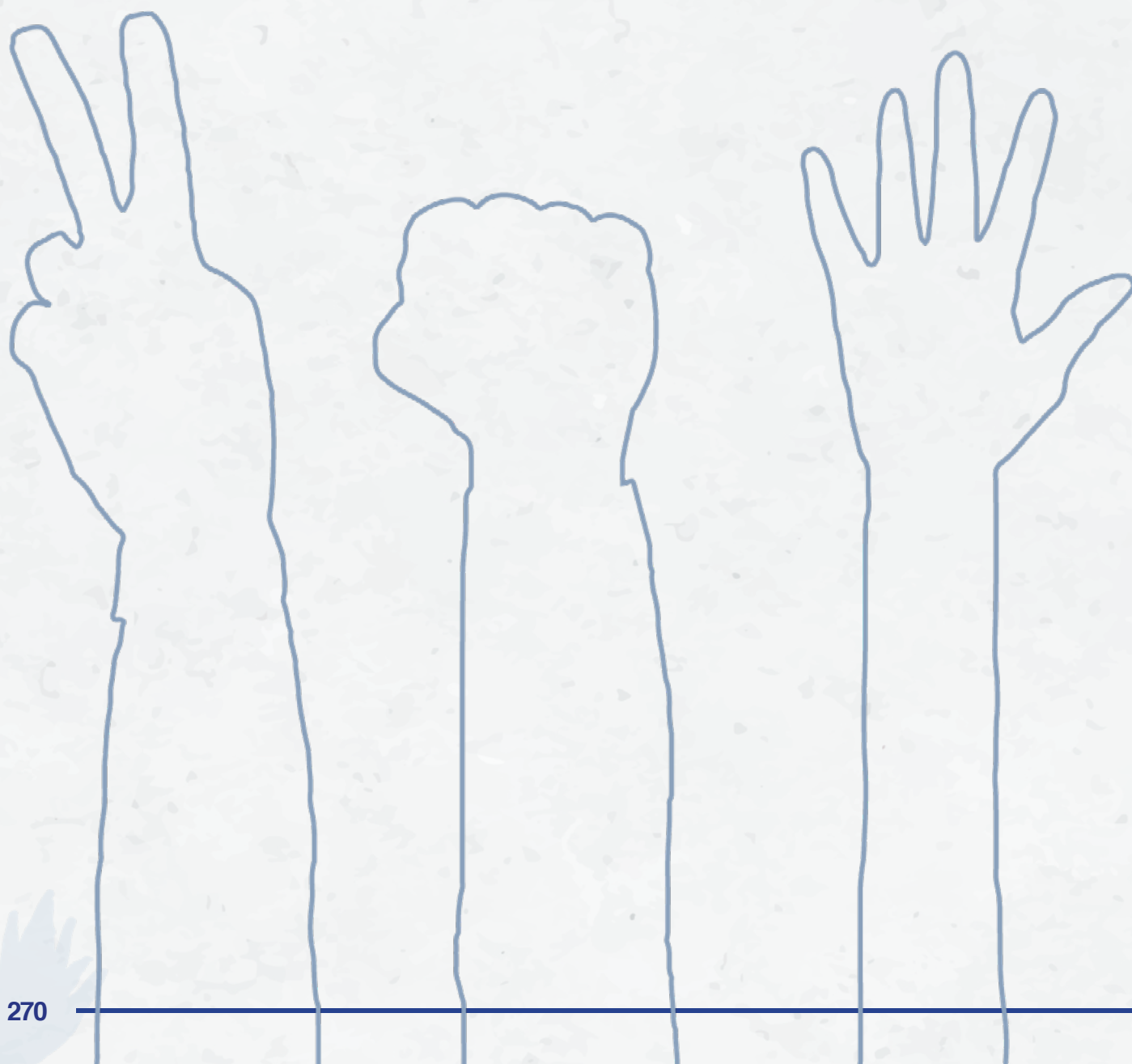
SILVA, Giselle Alves; DOURADO, Debora C. Paschoal; ANDRADE, Jackeline Amantino de; AZERÊDO, Raoni Fernandes. **Nunca Seremos Desenvolvidos: da Crítica à Construção de um Caminho Plural, o Pós-Desenvolvimento.** Revista NAU Social - v.11, n.20, p. 53 – 69 maio/ Out 2020.

SNIF. **Portal do Sistema Nacional de Informações Florestais.** Serviço Florestal Brasileiro. Boletim SNIF 2019



Ed.1. Disponível em: <http://snif.florestal.gov.br/pt-br/publicacoes/456-publicacoes>. Acesso em: 14 Jan. 2020.

TENÓRIO, Fernando Guilherme. **(Re)visitando o conceito de gestão social**. In: SILVA, Jeová Torres; MASH, Rogério Teixeira; CANÇADO, Airton Cardoso; SCHOMMER, Paula Chies (Orgs.). *Gestão Social: práticas em debate, teorias em construção*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2008.





SABERES E SABORES DO SEMIÁRIDO ALAGOANO:  
PROPOSTA DE BENEFICIAMENTO DA JABUTICABA  
PARA A PRODUÇÃO DE VINHO ARTESANAL A  
PARTIR DA MULTIDIMENSIONALIDADE E DAS  
RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

*KNOWLEDGE AND FLAVORS OF THE ALAGOAN  
SEMIARID: PROPOSAL FOR THE BENEFIT  
OF JABUTICABA FOR THE PRODUCTION OF  
ARTISANAL WINE FROM MULTIDIMENSIONALITY  
AND INSTITUTIONAL RELATIONS*

Fleudson Ferreira Alves Universidade Federal de Alagoas (UFAL) fleidsonalves@gmail.com

Josefa Érika Saturnino da Silva Universidade Federal de Alagoas (UFAL) erikasaturnino15@gmail.com

Mariana Rêgo Lima Universidade Federal de Alagoas (UFAL) marianarego07@gmail.com

Raidan Iago dos Santos Universidade Federal de Alagoas (UFAL) raidan\_iago@hotmail.com

## RESUMO

O estudo é oriundo do trabalho de pesquisa em andamento, aprovado no edital do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/ UFAL/ 2019-2020), regido pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e tem como objetivo geral compreender o processo de beneficiamento da fruta jaboticaba para produção de vinho artesanal no município de Palmeira dos Índios (AL) a partir da multidimensionalidade e das relações institucionais. As abordagens teóricas norteadoras do trabalho são: relações institucionais, envolvendo a troca de saberes entre as lógicas institucionais do Estado (universidade) e da Comunidade (sujeitos locais do Povoado de Serra das Pias) no sentido de estimular um *institutional work* para criar uma perspectiva protagonista para a comunidade local; e multidimensionalidade, já que as áreas científicas envolvidas são Engenharia Química (análise do processo produtivo e da composição da bebida fermentada), Ciências Contábeis (mensuração do processo e do custo produtivo) e Administração (construção da relação institucional, análise de mercado e alcance de futuros canais de vendas). O estudo qualitativo-quantitativo tem como método a pesquisa-ação, cuja coleta de dados tem ocorrido a partir de dados primários. O estudo tem demonstrado que o tipo de relações institucionais propostos tem gerado um grau de confiança entre as instituições Estado e Comunidade. Espera-se que, a partir desse estudo, outras comunidades que tenham interesse em produzir bebida fermentada, a partir da fruticultura, sejam acessadas pela UFAL no semiárido alagoano.

**Palavras-chave:** Relações Institucionais. Multidimensionalidade. Vinho de Jaboticaba.

## ABSTRACT

The study comes from the research work in progress, approved in the call for proposals for the Institutional Program for Scientific Initiation Scholarships (PIBIC / UFAL / 2019- 2020), governed by the National Council for Scientific and Technological Development (CNPq) and its general objective is to propose the processing of jaboticaba fruit for the production of artisanal wine in the municipality of Palmeira dos Índios (AL) based on multidimensionality and institutional relations. The theoretical approaches guiding the work are: institutional relations, involving the exchange of knowledge between the institutional logic of the State (university) and the Community (local subjects of the Village of Serra das Pias) in order to stimulate an *institutional work* to create a protagonist perspective for the local community; and multidimensionality, since the scientific areas involved are Chemical Engineering (analysis of the production process and the composition of the fermented drink), Accounting Sciences (measurement of the process and the production cost) and Administration (construction of the institutional relationship, market analysis and reach of future sales channels). The qualitativequantitative study uses action research as a method, whose data collection has been based on primary data. The study has shown that the type of institutional relations proposed has generated a degree of trust between State and Community institutions. It is expected that, from this study, other communities that are interested in producing fermented drink, from fruit production, will be accessed by UFAL in the semiarid region of Alagoas

**Keywords:** Institutional Relations. Multidimensionality. Jaboticaba wine.



# 1. INTRODUÇÃO

O semiárido brasileiro, espaço geográfico com natural escassez de água e baixo índice pluviométrico, sofre, historicamente, com problemas socioeconômicos (BAPTISTA; CAMPOS, 2013). Porém, esse é um espaço onde os sujeitos locais resistem às adversidades e agem na perspectiva de convivência.

Este semiárido compreende 1.262 municípios e 27 milhões de pessoas (BRASIL, 2017; SUDENE, 2017) distribuídas nos estados do Piauí, Ceará, Alagoas, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Maranhão, Paraíba, Sergipe, Bahia e norte de Minas Gerais.

Após os anos 2000, com a criação da Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA), a sociedade civil se aproxima da instituição Estado e participam da elaboração e execução de programas voltados às práticas sustentáveis – vinculadas às tecnologias sociais como as de armazenamento de água da chuva – que impactaram seus processos produtivos, assegurando alimentação para consumo próprio e venda do excedente. Isso impactou na agricultura familiar resultando em uma nova configuração espacial, social, cultural e ecológica (SILVA et al., 2018).

Tal cenário refletiu também em Alagoas – 3.4% do semiárido brasileiro – onde 45,6% de sua área – 38 municípios de um total de 102 – é semiárida (BAPTISTA; CAMPOS, 2013).

O estado de Alagoas foi demarcado pela ASA (2016), conforme suas seguintes áreas de atuação, denominadas microrregiões (os respectivos municípios): Agreste (Arapiraca, Coité do Noia, Cacimbinhas, Igaci, Major Isidoro, Palmeira dos Índios, Estrela de Alagoas, Minador do Negrão, Traipu, Girau do Ponciano, Batalha, Jaramataia, Craibas e Quebrangulo); Médio Sertão I (Lagoa da Canoa, Olho d'Água das Flores, Olivença, Santana do Ipanema, Dois Riachos, Poço das Trincheiras, Maravilha, Ouro Branco e Carneiros); Médio Sertão II ou Bacia Leiteira (Belo Monte, Jacaré dos Homens, Monteirópolis, Palestina, Pão de Açúcar, São José da Tapera e Senador Rui Palmeira); e Alto Sertão (Piranhas, Olho d'Água do Casado, Delmiro Gouveia, Água Branca, Mata Grande, Inhapi, Canapi e Pariconha).

Dessas microrregiões, no Agreste, foi possível identificar, no município de Palmeira dos Índios, no lócus Serra das Pias, uma comunidade rural com quinze famílias que cultiva a jabuticaba, com mais de 500 árvores dessa espécie, espalhadas pela serra.

A *Plinia cauliflora*, nome científico da jabuticaba, é uma fruta típica do território brasileiro, encontrada majoritariamente no centro-sul do Brasil, cuja variedade de espécies é muito utilizada na indústria e para consumo próprio (OLIVEIRA et al. 2003).

Devido às características organolépticas, deve ser tratada com cuidados e procedimentos pós-colheita (ASQUIERI, SILVA; CÂNDIDO, 2003), já que, com o avanço da ciência, há diversas técnicas para preservar suas propriedades e benefícios.

Nesse sentido, desde 1970, a comunidade produz um vinho artesanal de jabuticaba. Seus integrantes, cujas mulheres são protagonistas e onde muitos moradores são do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), possui tecnologias sociais difundidas pela ASA desde os anos 2000, principalmente as de captação de água da chuva como cisternas e barreiras. Desse contexto, os moradores passaram, desde 2015, além de usufruir das hortaliças e frutas para consumo próprio, comercializar, incluindo o vinho de jabuticaba.

Em um evento sobre agricultura familiar, no município de Palmeira dos Índios, organizado pela Rede de Educação Contextualizada (RECASA), em 2017, foi possível conhecer o produto e os sujeitos envolvidos. Segundo estes, o produto é feito de modo artesanal, mas a dificuldade seria encontrar um padrão para o: sabor; método de produção; valor nutricional; e teor alcoólico.

Após encontro na Serra das Pias, em conversa com os sujeitos envolvidos, foi combinado de realizar uma troca de saberes, em forma de relação institucional, entre Estado – via Universidade Federal de Alagoas (UFAL) – e Comunidade – moradores da Serra das Pias, envolvidos com a produção do vinho de jabuticaba – para submeter um projeto de pesquisa formado por uma equipe multidimensional, envolvendo às áreas do conhecimento: Administração; Ciências Contábeis; e a Engenharia Química.

Tal projeto, resultado de um estudo anterior realizado na microrregião Agreste (COSTA, 2017), foi aprovado no edital do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/ UFAL/ 2019-2020), regido pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), no intuito de alcançar um olhar mais amplo para o fenômeno em questão.

Para essa proposta, o objetivo do estudo foi compreender o processo de beneficiamento da fruta jabuticaba para produção de vinho artesanal no município de Palmeira dos Índios (AL) a partir da multidimensionalidade e das relações institucionais. Isso justifica e demonstra a importância do estudo, que além de aproximar a universidade federal à comunidade, como um dos seus pilares, insere um olhar ampliado sobre o fenômeno a partir das diferentes áreas do conhecimento envolvidas.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

As abordagens norteadoras desse estudo são Relações institucionais (ZILBER, 2013) e Multidimensionalidade (MORIN, 2001a). Aquela parte do princípio que as organizações estão inseridas em ambientes compostos por instituições centrais, com lógicas específicas e heterogêneas (FRIEDLAND; ALFORD, 1991; THORTON, OCASIO, LOUNSBURY, 2012), cuja dinâmica local pode ser estimulada ou retraída por works cujos atores intencionalmente atuam para criar, manter ou gerar ruptura institucional (LAWRENCE; SUDDABY, 2006). E a multidimensionalidade parte do princípio que um fenômeno é enriquecido ao ser estudado por várias disciplinas/ áreas do conhecimento, seja das ciências naturais, humanas e/ou sociais, alcançando uma visão mais ampla sobre o mesmo de modo não fragmentado (MORIN, 2001b).

Os estudos institucionais – sempre abertos às transformações de suas abordagens, próprios da construção do conhecimento – trilharam, a partir das respectivas perspectivas, o seguinte percurso: iniciou com a racional, de olhar microambiental, conforme Parsons (1951); apresentou a cultural-simbólica, de olhar macro, sobre campo isomórfico e mimetismo, segundo Dimaggio e Powell (1991); pela visão micro aborda as ações intencionais do empreendedor institucional, por Dimaggio (1988); critica esta abordagem e considera a noção de Lawrence e Suddaby (2006) sobre o fato de as ações intencionais para além de criar e manter instituições, incluindo a ruptura institucional; retoma a visão macro, com Thorton, Ocasio e Lounsbury (2012), oriunda de Friedland e Alford (1991), sobre as lógicas institucionais; até Zilber (2013) que aproxima aspectos materiais (estrutura) e imateriais (simbólicos) e lógicas institucionais (macroambiental) e institutional work (microambiental), sob a denominação “relações institucionais”.



O *institutional work* é uma abordagem vinculada a criação, manutenção ou ruptura institucional a partir de um grupo de atores envolvidos na ação. Para Jarzabkowski, Metthiesen e Van de Ven (2009), a categoria criação examina como novas instituições surgem e se estabelecem. Isso ocorre devido à ação intencional de atores nas dinâmicas institucionais associadas às mais diversas formas e tipos de trabalho.

**Quadro 1.** Institutional Work Que Visa a Criação

1ª forma - Regulativa	2ª forma - Normativa	3ª forma - Cognitiva
Defesa - Mobilização política e suporte regulatório através de técnicas deliberadas de persuasão social. Organizações e associações de interesses fazem reivindicações.	Construção de identidades - Fundamental na criação de instituições, pois descrevem a relação ator-campo em que tal agente opera e isso pode ser associado ao desenvolvimento de profissões.	Mimetismo - Baseado em padrões existentes de ação. A justaposição de antigos e novos modelos podem fazer a nova estrutura compreensível e aponta à problemas de práticas passadas.
Definição - Construção de sistemas de regras que conferem status, legitimidade ou identidade, definem limites dos membros ou criam status de hierarquia dentro do campo.	Mudança de normas - Refazer as conexões entre os conjuntos de práticas e levar as novas instituições às existentes sem desafia-las, mas que sejam suportadas simultaneamente por atores questionadores.	Teorização - Desenvolver e especificar categorias abstratas e elaborar cadeias de causa e efeito.
Aquisição - Criação de estruturas de regras que conferem direitos de propriedades. Ocorre quando autoridades governamentais são usadas para realocar esses direitos.	Construção de redes - Ligações interorganizacionais por meio do qual práticas tornam-se normativamente sancionadas e que formam o grupo de pares relevantes.	Educação - Criar instituições envolvidas na educação de atores em habilidades e conhecimentos necessários para suportar uma nova instituição.

Fonte: elaborado a partir de Lawrence e Suddaby (2006).

A partir de Lawrence e Suddaby (2006), a chave da criação é a capacidade de estabelecer regras e construir recompensas e sanções impostas. Na criação, tais recompensas e sanções não representam estabilidade, mas, conforme Dansou e Langley (2012), revelam uma mobilização hábil de estratégias capazes de fomentar novas ações e a criação de instituições.

No que diz respeito às ações para a manutenção, a estabilidade e/ou a ausência de mudança devem ser descartadas (LAWRENCE; SUDDABY, 2006). Isso porque, para manter as instituições, os atores devem lidar com a entrada de novos membros na organização/ no campo e com a evolução deste em direções inesperadas.

Segundo Lawrence e Suddaby (2006), para a manutenção os atores precisam desenvolver técnicas especializadas, através das quais os novos membros se mostrem envolvidos e socializados. Com essa compreensão, os atuantes serão capazes de influenciar os processos de persistência no contexto de turbulência. Por esse

motivo, Jarzabkowski, Metthiesen e Van de Ven (2009) consideram possível examinar as formas como as instituições são ativamente produzidas e reproduzidas através das ações cotidianas desses atores.

**Quadro 2.** Manutenção do Institutional Work

Formas	Definições
Permissão	A criação de regras que facilitem a instituições de apoio, como a criação de agentes que autorizem ou desviem recursos.
Policimento	Assegurar o cumprimento com a aplicação, auditoria e monitoramento.
Dissuasão	Estabelecer barreiras coercitivas para mudança institucional.
Valorização	Fornecer exemplos positivos e negativos que ilustra as bases normativas de uma instituição.
Mitologização	Preservar as bases normativas de uma instituição através da criação e manutenção de mitos históricos.
Incorporação e rotinização	Ativamente infundindo as bases normativas de uma instituição em dia dos participantes para dia rotinas e práticas organizacionais.

Fonte: Lawrence e Suddaby (2006).

Quando há intencionalidade “para se manter instituições ou conjuntos de instituições, existem também interesses na alteração desta determinada instituição” (BRUNING; AMORIM; GODRI, 2015, p. 152). Para Lawrence e Suddaby (2006), o institutional work que visa ruptura deve atacar ou minar mecanismos que levam os membros a cumprir as metas.

**Quadro 3.** Ruptura Institucional

Formas	Definições
Desconexão de sanções	Trabalhando através de aparelho de Estado para desconectar recompensas e sanções a partir de um conjunto de práticas, tecnologias ou regras.
Dissociação de fundamentos morais	Dissociar a prática, norma ou tecnologia desde a sua fundação moral conforme apropriado dentro de um contexto cultural com fundamentos específicos.
Problematização	Diminuir os riscos percebidos de inovação e diferenciação minando pressupostos e crenças.

Fonte: a partir de Lawrence e Suddaby (2006).

De acordo com Jarzabkowski, Metthiesen e Van de Ven (2009), é ainda possível compreender a ruptura institucional quando as instituições existentes não mais atendem aos interesses dos atores que são capazes de mobilizar apoio suficiente para atacá-los.

Nesse campo de lógicas (LOUNSBURY; POLLACK, 2001), complexo e heterogêneo, vinculado às Relações institucionais, há as dinâmicas entre as instituições centrais, com específicas lógicas: Mercado, Estado, Comunidade, Família, Religião, Corporação e Profissão.



Ir além do campo isomórfico, significa ir além dos scripts, conforme Barley e Tolbert (1997), já que para o institucionalismo avançar, deveriam ser considerados aqueles momentos de institucionalização em um processo com quatro estágios: a) codificação, b) promulgação, c) replicação ou revisão; e d) externalização.

A instituição Mercado trata dos produtores de bens que convertem suas ações na compra e venda. O Estado racionaliza e regula a atividade humana vinculadas às hierarquias legais e burocráticas (FRIEDLAND; ALFORD, 1991). A Comunidade, para Reay e Hinnings (2009), serve de referência para crenças e ações predominantes em um determinado contexto. A instituição central Família, conforme Friedland e Alford (1991), tem sua base na motivação da atividade humana por meio da lealdade incondicional aos seus membros e suas necessidades reprodutivas. A Religião baseia-se na verdade transcendental motivada por princípios morais aceitos voluntariamente na fé (FRIEDLAND e ALFORD, 1991). A Profissão traz a competência profissional relacionada ao status alcançado (THORTON; OCASIO; LOUNSBURY, 2012). E a Corporação é representada pela capacidade em alcançar seus interesses gerenciais (THORTON; OCASIO, 1999).

**Quadro 4.** Tipos Ideais Relacionados às Instituições Centrais e Suas Categorias Representativas

Categorias	Ordens Institucionais (Instituições Centrais)						
	Mercado	Estado	Comunidade	Família	Religião	Profissão	Corporação
Metáfora-raiz	Transação	Estado como mecanismo de redistribuição	Fronteiras comuns	A família como empresa	Banco como templo	Profissão como rede relacional	Corporação como hierarquia
Fonte de legitimidade	Preço dos produtos, serviços, ações	Participação democrática	Unidade de vontade; crença na confiança mútua e na reciprocidade	Lealdade incondicional	Importância da fé e do que é sagrado na economia e sociedade	Competência pessoal	Posição da empresa no mercado
Fonte de autoridade	Ativismo dos acionistas	Dominação burocrática	Engajamento nos valores e ideologia comunitários	Dominação patriarcal	Carisma do sacerdócio	Associação profissional	Conselho de Administração, altos gestores
Fonte de identidade	Anonimato dos acionistas	Classes sociais e econômicas	Conexão emocional; satisfação do ego e reputação	Reputação da família	Associação com divindades	Associação com a qualidade do produto e reputação pessoal	Papéis burocráticos

Categorias	Ordens Institucionais (Instituições Centrais)						
	Mercado	Estado	Comunidade	Família	Religião	Profissão	Corporação
Funda-mento das normas	Auto- interesse	Cidadania da nação	Membros do grupo	Membros da família	Membros da congregação	Pertencer a uma associação	Emprego na empresa
Funda-mento da atenção	Status no mercado	Status dos grupos de interesses	Investimento pessoal no grupo	Status dentro da família	Relação com o sobrenatural	Status na profissão	Status na hierarquia
Funda-mento da estratégia	Eficiência e lucro	Acrescentar o bem comum	Aprimorar status e honra dos membros e das práticas	Aumentar a honra da família	Acrescentar simbolismo religioso aos eventos naturais	Melhorar sua reputação pessoal	Acrescentar o tamanho e a diversificação da empresa
Mecanismos informais de controle	Analistas mercantis	Política de bastidores	Visibilidade das ações	Política da família	Devoção dos eleitos	Profissionais celebridades	Cultura organizacional
Sistema econômico	Capitalismo de mercado	Capitalismo de bem-estar	Capitalismo cooperativo	Capitalismo da família	Capitalismo ocidenta	Capitalismo pessoal	Capitalismo gerencial

Fonte: Adaptado de Thorton, Ocasio, Lounsbury (2012) e Lamontagne (2015).

Em relação a multidimensionalidade, é possível entender que na formação do espírito científico, Morin (2005) trata da responsabilidade do pesquisador perante a sociedade e diz que a concepção clássica ainda é presente, o que resulta na supressão do sujeito científico dotado de valores multidimensionais.

Sobre isso, Foerster (1996), já explicava que a visão do conhecimento, parte do princípio de compreender o compreender, do aprender a aprender.

Neste sentido Dutra (2003) mostra que o progresso da ciência se dá com a aquisição contínua de conhecimentos e que fazer o conhecimento progredir é articulá-lo com outras áreas do saber. Isso traz o que Latour (2000) aborda sobre o fato de mesmo que existam pessoas que abram as caixas pretas para os leigos, ainda há os que buscam o rotulado. Os economistas ignoram os sociólogos, os cientistas cognitivos não fazem estudos sociais da ciência, ou a etnociência se distancia da pedagogia. Nessa viagem científica, os conceitos não podem ser resistentes ao ponto de impedir que outras formas e métodos de análise participem.

Daí que, na busca por uma multidimensionalidade, Morin (2005) diz haver a necessidade de deixar de julgar a ciência como boa ou má, mas entendê-la na sua complexidade. Tal compreensão é pautada no entendimento de que os seres humanos são unidades complexas que comportam, ao mesmo tempo, aspectos biológico, psíquico, social, afetivo e racional (MORIN, 2001a, 2001b) e a experiência possui múltiplas naturezas (REIMER, 2003).

A questão é não deixar surgir há hierarquização do conhecimento, que cria dualidades, oposições. Para Esteves (2011), multidimensionalidade é o resultado da transformação de conflitos por meio da expansão das capacidades (reconstrução econômica) e transformação institucional (reforma das forças policiais, do sistema



judiciário, do aparato de defesa, promoção de eleições e reconstrução da sociedade civil). Isso aponta para o reconhecimento do ser humano em sua integralidade e de suas diferentes dimensões.

A postura multidimensional, segundo Morin (2003; 2005), é a possibilidade de encontrar o caminho de um pensamento dialógico, mesmo que não se evitem os constrangimentos, mas ao menos elimina-se a dificuldade do combate com o real, produzindo um mundo com um olhar mais amplo e complexo.

### 3. METODOLOGIA

A decisão metodológica aqui adotada reflete o tipo de coleta e análise dos dados (CRESWELL, 2010) a partir de uma abordagem qualitativa e subjetivista, onde as etapas ocorrerão a partir dos atores inseridos no contexto específico, heterogêneo e complexo, cujo lócus é a Serra das Pias, comunidade rural de Palmeira dos Índios. Essa consideração reconhece as ações em tempo real, no tempo em que vão acontecendo (SCHATZKI, 2005; 2014), excluindo certezas que buscam manipular inputs para garantir outputs. Isso porque esse contexto é um espaço composto por reconstituições diárias no qual a organização é contínua, precária, parcial, sempre inacabada e que, ao mesmo tempo, se repete e se reordena.

Em tudo isso há crenças que guiam as ações dos participantes (CRESWELL, 2010), onde há uma realidade construída por eles com múltiplos significados negociados social e historicamente. Nessa sintonia a postura dos pesquisadores deve ser a mais aberta possível às novidades do mundo dos participantes, na interação com eles, para que seus ambientes históricos e culturais sejam extraídos e entendidos segundo eles.

O método deve então considerar: organização em sequência de etapas: ocorrência no ambiente natural dos participantes; o pesquisador como instrumento fundamental, uma vez que os dados são coletados pessoalmente com os participantes; as múltiplas fontes de dados; a análise indutiva dos dados organizados de modo abstrato; os significados que os participantes dão ao seu mundo; um projeto emergente, pois todas as suas fases podem mudar ou se deslocar durante a fase de coleta dos dados; e a interpretação já que, mesmo a partir do mundo dos participantes, o pesquisador insere significado.

A essa troca de saberes entre Comunidade (os produtores do vinho artesanal de jaboticaba) e Estado (universidade), acrescenta-se o aspecto da multidimensionalidade, tendo em vista que os participantes da comunidade estão em interação com 3 áreas do conhecimento: Engenharia Química, Ciências Contábeis e Administração.

A engenharia química está cada vez mais presente no cotidiano organizacional, seja da indústria, nos pratos e até bebidas típicas de uma região. Essa área do conhecimento possibilita uma melhoria na geração de determinados produtos, como por exemplo, de bebidas fermentadas. Este processo vai, conforme Batista (2008), desde a destilação, fermentação ao armazenamento da bebida.

Outra área do conhecimento envolvida é a Ciências Contábeis, cujo objetivo é apresentar aspectos de controle do patrimônio organizacional, utilizando-se dos registros – fatos contábeis – que modificam o patrimônio das organizações para gerar informações aos decisores.

Entre suas especificidades, Marion (2009) explica que a contabilidade ramifica-se em diversos setores e na perspectiva de o estudo ser voltado à agricultura familiar, a intenção é contribuir com ferramentas de custos rural. Isso porque, no cenário contemporâneo, para manter a qualidade dos produtos é necessário que as

organizações tenham conhecimento sobre seus custos de fabricação garantindo sua continuidade. Por conta disso, essa abordagem informa o total de recursos empregados em todas as etapas da produção (CALLADO; CALLADO, 2000).

Na esfera financeira, seu foco é apurar os resultados organizacionais. Já no âmbito gerencial, os focos são orientar ações contextuais de planejamento e controle (MARTINS, 2003; CREPALDI, 2002; BERTI, 2009).

Essa perspectiva, a da contabilidade rural, ainda é pouco difundida (CREPALDI, 2002) porque, conforme Batalha (2013), muitos não levam em consideração as especificidades e contingências como mudanças climáticas, pragas, doenças, além de trabalharem com produtos perecíveis e como decorrência desses aspectos a produção ocorre de forma sazonal, o que pode tornar ainda mais difícil manter um controle gerencial.

Mas o avanço da contabilidade deve facilitar e aproximar as singularidades rurais, mensurando os fatores de produção (ROTH; MUNHOZ; SHERER, 2014), dando mais prioridade e importância a esses ativos que os produtores possuem. Isso tem permitido que as plantas que dão origem aos produtos agrícolas, chamadas pela normatização de “plantas portadoras”, sejam contabilizadas se respeitados os critérios para mensuração.

Há também a área Administração que interpreta os objetivos propostos pela comunidade de agricultores, transformando em ação por meio de planejamento, organização, direção e controle de todos os esforços realizados (SOARES et al, 2018). No entanto, o foco se dará pelo amadurecimento e fortalecimento da importância do protagonismo comunitário e da noção de relações institucionais. Por conta disso, conforme Lawrence e Suddaby (2006), a postura dos participantes do Estado (da universidade) tem sido, intencionalmente, para que a Comunidade participe igualmente, seja protagonista e consiga romper com o status quo até então legitimado criando uma nova forma de articulação entre o micro e o macro ambiente.

O estudo, seguindo cronograma do edital do PIBIC, foi iniciado em agosto de 2019 e será finalizado em julho de 2020. Seu cunho é qualitativo, cujo método norteador é a Pesquisa-Ação (PA) Colaborativa (THIOLLET, 2009), que para Thiollet e Oliveira (2016), significa problematizar o relacionamento horizontal entre a pesquisa (lado do dispositivo da investigação) e a esfera da ação composta por atores em situação a ser pesquisada (lado da possibilidade de mudança). Para a Administração, área que busca problemas sociais, é um auxílio (LODI; THIOLLET; SAUERBRONN, 2018).

A cooperação e a participação, como processo dinâmico, se referem à qualidade de um relacionamento em que a imposição e o constrangimento são evitados e substituídos por um sentimento de pertença, com compartilhamento ou reciprocidade (THIOLLET; OLIVEIRA, 2016). Sem isso, a PA não existe. Por isso, aqui será afastada a noção de intervenção, tendo em vista ser unilateral. Além disso, em todo o processo de pesquisa a coleta dos dados ocorrerá presencialmente, mas estará vinculada aos atuais mecanismos de comunicação – redes sociais – que os participantes utilizam. E para a análise dos dados, com reflexão constante, as interpretações serão vinculadas ao lócus de pesquisa (LODI, THIOLLET; SAUERBRONN, 2018).

A PA foi nesse estudo foi operacionalizada nas 4 fases sequenciais: exploratória (acessar o campo, identificar peculiaridades da organização, discutir o referencial teórico e aspectos da coleta de dados em conjunto com os participantes); analítica (apresentar dados coletados para discussão, analisar e interpretar em conjunto); ativa (definir o plano de ação); e avaliativa (retornar e divulgar os resultados da pesquisa) (TOLEDO; GIATTI, JACOBI, 2014).

Depois da fase exploratória, a analítica teve as funções de: apresentar os dados sobre o processo produtivo do vinho realizado pela comunidade; gerar aprendizagem a partir da narrativa dos participantes da comunidade sobre a representação do vinho de jabuticaba; estimular a troca de saberes científico e local, comparando



o processo histórico de produção realizado até então em relação ao que a engenharia química poderia contribuir para alcançar um padrão, praticando os conceitos de destilação, uma técnica de separação de misturas homogêneas, a qual se baseia nos diferentes ponto de ebulição entre as substâncias a serem separadas (BATISTA,2008), fermentação, um processo bioquímico em que há a transformação de uma substância por meio da introdução de microrganismos, como por exemplo, as leveduras (BATISTA,2008), além da análise, em laboratório, sobre a safra de 2019.

Após a safra de 2020 – já que a colheita anual realizada pelos moradores, adultos e crianças, ocorre entre os meses de fevereiro e março – a fase ativa, buscaria implementar um plano de ação para alcançar padrão de produção e sabor do vinho de jabuticaba, junto à comunidade, no laboratório de engenharia química.

E a fase avaliativa, auxiliaria na: noção da efetividade da ação comparativa entre o modo como o vinho era feito antes e depois de ser levada amostra ao laboratório; troca de conhecimento com a Comunidade para que a mesma continuasse a produzir – nas safras seguintes – no mesmo padrão; e divulgação externa, realizando um encontro para divulgar o processo de pesquisa, assim como para acessar outras comunidades que tenham interesse em desenvolver produtos a partir da fruticultura, incluindo povoados que tem a cultura da jabuticaba.

#### Quadro 2. Fases da Pesquisa-Ação

FASES	AÇÃO	EXPLICAÇÃO
Exploratória	Contextualizar	Discussão a relevância científica e prática do que está sendo pesquisado
	Referencial Teórico	Articulação com a teoria de acordo com local onde será realizada a pesquisa
	Problematizar	Proposições formuladas a respeito de possíveis soluções para problemas levantados
	Seminário	Discutir e tomar decisões sobre a investigação (temas e problemas), constituir grupos de estudos, definir ações, acompanhar e avaliar resultados
	Coleta de dados	Definir as técnicas: entrevistas em profundidade, entrevistas episódicas, grupos focais, levantamentos, observação-participante
Analítica	Apresentação	Apresentar dados para discussão, análise e interpretação
	Aprendizagem	Ações investigadas envolvem produção e circulação de informações, tomadas de decisão, supondo capacidade de aprendizagem dos participantes.
	Saberes	Interação entre saberes formais-informais, teóricos-práticos, para construir conhecimento
Ativa	Plano de Ação	Definir atores, relação entre eles, quem são os líderes, quais os objetivos e os critérios de avaliação da pesquisa, continuidade frente às dificuldades, quais estratégias serão utilizadas para assegurar a participação dos sujeitos, incorporação de sugestões e qual a metodologia de avaliação conjunta de resultados.

FASES	AÇÃO	EXPLICAÇÃO
Avaliativa	Avaliação de Efetividade	Controle da efetividade das ações no contexto social da pesquisa e suas consequências a curto e médio prazos
	Avaliação de Conhecimento	Extrair conhecimentos necessários para estender as ações realizadas a outros casos.
	Divulgação Externa	Nessa fase ocorre o retorno dos resultados da pesquisa aos participantes, divulgação dos resultados em eventos, congressos, conferências, teses e publicações científicas.

Fonte: Thiollent (2009); Pichet; Cassandre; Thiollent (2016); Lodi, Thiollent, Sauerbronn (2018).

A postura de pesquisa ação, nesse estudo ocorreu articulando teoria e prática no processo de construção do conhecimento, pois como reforçam Thillent e Oliveira (2016), é preciso problematizar essa relação estabelecida entre a pesquisa (lado da investigação) e a esfera composta de atores em situação a ser pesquisada (lado da perspectiva de mudança).

Foram sete encontros presenciais entre setembro de 2019 e março de 2020 e para coletar os dados, inicialmente os primários, as ferramentas foram: conversas informais gravadas com o grupo de produtores; conversas gravadas com o grupo de produção, com roteiro semiestruturado; fotografias do espaço; memorandos por escrita livre (tipo diário de bordo); aplicação presencial e via e-mail de questionário sobre os dados demográficos, total de jabuticabeiras, quilos de jabuticabas colhidos, litros produzidos, preço utilizado para venda da jabuticaba e do vinho. Para essa coleta o uso de anonimização de Gibbs (2009) foi utilizado. Além disso, essa comunidade não consta no censo rural do IBGE do ano de 2020 como região de cultura da jabuticaba.

Isso reforça a postura de Lodi, Thiollent e Sauerbronn (2018) sobre o fato de que esse método realiza ações discutidas, analisadas, deliberadas, decididas com pleno consenso, além de serem significativas para os atores locais, com suas formas singulares de expressão e linguagens.

Os dados secundários foram: documentos sobre fermentação de bebidas fornecidos pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. (EMBRAPA), rótulos utilizados para vender o vinho de jabuticaba; o vinho de jabuticaba produzido na safra 2019 e a fruta in natura, congelada, a ser utilizada no laboratório disponibilizado pela Engenharia química. Isso porque o grupo de agricultores não tinha registro de suas ações que ampliasse a coleta de mais dados.

Por esse trabalho ser multidimensional, é torna ainda mais aberto e dinâmico, até porque só a prática cotidiana poderá revelar o andamento do processo, tendo em vista as diferentes visões das áreas do conhecimento envolvidas, o que amplia o diálogo da PA (TOLEDO; GIATTI; JACOBI, 2014). Esse desafio metodológico, com as diferentes disciplinas envolvidas, exigirá predisposição e pró-atividade dos envolvidos para construir uma linguagem comum aos sujeitos participantes e um conhecimento como consequência. A PA é uma tentativa continuada, sistemática e empiricamente fundamentada na prática.



## 4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

Inicialmente, a perspectiva técnica da Engenharia Química apresentou aos agricultores locais que o denominado vinho é classificado como bebida fermentada da jabuticaba.

Do processo de colheita da fruta à produção do vinho, a engenharia química elaborou um processo padrão de produção a ser realizado pelos agricultores a partir de então, no entanto ainda não foi realizada análise em laboratório, tendo em vista a pandemia COVID-19 que interrompeu essa etapa do estudo, desde março de 2020. Quando ocorrer, conforme Oliveira (2011), as etapas serão: a preparação da matéria prima a qual irá ser fermentada; inóculo (fase onde há suspensão de microrganismos para ser utilizados na fermentação do mosto); elaboração do mosto; fermentação; determinação do Grau Brix (estabelece a quantidade de compostos solúveis em solução de sacarose); determinação do pH; e avaliação sensorial.

Tais métodos são utilizados para fornecer uma bebida satisfatória, de qualidade, além de estar dentro da Legislação Brasileira, o que enaltece a importância da Engenharia Química como aliada nesse processo.

Com o decorrer da pesquisa, por meio das visitas in loco, o que era para ser algo mais laboratorial foi substituído por conversas, histórias, lembranças das comunidades, e todas essas informações foram fundamentais para os desmembrar da pesquisa. Além da contribuição fundamental dos produtores, áreas como Administração e Ciências Contábeis estavam trabalhando lado a lado, em que por meio dessas áreas a pesquisas tomou forma e se complementou. A especialidade de cada curso fez com essa pesquisa desse certo e que tomasse força para ideias futuras.

A Ciências Contábeis tem elaborado uma ferramenta de controle que visa mensurar o total de jabuticabeiras, cadastrar cada uma, anotar o quanto cada uma produz por safra, mensurar os quilos utilizados para a produção do vinho em relação a quantidade de litros produzido.

A Administração tem acessado outros atores como Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e EMBRAPA para estimular, com base nas jabuticabas que não são utilizadas na produção de vinho, a elaboração de outros produtos beneficiados da fruta.

O grupo de agricultores tem um espaço físico para produção do vinho, no entanto, maquinários como refrigeradores ainda são necessários para armazenar a fruta, tendo em vista que a mesma passa da fase madura para o apodrecimento em poucos dias.

Por se tratar de uma pesquisa de cunho social, ou seja, que tem por objetivo ajudar uma comunidade, diversas áreas podem se unir para resultado o propósito em comum, em que o protagonista não será as áreas envolvidas, mas sim aquele que será beneficiado pela pesquisa ação. Sendo assim, a interdisciplinaridade trata-se de áreas distintas as quais possuem mesmos objetivos, trazendo uma criatividade ao unir saberes teóricos e práticos, ciência e sociedade, a fim de solucionar um problema social (TOLEDO; GIATTI; JACOBI, 2014).

## 5. RESULTADOS

Com base no objetivo de compreender o processo de beneficiamento da fruta jabuticaba para produção de vinho artesanal na microrregião Agreste de Alagoas, a partir da multidimensionalidade e das relações institucionais, o estudo parcial acessou a comunidade que, a partir do uso do método Pesquisa-Ação, tem realizado uma troca de abertura e confiança na busca por melhorar a qualidade de produção do vinho artesanal.

O estudo tem possibilitado a troca de saberes, onde a comunidade apresenta sua prática e as áreas do conhecimento Engenharia Química, Contabilidade e Administração suas ações baseadas em dados científicos para auxiliar a comunidade, incluindo trazê-los ao laboratório de bebidas e alimentos da UFAL e manter contato com outros órgãos que já auxiliam comunidades nesse tipo de produção como foi feito com o acesso a integrantes da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e Sebrae.

Essa pesquisa configura-se como voltada à relação institucional, conforme Zilber (2013), onde as lógicas institucionais heterogêneas (THORTON, OCASIO, LOUNSBURY, 2012) Estado e Comunidade buscam aproximação. Além disso, é um processo desafiador, tendo em vista que tal aproximação gera um *institutional work*, conforme Lawrene e Suddaby (2006), voltado a criação de práticas cuja comunidade seja protagonista na produção e venda do vinho de jabuticaba após esse contato com os pesquisadores universitários.

Sobre o método utilizado, a Pesquisa-ação foi importante por auxiliar na constante reflexão, visando a melhoria de práticas sociais e educacionais para resolver problemas coletivos (CASSANDRE; PICHETH; THIOLENT; 2016).

Importante reforçar que a Pesquisa-Ação foi iniciada a partir da problematização coletiva com os atores locais, os participantes da pesquisa, já reconhecendo as contingências e as possibilidades de mudança (TRIPP, 2005). Essa postura é importante já que as pessoas envolvidas possuem dois papéis fundamentais, uma vez que são participantes do desenvolvimento da comunidade a qual o projeto é inserido e também são pesquisadores de tal assunto. Sendo assim, a PA não gera transformações somente na ação desenvolvida, mas também naquele a qual executa, uma vez que o agente transformador está imerso nas ações, e acaba gerando benefícios próprios, uma evolução pessoal.

Como limitações, houve a distância entre a universidade, com seu campus localizado em Maceió e a comunidade. O tempo de deslocamento é de 2 horas, cerca de 125 km, o que tem sido contornado com o seguimento do cronograma. A outra limitação, a pandemia COVID19 paralisou a análise do vinho de jabuticaba em laboratório.

A dica para estudos futuros está vinculada, no Pibic 2020-2021, à: aplicação das ferramentas das Ciências Contábeis, da Engenharia Química e da Administração; e ao incremento da área do conhecimento Design, para auxiliar no ajuste do layout produtivo. Isso reforça o caráter multidimensional da pesquisa, a partir de Morin (2001).



## 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASA-AL. **Áreas de atuação da ASA Alagoas**. Disponível em: <<http://asaalagoas.blogspot.com.br/p/atuacao.html>> Acessado em 5 de agosto de 2016.

ASQUIERI, E.; SILVA, A.; CÂNDIDO, M. **Aguardente de jabuticaba obtida da casca e borra da fabricação de fermentado de jabuticaba**. Food Science and Technology, v. 29, n. 4, p. 896- 904, 2009.

BATALHA, M.; **Gestão Agroindustrial: GEPAL** – Grupo de estudos e pesquisas agroindustriais; 3. ed.; Atlas; São Paulo, 2013.

BAPTISTA, N.; CAMPOS, C. **Convivência com o semiárido Brasileiro: autonomia e protagonismo social**. Caracterização do Semiárido Brasileiro. Brasília: Editora IABS, 2013. p. 45-50.

BARLEY, S.; TOLBERT, P. **Institutionalization and structuration: Studying the links between action and institution**. Organization studies, v. 18, n. 1, p. 93-117, 1997.

BATISTA, F. **Estudo do processo de destilação alcoólica contínua: simulação de plantas industriais de produção de álcool hidratado, álcool neutro e cachaça**. 2008. 199p. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Engenharia de Alimentos, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/254867>>. Acesso em: 19 de outubro de 2019.

BERTI, A. **Contabilidade e análise de custos**. 1ª Ed. (ano 2006), 4ª tiragem. Curitiba: Juruá Editora, 2009.

BRASIL. Resolução nº. 115, 23 de novembro de 2017. Aprova a inclusão de 73 (setenta e três) municípios que passaram a integrar a sub-região do semiárido. Diário Oficial da União, Brasília, n. 232, p. 26-34, 05 de dez. 2017, Seção I.

BRUNING, C.; AMORIM, A.; GODRI, L. **Institutional work: uma ponte entre estudos críticos e institucionais?** Revista Pensamento Contemporâneo em Administração, v. 9, n. 4, p. 144-156, 2015.

CALLADO, A.; CALLADO, A. **Processo decisório sobre custos no contexto rural**. Anais VII Simpósio de engenharia de Produção, 2000.

COSTA, C. E. S. da. **Ação e heterogeneidade de lógicas institucionais na construção da convivência com o semiárido em Alagoas**. Tese (Doutorado em Administração) – Programa de Pós-graduação em Administração (PROPAD)/ Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2017.

CREPALDI, S. **Curso Básico de Contabilidade de Custos**. 2ª ed. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2002.

CRESWELL, J. **Projeto de pesquisa: método qualitativo, quantitativo e misto**. Artmed: Porto Alegre, 2010.

DANSOU, K.; LANGLEY, A. **Institutional Work and the Notion of Test**. In: M@n@gement, Vol. 15, p. 503-527. DOI : 10.3917/mana.155.0503, 2012.

DIMAGGIO, P. **Interest and agency in institutional theory**. In L. Zucker (Ed.), Institutional patterns and organizations: 3-22. Cambridge, MA: Ballinger, 1988.

DIMAGGIO, P.; POWELL, W. **The iron cage revisited: institutional isomorphism and collective rationality**. In: POWELL W. and DIMAGGIO, P. Institutionalism in Organizational Analysis. University of Chicago: Chicago, 1991.

ESTEVES, P. **A Libéria e a construção do nexo entre segurança e desenvolvimento**. Revista Brasileira de Políticas Internacionais. 54 (2): 22-45, 2011.

FOERSTER, H. **Visão e conhecimento: disfunções de segunda ordem**. In: SCHNITMAN, D. F. (Org.). Novos paradigmas, cultura e subjetividade. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

FRIEDLAND, R.; ALFORD, R. **Bringing Society Back in: Symbols, practices, and institutional contradictions**. In: POWELL W. and DIMAGGIO, P. Institutionalism in Organizational Analysis. University of Chicago: Chicago, 1991.

GIBBS, G. **Análise de dados qualitativos**. Porto Alegre: Artmed, 2009. JARZABKOWSKI, P.; MATTHIESEN, J.; VAN DE VEN, A. 'Doing which work? A

practice approach to institutional pluralism.' In Lawrence T., Leca, B. and R. Suddaby. (Eds) Institutional Work: Actors and Agency in Institutional Studies of Organizations. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2009.

LAMONTAGNE, A. **A configuração institucional da responsabilidade social empresarial nas relações capital/trabalho: empresas multinacionais de mineração no Brasil e no Canadá**. Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas da Universidade de Brasília/UNB, 2015.

LATOURETTE, B. **A esperança de Pandora: ensaios sobre a realidade dos estudos científicos**. Bauru, SP: EDUSC, 2000. p. 133-154.

LAWRENCE, T.; SUDDABY, R. **Institutions and Institutional Work**, pgs 215–254, in Clegg, S Hardy, W. The handbook of organization studies, London: Sage, 2006.

LODI, M.; THIOLENT, M.; SAUERBRONN, J. **Uma Discussão Acerca do Uso da Pesquisa- ação em Administração e Ciências Contábeis**. Sociedade, Contabilidade e Gestão, v. 13, n. 1, 2018.

LOUNSBURY, M.; POLLACK, S. **Institutionalizing civic engagement: Shifting logics and the cultural repackaging of service-learning in US higher education**. Organization, v. 8, n. 2, p. 319-339, 2001.



MARION, J. **Contabilidade básica**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MARTINS, M. A. S.. **Construção de indicadores para avaliação de desempenho empresarial**. Dissertação de mestrado. Economia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2004.

MORIN, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 4ªed. São Paulo (SP): Cortez. Brasília, DF: UNESCO; 2001a.

. Introdução ao pensamento complexo. Tradução de Dulce Matos. 3a ed. Lisboa (PT): Instituto Piaget; 2001b

. Educar na era planetária. São Paulo: Cortez, 2003.

. Ciência com consciência. rev. mod. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

OLIVEIRA, A. et al. **Caracterização tecnológica de jabuticabas ‘Sabará’ provenientes de diferentes regiões de cultivo**. Revista Brasileira de Fruticultura. Sociedade Brasileira de Fruticultura, v. 25, n. 3, p. 397-400, 2003. Disponível em: < <http://hdl.handle.net/11449/27457>>. Acesso em: 19 de outubro de 2019.

PARSONS, T. **The social system**. Glencoe, Free Press, 1951.

PICHETH, S.; CASSANDRE, M.; THIOLENT, M. **Analisando a pesquisa-ação à luz dos princípios intervencionistas: um olhar comparativo**. Educação, v.39, n.Esp, p. s3-s13, 2016.

REAY, T.; HININGS, C. **Managing the rivalry of competing institutional logics**. Organization Studies, v. 30, n. 6, p. 629-652, 2009.

REIMER, B. **A philosophy of music education: advancing the vision** : Prentice Hall, 2003.

ROTH, T.; MUNHOZ, T.; SHERER, L. **Fatores explicativos da divulgação de ativos biológicos e produtos agrícolas em empresas de capital aberto e fechadas**. VIII Congresso Anpcont, p. 1-18, 2014.

SCHATZKI, T. **The sites of organizations**. Organization Studies, v.26, n.3, p. 465-84, 2005.

Larger Scales. In: Demanding Ideas: Where theories of practice might go next. England. Working paper. 2014.

SILVA, D. da et al. **Agroecologia e Convivência com o Semiárido Brasileiro: uma análise preliminar**. Diversitas Journal, v. 3, n. 1, p. 76-84, 2018.

SOARES, K. et al. **A Administração: processo de planejamento, organização, direção e controle**. Revista da Mostra de Iniciação Científica, 2018.

SUDENE. **Nova delimitação do semiárido**. Recife, 2017. Disponível em: <[http://www.sudene.gov.br/images/arquivos/semiario/arquivos/Rela%C3%A7%C3%A3o\\_de\\_Munic%C3%ADpios\\_Semi%C3%A1rido.pdf](http://www.sudene.gov.br/images/arquivos/semiario/arquivos/Rela%C3%A7%C3%A3o_de_Munic%C3%ADpios_Semi%C3%A1rido.pdf)>. Acesso em: 25 set. 2019.

THIOLLENT, M. **Metodologia da Pesquisa-Ação**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

THIOLLENT, M.; OLIVEIRA, L. **Participação, cooperação, colaboração na relação dos dispositivos de investigação com a esfera da ação sob a perspectiva da pesquisa-ação**. CIAIQ2016, v. 3, 2016.

THORTON, P.; OCASIO, W. **Institutional Logics and the Historical Contingency of Power in Organizations: Executive Succession in the Higher Education Publishing Industry, 1958-1990**. American Journal of Sociology, Vol. 105, No. 3, Nov, pp. 801-843, 1999.

THORNTON, P.; OCASIO, W.; LOUNSBURY, M. **The institutional logics perspective: A new approach to culture, structure, and process**. Oxford University Press, 2012.

TOLEDO, R.; GIATTI, L.; JACOBI, P. **A pesquisa-ação em estudos interdisciplinares: análise de critérios que só a prática pode revelar**. Interface-Comunicação, Saúde, Educação, v. 18, p. 633-646, 2014. DUTRA, L. Introdução à Teoria da Ciência. 2. ed. Florianópolis: UFSC, 2003.

TRIPP, D. **Pesquisa-ação: uma introdução metodológica**. Educ. Pesqui., São Paulo, v. 31, n. 3, p. 443-466, Dec. 2005. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1517-97022005000300009&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022005000300009&lng=en&nrm=iso)>. Acessado em 15 de abril de 2020.

ZILBER, T. **Institutional logics and institutional work: Should they be agreed?**. Research in the Sociology of Organizations, v. 39, p. 77-96, 2013.









UTILIDADE SOCIAL E ECONOMIA SOLIDÁRIA:  
RESISTÊNCIA E PROTAGONISMO FEMININO EM UM  
ASSENTAMENTO RURAL

*SOCIAL UTILITY AND SOLIDARY ECONOMY:  
RESISTANCE AND WOMEN'S PROTAGONISM IN A  
RURAL SETTLEMENT*

Leonardo Victor de Sá Pinheiro  
Universidade Federal do Piauí  
leonardopinheiro@hotmail.com

Denys Daniel da Silva  
Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
oasisdaniel2@gmail.com



# 1. INTRODUÇÃO

Utilidade social é um termo que surgiu na França, sendo reconhecido a partir da valorização e da avaliação em organizações do terceiro setor. Ao ter como principais influenciadores Méda (1999) e Viveret (2004), o termo compõe parte de uma corrente de pensamento sobre a reconsideração do conceito de riqueza no mundo, possuindo como ponto central a crítica ao modelo vigente de desenvolvimento pautado no Produto Interno Bruto (PIB). Para os autores, os indicadores gerados no PIB subestimam outros valores importantes como, por exemplo, o trabalho voluntário, que pode ter destaque como grande provedor de riqueza (bem-estar social), mas que não é uma atividade mercantil (MÉDA, 1999; VIVERET, 2004).

No Brasil, Silva (2018) destaca que as produções intelectuais sobre utilidade social ainda estão em estágio inicial, podendo ser conceituada de forma polissêmica em diferentes áreas. Para se ter uma ideia aproximada, na área da Saúde é vinculado ao uso de equipamentos públicos. Já no Urbanismo, aborda a ideia de acesso a serviços urbanos por parte da população em situação de vulnerabilidade social. Na área do Direito, o conceito é utilizado para criticar a utilidade da lei e dos atos humanos como fonte racional da justiça, de acordo com a doutrina clássica do utilitarismo. Por sua vez, é na área da Administração, mais especificamente no campo da Gestão Social, que o conceito vem sendo cada vez mais fundamentado.

Nesse contexto, tendo em vista superar a ótica de viabilidade econômica tradicional, como as que são estabelecidas pelo PIB, Silva (2015) destaca que utilidade social pode ser compreendida como um elemento embestado de um empreendimento econômico solidário, possuindo características intrínsecas, tais como: o valor do desenvolvimento e da sustentabilidade social, cultural, política, ambiental e institucional. Foi a partir de tais premissas que o autor elaborou uma matriz com dimensões e indicadores que visam mensurar indicadores que muitas vezes são considerados como invisíveis e imensuráveis. Trata-se, da Matriz Dimensão - Enfoque - Contribuição - Indicador - Destino, também conhecido como Matriz DECID.

Para fins deste estudo, utilizou-se somente as três primeiras colunas da matriz Dimensões, Enfoque e Contribuições, uma vez que a pesquisa procura investigar de forma exploratória aspectos da utilidade social em uma associação de economia solidária feminista. Dessa forma, os Indicadores e o Destino não se aplicam especificamente a este estudo, uma vez que sua finalidade é mensurar percentuais e números das ações, resultados e impactos de bancos comunitários de desenvolvimento.

Além dos aspectos contextualizados anteriormente, o estudo também procura analisar as relações psico-socioambientais das relações estabelecidas entre as assentadas e o assentamento. Nessa perspectiva, as pesquisas que analisam o vínculo das pessoas ao lugar têm exercido fascínio e curiosidades nos últimos anos (HIDALGO; HERNANDEZ, 2001; RAYMOND; BROWN; WEBER, 2010), sendo crescente a quantidade de investigações que destacam a interação pessoa - ambiente. De acordo com Scannell e Gifford (2017), o vínculo ao lugar pode gerar sensação de pertencimento, conectando simbolicamente as pessoas a seus antepassados e culturas, além de reforçar laços sociais com os membros da comunidade, o que pode resultar em benefícios para todo o grupo. Sobre isso, um conjunto acumulado de evidências foi detectado pelos autores, demonstrando alguns benefícios psicológicos atribuídos ao vínculo pessoa - ambiente, tais como: memórias, pertencimento, relaxamento, emoções positivas, apoio à atividade e crescimento pessoal, por exemplo.

Para Lewicka (2005), a ligação afetiva da pessoa com um lugar pode proporcionar condições psicológicas que levarão a efeitos benéficos tanto para o indivíduo como para a comunidade a que pertence. Nesse sentido, o conceito de comunidade local estaria intimamente relacionado a um senso de pertencimento ou apego à comunidade, formado por redes sociais que funcionam em espaços geográficos bem definidos (GIULIANI, 2004).



Conhecer a visão de mundo e a forma como essas mulheres vivenciam suas relações com o trabalho poderá proporcionar subsídios para entender as cognições e afetos em relação ao lugar em que vivem, que, direta e indiretamente, pode influenciar na utilidade social. Ademais, o estudo pode servir como suporte para a adoção de medidas públicas que promovam maiores incentivos para a economia solidária e impulsionem novas estratégias para o desenvolvimento local.

## 2. OBJETIVO

Diante do que foi abordado anteriormente, traçou-se como objetivo geral investigar como a utilidade social se manifesta em um empreendimento de economia solidária feminista, localizado em um assentamento rural do nordeste brasileiro.

## 3. METODOLOGIA

Alinhada a uma perspectiva que possibilita dar voz aos sujeitos do estudo, a presente pesquisa foi fundamentada nos princípios da abordagem qualitativa, sendo utilizado o estudo de caso como estratégia de pesquisa. O caso foi constituído pelo grupo de mulheres que trabalham com a confecção de peças íntimas em um assentamento localizado na zona rural do município de São Miguel do Gostoso, no estado do Rio Grande do Norte.

Ao ser formada por cinco mulheres organizadas e integradas à Rede de Economia Solidária e Feminista, a associação, que recebe o sugestivo nome de 'Vest Gostoso', realiza a produção de calcinhas, sutiãs, cuecas, pijamas e camisolas. O grupo analisado foi escolhido devido as suas particularidades, já que diante das inúmeras dificuldades enfrentadas, foi por meio da formação da associação e do trabalho na forma de economia solidária e feminista que essas mulheres encontraram novas alternativas de renda, identidade social e permanência no lugar.

Para a coleta dos dados, realizou-se entrevistas semiestruturadas, sendo o protocolo de perguntas estruturado, inicialmente, em questões de natureza sociodemográficas. Posteriormente, foram realizadas perguntas disparadoras que versaram sobre suas histórias de vida, as atividades que desenvolviam e o processo de criação da associação. Em seguida, de forma mais específica, foram conduzidas as perguntas relacionadas ao trabalho na forma de economia solidária e feminista, identificando os elementos que caracterizam a forma de organização, convívio e a relação dessas mulheres no (e com o) assentamento.

Mediante o consentimento das respondentes, todas as entrevistas foram gravadas para posterior transcrição. Com o intuito de manter suas identidades preservadas, foram atribuídos nomes fictícios de mulheres importantes no cenário nacional e internacional, tais como: Cora; Lispector; Dulce; Frida e Dilma.

As entrevistas foram analisados de acordo com o construto teórico da Utilidade Social, adotando-se como referência a Matriz DECID de Indicadores para Avaliação da Utilidade Social. Destarte, ressalta-se que diante das especificidades do estudo, fez-se necessário adaptações da matriz, a fim de contemplar os objetivos propostos.

Tendo em vista permitir identificar e analisar os aspectos lexicais que foram significativos e recorrentes na fala das entrevistadas, foi utilizado o auxílio do software IRAMUTEQ (Interface de R pour les Analyses Multidi-

mensionnelles de Textes et de Questionnaires). Tal programa foi escolhido por possibilitar, de forma gratuita, diferentes processamentos dos dados, tais como: estatísticas textuais clássicas; pesquisa de especificidades de grupos; classificação hierárquica descendente; análises de similitude e nuvem de palavras (CAMARGO; JUSTO, 2013; KAMI et al., 2016).

## 4. ANÁLISE

Ao realizar as análises lexicais clássicas, o programa identificou e reconstituiu as unidades de texto, transformando as Unidades de Contexto Iniciais (UCI) em Unidades de Contexto Elementares (UCE). Para isso, identificou-se a quantidade de palavras, a frequência média, o número de hápax (palavras com frequência um) e a redução das palavras com base em suas raízes (lematização). Em seguida, originou-se o dicionário de formas reduzidas, identificando as formas ativas e suplementares, possibilitando, assim, realizar a análise de contexto.

Ao considerar que alguns estudos sugerem um aproveitamento mínimo de 70% do corpus textos utilizado, o que foi analisado na presente pesquisa pode ser considerado como representativo, uma vez que o aproveitamento foi de 84,11%. Além disso, detectou-se 19.516 ocorrências (palavras ou vocábulos), sendo 2.071 formas distintas e 1.342 palavras com uma única ocorrência, o que é caracterizado pelo software como Hapax (RAINAUT; MARCHAND, 2012; CAMARGO; JUSTO 2013).

Para fins deste trabalho, foram utilizados a Classificação Hierárquica Descendente (CHD), sendo possível evidenciar 5 classes que se relacionaram com as variáveis de interesse investigadas. As classes foram distribuídas conforme mostra o quadro 1, a seguir, que apresenta a relação das classes geradas pelo IRAMUTEQ com as variáveis de interesse (aqui discutidas a partir da Matriz DECID) e a literatura que proporciona o embasamento teórico, respectivamente.

**Quadro 1** – Dimensões e classes norteadores da pesquisa

Dimensões DECID	Classes Iramuteq	Referencial Teórico
Socioambiental	Classe 2	(BELLEN, 2005; SEN, 2010; SACHS, 2002; SILVA JR, 2016; Max-Neef, 2012)
Sociopolítica	Classe 4	(RAVOUX, 2010; SILVA JR, 2016)
Sociocultural	Classe 5	(SILVA JR, 2016; Max-Neef, 2012)
Socioeconômica	Classe 1	(DUCLOS, 2007; DOWBOR, 2007; GADREY, 2000; SINGER, 2002; SEN, 2010; POLANYI, 2002; SILVA JR, 2016; Max-Neef, 2012)
Socioinstitucional	Classe 3	(RAMOS, 1989; FRANÇA FILHO, 2008; TENORIO 2005; CANSADO, 2011; SOUZA, 2006; SILVA JR, 2016 )

Fonte: Elaborado pelos autores (2021)

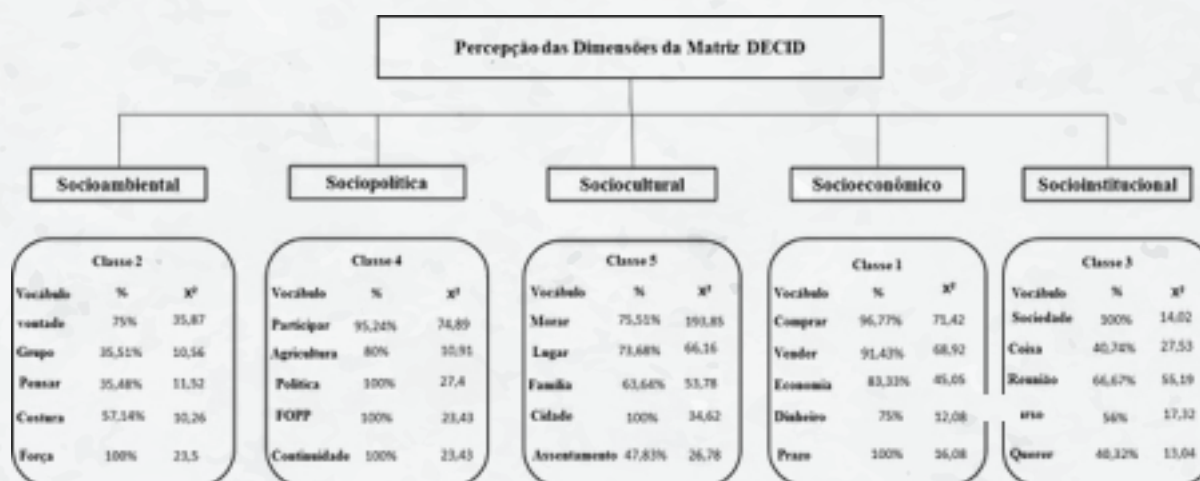


## 5. RESULTADOS

A Classificação Hierárquica Descendente (CHD), método proposto por Reinert (1990), na qual o software Iramuteq utiliza e classifica os segmentos de texto em função dos seus respectivos vocabulários, foi utilizado sendo um conjunto destes subdividido com base na frequência das formas reduzidas (palavras já lematizadas). Este tipo de análise possibilita obter classes de Unidade de Contexto Elementares (UCE) que, ao mesmo tempo, aproxima vocábulos semelhante entre si, e vocábulos diferente das UCE das outras classes (CAMARGO, 2013).

A figura 1, a seguir, aborda a CHD gerada no Iramuteq, de acordo com as variáveis de interesse. Para fins desta pesquisa, a partir de leituras flutuantes dos contextos analisados no método CHD, foi possível identificar dimensões da Matriz DECID e conectá-las as classes da CHD. Além disso, é abordado o percentual da frequência dos vocábulos nas respectivas classes e valor de Qui-quadrado (resultado de análise fatorial realizado pelo Iramuteq). Vale salientar que é orientado utilizar palavras com Qui-quadrado acima de 3,90 e que aqui foram utilizados vocábulos com Qui-quadrado acima de 15,00, o que torna os dados apresentados em seguida representativos.

**Figura 1** – Percepção das Dimensões da Matriz DECID segundo as Classes CHD.



Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

A dimensão socioambiental aborda elementos de solidariedade, condições socioambientais para o bem estar e sustentabilidade comunitária (BELLEN, 2005; SEN, 2010; SACHS, 1993; SILVA JR, 2016) está atrelada à classe 2, como pode ser observado no relato de uma das entrevistadas: “acho que surgiu pra tentar, como é que eu posso dizer, de ver que a gente conseguiu em grupo ir pra frente já teve outros grupos aqui, mas também por falta de uma força de vontade acabou desistindo” (Dulce).

De modo semelhante à dimensão sociopolítica, que identifica valores de equidade e revela aspectos da melhoria no acesso aos serviços públicos e o olhar sobre a coletividade (RAVOUX, 2010; SILVA JR, 2016), a classe 4 pode ser evidenciada, conforme o exemplo da fala a seguir: “todo mundo é conhecido e um considera o outro, dá conselho do bem a um e assim vai porque a gente participa de várias coisas. [...] quando a gente começa a participar dessas coisas aí já vai mudando já vai abrindo a nossa mente” (Frida).

A dimensão sociocultural revela a equidade territorial e o exercício da co-responsabilidade e ética dos indivíduos para a sociedade e o território (SILVA JR, 2016). Desse modo, aborda valores de identidade, o que explicita a classe 5, conforme uma das mulheres participantes do ‘Vest Gostoso’ relata: “graças a Deus nunca tive desavença nenhuma com nenhum vizinho. Tudo bem uma família, eu acho, que morar assim num assentamento numa comunidade assim é tipo uma família” (Dilma).

Outrossim, a dimensão socioeconômica revela as contribuições econômicas plurais para o bem-estar econômico da comunidade e valores de sustentabilidade e economia plural (DUCLOS, 2007; DOWBOR, 2007; GADREY, 2000; SINGER, 2002; POLANYI, 2002; SILVA JR, 2016), assim expresso na classe 1 pelas associadas do vest gostoso: “também tem aquela parte, você vai pra um aniversário aí quer dar um presente não tem o dinheiro pra comprar. A gente vem aqui e faz sutiã. Se for homem faz cueca, faz baby doll [...] a gente não recebe todo mês, mas tem muito benefício pra gente sem ser só o dinheiro a gente aprende muito” (Cora).

Por fim, a dimensão socioinstitucional, que revela o processo de construção e participação na gestão e a inovação social das ações, projetos e metodologias executadas, aborda valores de governança e gestão social (RAMOS, 1989; FRANÇA FILHO, 2008; TENORIO 2005; CANSADO, 2011; SOUZA, 2006; SILVA JR, 2016), foram evidenciados na classe 3, como pode ser observado na fala de uma das associadas: “Assim, pra trabalhar com grupo nós temos que ter confiança um no outro. Confiança, procurar entender a união também porque se não tiver união o grupo não vai pra frente não” (Dulce).

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho traz contribuições importantes do ponto de vista teórico- metodológico e conceitual. Primeiro porque aplica a matriz DECID em um segmento que ainda não havia sido encontrado na literatura: associação de economia solidária feminista. Segundo porque também aborda as relações psicosocioambientais estabelecidas pelas assentadas e o lugar de moradia.

Foi possível detectar que a formação da associação possibilitou uma ressignificação positiva do trabalho e do lugar, mesmo quando não se percebia fortes vínculos e apegos antes da sua organização. O conjunto dos dados analisados nos leva a pensar, portanto, que diferentes alternativas de trabalho e economia, como a solidária, podem contribuir não somente para uma revalorização da própria atividade como também do meio rural e, especificamente, do ambiente em que estão inseridas. Nessa transição paradigmática, observa-se uma associação em constante transformação, o que impulsiona novas formas de relação e (re)significação do lugar e do trabalho.

Apesar de a pesquisa possuir limitações próprias de uma amostra por conveniência, tendo sido o estudo de caso desenvolvido em um determinado assentamento, seus resultados podem não expressar a realidade de outras localidades. Pesquisas futuras poderão explorar outros e novos elementos que também auxiliam a utilidade social e a relação com o lugar, levando-se em consideração diferentes contextos, regiões e atividades econômicas.



**Palavras-chave:** Utilidade Social. Economia Solidária. Relações Psicosocioambientais. Assentamento Rural. Feminismo.

**Keywords:** Social Utility. Solidarity Economy. Psychosocioenvironmental Relations. Rural Settlement. Feminism.

## 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

VAN BELLEN, H. M. **Indicadores de sustentabilidade:** uma análise comparativa. FGV Editora. 2005.

CAMARGO, B. V.; JUSTO, A. M. IRAMUTEQ: **um software gratuito para análise de dados textuais.** Temas em Psicologia, v. 21, n. 2, p. 513- 518, 2013.

CANÇADO, Airton Cardoso; TENÓRIO, Fernando Guilherme; PEREIRA, José Roberto. **Gestão social: reflexões teóricas e conceituais.** Cadernos Ebape. br, v. 9, n. 3, p. 681-703, 2011.

DOWBOR, L. **Democracia Econômica:** um passeio pelas teorias. Banco do Nordeste do Brasil, 2007.

DUCLOS, J. Y.; ARAAR, A. **Poverty and equity:** measurement, policy and estimation with DAD (Vol. 2). Springer Science & Business Media, 2007.

FRANÇA FILHO, G. C. **Definindo gestão social.** Gestão Social, 27, 2008.

GADREY, J. **Identification et mesure de l' utilité sociale et solidaire.** Séminaire de l' Institut d' Économie Sociale, 2005.

GADREY, J. **The characterization of goods and services:** an alternative approach. Review of income and wealth, v. 46, n. 3, p. 369-387, 2000.

GIULIANI, M. V. **O lugar do apego nas relações pessoas-ambiente.** In E. T. O. Tassara,

E. P. Rabinovich & M. C. Guedes (Orgs.), **Psicologia e ambiente** (pp.89-106). São Paulo: Educ, 2004.

HIDALGO, M. C.; HERNANDEZ, B. **Place Attachment:** Conceptual and Empirical Questions. Journal of Environmental Psychology, v. 21, p. 273-281, 2001.

KAMI, M. T. M.; LAROCCA, L. M.; CHAVES, M. M. N.; LOWEN, I. M. V.; SOUZA,

V. M. P.; GOTO, D. Y. N. **Trabalho no consultório na rua:** uso do software IRAMUTEQ no apoio à pesquisa qualitativa. Escola Anna Nery, v. 20, n. 3, p. 1-5, 2016.

LEWICKA, M. **Ways to make people active:** The role of place attachment, cultural capital, and neighborhood ties. Journal of Environmental Psychology, v. 25, p. 381- 395, 2005.

MAX-NEEF, M. **Desenvolvimento à escala humana:** concepção, aplicação e reflexões posteriores. Blumenau: Edifurb, 2012.

MÉDA, D. **Qu'est-ce que la richesse?** Paris: Aubier, 1999.

PITACAS, J. A. P. **Utilidade social e eficiência no mutualismo.** Doctoral dissertation, Instituto Superior de Economia e Gestão, 2009.

POLANYI, K. **A Grande Transformação: as origens do nosso tempo.** Rio de Janeiro: Campus, 2002.

RATINAUD, P.; MARCHAND, P. **Application de la méthode ALCESTE à de “gros” corpus et stabilité des “mondes lexicaux”:** analyse du “CableGate” avec IRaMuTeQ. Actes des 11eme Journées internationales d'Analyse statistique des Données Textuelles, p. 835-844, 2012.

REINERT, M. **ALCESTE, une méthodologie d'analyse des données textuelles et une application:** Aurélia de G. de Nerval. Bulletin de Méthodologie Sociologique, v. 28, n. 24-54, 1990.

SILVA, D. D.; SOUZA, W. J.; SILVA, S. M. M. M. **Mapeando elementos e aplicações de gestão social e economia solidária em comunidades de prática e utilidade social:** uma revisão sistemática em artigos indexados no Portal de Periódicos Capes e Google Acadêmico. NAU Social, v. 9, n. 1, 2018.

SINGER, P. **Introdução à economia solidária,** 2002.

SOUZA, W. J. D.; OLIVEIRA, M. D. D. **Fundamentos da gestão social na revolução industrial:** leitura e crítica aos ideais de Robert Owen. Organizações & Sociedade, v. 13, n. 39, p. 59-76, 2006.

SACHS, I. **Estratégias de transição para o século XXI:** desenvolvimento e meio ambiente. Studio Nobel, Fundação do Desenvolvimento Administrativo, 1993.

SCANNELL, L.; GIFFORD, R. **The experienced psychological benefits of place attachment.** Journal of Environmental Psychology, v. 51, p. 256-269, 2017.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade.** Editora Companhia das Letras, 2018

SILVA JR, J. T.; RIGO, A. S.; PASSOS, Ó. A. V. D. **Gestão Social nas Finanças Solidárias:** Reflexões sobre a Necessidade da Avaliação da Utilidade Social dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento no Brasil. NAU Social, v. 6, n. 10, 2015.

SILVA, D. D.; SOUZA, W. J.; SILVA, S. M. M. M. **Mapeando elementos e aplicações de gestão social e economia solidária em comunidades de prática e utilidade social:** uma revisão sistemática em artigos indexados no Portal de Periódicos Capes e Google Acadêmico. NAU Social, v. 9, n. 16, 2018.

RAVOUX, V.; REBOUILLAT, Y. **À propos du débat sur la fusion de l'impôt sur le revenu et de la cotisation sociale généralisée.** Droit social, v. 693, p. 1103, 2010.

RAYMOND, C. M.; BROWN, G.; WEBER, D. **The measurement of place attachment:** Personal, community, and environmental connections. Journal of Environmental Psychology, v. 30, p. 422-434, 2010.

TENÓRIO, F. G. **(Re)visitando o conceito de gestão social.** Desenvolvimento em questão, v. 3, n. 5, 2005.

VIVERET, P. **Reconsidérer la richesse.** Paris: Éditions de L'aube, 2004.









VERIFICAÇÃO DA RELAÇÃO COM A NATUREZA POR  
PARTE DE UMA COMUNIDADE QUILOMBOLA DO  
TOCANTINS

*VERIFICATION OF THE RELATIONSHIP WITH  
NATURE BY A QUILOMBOLA COMMUNITY IN  
TOCANTINS*

Mauricio Dias Marques - Universidade Estadual Paulista – UNESP José Himi  
Ndambuca - Universidade Estadual Paulista – UNESP  
Laurenita Gualberto Pereira Alves - Universidade Federal do Tocantins - UFT  
Profª. Drª. Angélica Gois Morales - Universidade Estadual Paulista – UNESP Prof.  
Dr. Nelson Russo de Moraes - Universidade Estadual Paulista – UNESP



## RESUMO

O presente estudo visa verificar como a Comunidade de Remanescentes Quilombolas de Lajeado, município de Dianópolis, estado do Tocantins, trata a natureza, ou qual sua relação com os recursos naturais. Parte-se de uma pesquisa bibliográfica em busca de informações comprovadas sobre os aspectos históricos do processo de escravidão no Brasil, sobre a formação dos quilombos e comunidades quilombolas e sobre o processo da relação do indivíduo com a natureza ao longo do tempo. A seguir, realiza-se uma enquete por depoimento e experiência pessoal de membro integrante da referida comunidade. Numa análise qualitativa, ao refletir sobre os dados colhidos, percebe-se que a tradição, os bons costumes, preservados por gerações com esmero e respeito, leva essa comunidade a tratar respeitosamente a natureza, sem degradá-la ou corrompê-la.

**Palavras-chave:** processo de escravidão no Brasil; Comunidade de Remanescentes Quilombolas de Lajeado; relação com a natureza.

## ABSTRACT

The present study aims to verify how the Quilombola Remnant Community of Lajeado, municipality of Dianópolis, state of Tocantins, treats nature, or what is its relationship with natural resources. It starts with a bibliographic search in search of proven information about the historical aspects of the slavery process in Brazil, about the formation of quilombos and quilombola communities and about the process of the individual's relationship with nature over time. Then, there is a poll based on testimony and personal experience of a member of that community. In a qualitative analysis, when reflecting on the data collected, it is clear that tradition, good customs, preserved for generations with care and respect, leads this community to treat nature respectfully, without degrading or corrupting it.

**Keywords:** slavery process in Brazil; Quilombola Remnant Community of Lajeado; relationship with nature



# 1. INTRODUÇÃO

O mundo contemporâneo depara-se em crescente ameaça por riscos e agravos socioambientais. O conceito de natureza, nesta pesquisa, é definido como o mundo físico, ou seja, como o conjunto das coisas que existem realmente, que é natural (CASTRO, 2007). A natureza é composta por elementos que comumente não são inclusos os artefatos construídos pelo homem.

Dependendo da cultura, os diferentes grupamentos e comunidades possuem relação diferenciada com a natureza. Esse trato social/humano relativamente aos recursos naturais pode ser construído pela ancestralidade da comunidade que particularmente povoa determinada região do território. É sabido que os povos originários (indígenas que habitavam o Brasil antes do chamado “descobrimento”) e as comunidades tradicionais (quilombolas, ribeirinhos, pescadores, caiçaras, geraizeiros, pantaneiros, ciganos, seringueiros, etc), cada qual, tem uma relação estreita com a natureza. Aspectos como a sobrevivência, a relação com as divindades e a perplexidade quanto ao futuro, dentre outros, demandam ações e interações diferentes no tratamento da natureza e, conseqüentemente, preservação ou degradação do meio ambiente.

Para os povos indígenas e comunidades tradicionais, as atividades produtivas são fundamentais para subsistência. De tal modo, proporcionam intensa dependência em relação à natureza e aos recursos naturais, os quais mantêm o seu modo particular de vida. Com relação a cultura, além de um meio de subsistência a natureza representa para esses povos o suporte da vida social e está diretamente ligada aos sistemas de crenças e conhecimentos, além de uma relação histórica.

Segundo Diegues (2000, p. 30) o conhecimento tradicional pode ser entendido como o saber e o saber-fazer, a respeito do mundo natural e sobrenatural, provocados no âmbito da sociedade não urbana/industrial e repassados oralmente de geração em geração.

A partir desse conhecimento, busca-se neste artigo, verificar como a Comunidade de Remanescentes Quilombolas de Lajeado, Dianópolis/TO, se relaciona com a natureza, a partir de uma aproximação teórica e de uma sessão de entrevistas com integrantes da comunidade.

## 2. OBJETIVOS

O objetivo da presente pesquisa é verificar os aspectos da formação da Comunidade de Remanescentes Quilombolas de Lajeado, localizada no município de Dianópolis, Estado do Tocantins e como essa comunidade se relaciona com o meio ambiente.

## 3. METODOLOGIA

Trata-se de pesquisa qualitativa, “[...] os pesquisadores fazem uma interpretação do que enxergam, ouvem e entendem. Suas interpretações não podem ser separadas de suas origens, história, contextos e entendimentos anteriores” (CRESWELL, 2010, p.209). Tendo como ponto de partida a busca bibliográfica em artigos, dissertações, teses, livros, em torno da escravidão no Brasil, origem das comunidades quilombolas e da relação sociedade/natureza. Na sequência, uma enquete sobre a Comunidade de Remanescentes Quilombolas de Lajeado (Tocantins) por meio de depoimento de um de seus integrantes.

## 4. ANÁLISE

A construção do artigo segue a busca da literatura para entender os aspectos históricos do processo da escravidão no Brasil, como se formaram os quilombos e por consequência as comunidades quilombolas, como se estruturou a relação do indivíduo com a natureza ao longo do tempo e como é essa relação essencialmente na comunidade que é foco deste estudo.

### 4.1. O PROCESSO DE ESCRAVIDÃO NO BRASIL

A escravidão no Brasil surgiu a partir do início do século XVI e permaneceu por cerca de 400 anos. No início desse processo de colonização foi muito empregada a mão de obra indígena, depois impedida por oposição religiosa. Portugal, com uma população pequena (cerca de 2 milhões de habitantes), não podia investir em recursos humanos e, seguindo os espanhóis e ingleses, fez da escravidão um negócio lucrativo, lotando de negros os porões dos navios negreiros, vendidos nos portos brasileiros (BEZERRA, 2019).

Após a conquista definitiva de Angola, no final do século XVI, os portugueses intensificaram o tráfico negreiro, sendo que entre 1576 e 1600 desembarcaram nos portos brasileiros cerca de 40.000 escravos; entre 1601 e 1625 o volume passou a cerca de 150.000, a maior parte destinada a trabalhos em canaviais e engenhos de açúcar. Na segunda metade do século XVII, havia cerca de 360.000 africanos escravizados no Brasil (MARQUESE, 2006).

Segundo Rodrigues (1961), houve a entrada e distribuição pelo Brasil, especialmente para o Nordeste e o Leste, de mais de 3 milhões de africanos, desde o século XVI até meados do século XIX. Angola serviu escravos ao Brasil e o número sempre crescente atinge, num século, até 1681, a cerca de um milhão de escravos. “Sem negros não há Pernambuco e sem Angola não há negros, diria Antônio Vieira”. Por volta do início do século XVI, as principais áreas exportadoras eram as regiões então conhecidas como Congo e Angola. É certo que os afrodescendentes do Brasil provêm de áreas culturais diferentes, eis que o tráfico pode ser dividido em três ciclos: “o da Guiné, correspondendo ao regime dos donatários; o de Angola, do fim do século dezesseis aos dois primeiros terços do século dezessete; e, finalmente, o ciclo misto, que se inicia ao término do século dezessete e correspondente à época da mineração” (RODRIGUES, 1961, p. 17 e 42).

As condições de escravidão aqui eram tão ruins (transporte da África para cá; trabalho de sol a sol; alimentação de péssima qualidade, habitação em locais escuros, úmidos e de pouca higiene), que a vida útil do escravo adulto não passava de 10 anos. Havia frequentes revoltas nas fazendas e grupos de escravos fugiam formando comunidades fortificadas e escondidas – os “quilombos” (BEZERRA, 2019).

Os quilombos se multiplicaram, havendo crescimento mesmo que sua integridade fosse ameaçada por aqueles que recebiam pagamento para capturá-los ou destruí-los. Destaca-se o Quilombo de Palmares, com sua organização interna e capacidade de resistência a frequentes ataques, tendo como líder o grande Zumbi dos Palmares (CLÍMACO, 2014). Sim, a Guerra dos Palmares marca resistência escrava das mais notáveis, com a formação do maior quilombo da história da América portuguesa, com origens no século XVII (MARQUESE, 2006).

Após Palmares, evidenciou-se as funções do capitão-do-mato (responsável pela captura de escravos fugitivos) e delimitou-se o que seria uma comunidade quilombola.

A descoberta do ouro na virada do século XVII para o XVIII, fez com que grandes contingentes humanos se transferissem para a nova região das minas, resultando na “primeira grande migração maciça na história de-



mográfica brasileira”. Entre 1701 e 1720, desembarcaram nos portos brasileiros cerca de 292.000 escravos, em sua maioria destinados às minas de ouro. Entre 1720 e 1741, novo aumento: 312.400 indivíduos. Nas duas décadas seguintes, entre 1741 e 1760, 354.000 africanos escravizados (MARQUESE, 2006).

No Brasil, o tráfico negreiro foi oficialmente abolido em 1850 (Lei Eusébio de Queirós). Em 1871 foi garantida a liberdade aos filhos de escravos (Lei do Ventre Livre), e em 1879 teve início a campanha abolicionista. Em 1885 foi garantida a liberdade aos escravos maiores de 60 anos (Lei dos Sexagenários) e, por fim, em 13 de maio de 1888 concedida à abolição da escravidão (Lei Áurea) – (BEZERRA, 2019). Porém, sabe-se que a abolição da escravatura não tornou de fato o negro um cidadão, aconteceu que somente retirou-os da responsabilidade do Senhor, o negro ficou desamparado e arduamente marginalizado pela sociedade dominadora branca.

O bandeirante Bartolomeu Bueno da Silva, o Anhanguera, em 1722, partiu com autorização real em busca das lendárias minas em Goiás. Em 1725 foi encontrada a mina de ouro às margens do rio Vermelho, de fácil extração, não exigindo muitas técnicas e equipamentos, quando inicia a produção de ouro no território goiano, principalmente no norte, hoje Estado do Tocantins. Novos habitantes foram estabelecidos às margens do Rio Vermelho, com três zonas de povoamento (SILVA, 2010).

Os primeiros arraiais vão se formando aos arredores do rio vermelho, Anta, Barra, Ferreiro, Ouro Fino e Santa Rita que contribuíram para a atração da população. À medida que vão surgindo novas descobertas os arraiais vão se multiplicando por todo o território. A Serra dos Pirineus em 1731 dará origem à Meia Ponte, importante elo de comunicação, devido a sua localização. Na Região Norte, foram descobertas outras minas, Maranhão (1730), Água Quente (1732), Natividade (1734), Traíras (1735), São José (1736), São Félix (1736), Pontal e Porto Real (1738), Arraiais e Cavalcante (1740), Pilar (1741), Carmo (1746), Santa Luzia (1746) e Cocal (1749) - (SILVA, 2010, p.13).

A mão-de-obra escrava foi largamente utilizada na época do auge da mineração.

Consta nos registros deixados por Palacín e Moraes (1989) que, em 1736, havia na Província de Goiás 10.263 escravos para uma população de menos de 20.000 pessoas e esse número foi crescendo de tal forma que no início do próximo século, segundo o autor, a população branca não correspondia a 14% do total de habitantes (CARDOSO, 2008, p. 39).

Conforme Silva e Bernieri (2019), a partir de 1700 foram trazidos da África negros para trabalhar nas minas de ouro em locais que atualmente pertencem aos municípios de Almas, Arraiais, Dianópolis, Natividade e Paranã, Região Sudeste do Tocantins. E, por volta de 1.800, com o fim do ciclo do ouro, com medo de serem recapturados, os escravos foram fugindo para locais de difícil acesso, “mas com a existência de água e terras férteis propícias para a caça de animais silvestres e plantio de pequenas roças para colheita de alimentos de subsistência”, surgindo aglomerados denominados de comunidades quilombolas (SILVA e BERNIERI, 2019, p. 19).

## 4.2. COMUNIDADES QUILOMBOLAS

Os territórios das comunidades quilombolas têm origem nos quilombos ou mocambos, formados pelos escravos que se rebelavam contra a escravidão, ainda que também tenha havido formação pela doação de terras quando da desagregação das monoculturas da cana-de-açúcar e do algodão, bem como pela compra de terras pelos próprios “escravos”, ou pela sua prestação de serviços de guerra. Os quilombolas reconstruíam no território um tipo de organização de origem africana, como verdadeira válvula de escape da violência da escravidão. Buscavam no local proteção, segurança e liberdade de acesso a terra (LIRA e RIBEIRO NETO, 2016) Segundo Lira e Ribeiro Neto,

2016, p. 44: “a palavra quilombo origina-se do banto e significa habitação, acampamento, floresta, guerreiro. Já na região central da Bacia do Congo, na África, significa „lugar para estar com Deus”.

Os principais quilombos e comunidades negras em Goiás foram: Quilombo do Ambrósio, na atual região do Triângulo Mineiro, que até o ano de 1816 pertenceu a Goiás, Quilombo do arraial de Três Barras, em Vila Boa, Quilombo do Morro do São Gonçalo, próximo a Vila Boa, Quilombo do Planalto Central, no atual território de Brasília, Quilombo do Muquém a 48 quilombos de Niquelândia, Quilombo do Bauzinho no município de Pires do Rio, Quilombo do Mesquita próximo a Luziânia, Quilombo de Meia Ponte no atual município de Pirenópolis, Comunidade Negra de Água Limpa a 45 quilômetros da Cidade de Goiás, Quilombo dos Kalungas que abrange os municípios de Cavalcante, Teresinha e Monte Alegre de Goiás, Quilombo dos Cedro no município de Mineiros, entre outros (SILVA, 2009, p. 4).

Contemporaneamente as comunidades quilombolas não se circunscrevem como terras de negros fugidos, mas sim como comunidades de resistência à questão de identidade e compartilhamento do território, valorizando tradições, histórias e a própria cultura. São comunidades remanescentes dos quilombos. É fator fundamental a vinculação das comunidades ao território, tendo a terra como instrumento de afirmação e continuidade das tradições (LIRA e RIBEIRO NETO, 2016).

Inicialmente, pode-se caracterizar os povos e comunidades tradicionais como grupos culturalmente diferenciados que possuem condições sociais, culturais e econômicas próprias, mantendo relações específicas com o território e com o meio ambiente, em que estão inseridos (SILVA e BERNIERI, 2019, p.21).

Neiva, et al (2008), definiram comunidades quilombolas como grupos de origem africana com hábitos e costumes diferentes de outros grupos da sociedade brasileira. E Ferreira Junior (2015), define como um grupo de indivíduos que possuem características sociais próprias que mantêm cultura e tradição dos antigos negros que fugiram do regime da escravidão.

Segundo Paravati (2016), os hábitos e costumes destes povos baseiam-se na culinária caiçara que tem como base a farinha de mandioca, uso de peixe, frutos do mar, carne de caça e de animais criados ao seu redor. A farinha de mandioca é muito central à alimentação, complementando-se o cardápio com o palmito, a banana e diversos tubérculos como cará, inhame e batata doce. Como a refrigeração nem sempre é acessível por falta da energia elétrica, quando a pesca é boa ou a caça é farta, carne ou peixe que sobram são envolvidos em gordura animal, guardados em latas ou salgados e pendurados no fumeiro. Além do peixe natural ou seco ao sol, a banana verde, a farinha de mandioca, o caldo de cana, também faz parte do cardápio quilombola o quiabo, feijão, a galinha e outros tubérculos como inhame, o cará e a folha de taioba. A banana é muito usada nas refeições e compõe uma série de receitas culinárias que vão desde o seu estado verde, refogado com alho, ensopado com peixe, até madura frita e temperada.

Neiva, et al (2008) ressaltam que as comunidades quilombolas estão distribuídas da seguinte maneira: a região Nordeste de Minas Gerais detém cerca de (61%); as regiões do Norte (15%); no Sul (6%) e Centro Oeste (5%). Entre os Estados com maior número de comunidades destacam-se os seguintes: Estado de Maranhão com (743); Estado de Bahia com (469); Estado de Pará com (403);

Estado de Minas Gerais com (204); Estado de Piauí com (174). De acordo as investigações, os quilombolas estão enraizados em todos Estados do Brasil. Em Roraima e Acre ainda não foram localizadas comunidades, porém o Censo Agropecuário registrou empreendimento quilombola nos dois estados, significa dizer que a



Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ) está em processo de mobilização para averiguar em quais municípios e regiões se encontram.

Para Munanga (1995), quilombo é uma palavra de origem da língua do povo Bantu (kilombo, foi um termo aportuguesado por Quilombo). Estes povos chegaram ao território brasileiro devido à escravatura. São de origem angolana propriamente os grupos Lundas, Ovimbundu, Umbundu, Kongo, Imbangala etc., sendo que os territórios estavam divididos entre Angola e Zaire.

“O quilombo é seguramente uma palavra originária dos povos de línguas banto (Ki-lombo, aportuguesado Qui-lombo). [...] A história do quilombo como a dos povos bantu é uma história que envolveu povos de regiões diferentes entre Zaire e Angola. [...] A palavra quilombo tem a conotação de uma associação de homens, aberta a todos sem distinção de filiação a qualquer linhagem, na qual os membros eram submetidos a dramáticos rituais de iniciação que os retiravam do âmbito protetor de suas linhagens e os integravam como co-guerreiros num regimento de superhomens invulneráveis às armas de inimigos. O quilombo amadurecido é uma instituição transcultural que recebeu contribuições de diversas culturas: Lunda, Imbangala, Mbundu, Kongo, Wovimbundu, etc.” (MUNANGA, 2001, p. 21 e 25).

Este autor faz uma relação do quilombo brasileiro com o quilombo africano e ressalta a necessidade como forma de resistência a escravatura.

“os quilombos brasileiros podem ser considerados como uma inspiração africana, reconstruída pelos escravizados para se opor a uma estrutura escravocrata, pela implantação de uma outra forma de vida, de uma outra estrutura política na qual se encontraram todos os tipos de oprimidos. O processo de aquilombamento existiu onde houve escravidão dos africanos e seus descendentes [...] Nesse sentido podemos entender o quilombo não só como uma instituição militar da África Central, mas, principalmente, como uma experiência coletiva dos africanos e seus descendentes, uma estratégia de reação à escravidão [...] Essa definição de quilombo (ou mocambo, como alguns costumam chamá-los) nos mostra um aspecto da resistência negra que nem sempre é discutido por nós em nosso cotidiano.” (MUNANGA e GOMES, 2006, p. 71-72).

A palavra quilombo designa um grupo de indivíduos, com abertura a todos sem qualquer distinção familiar. Qualquer linhagem era permitida aos membros e eram submetidos a certos rituais como proteção, para serem inseridos como coguerreiros e super-homens para enfrentar o inimigo. Esta palavra em língua umbundu, se escreve Ocilombo, que significa o fluxo de sangue do pênis que é circuncidado e o ulombo significa medicamentos preparados com o sangue do circuncidado que é usado em certos rituais que não foram especificados. Os quilombos foram às primeiras formas que os negros descobriram para se defenderem contra a escravidão, à discriminação racial e ao preconceito.

Com a abolição da escravatura, os quilombolas passam a reivindicar a sua cidadania e identidade, na luta dos seus direitos e garantia do território. Só em 1988 é incluso no Artigo 68, no Ato das Disposições Transitórias da Constituição Federal, ganham os direitos ao reconhecimento da propriedade das terras e oficialmente passam a serem reconhecidos pelo Estado Brasileiro. Em (2006), foram registados 2.842 territórios quilombolas no Brasil que precisam ser mapeados, porquanto não se reconhecem como quilombolas (NEIVA, et al (2008).

Para Ferreira Junior (2015), o Decreto 4887, de 20 de novembro de 2003 (data do Zumbi), criou um regulamento do Artigo Constitucional sobre o direito dos quilombolas, que define o seguinte: “a caracterização dos remanescentes das comunidades dos quilombos será atestada mediante auto definição da própria comunidade”.

O Decreto 6.040/2007 instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades e no inciso I do artigo 3º define povos e comunidades tradicionais como: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (BRASIL, 2007).

Para LOPES (2019, p. 260), “as comunidades quilombolas são grupos sociais ligados pela questão de identidade e de pertencimento, partindo de processo de autoidentificação das pessoas da comunidade e isso é dinâmico”. E, muitas comunidades quilombolas que se mantêm no meio rural, têm seus membros como agricultores e trabalhadores rurais, produzindo para a própria sobrevivência ou trabalhando em fazendas próximas (LOPES, 2019).

A comunidade quilombola de que se extraem as informações sobre sociedade e natureza para construção do presente artigo, está localizada na zona rural do município de Dianópolis/TO, a 48 km da sede e a 350 km de Palmas, capital do Estado. Sua população compõe-se de afrodescendentes escravizados no início do ciclo do ouro no norte do Estado de Goiás, por volta de 1700. Com a crise do ciclo de ouro, por volta de 1800, os escravos fugiram formando um agrupamento para sobreviver do extrativismo de animais silvestres e da agricultura de subsistência. Essa comunidade conta com uma associação de moradores constituída em 2010, e, atualmente, conta com 68 associados. A comunidade tem 14 famílias, com aproximadamente 88 habitantes, subsistindo da agricultura de pequenas lavouras em roças de toco, plantações nos quintais, pequenas criações de animais, aposentadorias e bolsa família (SILVA e BERNIERI, 2019; INCRA, 2016).

### 4.3. RELAÇÃO HOMEM/NATUREZA

Como o homem compreende a natureza tem ligação com a estruturação do modo de vida de determinada cultura. Desastres ecológicos ocorrem inesperadamente em meio à degradação da natureza e coloca-se nas “costas” dos homens o fardo de ser um dos principais responsáveis. As questões ambientais, hoje um problema socioambiental, associam-se ao desenvolvimento da civilização e às crises sociais, econômicas e políticas que as acompanham. O modelo tecnocrata, a racionalidade econômica e a razão objetiva deveriam ser repensados (NAVES e BERNARDES, 2014)

A princípio, as relações do homem com natureza estabeleceram-se pela dependência do primeiro às condições naturais. A natureza era vista como fonte de alimento. A relação homem/natureza era regida pelo que a Antropologia chama de antropomorfismo, animismo e magia/fetichismo, formas de compreensão do espaço através da criação de valores humanos e surreais para os fenômenos naturais. Eram processos naturais necessários para a sobrevivência, entendidos como graça, verdadeiras dádivas divinas. Os pré-socráticos são os responsáveis pelas indagações filosóficas dos princípios causais de explicação do mundo, com papel importante na construção da identidade humana, confundida com a natureza (NAVES e BERNARDES, 2014; MARIANO et al, 2011).

Depois o homem passa ao hábito sedentário e isso possibilitou iniciar o controle da natureza, ainda num ritmo lento, relação harmoniosa. Mas as sociedades evoluíram e não houve percepção de que a civilização ainda dependia da natureza. “O grande problema da civilização moderna, industrial e tecnológica é, talvez, o de não ter percebido que ainda depende da natureza” (MARIANO et al, 2011, p. 164). Houve o estabelecimento de fronteiras e delimitação de território em cidades e o comportamento social pressupunha manutenção do controle e posse de bens pelas pessoas ali instaladas. Daí o surgimento de técnicas de governo, sistemas militares, legislação, com maior importância do que questões relativas ao funcionamento da natureza (NAVES e



BERNARDES, 2014). E essa procura do rompimento da dependência com a natureza redundou interferências da sociedade de forma contínua e desordenada, provocando impactos ambientais (MARIANO et al, 2011).

As comunidades tradicionais ainda tendem a preservar a primitiva relação homem/natureza e, no Brasil, conquistas legais como a Lei 9.985/2000 que criou o SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação, a Lei 11.516/2007, que criou o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, é fruto de resistência à ação de movimentos e atores sociais, dentre os as populações tradicionais, tendo reconhecidas terras de quilombos como áreas de conservação, valorizando o conhecimento dessas populações tradicionais (CARREGOSA, SILVA e KUNHAVALIK, 2014).

Para Arruda, 1999, p. 90, “a maior parte das áreas ainda preservadas do território brasileiro são habitadas com maior ou menor densidade por populações indígenas ou por comunidades rurais „tradicionais□ - caixaras, ribeirinhos, seringueiros, quilombolas, caipiras - para as quais a conservação da fauna e flora é a garantia de sua perenidade”.

Destaca-se ainda o problema do etnocentrismo, como centralidade do evolucionismo cultural, valor positivo e superior que integrantes de certa cultura atribuem a suas próprias pautas culturais, rejeitando ou desvalorizando a cultura alheia. Assim, a comunidade dos etnocêntricos impõe preconceitos que seus membros consomem, transmite e ostentam. (FOLADORI E TAKS, 2004)

O antropomorfismo foi rompido pela metafísica, em conformidade com os pensamentos filosóficos da época, iniciando-se uma nova fase da relação homem/natureza, o antropocentrismo. A ideia de separação do homem da natureza e a ideia de Deus como o responsável pelo ordenamento existente da natureza fazem sustentação para o início de uma ciência quantitativa, descritiva, contemplativa e observadora. É manifesta a evolução da epistemologia ambiental, com duas visões distintas da natureza: uma inclusiva [o homem é parte integrante e indissociável], outra, distinta [compreensão pela lógica] (NAVES e BERNARDES, 2014).

No movimento chamado de Revolução Científica, René Descartes afasta a visão antropocêntrica teológica, para originar uma concepção científica de apreensão da realidade. Com o método cartesiano, ou o cartesianismo, restam dois pontos fundamentais em relação à natureza: o caráter prático e utilitário dos conhecimentos e a visão antropocêntrica positivista do mundo. O homem torna-se o centro e os demais seres tidos como inferiores. Do modelo cartesiano vem o princípio fundamental para a ciência moderna: a dicotomia homem/natureza, ou seja, homem e natureza estão totalmente dissociados. A natureza torna-se objeto e o homem tenta, pelo racionalismo, explicar os fenômenos da maneira fragmentada (NAVES e BERNARDES, 2014).

Assim, a mecânica newtoniana e o racionalismo cartesiano impõem um ritmo mecânico, o mundo da máquina, decomposto em elementos, em partes, vendo-se o mundo pelo determinismo mecanicista (MARIANO et al, 2011).

Esses avanços científicos, em meados do século XVIII, originam a Revolução Industrial com a crença da tecnologia como ferramenta ideal para otimização das ações humanas. E o grande crescimento de diversas áreas da ciência resulta em nova visão do homem a respeito da natureza: um recurso natural, inesgotável que serve para o progresso industrial, sendo a ideia de uma natureza intocável considerada entrave ao desenvolvimento econômico. Segue o capitalismo, onde se crê que não é possível ter crescimento econômico sem apropriação dos recursos naturais (NAVES e BERNARDES, 2014).

Carregosa, Cunha e Silva e Kunhavalik (2014), afirmam que a partir do século XVIII, com surgimento da Revolução Industrial, nota-se uma invasão à natureza que provoca a crise ambiental e sociocultural ao longo da

história da humanidade. O ecossistema e as culturas ficam destruídos pela ambição humana em dominar o mundo e a natureza passa a ser a fonte de exploração de receitas de maneira desordenada.

A partir da década de 60, surge um movimento de ativistas americanos que tinha como objetivo a reivindicação em torno a natureza a ser explorada por novas tecnologias, poluindo o meio ambiente e a construção de grandes cidades. Nesta ordem de ideias, surgem vozes como do poeta Gray Snyder, que defendia “O poder verde”, consistente numa afirmação em que as árvores e as águas eram exploradas como proletariados.

Os ambientalistas fazem uma distinção entre o homem e a natureza da seguinte forma: A biocentria ou ecocentria tem uma visão do mundo natural em que

o homem é um partícipe. Os antropocêntricos defendem que a natureza tem que ser explorada por ser reserva dos recursos naturais. Ressalta-se que os Eco-Socialismo/Marxismo tinham visões diferentes, o ecomarxismo, apegava-se na concepção do mundo natural, isto a partir dos anos 60 e os ecomarxistas, seguidores de Marx, na natureza estática, que tem que servir ao homem e ser transformada em benefício do homem. Já para Hobsbawm (1971), é contraditória a visão de Marx no que concerne a natureza considerada como mercadoria e marginalizada como se fossem as sociedades primitivas, onde a natureza sofreu as suas transformações em benefício das forças produtivas (DIEGUES, 2000).

O progresso chama o domínio excessivo do homem sobre a natureza (MARIANO et al, 2011), tornando-se cada vez mais necessária a tecnologia, até que críticas aos processos produtivos do sistema capitalista passam a surgir, uma vez que fica constatado que o desenvolvimento capitalista destruiu e criou formas de apropriação da natureza tomada como mercadoria. E uma das mais concretas críticas é proposta pelo marxismo em 1888 que assinala caráter desigual na exploração do trabalhador. Por fim, nas últimas décadas, o surgimento e aceitação do ambientalismo coloca em cheque o desenvolvimento proposto pela Revolução Industrial, fazendo-se crer haver um limite para a apropriação da natureza. Não é apenas desafio técnico, é desafio político ou civilizatório (NAVES e BERNARDES, 2014).

Ao procurar-se rever as atitudes malélicas do desenvolvimento econômico, busca-se o desenvolvimento harmônico, em que o homem no processo produtivo deve respeitar as leis da natureza. É o ecodesenvolvimento consistente na transformação racional do meio ambiente em benefício do ser humano e do próprio meio, tendo-se em conta que a visão conservacionista primitiva seja insuficiente para equilibrar os interesses e processos relativos ao meio ambiente (MARIANO, et al, 2011)

#### **4.4 DESCRIÇÃO DA RELAÇÃO INDIVÍDUO/NATUREZA NA COMUNIDADE DE REMANESCENTES QUILOMBOLAS DE LAJEADO/DIANÓPOLIS/TO.**

De acordo com Lira e Ribeiro Neto (2016), atualmente, o estado do Tocantins possui 38 comunidades quilombolas certificadas pela Fundação Cultural Palmares, como pode ser visto no quadro nº 01.



**Quadro 1:** Relação das Comunidades Reconhecidas como Remanescentes de Quilombos no Estado do Tocantins a partir de 2004.

Nº DE ORDEM	COMUNIDADE	MUNICÍPIO	DIÁRIO OFICIAL
01	Lagoa da Pedra	Arraias	10/12/2004
01	Mimoso	Arraias	12/09/2005
01	Barra da Aroeira	Santa Tereza do Tocantins	20/01/2006
02	Cocalinho e arredores	Santa Fé do Araguaia do Tocantins	20/01/2006
03	Laginha e áreas vizinhas	Porto Alegre do Tocantins	20/01/2006
04	Mumbuca e arredores	Mateiros	20/01/2006
05	Povoado do Prata e arredores	São Félix do Tocantins	20/01/2006
06	Projeto da Baviera	Aragominas	20/01/2006
07	Redenção	Natividade	20/01/2006
08	São Joaquim	Porto Alegre TO	20/01/2006
09	São José	Chapada da Natividade	20/01/2006
10	Chapada da Natividade	Chapada da Natividade	20/01/2006
11	Córrego Fundo	Brejinho do Nazaré	20/01/2006
12	Distrito do Morro de São João	Santa Rosa do To	20/01/2006
13	Malhadinha	Brejinho do Nazaré	20/01/2006
01	Grotão	Filadélfia	09/12/2008
01	Mata Grande	Monte do Carmo	05/05/2009
02	Santa Maria das Mangueiras	Dois Irmãos	19/11/2009
03	Carrapato	Mateiros	19/11/2009
04	Formiga	Mateiros	19/11/2009
05	Ambrósio	Mateiros	19/11/2009
01	Curralinho do Pontal	Brejinho do Nazaré	24/03/2010
02	Dona Juscelina	Muricilândia	24/03/2010
03	Rio das Almas	Jaú do Tocantins	24/03/2010
04	Lajeado	Dianópolis	28/04/2010
05	Manoel João	Brejinho do Nazaré	06/07/2010
06	Baião	Almas	04/11/2010
07	Ilha de São Vicente	Araguatins	27/12/2010
08	Pé do Morro	Aragominas	27/12/2010
01	Claro	Paranã	18/03/2014
02	Prata	Paranã	18/03/2014
03	Ouro Fino	Paranã	18/03/2014
01	Boa Esperança	Mateiros	02/02/2015

**Total** – 33 Comunidades Afrodescendentes

Fonte: Fundação Cultural do TO 2015 (extraído de Lira e Ribeiro Neto, 2016, p. 46)

Como já mencionado, a Comunidade de Remanescentes Quilombolas de Lajeado localiza-se no município de Dianópolis/TO, Sudeste do estado. O município tem uma área de 3.217,1 km<sup>2</sup> e uma população de 19.112 habitantes, no último censo. É vizinho dos municípios de Novo Jardim e Porto Alegre do Tocantins (CIDADE BRASIL, 2019).

As figuras 1-A, 1-B, 1-C e 1-D, dão ideia da localização da comunidade quilombola, a partir do Brasil.

1-A – Destaque do estado do Tocantins, no Brasil.



Fonte: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Tocantins#/media/Ficheiro:Tocantins\\_in\\_Brazil.svg](https://pt.wikipedia.org/wiki/Tocantins#/media/Ficheiro:Tocantins_in_Brazil.svg)

1-B – Destaque do município de Dianópolis, no estado do Tocantins.



Fonte: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Dian%C3%B3polis#/media/Ficheiro:Tocantins\\_Municip\\_Dianopolis.svg](https://pt.wikipedia.org/wiki/Dian%C3%B3polis#/media/Ficheiro:Tocantins_Municip_Dianopolis.svg)



1-C – Localização da Comunidade Quilombola de Lajeado, no município de Dianópolis.



Fonte: <https://www.jornaldotocantins.com.br/editorias/vida-urbana/em-busca-do-reconhecimento-1.849782>

1-D – Foto de satélite do local da Comunidade Quilombola de Lajeado



Fonte: [https://www.apolo11.com/satmap2\\_cidades.php?citynum=5415](https://www.apolo11.com/satmap2_cidades.php?citynum=5415)

Para verificar a relação da comunidade relativamente à natureza, foram propostas as seguintes questões:

- Como a comunidade se relaciona com a água? Como são cuidados os rios e nascentes?
- Como a comunidade se relaciona com o cerrado? As árvores nativas são preservadas?
- Qual a relação da comunidade com os animais? Há caça? Como é feita?
- Como a comunidade trata e destina o lixo?
- Qual a relação da comunidade com a terra? São seguidas orientações dos ancestrais?

Foi realizado um diálogo por contato via “skype”, de um lado, em Tupã/SP, na Universidade Estadual Paulista – UNESP, presentes os autores deste artigo e o professor Dr. Nelson Russo de Moraes, e, de outro lado, em Dianópolis/TO, a mestrandia em Educação pela Universidade Federal do Tocantins – UFT, senhora Laurenita Gualberto Pereira Alves, participante e membro da Comunidade de Remanescentes Quilombolas de Lajeado, integrante do Grupo de Pesquisa em Democracia e Gestão Social da UNESP (GEDGS), integrante da Rede Internacional de Pesquisadores sobre Povos Originários e Comunidades Tradicionais – RedeCT (com sede na UNESP). Foram obtidas as informações que se descrevem.

No território quilombola de Lajeado devem morar hoje 14 ou 15 famílias, como remanescentes dos primeiros quilombolas que se autoidentificaram. Dessas famílias, as crianças são envolvidas em reuniões da comunidade, onde são passados conhecimentos e tradições.

O relacionamento da comunidade com a água implica em seu bom uso na culinária, higiene, lazer, transporte e saúde, mesmo que desconheçam a qualidade da água e estudos ainda não tenham sido realizados por qualquer instituição. Essa água provém de poucos poços artesianos, caixa d'água do Programa Água para

Todos do Governo Federal e a maior parte do rio Manoel Alves, de fundamental importância para o território. A comunidade necessita da água do rio, mas, devido a um projeto de irrigação existente há poucos quilômetros acima, muitas vezes essa água fica inviável para beber. O rio serve também de ligação com outra comunidade quilombola, cuja travessia é facilitada por meio de balsa. Também o rio é aproveitado para pesca, que constitui uma fonte de renda e sobrevivência, ainda que atualmente os peixes estejam em extinção. Segundo a entrevistada, os moradores associam a escassez do pescado ao desmatamento das matas ciliares no rio Manoel Alves, o que resulta na perda de alternativa para pesca. Na época das cheias é usado também águas de pequenos córregos existentes no território, com relação a esses, há uma preocupação de limpeza para evitar que o fogo, em caso de incêndio, atinja a área de nascente.

A relação da comunidade com o cerrado consiste na preocupação em preservar as árvores nativas. Além desse cuidado, são realizados pequenos reflorestamentos de buriti, pequi, e outras árvores. As moradias são construídas com madeira, que é a principal alternativa de construção, daí a preocupação com o reflorestamento. São utilizadas poucas palhas nas construções. O cerrado também é usado como fonte de lenha e como pasto, assim sujeita ao fogo, ao machado e ao gado.

A relação da comunidade com os animais pode-se sentir no hábito de criações de galinhas, porcos, vacas e cavalos por parte de quase todas as famílias. Esses animais domésticos são abatidos para alimentação diária e em ocasiões especiais, como: adjuntos (mutirão), festejos culturais, aniversários e casamentos. Os pescados são utilizados para alimentação, os cavalos como meio de transportes e os bois carreiros como auxílio no transporte de cargas, esses com um quantitativo reduzido porque é crescente o uso de motocicletas, carros, e o uso de animal de carga está sendo cada vez menor. Também há caça de animais silvestres como uma possibilidade de fonte de proteína, em que o detentor do produto da caça compartilha-o com outros membros da comunidade, porém relata que está cada vez mais escassa. Essa caça ocorre seguindo o calendário lunar, pois acredita-se que a fase da lua influencia no cotidiano.

Quanto o destino do lixo da comunidade não há coleta por parte da prefeitura. Normalmente é depositado em um “barreiro” (buraco) e em seguida ateadado fogo, tendo-se assim um único local onde se realiza a queima. Outra maneira de tratar o lixo é cavar “barreiros” fundos, depositar o lixo e depois tapar com terra. Mas existem uns poucos moradores que deixam o lixo a céu aberto, causando problema estético e prejuízo ambiental. Considere-se, porém, o fato de que a maior parte do lixo é orgânico, já que a comunidade utiliza as fontes da natureza para sua sobrevivência. O pouco lixo reciclável, proveniente de compras de produtos industriais na cidade, também tem o mesmo destino.

A relação da comunidade com a terra é sua essência, já que considera uma convivência recíproca, com dependência da natureza e cuidados para sua sustentabilidade. O uso da terra é coletivo e destinado à agricultura familiar tendo como estratégia a diversidade de atividades que garantem o consumo familiar. Em razão dessa convivência harmoniosa e da dependência em relação aos recursos naturais é que os moradores da comunidade historicamente conservam o território onde vivem e desenvolvem suas atividades do dia a dia. Os ancestrais passam orientações que influenciam em tudo a tradição quilombola, conhecimentos transmitidos rigorosamente de pais para filhos, com respeito à hierarquia. Para os moradores da comunidade o valor da terra além da dimensão econômica tem o valor social e cultural constituído pelo papel de agregar os remanescentes dessa comunidade que se relacionam com valores imateriais de preservação dos costumes e das tradições; assim sendo, consideram essencial a atitude de preservar e conservar os ambientes do território da comunidade.



## 5. RESULTADOS

Verifica-se, de todas as informações extraídas, que a relação dos grupamentos humanos com a natureza sofre transformações, adaptações e reações ao longo do tempo e é dependente do território e da influência cultural.

Observa-se que a ligação e respeito ou desprezo à natureza, os desastres ecológicos, tudo tem referência a questões antropológicas, mormente no que respeita aos costumes sociais, raciais e crenças. A chamada evolução social, as aglomerações humanas nas cidades, a tendência tecnológica de facilitar a vida, trouxeram a confiança de que se poderiam usar os recursos naturais como se inesgotáveis fossem.

A tendência das civilizações originais e das comunidades tradicionais, posto que vivendo em ambientes territoriais um pouco distantes dos aglomerados urbanos, é que o trato com a natureza seja o melhor possível. É o caso dos quilombolas, especialmente da comunidade que é reportada neste estudo.

Assim, a Comunidade de Remanescentes Quilombolas de Lajeado, no Tocantins, procura ter uma convivência harmônica com a natureza. Percebe-se que não há desperdício de água, pelo contrário, a água é fonte natural de vivência. O cerrado não sofre devastação, além do que se procura plantar, ou replantar buriti e pequi, árvores nativas da região, quando eventualmente se faz uso de sua madeira na habitação. Os animais têm seu curso de vida normal, com eventual caça no momento propício, e para consumo da própria comunidade. Quanto ao lixo, crê-se que o aterramento rudimentar ou a incineração do lixo orgânico, de pequena escala, não traz malefícios ao bem-estar humano e da natureza. A comunidade vê a terra como essencial e fonte de recursos respeitosos para sua sobrevivência.

Diante disso, pode-se extrair que seguramente a tradição, os bons costumes, passados e repassados por gerações, leva a compreender o respeito dessa comunidade aos recursos naturais.

## 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRUDA, Rinaldo. **Populações tradicionais e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação**. In: Ambiente & sociedade, Campinas, ano II, n. 5, p.79- 93,1999.

BEZERRA, Juliana. **Escravidão no Brasil**. Disponível em < <https://www.todamateria.com.br/escravidao-no-brasil/> > Acesso em 21 out 2019

CARDOSO, Claudinei Vaz. **Escravidão em Goiás** – Leitura de Manuscritos Oiocentistas de Catalão. In: LINGUAGEM – Estudos e Pesquisas, Catalão, vol. 12 – 2008

CARREGOSA, Elenice Almeida; CUNHA E SILVA, Sandra Lucia; KUNHAVALIK, José Pedro. **Sociedade, Natureza e Desenvolvimento: uma relação em construção**. In: Enciclopédia Biosfera. Centro Científico Conhecer – Goiania, v. 10, n. 18, 2014.

CASTRO, Eduardo Viveiros de. **A natureza em pessoa: sobre outras práticas de conhecimento**. Revista Mana, v. 12, n. 2, Rio de Janeiro, 2007, p. 115-144.

CIDADE BRASIL. **Dianópolis - Informações sobre o município e a prefeitura**. Disponível em < <https://www.cidade-brasil.com.br/municipio-dianopolis.html> > Acesso em 22 nov 2019

CLÍMACO, Veríssima Dilma Nunes. **Territórios e Identidades nas Comunidades Remanescentes de Quilombos da Agrovila Peru no Município de Alcântara – MA. 2014**. 126 f. Dissertação (Mestrado em Ambiente e Desenvolvimento) – Centro Universitário Univates – Lajeado, dezembro de 2014.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Tradução: Márgda Lopes. Porto Alegre: Artmed, 2010.

DIEGUES, Antônio Carlos. **O Mito Moderno da Natureza Intocada**, 3 ed, São Paulo: Hucitec 2000. P.39-51: Capítulo 03-Escolas atuais do pensamento ecológico.

DIEGUES, Antônio Carlos Sant'Ana; VIANA, Virgílio M. (Orgs.). **Comunidades tradicionais e manejo dos recursos naturais da Mata Atlântica**. São Paulo: Nupaub, 2000.

DUARTE, Regina Horta. **História e Natureza**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

NEIVA, Ana Claudia Gomes Rodrigues; FIORAVANTI et al. **Caraterização Socioeconômico e Cultural da Comunidade Quilombola Kalunga de Cavalcante, Goiás, Brasil**: Dados preliminares. In: IX Simpósio Nacional Cerrado e II Simpósio Internacional Savanas Tropicais. 12 a 17 de outubro de 2008. ParlaMundi, Brasília, DF.

FERREIRA JUNIOR, Almir. **Quilombolas do Vale do Gortuba: hábitos culturais e agrícolas**. In: Terra Mundus, 2015, vol. 2, n. 2. Disponível em < <http://dspace.uces.edu.ar:8180/xmlui/handle/123456789/3407> > Acesso em 11 nov 2019

FOLADORI, Guillermo; TAKS, Javier. **Um olhar antropológico sobre a questão ambiental**. In: MANA, vol.10 no.2 Rio de Janeiro Out.2004

INCRA – NOTÍCIAS. **Incra/TO conclui relatório de identificação da comunidade quilombola Lajeado**. 18/11/2016. Disponível em < <http://www.incra.gov.br/noticias/incrato-conclui-relatorio-de-identificacao-da-comunidade-quilombola-lajeado> > Acesso em 24 out 2019

LIRA, Elizeu Ribeiro; RIBEIRO NETO, Olegário B. **O Território e a Identidade Quilombola: o caso da comunidade afrodescendente Mata Grande no município de Monte do Carmo – TO**. In: Revista Produção Acadêmica – núcleo de estudos urbanos regionais e agrários/ nurbá – vol. 2 n. 2 (dezembro, 2016), p. 36-56.

LOPES, Rita de Cássia Domingues. **Identidade e Territorialidade na Comunidade Remanescente de Quilombo Ilha de São Vicente na Região do Bico do Papagaio – Tocantins**. 2019, 301 f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019.

MARIANO, Zilda Fátima; SCOPEL, Iraci; PEIXINHO, Dimas Moraes; SOUZA, Marcos Barros. **A Relação Homem - Natureza e os Discursos Ambientais**. In: Revista do Departamento de Geografia – USP, Volume 22 (2011), p. 15



MARQUESE, Rafael de Bivar. **A Dinâmica da Escravidão no Brasil: resistência, tráfico negreiro e alforrias, séculos XVII a XIX.** In: Novos Estudos, 74, II, março 2006.

MUNANGA, Kabengele. **Origem e Histórico do Quilombo na África,** In: Revista USP – São Paulo (28): 56-63, dezembro/fevereiro 95/96. Disponível em < <http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/28364> > Acesso em 03 nov 2019.

MUNANGA, Kabengele. **Origem e histórico do quilombo em África.** In: MOURA, Clóvis. Os quilombos na dinâmica social do Brasil. Maceió: EDUFAL, 2001. p. 21-31.

MUNANGA, Kabengele; GOMES, Nilma Lino. **O negro no Brasil de hoje.** São Paulo: Global Editora, 2006. 224p.

NAVES, João Gabriel de Paula; BERNARDES, Maria Beatriz Junqueira. **A formação histórica homem/natureza e sua importância no enfrentamento da questão ambiental.** Geosul, Florianópolis, v. 29, n. 57, p 7-26, jan./jun. 2014

PARAVATI, Luiz Carlos. **A Transformação dos Hábitos Culinários da Comunidade Quilombola da Fazenda Picinguaba (Serra do Mar Paulista),** In: RIF, Ponta Grossa/ PR Volume 14, Número 31, p.98-117, jan./abril 2016

RODRIGUES, José Honório. **BRASIL E AFRICA: outro horizonte (relações e política brasileiro-africana).** Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A., 1961 (Retratos do Brasil – volume 9)

SILVA, Josivaldo Alves da; BERNIERI, Celenita Gualberto Pereira. **Os reflexos da Agricultura de larga escala nas comunidades tradicionais quilombolas: um estudo de caso na Comunidade Lajeado, Município Dianópolis, Tocantins.** In: Revista Espaço Acadêmico, n. 215, abril/2019 (mensal, ano XVIII).

SILVA, Luciano Ferreira da. **A Mineração em Goiás e o Desenvolvimento do Estado.** Monografia Bacharel em Economia da Pontifícia Universidade de Goiás, junho/2010. Disponível em < <http://www.sgc.goias.gov.br/upload/arquivos/2014-01/a-mineracao-em-goias-e-o-desenvolvimento-do-estado.pdf> > Acesso em 21 out 2019

SILVA, Marcos Pedro da; ROCHA, Cleonice. **Caracterização da mineração aurífera em Faina, Goiás, em um contexto ambiental histórico e atual.** In: Ambiente & Sociedade, Campinas v. XI, n. 2, p. 373-388, jul.-dez. 2008

SILVA, Murilo Borges. **Repensando Identidades: possibilidades de uma historiografia do negro em Goiás.** In: II Seminário de Pesquisa da Pós-Graduação em História UFG/UCG, 14/15/16/setembro/2009 – Praça Universitária – Area II – UCG, Goiânia/Goiás. Disponível em < [https://pos.historia.ufg.br/up/113/o/IISPHist09\\_MurioloBorg.pdf](https://pos.historia.ufg.br/up/113/o/IISPHist09_MurioloBorg.pdf) > Acesso em 22 out 2019

# **GT 16: Extensão Universitária, Controle e Gestão Social no Desenvolvimento Territorial**

---







---

## Líderes:

- Carlos Frederico Bom Kraemer (UFF) - Diná Andrade Lima Ramos (UFRRJ)
- Lamounier Erthal Villela (UFRRJ)
- Mariana Lima Bandeira (UASB - Equador)
- Patrick Maurice Maury (UFRRJ)







“NADA SOBRE NÓS SEM NÓS”: FORMANDO  
PESQUISADORES LOCAIS PARA A CONSTRUÇÃO  
SOCIAL DE TERRITÓRIOS DE VIDA NO M´BOI MIRIM,  
PERIFERIA SUL DE SÃO PAULO



## RESUMO

Relatamos neste trabalho a experiência de desenvolvimento e os resultados alcançados em um projeto de extensão para formação de jovens pesquisadores sociais na periferia de São Paulo por meio de uma parceria entre a universidade e uma organização social do território. O projeto resultou em uma rica experiência de gestão social, promovendo o protagonismo dos alunos na elaboração da pesquisa e no debate de soluções para os problemas vivenciados.



# 1. INTRODUÇÃO

Este trabalho relata a experiência de desenvolvimento e os resultados alcançados no projeto do curso “Formando pesquisadores locais para a construção social de territórios de vida no M’Boi Mirim”. Concebido e planejado entre fevereiro de 2018 e julho de 2019 e executado no período de agosto a dezembro de 2019, a iniciativa partiu de uma parceria estabelecida entre a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP e a Organização Social Santos Mártires, no distrito de Jardim Ângela, periferia sul da cidade de São Paulo.

Tratou-se de um programa de formação de curta duração dirigido a jovens que desejassem ampliar suas habilidades de pesquisa, a fim de fortalecer sua atuação social e profissional e, em uma visão mais abrangente, promover a cidadania ativa e o desenvolvimento urbano e socioambiental sustentável. O resultado foi a cocriação de um projeto desenvolvido pelos jovens participantes com acompanhamento e orientação dos coordenadores e parceiros internos e externos à Universidade. A viabilização do projeto, que contou com trabalho voluntário e sem custos por parte da coordenação e parceiros, também recebeu apoio financeiro da Fundação São Paulo, instituição mantenedora da PUC-SP, que forneceu recursos para transporte, alimentação, remuneração de profissionais, entre outros.

Partindo do pressuposto de que pesquisas sobre a realidade social e avaliações das políticas públicas são insumos potentes para a participação cidadã, o objetivo central do projeto foi promover uma formação de jovens para realizar, de forma participativa, uma do histórico da construção social. Como afirma França-Filho (2007, p. 3), “o econômico (ou a esfera econômica) desempenha efetivamente um papel determinante, pois ele passa a constituir o locus principal de constituição das identidades individuais e coletivas

– que passam pelo trabalho”, e que “a sociedade moderna é antes de tudo uma sociedade do trabalho”. E o trabalho numa sociedade capitalista é determinado pela escolarização e qualificação, colocadas como um desafio individual de superação de obstáculos, inclusive no que diz respeito ao diploma do ensino superior.

Todo o processo foi conduzido de forma que populações locais, consideradas em sua diversidade e potencialidades, se apropriem de metodologias e ferramentas técnicas para produzir, organizar, compartilhar e comunicar dados e conhecimentos produzidos pela esfera governamental, pelas universidades e pela sociedade civil organizada. Por essa razão, adota-se, no título, a pertinente consigna dos movimentos sociais e grupos subalternizados: “Nada sobre nós sem nós!”. A proposta de formação teve caráter interdisciplinar e se apoia em duas agendas internacionais que estabelecem pactuações globais e trazem instrumentos para a realização de intervenções: a agenda 2030 dos ODS (IPEA, 2017) e a Nova Agenda Urbana (HABITAT III, 2016).

Os jovens participantes da região decidiram coletivamente todos os aspectos, desde as características do público-alvo da formação até os focos dos conteúdos oferecidos e a priorização de temáticas de interesse. Assim, o projeto resultou em uma rica experiência de gestão social, pensada como aquela que compreende e apodera os cidadãos como interlocutores válidos, protagonistas da elaboração de propostas para tratar problemas e encontrar caminhos para o desenvolvimento da comunidade: “a pesquisa social é, pois, a ação do homem que busca conhecer, explicar, interpretar ou compreender a si mesmo, já que o sujeito e o objeto da pesquisa não apresentam fronteiras que se possam demarcar com precisão (CEPEDOC, 2010). Priorizou-se a perspectiva do sujeito pesquisador, a partir do “entendimento de que o homem é ‘um ser aberto para o mundo, um especialista da não especialização, um lúdico explorador de espaços novos e ampliados, um ser da álea, do risco, do acaso, do perigo e da crise’” (CARVALHO, 1990 apud CEPEDOC, 2010).

O presente relato de experiência está composto, para além desta Introdução, da apresentação da experiência formativa (incluindo preparação da formação, metodologia e breve descrição do processo formativo); de alguns resultados produzidos no processo de pesquisa e algumas lições aprendidas e sugestões para continuidade. As considerações finais e referências bibliográficas, encerram esta Apresentação de Experiência.

## APRESENTAÇÃO DA EXPERIÊNCIA FORMATIVA

O projeto foi concebido no primeiro semestre de 2018, em seguida passou pela busca de viabilidade financeira, detalhamento e articulações e formalização entre as instituições organizadoras. O planejamento das atividades aconteceu entre dezembro de 2018 e junho de 2019, quando foram realizadas 8 reuniões de revisão e fechamento de plano programático, de equipe e de calendário. Idealizado para atender 20 jovens, o curso foi divulgado nas redes sociais, em especial nos perfis pessoais e de organizações do território e recebeu 27 inscritos, dos quais 13 iniciaram as atividades.

O público participante foi formado por moradores do M'Boi Mirim, território com mais de 600 mil habitantes localizado na periferia da região sul paulistana, com idade entre 15 e 29 anos e o programa contou com 6 aulas, 4 vivências educativas, trabalho de campo para levantamento de informações e realização de entrevistas, incluindo um material de apresentação e realização de duas rodas de conversa para análise e debate da pesquisa.

A responsabilidade pela execução do projeto foi da Pró-reitora de Cultura e Relações Comunitárias da PUC-SP e da organização social Santos Mártires, e contou com a colaboração de facilitadores tanto da universidade quanto de organizações parceiras na realização de visitas, oficinas, atividades de pesquisa, elaboração das apresentações, realização de rodas de conversa e do relatório final. Destacam-se parcerias locais com o Fórum de Pesquisadores do M'Boi Mirim e com a Rede Ubuntu, projeto socioeducativo que promove formação para o ingresso no ensino superior e para a cidadania, em especial de jovens.

As aulas e vivências aconteceram na Associação Santos Mártires, no Centro para Juventude Riviera, Centro de Mídia M'Boi Mirim e no campus da PUC-SP localizado no bairro paulistano Perdizes. O foco do curso foi promover uma vivência densa, abordar cenários de denúncia e luta pela transformação da realidade e não uma formação de qualificação profissional. Tendo em vista este propósito e o curto período para desenvolvimento das atividades, a validade científica dos dados e procedimentos não constituiu a preocupação prioritária do projeto, o foco maior foi o desenvolvimento da percepção sobre as amplas possibilidades que a pesquisa pode ter.

Os jovens formularam hipóteses baseadas em suas vivências e contexto do território. Foram colocadas em destaque questões como a necessidade de conciliar trabalho e estudo, a predominância de jovens exercendo funções de base (operacionais) de baixa remuneração, a precariedade urbana e habitacional, a falta de desenvolvimento da sociedade periférica, o ingresso tardio no ensino superior, a evasão escolar (com destaque para as dificuldades das populações negras e LGBTQI+), a percepção em relação às faculdades públicas e a segregação socioespacial, que afeta a mobilidade e a inserção e permanência na universidade. A partir deste cenário, os alunos definiram a pergunta da pesquisa “Por que a juventude das regiões do Campo Limpo e M'Boi Mirim acessa pouco o ensino superior?”

Os jovens identificaram como justificativas mais relevantes para a pesquisa a falta de conhecimentos formais (devido à qualidade do ensino na escola pública) e instrumentais para ingressar no ensino superior, impedindo o início com a idade considerada “correta”; a responsabilidade dos jovens em participar do sustento de



suas famílias (sendo compelidos a trabalhar ao invés de estudar ou a se dedicar aos cuidados de pessoas no âmbito doméstico); a falta de competências exigidas pelo mercado de trabalho; os “vieses inconscientes”, preconceitos e racismo institucional que favorecem para a por eles denominada de auto sabotagem; a falta da percepção de protagonismo do jovem periférico e de visão coletiva/comunitária.

Diante deste quadro, foram elaborados os seguintes objetivos para a pesquisa: quantificar dados do desenvolvimento pessoal e profissional do jovem periférico, em comparação com territórios centrais; verificar relações entre políticas públicas mal ou bem aplicadas e sua influência no desenvolvimento das periferias; e avaliar a dificuldade de aceitação da população da periferia (em especial se LGBTQI+) em ambientes públicos como escolas e faculdades em regiões centrais consideradas “nobres”.

Partindo destes objetivos, os jovens foram orientados sobre a metodologia e desenvolveram toda a estrutura da pesquisa, incluindo abordagens quantitativa e qualitativa, por meio de levantamento de dados secundários, de desenvolvimento e aplicação de questionário e entrevistas semiestruturadas.

Para o levantamento de dados secundários os pesquisadores aprenderam a buscar, selecionar e organizar informações de pesquisas públicas e outras fontes acessíveis confiáveis, como GeoSampa (portal de mapas oficial da cidade de São Paulo que traz mais de 240 tipos de informação regionalizadas) e Infocidade, plataforma eletrônica de dados da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano.

Para enriquecer a etapa quantitativa, foi constituída relevante parceria com a organização Viração Educação, que realizou uma vivência de reflexão pautada nos ODSs – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e deu suporte para a elaboração de questionário e utilização da ferramenta U-Report do UNICEF, que permite a coleta de dados através de um chatbot e fornece um relatório dinâmico, possibilitando a visualização com vários filtros. Na oficina foi organizada ainda a etapa de mobilização e aplicação da pesquisa automatizada por meio das mídias sociais Facebook e Whats App.

As entrevistas foram realizadas a partir de um questionário semiestruturado com um público definido e selecionado pelos pesquisadores com entrevistados que abrangessem as situações e obstáculos tipicamente vivenciadas pelos jovens do território, como a dificuldade em concluir o ensino médio, a necessidade de conciliar trabalho e estudo, o acesso tardio à universidade e as barreiras para concluir o curso superior.

Todos os dados levantados foram organizados e analisados pelo grupo e o programa foi concluído com a produção de um material a partir da sistematização geral da experiência, condensando os principais pontos do processo de pesquisa e as informações obtidas consideradas mais relevantes. Este material foi apresentado na roda de conversa realizada na PUC-SP e, em seguida, no VIII Fórum Social Sul, encontro que promove a troca de experiências entre moradores de periferias, coletivos e movimentos sociais.

## **ALGUNS RESULTADOS DA EXPERIÊNCIA FORMATIVA**

Uma importante discussão que surgiu quando os dados foram aparecendo foi a da escola da avenida versus a escola do fundão, evidenciando uma distinção entre as escolas públicas de ensino médio situadas nos principais eixos de mobilidade das periferias e as escolas dos bairros mais distantes (as diferenças nos estilos de gestão, projetos pedagógicos, condições gerais do quadro docente, disponibilidade de recursos materiais e humanos, fomento à representação estudantil, entre outros. Essa contraposição provocou um debate sobre diferentes concepções na gestão escolar, vivenciadas, por exemplo, na abordagem da questão da segurança, na colocação de grades e limitadores de acesso com justificativas de segurança; outro exemplo que revelou

resultados positivos para os jovens é o de uma gestão escolar mais participativa, mobilizando comunidade escolar e apoderando os estudantes.

Do ponto de vista dos alunos, o problema da dupla jornada estudo-trabalho e do ensino médio oferecido mais no período noturno é um limitador, agravado pela dificuldade de tempo e custos do transporte, enormemente impactantes para os moradores das periferias.

Tanto as informações dos dados secundários como alguns testemunhos dos entrevistados dialogavam com noções anteriores dos jovens sobre os problemas enfrentados, demonstrando com muito mais clareza, nuances e objetividade as questões vivenciadas, permitindo uma análise mais profunda e despertando insights para outras indagações e possíveis soluções.

Esses debates e constatações podem ser considerados ganhos de maior alcance do projeto, na medida em que promovem a percepção dos jovens quanto ao grande potencial em se apropriarem da própria realidade, de falar em seus próprios nomes, articulando suas vivências com a realidade de seu território.

A observação dos organizadores sobre a experiência, por sua vez, mostrou que os jovens se surpreenderam positivamente ao se colocarem na situação de sujeitos, ao modelar a pesquisa, obter e analisar os dados. Com relação ao conjunto da experiência, foram destacadas as atividades na PUC-SP, que deram acesso aos recursos das salas tecnológicas e laboratórios.

## **AVALIAÇÃO DO PERCURSO E APONTAMENTOS PARA CONTINUIDADE**

A parceria das organizações sociais com a universidade não é nova, a começar pelas mais diversas possibilidades de atividades de extensão, e este caso da articulação com a Associação Santos Mártires trouxe uma rica experiência, complementada com a construção da rede de parceiros, especialmente com a Viração Educomunicação, que ampliou as possibilidades da pesquisa e forneceu insumos para ações futuras; e com a Rede Ubuntu, fundamental no processo de divulgação e realização da formação Jovens Pesquisadores Sociais, incluindo contribuições como a indicação do coordenador local do projeto, o espaço de acolhimento do curso e a presença nas rodas de conversa no território. A proximidade com uma experiência inovadora de cursinho popular, acabou sendo determinante no enfoque adotado.

Em sociedades complexas e profundamente desiguais como a brasileira enfrenta-se o grande desafio de reconhecer a plena dignidade humana e desconstruir estereótipos. Esta é uma preocupação crescente no meio acadêmico, recorrentemente criticado por idealizar projetos com a justificativa de tratar problemas sociais sem dar espaço efetivo de participação à população abordada, se apropriando de suas informações, de seu tempo e falando em seu nome, muitas vezes sem gerar um retorno efetivo para as populações envolvidas.

Por outro lado, a política pública para o ensino superior direcionou o mecanismo de inclusão das populações que tem baixa condição socioeconômica preferencialmente para o ensino privado. E é nas universidades denominadas comunitárias, filantrópicas, em que esse compromisso de criação de vias para uma efetiva inclusão, poderia se fazer mais presente, enfrentando as questões do acesso e permanência, buscando maior equidade e representatividade social. Na PUC-SP, a forte presença de bolsistas por meio de ação afirmativa presente no Prouni – Programa Universidade para Todos, ou nas outras bolsas oferecidas pela Instituição, incluindo o recorte étnico-racial, reforça a importância da execução deste projeto.



Tavares (2014 apud AGUERRE, 2019, p. 55) define a participação como “categoria prática que orienta a ação das classes populares, dos militantes, dos excluídos quando lutam por direitos e buscam emancipação”. Assim, uma ação cidadã junto à comunidade, nos moldes aqui apresentados, “deve permitir um apoderamento do conhecimento”. Conforme argumenta Ausônia Donato, “faz muito sentido utilizar-se o termo apoderamento em vez de empoderamento, pois o prefixo “a” vem do latim “ad” e significa “trazer mais próximo de mim”. Já o termo empoderamento, no seu prefixo “em”, também do latim, que advém do “in”, significa “colocar no outro”. Portanto, partindo-se desta lógica de trazer mais próximo o conhecimento, de aproximar, deve-se propiciar diversas formas de apreender e vivenciar os conceitos, de “senti-los”, como caminho emancipador, permitindo que façam de fato sentido para ele/a (AGUERRE, PIRAGINO e RODRIGUES, 2019).

Ações como esta permitem pensar a gestão social a partir da universidade e não só atendendo a uma demanda própria da instituição, que qualifica sua política de inclusão, mas abrindo também perspectivas para as políticas de extensão, promovendo o envolvimento sistemático de cursos, docentes e estudantes. Em um nível operacional, há que se viabilizar mecanismos institucionais fomentando essas articulações em rede e viabilização de recursos para financiamento de ações de extensão em certos casos (cobertura de custo de alimentação e de transporte mostra-se fundamental diante da distância e dificuldades de deslocamento).

Nota-se também, em resumo, a presença de elementos de uma cidadania deliberativa em toda a vivência educadora relatada, pautada no diálogo horizontal entre sujeitos dotados de autonomia, propiciando pactuações que iam além da consolidação de um canal de diálogo entre organizadores, parceiros e o grupo de alunos, produzindo possibilidades de desdobramentos desta experiência para além dela, seja na transformação pessoal dos participantes, na irradiando dos resultados ou no desenho de novas possibilidades de atuação conjunta.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUERRE, Pedro, PIRAGINO, Maurício (Xixo), e RODRIGUES, Isabel Cristina. **Formando socializadores-multiplicadores em Cidadania e Direitos Humanos no poder público**: a experiência da Escola de Governo de São Paulo. In: Na cidade: micropolíticas e modos de existência / Organizadores Adriana Maria Brandão Penzim; Robson Sávio Reis Souza; Claudemir Francisco Alves. Belo Horizonte: Editora PUC Minas Gerais, NESP, 2019.

AGUERRE, Pedro. **Fundamentos da organização da vida social e política no Brasil**: relações Estado e sociedade e o papel das organizações da sociedade civil. In: JUNQUEIRA, Luciano Antônio Prates; PADULA, Roberto Sanches (Org.). Gestão de organizações da sociedade civil. São Paulo: Tiki Books, 2019

CEPEDOC Cidades Saudáveis. **A Formação do pesquisador social**. In: Jovens pesquisadores sociais: a formação de jovens no Projeto de Proteção ao Jovem em Territórios vulneráveis. São Paulo, 2010.

FRANÇA-FILHO, Genauto Carvalho de. **Definindo Gestão Social**. (Texto apresentado no I Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social - I Enapegs) – Juazeiro do Norte- CE. 23-25-05-2007

HABITAT III. Nova Agenda Urbana: “Declaração de Quito sobre Cidades e

Assentamentos Humanos Sustentáveis para Todos”. Quito, 2016 Disponível em: <http://habitat3.org/wp-content/uploads/NUA-Portuguese-Angola.pdf>. Acesso em 20/01/20.

IPEA, ODS metas e objetivos globais e nacionais. Brasília, 2017 <http://www.ipea.gov.br/ods/ods4.html>. Acesso em 20/01/20.





A GESTÃO PARTICIPATIVA COMO FERRAMENTA  
DE INTERAÇÃO DIALÓGICA: A EXPERIÊNCIA  
EXTENSIONISTA (DA COORDENAÇÃO COLEGIADA)  
DO DIST- SHOPPING PARK

*PARTICIPATIVE MANAGEMENT AS A TOOL FOR  
DIALOGICAL INTERACTION: THE EXTENSIONIST  
EXPERIENCE (OF COLLEGIATE COORDINATION) OF  
DIST- SHOPPING PARK*



## RESUMO

Este estudo, em andamento, tem como objetivo geral descrever o processo de gestão participativa implementado em um projeto de extensão de uma IFES e possui, como objetivos específicos, considerar os conceitos de gestão participativa, extensão universitária e interação dialógica para essa análise, bem como contextualizar esses conceitos com as diversas normas institucionais e do Brasil sobre o tema, relacionando isso com a teoria apresentada na literatura especializada, e a ela somando a experiência descrita. Caracteriza-se como uma pesquisa de abordagem qualitativa, com caráter descritivo, com foco em um estudo de caso. Os dados empíricos foram produzidos por meio de pesquisa documental, e da observação participante, e apontaram que a participação da comunidade na gestão de projetos de extensão aumenta o envolvimento da mesma nas atividades propostas, possibilita uma visão integrada do processo e fomenta a interação dialógica entre universidade e sociedade.

**Palavras-chave:** Gestão Participativa; Interação Dialógica; Extensão Universitária.

**Keywords:** Participative Management; Dialogic Interaction; University Extension.



# 1. INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como foco descrever o processo de gestão do Programa DIST-Shopping Park, desenvolvido junto à Pró-reitoria de Extensão e Cultura da Universidade Federal de Uberlândia (PROEXC/UFU), e financiado pelo Fundo Socioambiental da Caixa Econômica Federal (FSA/CAIXA). A perspectiva extensionista, ótica sob a qual todo o processo tem sido avaliado, abre espaço e corrobora com a decisão de utilizar a gestão participativa na coordenação do Programa.

Somando aos estudos já apresentados, este trabalho busca, ainda, trazer a ótica administrativa daqueles que intermediaram o processo entre a comunidade e a universidade, na atuação técnico-administrativa junto à Pró-reitoria e Extensão e Cultura da UFU.

As universidades públicas brasileiras obedecem ao princípio constitucional da indissociabilidade entre extensão, pesquisa e ensino, além de gozar de “autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial”, conforme consta na Carta Magna brasileira, em seu artigo 207 (CRFB, 1988). As ações extensionistas articuladas pela universidade junto à comunidade garantem tanto o acesso dos últimos às produções acadêmicas, quanto a oxigenação do saber acadêmico a partir dos saberes populares. Tal interação é pretendida, inclusive legalmente, e colocada em prática a partir de projetos, programas, cursos, eventos e prestação de serviços.

O diálogo constante entre universidade e sociedade, todavia, fica restrito ao planejamento e execução das atividades in loco, ao passo que o relacionamento burocrático necessário à execução das ações não abrange tal dialogicidade. Toda a parte administrativa, referente a solicitações de execução financeira, pedidos de reserva de veículos, salas, auditórios, pagamentos de toda sorte, são realizados pelos coordenadores servidores das instituições. O desconhecimento dessa parte do processo pela comunidade participante pode acarretar em dificuldades no relacionamento entre a equipe integrante dos projetos e a sociedade envolvida, uma vez que demanda dedicação e horas de trabalho dos servidores. A desinformação acerca do processo completo faz com que durante a execução dos procedimentos burocráticos, administrativos, a comunidade tenha a percepção de morosidade e falta de compromisso por parte dos integrantes vinculados às universidades, o que pode impactar diretamente nos resultados das ações, diminuindo inclusive o envolvimento da própria comunidade. Nesse sentido e no contexto da interação dialógica pretendida, do mesmo modo em que a Universidade necessita minimamente conhecer e compreender os ritmos e especificidades da comunidade com a qual a atua, também se torna etapa importante que se faça conhecer acerca de seus trâmites e tempos burocráticos, como elemento essencial ao planejamento para a gestão participativa.

Uma das possibilidades encontradas para o aumento do envolvimento entre comunidade e universidade são as práticas de gestão participativa. Nessa perspectiva, todos os envolvidos são chamados não apenas a atuar, mas a construir a participação, seja diretamente ou por intermédio de representantes, no planejamento que levará à gestão das atividades. Isso porque, embora rica, participar da gestão sem o prévio envolvimento no planejamento, reduz as condições de ação do outro, uma vez que, em diversas situações a gestão não planejada pode desencadear apenas na execução do planejado. Por outro lado, essa se enriquece, considerando que, tendo sido envolvido no planejamento, esse, mais internalizado, torna-se, inclusive objeto de reelaboração à luz dos objetivos e metas que se pretende alcançar no diálogo com a prática cotidianamente realizada. Dessa forma, a visão sobre o processo torna-se mais ampla, diminuindo os ruídos e criando um espaço de transparência, diálogo e aprendizado mútuo e social, corroborando com o ideal de formação cidadã pretendido pelas universidades que, afinal, envolve a si própria.

Com o intuito de descrever uma experiência de gestão participativa, o presente artigo aprofunda-se no caso do Programa DIST-Shopping Park que, em sua realização, buscou aplicar este conceito no processo de coordenação da atividade extensionista. Desta forma, e de maneira a complementar a literatura existente, o estudo parte da ótica de um observador participante do processo, que ao mesmo tempo em que atuava como técnico administrativo da UFU, participou do processo de coordenação colegiada do Programa enquanto membro da equipe de trabalho. Trata-se, portanto, de uma pesquisa descritiva, de natureza qualitativa do tipo documental, enriquecida com um estudo de caso a partir da experiência de um observador participante.

Para auxiliar na compreensão do caso exemplificador, a seguir são tratados os conceitos de Gestão Participativa, Extensão Universitária e Interação Dialógica, que servem de aparato conceitual para a análise e interpretação dos dados. Ao final, são apresentadas algumas considerações, além das limitações do estudo e indicações para pesquisas futuras.

## 2. METODOLOGIA

O presente estudo apresenta características de pesquisa qualitativa descritiva por pretender descrever a experiência e novas práticas com maior profundidade, à luz da literatura científica. Decidiu-se ainda, conforme aponta Godoy (1995), pela metodologia da pesquisa qualitativa, que possibilita o entendimento da natureza particular do fenômeno, garantido pela perspectiva integrada entre o objeto estudado e o pesquisador participante, uma vez que um dos autores do trabalho participou efetivamente das atividades de gestão do Programa DIST.

Paralelamente, foi desenvolvida a pesquisa documental, que ocorre quando “a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias. Estas podem ser feitas no momento em que o fato ou fenômeno ocorre, ou depois” (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 174).

Por fim, o estudo de caso foi utilizado pois, conforme aponta Gil (1999), tal ferramenta permite o conhecimento aprofundado de determinado fato ou conjunto de fatos que permitem uma visão geral aproximada.

## 3. RESULTADOS E ANÁLISE DOS DADOS

O presente trabalho desenvolve seu estudo de caso a partir da experiência do Programa DIST (Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Território). Tal programa foi utilizado como fonte de dados por se tratar de uma ação extensionista financiada pelo Fundo Socioambiental da Caixa Econômica Federal, realizada com o objetivo de promover o desenvolvimento integrado e sustentável do território e dos sujeitos que o compõem por meio de uma série de ações nas áreas de governança territorial, gestão ambiental, dinamização econômica e promoção sociocultural, distribuídas em 85 ações extensionistas executadas pela UFU na Comunidade Shopping Park, na cidade de Uberlândia, Minas Gerais, que geraram até o encerramento do ano de 2018, 5.640 certificados, tanto para a comunidade participante, quanto para alunos e servidores da Universidade.

### 3.1. INTERAÇÃO DIALÓGICA NO DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA DIST

Inicialmente, quando do planejamento do Programa junto à Caixa Econômica Federal, decidiu-se que a proposta seria desenvolvida em parceria com duas outras instituições (uma organização não-governamental e um movi-



mento social). A partir do momento da seleção da proposta por parte da Caixa, foi necessário o desenvolvimento de um diagnóstico junto aos moradores do Bairro atendido, para levantamento das demandas sociais latentes.

O desenvolvimento de tal diagnóstico corrobora tanto com a legislação extensionista vigente, que busca “o estabelecimento de diálogo construtivo e transformador com os demais setores da sociedade brasileira” (BRASIL, 2018), quanto com o diálogo entre os que “sabem que pouco sabem” e os que “pensam que nada sabem” proposto por Freire (1977).

Cabe ressaltar ainda que o diagnóstico inicial serviu como direcionador das atividades do Programa, inclusive modificando a maneira como o mesmo havia sido desenhado inicialmente.

### **3.2. GESTÃO PARTICIPATIVA COMO FERRAMENTA DE INTERAÇÃO DIALÓGICA**

A decisão pela gestão participativa foi evidenciada desde o início da proposta, quando a coordenadora do Programa convidou representantes das outras instituições para fazerem parte de uma coordenação colegiada. Tal convite possibilitou que pessoas externas à administração pública pudessem contribuir com a gestão do Programa. Apesar da saída das duas outras instituições do Programa, seus representantes continuaram, enquanto membros da sociedade, compondo a coordenação colegiada, que foi reforçada por dois outros técnicos administrativos da Universidade.

A diversidade de profissionais, com saberes especializados em áreas como gestão do terceiro setor, gestão de projetos sociais, além do conhecimento burocrático necessário à gestão da ação junto à universidade, possibilitaram que novas soluções fossem propostas às demandas sociais apresentadas pela comunidade, inclusive construindo com a própria comunidade, possibilidades, saberes e conhecimentos novos.

A proposta de uma coordenação colegiada enquanto estrutura de gestão corrobora com Sotero (2002) no sentido de superar decisões centralizadas. Outra ferramenta observada no Programa foi a delegação de representantes para a atuação junto à coordenação. Cada eixo temático possuía um representante junto à coordenação, além da presença de um bolsista de extensão nas reuniões.

As reuniões da coordenação aconteciam uma vez por semana, sendo que, em muitos momentos, houve necessidade de realização de duas ou até mais reuniões na mesma semana, quando da aproximação de grandes eventos, ou nos momentos de prestação de contas junto à entidade financiadora ou, ainda, quando a coordenação colegiada se via diante de desafios que poderiam implicar em reorganização de ações até então definidas. Além dessas reuniões, cada um dos coordenadores adjuntos realizava reuniões separadas com os participantes e executores dos projetos que estavam sob suas responsabilidades. Nessas reuniões, as pautas eram discutidas em conjunto, respeitando e valorizando as contribuições de cada participante.

Com o objetivo de formar atores que pudessem dar continuidade às atividades desenvolvidas, além de atuarem como representantes de seus pares não somente junto à universidade, mas a qualquer outra entidade, governamental ou não, foi criado um projeto de formação de atores territoriais, que tratava de temas como gestão pública, participação popular, gestão participativa, dentre outros. A partir desse projeto, foram realizados seminários de mediação entre a comunidade e o poder público, além de terem sido criados novos projetos totalmente planejados pelos moradores, que buscaram fomento em editais internos e externos à universidade.

Todo o processo de gestão participativa somente foi possível pois houve compreensão pelos gestores tanto da Universidade quanto da Caixa Econômica Federal, que compreenderam os avanços da nova proposta, e os impactos que o envolvimento direto dos moradores na gestão do programa gerariam, aumentando o envolvimento da comunidade e, em último caso, otimizando os investimentos destinados ao programa.

Durante o processo, houve a necessidade de serem realizadas oito reprogramações financeiras (que implicava na inserção de novas atividades ou ampliação de atividades existentes), que foram compreendidas e aprovadas pela instituição financiadora. Tais reprogramações foram decididas em comum acordo, inclusive atendendo às solicitações da comunidade participante.

A participação de profissionais com diferentes tipos de conhecimento possibilitou ainda a visão integrada das políticas e o entendimento de todo o processo de gestão, o que minimizou os impactos da burocracia existente nas diferentes instituições envolvidas.

Por fim, é necessário constar que o processo decisório a partir de uma gestão participativa pode ser mais demorado, em virtude da necessidade de diálogo e entendimento entre as partes. Todavia, tal ferramenta de gestão, quando bem aplicada, gera melhores respostas dos participantes, criando a percepção de pertencimento, envolvimento, e gerando valor a partir dos resultados obtidos frente ao que foi demandado. Como membro atuante da equipe de gestão colegiada e participava, não há dúvidas quanto à relação direta entre o alcance obtido pelo projeto DIST-SHOPPING PARK e sua forma de gestão participativa. Isso porque, se compreende que, dificilmente, seria possível obter a participação e engajamento da comunidade do bairro no projeto se essa não se reconhecesse nele. E, por sua vez, esse reconhecimento/identificação só foi possível porque, afinal, não se tratou de um projeto para a comunidade, mas de um que foi construído com ela e no qual ela pode se ver internalizada e refletida.

## 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo foi desenvolvido a partir da discussão dos conceitos de Gestão Participativa, Extensão Universitária e Interação Dialógica, como ferramentas para auxiliar no entendimento do estudo de caso acerca de decisão pela utilização da gestão participativa em um programa de extensão universitária e a relação dessa decisão com a diretriz de interação dialógica.

O estudo apresenta como limitações o fato de um dos autores ter participado ativamente da gestão do programa. Tal proximidade pode gerar conflitos de interesse na análise dos dados. Outro ponto importante é que como o programa ainda não foi finalizado, trata-se de um estudo ainda em andamento. Para sanar tais limitações, sugere-se que novas pesquisas sejam realizadas sem a utilização do observador participante. Além disso, uma outra sugestão de pesquisa é a realização de um novo diagnóstico no bairro, a partir do apontado no primeiro diagnóstico, para que sejam avaliados os impactos do programa.

Finalmente, a decisão pela gestão participativa caracterizou-se como uma estratégia de afirmação da dialogicidade pretendida nas ações extensionistas, tangenciando o abordado por Freire (1977) quando valoriza a participação do indivíduo no processo de elaboração do conhecimento junto à universidade, para que “possam igualmente saber mais”.



## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, M. M. **Gestão de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário: a Participação Social em Três Modelos**. 2011. 338 f. Tese (Doutorado em Saneamento, Meio Ambiente e Recursos Hídricos) – Programa de Pós-Graduação em Saneamento, Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 29 abr. 2019.

. Ministério da Educação (MEC). Conselho Nacional de Educação (CNE). Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação

-PNE 2014-2024 e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.in.gov.br/materia/-](http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/55877808)

[/asset\\_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/55877808](http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/55877808)>. Acesso em: 29 abr. 2019. FIGUEIREDO, S.; CAGGIANO, P. C. Controladoria: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 1997.

FORPROEX – Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. **Política Nacional de Extensão Universitária**. 2012. Disponível em: <<http://proex.ufsc.br/files/2016/04/Pol%C3%ADtica-Nacional-de-Extens%C3%A3o-Universit%C3%A1ria-e-book.pdf>>. Acesso em: 10 fev. 2019.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas em pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

GODOY, A. **Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais**. Revista de Administração de Empresas, v. 35, n. 3, p. 20-29, maio/jun. 1995.

HABERMAS, J. **O conceito de “esfera pública”**. In: . Direito e democracia: Entre facticidade e validade. Volume II. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, p. 92-98, 1997.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da Metodologia Científica**. 5 ed. São Paulo: Editora Atlas, 2003.

MOTTA, F. C. P. **A co-gestão alemã: as Conciliações do Inconciliável**. RAE-Revista de administração de empresas, São Paulo: v. 23, n. 1, jan-mar, 1983.

PAES DE PAULA, A. P. **Por uma nova gestão pública: limites e potencialidades da experiência contemporânea**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

SOTERO, F. **Gestão participativa em rede-GRP: descentralização e participação na gestão municipal**. Brasília, DF, 2002. Disponível em: <<https://issuu.com/fredericosotero/docs/gestaoparticipativaemrede>>.





# CAMPUS UFOPA-ALENQUER E A GESTÃO DEMOCRÁTICA DE POLÍTICAS PÚBLICAS

## *UFOPA-ALENQUER CAMPUS AND DEMOCRATIC MANAGEMENT OF PUBLIC POLICIES*

Kilce Maiana Sousa da Cruz  
Discente UFOPA  
E-mail: kilce\_sousa@hotmail..com;

Yanna Marcely Aragão de Sousa  
Discente UFOPA  
E-mail: yannan94@hotmail.com

Jorgiene Santos Oliveira  
Docente UFOPA  
E-mail: jorgienes03@gmail.com.



## RESUMO

O objetivo desta comunicação será apresentar e analisar a atuação do novo campus da Universidade Federal do Oeste do Pará UFOPA – ALENQUER (CALE), como um ator na busca pela integração das instituições locais com vista a fomentar ações conjuntas com Prefeitura Municipal e Associação de Pequenos Produtores, Extrativistas e Pescadores Artesanais (ASPROEXPA). Neste aspecto o Campus vem transcendendo os limites rígidos das áreas tradicionais de conhecimento. O envolvimento do curso, professores e estudantes com os processos institucionais do próprio município tornam-se fundamentais para o desenvolvimento da proposta de ensino, pesquisa e extensão do novo campus, constituindo como um marco por envolver o discente desde o primeiro ano com a realidade institucional pública. O campus possui um Programa de Extensão o Núcleo de Administração, Desenvolvimento e Sociedade na Amazônia (N+ADESA) que tem como objetivo apoiar-se e complementar-se mutuamente no processo de geração de novos conhecimentos, tanto no âmbito interno quanto externo do ambiente educacional, buscando a integração entre as áreas da administração pública, apoiadas nas ciências sociais aplicadas e que tenha o território como núcleo. Para tanto, foram utilizados métodos mistos de diagnósticos em três frentes: a) levantamento e sistematização de dados secundários a partir de pesquisa de indicadores em fontes institucionais reconhecidas; b) pesquisa de campo para coleta de dados primários; c) detecção de atores/setores estratégicos do executivo e da sociedade civil dando início a construção da rede e do diálogo para a possibilidade da gestão democrática. Partindo da análise dos dados obtidos e da socialização, possibilitada pelo Programa de Extensão N+ADESA, entre discentes/funcionários da universidade junto a atores e setores estratégicos do poder executivo e da sociedade civil do município de Alenquer, foi possível identificar o interesse em colaborar das ações conjuntas a universidade de uma parcela do setor público e de algumas organizações do setor privado, como consequências, foram desenvolvidas ações como: reuniões junto a agentes públicos (nutricionista do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE) e de associações, como a ASPROEXPA que resultou em pagamento a associação e ao fornecimento de produtos da Agricultura Familiar para merenda de escolas do município. Portanto, estes encontros entre agentes possibilitaram a troca de conhecimentos e a utilização de práticas técnicas de gestão, visando o desenvolvimento social e a prática democrática. Tais atividades promovem uma interação em que a universidade tem papel de suporte, para o desenvolvimento econômico e educacional, sustentando-se em práticas sugeridas conjuntamente com a universidade. Assim, permitindo que sejam formuladas melhores práticas para o crescimento do município, logo a socialização com a comunidade acadêmica encoraja que a sociedade civil participe das decisões do setor público, promovendo a gestão democrática.

**Palavras-chave:** Relações Intergovernamentais; Gestão Democrática; Políticas Públicas.

**Keywords:** Integration; Knowledge; Citizenship; Democratic.



# 1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho visa apresentar resultados referentes a pesquisas realizadas a respeito das Relações Intergovernamentais e Gestão Democrática de Políticas Públicas no Município De Alenquer. Esta pesquisa se dar devido aumento das desigualdades por meio do não-acesso a bens, serviços e direitos, o que tem marcado fortemente as políticas públicas atuais em nível federal, estadual e também local.

No âmbito da reflexão acadêmica, o desenvolvimento capaz de superar a desigualdade, durante décadas, era sinônimo de crescimento econômico e medido pelo PIB. Atualmente, as reflexões de diversas áreas – política, economia, gestão pública – retornam modelos ultrapassados e não caminham na busca de desenvolvimento em seu caráter inclusivo.

O pressuposto da igualdade se traduz na distribuição da riqueza e inclusão no consumo, mas também na igualdade social e política (empowerment). É o que Sen (2000) aponta: o desenvolvimento humano ocorre quando há a expansão das liberdades reais das pessoas, que não se traduzem apenas em poder de consumo, mas também no acesso aos direitos civis (liberdade de participar de discussões e averiguações públicas). Assim, no que tange a Universidade Federal do Oeste do Pará, uma questão atual e urgente que temos trabalhado é a criação e implantação do campus Alenquer, na região da Calha Norte do Pará, localizada na região do Baixo Amazonas.

Marcada por baixos indicadores sociais em comparação com as médias estaduais, a região enfrenta até hoje o desafio de se desenvolver. Aliado a isso, está o compromisso assumido por esta universidade de fundar um campus naquele local dando, em troca, condições e amparo para o desenvolvimento social da região. E isso ocorrerá a partir de ações de ensino e pesquisa, mas também e de forma mais urgente, por meio da extensão universitária.

Neste sentido, uma consideração é fundamental: a UFOPA define em seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) a busca de estratégias de desenvolvimento inclusivo e democrático como norteadora de suas atividades. Assim, comunga com a perspectiva acima apontada de que o caminho para a construção das decisões e do desenvolvimento é a prática democrática.

Toma-se como base conceitual deste processo a percepção dialógica da democracia e da configuração de saídas sociais (HABERMAS,1995), o atravessamento da condição de justiça no campo do desenvolvimento e da qualidade da vida pública (RAWLS, 1997, SEN, 2000) e, por último o tema da redistribuição e do reconhecimento (FRASER, 2001; HONNETH, 2003).

Assim, entendendo o estado como indutor do processo de desenvolvimento em parceria com os sujeitos sociais, na busca da inclusão democrática e política para a criação de uma sociedade mais justa e igualitária, propomos um projeto de extensão que trabalhe no aspecto da gestão pública e desenvolvimento, a ser desenvolvido no município de Alenquer (onde o campus é sediado).

Assim, partindo desse aparato teórico, foram realizadas ações que possibilitaram uma melhor compreensão sobre assuntos ligados a políticas públicas e às relações de poder dentro da administração pública do município de Alenquer. Os encontros e reuniões realizados pelo núcleo ou que tiveram a participação do mesmo, permitiram entender a vivência de diferentes classes sociais do município de Alenquer e região.

Dessa forma foi possível constatar a degradação vivenciada na região. Do mesmo modo, os trabalhos realizados dentro do N+ADESA com enfoque em gestão pública permitiram uma compreensão da formação política e as relações interorganizacionais presentes no município, bem como, teve-se um melhor entendimento das relações de poder entre os diferentes cargos do setor público e os motivos dos grandes problemas que este setor tem enfrentado no Brasil.

## 2. OBJETIVO

Apoiar-se e complementar-se mutuamente no processo de geração de novos conhecimentos, tanto no âmbito interno quanto externo do ambiente educacional, buscando a integração entre as áreas da administração pública, apoiadas nas ciências sociais aplicadas e que tenha o território de Alenquer como núcleo.

## 3. METODOLOGIA

A pesquisa apostou na coleta de dados em três frentes, primeiramente em: 1) levantamento e sistematização de dados secundários a partir da pesquisa de indicadores em fontes institucionais reconhecidas. Outrora, utilizou-se o segundo o ponto, 2) Pesquisa de campo para coleta de dados primários. Outrossim, foi apresentado a terceira parte do diagnóstico, o 3) detecção de autores/setores estratégicos do executivo da sociedade civil dando início na construção de rede e do diálogo para possibilidade da gestão democrática.

Assim, esta metodologia refletiu em atividades para a bolsista, inicialmente, na identificação de bancos de dados para coletar informações relacionadas às questões econômicas e sociais do município em questão, sendo um deles o site do Instituto Brasileira de Geografia e Estatística - IBGE para a construção de um cenário possível socioeconômico do local.

Ademais, outro ponto trabalhado foi a coleta de dados em atividades de campo, como o contato com agentes públicos responsáveis por serviços na rede pública, principalmente em torno da merenda escolar, como nutricionistas ligados a elaboração do cardápio escolar que é repassado às escolas por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, bem como o contato com coordenadores ligados a esse setor que determina a aquisição de produtos da Agricultura Familiar para o consumo dos estudantes da rede pública.

Estabeleceu-se uma relação por meio do Programa de Extensão do Campus Alenquer, o Núcleo de Administração, Desenvolvimento e Sociedade na Amazônia - N+ADESA, com associações de agricultores presentes na cidade, sendo uma delas: A Associação de Pequenos Produtores, Extrativistas e Pescadores Artesanais - ASPROEXPA, sendo uma associação composta por agricultores rurais que produzem em sua maioria frutas, legumes e vegetais, também mel e produtos oriundos da macaxeira como a farinha, que buscam o fornecimento direto para integrar-se como um dos fornecedores para a alimentação escolar.

## 4. ANALISE

O objetivo da pesquisa foi executado a partir de ações promovidas entre o núcleo N+ADESA, Campus da UFOPA de Monte Alegre, Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Santo Antônio, atores envolvidos em sindicatos, movimentos sociais e associações, e a prefeitura Municipal de Alenquer por meio da secretária



de agricultada, além do prefeitos e assessores do mesmo. De tal forma tornou-se possível a socialização de conhecimentos, de forma a fomentar o pensamento crítico e melhores ações organizacionais com base nas atividades desenvolvidas.

Os atores contribuíram para atingirmos os objetivos específicos da pesquisas ao contribuir com a integração entre a comunidade acadêmica e os atores estratégicos da pesquisa; fornecer apoio nas ações universitárias dentro e fora do campus e auxiliar na capacitação das atividades organizacionais de parceiros do Programa N+ADESA, com base nos constructos teóricos aprendidos dentro da universidade.

## 5. RESULTADOS

No decorrer da pesquisa que foi realizada entre outubro/2018 a outubro de 2019, foram realizadas oficinas e palestras que nos auxiliaram a identificar alguns dados, isto em parceria ao programa de Extensão Núcleo de Administração, Desenvolvimento e Sociedade na Amazônia – N+ADESA.

A primeira atividade realizada foi a participação no evento “3º Festival para Juventude Rural – Monte Alegre, PA” que consistiu em apresentação sobre políticas públicas para a juventude e, especificamente, as voltadas para os jovens das zonas rurais, essa ação foi realizada em parceria com o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – STTR, o Campus Universitário da UFOPA – Monte Alegre e o Programa de Extensão N+ADESA do Campus Universitário da UFOPA – Alenquer (figura 1).

**Figura 1.** Participação no 3º Festival para Juventude Rural – Monte Alegre, PA.



Fonte: Jorgine dos Santos Oliveira

A segunda ação foi uma roda de conversa sobre “A Importância da Agricultura Familiar: Alimentação Saudável e Agroecologia” realizada em setembro de 2018 que participaram o presidente da Associação de Pequenos Produtores, Extrativistas e Pescadores Artesanais – ASPROEXPA, a Nutricionista do Campus Universitário UFOPA – ALENQUER, a Docente Dra. Jorgiene Oliveira, a Bolsista Pibic/Cnpq demais discentes voluntários e bolsistas do N+ADESA. Durante esta atividade foi possível levantar dados sobre a agricultura familiar e socializar conhecimentos entre os envolvidos.

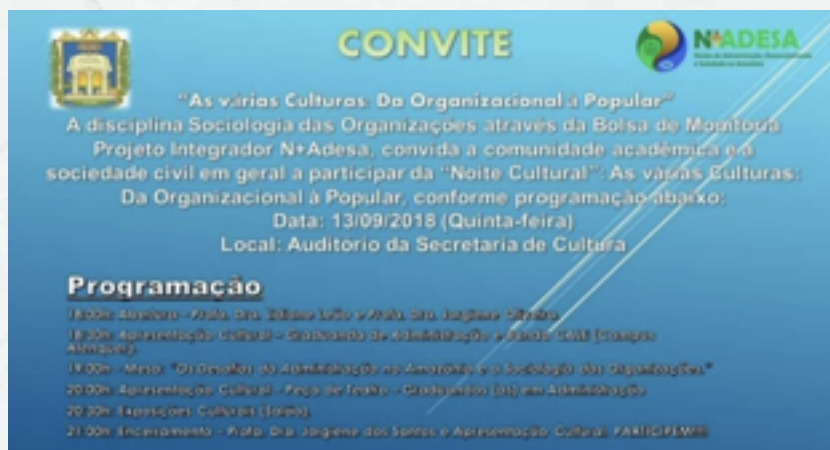
**Figura 2.** Roda de conversa “A Importância da Agricultura Familiar: Alimentação Saudável e Agroecologia”



Fonte: Jorgiene dos Santos Oliveira

A terceira foi a realização de uma noite cultural, uma parceria entre a Disciplina Sociologia das organizações e Bolsa de Monitoria Projeto integrador do N+adesa com o tema “As várias culturas: da organizacional a Popular”, onde tivemos apresentações musicais, danças regionais, exposições e teatro representando as diversas culturas.

**Figura 3.** Noite Cultural “As várias culturas: da organizacional a Popular”, realizado em setembro e 2018.



Fonte: Kilce Maiana Sousa da Cruz

A quarta ação realizada pelo Núcleo foi uma palestra sobre Gestão social com o tema “A banalidade do mal”. E que tivemos como palestrantes os professores Raoni Azeredo (UFOPA) e Washington (UFRN). O Evento contou com a participação dos acadêmicos da UFOPA e sociedade em geral e foi de grande importância, visto que, evidenciou que o mal torna-se banal quando o membro de uma organização, seja ela política, empresarial ou mesmo não lucrativa, separa os seus valores éticos individuais do comportamento duvidoso assumido sistematicamente pela organização com a qual é cúmplice.



**Figura 4.** Palestra “A banalidade do mal”, realizado em outubro de 2018



Fonte: Kilce Maiana Sousa da Cruz

A quinta foi a apresentação no evento “Diamante Negro” realizado no dia 20 de novembro de 2018 e elaborado pela escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Santo Antônio com parceria do Campus Universitário da UFOPA – Alenquer. Na mesma ação estiveram presentes bolsistas PIBIC/UFOPA que relataram sobre suas pesquisas, assim, socializando os conhecimentos adquiridos. Esta apresentação foi importante para levar aos estudantes do Ensino Médio conhecimentos desenvolvidos dentro da Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA/ Alenquer e demonstrar as possibilidades que a Universidade oferece para que estudantes desde o ensino médio possam ter contato com métodos de pesquisa, ensino e extensão.

A sexta ação foi intitulada “Médicos Cubanos: Fim de uma Política Pública” e, ao qual auxiliamos em sua elaboração, que teve como finalidade dialogar sobre a importância dessa política para o país, os impactos que seu fim pode ocasionar na população e, do mesmo modo, homenagear alguns médicos que atuaram no Município de Alenquer, PA. Esta ação contou com a presença de medicas que atuaram na cidade, servidores, docentes e discentes do Campus UFOPA – ALENQUER

**Figura 5.** Médicos Cubanos: Fim de uma Política Pública, realizado em dezembro de 2018.



Fonte: Jorgiene dos Santos Oliveira.

A sétima ação foi a realização de uma caminhada, finalizando com uma palestra na praça, em referência a Paralisação Nacional de 15 de maio de 2019, o evento foi organizado pelo Núcleo em parceria com os alunos da Ufopa, Universidades particulares, Escolas da rede estadual e municipal, além da participação de movimentos sociais. A palestra foi realizada por professores que fazem parte do Núcleo, os quais falaram a respeito da educação como ferramenta de transformação pessoal, profissional, social e política. O evento contou com participação de dezenas de pessoas.

**Figura 6.** Roda de conversa: “Chega de violência e extermínio de jovens”, realizado em maio de 2019.



Fonte: Kilce Maiana Sousa da Cruz



A oitava ação foi realizada no dia 18 de maio de 2019, uma roda de conversa realizada pela Pastoral da Juventude de Alenquer, com o tema: “Chega de violência e extermínio de jovens”, onde estivemos auxiliando na organização e palestra a respeito de políticas públicas para a juventude alenquerense. O evento contou com a participação de representantes de movimentos sociais, bem como da sociedade em geral.

**Figura 7.** Roda de conversa: “Chega de violência e extermínio de jovens”, realizado em maio de 2019.



Fonte: Kilce Maiana Sousa da Cruz

A nona ação foi a participação do Núcleo no 2º Simpósio da Sober Norte com o tema “Desafios contemporâneos para o desenvolvimento da Amazônia”, realizado em setembro de 2019. Acadêmicas do Projeto tiveram seu trabalho aceito e foram fazer a exposição do mesmo com o tema “Os desafios das mulheres amazônicas: A inserção da mulher no mercado de trabalho formal no município de Alenquer”. A pesquisa examinou o processo da participação feminina no cargo de gerência e diretoria no mercado de trabalho formal no município de Alenquer. Com o propósito de investigar a evolução feminina no trabalho formal, mostrando a importância da contribuição da mulher na renda familiar, relatando seu crescimento e desempenho no decorrer dos anos comparando esses dados com a evolução do Brasil, Pará e município de Alenquer.

**Figura 8.** 2º Simpósio da Sober Norte, “Desafios contemporâneos para o desenvolvimento da Amazônia” realizado em setembro de 2019.



Fonte: Kilce Maiana Sousa da Cruz

A decima e última ação realizada foi a Roda de Conversa: Agricultura familiar e as contribuições para a melhoria dos cardápios do PNAE, que foi elaborada no âmbito do Projeto de Extensão “Agricultura Familiar e o Programa Nacional de Alimentação Escolar no município de Alenquer-Pará” um dos projetos do Campus Universitário – UFOPA/ Alenquer e em parceria com o Programa de Extensão N+ADESA.

## 6. CONCLUSÃO

Ao ser implementado em 2017 no município de Alenquer, o campus da UFOPA Alenquer (CALE), teve o desafio de iniciar a graduação de bacharelado em Administração. Ao compor seu quadro de docentes com perfil interdisciplinar, para coadunar com a missão, visão e valores da instituição expressa em seu PDI. Se dedicou a contribuir ativamente com o desenvolvimento sustentável do município. Para isso o programa Núcleo N+ Adesa foi criado pelo corpo docente.

É importante ressaltar que o programa Núcleo N+ Adesa é o primeiro da instituição com a característica de agregar ensino, pesquisa e extensão, existe apenas mais um programa na UFOPA em Santarém, sede da universidade, porém o mesmo agrega apenas atividades de extensão.

Assim o objetivo principal de umas das linhas do núcleo que é em apoiar-se e complementar-se mutuamente no processo de geração de novos conhecimentos, tanto no âmbito interno quanto externo do ambiente educacional, buscando a integração entre as áreas da administração pública, tendo como base as ciências sociais aplicadas e que tenha o território de Alenquer como centro, foi plenamente alcançado como demonstrado nos inúmeros eventos e ações do N+Adesa elencadas no presente texto.



Ao longo a atuação do programa, apoio dos atores garantiu que atingíssemos nosso primeiro objetivo, que era construir uma base para uma relação favorável entre a universidade e os atores estratégicos do município. O segundo, terceiro e quarto, quinto objetivo possuía como base o auxílio dos atores estratégicos para a realização dos eventos promovidos pelo programa N+ADESA, também tivemos amplo apoio. O quinto objetivo teve êxito a partir da socialização dos conhecimentos vigentes da comunidade acadêmica com os atores envolvidos nos eventos promovidos. Eventos realizados para atores estratégicos, comunidade acadêmica e a sociedade em geral. Além de parceiros em municípios vizinhos com STTR e UFOPA Campus Monte Alegre, nossas ações se estenderam a outros municípios da Calha Norte Paraense.

Não destarte, também avaliamos que ao longo das ações de extensão, que estiveram sempre embricadas com pesquisa e ensino, as atividades de extensão realizadas, foram importantes para nossa consolidação enquanto instituição no município, bem como para assegurar a importância da universidade pública, gratuita e de qualidade como um ator estratégico na mediação das relações entre demais atores na busca de um desenvolvimento sustentável.

Ainda existem inúmeras ações que não foram citadas no artigo, estas serão publicadas posteriormente, com o intuito de demonstrar o avanço proporcionado na consolidação das ações institucionais para o desenvolvimento de políticas públicas e o desenvolvimento pretendido por nosso campus ao município via programa N+Adesa.

É importante ressaltar que sempre tivemos o cuidado em não confundir papéis com os demais atores e gestores. Somos uma instituição para a formação e não para a gestão de esferas sociais, sejam públicas ou privadas.

## 7. REFÊRENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FRASER, Nancy. “**Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça na era pós-socialista**”, em SOUZA, Jessé (org.) Democracia hoje: novos desafios para a teoria democrática contemporânea.

Brasília: Editora UnB. 2001

HABERMAS, Jürgen. **Três modelos normativos de democracia. Lua Nova [online]**. 1995. HONNETH, Axel. Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: 34. 2003

RAWLS, J. **Uma Teoria da Justiça**. Trad. Almiro Pisetta e Lenita M. R. Esteves. São Paulo: Martins Fontes, 1997

SEN, Amartya. **A ideia de justiça**. Tradução: Nuno Castello-Branco Bastos. Coimbra: Almedina, 2000.





# Experiência de campo no Projeto Qualidade do Ambiente Urbano em Salvador – Reflexões sobre “as cidades de Salvador”.

Tássio Santos Silva  
Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia (FDUFBA)  
tassiosantoss@hotmail.com



## RESUMO

Projeto Qualidade do Ambiente Urbano de Salvador- QUALISalvador, aprovado em Edital 011/2014 da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia – FAPESB e financiado pela Empresa Baiana de Águas e Saneamento - EMBASA, tem como objetivo geral produzir e difundir conhecimento sobre a realidade urbano-ambiental da cidade do Salvador na escala intraurbana. A pesquisa envolve 163 bairros de Salvador, nos quais foram aplicados questionários com 62 questões abordando cinco dimensões - físico-ambiental, socioeconômica, serviços e infraestrutura, cultura e cidadania e bem- Estar – cujos resultados poderão subsidiar a formulação e implementação de políticas públicas, trabalhos científicos, técnicos, além de proporcionar a reflexão da população acerca da qualidade do ambiente urbano onde está inserida. Dada a riqueza da experiência em campo proporcionada no decorrer nas etapas de coleta de dados, abrangendo a análise das respostas ao questionário como também pelas conversas informais, considerando a diversidade das realidades dos bairros, surgiu a necessidade de refletir mais profundamente sobre as “cidades de Salvador”, vivenciadas pelo pesquisador ao longo da referida pesquisa. Na teoria, cada bairro é, um universo estatístico, parte de um todo que é a cidade do Salvador, lugar de moradia dos mais distintos segmentos sociais, portadores de percepções, culturas as mais diferenciadas, e ao qual nos reportamos como pesquisadores. Na prática, cada bairro é um universo vivo - um território - que apresenta suas próprias características, que só são possíveis de serem manifestadas por estarem no contexto que estão, com seus próprios moradores.

**Palavras-chave:** Salvador; qualidade do ambiente urbano; políticas públicas; experiência em campo.

## ABSTRACT

The Project Qualidade do Ambiente Urbano de Salvador - QUALISalvador, approved in Public Notice 011/2014 of the Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia - FAPESB and financed by Empresa Baiana de Águas e Saneamento - EMBASA, has the general objective of producing and disseminating knowledge about the urban-environmental reality of the city of Salvador on the intra-urban scale. The survey involves 163 neighborhoods in Salvador, in which questionnaires were applied with 62 questions addressing five dimensions - physical-environmental, socioeconomic, services and infrastructure, culture and citizenship and well-being - whose results may support the formulation and implementation of public policies, scientific and technical works, in addition to providing the population with reflection on the quality of the urban environment in which it operates. Given the richness of field experience provided during the data collection stages, covering the analysis of the responses to the questionnaire as well as informal conversations, considering the diversity of the neighborhoods' realities, the need arose to reflect more deeply on the “cities of Salvador”, experienced by the researcher throughout that research. In theory, each neighborhood is a statistical universe, part of a whole that is the city of Salvador, home to the most different social segments, with perceptions, the most different cultures, and to which we report as researchers. In practice, each neighborhood is a living universe - a territory - which has its own characteristics, which are only possible to be manifested because they are in the context they are in, with their own residents.

**Keywords:** Salvador; quality of the urban environment; public policy; field experience.



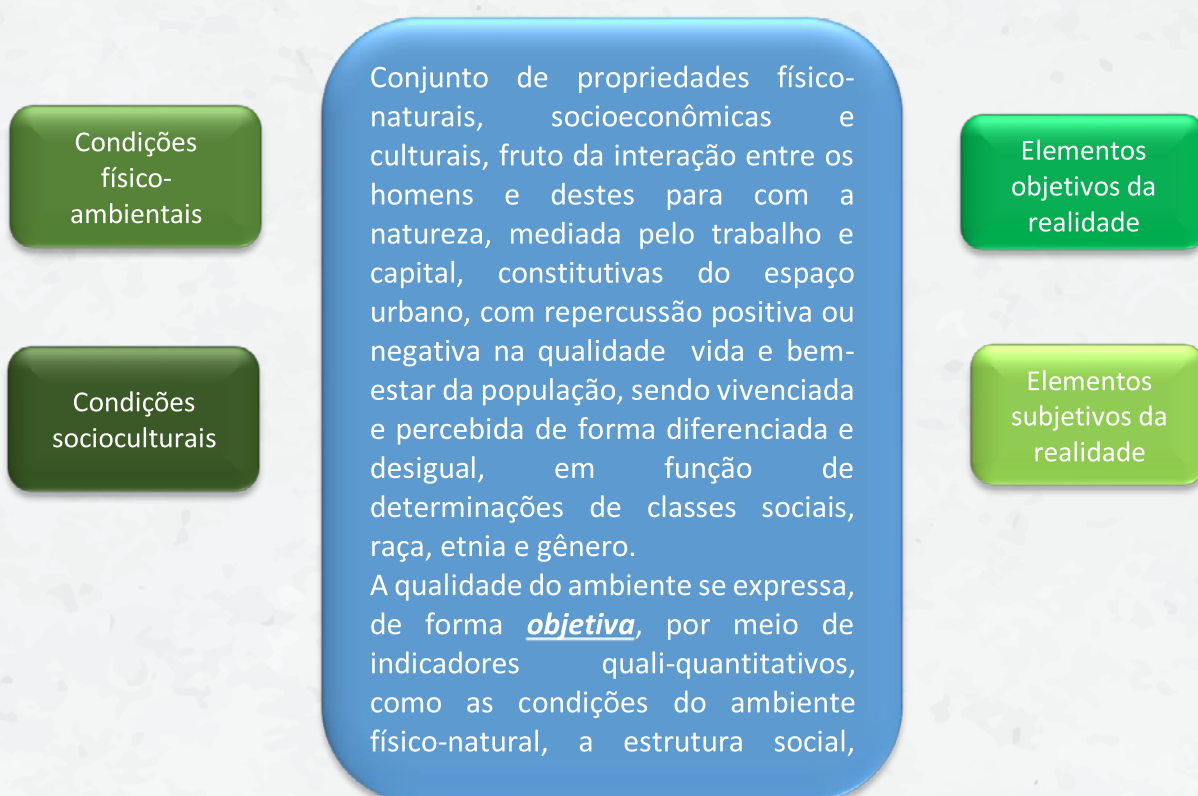
# 1. INTRODUÇÃO

A discussão da qualidade do ambiente urbano de Salvador está inserida no projeto QUALISalvador, que conta com o apoio financeiro da FAPESB e da Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A- EMBASA, tendo como objeto de estudo a realidade urbano- ambiental de Salvador e por objetivo geral produzir e difundir conhecimento sobre a referida realidade, na escala intraurbana, por bacia hidrográfica e por bairro, conforme projeto aprovado no âmbito do Edital 011/2014 da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia – FAPESB. Busca-se avançar na pesquisa sobre os dilemas enfrentados por Salvador no contexto de flexibilização produtiva e de crise urbano-ambiental.

Essa é uma pesquisa realizada por um grupo de pesquisadores composto por professores e alunos da Universidade Federal da Bahia (da Escola de Administração, Escola Politécnica, Faculdade de Medicina, Faculdade de Arquitetura e Escola de Nutrição), da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) e da Universidade Estadual da Bahia (UNEB), ou seja, além de ser uma pesquisa multi e transdisciplinar, também é uma pesquisa interinstitucional.

O conceito de qualidade do ambiente urbano que orienta a presente pesquisa foi resultado de um amplo processo de discussão e pode ser sumarizado conforme a Figura 1.

**Figura 01** – Conceito de Qualidade do Ambiente Urbano



Fonte: QUALISalvador.(2020)

Com base nesse conceito, o QUALISalvador, atualmente, constrói um índice de qualidade urbano ambiental de Salvador a partir do recorte de bairro, analisando dimensões físico-ambiental, socioeconômica, serviços e infraestrutura, cultura e cidadania e bem-estar que poderá contribuir para uma melhor compreensão dos processos de constituição da cidade no atual contexto de crise urbana ambiental como também fundamentar a ação dos mais distintos entes públicos. Sendo assim, em cada bairro foi considerado como uma unidade de análise e de investigação na pesquisa, totalizando 163 populações. Em cada bairro foram pesquisados os domicílios particulares permanentes ocupados, com amostra variando entre 90 e 110 questionários, tendo sido aplicados 15.260 questionários, com 62 questões que contemplam as seguintes dimensões, componentes e subcomponentes:

**Quadro 1** – Dimensões, Componentes e subcomponentes

DIMENSÃO	COMPONENTE	SUBCOMPONENTE
I - Físico- Ambiental	1. Clima	Condições Higrotérmicas
	2. Som	Ruído
	3. Ar	Poluição do Ar
	4. Vegetação	Cobertura Vegetal
	5. Corpos D' água	Rios Urbanos, Lagos, Fontes
II - Socioeconômica	6. Inserção Produtiva	Renda
		Desigualdade
		Relação de Trabalho
	7. Habitabilidade	Tipologia construtiva
8. Segurança Alimentar e Nutricional	Insegurança Alimentar e Nutricional	
III - Serviço e Infraestrutura	9. Saúde	Mortalidade, morbidade e acesso ao serviço de saúde
	10. Educação	Escolarização
	11. Mobilidade	Circulação
	12. Segurança Pública	Ocorrência, percepção e efetivo
	13. Saneamento	Abastecimento de Água, Esgotamento Sanitário, Drenagem de Águas Pluviais, Coleta de Resíduos Sólidos, Qualidade do Serviço
IV - Cultura e Cidadania	14. Equipamentos e Serviços	Acesso a Equipamentos e Serviços
	15. Risco Urbano-Ambiental	Exposição a situação de risco
	16. Lazer / Cultura	Acesso a bens culturais
	17. Participação Política	Acesso a informação política / filiação a organização política
V - Bem-Estar	18. Percepção Urbano-Ambiental	Opinião sobre ambiente urbano
	19. Satisfação / felicidade	Opinião sobre significado da moradia

Fonte: Projeto Qualidade do Ambiente Urbano de Salvador - QUALISalvador



Além dos dados obtidos resultados da aplicação dos questionários, durante a pesquisa, buscou-se realizar análises a respeito dos bairros e a dinâmica dos mesmos no contexto da cidade, a percepção da população, confrontando a experiência prática do trabalho de campo aos conhecimentos teóricos, visto que a Qualidade do Ambiente Urbano é influenciada tanto por fatores objetivos - como infraestrutura, moradia, vegetação -, quanto por fatores subjetivos - como a percepção do morador e a participação cidadã.

Devido a riqueza da experiência em campo, na etapa de coleta de dados, proporcionada tanto pela aplicação do questionário quanto pelas conversas informais e entrevistas para o documentário que expuseram realidades diversas, surgiu a necessidade de relatar e refletir mais profundamente sobre as “cidades de Salvador” (CARVALHO E PEREIRA, 2008). Nesse sentido, se a cidade, dentre tantas outras coisas, também pode ser compreendida “como escrita” (ROLNIK, 1988), já que os contrastes - e histórias - se expressam no espaço urbano, optou-se por utilizar a expressão “cidades”, no presente trabalho, para ser ainda mais enfatizado que Salvador é “uma cidade diferenciada, desigual e dividida”, assim como outras grandes cidades, como reconhece SOUZA (2002) ao fazer uma análise sobre a produção do espaço urbano da “cidade de mães negras”, como definiu, filosoficamente, o pesquisador e estudante de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia (UFBA), Láercio Souza<sup>1</sup>. Portanto, com a identificação de algumas particularidades, percebidas em cada bairro percorrido, durante a pesquisa, torna-se relevante ressaltar como Salvador é feita de várias cidades, como dentro dessas cidades reproduzem-se várias e tantas outras cidades.

Em uma sociedade que os “boys conhece Marx e nós conhece a fome”<sup>2</sup> como diz o cantor de rap Emicida, unir a teoria e prática assim como o pensar e o agir é urgente.

Nesse contexto, é preciso ressaltar a importância da universidade para a produção de pesquisas que possam ser utilizadas para construção de políticas públicas e da imprescindibilidade da participação da sociedade para o êxito de tal objetivo, à curto, médio e longo prazo.

## 2. JUSTIFICATIVA

Se “para uma teoria cega, a prática social é invisível; [e] para uma prática cega, a teoria social é irrelevante” (SANTOS SOUZA, 2007, p. 20), ou seja, a teoria sem a prática - vice-versa - tende a ser corrompida, a articulação entre ambas deve acontecer de uma maneira amigável, a participação social é tão importante para se produzir pesquisas acadêmicas, quanto as pesquisas acadêmicas e contato com outras realidades são importantes para o crescimento pessoal e acadêmico dos pesquisadores.

<sup>1</sup> A partir da experiência em campo e análise breve dos dados, que revelam que a maioria dos chefes de família são mulheres negras, Láercio Souza, estudante da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia (FAU-UFBA) afirma que Salvador é uma “cidade de mães pretas”.

<sup>2</sup> Canção “Levanta e Anda” do rapper paulista Emicida. O cantor utiliza a abreviação “boy” para se referir à “playboy”, pessoas privilegiadas financeiramente, geralmente, são essas pessoas que possuem maior facilidade em acessar espaços de destaque social e poder, como a Universidade, onde pode ser possível aprender várias teorias, inclusive a marxista e o cantor utiliza “nós” para se referir à pessoas em estado de vulnerabilidade e insegurança alimentar. Enquanto teorias são importantes para compreender como se estrutura as relações dentro desse sistema capitalista que expressa realidades tão desiguais, o contato com a prática é imprescindível para compreendê-la e mudá-la.

A sociedade foi/é/será essencial em todos os processos e etapas para o sucesso da pesquisa em questão, assim como o principal alvo das políticas públicas – vista como meio, não como fim – que os resultados da pesquisa poderão resultar. Sem o sentimento de pertencimento e conhecimento sobre os bairros dos líderes comunitários não seria possível chegar em segurança aos domicílios sorteados para a divulgação da pesquisa e aplicação do questionário. Graças a disponibilidade, curiosidade e confiança dos moradores de cada um dos 163 bairros foi possível que 15.260 questionários fossem aplicados, além de fazermos e coletarmos entrevistas e depoimentos para o documentário, assim como fazermos reflexões que ecoam em nós, pesquisadores. Se Salvador não pode ser compreendida como uma, a importância de índices e indicadores, na escala bairro e bacia hidrográfica, que expõem as diferenças das cidades e desigualdades presentes entre os bairros e dentro deles, que dão forma à capital baiana, é deveras importante.

Contra o desperdício da experiência<sup>3</sup>, na materialização e reflexão mais profundamente, permitido graças ao contato com as diferentes populações, sobre a vivência durante o campo no Projeto de Pesquisa Qualidade do Ambiente Urbana de Salvador (QUALISalvador), este trabalho encontra suas razões de ser.

### 3. OBJETIVO

O objetivo do presente trabalho é relatar a experiência vivenciada em campo, no ano de 2019 e começo de 2020, pelo pesquisador na Pesquisa Qualidade do Ambiente Urbano de Salvador - visando contribuir com outras reflexões e debates sobre o tecido urbano heterogêneo, desigual e dividido “das cidades de Salvador”, assim como o papel da universidade na produção de pesquisas e atividades de extensão e a importância do contato com elas.

Essa vivência nos estimulou a repensar a superação da dicotomia entre centro e periferia, a partir do relato de experiência, para se pensar a cidade como local de várias “cidades” - diversos “centros” e “periferias” -, sem hierarquiza-las.

Apresentar brevemente os dados quali-quantitativos coletados na pesquisa a partir da percepção do pesquisador sobre os mesmos.

### 4. METODOLOGIA

A metodologia de pesquisa/trabalho de campo se consistiu, nas seguintes etapas:

- Construção do conceito de Qualidade do Ambiente Urbano na Escala Bairro e Bacia Hidrográfica;
- Construção dos instrumentos de pesquisa e mapas;
- Divulgação da Pesquisa;

<sup>3</sup> Alusão ao livro “A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência”, de Boaventura de Sousa Santos, de 1995.

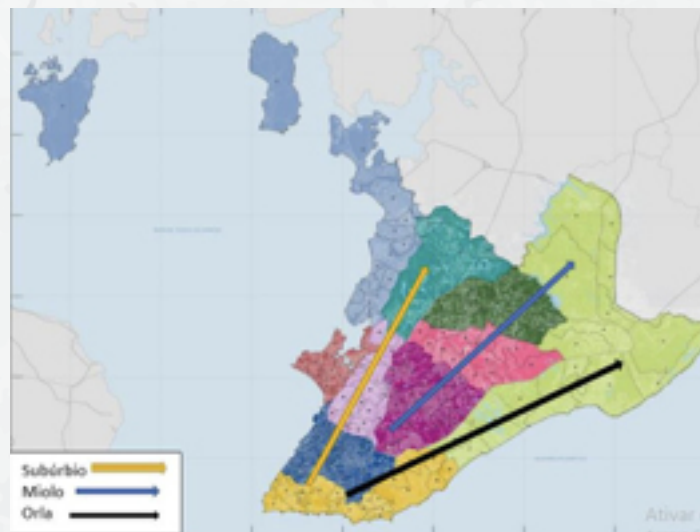


- Aplicação dos Questionários;
- Digitalização;
- Controle e Estruturação do Banco de Dados;
- Produção dos Índices e Indicadores.

Para o êxito dos objetivos desse trabalho será apresentada a análise das etapas de divulgação da pesquisa e aplicação do questionário, período durante o qual se teve o contato direto com diversas pessoas, lugares e realidades distintas, às vezes, nos mesmos bairros.

A sequência dos bairros para a realização da pesquisa foi definida preliminarmente pela coordenação da pesquisa de campo, tendo sido estabelecidos 3 vetores de atuação: Campanha BTS (vetor Subúrbio), Campanha Miolo (vetor Miolo) e Campanha Orla Atlântica (vetor orla), conforme demonstração na figura 1 abaixo.

**Figura 1** – Distribuição dos bairros por vetores

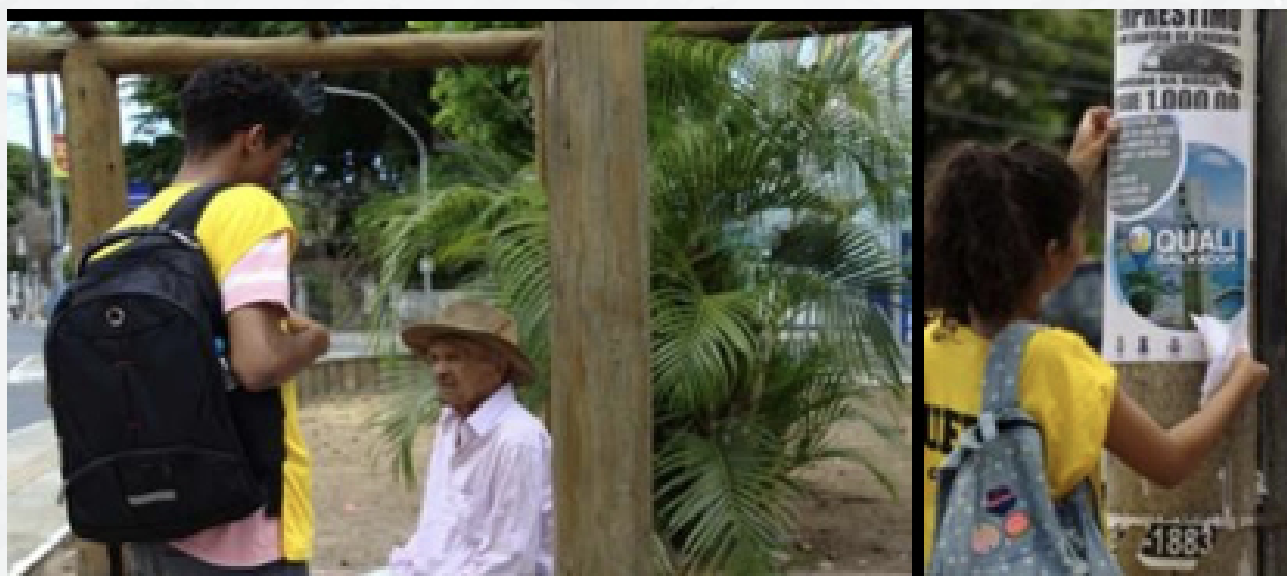


Fonte: QUALISalvador, 2018

O universo da amostra de questionários aplicados é de aproximadamente 14.000 entrevistados em domicílios escolhidos segundo amostra aleatória estratificada com reposição, definida segundo método estatístico. Devido a isso, sempre que era necessário substituir um domicílio sorteado, o pesquisador de campo se posicionava em frente ao domicílio amostrado e depois se dirigia ao primeiro domicílio do seu lado direito, para assim garantir a aleatoriedade.

Antes da aplicação do questionário no bairro escolhido, era feito contato com a(s) liderança(s) locais que auxiliavam os pesquisadores durante esta etapa, desde informar áreas de riscos dentro do bairro à encontrar um ponto de encontro - geralmente em escolas públicas, igrejas ou postos de saúde - para orientar as atividades. A divulgação era feita com distribuição de panfletos, colagem de cartazes e contato com os síndicos, administradores e/ou porteiros dos edifícios sorteados. A figura 02 abaixo ilustra a atividade de divulgação da pesquisa nos bairros.

**Figura 02** – Divulgação da pesquisa em campo



Imagens: Projeto Qualidade do Ambiente Urbano de Salvador - QUALISalvador.

Além das etapas citadas que buscavam o êxito das atividades necessárias para construção do Índice de Qualidade do Ambiente Urbano em Salvador (IQUALISalvador), também aconteceu a gravação do documentário, um dos produtos da pesquisa, sendo entrevistados alguns moradores dos mais distintos bairros da cidade para uma coleta mais qualitativa da relação do entrevistado com seu bairro e, por sua vez, do bairro com a cidade.

**Figura 03** – Entrevista com um morador da Gamboa de Baixo para o documentário



Imagem: Projeto Qualidade do Ambiente Urbano de Salvador - QUALISalvador.



**Figura 04** – Pesquisadores e equipe da gravação do documentário no bairro São Caetano

Imagem: Projeto Qualidade do Ambiente Urbano de Salvador - QUALISalvador.

A partir de tais vivências, a análise dos resultados buscou estabelecer relações entre a percepção do morador e a percepção do pesquisador sobre a cidade e o vínculo com alguns conceitos teóricos – não necessariamente acadêmicos – de diferentes perspectivas: geográfica, urbanística, sociológica etc, uma vez que os conhecimentos não só não devem ser hierarquizados, como também, devem ser enfatizados para análises mais profundas, interdisciplinares e sensíveis sobre a dinâmica dos bairros de Salvador.

Foram aplicados 15.260 questionários, com 62 respostas sobre as condições físicos-ambientais e socioculturais dos 163 bairros da cidade de Salvador foram digitalizados, por meio de aparelhos eletrônicos como tablets e celulares, e armazenados na nuvem da plataforma Koobo, onde foi possível gerar uma planilha com todos os dados, a partir disso todos os Ids (número que corresponde à cada questionário) foram conferidos manualmente, para a consolidação do banco de dados. Todos os dados e o documentário vão ser disponibilizados às lideranças de cada bairro, assim como ficarão disponíveis através de um portal online, onde qualquer pessoa poderá acessar. A partir disso, foi utilizado os software R e Microsoft Excel, para as manipulações dos dados que serão apresentados no livro.

## 5. QUANTAS CIDADES CABEM EM UMA?

Uma das características físicas mais marcantes da cidade de Salvador é uma falha geológica que divide a cidade em duas - cidade alta e cidade baixa - mas se fossem levadas as inúmeras configurações socioculturais da cidade seria possível afirmar que Salvador está dividida em várias cidades e dentro dessas cidades existem outras cidades. Na tentativa de defini-las, Carvalho e Pereira (2008) afirmam que a cidade está dividida em três, “cidade tradicional”, “cidade moderna” e “cidade precária”:

Na cidade tradicional o tecido urbano é compacto, relativamente homogêneo, e não há um crescimento expressivo da população, que é composta predominantemente pelos setores médios. É a cidade que se constituiu a partir do centro antigo e de seu entorno. Já na cidade moderna o tecido urbano está se modificando com a produção de novas habitações e centros de consumo e serviços, construídas dentro de padrões arquitetônicos e urbanísticos elevados, com avançado processo de verticalização nas áreas mais densas e/ou próximas ao centro (...). Finalmente, na cidade precária, ocupada predominantemente pelos setores populares, o tecido urbano se caracteriza pela dispersão e pela contínua expansão com o acréscimo de habitações precárias, em grande parte auto-construídas sem obedecer a padrões arquitetônicos e urbanísticos (...) (p. 101) (grifos meu)

Apesar dos autores deixarem claro que os conceitos de cidade precária e moderna não são conceitos homogêneos, ou seja, na “cidade moderna existem ilhas de precariedade e a cidade precária contém ilhas de relativa prosperidade” (CARVALHO E PEREIRA, 2008, p.101), após a experiência em campo ficou claro que cada bairro, dentro de cada cidade, precária e moderna, apresenta dinâmica única que só é possível por estarem inseridas no contexto que estão com os seus próprios habitantes. Se, em teoria, cada bairro é um universo, por ser expressão de uma totalidade de indivíduos com determinadas características (em Salvador o próprio recorte de bairro agrega indivíduos e territórios com características muito diferenciadas), na prática cada bairro é um universo, por apresentar próprias características dominantes ou predominantes, que só são possíveis de serem manifestadas por estarem no contexto que estão, a partir das características de seus próprios moradores.

Por isso, mesmo o fato dos bairros Barra e Ondina fazerem parte da “cidade moderna” e o Cabula e Lobato fazerem parte da “cidade precária”, cada um deles apresentam suas próprias características intrínsecas, nem todas percebidas pelos pesquisadores de campo, mas com certeza pelos seus moradores, que nos relatavam durante conversas informais entre uma pergunta e outra. Como afirma SERPA (2002) os bairros são “espaços vividos e sentidos” e quem os vivem e os sentem são seus moradores.

A arquiteta e urbanista Raquel Rolnik (1988) destaca que as cidades, geralmente, são separadas por “barreiras sociais” - a ponto de moradores que moram na Vila Brandão, que é uma Zona Especial de Interesse Social (ZEIS), segundo o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PPDU) de Salvador e faz parte do bairro Vitória (um dos mais nobres da cidade) não se reconhecerem como moradores da Vitória, sendo sua identidade, aqui associada à noção de pertencimento, remetida a localidade de Vila Brandão - ao ser perguntado à dois moradores em qual bairro eles moram, ambos se referiram a Vila Brandão e não Vitória. Quando perguntados sobre o que fazem no tempo livre os entrevistados nos afirmaram que não se sentem à vontade em frequentar os museus e galerias de arte do Corredor da Vitória. Esse é um exemplo de muitas das barreiras “invisíveis” na nossa cidade. Há também os casos da separação por “barreiras físicas”, que podem ser avenidas, à exemplo da Avenida Paralela<sup>4</sup>, que separa o Bairro da Paz e o Alphaville, mas também podem ser muros e grades, que são tão “impenetráveis” que para os pesquisadores terem acesso aos moradores nos referidos condomínios, super monitorados, chamados de “enclaves fortificados” por CALDEIRA (1997), fez-se necessário divulgar a pesquisa com dias de antecedência, reportarmo-nos diretamente a porteiros e síndicos e, no limite, adotar recursos metodológicos alternativos, para conseguir aplicar o questionário.

---

4 A Avenida Paralela ou Avenida Luís Viana Filho, via urbana pública da cidade de Salvador, inaugurada na década de 70, é um ótimo exemplo de como as fronteiras entre as “cidades precárias” e as “cidades modernas” são urbanizadas, visando diminuir o estranhamento.



Nesse cenário de cidades partidas ressignificando a frase de Milton Santos (2011, p. 92) “os cimentos se dissolvem [para construções de muros] e mingam as solidariedades ancestrais”. Se é verdade que esses muros causam uma sensação de segurança para quem leva sua vida voltada pra dentro, do lado de fora, para nós, pesquisadores de campo, que andávamos pelas ruas do Jardim Armação ou STIEP - bairros considerados seguros e que apresentam moradores com alta renda - a sensação era justamente a oposta, por haver pouquíssimas pessoas na rua e muros gigantescos que limitavam nosso ângulo de visão. São territórios que recusam a diversidade e em certa medida, no sentido mais rico que o termo pode ter, negam a inovação, criação e imprevisibilidade do espaço urbano. Essa cidade de “classes média e alta”, mais segura para os seus moradores, termina por ser um “gueto” na própria cidade.

Qual o sentido de morar na “cidade moderna” se quase não é dada uma função social ao espaço urbano? Ou se a rua, o espaço público se converte em um lugar de circulação para carros? Andar nas ruas se tornou um sinal de identificação de uma determinada classe, dos pobres, para os quais a casa e a rua parecem não ter limite? Isso seria um dos sintomas do que o professor Milton Santos (2000) chamou de “abandono da ideia de solidariedade” em escala microsocial?

Da mesma forma que cabe essas reflexões quando não conseguíamos entrar nesses espaços, convém registrar que quando conseguíamos ter acesso e entrevistar moradores desses enclaves fortificados, em muitas situações se evidenciava o distanciamento dos mesmos em relação a vida no próprio bairro. A resposta dos entrevistados a questão sobre existência de Equipamentos e Serviços do Bairro, confirmava o pouquíssimo contato que tais moradores têm com o ambiente urbano em que moram, uma vez que boa parte dos entrevistados respondia: “Não Sei”, para a maioria das alternativas. A cidade, que por excelência, é “um lugar de encontro, de diferença e de interação criativa”, como um paradoxo, acaba por ser também um lugar de “intolerância e segregações, marginalidade e exclusão, quando não em fervorosos confrontos”, proporcionadas pelas suas próprias características (HARVEY, 2013, p.72).

Portanto, enquanto, às vezes, as classes média e alta têm uma relação de exterioridade em relação ao seu entorno, em relação ao ambiente urbano nos bairros nobres, nos bairros populares o ambiente urbano é intensamente vivenciado pelos seus moradores e abandonado pelo poder público. Já que “a praça é do povo, como o céu é do condor”<sup>5</sup>, como afirma o poeta baiano Castro Alves (1921), o povo deve se sentir a vontade e seguro para ocupar e transformar, coletivamente, o espaço urbano em que vive. Ainda que a segurança ou a “sensação de segurança” possa ser a não proporcionada pelo Estado. Essa diferenciação na forma de apropriação do espaço público deixa claro os distintos significados do investimento públicos nas diferentes cidades – afinal, é obrigação do poder público garantir condições necessárias para o usufruto do espaço público e coletivo, um direito social para os que vivem na cidade.

Segundo SANTOS (1996/1997), existe uma política discriminatória que garante os serviços de determinados grupos específicos e se omite em garantir os mesmos serviços para outros, que têm sua “cidadania mutilada”, por terem direitos fundamentais negados. Logo, em Salvador, além da estratificação social ter uma clara expressão territorial, como em outras grandes cidades da América Latina, a “cidade” que você mora dentro de Salvador facilita ou dificulta seu acesso à determinados bens e serviços (CARVALHO E PEREIRA, 2008).

---

5 Poema “O Povo ao Poder”, do Poeta Castro Alves. Nos versos seguintes, ele ainda afirma: “É o antro onde a liberdade // Cria águias em seu calor!”

Se ter segurança privada, áreas de lazer e esporte dentro do condomínio, boa arborização ao redor da casa e acesso à serviços básicos e de boa qualidade próximos como hospitais e postos médicos, escolas e institutos federais, teatros, cinemas e museus entre outros é considerado para muitos uma boa “qualidade de vida urbana”, também possível afirmar que esses elementos viraram uma mercadoria, acessada pelos que têm dinheiro (HARVEY, 2014), não acessível para todos, como deveria ser, inclusive segundo a Constituição Cidadã (1988).

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (CF, 1988)

A partir do momento que o poder público se omite em garantir tais direitos para esses segmentos sociais, está legitimando que irregularidades aconteçam e aprofundando desigualdades. Exemplo disso é as questões de saneamento básico, que foi abordada na pesquisa. Quando o poder público não garante um serviço de esgoto adequado para determinada população surgem situações como a ligação do esgoto da casa diretamente em rio ou canal ou na rede de drenagem da água da chuva ou em uma vala a céu aberto, como foi revelado várias vezes por diversos moradores em bairros com pouca infraestrutura. Além disso, colocar um contenitor a 50 a 100 metros de uma casa é dar acesso à coleta de lixo?

A mesma política discriminatória também é central quando o assunto é Segurança Pública. Quando foi perguntado à um entrevistado residente em bairro das “cidades precárias” o que poderia trazer Segurança para o bairro, este respondeu que poderia “ser qualquer coisa menos a polícia” e confessou que se sentia mais seguro na presença do tráfico, que era quem fazia a “segurança” dos moradores. Policiamento ostensivo para quem? Rondas Policiais para quê?

E quando o acesso à um transporte de qualidade e rápido é negado para as periferias, que moram distantes dos lugares em que trabalham e levam mais de 120 minutos para se deslocarem da casa para o trabalho – como se fosse realmente uma viagem, de uma cidade para outra -, como responderam vários moradores de bairros como Cazajeiros 8, Coutos e Rio Sena, e a pobreza gerada pelo modelo de expansão territorial são aprofundadas? (SANTOS, 2011). Passar mais de duas horas dentro de um ônibus para chegar no trabalho ou escola é ter acesso a um transporte público de qualidade? O que seria do funcionamento das “cidades modernas” se não fossem os moradores das “cidades precárias” para a realização de inúmeros trabalhos, inclusive em serviços nelas? Levando em consideração que a maioria das pessoas que vivem nessas “cidades precárias”, são negras e realizam, em boa parte das vezes atividades manuais, é possível afirmar que Salvador é (e sempre foi, historicamente) uma “cidade de mãos pretas”<sup>6</sup>?

Se nós, pesquisadores de campo, ficávamos exaustos só de se deslocar da faculdade para bairros extremamente distantes que ficam afastados das “áreas centrais”, imagina quem faz esse percurso todos os dias? “Como conciliar o direito à vida e as viagens cotidianas entre a casa e o trabalho que tomam horas e horas?” (SANTOS, 2011, p. 124)

Como as áreas populares são lugares de habitação da população que “não tem possibilidades de consumir o espaço da cidade moderna nem da cidade tradicional, alojando-se tipicamente em parcelamentos clandestinos e habitações precariamente construídas” (CARVALHO E PEREIRA, 2008, p.89), é possível afirmar que a

---

<sup>6</sup> Aqui o autor parodia a frase do estudante de Arquitetura e Urbanismo da UFBA, Laércio Souza, na primeira parte desse trabalho.



produção do espaço “periférico” gera inúmeros problemas<sup>7</sup>. Porém elas não se resumem e reduzem à isso, já que as periferias de Salvador “também são ricas em alternativas e possibilidades criativas” (SERPA, 2002, p. 295). Como cada bairro periférico possui suas próprias dificuldades e maneiras de superá-las, sempre com muita resistência, criatividade e solidariedade, nada mais justo que utilizar o termo “periferias” ou “cidades precárias”, rompendo com o senso comum de que todos os bairros afastados dos centros são iguais. Como enfatiza DIAS (2017):

Existem diferenças internas expressivas dentro dos bairros populares e existem diferenças também muito expressivas entre as favelas/os bairros populares. O que unifica essa população sob a categoria de “pobres” são as práticas cotidianas em lugares com carências evidentes, que impelem esta população à aglomeração para buscar transformações e/ou como resistência aos processos determinados pelos agentes hegemônicos do capital. (grifo meu) (DIAS. 2017, p. 64)

Ressalte-se que, na ausência de alternativas oferecidas pelo poder público para proteger as crianças e adolescentes contra a criminalidade - que não é só um efeito da pobreza e desigualdades, mas também com a recusa de direitos e da própria democracia (ESPINHEIRA, 2005)-, a própria população oferece através de instituições - como ongs, associações de moradores, igrejas e terreiros - oficinas de desenhos, aulas de esportes e auxílio escolar. Em várias áreas, apesar da pouca infraestrutura, foi possível observar anúncios oferecendo tais serviços, assim como eram notáveis os grafites pelos muros e paredes que tornavam o ambiente mais colorido e agradável de caminhar.

Na procura de alternativas “para o pouco capital circulante nesses lugares” a própria comunidade faz eventos para arrecadar dinheiro, como feiras de economia criativa e solidária à festas de forró como o Forró Dú Pezinho, em Marechal Rondon, bem organizado e gerido pelos próprios moradores do bairro, além de ser uma ótima oportunidade para expor os artesanatos feitos por eles, bem como valorizar os artistas locais. Apesar da festa não ter sido presenciada pelos pesquisadores, foi relatada com muito carinho por uma das moradoras do bairro, este depoimento gravado.

Se é verdadeira a afirmação que a “suburbana chora”, como afirma o cantor Shook MC<sup>8</sup> em uma das suas músicas, justamente pelos poucos investimentos em políticas públicas e sociais, como visto durante as atividades em campo, que como um efeito dominó geram diversos problemas, ainda maiores, para os bairros, também existe muitos talentos no bairro, que através da arte, relatam a realidade de onde vivem e tentam superar as dificuldades do dia a dia. As atividades que aconteceram em todos os bairros, incluindo nos bairros populares, só foram possíveis pela articulação e contato com as lideranças comunitárias, boa parte mulheres negras (bem como a maioria dos habitantes da cidade).

Para Clímaco Dias (2017, p. 246), nos bairros populares,

Os vizinhos acham formas alternativas de contornar a ausência do Estado em políticas de creches, mas fazem reivindicações políticas pelas creches, fazem o bloco de carnaval para desfilar no bairro, mas, ao serem impedidos de continuar pela polícia, o bloco se transmuta em

7 No debate pública a autoconstrução é vista como um problema, mas na prática é uma “solução” frente à omissão do poder público em políticas habitacionais dignas.

8 Cantor independente de rap, oriundo da Suburbana de Salvador. Ainda em suas palavras, na música “Suburbana”, ele afirma que “esperar do sistema é o mesmo que se matar”.

manifestação radicalizada. Os vizinhos estabelecem uma forma de convivência com a polícia armada e o tráfico armado, não se aliando a nenhum dos dois lados e ainda achando maneiras de exercer pressão política em ambos. Os vizinhos contornam conflitos entre si e se ajudam, passeiam juntos, praticam exercícios físicos juntos, colhem frutas no Parque juntos, se reúnem com os seus passarinhos, se reúnem para jogar futebol, se reúnem para dançar, se reúnem nas passeatas que queimam pneus e interrompem o trânsito, se reúnem no Vale das Pedrinhas pra ver cinema, desde o tempo que a Missionária Ana Sironi trouxe uma máquina de projeção da Itália e fez o único e primeiro cinema em sala fechada na história do bairro, na Paróquia Santo André, sendo depois proibida pelo Cardeal de fazer sessão de cinema na igreja.

É dessa forma que o bordão “nós por nós” que ecoam pelos bairros populares ganham sentido e consistência política. Outro ponto que deve ser enfatizado é que, mesmo na eventualidade da chegada dos referidos equipamentos e serviços nos bairros populares, os saberes populares não devem ser desvalorizados, como foram historicamente, inclusive pelas universidades públicas (SOUSA SANTOS, 2008). Em uma entrevista para o documentário do projeto, por exemplo, um senhor ao ser questionado sobre a oferta de equipamentos e serviços no bairro, relata que a horta coletiva de plantas medicinais era a “farmácia” dos moradores daquela área do bairro, pois era dali que eles recolhiam as folhas para fazerem chás para as mais diversas dores. Logo, mesmo com a chegada de uma farmácia convencional em tal bairro, os conhecimentos e práticas da população são relevantes e devem ser levados em consideração. O que existe, em Salvador, assim como em outras grandes metrópoles, “são múltiplas cidades e múltiplas ideias de cultura” (SERPA, 2010, p. 30).

Como na música “Beleza Pura” de Caetano Veloso, “não me amarra dinheiro não, mas a cultura”<sup>9</sup> e nisso as periferias de Salvador são ricas. Segundo SERPA (2002):

As margens dos rios sempre foram local de surgimento de civilizações poderosas, desde os primórdios da civilização humana. Também a cidade popular, que cresce às margens da cidade oficial, precisa ser reconhecida por seus méritos. O conhecimento popular é apenas uma outra forma de conhecimento, nem pior nem melhor que o conhecimento acadêmico. Daí a necessidade do diálogo e da participação para a resolução dos problemas urbanos. (SERPA, 2002, p. 295-296)

Mesmo os entrevistados, na maioria das vezes, nas periferias, revelarem que o bairro apresentava inúmeros problemas de infraestrutura e limitados acesso à equipamentos e serviços, ao serem perguntados sobre o significado de morar no bairro - os mesmos, na maioria das vezes, falavam que significava “tudo” que é o lugar onde haviam crescido, onde os amigos e a família estavam por perto. Até mesmo nas “cidades precárias”, em bairros como Coutos, Saramandaia e Uruguai, que segundo a professora e cientista social Iracema Brandão Guimarães (2002), surgiram da necessidade, portanto de uma “não escolha”. Quando questionados “O que significa morar nesse bairro para você?” as respostas mais frequentes foram “Rede de Apoio/Parentes/Amigos” e “Tranquilidade”. Esta é a definição de território de SANTOS (2000), o chão mais o sentimento de “pertencer ao lugar que nos pertence”, ou seja, território está onde a gente pisa, mas também está nas relações e no coração.

---

9 Música “Beleza Pura” de Caetano Veloso e A Outra Banda Da Terra, lançada em 1979.



Esse mesmo sentimento motiva os moradores das “cidades tradicionais” - que se constituiu a partir do centro antigo e de seu entorno (CARVALHO E PEREIRA, 2008, p. 101) - à lutarem contra o processo de gentrificação<sup>10</sup> desde a década de 90, se é verdade que “o esvaziamento demográfico e econômico do centro tradicional tem se acentuado, com o declínio ou a própria deterioração de diversas áreas, em que pese a existência de iniciativas ou propostas para a revitalização de algumas delas, a exemplo do Pelourinho ou do antigo Comércio. (p. 104)”, os civis e movimentos sociais que atuam/moram no centro lutam e reivindicam o direito à cidade, inclusive com possíveis críticas à esses processos de “revitalização”, além disso boa parte dos moradores não só fazem parte de organizações comunitárias, como foi possível concluir com a questão que pergunta sobre organização comunitária, política ou religiosa, mas também denunciam esse processo com gritos e pixos em casarões abandonadas e postes: “o Centro Antigo Sangra”. O famoso Pelourinho e Santo Antônio Além do Carmo é bem mais que um destino turístico e cartão postal.

Tendo em vista não naturalizar as condições de precariedade de alguns bairros faz-se necessário reafirmar que o poder público deve garantir um habitat saudável e um habitar digno onde quer que a pessoa se sinta bem e queira morar. Para isso a percepção dos moradores acerca dos seus bairros, seus saberes e suas necessidades não devem ser ignorados, mas sim valorizados nos planejamentos de políticas públicas inclusive urbanísticas, isto é, “dar voz e instrumentalizar os diferentes grupos e redes na gestão do espaço urbano” (SERPA, 2002, p. 295). Afinal de contas, quando existe um desejo de ocupar e transformar o espaço urbano, quem o conhece melhor que seu próprio morador?

As figuras abaixo retratam a diversidade dos espaços e alguns dos problemas de infraestrutura encontrados.



10 Ver MOURAD, Laila Nazem. O processo de gentrificação do Centro Antigo de Salvador 2000 a 2010. Tese de Doutorado (Programa de Pós Graduação de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia), 2019.



Imagens: Pesquisadores durante o campo do Projeto Qualidade do Ambiente Urbano de Salvador - QUALISalvador.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O êxito do trabalho de campo, além de viabilizar a produção dos dados da pesquisa, propiciou novas percepções da realidade dos bairros. Com a vivência e experiência, pode fomentar reflexões e debates que influenciaram nas análises preliminares e produção dos resultados parciais.

Durante a aplicação dos questionários, muitas pessoas ao verem o colete amarelo escrito UFBA, UEFS e UNEB, principalmente nos bairros populares, perguntavam aos pesquisadores se estávamos fazendo inscrição para universidade. Disso tiramos duas conclusões: 1) a população tem dúvida, não conhece as atuais formas de acesso à universidade, que ainda se trata de um espaço privilegiado (mas também de destaque social e produção de discursos) e 2) ela não está acostumada com a presença da universidade onde moram. Portanto, é de total importância que a universidade transborde para além das suas barreiras físicas e sociais.

Já que conforme Rodrigues (2012), é realmente preciso o encontro entre Estado e Sociedade

para que de facto o diálogo se instaure a as políticas e diagnósticos sobre as populações (na maioria das vezes deturpados e preconceituosos) deixe de vir de forma vertical, mas façam o caminho de intersecção e, em função disso, as várias identidades e manifestações culturais nas suas diferentes nuances (sejam elas de que lugar social forem) possam ser reconhecidas e legitimadas por toda a sociedade. (RODRIGUES, 2012)

Projetos de extensão e pesquisas, como a QUALISalvador, produzidos pelas Universidades Federais, pode ser considerado um exemplo dessa parceria. Para isso, como “a injustiça social contém no seu âmago a injustiça cognitiva” (SOUSA SANTOS, 2008, p. 56), é indispensável que os conhecimentos populares não sejam inferiorizados, a percepção da sociedade sobre ela mesma, seu habitar e seu habitat não seja desqualificada e as “cidades precárias” não sejam reduzidas à lugares socioeconomicamente pobres, já que elas também são lugares com identidade e cultura própria, afinal, o território mais que “um simples conjunto de objetos” é também um “dado simbólico” e ricos em valores (SANTOS, 2011). Portanto, “é necessário também admitir a manifestação e o embate de diferentes ideias de cultura na cidade” (SERPA, 2010, p. 30), e por sua vez, nas várias cidades que a compõem.



A valorização destas ideias alternativas de cultura poderia funcionar, sem sombra de dúvida, como uma eficiente estratégia de desconstrução do estigma e do preconceito em relação a grupos frágeis socioeconomicamente, mas, por outro lado, ricos e diversos no tocante ao capital cultural que dispõem e reproduzem em seu cotidiano. (SERPA, 2010, p. 32)

Além disso, como a atividade universitária com seu tripé - pesquisa, ensino e extensão - contribui para a formação dos indivíduos, o contato dos estudantes e pesquisadores com outras realidades poderá contribuir para um olhar mais humano e sensível às mesmas e são, justamente, esses estudantes e pesquisadores que serão os gestores sociais e administradores públicos do futuro.

## 7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CALDEIRA, Teresa. Enclaves fortificados: A nova segregação urbana. *Novos Estudos: CEBRAP* N.º 47, 1997 p. 155-176
- CARVALHO, Ianá M.; PEREIRA, Gilberto C. As “cidades” de Salvador. In: Carvalho, Ianá M.; PEREIRA, Gilberto C. (Org.) *Como anda Salvador?* 2ª ed. Salvador: EDUFBA, 2008.
- CASTRO, Alves. *Obras Completas de Castro Alves*. Afrânio Peixoto (Comp.). Francisco Alves: Rio de Janeiro, 1921.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988*.
- DIAS, Clímaco. *Práticas socioespaciais e processos de resistência na grande cidade: Relações de solidariedade nos bairros populares de Salvador*. Salvador, 2017. Disponível em <[https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/25600/1/Climaco\\_Cesar\\_Siqueira\\_Dias\\_Tese\\_Doutorado\\_Final.pdf](https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/25600/1/Climaco_Cesar_Siqueira_Dias_Tese_Doutorado_Final.pdf)> Acesso em dez. de 2019.
- ESPINHEIRA, Gey. Salvador: a cidade feia e desumana. *CADERNO CRH*, Salvador, v. 18, n. 44, p. 313-315. 2005. Disponível em < <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/2754/1/RCRH-2006-57.pdf>> Acesso em fev. de 2020.
- GUIMARÃES, Iracema. *Moradias, família e trabalho: as demandas urgentes na experiência popular*. In: LIMA, Paulo Costa et al (Org.). *Quem faz Salvador?* Salvador: UFBA, 2002.
- HARVEY, David. A liberdade das cidades. In: MARICATO, E; et al. *Cidades Rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2013. p. 64-84. Disponível em <<https://joaocamillopenna.files.wordpress.com/2015/11/david-harvey-cidades-rebeldes.pdf>> Acesso em jan de 2020.
- HARVEY, David. *Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*. São Paulo: Martins Fontes – Selo Martins, 2014.
- RODRIGUES, Noélia. Boaventura de Sousa Santos. Políticas para quem?. *Revista Angolana de Sociologia* [Online], 10 | 2012, posto online no dia 20 novembro 2013. Acesso em 16 dezembro 2019. URL : <https://journals.openedition.org/ras/297>

ROLNIK, Raquel. O que é cidade. São Paulo: Brasiliense, 1988.

SANTOS, Boaventura de Sousa. A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade. Coimbra, 2008. Disponível em <<https://www.ces.uc.pt/bss/documentos/auniversidade-dosecXXI.pdf>> Acesso em 05 de Janeiro de 2020.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social. São Paulo: Boitempo, 2007.

SANTOS, Milton. As Cidades Mutiladas. In: CARDOSO, Ruth et al (Org.). O Preconceito. Julio Lerner editor. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1996/1997.

SANTOS, Milton. Por uma outra globalização. São Paulo: Record, 2000. SANTOS, Milton. O espaço da cidadania e outras reflexões / Milton Santos;

organizado por Elisiane da Silva; Gervásio Rodrigo Neves; Liana Bach Martins. – Porto Alegre: Fundação Ulysses Guimarães, 2011. (Coleção O Pensamento Político Brasileiro; v.3).

SERPA, Angelo. Margens de Salvador: a Produção do Espaço Periférico Metropolitano. In: LIMA, Paulo Costa et al (Org.). Quem faz Salvador? Salvador: UFBA, 2002.

SERPA, Angelo. A Cidade como Fenômeno Cultural: apontamentos para uma abordagem geográfica. In: RUBIM, Canelas Antonio Albino; ROCHA, Renata (Orgs.). Políticas Culturais para as Cidades. Salvador : EDUFBA, 2010. (Coleção Cult). p. 29 - 32

SOUZA, Angela Godilho. As cidades na cidade. In: LIMA, Paulo Costa et al (Org.). Quem faz Salvador? Salvador: UFBA, 2002. Um encontro [Gilberto Gil entrevista Milton Santos]. São Paulo, 01 de setembro de 1996. Disponível em <http://www.gilbertogil.com.br/santos/entrevis.htm>> Acesso em 06 de Fevereiro de 2019.









Extensão universitária e participação social: a experiência do Laboratório de Economia Social e Solidária em Balneário Camboriú

*University extension and social participation: the experience of the Social and Solidarity Economy Laboratory in Balneário Camboriú*

Pompilio Locks

Professor do Departamento de Governança Pública da Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc).

E-mail: <pompilio.locksfilho@udesc.br>

Danilo Melo

Professor do Departamento de Governança Pública da Udesc.

E-mail: <danilo.melo@udesc.br>

Vanêssa Pereira Simon

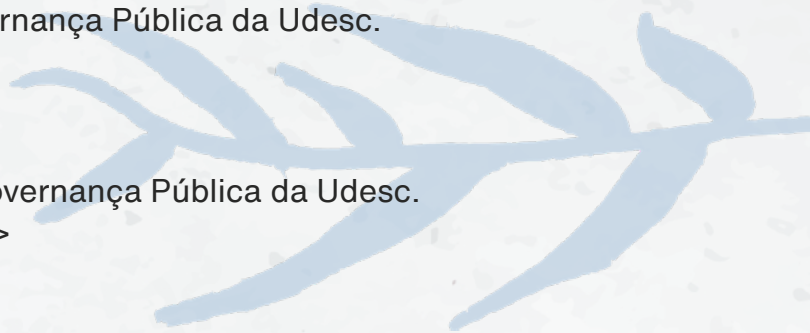
Professora do Departamento de Governança Pública da Udesc.

E-mail: <vanessa.simon@udesc.br>

Luiz Filipe Goldfeder Reinecke

Professor do Departamento de Governança Pública da Udesc.

E-mail: <luiz.reinecke@udesc.br>



## RESUMO

O presente trabalho resulta da reflexão sobre a atuação do Laboratório de Aprendizagem em Economia Solidária (LabEcoSol - UDESC), programa de extensão criado em 2016 com o objetivo de fortalecer e promover a economia solidária no município de Balneário Camboriú. Na trajetória recente do movimento na cidade, além dos Empreendimentos Econômico Solidários (EES) já existentes e do Fórum Municipal de Economia Solidária criado em 2010, foram criados, em 2016, a Lei Municipal de Economia Solidária e, em 2018, o Conselho Municipal de Economia Solidária (CMES). O objetivo deste trabalho é contribuir com a reflexão sobre a atuação do programa de extensão LabEcosol no fomento da economia solidária em Balneário Camboriú, sobretudo compreendendo as interrelações entre extensão universitária, movimentos sociais e participação social, na implementação da política pública de economia solidária. A partir deste relato de experiência, com base em levantamentos realizados pelo grupo e pela observação participante ao longo dos últimos anos nos espaços locais de construção da política pública, apontamos para a dificuldade de aprofundar os espaços de produção de conhecimento em interação com os movimentos sociais locais, apresentando como desafios a inteligibilidade e a simetria.

**Palavras-chave:** economia solidária – extensão universitária – participação social – conselhos municipais – política pública

## ABSTRACT

The present work results from the reflection on the performance of the Learning Laboratory in Solidarity Economy (LabEcoSol - UDESC), an extension program created in 2016 with the objective of strengthening and promoting the solidary economy in the municipality of Balneário Camboriú. In the recent trajectory of the movement in the city, in addition to the existing Solidarity Economic Enterprises and the Municipal Forum of Solidarity Economy created in 2010, in 2016, the Municipal Solidarity Economy Law was created and, in 2018, the Municipal Solidarity Economy Council (CMES). The objective of this work is to contribute to the reflection on the performance of the LabEcosol extension program in the promotion of the solidarity economy in Balneário Camboriú, especially understanding the interrelationships between university extension, social movements, and social participation, in the implementation of the public policy of solidarity economy. From this experience reported, based on surveys carried out by the group and by participant observation over the last few years in the local spaces for the construction of public policy, we point out the difficulty of deepening the spaces to produce knowledge in interaction with social movements. presenting challenges such as intelligibility and symmetry.

**Keywords:** solidarity economy - university extension - social participation - city councils - public policy



# 1. INTRODUÇÃO

O Laboratório de Aprendizagem em Economia Social e Solidária (LabEcoSol) é um programa de Extensão Universitária desenvolvido no Centro de Educação Superior da Foz do Itajaí (CESFI), na Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), com atuação em Balneário Camboriú e região. Criado a partir das demandas de grupos locais por apoio, o Laboratório de extensão tem por objetivo o fortalecimento e a promoção da economia solidária e do desenvolvimento sustentável, em paralelo com a construção de um referencial teórico-metodológico para processos de formação e pesquisa.

Um dos seus principais eixos de atuação é a formação de multiplicadores, docentes e discentes, técnicos e integrantes dos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES)<sup>1</sup>, por meio de oficinas e palestras com base em metodologias participativas, permeadas pelos princípios de autonomia e cooperação. Nesse sentido, em seus cinco anos de atuação, o grupo desenvolveu mais de 20 atividades internas e externas à comunidade acadêmica e atingiu aproximadamente 500 pessoas.

Além das formações, membros do Laboratório também acompanham, na qualidade de representantes de instituições de ensino superior, o Fórum Municipal de Economia Solidária de Balneário Camboriú (EcoSol-BC) e o Conselho Municipal de Economia Solidária (CMES). A criação do Conselho foi resultante de um processo de articulação iniciado em maio de 2016 com a aprovação da Lei Municipal de Fomento à Economia Solidária de Balneário Camboriú (Lei 3939/2016) e que, posteriormente, culminou nas audiências públicas para a instituição do CMES (Decreto 8678/2017).

No curso dessa experiência é importante refletir sobre a construção de diferentes espaços e relações da extensão universitária ao integrar o movimento. Nos espaços institucionais, os membros do programa de extensão secretariavam reuniões do Fórum, representavam a universidade no Conselho Municipal, além de atuarem no levantamento das demandas e de suporte. Dito de outro modo, nessa interação, por vezes, estamos dentro do movimento e outras vezes ao lado, algumas vezes estamos atuando em conjunto e outras vezes produzindo relatórios e pareceres técnicos. Sem uma distinção entre uma atuação técnica ou política, dicotomia que consideramos necessário superar, e passados cinco anos de atuação no fomento e apoio do/ao movimento, da aprovação da Lei e do início do funcionamento do Conselho, é importante sistematizar e refletir sobre os avanços e os desafios da atuação do LabEcoSol, aproximando temas como extensão universitária e economia solidária em seus espaços de participação e interação.

Tendo em vista as interrelações temáticas e os estudos anteriores em que apresentamos em perspectiva histórica o Laboratório, destacando os atores e processos na trajetória do movimento (PACHECO et al., 2020), e o processo de institucionalização do Conselho de Economia Solidária no Município (REINECKE et al., 2020), nosso objetivo aqui é analisar o papel desempenhado pelo laboratório de extensão LabEcoSol nos diferentes espaços do movimento de economia solidária em Balneário Camboriú. Problematizar e refletir sobre a interação e participação do Laboratório, logo da extensão com os movimentos sociais locais, permite avançar a agenda de pesquisa e de ação, no suporte, apresentando alguns dos desafios e limites nesse processo.

---

<sup>1</sup> Embora seja importante salientar as diversas controvérsias em torno das organizações que se abrigam no conceito de economia solidária, ao longo desse capítulo utilizaremos o termo empreendimentos econômicos solidários (EES).

## 2. METODOLOGIA

Nossa pesquisa é qualitativa (BAUER; GASKELL, 2002; GIBBS, 2009) com enfoque em uma compreensão apurada dos processos históricos e sociais escolhidos (TILLY, 2002). Buscamos refletir sobre as interações entre o movimento de economia solidária de Balneário Camboriú, o conselho e o Laboratório de extensão a partir de levantamento bibliográfico sobre as temáticas centrais e as observações realizadas pelos coordenadores do Laboratório. Utilizamos análise documental de dados primários e secundários, como legislações referentes à economia solidária no município, notícias de jornais, atas do fórum e do conselho municipal<sup>2</sup>, além dos relatórios sobre o movimento realizado pelo LabEcoSol em 2017 e 2020 - e observação participante dos professores-pesquisadores membros do Projeto de Extensão, nos anos de 2018 e 2019.

Cabe destacar que os relatórios mencionados neste trabalho foram baseados em dois questionários semiestruturados, aplicados em 2017 e 2019, com os empreendimentos da cidade e centrado nas características organizacionais dos grupos e em suas percepções sobre o conselho e as políticas públicas de economia solidária no município<sup>3</sup>. Como um dos pilares do LabEcosol é a sistematização das experiências da economia solidária no município, utilizamos neste trabalho um conjunto amplo de dados que foram coletados e produzidos desde a criação do Laboratório.

Em consonância com os objetivos propostos, as análises buscaram verificar como os participantes do movimento percebiam o atual estado da economia solidária em Balneário Camboriú e as relações com o conselho e, também, em relação às políticas públicas (in)existentes. As observações realizadas ao longo dos anos pelos professores, seja no Conselho, seja em reuniões do Fórum, seja nas oficinas promovidas pelo Laboratório de extensão, também serviram como material de análise para as interações apresentadas nesse trabalho. Por meio dessas triangulações, procuramos realizar uma primeira reflexão sobre o papel desempenhado pelo projeto de extensão LabEcosol nos diferentes espaços do movimento de economia solidária em Balneário Camboriú. Com isso, esperamos compreender melhor as ações do Laboratório no território em que está inserido, identificando suas potencialidades enquanto apoiador, promotor e articulador do movimento da economia solidária.

## 3. DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA A ECONOMIA SOLIDÁRIA

Entendemos extensão universitária como um elemento que compõe o tripé da universidade articulado com o ensino e com a pesquisa de maneira indissociável, num processo educativo e científico que visa a construção de uma relação renovadora entre universidade e sociedade (FORPROEX, 1987). Dos três pilares, foi o último a surgir, possui uma natureza inerentemente interdisciplinar, direcionada a demandas de um público mais amplo, variado e difuso, aspectos que fazem com que seja mal compreendida e incorporada pelas universidades (PAULA, 2013).

<sup>2</sup> As 21 atas do CMES estão disponíveis em: <https://www.bc.sc.gov.br/conteudo.cfm?caminho=conselho-municipal-da-economia-solidaria-cmes>. Acesso em 16/04/2020.

<sup>3</sup> As questões foram construídas a partir de uma adaptação do projeto SIES (2013), disponível em: <http://sies.ecosol.org.br/>. Acesso em: 28/11/2019.



Os princípios que regem a extensão atualmente são: i) a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; ii) a interação dialógica com a sociedade; iii) a inter e a transdisciplinaridade como princípios organizadores das ações de extensão; iv) a busca do maior impacto e da maior eficácia social das ações; i) a afirmação dos compromissos éticos e sociais da universidade (PAULA, 2013, p. 21).

A extensão é a maneira de a Universidade interagir com a comunidade na qual está inserida num fluxo contínuo entre ela e os diversos setores da sociedade. Essa atuação não pode ser entendida como um assistencialismo, mas sim, como um processo dialógico em que há uma troca entre os “saberes” da comunidade e os “saberes” da universidade.

Para Paula (2013, p. 6),

a extensão universitária é o que permanente e sistematicamente convoca a universidade para o aprofundamento de seu papel como instituição comprometida com a transformação social, que aproxima a produção e a transmissão de conhecimento de seus efetivos destinatários, cuidando de corrigir, nesse processo, as interdições e bloqueios, que fazem com que seja assimétrica e desigual a apropriação social do conhecimento, das ciências, das tecnologias.

Assim, há um fortalecimento da relação universidade/sociedade ao socializar o conhecimento construído no ambiente universitário por meio de projetos elaborados que priorizam a superação das condições de desigualdade e de exclusão presentes nas comunidades participantes, ou seja, atua como instrumento de democratização, redução de desigualdades por meio da ecologia de saberes (RAYS, 2003; SANTOS, 2004; NUNES, SILVA, 2011).

Nunes e Silva (2011, p. 123) afirmam que a extensão universitária se fundamenta em um processo “educativo, cultural e científico” para viabilizar a relação entre universidade e sociedade, sendo a universidade entendida como um espaço de conceber e de repensar o conhecimento e, portanto, de alteração social para fora dos “muros acadêmicos”. Com isso, a universidade vai além de ser um “laboratório, um objeto de estudo ou campo de pesquisa”, mas, passa a ser uma instituição que contempla as pessoas com suas reivindicações, saberes, necessidades, tanto dentro como fora da universidade.

Paula (2013) corrobora esse pensamento ao afirmar que a universidade deve reconhecer a diversidade da sociedade como sujeito de direitos e deveres e como possuidora de valores e culturas tão relevantes quanto aqueles provenientes do saber erudito. Por isso, uma característica basilar da extensão é a de consolidar uma relação entre o conhecimento científico e tecnológico construído na universidade com o conhecimento das comunidades tradicionais, para promover uma interação dialógica, diversa, promotora de uma emancipação dos sujeitos envolvidos.

Ao se pensar na indissociabilidade entre pesquisa, ensino e extensão, esta última torna-se tanto um celeiro de oportunidades para a realização de pesquisas em relação aos anseios e necessidades da sociedade, como um espaço para a aplicação de teorias do ensino ao levar os conhecimentos produzidos pela universidade, numa democratização do conhecimento, numa troca sistêmica de saberes. Isso novamente reforça o caráter dialógico da extensão, ou seja, a universidade transforma a sociedade levando seus conhecimentos construídos e é transformada por ela ao atender suas demandas, aprendendo com ela, tendo uma “atuação privilegiada [que] por esse relacionamento possibilita a formação de pessoas emancipadas, comprometidas com comunidade a que pertencem e com a sociedade em geral” (NUNES, SILVA, 2011, p. 126, PAULA, 2013, SERRANO, 2013).

Seguindo nesse raciocínio da indissociabilidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão no fazer acadêmico, a aproximação entre ensino e extensão possibilita uma alteração do processo pedagógico ao permitir que alunos e professores participem do ato de aprender, ou seja, democratiza o saber acadêmico quando ele é compartilhado com a comunidade e esse saber retorna à universidade reelaborado a partir do vivenciado em conjunto com a comunidade. Há uma expansão da sala de aula tradicional, com um deslocamento das teorias para um espaço que contempla a própria universidade e o que está fora dela, onde se realiza um repensar histórico e social. É um espaço planejado para a promoção de práticas que integrem as várias áreas do conhecimento necessitando que sejam articulados os diversos sujeitos de maneira a promover a interdisciplinaridade, o que também favorece o desenvolvimento de uma maior conscientização promovendo a formação de sujeitos ativos na mudança, que se coloquem numa perspectiva mais ativa e crítica, participando ativamente de uma transformação social. Em aproximação com a pesquisa, a extensão poderia ser entendida como um laboratório evidente em que as necessidades das pesquisas acadêmicas são concebidas em relação às necessidades percebidas no seio da comunidade, ou seja, a pesquisa como uma sistemática procura por respostas às questões levantadas pela sociedade e apreendidas pelo processo de extensão. Assim, essa troca entre os saberes acadêmicos e os populares de maneira sistematizada produz um conhecimento fruto do entendimento da realidade local, de maneira a democratizar o conhecimento acadêmico e uma participação efetiva da comunidade na universidade, o que promove, por meio da interdisciplinaridade, uma percepção ampla e integrada da realidade social (NUNES, SILVA, 2011; CASTRO, 2004; SERRANO, 2013; SANTOS, CRUZ, 2008).

Melo Neto (2002) acrescenta que ao desenvolverem um trabalho conjunto, universidade e comunidade trazem as tensões de seus integrantes para a ação e com isso, procuram por objetos de pesquisa de maneira a construir um novo conhecimento ou reformularem os conceitos existentes, o que torna esses objetos de pesquisa materiais para outro alicerce da universidade – o ensino. Para a comunidade, ao se devolver os resultados do trabalho desenvolvido promoverá novos saberes ou saberes reexaminados que poderão ser utilizados pela comunidade em ações emancipatórias. E aqui a extensão se aproxima dos princípios da economia solidária e para isso, é necessário revisar um pouco do que está implícito nesse conceito.

O segundo mapeamento nacional da Economia Solidária apontou a existência de quase 20 mil EES no ano de 2013, sendo 11.823 associações, 6.018 grupos informais e 1.740 cooperativas<sup>4</sup>. Dedicados, em sua maioria, a produção de bens e serviços, envolvem atividades como o artesanato, a agricultura familiar, a reciclagem e as finanças solidárias, por exemplo. Como são inúmeras e diversificadas as práticas e perspectivas teóricas associadas ao fenômeno, em artigo recente centrado na definição do conceito, Gaiger, Veronese e Ferrarini (2018) sugerem uma abordagem gradualista, baseado em três critérios articulados, a atividade econômica, o compromisso social e a gestão democrática.

A economia solidária une um espírito empreendedor com um espírito solidário, justamente porque a atividade econômica é feita de forma autogerida por pessoas, em sua maioria, em situação de vulnerabilidade social<sup>5</sup>. Como, idealmente, se baseia em vínculos não hierárquicos serve também como crítica à ciência econômica e sua visão unidimensional da empresa capitalista e do mercado. Segundo Gaiger, Veronese e Ferrarini (2018, p. 138)

De parte dos promotores da economia solidária, e graças a uma convergência notória e singular no caso brasileiro, o recurso tem sido apoiar-se em uma definição política comum de EES para fins de demarcá-los das formas subordinadas ou capitalistas de economia e de enfatizar o sentido alternativo e transformador da economia solidária.

4 Disponível em: <http://sies.ecosol.org.br/>. Acesso em 27/04/2020.

5 Diferem, neste sentido, de ONGS porque estas são organizações geridas por terceiros que prestam serviços aos consumidores, baseadas no voluntariado, nem sempre visam a atividade econômica e porque a gestão democrática é variável, enquanto na economia solidária são os próprios vulneráveis que administram e tocam o EES.



A partir disso, entende-se que a economia solidária se desenvolve numa lógica própria e distinta, tanto do mercado, ao adotar formas mais comunitárias de propriedade, quanto do Estado, ao não prever formas de propriedade institucional. Surge como uma inovação na sociedade civil latino-americana na medida em que procura articular os setores social, político e econômico visando a auto-organização das camadas da população que se encontram fora do mercado. A proximidade, a busca por equidade, a autogestão e a não aceitação da lógica instrumental promovem práticas econômicas com princípios não utilitaristas, que contêm sociabilidades complexas e que têm permitido a sobrevivência de amplos segmentos sociais (GAIGER, 2009).

Simultaneamente, a dimensão do lucro nos empreendimentos permite a sustentabilidade e viabilidade dessas práticas ao longo do tempo (LISBOA, 2009). Essa é a originalidade da economia solidária: estar no mercado sem se comprometer estritamente com a persecução ao lucro, atuando por meio de princípios mais amplos, como o respeito ao meio ambiente, o preço justo e a cooperação. Costa e Carrion (2009) afirmam que a economia solidária ainda pode não ser numericamente representativa, mas apresenta práticas inovadoras do ponto de vista qualitativo e ético. Trata-se, portanto, de uma economia híbrida e plural (LAVILLE, 2006) que merece ser pesquisada em suas diferentes manifestações.

Um aspecto relevante da economia solidária é atuação dos seus participantes que trabalham normalmente num sistema de cooperação, numa lógica de reciprocidade, com formas comunitárias de propriedade em que a autogestão é a forma de coordenar o empreendimento e com isso, todos participam do processo decisório (LAVILLE, 2006; GAIGER, 2009).

Gattai e Bernardes (2013, p. 58) afirmam que os partícipes, ao trabalharem juntos em prol de um objetivo comum e, conseqüentemente tomando decisões coletivas para administrar essa atividade, sofrem diversas mudanças “comportamentais, cognitivas, sociais ou culturais”.

E nesse ponto a Universidade pode se tornar um agente catalisador dessas mudanças por meio da extensão ao desempenhar um papel significativo na mobilização e empoderamento dos grupos ao aproximar os saberes acadêmicos dos saberes populares e, numa postura dialógica, atuar com os grupos em favor de um projeto de interesse dos envolvidos na economia solidária.

Essa postura de extensão dialógica e participativa é um desafio em diversos graus. Ao entender que a configuração da economia solidária conta com diferentes atores sociais como os movimentos sociais, as organizações de apoio estatais e religiosas, as organizações não-governamentais e, também as universidades, a extensão universitária tem um papel importante nesse contexto ao agregar alguns fatores fundamentais para o desenvolvimento da economia solidária (COSTA, 2013, p. 26):

- a) o comprometimento social e comunitário implícito na missão da Universidade brasileira.
- b) o potencial de desenvolvimento tecnológico e metodológico adequados ao fomento e apoio aos empreendimentos econômicos solidários por meio da ação integrada entre extensão e pesquisa.
- c) a função de formação de profissionais preparados para atuarem com a temática da economia solidária, compreendendo suas especificidades e contribuindo para seu fortalecimento no país.

Percebe-se com isso, a proximidade possível de atuação entre os temas extensão universitária e economia solidária. Ao se resgatar os princípios da extensão expostos anteriormente por Paula (2013), essa aproximação fica bem visível, pois a economia solidária por suas características é um terreno fértil para trabalhar temas relevantes para o ensino, a pesquisa e a extensão, preservando a indissociabilidade destes. Além disso, a economia solidária congrega realidades e atores muitos diversos, e conseqüentemente as demandas

que surgem requerem propostas que contemplem várias áreas da universidade, bem como diversos níveis de atuação, assegurando o caráter interdisciplinar da extensão e, com essa perspectiva, a possibilidade de assegurar uma eficácia social das ações da extensão mais alinhada aos propósitos dos envolvidos.

Além disso, como afirmam Nunes e Silva (2011), a universidade ao se aproximar via extensão do movimento de economia solidária passa a contemplar em seu arcabouço outros saberes, reivindicações e necessidades para além dos tradicionalmente contemplados. Assim, consolida uma relação entre o conhecimento científico característico das universidades com o conhecimento das comunidades tradicionais contemplados na economia solidária, numa interação dialógica, aqui apresentada repetidas vezes, com o objetivo de promover uma maior autonomia dos envolvidos em ambos os aspectos. Desta maneira, reafirma a percepção de que a universidade, ao se aproximar de outras realidades, transforma a comunidade e é transformada por ela (CASTRO, 2004; SANTOS, CRUZ, 2008).

A partir dessa interação entre extensão universitária e economia solidária é possível promover uma maior articulação e comunicação entre espaços sociais distintos e, desse modo, uma conscientização e formação de sujeitos mais preocupados com uma mudança social, desenvolvendo ou aprimorando uma consciência crítica, numa postura mais ativa. Com isso, há uma maior democratização do conhecimento acadêmico e uma presença mais efetiva da comunidade na universidade, reassegurando, novamente por meio da interdisciplinaridade, uma apreensão mais vasta e interligada da realidade social na qual ambas estão inseridas. Nesse sentido, refletir sobre experiências particulares nos territórios e aprofundar na compreensão dessas relações entre os movimentos e as aproximações possíveis, faz-se necessário para avançar a agenda.

Sobretudo, é necessário consolidar o espaço da economia solidária, entendida como uma outra maneira de perceber a economia, no ambiente acadêmico e isso somente será viável quando o conhecimento produzido por meio da aproximação entre os programas de extensão e a economia solidária for socializado e apreendido por diversas áreas do conhecimento (SANTOS, CRUZ, 2008). Daí a importância de a extensão universitária como uma prática, uma cultura das universidades na realização de ações que proporcionam a autonomia dos envolvidos (PAULA, 2013).

Na próxima seção, apresentamos um resgate das práticas do Laboratório em interação com o movimento de economia solidária em Balneário Camboriú e com atores do Conselho, a partir da reflexão dos pesquisadores do LabEcoSol, fazendo avançar as discussões já empreendidas pelo grupo em outras produções (PACHECO et al, 2020; REINECKE et al., 2020), agregando materiais coletados e produzidos ao longo desses anos.

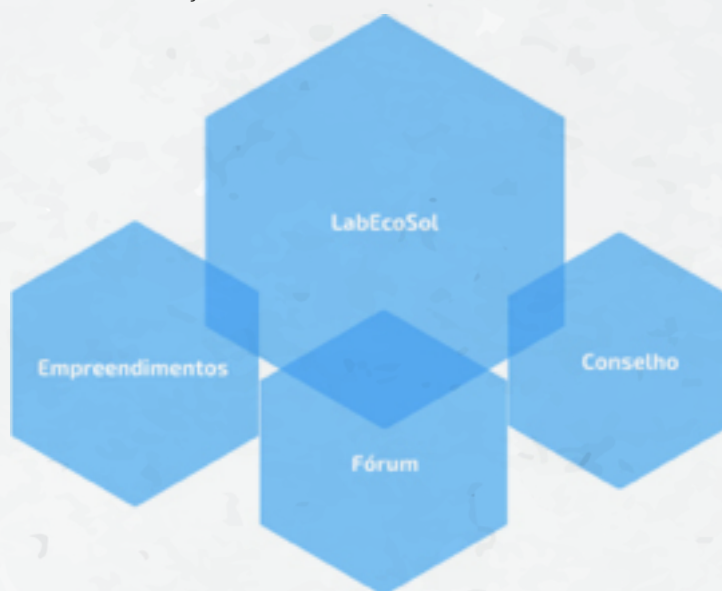
## 4. ANÁLISES

Nesta seção, organizamos os relatos analíticos em três seções, que tratam dos espaços de interação: i) nas oficinas e cursos aos empreendimentos e membros; ii) nos fóruns; iii) no conselho municipal. Essa sistematização possibilita avançar nas reflexões sobre que espaços são ocupados e como são ocupados. Essas análises iniciais, destacamos, fazem parte de uma reflexão sobre as relações estabelecidas na atuação do Laboratório de extensão com o movimento de economia solidária. Nesse sentido, concentram-se nos relatos e percepções em torno dos espaços e interfaces de atuação. Na Figura 01, apresentamos as relações em que nos concentraremos: laboratório-EES; laboratório-fórum; laboratório- conselho. Ainda que esses espaços se sobreponham e dialoguem entre si, buscamos sistematizar dessa maneira para poder analisar, com mais detalhes, as nuances das relações com os atores. A relação ocorre em diferentes espaços, com diferentes suportes institucionais e aspectos históricos, com objetivos que se aproximam e se afastam, por vezes. Ao



sistematizar o relato da experiência em três dimensões procuramos, sobretudo, identificar as relações que são produzidas e os desafios nesse processo.

**Figura 01:** Espaços e interfaces de atuação



Fonte: elaborado pelos autores.

## 4.1. RELAÇÕES COM ATORES E PARTICIPAÇÃO SOCIAL: LABORATÓRIO E EMPREENDIMENTOS

Nesta seção nos concentramos nas relações do LabEcosol com atores dos empreendimentos econômico solidários. Essa relação acontece em todos os espaços da Figura 01, mas aqui nos interessa uma compreensão específica: quando a relação não está intermediada por um dispositivo de deliberação na esfera pública. Ou seja, ainda que nossa categorização sobreponha atores, aqui o que procuramos explorar e compreender da relação com os empreendimentos, que também atuam no Fórum e têm cadeira no Conselho, está relacionada a relação direta entre os atores do Laboratório e dos Empreendimentos, no processo de formação, de suporte e de apoio.

Importante entender um pouco sobre o cenário da economia solidária no município por meio dos dados do mapeamento realizado em 2020 pelo LabEcosol. O mapeamento foi composto por 07 empreendimentos, como o primeiro de 2017, sendo que apenas 04 empreendimentos participaram do mapeamento anterior, constituindo-se predominantemente urbanos e totalizando 135 associados, majoritariamente compostos por mulheres (87%). Produção, comercialização de produtos ecológicos ou orgânicos (43%); motivação social, filantrópica, religiosa ou desenvolvimento comunitário (43%) dividem o primeiro lugar, dentre as motivações de criação dos EES. Seguindo nessa linha, 100% dos empreendimentos afirmam ter a principal atividade econômica a produção/comercialização e, conseqüentemente, a venda é apontada, por todos os EES, como a principal destinação dos produtos, sendo destinada ao consumidor – o que mostra a ausência de um atravessador, corroborando os princípios da economia solidária de oferta e demanda caminharem juntas. Um importante destaque do mapeamento é com relação ao apoio e assessoramento aos empreendimentos. Todos os empreendimentos afirmaram ter recebido apoio em algum momento de sua existência, sendo que uma das principais entidades destacadas foram as universidades da região (71%): Univali (que possui uma ITCP) e a Udesc (por meio do LabEcosol).

Isso reforça um dos objetivos centrais do Laboratório: formação e suporte. Com isso, os extensionistas relacionam-se com os membros do movimento, assim como interessados em adentrar, recebendo na universidade ou visitando os espaços de produção e comercialização. As representações sobre qual seria o papel da universidade, dos professores, dos empreendimentos e dos novos entrantes é o que nos interessa problematizar aqui, à luz da extensão e da participação social.

A interação com os membros do movimento é plural, no sentido que existem atores há mais tempo no movimento, assim como interessados em conhecer os princípios da economia solidária e artesãos que procuram pelas formações para que possam se aprofundar na temática e, também, comercializar nos espaços locais destinados à economia solidária. Um dos professores que coordena o projeto atua no movimento antes mesmo da criação do Laboratório de Extensão e essa historicidade contribui para a construção de laços com os membros. Por outro lado, um dos fatores com os quais atentamos na integração de novos membros é criar um espaço acolhedor.

As formações são conduzidas por professores e pelos bolsistas do Laboratório de extensão. Procuramos, nesse espaço, aproximar os atores numa co-construção do conhecimento em torno dos princípios e desafios da economia solidária. Por isso, as oficinas são participativas e com dinâmicas que incentivem à horizontalidade. Além da exposição temática, os atores participam com suas reflexões, exemplos, com suas experiências e apresentam os desafios que enfrentam cotidianamente ao vivenciar a economia solidária. Mais que isso, são convidados a colaborar com as temáticas, seja para levantar os tópicos ou formatos das futuras oficinas.

Nessa relação percebemos o desafio de ultrapassar a relação professor-aluno tradicional, entre aquele que detém ou não o conhecimento. Um dos desafios, no entanto, concentra-se em debater temáticas não hegemônicas com clareza, frente às noções arraigadas no imaginário quanto ao resultado, ao empreendedorismo, ao individualismo. Explorar o espaço de aprendizagem para além da exposição, mas com oficinas em que são sensibilizados aos sentidos e significados dos princípios em questão nos parece essencial, sobretudo com periodicidade e regularidade nesse processo. Algumas vezes tivemos o desconforto com exemplos trazidos do espaço produtivo tradicional, do mundo empresarial, e, nesse sentido, refletíamos sobre o papel do Laboratório em identificar os desafios da formação e do próprio espaço emulado das formações.

Além das formações, as visitas aos empreendimentos para identificar os desafios, ao acolher as demandas e realizar os levantamentos técnicos, apontam para a importância de, além de atuar na formação conceitual, co-construir e compartilhar ferramentas de gestão relacionadas à produção em um outro modelo. Nos levantamentos que fazíamos sobre os temas para oficinas identificávamos temas como: precificação, vendas online, mídias e redes sociais. Isso evidenciou um desafio na condução dos empreendimentos, que, por vezes, buscavam saídas nos cursos tradicionais de ferramentas para empresas em organizações que formam micro e pequenos empreendedores. Nesse sentido, identificamos a potencialidade da integração com disciplinas relacionadas à gestão de organizações do terceiro setor para apoiar as organizações, como casos a serem diagnosticados e com implantação de ferramentas de gestão atentas à dimensão pública e solidária de uma nova economia.

Nessa relação com os empreendimentos, portanto, a construção compartilhada dos caminhos a serem seguidos, de uma escuta ativa e que incentive a participação, criando um espaço acolhedor na formação política e para participação centram-se como os principais desafios. Dito de outro modo, nas formações e mapeamentos, por vezes, demandavam as respostas prontas dosicineiros e professores e o grande desafio era abrir as questões para solução compartilhada, atentando-se aos princípios que norteiam a economia solidária e a extensão universitária.



## 4.2. OS ESPAÇOS DE DELIBERAÇÃO: FÓRUM

Na criação do Laboratório, uma das principais expectativas com relação à Universidade era a mobilização dos empreendimentos locais e a reativação do Fórum. Esse esforço de mobilizar os membros, articular e trazer atores que se afastaram, passou a ser um dos incentivos do grupo. Além dessa coordenação com as lideranças, outro desafio consistia em trazer novos membros, ampliando e construindo espaço para novas lideranças. A continuidade das mesmas lideranças parecia enfraquecer o movimento, não apenas pelas relações sociais, mas sobretudo, pela perspectiva de que os novos membros não tinham as habilidades sociais e técnicas que as lideranças atuais possuíam. Esse elemento se refletia na condução das reuniões, em que alguns membros detinham a palavra maior parte do tempo formal da reunião.

No primeiro ano as reuniões aconteciam no espaço da Universidade, no centro da cidade. A adesão era alta, mas a participação era baixa. A agenda que unia os atores integrava o resgate do movimento e a inclusão de um novo ator, em um novo espaço que poderia oxigenar as demandas e trazer soluções aos antigos desafios de ampliação dos espaços de comercialização e da institucionalização do movimento perante o poder público local. Ou seja, ainda que as reuniões mantivessem quórum, eram poucos os atores que dialogavam e detinham a palavra na reunião, ainda que técnicas de condução de reuniões mais participativas fossem utilizadas. Nesse sentido, esses fatores, que eram considerados críticos para os coordenadores do Laboratório, não pareciam ser as demandas centrais do movimento. Essa reflexão apontava para a necessidade de conduzir oficinas e formações em que essas questões fossem pauta, mais do que a implantação de um bastão da fala de modo unilateral pela extensão universitária. Naquele momento, entendíamos que a própria escolha dos instrumentos, dos caminhos que seguiriam as lideranças, dependiam da construção coletiva quando vislumbravam os desafios que identificavam nas próprias formações. Nas reuniões também recebíamos atores do poder público e as demandas concentravam-se, naquele momento, nos caminhos para a aprovação da lei.

Percebe-se, sobretudo, que os desafios à participação nesses espaços relacionam-se a aspectos ordinários, como os horários e locais das formações, quanto comportamentais dos participantes, como timidez. Nas reflexões dos extensionistas apresentava-se sempre a necessidade de respeitar o tempo dos empreendimentos, entendendo os limites enquanto um dos participantes do movimento. As expectativas dos professores e bolsistas, na condução das reuniões, precisavam estar alinhadas às dos membros. Essa relação com a universidade não poderia ser de dependência para condução da agenda, das pautas e dos modos de organizar. Ocupar esse espaço com atenção e respeito às demandas que eram próprias do movimento, das reuniões que alongavam temáticas que pareciam já ter sido superadas e esgotadas, eram temas de problematização e aprendizagem dos próprios coordenadores do Laboratório. Era preciso convidar os participantes a apresentarem suas experiências e criar um espaço acolhedor para a participação, mas respeitando também o silenciamento, procurando seus significados. Para muitos deles era a primeira vez que entravam em uma Universidade pública, e com o tempo, ambientavam-se e apropriavam-se desse espaço. Em outros momentos, identificávamos que os conhecimentos técnicos e políticos de algumas lideranças tradicionais, seja por acesso ao executivo ou legislativo ou das habilidades com a burocracia e as técnicas organizacionais, inibia a participação dos que estavam iniciando no movimento.

Desse modo, para criar um ambiente mais acolhedor e em que os membros dos empreendimentos percebessem a universidade não como o espaço de uma relação tradicional de ensino-aprendizagem, a condução das reuniões contava com a ampla participação de bolsistas e realização de cafés. Com isso, os professores estavam ao lado dos membros e se espalhavam no meio deles e nesse processo ficavam atento às expressões para trazer os atores posteriormente à participação. Além disso, com os cafés, o ambiente tornava-se mais acolhedor e acessível.

Além das questões que nos atravessaram, das expectativas em torno da coordenação da universidade e do conhecimento que viria dela, procurávamos criar um espaço de compartilhamento, de estar à mesa juntos, de participação e de respeito ao tempo e espaço individual no processo de participação. Com a aprovação do projeto de lei em questão e a institucionalização do conselho, no entanto, os atores passam a se concentrar na consolidação da agenda mais próxima do poder público e identificamos um esvaziamento do Fórum, com dificuldade de articulação dos membros, que, por vezes, sentiam que, com a criação do conselho, o projeto do Fórum estava realizado. Respeitando os espaços e as agendas dos empreendimentos, mas sendo parte do movimento, alertávamos sobre a importância da regularidade das reuniões para que os temas fossem discutidos entre os empreendimentos no Fórum, para que houvesse coesão e interlocução, já que o movimento não se limita à representação no Conselho. Também identificamos os fatores operacionais, o espaço e os horários, como elementos que dificultaram a ampla participação dos membros.

Em certa medida, as dificuldades enfrentadas no passado na aprovação da Lei de Economia Solidária desmobilizaram o movimento, e agora a sua aprovação. Amadurecer a compreensão sobre esse fenômeno com os próprios atores do movimento é um dos caminhos para o Laboratório para que haja aprendizagem e reflexão em torno do próprio sentido do Fórum e do Conselho.

### 4.3. ATUAÇÃO E RELAÇÕES NO CONSELHO

Nas próximas linhas, nos detemos especificamente no Conselho Municipal de Economia Solidária (CMES) e em alguns dilemas mais explícitos que a institucionalização da participação implicou para os atores envolvidos (poder público, EES e Laboratório). Inicialmente, cabe ressaltar que o Brasil tem sido um celeiro internacional de estudos sobre participação política e os conselhos de políticas públicas estão entre as experiências mais importantes em território nacional<sup>6</sup>. Como já possuem análises relativamente consolidadas, podemos dizer, sucintamente, que nos últimos a literatura entende de forma mais crítica o futuro dos mecanismos participativos no país (LAVALLE, VOIGT, SERAFIM, 2016).

Nesse ínterim, o CMES foi idealmente pensado pelos grupos de Balneário Camboriú como um espaço no qual a administração pública, pela primeira vez, se tornaria mais porosa aos interesses da economia solidária. Até então, nenhum tipo de institucionalidade havia sido criado na estrutura de governo municipal e, diga-se de passagem, inúmeros movimentos sociais outrora negligenciados dos processos políticos obtiveram conquistas em espaços de participação social (POGREBINSCHI, 2012).

Assim sendo, foi criado o CMES, órgão colegiado, deliberativo e normativo, formado por doze representantes – seis governamentais, quatro EES e duas entidades de apoio (Quadro 1) –, com o objetivo de definir, de forma participativa, as políticas públicas adotadas pelo município. Foi instituído oficialmente em maio de 2018, por meio do Decreto no 8959, após dois anos da promulgação da lei.

---

6 Conselhos podem ser definidos, de maneira ampla, como “espaços públicos vinculados a órgãos do Poder Executivo, tendo por finalidade permitir a participação da sociedade na definição de prioridades para a agenda política, bem como na formulação, no acompanhamento e no controle das políticas públicas” (IPEA, 2013, p. 9).



**QUADRO 1** - Componentes do Conselho Municipal de Economia Solidária em BC

Instituição	Procedência
Secretaria de Turismo e Desenvolvimento Econômico (STDE)	Governamental
Secretaria de Desenvolvimento e Inclusão Social (SDIS)	Governamental
Secretaria da Fazenda	Governamental
Empresa Municipal de Águas e Saneamento (Emasa)	Governamental
Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de SC (Epagri-SC)	Governamental
Instituto Ecocidadão	Empreendimento
Copemar BC Ambiental	Empreendimento
Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc)	Entidade de apoio
Associação de artesãs da Barra	Empreendimento
Artes Unidas em Ação	Empreendimento
Associação de Mulheres Produtoras de Artesanato de Identidade Cultural de SC (Amuarte-SC)	Empreendimento

Fonte: Balneário Camboriú (2019).

De forma ampla, nossa reflexão enquanto participantes e pesquisadores do processo é de que a aprovação da lei, com a respectiva criação do conselho, não surtiu os efeitos esperados em termos de mobilização e desenvolvimento de políticas públicas de economia solidária no município. Dessa forma, o CMES até o momento pouco avançou e, como último ato, veio a pandemia da COVID-19, período no qual o conselho não teve mais reuniões.

Um primeiro aspecto a ser destacado são os impactos nas relações quando estas se deslocam para um espaço formalizado. Ao analisarmos as atas das reuniões<sup>7</sup>, percebemos que o conselho centrou sua atividade na estruturação interna e na regularização de uma cooperativa para o estabelecimento de convênio, fato este que gerou um constante conflito com os agentes governamentais, especialmente aqueles vinculados ao meio ambiente. Essa tensão, inclusive, acabou sendo judicializada, evidenciando os desafios impostos à economia solidária em um contexto marcado por diferentes agendas de desenvolvimento.

No que se refere ao LabEcosol, em um primeiro momento foi alçado à condição de protagonista nas reuniões de planejamento e desenvolvimento de regimento interno, tendo em vista as dificuldades iniciais dos grupos no espaço institucional e a linguagem técnico-burocrática que permeia o conselho. Em um segundo momento, se posicionou como interlocutor dos problemas que surgiam entre os EES e a administração pública. Em síntese, como o foco principal foi o impasse com a cooperativa, procuramos auxiliá-la no campo burocrático para obter suas licenças, ao mesmo tempo em que mediávamos o conflito com a prefeitura dentro do espaço do CMES. Em nosso entendimento essa era uma questão sensível, haja vista a possibilidade de desgaste do CMES, logo em seu primeiro ano de funcionamento. Levando em consideração seus reflexos, acreditamos que as ações empreendidas pelo LabEcosol não foram suficientes para evitar a escalada do conflito e eviden-

<sup>7</sup> Para um aprofundamento destes aspectos, ver Reinecke et al. (2020).

ciam as limitações e a complexidade da atuação nestes espaços, uma vez que lidamos com problemas contextuais arraigados e de longa duração. Embora tenham emergido outras questões no conselho e tentativas de aproximações em rede, elas careciam de um maior desenvolvimento coletivo, muito por conta do baixo engajamento dos EES, inclusive com reuniões sendo canceladas por falta de quórum. No último mapeamento realizado pelo LabEcosol em 2020, fica evidente a falta de atuação em conjunto dos grupos, que se movem em direções distintas para resolver seus problemas internos. Dessa forma, entendemos a necessidade de uma remobilização em torno de uma agenda que seja construída coletivamente e que represente os objetivos estratégicos dos EES, levando em consideração suas experiências e aprendizados.

Um dos indicativos neste sentido é apontado no mapeamento do LabEcosol, de que os EES reivindicam uma maior perenidade das ações governamentais. Destacando o caráter intersetorial da política de economia solidária, as falas coletadas indicam uma pluralização das áreas da administração pública que, de forma esporádica, tentam absorver as demandas dos EES.

Nesse sentido, apontamos que o fortalecimento de espaços de discussão, como o fórum, poderia estimular a participação no conselho que, consecutivamente, fortaleceria visões conjuntas do que é e do que deve ser a economia solidária no município, bem como suas áreas prioritárias. Sobre esse ponto, a trajetória que mostramos até aqui destaca um gradual aprendizado por meio da ação, em que erros e acertos, mobilizações e desmobilizações nos mostram um quadro de práticas em constante ressignificação.

Ao oferecer suporte de capacitação e formação, participar do CMES, interagir com os grupos e os poderes públicos, O LabEcosol aos poucos abre caminhos para uma extensão universitária em estreito contato com a realidade local, buscando sua alteração e modificando as percepções dentro da própria universidade. No entanto, nem tudo são flores, pois, como pode-se perceber ao longo desse texto, estamos falando de um território marcado por um modelo de desenvolvimento e características muito particulares que, sobretudo, coloca estes tipos de iniciativas em último plano em sua lista de prioridades. Da mesma forma, a pandemia da COVID-19 e as medidas essenciais de isolamento social, contribuíram ainda mais para desmobilização dos EES da cidade, evidenciada pela falta de reuniões do CMES desde o começo da propagação do vírus no país. Muito embora os professores da universidade vinculados ao LabEcosol estejam empenhados na continuidade das ações, há que se atentar para as limitações impostas a todos e para os interesses do próprio movimento, observando este processo na longa duração.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A universidade brasileira é formada pela indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, sendo esta última, de acordo com Santos (2004), um instrumento de democratização e redução de desigualdades. Como processo educativo que visa a transformação social através de uma relação dialógica (FORPROEX, 1987) antes de expressarmos um diagnóstico pessimista sobre o fenômeno analisado, comum aos estudos recentes sobre conselhos gestores e economia solidária (SILVA, 2018), precisamos considerar o aspecto processual das relações empreendidas pelo LabEcosol ao longo de sua existência.

Os diferentes espaços de interação com o movimento, sejam os empreendimentos individuais ou o Fórum e o Conselho, apresentam a necessidade de reflexão contínua sobre as experiências. O panorama atual, de passagem do terreno informal para caminhos institucionais trouxe efeitos no movimento, seja legitimidade no campo formal, seja desarticulação em outros espaços vistos como sobreposições de função. Da mesma



forma, a universidade era vista como espaço de formação, ao mesmo tempo que era atribuída a função de coordenação do Fórum em alguns momentos.

Esse processo de atuação, compreendendo os limites enquanto um dos atores do arranjo, é essencial. Nesse sentido, identificar os desafios e trazê-los para problematização e encaminhamentos com o grupo é um dos caminhos. Sobretudo, é importante compreender qual papel os atores do movimento identificam na universidade, com essa aproximação. Sintetizamos na Figura 02 alguns desses sentidos e relações entre os “espaços”:

**Figura 02:** Sentidos e relações entre os espaços de interação



Fonte: elaborado pelos autores

Entre os desafios apresentados nas análises destacamos a compreensão dos elementos que chamamos operacionais, tempo e espaço, assim como comportamentais e políticos. A busca por horizontalidade e por ultrapassar assimetrias internas nos espaços participativos, assim como ultrapassar elementos como timidez no processo de interação, era trilhado pela inteligibilidade e construção compartilhada das agendas. A deliberação desde os elementos mais simples aos mais complexos atuava como exercício da construção de repertório de ação política na esfera pública. Criar esse espaço aberto, plural e acolhedor, consiste em um desafio cotidiano. Mais que isso, a reflexão sobre os avanços e retrocessos no movimento não é vista de fora, mas sim como parte do movimento. Isso contribui para que o Laboratório possa refletir sobre limites de sua atuação, e, sobretudo, sobre seus papéis na condução e suporte às agendas e demandas locais e do movimento como um todo.

Aproximar os atores das grandes questões, mas sobretudo estar atento às questões mais cotidianas dos empreendimentos está no centro do desafio da condução das atividades. Nesse sentido, o conselho municipal tornou-se um espaço institucional do movimento no município, no entanto como decorrência tivemos o esvaziamento do Fórum e, inclusive, dificuldades de oxigenação das pautas e de quórum nas reuniões do Conselho (REINCKE et al., 2020). Desse contexto, emergem novos dilemas a serem enfrentados e absorvidos pelos atores.

Tendo em vista a complexidade deste cenário, o LabEcosol ainda pode ter algum papel a cumprir, especialmente no médio e longo prazo. Embora não se reivindique como o catalisador do movimento, o Laboratório também faz parte da rede de atores envolvidos para o desenvolvimento deste tipo de práticas na região, visando a redução das desigualdades tão enraizadas na sociedade brasileira e se valendo do compromisso social imbuído na Universidade pública brasileira.

## 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, C.; CAYRES, D. C.; TATAGIBA, L. Balanço dos estudos sobre os conselhos de políticas públicas na última década. *Lua Nova*, v. 94, p. 255–96, 2015.

ALMEIDA, C.; TATAGIBA, L. Os conselhos gestores sob o crivo da política: balanços e perspectivas.

*Serviço Social & Sociedade*, n. 109, p. 68–92, 2012.

AVRITZER, L. A qualidade da democracia e a questão da efetividade da participação: mapeando o debate. In: PIRES, R. R. C. (Ed.). *A efetividade das instituições participativas no Brasil: estratégias de avaliação*. Brasília: Ipea, 2011.

BALNEÁRIO CAMBORIÚ. Decreto no 9.438, de 14 de junho de 2019. Nomeia os integrantes do Conselho Municipal da Economia Solidária – CMES, e dá outras providências. *Leis Municipais*, 19 jun. 2019. Disponível em: <<https://bit.ly/3502OEX>> Acesso em: 13 ago. 2020.

BAUER, M. W.; GASKELL, G. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som*. Petrópolis: Vozes, 2002.

BAUER, M. W.; AARTS, B. A construção do corpus: um princípio para a coleta de dados qualitativos. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. (Orgs). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Petrópolis: Vozes, 2002.

CASTRO, L. M. C. A universidade, a extensão universitária e a produção de conhecimentos emancipadores. *Reunião Anual da ANPED*, v. 27, p. 1-16, 2004.

COSTA, B. A. L. Economia solidária e o papel das incubadoras tecnológicas de cooperativas populares no Brasil: a experiência de extensão universitária da ITCP-UFV. *Revista ELO–Diálogos em Extensão*, v. 2, n. 2, 2013.

COSTA, P. de A., CARRION, R. Situando a Economia Solidária no Campo dos Estudos Organizacionais. *Revista Latino Americana de Economía Social y Solidaria*, v.3, n. 4, p. 66–81, 2009.

FORPROEX - I Encontro de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, 1987, Brasília. *Conceito de Extensão, Institucionalização e Financiamento*. Recuperado de <<https://www.ufmg.br/proex/re-nex/images/documentos/1987-I-Encontro-Nacional-do-FORPROEX.pdf>> Acesso em 07/11/2019.

GAIGER, L. I. Antecedentes e expressões atuais da economia solidária. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 84, p. 81-99, 2009.

GAIGER, L. I.; FERRARINI, A.; VERONESE, M. O conceito de empreendimento econômico solidário: por uma abordagem gradualista. *Dados*, v. 61, n. 1, p. 137-169, 2018.

GIBBS, G. *Análise de dados qualitativos*. Porto Alegre: Artmed, 2009.

IPEA. *Conselhos Nacionais: perfil e atuação dos conselheiros*. Brasília: [s.n.], 2013.



GATTAL, Silvia; BERNARDES, Marco Aurélio. Papel e responsabilidades da universidade no processo socio-educativo presente em movimentos de economia solidária. RAM. Revista de Administração Mackenzie, v. 14, n. 6, p. 50-81, 2013.

LAVALLE, A.; VOIGT, J.; SERAFIM, L. O que Fazem os Conselhos e Quando o Fazem? Padrões Decisórios e o Debate dos Efeitos das Instituições Participativas. Dados, v. 59, n. 3, p. 609-650, 2016.

LAVALLE, A; CARLOS, E.; DOWBOR, M.; SZWAKO, J. Movimentos sociais, institucionalização e domínios de agência. CEM, São Paulo, nº 19, 2017.

LAVILLE, J. L. Ação pública e economia: um quadro de análise. In: FRANÇA FILHO, G.; et al. Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

LISBOA, A. de M. Economia solidária e autogestão: imprecisão e limites. RAE, v.45, n.3, p.109-115, 2009.

MELO NETO, J. F. Extensão Universitária: bases ontológicas. Extensão universitária: diálogos populares, p. 13, 2002.

NUNES, A. L. P. F.; SILVA, M. B. da C. A extensão universitária no ensino superior e a sociedade. Mal-Estar e Sociedade, v. 4, n. 7, p. 119-133, 2011.

PACHECO, A. S. V.; MELO, D.; REINECKE, L. F. G.; LOCKS, P.; SIMON, V. P. A experiência

do LabEcoSol (2016-2018): Extensão Universitária e Inovação Social em Movimento. In: MUÑOZ

C. Pérez, ARTEAGA I. Hernández (orgs.). Economía social y solidaria en la educación superior: un espacio para la innovación. v. 3, p. 277-315. Bogotá: Ediciones Universidad Cooperativa de Colombia, 2020.

PAULA, J. A. de. A extensão universitária: história, conceito e propostas. Interfaces-Revista de Extensão da UFMG, v. 1, n. 1, p. 5-23, 2013.

POGREBINSCHI, T. Conferências Nacionais e Políticas Públicas Para Grupos Minoritários. Texto para discussão 1741. Rio de Janeiro: Ipea, 2012.

RAYS, O. A. Ensino-Pesquisa-Extensão: notas para pensar a indissociabilidade. Cadernos de Educação Especial, n.21, p. 71-85, 2003.

REINECKE, L. F. G. A construção do plano municipal de economia solidária: o desafio da construção participativa – avanços e dificuldades vivenciadas no município de Balneário Camboriú/SC. Trabalho de conclusão de curso – Faculdade de Administração Pública, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

REINECKE, L. F. G., PACHECO, A. S. V., MELO, D., LOCKS, P., SIMON, V. P. A

institucionalização da economia solidária em Balneário Camboriú: atores, agendas e processos.

Mercado de trabalho: conjuntura e análise. n.70. Brasília: IPEA. 2020

SANTOS, A. M. dos; CRUZ, A. C. M. da. Incubadoras tecnológicas de cooperativas populares: interdisciplinaridade articulando ensino, pesquisa e extensão universitária. e-cadernos CES, n. 02, 2008.

SANTOS, B. de S. A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade (2.ed.). São Paulo: Cortez, 2004.

SERRANO, R. M. S. M. Conceitos de extensão universitária: um diálogo com Paulo Freire. Grupo de Pesquisa em Extensão Popular, v. 13, n. 8, 2013.

SILVA, C. E. A política de economia solidária no ciclo orçamentário nacional (2004-2018): inserção, expansão e crise de paradigma. Texto para Discussão, n. 2434. Brasília: Ipea, 2018.

TILLY, C. (2002). Historical analysis of political processes. In: TURNER, J. (ed.); Handbook of sociological theory. New York: Plenum Publishers, 2002.









# EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: GESTÃO, CONTROLE SOCIAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL EM TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS

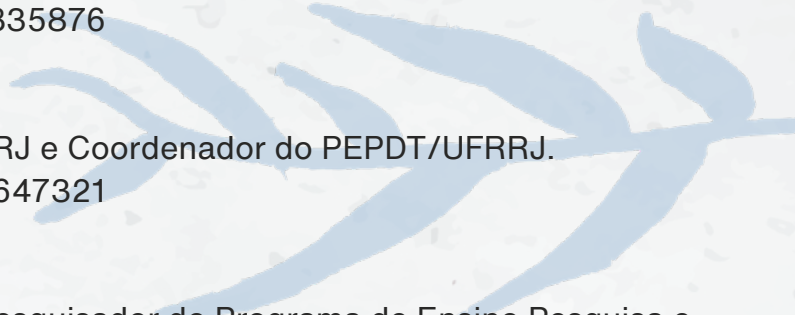
## *University Extension: Management, Social Control And Sustainable Development in Quilombolas Societies*

Lucimar Ferraz de Andrade Macedo  
Doutoranda PPGTIA/UFRRJ, Pesquisadora do PEPDT/UFRRJ.  
<http://lattes.cnpq.br/2936893561013851>

Diná Andrade Lima Ramos  
Professora Doutora do DCEEx/ITR/UFRRJ, Pesquisadora do PEPDT/UFRRJ.  
<http://lattes.cnpq.br/2973656775835876>

Lamounier Erthal Villela  
Professor do PPGTIA/PPGDT/UFRRJ e Coordenador do PEPDT/UFRRJ.  
<http://lattes.cnpq.br/0265624345647321>

Patrick Maurice Maury  
Pós doutorando PPGTIA/UFRRJ, Pesquisador do Programa de Ensino Pesquisa e Extensão em Desenvolvimento Territorial (PEPDT)/UFRRJ.  
<http://lattes.cnpq.br/9864566437453305>



## RESUMO

Este artigo tem por objetivo analisar as relações sociais em territórios quilombolas da Baía da Ilha Grande, RJ, de modo a buscar compreender de que maneira as atividades de extensão universitária podem contribuir para a aproximação, a compreensão da realidade territorial e apoiar às ações das comunidades tradicionais quilombolas. Para tanto, realizam-se pesquisa bibliográfica e uma análise quali- quantitativa. Foi utilizado o aplicativo Micmac para selecionar representações gráficas de fácil compreensão pelos participantes quilombolas; e encontrar narrativas que ilustram aspectos teóricos encontrados nos documentos referentes às políticas públicas para comunidades quilombolas. A investigação mostrou que as atividades de extensão na pesquisa aqui apresentada permitiram desenhar um sistema de gestão social, iniciado com comunidades quilombolas da Baía da Ilha Grande, que poderá ser estendido às demais organizações sociais deste território, contribuindo a ampliar a influência do Colegiado e da Extensão.

**Palavras-chave:** Comunidade Tradicional Quilombola, Extensão Universitária, Políticas Públicas, Controle e Gestão Social.

## ABSTRACT

This article aims to analyze the social relations in quilombola societies of Baía da Ilha Grande, RJ, in this context, to understand how university extension activities can contribute to the approximation, understanding of the territorial reality and support to the actions of traditional quilombola communities. For this, bibliographic research and a qualitative and quantitative analysis are carried out. Matrix-type quantitative support is sought with the help of the Micmac application; and theoretical in documents referring to public policies for quilombola societies, in the criteria for analyzing deliberative citizenship and in the concept of sustainable territorial development. The results described will be shared, interpreted together and analyzed by each of the organizations involved according to their particular interests and presented in the full version of this article. The investigation showed that the extension activities in the research presented here allowed to design a social management system, initiated with quilombola societies from the Baía da Ilha Grande, which can be extended to other social organizations in this territory, contributing to expand the influence of the Collegiate and the Extension.

**Keywords:** Quilombolas, traditional societies, Knowledge diffusion, Public policies, Social control and management



# 1. INTRODUÇÃO

Esta pesquisa<sup>1</sup> se insere no debate sobre a interpretação da dinâmica territorial observada em territórios quilombolas sob diferentes aspectos: político, social, ambiental e econômico. Busca-se uma abordagem relacional para avançar no entendimento da realidade multidimensional territorial das comunidades tradicionais.

O estudo tem como pano de fundo as atividades do Programa de Ensino Pesquisa e Extensão em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas (PEPEDT)<sup>2</sup> registrado na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), o qual presta assessoria ao Colegiado Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável da Baía da Ilha Grande (Colegiado BIG), como parte das atividades extensionistas dos membros deste programa. O Colegiado BIG é um espaço público de discussão onde interagem os atores locais da sociedade civil, do poder público e do mercado.

Desta forma, busca-se compreender de que maneira as atividades de extensão universitária podem contribuir para a compreensão da realidade territorial e atuar em apoio às ações das comunidades tradicionais quilombolas a partir da experiência nos territórios quilombolas da Baía da Ilha Grande/RJ que possibilitou uma análise das suas relações sociais, econômicas e políticas.

A pesquisa abrange cinco quilombos: Marambaia, Santa Justina e Santa Izabel, Santa Rita do Bracuí, Cabral e Campinho da Independência, oficialmente certificados, sendo dois titulados, todos inseridos no território da BIG.

O referencial teórico se divide em quatro conceitos sensibilizadores que têm como finalidade dar fundamentação teórica e metodológica para o cálculo e análise dos resultados: Agenda Social Quilombola, gestão social, desenvolvimento territorial sustentável e extensão universitária.

Como metodologia, resgata-se, por meio de pesquisa bibliográfica, incluindo o estudos recém publicados sobre a rede moldada pelos atores do Colegiado BIG. Como suporte quantitativo, realiza-se uma análise de tipo matricial elaborada a partir de categorias analíticas referentes aos eixos norteadores da Agenda Social Quilombola, critérios de análise da Cidadania Deliberativa e Desenvolvimento Territorial Sustentável.

## 2. OBJETIVO

Analisar compreender de que maneira as atividades de extensão universitária podem contribuir para a compreensão da realidade territorial e atuar em apoio às ações das comunidades tradicionais quilombolas a partir da experiência nos territórios quilombolas da Baía da Ilha Grande/RJ que possibilitou uma análise das suas relações sociais, econômicas e políticas.

---

1 Este artigo faz parte do trabalho de tese de doutorado de Lucimar Ferraz de Andrade Macedo

2 A maioria dos autores atua em ambos os espaços desde 2015.

## 3. METODOLOGIA

O estudo segue uma abordagem quali-quantitativa. Segundo Flick(2009), a pesquisa qualitativa é de particular relevância ao estudo das relações sociais, devido à pluralidade das esferas da vida e a dissolução de “velhas” desigualdades sociais dentro da nova diversidade de ambientes, subculturas, estilos e formas de vida. Essa nova pluralidade exige uma nova sensibilidade para o estudo empírico das questões. O quadro 3 e figura 1 colabora para o entendimento das relações sociais em uma análise relacional, no entendimento de Bourdieu quando busca compreender a dinâmica do campo de poder, utilizando uma metodologia quali – quantitativa baseada na estatística booleana matricial e ferramentas de prospectiva estratégica territorial.

Assim, considerando o objetivo de compreensão das relações sociais quilombolas nos seus próprios territórios optou-se para lidar com esse grau de complexidade uma metodologia e ferramentas de análise relacional de tipo matricial elaborada: i) a partir dos quatro eixos norteadores da Agenda Social Quilombola: acesso à terra, infraestrutura e qualidade de vida, inclusão produtiva e desenvolvimento local, direitos e cidadania; de acordo com Decreto nº 6.261, de 20 de novembro de 2007; ii) de nove categorias analíticas, sendo quatro referentes aos critérios de análise de cidadania deliberativa: inclusão, autonomia, bem comum e igualdade participativa (TENÓRIO, 2012); e iii) cinco referentes ao desenvolvimento territorial sustentável: governabilidade, diversidade cultural, coesão territorial, sustentabilidade e heterogeneidade (PERICO, 2009).

A análise relacional do tipo matricial é uma ferramenta de cálculo que auxiliou no entendimento da organização sociopolítica e das estratégias econômicas das comunidades tradicionais quilombolas. Para isso, se evidencia sua forma de articulação com os demais atores sociais, internos e externos ao território, e sua atuação no processo de gestão e controle social das ações articuladas em suas estratégias de condição de permanência e de resistência, garantindo para si e o entorno um desenvolvimento territorial sustentável.

### 3.1. POLÍTICAS PÚBLICAS E A AGENDA SOCIAL QUILOMBOLA

As discussões acerca do conceito de políticas públicas têm ampliado nos últimos tempos registrando a importância do campo de conhecimento deste termo, assim como das instituições, regras e modelos que regem sua decisão, elaboração, implementação e avaliação. Segundo Teixeira (2002), políticas públicas são diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado. O autor aponta ainda que as políticas públicas demonstram no seu processo de elaboração e implantação e, sobretudo, em seus resultados, formas de exercício do poder político, envolvendo a distribuição e redistribuição de poder, o papel do conflito social nos processos de decisão, a repartição de custos e benefícios sociais.

As Políticas Públicas são, ao mesmo tempo, uma forma de colocar o governo em ação uma vez que os problemas podem ser colocados em pauta, na agenda pública, pela sociedade civil (SPINK, 2011). Para Viana (1997), é importante trabalhar um conceito preciso e abrangente para a política pública, que muitas vezes é ofuscada pela multiplicidade de modelos conceituais existentes. Conforme Costa (1998), a política pública é um espaço de tomada de decisão autorizada ou sancionada por intermédio de atores governamentais, compreendendo atos que viabilizam agendas de inovação em políticas ou que respondem a demandas de grupos de interesses. O sentido utilizado neste artigo será de acordo com Teixeira (2002), por acreditar que políticas públicas são diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado.



O processo de construção das políticas públicas para as comunidades tradicionais quilombolas teve como marco a Constituição de 1988, que garantiu direitos aos povos indígenas e comunidades quilombolas. Oferecendo prerrogativas diferenciadas para esses povos e comunidades, a Constituição Federal de 1988 – CF/88 opera de forma direta nos princípios fundamentais da constituição do próprio Estado Brasileiro, flexibilizam os conceitos vigentes sobre o que é a sociedade brasileira, a forma como ela é composta e como ocorreu a sua formação.

O estabelecimento de tais direitos revela não só o reconhecimento por parte do Estado da diversidade sociocultural existente no Brasil, mas também a necessidade de se repensar conceitos acerca de noções de desenvolvimento, propriedade e uso dos recursos naturais, de forma que os mesmos passem a incluir princípios mais adequados às realidades diferenciadas desses povos e comunidades expressas nos termos legais (artigo 231 da CF/88<sup>3</sup> e artigo 68- ADCT da CF/88<sup>4</sup> – Ato das Disposições Constitucionais Transitórias).

Dentre as políticas públicas instituídas para as comunidades tradicionais quilombolas podemos destacar o Decreto 6.040 de 7 de fevereiro de 2007 que instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, estabelecendo os princípios, objetivos e instrumentos para a sua implementação, objetivando a ampliação de políticas e as interações institucionais em torno da pauta quilombola e o Programa Brasil Quilombola, criando em 20 de novembro de 2007 a Agenda Social Quilombola (ASQ), definida pelo Decreto n.6.261/07., em seu artigo 1º estabelece:

As ações que constituem a Agenda Social Quilombola, implementadas por meio do Programa Brasil Quilombola, serão desenvolvidas de forma integrada pelos diversos órgãos do Governo Federal responsáveis pela execução de ações voltadas à melhoria das condições de vida e ampliação do acesso a bens e serviços públicos das pessoas que vivem em comunidades de quilombos no Brasil, sob a coordenação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (BRASIL, 2007).

Os parâmetros norteadores da Agenda Social Quilombola foram estruturados em quatro eixos principais de ações, sendo eles: 1) acesso à terra – que também é definido no Decreto 4.886/03, prevendo a “execução e acompanhamento dos trâmites necessários para a certificação e regularização fundiária das áreas de quilombo, que constituem título coletivo de posse das terras tradicionalmente ocupadas”; 2) infraestrutura e qualidade de vida – “consolidação de mecanismos efetivos para destinação de obras de infraestrutura (saneamento, habitação, eletrificação, comunicação e vias de acesso) e construção de equipamentos sociais destinados a atender as demandas, notadamente as de saúde, educação e assistência social” ; 3) inclusão produtiva e desenvolvimento local – “apoio ao desenvolvimento local e autonomia econômica, baseado na identidade cultural e nos recursos naturais presentes no território, visando a sustentabilidade ambiental, social, cultural, econômica e política das comunidades”; e 4) direitos e cidadania – “fomento de iniciativas de garantia de direitos promovidas por diferentes órgãos públicos e organizações da sociedade civil, junto às comunidades quilombolas considerando critérios de situação de difícil acesso, impacto por grandes obras, em conflito agrário, sem acesso à águas e/ou energia elétrica e sem escola” . Além destes, atualmente o CGASC discute a inclusão da agenda socioambiental como um eixo específico de atuação das políticas voltadas às populações quilombolas (BRASIL, 2007).

3 Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

4 Art. 68- ADCT. Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos.

## 3.2. GESTÃO SOCIAL

O conceito de gestão social segundo Tenório (2004) é abordado como uma construção de uma nova relação entre o poder público e a sociedade, se aproximando de um processo onde a hegemonia das ações possui caráter intersubjetivo. Isto é, no qual os mais interessados na decisão, na ação de interesse público, são participantes do processo decisório. A gestão social é uma ação que busca o entendimento negociado e não o resultado, o que é típico do mundo empresarial privado. Na gestão social todos os envolvidos têm direito à fala. Deve ser uma prática gerencial à qual, na relação sociedade-Estado, seja incorporada a participação da cidadania desde o momento da identificação do problema à implementação de sua solução.

Na gestão social o destino do indivíduo no território depende das decisões da coletividade. Os sujeitos da sociedade civil organizada, ao fazer parte da arena política, na esfera pública, se tornam o sujeito privilegiado de vocalização daquilo que interessa à sociedade (TENÓRIO, 2002). Na esfera pública os sujeitos sociais manifestam-se por meio das diferentes formas de organização da sociedade civil e participam dos processos da administração pública (TENÓRIO, 2012).

Os direitos constitucionais nos garantem a condição de cidadãos de direitos, buscando efetivar o que a Constituição Federal define: participação cidadã não somente por meio de seus representantes eleitos (democracia representativa), mas também pela ação direta (democracia participativa). A cidadania participativa de políticas públicas seria o cidadão ter direitos de interagir dentro de espaços públicos, pactuando os seus interesses em função do bem comum.

O conceito de cidadania deliberativa adotado por Tenório (apud VILLELA, 2012) teve como base os preceitos teóricos de Habermas e sua relação com os critérios de avaliação da participação cidadã desenvolvidos pelo Instituto de Governo e Políticas Públicas da Universidade de Barcelona – IGOP. Tomaram como base a definição de cidadania deliberativa, em que a legitimidade das decisões políticas deve ter origem em processos de discussão, orientados pelos princípios da inclusão, do pluralismo, da igualdade participativa, da autonomia e do bem comum, definiram as categorias e indicadores através dos quais sugerem uma forma de avaliação de processos decisórios deliberativos. Conforme apresentado no Quadro 4.



**Quadro 4** – Cidadania Deliberativa: critérios de análise

Categorias	Critérios
<p>Processo de discussão: discussão de problemas através da autoridade negociada na esfera pública. Pressupõe igualdade de direitos e é entendido como um espaço intersubjetivo e comunicativo que possibilita o entendimento dos atores sociais envolvidos.</p>	Canais de difusão: existência e utilização de canais adequados ao acesso à informação para a mobilização dos potenciais participantes.
	Qualidade da informação: diversidade, clareza e utilidade da informação proporcionada aos atores envolvidos.
	Espaços de transversalidade: espaços que atravessam setores no intuito de integrar diferentes pontos de vista.
	Pluralidade do grupo promotor: compartilhamento da liderança a fim de reunir diferentes potenciais atores.
	Órgãos existentes: uso de órgãos e estruturas já existentes evitando a duplicação das estruturas.
	Órgãos de acompanhamento: existência de um órgão que faça o acompanhamento de todo o processo, desde sua elaboração até a implementação, garantindo a coerência e fidelidade ao que foi deliberado de forma participativa.
	Relação com outros processos participativos: interação com outros sistemas participativos já existentes na região.
<p>Inclusão: incorporação de atores individuais e coletivos anteriormente excluídos dos espaços decisórios de políticas públicas.</p>	Abertura dos espaços de decisão: processos, mecanismos, instituições que favorecem a articulação dos interesses dos cidadãos ou dos grupos, dando uma chance igual a todos de participação na tomada de decisão.
	Aceitação social, política e técnica: reconhecimento pelos atores da necessidade de uma metodologia participativa, tanto no âmbito social, quanto no político e no técnico.
	Valorização cidadã: valorização por parte da cidadania sobre a relevância da sua participação
<p>Pluralismo: multiplicidade de atores (poder público, mercado e sociedade civil) que, a partir de seus diferentes pontos de vista, estão envolvidos no processo de tomada de decisão nas políticas públicas.</p>	Participação de diferentes atores: atuação de associações, movimentos e organizações, bem como cidadãos não organizados, envolvidos no processo deliberativo.
	Perfil dos atores: características dos atores em relação às suas experiências em processos democráticos de participação.
<p>Igualdade participativa: isonomia efetiva de atuação nos processos de tomada de decisão nas políticas públicas.</p>	Forma de escolha de representantes: métodos utilizados para a escolha de representantes.
	Discursos dos representantes: valorização de processos participativos nos discursos exercidos por representantes.
	Avaliação participativa: intervenção dos participantes no acompanhamento e na avaliação das políticas públicas.

Categorias	Critérios
Autonomia: isonomia efetiva de atuação nos processos de tomada de decisão nas políticas públicas.	Origem das proposições: identificação da iniciativa das proposições e sua congruência com o interesse dos beneficiários das políticas públicas adotadas.
	Alçada dos atores: intensidade com que as administrações locais, dentro de determinado território, podem intervir na problemática planejada.
	Perfil da liderança: características da liderança em relação à condução descentralizadora do processo de deliberação e de execução.
	Possibilidade de exercer a própria vontade: instituições, normas e procedimentos que permitam o exercício da vontade política individual ou coletiva.
Bem comum: bem-estar social alcançado através da prática republicana.	Objetivos alcançados: relação entre os objetivos planejados e os realizados
	Aprovação cidadã dos resultados: avaliação positiva dos atores sobre os resultados alcançados.

Fonte: Extraído de Villela (2012, p.40).

Segundo Tenório (2008), os critérios de inclusão, autonomia, bem comum e igualdade participativa, utilizados como categorias analíticas no estudo, são complementares, à medida que proporcionam legitimidade, orientam e fortalecem a construção participativa nas relações sociais dos atores locais ampliando as possibilidades de participação nas decisões das políticas locais.

### 3.3 DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL

O conceito de desenvolvimento sustentável foi usado pela primeira vez no ano de 1987 pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento que elaborou um relatório chamado de Brundland. No referido relatório o conceito de sustentabilidade foi definido como: O desenvolvimento que procura satisfazer as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades, significa possibilitar que as pessoas, agora e no futuro, atinjam um nível satisfatório de desenvolvimento social e econômico e de realização humana e cultural, fazendo, ao mesmo tempo, um uso razoável dos recursos da terra e preservando as espécies e os habitats naturais.

Portanto, o desenvolvimento sustentável visa atrelar desenvolvimento, crescimento econômico e preservação do meio ambiente para geração presentes e futuras. Quando trazemos os conceitos de desenvolvimento sustentável para o território, para o desenvolvimento territorial sustentável, é importante analisar de que forma está sendo planejado e implementado o desenvolvimento local, se de fato está ancorado nas dimensões do desenvolvimento social, econômico, político, ambiental e cultura.

Segundo PERICO (2009) o conceito de desenvolvimento territorial sustentável visa criar mecanismos de avaliação das ações dos poderes públicos. Desta forma, o autor aponta que para se avaliar as relações de poder em um determinado território devem-se observar as seguintes dimensões: coesão social - que consiste no alcance da equidade entre os grupos sociais que compõem o território; coesão territorial - que se refere ao equilíbrio que favorecem aos territórios encontrar possibilidades de implementar seus próprios modelos de desenvolvimento territorial sustentável; governabilidade - que implica a necessária presença de instituições territoriais fortalecidas, a descentralização, negociações territoriais, um exercício cidadão, confiança e



solidariedade; sustentabilidade - significa que o desenvolvimento atual não ponha em risco as possibilidades de desenvolvimento das gerações futuras; inclusão econômica - que deve refletir nos modelos com rentabilidade social, participação dos pequenos produtores, produtividade e potencialização das economias locais e bem-estar - que deve estar pautado no desenvolvimento humano e na qualidade de vida; Diversidade cultural - envolve a complexidade que compõe o espaço. Por isso, constitui-se numa dimensão que prepondera na determinação do tipo de desenvolvimento de cada território. A cultura, além de determinar em grande proporção os processos de desenvolvimento, determina os mecanismos da organização social, os incentivos para inserção política, as motivações e as possíveis explicações para que as condições subjetivas do desenvolvimento se convertam em fundamentos de determinada estratégia política; Dimensão cultural - aponta que o território, por ser uma construção histórica que incorpora as dimensões ambiental, econômica, social, institucional e política, expressa identidade e caráter; abrangendo valores, significados, visões compartilhadas, códigos, ícones, tradições e o folclore local; Heterogeneidade - baseia-se na ideia de que os diferentes atores dispõem de condições objetivas que os distinguem. As concepções homogeneizantes dificultam o desenvolvimento dos territórios, a falta de reconhecimento da cultura e da diferenciação é um desafio que precisa estar posto na implementação das políticas públicas.

Como contraponto, Perico (2009) sinaliza que a heterogeneidade e a diversidade não podem ser trabalhadas a partir de estratégias diferenciadas focalizadas de visão restrita. Sugere-se a necessidade de dar passos definitivos na construção de processos autônomos, onde os graus de liberdade para a integração e o diálogo entre a cultura e a política sejam amplos, abertos, realistas e propositivos.]

No estudo utiliza-se as seguintes categorias analíticas na matriz relacional: governabilidade, diversidade cultural, coesão territorial, sustentabilidade e heterogeneidade.

### 3.4. EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

A extensão universitária atribui à universidade a tarefa de dialogar com a sociedade e tentar responder as suas demandas e expectativas. Para isso a universidade deve enxergar a sociedade na sua diversidade, portadores de valores e culturas tão verdadeiros como aqueles originários do saber culto, aproximando o conhecimento científico e tecnológico e os conhecimentos empíricos das comunidades tradicionais.

Segundo Freire (2006) O educador e a extensão estão a serviço de um processo emancipatório, transformador e democrático, desenvolvido no diálogo e no respeito a cultura local. Para o autor, o conhecimento só se materializa na medida em que for apreendido e aplicado à realidade concreta.

Educar e educar-se, na prática da liberdade, não é estender algo desde a “sede do saber”, até a “sede da ignorância” para “salvar”, com este saber, os que habitam nesta. Ao contrário, educar e educar-se, na prática da liberdade é tarefa daqueles que sabem que pouco sabem - por isto sabem que sabem algo e podem assim chegar a saber mais - em diálogo com aqueles que, quase sempre, pensam que nada sabem, para que estes, transformando seu pensar que nada sabem em saber que pouco sabem, possam igualmente saber mais. (FREIRE, 2006)

No Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras de 1988, foi elaborado o Plano Nacional de Extensão Universitária. Esse Plano, entre outras diretrizes, ressignificou a Extensão Universitária numa perspectiva cidadã e apresentou os seguintes objetivos: reafirmar a extensão universitária como processo acadêmico definido e efetivado em função das exigências da realidade, indispensável na formação do aluno, na qualificação do professor e no intercâmbio com a sociedade; assegurar a relação

bidirecional entre a universidade e a sociedade, de tal modo que os problemas sociais urgentes recebam atenção produtiva por parte da universidade; dar prioridade às práticas voltadas para o atendimento de necessidades sociais emergentes como as relacionadas com as áreas de educação, saúde, habitação, produção de alimentos, geração de emprego e ampliação de renda; estimular atividades cujo desenvolvimento implique relações multi, inter e/ou transdisciplinares e interprofissionais de setores da universidade e da sociedade; enfatizar a utilização de tecnologia disponível para ampliar a oferta de oportunidades e melhorar a qualidade da educação, aí incluindo a educação continuada e a distância; considerar as atividades voltadas para o desenvolvimento, produção e preservação cultural e artística como relevantes para a afirmação do caráter nacional e de suas manifestações regionais; inserir a educação ambiental e desenvolvimento sustentado como componentes da atividade extensionista; valorizar os programas de extensão interinstitucionais, sob a forma de consórcios, redes ou parcerias, e as atividades voltadas para o intercâmbio e a solidariedade internacional; tornar permanente a avaliação institucional das atividades de extensão universitária como um dos parâmetros de avaliação da própria universidade; criar as condições para a participação da universidade na elaboração das políticas públicas voltadas para a maioria da população, bem como para se constituir em organismo legítimo para acompanhar e avaliar a implantação das mesmas; possibilitar novos meios e processos de produção, inovação e transferência de conhecimentos, permitindo a ampliação do acesso ao saber e o desenvolvimento tecnológico e social do país.

Essas mudanças nos remetem a pensar e projetar a Universidade com as seguintes funções: FUNÇÃO ACADÊMICA- fundamentada em bases teórico- metodológicas; FUNÇÃO SOCIAL- de promove a organização social e a construção da cidadania; FUNÇÃO ARTICULADORA – do saber e do fazer e da universidade com a sociedade. No exercício dessas três funções não se poderá perceber onde começa e termina o ensino, a extensão e a pesquisa. Estas passam a ser interfaces de um mesmo fazer.

Conforme exposto acima, o estudo foi elaborado a partir das atividades do PEPEDT/UFRRJ. Pretendeu-se aqui fortalecer a ideia de que as funções da extensão universitária é de suma importância para apoiar as comunidades tradicionais quilombolas do território, pois ações imersas e continuadas das universidades revelam suas relações sociais, políticas e econômicas.

A partir da fase exploratória possibilitada pela extensão universitária, foi construída uma matriz relacional. As quatro colunas correspondem a categorias de agentes considerados influenciadores no território BIG: poder público, universidades, mercado, Organizações das comunidades quilombolas, e em quatro linhas correspondendo aos quatro eixos do Agenda Social Quilombola anteriormente discutida: Acesso à terra, Infraestrutura e qualidade de vida, Inclusão produtiva e desenvolvimento local e, Direitos e Cidadania.

O preenchimento da matriz descreve a linha de ação de cada agente nos diversos campos (eixos da política pública). Destaque particular é dado á diagonal que corresponde á atuação de cada agente nos campos onde exerce influência hegemônica. Essa particularidade em Bourdieu (2010) é denominada de Habitus e faz parte da metodologia de análise. Como indicado acima, estas e outras variáveis constando da matriz são categorias utilizadas no projeto de pesquisa doutoral e constituem o escopo do diálogo que a pesquisa busca estabelecer com as organizações quilombolas.



**Quadro 1** – Relações sociais das comunidades quilombolas do território BIG.

<b>RELAÇÕES SOCIAIS DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS DO TERRITÓRIO DA BAÍA DA ILHA GRANDE(RJ) NO CONTROLE E GESTÃO SOCIAL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS</b>				
<b>Agentes Campos</b>	<b>Poder público</b>	<b>Universidades</b>	<b>Mercado</b>	<b>Organizações quilombolas</b>
Acesso à terra	Governabilidade (Fundação Palmares)			Igualdade participativa e bem comum (Associação)
Infraestrutura e qualidade de vida	Mobilidade	Extensão universitária		
Inclusão produtiva e desenvolvimento local	Heterogeneidade Apoio municipal		Inclusão, acesso A mercado PNAE e APLs	Coesão territorial (famílias expandidas)
Direitos e cidadania	Diversidade cultural	Colegiado territorial		Autonomia e sustentabilidade

Fonte: os autores

O resultado da multiplicação matricial (figura 1) funciona como um tabuleiro de xadrez permite uma visão integrada da dinâmica percebida na região, envolvendo as organizações quilombolas e outros agentes.

A aplicação efetiva da metodologia, ou seja, a definição da matriz, começa, na prática, com a definição e escolha final de um nome para cada variável (Quadro 2), constituindo assim, a base para a classificação destas variáveis em função das influências diretas e indiretas que exercem sobre as demais no sistema das relações sociais das comunidades quilombolas no território BIG e para o cálculo do grau de influência e dependências que cada variável exerce.

**Quadro 2** - Planilha de Descrição das Variáveis

<b>Nº</b>	<b>VARIAVEL</b>	<b>NOME</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>
1	Governabilidade das políticas públicas para quilombolas	GOVERNABILIDADE	A Governabilidade das políticas públicas para quilombolas tem a Fundação Palmares com sua agência executiva, com foco no reconhecimento coletivo dos direitos fundiários ancestrais a organizações quilombolas.
2	Extensão universitária atuando em apoio a Colegiado territorial	EXTENSÃO	Criação dos NEDETs para atuar junto aos Colegiados Territoriais.

Nº	VARIAVEL	NOME	DESCRIÇÃO
3	Inclusão socioeconômica pelo acesso ao mercado via APLs e Política Nacional de Aquisição de Alimentos - PNAE	INCLUSÃO	A garantia de uma fração das compras públicas de alimentos como mercado cativo para a agricultura e as agroindústrias familiares constitui um mecanismo abrangente e permeável territorialmente capaz de contribuir de maneira significativa na inserção socioeconômica das populações rurais em territórios de baixo IDH.
4	Autonomia constitui a garantia da sustentabilidade de organizações sociais em geral e quilombolas em particular devido a suas particularidades.	AUTONOMIA	A autonomia na tomada de decisão é a condição básica da sustentabilidade das organizações quilombolas, o exercício desse direito ainda é comprometido pela prolongação, na atualidade, de muitas negações que sustentaram a escravidão e outras restrições aos direitos humanos.
5	Igualdade das associações de quilombolas de direitos de participação nos mecanismos institucionais de 1988	IGUALDADE	Especialmente na gestão de bens comuns como recursos fundiários, recursos hídricos, cobertura vegetal, saberes tradicionais as associações quilombolas, junto com todas as populações tradicionais devem ter igualdade de participação inclusive na atribuição de retorno econômico por compensação dos serviços prestados de conservação.
6	A liberdade de ir e vir supõe a manutenção de vias de trânsito e meios de transporte, tanto das pessoas quando dos seus produtos, insumos e equipamentos.	MOBILIDADE	O acesso às áreas remanescentes de quilombo continua em muitos casos comprometido pelas condições e meios de transporte. Bem com restrições a seus deslocamentos, atividades e, direito de acolher visitantes, fornecedores e clientes.
7	Heterogeneidade dos saberes envolvidos no desenvolvimento territorial rural sustentável.	HETEROGENEIDADE	O poder público municipal é a instância capaz de garantir o exercício dos direitos ao conhecimento, informação, reconhecimento e valorização dos saberes tradicionais
8	O estudo da coesão territorial supõe levar em conta todas as formas de relações familiares tecidas a partir do quilombo e para sua sustentabilidade	COESÃO	A coesão territorial envolve as dinâmicas relacionais entre moradores de áreas remanescente de quilombo, suas famílias em áreas urbanas e outras populações tradicionais com as quais mantêm relações familiares seguindo suas tradições de parentesco expandido.



Nº	VARIAVEL	NOME	DESCRIÇÃO
9	O grau de participação da matriz africana na diversidade brasileira é cultural de maneira ampla, inclui as características biológicas e a produção de saberes	DIVERSIDADE	A organização da sociedade brasileira requer do poder público o reconhecimento da matriz africana e sua valorização.
10	Colegiado territorial como instância de diálogo, concertação e pactuação.	COLEGIADO	Quando apoiam colegiados, os serviços universitários de extensão devem assegurar não apenas a difusão do conhecimento acadêmico, mas também a compreensão do conhecimento tradicional, com suas matrizes ontológica e epistemológica.

Fonte: Elaborado pelos autores.

A multiplicação matricial é realizada pelo aplicativo Micmac que gera um conjunto de gráficos e tabelas que serve de suporte para a discussão como mostrado no quadro 3 e figura 1.

## 4. ANÁLISE

A análise apresentada a seguir constitui uma avaliação, pelos autores, do sistema extensão – comunidades quilombolas da baía da Ilha Grande. Esta avaliação é baseada na quantificação do grau de influência de cada relação entre agentes em campos sobre os demais (quadro 3) a partir do descrito no item metodologia e sistematizado na figura 1 e nos quadros 1 e 2.

**Quadro 3** – Influência direta de cada variável sobre as demais

	1 : GOVERNABIL	2 : EXTENSÃO	3 : INCLUSÃO	4 : AUTONOMIA	5 : IGUALDADE	6 : MOBILIDADE	7 : HETEROGENE	8 : COESÃO	9 : DIVERSIDAD	10 : COLEGIADO
1 : GOVERNABIL	0	1	3	0	3	3	1	0	1	P
2 : EXTENSÃO	0	0	2	P	2	0	P	0	P	3
3 : INCLUSÃO	1	1	0	3	3	0	0	2	0	2
4 : AUTONOMIA	0	0	2	0	2	1	3	2	1	P
5 : IGUALDADE	0	1	3	2	0	1	2	1	0	2
6 : MOBILIDADE	0	0	3	2	3	0	1	0	1	2
7 : HETEROGENE	0	P	1	2	2	0	0	1	1	P
8 : COESÃO	0	P	2	2	2	0	2	0	1	2
9 : DIVERSIDAD	1	1	3	2	3	0	3	1	0	2
10 : COLEGIADO	1	2	2	0	2	1	P	0	P	0

© LIPSOR-EPITA-MICMAC

**Legenda:**  
 0 : Sem influência  
 1 : Fraca  
 2 : Média  
 3 : Forte  
 P : Provável

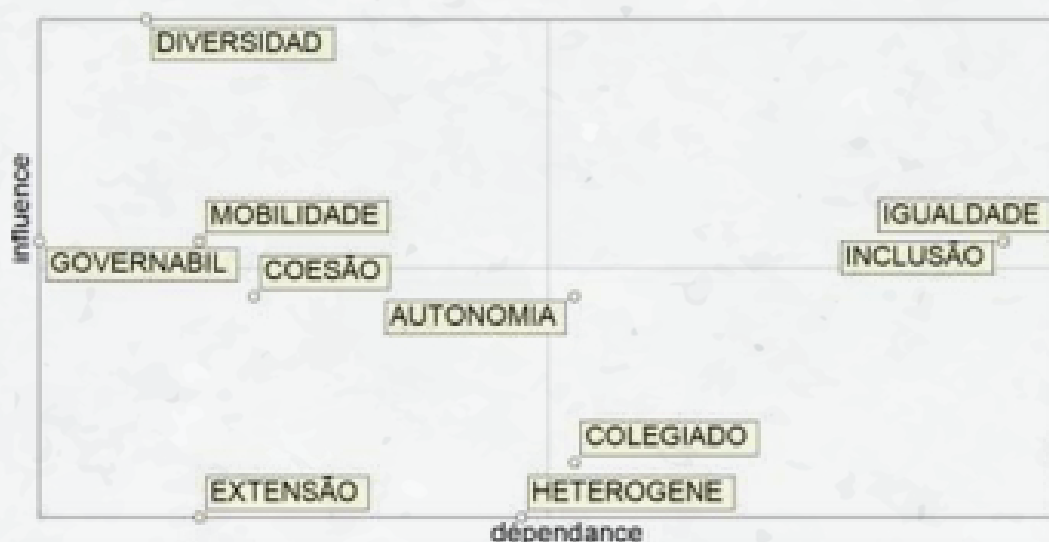
Fonte: Elaborado pelos autores.

Para mensurar como as variáveis elencadas afetam as relações sociais das comunidades quilombolas no território BIG e para o cálculo do grau de influência e dependências que cada variável exerce, estimou-se a influência direta de cada variável, com um intervalo de 0 a 3 (fraco, médio, forte, respectivamente) sobre o comportamento das demais, quadro 3.

A figura 1 mostra o grau de influência crescente (de baixo para cima) e de dependência crescente (da esquerda para direita). Uma primeira interpretação, por quadrante mostra na parte superior esquerda as variáveis muito influente e pouco dependente. As três são variáveis do poder público. No segundo quadrante as variáveis ditas de transição, porque influentes, mas dependentes: Inclusão e Igualdade, variáveis relacionadas respectivamente ao Mercado e às Organizações quilombolas. Nos terceiro e quarto quadrantes (parte de baixo da figura) na proximidade dos eixos, as variáveis ditas gerenciais, por ordem de influência: Coesão, Autonomia, Colegiado e Heterogeneidade. Estas estão relacionadas respectivamente com Organizações Quilombolas (as duas primeiras), com Universidade e com Poder público. A posição da Extensão no último quadrante, retrata a situação atual de foco no Colegiado e de visão de futuro ainda indefinida destas variáveis.

A interpretação deste tipo de gráfico é bastante simples: quanto mais alta no quadro fica a variável, mais ele será influente; quanto mais a direita, mais dependente ela se mostra. Temos assim basicamente quatro divisões: em cima e a esquerda as variáveis estruturantes, em cima e a direita variáveis também influentes, porém dependentes. Todos os mecanismos de participação, por natureza dependentes, se encontram normalmente neste quadrante. O jogo dos atores pode alterar significativamente o posicionamento destas variáveis. As variáveis em baixo e a esquerda: pouco influentes, mas também pouco dependentes são relevantes para a visão de futuro. As variáveis em baixo e a direita podem também ser relevantes quando situadas perto dos eixos do gráfico. O gráfico é obtido com o uso do aplicativo Micmac (Godet e Durance 2011) por multiplicação da matriz do quadro 3 às potencias 1 a 5.

**Figura 1** - Influência e dependência de cada variável.



Fonte: Elaborada pelos autores.

A figura 1 mostra em primeiro lugar o caráter estruturante da diversidade cultural portanto seu caráter de referência fundamental para entender como as atividades de extensão podem contribuir para a compreensão da realidade territorial das comunidades quilombolas e orientar as atividades de extensão que buscam



apoiar as linhas de ação destas comunidades. Esta variável é a mais influente e é pouca dependente das ações de extensão na medida que é estabelecida por uma política pública). A Governabilidade se encontra numa posição semelhante com influência mediana porque é um mecanismo basicamente institucional, que orienta as atividades de extensão, mas, fica longe das relações sociais territoriais e, aparece como nenhuma dependência destas relações.

As três variáveis com maior influência e baixa dependência, no caso das atividades de extensão em apoio às linhas de ação das comunidades indicadas são a Mobilidade, a Coesão e, a Autonomia. Como mostra o quadro 1, a Mobilidade está relacionada com atuação do poder público, enquanto Coesão e Autonomia são relacionadas com organização social quilombola. Levando em consideração a influência direta atual da extensão nestas variáveis (No quadro 3: 0 para a mobilidade e potencial / provável para as duas outras), observa-se, no momento presente, uma ausência da extensão. Isto é, a Universidade pode estar pesquisando estas questões, mas elas não se desdobram em atividades de apoio pela extensão.

As duas variáveis seguintes, com alta influência e muito alta dependência são igualdade e inclusão. Como todas as variáveis nesta posição, trate-se de variáveis-chave cuja dependência resulta da multiplicidade das influências que recebe. Retornando ao quadro 3, é possível verificar nas respectivas colunas (5 e 3) quais são estas relações e observar que existe nos dois casos uma influência média da extensão. Lembrando que estas variáveis são qualificadas no quadro 2 como igualdade de participação e inclusão nos mecanismos de mercado, registra-se a baixa efetividade das atividades de extensão no apoio a estas linhas de ação das comunidades, com uma situação um pouco melhor para a inclusão. Neste caso existe de fato atividades de extensão, respaldadas em ensino e pesquisa sobre Arranjos Produtivos Locais – APLs e Feiras de produtos agroecológicos.

Finalmente, observa-se três variáveis: Colegiado (da Baía da Ilha Grande), Heterogeneidade (dos saberes) e Extensão (universitária) com influência muito baixa. Com uma leve vantagem do Colegiado e uma maior independência da Extensão. Cabe observar que a heterogeneidade de saber foi classificada como uma questão de poder público e não de universidade e que o Colegiado, variável de apoio mais claramente vinculada a extensão ainda tem uma influência muito baixa apesar de um nível médio de autonomia.

Com estas observações e relacionando-as com os objetivos de compreensão da realidade territorial quilombola e apoio às ações das comunidades, esta pesquisa aponta, em resumo, para o baixo grau de influência da extensão universitária, para a oportunidade de aumentar sua influência atuando nas variáveis relacionais Mobilidade, Coesão e Autonomia e, com expectativas de resultados a mais longo prazo, na variável inclusão. Finalmente aponta para ampliar a questão do potencial protagonismo da universidade num processo epistemológico que aborda a heterogeneidade dos saberes acadêmicos e tradicionais.

## 5. RESULTADOS

Do ponto de vista da pesquisa, o resultado da aplicação da metodologia traz uma sequência de resultados. Primeiramente transforma uma lista de questionamentos num possível roteiro de aspectos relacionais, que podem ser discutidos, redefinidos, renomeados, complementados, avaliados, reavaliados, atualizados e principalmente compartilhados por pesquisadores e pelos atores locais, em especial, pelos quilombolas. A reflexão compartilhada a partir dos três quadros: (i) Matriz de relações sociais das comunidades quilombolas do território da baía da ilha grande, (ii) Descrição das variáveis e, (iii) parâmetros quantitativos da influência direta de cada variável sobre as demais, permite a interpretação da figura1.

A obtenção imediata dos resultados, ainda que não constituam verdades absolutas, reduz, ou mesmo, elimina o prazo de devolução à sociedade. Ainda, permite a discussão e a comparação imediata de diversos pontos de vista ou realidades. As relações entre agentes e campo constituem um roteiro básico para estabelecer narrativas sobre os casos que se procura juntar numa análise quali- quantitativa. Neste caso, as comunidades quilombolas podem, por exemplo, comparar seus respectivos graus de organização, relacionando a hierarquia de seus graus de dependências em relação ao escopo de variáveis. Isto é se mostra particularmente relevante para as variáveis que dependem diretamente de sua organização: Coesão territorial, Autonomia e Igualdade participativa.

Por sua vez, a extensão encontra nesta metodologia e seus aplicativos meios de diálogo com as comunidades quilombolas, que contribuem concretamente com a abordagem das questões que a pesquisa aponta como mais relevantes para elaborar novas pesquisas e planejar atividades de apoio às comunidades quilombolas. O marco de referência é claramente a diversidade cultural e sua aplicação de um lado às questões de coesão e autonomia das comunidades e, de outro lado ao apoio da extensão no acesso aos direitos de mobilidade e à inclusão nos mecanismos de mercado. As questões de coesão e autonomia podem ser mais bem compreendidas pelo uso compartilhado da metodologia e aplicativos dessa pesquisa e, o apoio às ações de mobilidade e inclusão pode ser facilitado pelo uso dos mesmos recursos.

Para a reflexão sobre a missão da extensão e a possibilidade de ampliar sua influência no território da baía da Ilha Grande a pesquisa aponta para um processo epistemológico a partir da heterogeneidade, abrangendo a diversidade de saberes universitários e tradicionais e, aplicado as questões (coesão e autonomia) e ao relacionamento dialógico com os agentes da mobilidade e inclusão nos mecanismos de mercado.

Nestes termos, é possível considerar que as atividades de extensão na pesquisa aqui apresentada permitiram desenhar um sistema de gestão social, iniciado com comunidades quilombolas da Baía da Ilha Grande, que poderá ser estendido às demais organizações sociais deste território, contribuindo a ampliar a influência do Colegiado e da Extensão. O próximo passo nesta direção será a discussão dessa pesquisa com as comunidades quilombolas e no Colegiado, construindo nestas instâncias, os indicadores que permitirão acompanhar a evolução sua dinâmica, traçar planos de melhoria e de fortalecimento das relações sociais, podendo levar à uma melhor compreensão de questão mais abstratas como os bens comuns.

## 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, T. (org.): Quilombos em São Paulo: tradições, direitos e lutas. São Paulo: IMESP, 1997.

ARRUTI J. M. Políticas públicas para quilombos: terra educação e saúde. In: Paula, Marilene de; Heringer, Rosana (Orgs.) Caminhos convergentes: Estado e sociedade na superação das desigualdades raciais no Brasil. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Boll, ActionAid, 2009.

Etnicidade. In: Lívio Sansone; Claudio Alves Furtado. (Org.). Dicionário Crítico das Ciências Sociais dos países de fala oficial portuguesa. 1ed.Salvador: EDUFBA, 2013, v. 1, p. 199-214.

BOURDIEU, P. (2010). O Poder Simbólico. Bertrand Brasil

BRASIL, (2004) Programa Brasil Quilombola.



BRASIL. Decreto nº 4.886, de 20 de novembro de 2003. Institui a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial – PNPIR, e dá outras providências. Diário Oficial da união, Brasília, DF, 21 nov. 2003a. Disponível em: Acesso em 03 dez. 2018.

BRASIL. Decreto nº 6.261, de 20 de novembro de 2007. Dispõe sobre a gestão integrada para o desenvolvimento da Agenda Social Quilombola no âmbito do Programa Brasil Quilombola e dá outras providências. Diário Oficial da união, Brasília, DF, 21 nov. 2007b.

BRASIL. Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Diário Oficial da união, Brasília, DF, 8 fev. 2007a. Acesso em 23 março.2018.

BRASIL. Constituição (1988). República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal. Disponível em: . Acesso em: 15 set. 2018.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA/SDT). Diagnóstico Territorial da Baía da Ilha Grande – RJ. Rio de Janeiro: MDA/SDT, 2011.

BRASIL, Ministério dos Direitos Humanos. Criação de um modelo lógico do Programa Brasil Quilombola / elaboração de Juliana Mota de Siqueira. Brasília: MDH, 2018.

CANÇADO, Airton Cardoso. Fundamentos Teóricos da Gestão Social. Lavras: UFLA, 2011. 246 p.

DAGNINO, E. Sociedade civil, participação e cidadania: do que estamos falando? In Daniel Mato (coord.), Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, 2004b, p. 95- 110.

DELGADO, N. G.; BONNAL, P.; LEITE, S. P. Desenvolvimento Territorial: articulação de políticas públicas e atores sociais IICA-OPPA/CPDA. 2007.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. 34ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

Extensão ou Comunicação. 13ª Edição. São Paulo: Paz e Terra. 2006

FLICK, U. Introdução à Pesquisa Qualitativa; tradução Joice Elias Costa. – 3. ed. – Porto Alegre: Artmed, 2009.

GEHLEN, I. Políticas públicas e desenvolvimento social rural. Revista São Paulo em perspectiva, 18(2): 95-103, 2004.

GODET M. e DURANCE P., (2011). A Prospectiva Estratégica para as Empresas e os Territórios. Dunod-Unesco. (Aplicativos livres: Micmac, Mactor, Morphol e, Multipol).

MINAYO, M.C.S. Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

MOURA, Clóvis, 1981, Rebeliões na Senzala, Quilombos, Insurreições, Guerrilhas, São Paulo, Ed. Ciências Humanas.

———, 1987, Quilombos, Resistência ao Escravismo, São Paulo, Editora Ática.

MOREIRA, R. J. Cultura, política e o mundo rural na contemporaneidade. In: Revista Estudos Sociedade e Agricultura, número 20, abril de 2003.

MUNANGA, K. Diversidade, Identidade, Etnicidade e Cidadania. São Paulo. USP, 2012.

NASCIMENTO, Abdias. O quilombismo: documentos de uma militância pan- africanista. Petrópolis: 1980.

PERICO, R. E. Identidade e território no Brasil. IICA, Brasília, 2009.

SANTOS, Simone Ritta dos. Comunidades Quilombolas: as lutas por reconhecimento de direitos na esfera pública brasileira. Programa de Doutorado em Serviço Social, Porto Alegre, 2012.

SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº 16, p. 20-45, jul/dez, 2006.

SPRINK, P. K; BRIGAGÃO. J; NASCIMENTO. As Interfases entre psicologia e políticas públicas e a configuração de novos espaços de atuação. REU, Sorocaba, SP, v. 37, n. 1, p. 199-215, 2011.

TENÓRIO, F.G. Gestão pública ou gestão social? Um estudo de caso. VII Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, Lisboa, Portugal, 8-11 Oct. 2002.

Cidadania e desenvolvimento local: casos brasileiros. IX Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, Madrid, España, 2 – 5 Nov. 2004.

(Org). Cidadania e desenvolvimento local. Ijuí: Unijuí, 2007.

(Org). Cidadania e desenvolvimento local: critérios de análise. Rio de Janeiro: FGV, 2012.

Gestão Social: uma Réplica. Revista ADM.MADE, ano 9, v.13, n.2, p.1-4, maio/agosto, 2009.

TEIXEIRA, E. C. O Papel das Políticas Públicas no Desenvolvimento Local e na Transformação da Realidade. Revista AATR - BA, 2002.

VIANA, A. L. Enfoques metodológicos em políticas públicas: novos referenciais para estudos sobre políticas sociais. In: CANESQUI, A. M. Ciências Sociais e Saúde. São Paulo: Hucitec, 1997.

VILLELA, L. E. Escopo metodológico. In: TENÓRIO, F. G. (Org) Cidadania e desenvolvimento local: critérios e análise. Rio de Janeiro: Ed FGV: 35-49,2012.









Extensão Universitária por meio das ITCPs: relato de experiência das ações realizadas entre a INCUBACOOP/UFLA e a CORPAAG em Lavras-MG.

*University Extension through ITCPs: experience report of actions performed between INCUBACOOP/UFLA and CORPAAG in Lavras-MG*

Gustavo Costa Teixeira,  
Universidade Federal de Lavras,  
e-mail: [gustavo.teixeira@estudante.ufla.br](mailto:gustavo.teixeira@estudante.ufla.br)

Gabriel José Gonçalves,  
Universidade Federal de Lavras,  
e-mail: [gabriel.goncalves@estudante.ufla.br](mailto:gabriel.goncalves@estudante.ufla.br)

José Roberto Pereira,  
Universidade Federal de Lavras,  
e-mail: [jpereira@ufla.br](mailto:jpereira@ufla.br)



## RESUMO

A Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (INCUBACOOP) da Universidade Federal de Lavras (UFLA) vem realizando um trabalho de extensão universitária desde 2005 na região de Lavras, Minas Gerais, no âmbito da economia solidária com catadores de materiais recicláveis. O objetivo das ITCPs vinculadas às universidades brasileiras, no âmbito da política pública de geração de trabalho e renda, sob a extinta Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), é assessorar grupos de trabalhadores desempregados ou com trabalho precarizado a se organizarem em associações e cooperativas. Nesse contexto as universidades cumprem um papel relevante de extensão universitária ao se organizarem na forma de incubadoras tecnológicas de cooperativas para viabilizar a operacionalização da política pública, auxiliando os empreendimentos incubados com base nos fundamentos da gestão social, da economia solidária e do cooperativismo, de modo a retribuir à sociedade os conhecimentos adquiridos no meio acadêmico. Nesse sentido, o objetivo deste relato de experiência é apresentar aqui o trabalho da INCUBACOOP/UFLA, por meio de sua equipe interdisciplinar, de cartilhas educativas e de parcerias, com a CORPAAG, uma associação de catadores de materiais recicláveis em Lavras-MG, responsável pela coleta seletiva em 9 bairros do município, cujas atividades contribuem para a conscientização ambiental, reciclagem e a qualidade de vida da população lavrense. Além disso, consideramos que as atividades da INCUBACOOP/UFLA contribuam para a formação crítica dos discentes envolvidos, proporcionando a eles a oportunidade de exercer a cidadania deliberativa.

**Palavras-chave:** Gestão social; Economia Solidária; Incubadoras; Associação; Extensão.

## ABSTRACT

The Technological Incubator of Popular Cooperatives (INCUBACOOP) from the Federal University of Lavras (UFLA) has been performing university extension work since 2005 in the region of Lavras, Minas Gerais, within the scope of the solidarity economy with recyclable material collectors. The objective of ITCPs linked to Brazilian universities, within the scope of the public policy of generating work and income, under the extinct National Secretariat for Solidarity Economy (SENAES), is to advise groups of unemployed workers or those with precarious work to organize themselves into associations and cooperatives. In this context, universities fulfill a relevant role of university extension by organizing themselves in the form of cooperative technological incubators to make public policy operational, helping incubated enterprises based on the fundamentals of social management, solidarity economy and cooperativism, in a way to give back to society the knowledge acquired in the academic environment. In this sense, the objective of this experience report is to present here the work of INCUBACOOP/UFLA, through its interdisciplinary team, through educational spelling books and partnerships, with CORPAAG, an association of recyclable material collectors in Lavras-MG, responsible for selective collection in 9 neighborhoods in the municipality, whose activities contribute to environmental awareness, recycling and the quality of life of the population of Lavras. In addition, we believe that the activities of INCUBACOOP/UFLA contribute to the critical sense of the students involved, providing them with the opportunity to exercise deliberative citizenship.

**Keywords:** Gestão social; Solidarity Economy; Incubators; Association; Extension.



# 1. INTRODUÇÃO

Por meio da economia solidária é possível refletir sobre o bem-estar de uma sociedade, almejando o desenvolvimento sustentável e solidário, geração de trabalho e distribuição de renda, ancorado na gestão social de cooperativas. Para tal, as cooperativas e associações populares, também conhecidas por Empreendimentos Solidários (EES), correspondem à união voluntária de indivíduos com objetivo comum e, assim, buscam por melhorias econômicas, sociais e culturais (SINGER, 2002). Por isso, a extensão universitária é uma ferramenta importante para auxiliar esse grupo de indivíduos e as incubadoras exercem esse papel, pois trazem uma maneira sistemática, seja em âmbito nacional ou como política pública, no modo de atuar com grupos populares que se baseiam na organização do trabalho e autogestão (FRAGA, 2018).

Então, o objetivo das ITCPs vinculadas às universidades brasileiras, no âmbito da política pública de geração de trabalho e renda, sob a extinta Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), é assessorar grupos de trabalhadores desempregados ou com trabalho precarizado a se organizarem em associações e cooperativas. Nesse contexto as universidades cumprem um papel relevante de extensão universitária ao se organizarem na forma de incubadoras tecnológicas de cooperativas para viabilizar a operacionalização da política pública, auxiliando os empreendimentos incubados com base nos fundamentos da gestão social, da economia solidária e do cooperativismo, de modo a retribuir à sociedade os conhecimentos adquiridos no meio acadêmico. Portanto, as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs) realizam ações de pesquisa, ensino e extensão universitária (MARTINS et al., 2018).

A Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (INCUBACOOOP) da Universidade Federal de Lavras (UFLA) vem realizando um trabalho de extensão universitária desde 2005 na região de Lavras, Minas Gerais, no âmbito da economia solidária com catadores de materiais recicláveis, contando com uma equipe de formação interdisciplinar, no âmbito do ensino, da pesquisa e da extensão universitária. A INCUBACOOOP/UFLA é vinculada à REDE de ITCPs a nível nacional.

A INCUBACOOOP/UFLA trabalha junto aos empreendimentos com base na gestão social como orientação da gestão para os empreendimentos incubados, no sentido de uma tomada de decisão coletiva, sem coerção, com base no entendimento comum, no processo dialógico, na transparência, com vistas à emancipação. (CANÇADO; TENÓRIO; PEREIRA, 2011). Nesse sentido, as cooperativas populares são apontadas por Pereira (2018) como aquelas baseadas na economia solidária. Constitui uma proposta de uma nova forma para se organizar, tendo por base a ação comunicativa entre os associados para que possam tomar decisões coletivas a partir da formação da consciência crítica ao se depararem com os meios de produção, o mercado e as ações do Estado, como forma de contrapor à crise social que acarreta desemprego e exclusão social.

Adiante, uma das associações atendidas pela incubadora, a CORPAAG (Associação de Catadores do Setor Oeste) é uma associação de catadores de materiais recicláveis de Lavras, MG, responsável por coletar os materiais de 9 bairros (Morada do Sol I, II, e III, Jardim Campestre I, II e III, Nova Era I, II e III), constituída por um grupo de trabalhadores de baixa renda. Esses profissionais, por meio das associações e cooperativas, possuem como objetivos sociais, econômicos e ambientais a contenção do avanço de resíduos sólidos e líquidos, o que resulta na diminuição de vários problemas. Para os membros da associação tem a geração de renda e a inserção socioeconômica, para o meio ambiente tem a redução do aterramento e incineração destes resíduos, e para a indústria tem volta dos materiais como fonte de energia e a os valores reduzidos referentes aos custos operacionais, o que possui efeito positivo direto ao meio ambiente (CAMPOS, 2014).

## 2. OBJETIVOS

O objetivo deste relato de experiência é apresentar aqui o trabalho da INCUBACOOOP/UFLA, por meio de sua equipe interdisciplinar, de cartilhas educativas e de parcerias, com a CORPAAG, uma associação de catadores de materiais recicláveis em Lavras-MG, responsável pela coleta seletiva em 9 bairros do município, cujas atividades contribuem para a conscientização ambiental, reciclagem e a qualidade de vida da população lavrense. Além disso, consideramos que as atividades da INCUBACOOOP/UFLA contribuam para a formação crítica dos discentes envolvidos, proporcionando a eles a oportunidade de exercer a cidadania deliberativa.

## 3. JUSTIFICATIVA

A extensão universitária em seus diversos compreensões, é considerada uma diretriz institucional, uma forma de mediar a construção dos saberes e uma ação que mostra o objetivo da trajetória de aprendizagem, dando valor ao epistemológico, ético e político da instituição. A vivência da extensão deve ser diária, pelos agentes da universidade e da comunidade, pelos processos presentes e futuros, e pelos resultados individuais e coletivos. Isto está relacionado ao projeto social, que acolhe jovens e os qualifica intelectual e profissionalmente, possibilitando atuar com competência na sua profissão e com consciência cidadã. Para tanto, a relação entre academia e a sociedade deve constituir com espaço aberto e disponível para o processo de aprendizagem (SÍVERES, 2013).

A economia solidária representa um espaço de reflexão, luta, construção de possibilidades, por onde a autogestão viabiliza de forma prática as utopias, estas que são recorrentes em tempos de lutas dos trabalhadores. Em diferentes momentos, mesmo que pouco recorrente, existem relatos da atuação de universidades com cooperativas e grupos de produção (FRAGA, 2018).

O surgimento das ITCPs para combater problemas sociais quanto ao trabalho, corresponde a uma resposta das universidades, sendo que a formação dos seus objetivos iniciais se dá no enfoque da geração de renda e trabalho, por meio de coletivos de trabalhadores em situação de desemprego, com vínculos péssimos ou vulnerabilidade social, que procuram ajuda para conseguir trabalho com diferente relação trabalhista (COIMBRA; SOUSA, 2001).

## 4. REFERENCIAL TEÓRICO

Neste tópico são apresentadas as bases para as ações desenvolvidas pela incubadora, bem como a contextualização destes temas.

### 4.1 GESTÃO SOCIAL

A gestão social pode ser definida como a tomada de decisão coletiva, sem coerção, tendo por base a inteligibilidade da linguagem, dialogicidade e no entendimento claro como processo, transparência como pré-requisito e emancipação como objetivo maior (CANÇADO; TENÓRIO; PEREIRA, 2011).



Com isso, os autores ora citados, propõem uma abordagem focada em três grandes categorias: Interesse Bem Compreendido (IBC), Esfera Pública e Emancipação.

O IBC, segundo Tocqueville (1987), aponta que o bem-estar coletivo é a base para o bem-estar individual, logo, a defesa dos interesses coletivos acarretará por consequência a defesa individual. Dessa forma, Pereira e Cançado (2018) mostram que o IBC enfatiza a interdependência entre os sujeitos, com o intuito de entenderem a sua própria atuação na esfera pública, não na visão de serem altruístas ou assistencialistas, mas com pensamento de (re)construção coletiva da esfera pública, tendo por meta a obtenção do bem-estar coletivo e o bem-estar individual.

Sobre a Esfera Pública, Habermas (2003) elucida sua definição como uma rede apta à comunicação de conteúdos, tomadas de posição e opiniões, onde a comunicação é filtrada e resumida, de modo a serem apresentadas em opiniões públicas relacionadas a temas específicos. Seguindo a definição apresentada por Habermas (2003), Pereira e Cançado (2018) inferem que o papel da gestão social seria esquematizar o saber alternativo, estruturar avaliações técnicas especializadas para o bem comum, logo fortaleceria a esfera pública dando como suporte informação qualificada. Portanto, procura-se ver a esfera pública como uma forma de aproximar a população e a política.

E a Emancipação, apontada por Pereira e Cançado (2018), diz que o indivíduo se emancipa ao se perceber como tal, tendo suas próprias individualidades potenciais como ferramenta das forças sociais, e se completa ao perceber-se como indivíduo político. Assim, ao ser libertado, se livrando da manipulação, o indivíduo passar a compreender de forma clara que sua vivência é em comunidade, tornando as questões solidárias, de certo modo, óbvias. Portanto, havendo um equilíbrio e interdependência entre as três categorias, tende a ocorrer uma gestão social apropriada.

## 4.2. COOPERATIVISMO

O cooperativismo segue princípios que diferem as organizações cooperativas das organizações mercantilistas. Com a primeira cooperativa moderna, fundada em 1844 em Rochdale, Manchester, Inglaterra, em seu estatuto havia princípios e formas de agir que enfatizavam os valores nos quais a organização cooperativa deveria ser criada e gerida (SINGER, 2002).

Uma parte do grupo fundador havia participado de outras organizações, que são vistas como pré-cooperativas e seguiam as ideias de Robert Owen, considerado um dos precursores do cooperativismo. Seu pensamento era movido pelo desejo de transformar a sociedade, naquele tempo a sociedade inglesa era marcada pela degradação do trabalho e pela perda da honra dos trabalhadores. Segundo ele, o ser humano não merecia recompensa nem castigo, mas era o sistema social que deveria ser mudado para prevenir o crime, ele também reconhecia a importância e influência da organização coletiva sobre a individual, e da educação como instrumento para mudanças (PEREIRA; CANÇADO, 2018).

Na Europa, o cooperativismo avançou tendo como base Rochdale, com as cooperativas de crédito na Alemanha e as cooperativas de produção na França. Na Alemanha dois modelos ficaram conhecidos, o Sulze-Delitzsch, concebido com a permissão de pessoas desconhecidas entre si participarem, não havendo limite de área e sem apoio do Estado. E o modelo Raiffeinsen, constituída por conhecidos e com responsabilidade ilimitada (MAURER JR., 1966).

No Canadá, outras formas de cooperativas de crédito foram desenvolvidas como o Desjardins, caracterizadas por serem formadas por funcionários de uma mesma área. Na Itália, com o modelo Luzzati, permissível a adesão de qualquer pessoa interessada. Já no Brasil três modelos foram utilizados, Desjardins com as cooperativas urbanas, Raiffeisen com cooperativas rurais e o modelo de admissão livre Luzzati (CANÇADO; SOUZA; PEREIRA, 2014).

Na França, Charles Gide foi responsável por sistematizar a doutrina cooperativista (MAURER JR., 1966). Tendo destaque quanto às cooperativas de consumo e por apresentar conceitos sobre três tipos de cooperativas (PEREIRA; CANÇADO, 2018), sendo elas:

**Cooperativa de Consumo:** Pessoas associadas entre si que vendem a si mesmas os produtos necessários, e assim cada membro faz o papel de vendedor e comprador, não havendo a relação mercantilista.

**Cooperativa de Crédito:** Pessoas associadas com o intuito de realizar empréstimos de capital entre si quando necessário. Tornando-os emprestador e tomador, não havendo usura.

**Cooperativa de Habitação:** Uma associação de proprietários de imóveis que disponibilizam seus imóveis para locação aos associados. Assim, os associados podem ser proprietários e locatários.

O Cooperativismo seguiu pela Europa em diversos países, no Brasil iniciou no final do século XIX, se desenvolvendo por meio dos imigrantes europeus no século XX, seu início foi caracterizado por cooperativas de consumo no meio urbano e por cooperativas agropecuárias no meio rural (SINGER, 2002).

No ano 1895 em Londres, a Aliança Cooperativa Internacional (ACI) foi fundada, tendo como inspiração o estatuto de Rochdale e por ele foram elaborados os princípios cooperativistas, fundamentados nas regras de igualdade e proporcionalidade. Atualmente os princípios são: Adesão Voluntária e Livre; Gestão Democrática; Participação Econômica dos Sócios; Autonomia e Independência; Educação, Formação e Informação; Intercooperação; e Preocupação com a Comunidade.

As cooperativas podem ser distinguidas em três perspectivas: Social-Reformista que emprega a ideia de que a cooperativa estaria livre da influência externa (sociedade capitalista), constituindo-se uma comunidade autossuficiente; Transformação Social, fundamentada nos ideais de uma sociedade socialista, em que as cooperativas constituiriam o meio de socializar a produção e a distribuição, assim transformando a sociedade capitalista; e a Técnico-Econômica, nessa perspectiva a cooperativa é vista como um meio de adaptação ao sistema capitalista.

### 4.3. ECONOMIA SOLIDÁRIA

A partir de vivências econômicas significativas, a economia solidária apresenta uma junção de solidariedade, cooperação, mutualismo e autogestão comunitária, perpetuando uma racionalidade que se distingue de outras realidades econômicas (RAZETO, 1993). O movimento iniciado no século XIX pelos socialistas utópicos Owen, Proudhon e os pioneiros de Rochdale se tornou uma proposta que além de ser fundamentada a partir de conceitos, reflexões, combate ao desemprego foi movida pelo cooperativismo (BENINI, 2003).

Paul Singer (2000) relata que de acordo com a Aliança Cooperativa Internacional (ACI) de 1995, os fundamentos gerais do cooperativismo possui termos essenciais aos da economia solidária de acordo com os pioneiros de Rochdale: a sociedade seria democrática e aberta à todos os interessados, desde que seja inteirada



uma cota mínima igual para todos; cada sócio teria direito somente a um voto; todo investimento monetário feito na cooperativa seria remunerado através de uma taxa de juros, entretanto não favoreceria nenhum direito decisório a mais ao seu possuidor; os produtos seriam vendidos de forma justa e com qualificação; as sobras da receita, após subtração de despesas e inclusive o juro, deveriam ser divididas em proporção às compras realizadas na cooperativa; a educação dos sócios nos princípios do cooperativismo deveriam ser promovidas pela sociedade e esta seria neutra em questões políticas e religiosas.

A atividade coletiva da economia solidária possui um caso bastante profundo em relação à dimensão econômica, que propende estar subordinada às dimensões políticas, sociais ou culturais como um meio atuante para realizá-las. A economia solidária atravessa as questões referentes ao mercado de trabalho ou os vazios deixados pelo Estado, evidenciando práticas e valores pouco explorados no capitalismo, e estabelece um novo conceito nos âmbitos econômico e social. Por esse motivo, é incorreto limitar a economia solidária ao terceiro setor, ou seja, um setor à parte. (FRANÇA FILHO, 2002).

Conforme Singer (2000) considera-se uma abundante diversidade de organizações onde existe plena chance de empresas solidárias estarem inseridas que todos os setores de atividades, tendo destaque em vários países desenvolvidos e em desenvolvimento. Com as crises dos anos 1980 e 1990 no Brasil, ocorreu uma desindustrialização, onde tiveram várias perdas de postos de trabalho, gerando desempregos e exclusão social em grande escala, renascendo assim a economia solidária no país. Nesse renascimento, Singer (2002), propõe uma formação em cooperativismo e economia solidária aos grupos comunitários que almejam trabalhar em conjunto para que além de apoio logístico, técnico e jurídico eles possam adquirir capacidades autogestionárias em seus empreendimentos. Nascimento (2003) diz que a reinvenção da economia solidária traz em si um caráter de ressurreição de valores como: autonomia, solidariedade, mutualismo, economia moral, autogestão, e outros, e estes estão presentes na cultura da sociedade trabalhista.

Segundo a observação de Alcântara (2003), a economia solidária é constituída por empreendimentos que se qualificam como solidários e autogestionários: solidários porque ocorre a divisão dos custos e a repartição da sobra, e são autogestionários porque são os próprios associados que tomam frente no empreendimento, sempre com base nos princípios da solidariedade econômica.

A economia solidária se apresenta como uma manifestação que vai contra o que é imposto pelo meio social e pelo capitalismo, pois a economia sendo dominada por indústrias grandes e pela rotação expressiva de capital, as cooperativas ascendem como válvula de escape para a classe trabalhadora manter seu espaço no mercado de trabalho, sem que ocorra uma hierarquia dos meios de produção (MARTINS et al., 2016).

## 4.4 EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

A Constituição Federal em seu artigo 207 diz que as universidades devem obedecer ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (BRASIL, 1988). Dessa forma, ao incentivar a construção de conhecimento e ao se apresentar como fator capaz de tornar possível a relação entre teoria e prática, a extensão universitária representa o alicerce que integra o ensino-pesquisa (SANTOS et al., 2016).

A princípio, a luta pela Reforma Universitária, ocorrendo na América Latina a partir de 1918, tem participação em uma luta maior contra a permanência da dependência, contra a incompletude da construção nacional, demonstrada na grande distância entre as universidades e os problemas sociais, econômicos, políticos e culturais dos países latino-americanos (PAULA, 2013).

Dessa forma (PAULA, 2013) continua, a extensão universitária tem papel de motivar a inteligência das universidades, para articulá-las internamente, e mobilizá-las em relação à enfrentar os desafios atuais tendo em vista a solidariedade e a sustentabilidade. Para esta missão são sujeitos tanto os docentes, técnicos, discentes quanto os participantes das atividades de extensão, o que não implica na imposição, prescrição, mas em compartilhar, dialogar, interagir, representando os princípios da extensão universitária, são eles: indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; interação dialógica com a sociedade; inter e a transdisciplinaridade como princípios organizadores das ações de extensão; busca do maior impacto e da maior eficácia social das ações; afirmação dos compromissos éticos e sociais da universidade. Portanto, a extensão deve ser vista como uma cultura, uma prática, um compromisso, que não podem ser dispensados frente o trabalho da universidade como uma ferramenta emancipatório.

No contexto de mudanças da Universidade, vale salientar as transformações dos conceitos e práticas da extensão universitária, apresentada por diferentes pensamentos e que põe em tempos de organização de políticas e ações que dependem das abordagens de lutas internas, espaço de resistência e militância, que podem vir a estimular uma ação de institucionalização e fortalecimento da extensão tanto na academia como na sociedade. Dessa forma, somos formados no momento em que somos formados em decorrência de políticas de sentidos desenvolvidas pelos agentes culturais atuantes no dia a dia, em diferentes espaços de formação, expandidos e ressignificados pelas ações e práticas da extensão (Ribeiro et al., 2016).

Por isso, um modo para o estabelecimento de uma proposta de educação que esteja articulado com o melhor para o Brasil e realizar parcerias que darão força a sua integração com as classes populares, é a extensão universitária. Sua importância consiste no espaço de aprendizagem e de formação científica, que são os resultados de processos críticos e reflexivos e do valor atribuído à interação dos conhecimentos científicos e da experiência, assim efetiva a aprendizagem e a conscientização de realidade que não estão de fato disponíveis a todos (ANDRADE et al., 2019).

Com relação ao discente que pratica a extensão, ele faz parte do processo de interlocução do conhecimento acadêmico com o senso comum, de modo a evitar que um se sobreponha o outro, assim são agentes construtores de saberes e novas alternativas, tornando-os sujeitos críticos e participativos (SANTOS et al., 2016).

Como observado, as ITCPs são responsáveis pelo papel extensionista, formação de agentes e disseminação dessas atividades.

## 4.5 INCUBADORAS TECNOLÓGICAS DE COOPERATIVAS POPULARES (ITCPS)

O início das ITCPs de acordo com Botelho et. al (2015) se dá por meio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a cooperação de agências, tais como a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e a Organização dos Estados Americanos (OEA), esta última tem como pilares a democracia, direitos humanos, segurança e desenvolvimento. Ademais, a motivação para criação das ITCPs foi o movimento em prol da cidadania contra a fome e a miséria, promovido por docentes da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), estes comovidos com a situação social de uma comunidade próxima, então notaram que o motivo principal era a falta de emprego.

Portanto, Oliveira (2017) diz que as ações promovidas pelas ITCPs no âmbito das Universidades, materializadas pela extensão universitária que integra o binômio ensino/pesquisa é intrínseco ao processo social-histórico de lutas e discussões da academia. Então, a economia solidária, como um dos objetos de estudo das



ITCPs, está ligada a construção de identidade e símbolos na comunidade, com isso a extensão propicia que o conhecimento adquirido na academia possa ser direcionado à comunidade, através de serviços e assistência, logo faz uso dessa relação com a comunidade para obtenção de dados e informações que possibilitam estudos e pesquisas. Ao ser realizado este contato com a realidade local, regional ou nacional implica à universidade uma melhoria constante na sua estrutura, currículos e ações, tornando os resultados desses trabalhos adequados às realidades analisadas.

Dubeux (2004) apresenta a diferença entre as incubadoras de empresa e de cooperativas, a começar pelo tipo de empreendimento atendido, que são os empreendimentos cooperativistas, o público atendido que corresponde aos excluídos do ponto de vista sociopolítico, e a metodologia de trabalho, que deve ser pautada na criação e desenvolvimento de Cooperativas Populares e da economia solidária.

Oliveira (2017) diz ainda, as incubadoras possuem atuação em todo país, sendo a primeira criada em 1996, no Rio de Janeiro, na UFRJ. Pagotto (2010) ressalta que no decorrer do processo de estruturação da ITCP/COPPE/UFRJ, outras instituições e governos procuram a incubadora e fontes de fomento em busca de auxílio para elaborar projetos semelhantes.

Vechia et al. (2011) complementa, as experiências obtidas pela ITCP/UFRJ foram modelos a serem seguidos por outras universidades. Assim, no ano de 1998, outras universidades já haviam seguido a iniciativa e criaram suas incubadoras, ocasionando acriação de uma REDE de ITCPs. No ano posterior, essa REDE elabora um projeto mais entre as universidades, pois passa a ser membro da Rede Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho (REDE UNITRABALHOS), que originou o Programa Nacional de Incubação de Cooperativas Populares - REDE de ITCPs.

Seguindo o acima exposto, em 2005 foi criada a ITCP da Universidade Federal de Lavras, INCUBACOOOP/UFLA (Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares), com o objetivo de perpetuar a extensão universitária em suas ações, bem como a economia solidária, cooperativismo, associativismo e gestão social, em prol da geração de trabalho e renda para trabalhadores que buscam melhores condições de trabalho. Atendendo interessados em constituir associações e cooperativas, desde a pré-incubação até a pós-incubação, realização de cursos e eventos abertos à todos interessados, seja da academia ou da população em geral.

## 4.6. CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS

A denominação dada aos catadores de materiais recicláveis difere nos países. De acordo com Sabedot e Neto (2017), no Brasil foi definida pela Portaria nº 397/2002, onde o Ministério do Trabalho e Emprego aprovou uma nova Classificação Brasileira de Ocupações, nessa classificação o outrora catador de resíduos passou a catador de material reciclável. Pela portaria, é definido como o trabalhador que coleta e seleciona material reciclável, responsável por coletar, separar, vender e preparar material reciclável e reaproveitável, realizar manutenção do ambiente e equipamentos de trabalho, divulgar o trabalho de reciclagem, administrar o trabalho e trabalhar com segurança.

Como consequência do trabalho, a gestão com integração e sustentabilidade dos resíduos sólidos acarreta na redução quanto ao volume nas fontes geradoras, reaproveitamento, a inclusão dos catadores de materiais recicláveis pela coleta seletiva e a reciclagem dos materiais, e por fim a recuperação de energia gasta durante o processo (CAMPOS, 2014).

Um ponto importante é a crescente formação de organizações populares que lutam pelos excluídos, o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) tornou a representação com efetiva ao modo que o movimento deu voz às demandas dos catadores partindo deles próprios e não de terceiros. Então, o movimento representa mais que uma instituição que dá apoio, mas sim uma organização criada no ventre da catação de materiais recicláveis e que sua estruturação pela organização, planejamento, gestão e formulação partia dos próprios trabalhadores. Em decorrência da organização do MNCR, três elementos valem a análise, o primeiro refere ao orgulho do catador em ser catador, por esse motivo busca melhorias e avanços nas condições de trabalho. O segundo elemento consiste na organização pelas cooperativas e associações, seguindo estes modelos os benefícios financeiros de sua aplicação devem ter uma partilha justa, proporcional ao trabalho despendido e com uma forma solidária. E o terceiro elemento é a elevação da relevância da reciclagem com a inclusão social consiste na questão dos catadores representarem um dos principais agentes políticos que trabalham na defesa do desenvolvimento sustentável (SANT'ANA; METELLO, 2016).

A oportunidade de união em associações ou cooperativas é uma forte chance para criação e expansão de modelos de economia solidária. Por este modelo, procura-se formas de inclusão de pessoas, que em decorrência da evolução dos modos de produção foram excluídas por não se enquadrarem no desenvolvimento. Nesse sentido, a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei 12.305/2010) que levou vinte anos de tramitação no Congresso Nacional, objetiva reconhecimento ao catador e o incentivo para que eles se unam em associações. Esse processo de organização é de suma importância, uma vez unidos, ganham força na luta pelos seus direitos. Por meio dessa união, a produção podese aumentar, ganho de autonomia por parte dos membros pela autogestão. Assim, os catadores unidos utilizam de formas alternativas de produção frente ao capitalismo, de modo a crescer sua produção e deter atravessadores (PINHEIRO; FRANCISCHETTO, 2016).

A catação de materiais recicláveis beneficia o meio ambiente, com relação à gestão ambiental e os impactos ambientais, pois os materiais transformados em novas mercadorias e suas reinserções no ciclo produtivo acarretam em benesses tanto para a sociedade como para a natureza, pelo fato de promoverem a economia dos recursos naturais e de espaços que viriam a ser depósitos para esses resíduos (MAGALHÃES, 2012).

Pelo aqui exposto, Sant'Ana e Metello (2016) apontam que o avanço e o começo de um período de mudança passa por quatro pontos: o primeiro é a garantia da contratação pelos órgãos públicos como as prefeituras pela coleta seletiva convencional; segundo é promulgação de um acordo setorial que viabilize a logística reversa, que pode ocasionar em um impulso para uma melhor estruturação das cooperativas; o terceiro ponto diz sobre estímulo ao aumento do parque industrial reciclador no país, o que poderia proporcionar oportunidade para cooperativas; e por último, em quarto é a criação e aplicação de políticas públicas que incentivem a reciclagem.

## 5. METODOLOGIA

O contato primário entre a incubadora e o possível empreendimento a ser incubado, é o início da atividade de incubação, onde ocorre uma reunião entre os membros da associação e a equipe da INCUBACOOP/UFLA, neste primeiro momento é realizada uma contextualização da forma como a associação desenvolve seu trabalho ou como pretende desenvolver, são distribuídas então cartilhas informativas da incubadora, sendoelas: Como Constituir uma Cooperativa; Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares; Saindo do Desemprego; Do Coletar ao Reciclar, estas em versões para o público infantil e adulto. Os membros do empreendimento a ser incubado, concordando e compartilhando da mesma visão dos princípios cooperativistas, da economia solidária e da gestão social, partem para a incubação e a partir deste momento inicia de fato o trabalho da incubadora.



A incubadora acompanha as atividades da associação desde 2015, ano de fundação da CORPAAG e início do processo de incubação, com intuito de prover subsídios necessários para seu funcionamento, seja com aquisição de materiais, bem como cursos ou parcerias com entidades públicas, como a UFLA. A secretaria municipal de meio ambiente é a responsável pela concessão pública do serviço de coleta da associação, onde o caminhão coletor passa em dias e horários fixos nos bairros atendidos. O quadro atual conta com 11 associados (figura 1), o espaço utilizado pela associação consiste em uma área pública cedida pela prefeitura, cercada por áreas de preservação ambiental (APP's), a área em si também era parte da APP, mas em decorrência de sua utilização por uma grande período como bota fora, os associados conseguiram reverter a área para área pública, por meio do Conselho de Meio Ambiente (CODEMA). A associação reflorestou uma parte da área degradada com o plantio de 2800 mudas de árvore, além de manterem um controle ambiental sobre a área.

**Figura 1** – Parte dos membros da CORPAAG. Fonte: INCUBACOOOP (2019).



Por meio de edital do CNPq, foi possível a obtenção de materiais para as atividades e a segurança dos associados. Todo auxílio prestado pela incubadora parte dos associados, em momento algum é sugerido o que deve ser feito dentro da associação, uma vez que pela gestão social os membros devem chegar a um comum acordo e assim levantarem o que é necessário para a continuação das atividades ali desenvolvidas.

Dessa forma, foi apresentado à incubadora a necessidade de equipamentos de proteção individual (EPI's) e um moinho triturador. A partir desta demanda, os membros da INCUBACOOOP/UFLA se organizaram, para então auxiliarem na aquisição dos materiais necessários.

Os associados procuravam uma melhor condição de trabalho dentro da associação, precisavam de materiais como botas específicas e uniformes. E ainda, devido ao aumento da coleta de materiais, atualmente há o processamento de 30 toneladas por mês destes materiais, a associação necessitava de um equipamento para moer os materiais recicláveis como vidro e plástico. Foi, então, realizada uma cotação para a compra das botas, uniformes e o moinho triturador KMB 400 - 30CV. Foram adquiridos os materiais com o menor valor e melhor qualidade dentre as especificações apontadas pelos associados, a figura 2 apresenta a entrega do moinho e parte dos membros da associação e da incubadora. Todo o processo de aquisição foi transparente e acompanhado pela associação, em nenhum momento a incubadora deu sugestões ou influenciou nas escolhas. Devido ao caráter interdisciplinar dos membros, foi possível que diferentes departamentos da

universidade participassem desse processo, uma vez que as demandas englobavam questões pertinentes à segurança do trabalho, estrutura necessária e o modo seguro para a utilização do moinho, bem como da sua ligação e o que seria necessário para sua instalação.

**Figura 2** – Entrega do moinho triturador. Fonte: INCUBACOOOP (2019).



## 6. ANÁLISE

Do momento em que a incubadora passou a ter um acompanhamento mais próximo da CORPAAG, os trabalhos foram facilitados, criou-se uma confiança entre os membros e maior liberdade para dialogar tanto em relação às atividades desenvolvidas, como também questões pessoais. Os membros passaram a compreender melhor o funcionamento da associação, problemas e ter um olhar semelhante ao dos associados.

As atividades foram divididas em 5 etapas de processamento dos materiais, sendo elas: a coleta dos materiais; a triagem, momento onde os materiais são separados; trituração e/ou prensagem, assim transformando em lotes; embalagem dos materiais; estocagem; e a posterior expedição. Essas atividades são realizadas por rodízio, ou seja, todos revezam entre si nas atividades, de modo a não ocorrer sobrecarga sobre nenhum associado.

Com isso, os anseios dos membros em relação às melhorias estruturais foram aparecendo, como apresentado anteriormente, o caráter interdisciplinar da INCUBACOOOP/UFLA permitiu o auxílio em diferentes aspectos, por meio de discentes de diferentes cursos de graduação, como administração, administração pública, engenharia civil e engenharia florestal. Com essa heterogeneidade são realizadas parcerias e futuros colaboradores para os demais empreendimentos atendidos. Neste contexto surgiu a possibilidade junto aos estudantes de engenharia civil na realização de um curso de produção de tijolos de adobe, uma vez que os associados apresentaram a demanda em relação às melhorias estruturais. Esse processo será supervisionado por uma professora do curso de engenharia civil, agregando conhecimentos que possibilitarão uma ampliação da área de trabalho, tornando um ambiente mais agradável. Serão elaborados diferentes materiais quanto à segurança do trabalho, em parceria com os professores dos cursos de engenharia, como o Mapa de Risco



da associação, as normas regulamentadoras para o manuseio dos materiais e do maquinário, cartilhas para evitar acidentes, dentre outros.

Para o futuro, a INCUBACOOOP/UFLA ficará responsável pela aplicação do Diagnóstico Rápido Participativo Emancipador (DRPE). Este diagnóstico é um método praxiológico de problematização da situação em que se encontram, de caráter qualitativo, com base na discussão coletiva, levando-se em conta a cultura local. O método DRPE tem como objetivo atuar em grupos sociais tais como os assentamentos rurais da Reforma Agrária, associações, cooperativas, empreendimentos de economia solidária, dentre outros (PEREIRA, 2017). Essa aplicação foi um pedido por parte dos associados, para melhorar a dinâmica da associação, apontar falhas, problemas e suas soluções, de forma a aprimorar os trabalhos e traçar um norte para dar continuidade nas ações da CORPAAG.

É importante salientar que a extensão universitária é a retribuição à sociedade dos conhecimentos desenvolvidos no ambiente acadêmico, assim como, a formação cidadã dos membros da incubadora, pois desenvolvem diferentes habilidades nos trabalhos em grupo, com diferentes áreas de conhecimento, o contato com a população local e se tornando agentes difusores dos princípios trabalhados pela INCUBACOOOP/UFLA.

A consciência ambiental dos associados foi outro destaque, sendo que além de contribuírem para uma melhor qualidade de vida, eles são conscientes da importância do trabalho que desenvolvem e propagam a relevância de seus serviços. Neste sentido, partindo de uma demanda deles, a incubadora desenvolveu em 2018 um trabalho de conscientização ambiental nos 9 bairros atendidos, informando os dias e horários que o caminhão coletor realizava as coletas, distribuindo cartilhas informativas sobre a importância da reciclagem e dos agentes coletores e dialogando com a população local. Esta ação obteve um retorno positivo, pois a população passou a contribuir ainda mais, uma vez que estava melhor informada sobre as atividades da associação.

## 7. RESULTADOS

Por meio das ações realizadas foi possível criar um laço maior entre a incubadora e seus membros com os membros da associação, aproximando a Universidade da sociedade civil, além de levantar futuras ações a serem desenvolvidas. Pela extensão, assim como Paulo Freire (1983) diz, é caracterizada como a ação de estender, de dupla aprendizagem. Quem estende, o faz a partir de algo para alguém, aquele que é o receptor da ação verbal. Logo, a incubadora estende o que está a seu alcance para os empreendimentos, assim como há a dialética com os grupos atendidos, sendo uma via de mão dupla de aprendizado entre os envolvidos.

Os resultados alcançados demonstram a importância da extensão universitária para todos envolvidos, seja nos benefícios aferidos pelos catadores de materiais recicláveis, seja para os futuros profissionais na sua formação como cidadãos e cidadãs, seja os ganhos diretos e indiretos para a sociedade local. O papel interdisciplinar das incubadoras tecnológicas de cooperativas populares prova que independente da área de estudo, todos podem participar, aprender e contribuir em ações pautadas na economia solidária, na gestão social e no cooperativismo.

Vale ressaltar a importância ambiental que os coletores de materiais recicláveis possuem, pois são os responsáveis pela coleta dos materiais que possam vir a contaminar e degradar o meio ambiente, contribuindo para diminuição de materiais descartados nos aterros sanitários, realizando triagem e reciclagem destes materiais, e melhorando qualidade de vida para a população de modo geral.

## 8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALCÂNTARA, F. H. C. Institucionalismo, Racionalidade e Solidariedade em Cooperativas Populares. In: HECKERT, S. M. R. (org). Cooperativismo Popular: reflexões e perspectivas. Juiz de Fora, Editora UFJF, 2003. 222p.

ANDRADE, R. M. M.; MOROSINI, M. C.; LOPES, D. O. A extensão universitária na perspectiva da universidade do encontro. Em Aberto, Brasília, v. 32, n. 106, p. 117-131, 2019

BENINI, E. A. Economia solidária, Estado e sociedade civil: um novo tipo de política pública ou uma agenda de políticas públicas? Org & Demo, UNESP, Marília, n. 4, p. 3-22, 2003.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado, 1988.

BOTELHO, L. L. R.; LIMA, D. F.; BRAUN, J. C. A.; WUERGES, A.; GAUTHIER, F.

O.; NOGUEIRA, S. V. Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares: atuando a partir da extensão universitária. In: XV Colóquio Internacional de Gestão Universitária. CIGU, Mar Del Plata: CIGU, 2015. v. 01. p. 01-15.

CAMPOS, V. E. Gestão de resíduos sólidos urbanos: contribuições socioambientais de duas cooperativas de catadores de materiais recicláveis na região do Médio Paranapanema. 2014. 136f. Dissertação (Mestrado em Biociências), UNESP, Assis. 2014.

CANÇADO, A. C.; SOUZA, M. F. A.; PEREIRA, J. R. Os princípios cooperativistas e a identidade do movimento cooperativista em xeque. Revista Gestão e Organizações Cooperativas, v. 1, n. 2, 2014.

CANÇADO, A. C.; TENÓRIO, F. G.; PEREIRA, J. R. Gestão Social: reflexões teóricas e conceituais. Cadernos EBAPE.BR, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 681-703, 2011.

COIMBRA, A. L. S.; SOUZA, M. B. Princípios e ações em economia solidária: a Intercoop/UFJF e o cooperativismo popular com egressos do sistema penitenciário de Juiz de Fora/MG. Proposta: Revista Trimestral de Debate da Fase, Rio de Janeiro, v. 31, n. 112, 4-15, 2007.

DUBEUX, A. O papel das Universidades na construção da economia solidária no Brasil. Proposta: Revista Trimestral de Debate da FASE, Rio de Janeiro, v. 31, n. 111, 2007.

FRAGA, L. As Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCP) na construção da contra hegemonia acadêmica. Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade, Belo Horizonte, v. 5, n. 13, p. 496-539, 2018.

FRANÇA FILHO, G. C. A problemática da economia solidária: um novo modo de gestão pública? In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 24, 2002,

Florianópolis. Anais... Rio de Janeiro: ANPAD, 2002.



FREIRE, P. Extensão ou Comunicação?. 7 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

HABERMAS, J. Direito e Democracia: entre a facticidade e a validade. Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, 354 p., 2003.

MAGALHÃES, B.J. Liminaridade e exclusão: os catadores de materiais recicláveis e suas relações com a sociedade brasileira. 2012. Dissertação (Mestrado em Antropologia), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. 2012.

MARTINS, I. G.; MOTA, L. L. R.; SEGALA, N. B.; SANTOS, T. N. S.; CABRAL, L

.R. RECICLANDO AS RELAÇÕES DE GÊNERO: A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO EM COOPERATIVAS DE CATADORAS E CATADORES, E O PAPEL DE LIDERANÇAS FEMININAS NA POLÍTICA PÚBLICA DE RESÍDUOS SÓLIDOS NO DISTRITO FEDERAL. In: PEREIRA, C. J.; GOES, F. L. (Org.).

Catadores de materiais recicláveis: um encontro nacional. IPEA, Rio de Janeiro, p. 75-97, 2016.

MARTINS, P. L.; SANDIM, D. A.; NETA, M. C. S. Empreendimentos econômicos solidários acompanhados pela Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares de uma instituição de Ensino Superior em Minas Gerais. Colóquio, Taquara, v. 15, n. 2, jul./dez. 2018.

MAURER JR, T. H. O Cooperativismo: Uma economia humana. Imprensa Metodista, São Paulo, 328 p., 1966.

NASCIMENTO, Cláudio. A Autogestão e o “Novo Cooperativismo”. In SENAES, Secretaria Nacional de Economia Solidária. Texto para discussão. Brasília, 2004.

OLIVEIRA, E. D. As incubadoras de cooperativas populares como uma extensão educacional. Revista Eletrônica Científica Ensino Interdisciplinar - RECEI.Mossoró, v. 3, n.9, 2017.

PAGOTTO, C. Produção associada na era da precarização estrutural: da atuação das cooperativas de trabalho. 2010. 149p. Tese (Doutorado em Sociologia), Universidade Estadual de Campinas –UNICAMP. Campinas. 2010.

PAULA, J. A. A extensão universitária: história, conceito e propostas. Interfaces - Revista de Extensão, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 05-23, 2013.

PEREIRA, J. R. Diagnóstico participativo: o método DRPE. Tubarão: Perito, 2017. 176p.

PEREIRA, J. R.; CANÇADO, A. C. Gestão Social de Cooperativas. Curitiba: Appris, 2018. 188p.

PINHEIRO, P. T.; FRANCISCHETTO, G. P. P. A POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS COMO MECANISMO DE FORTALECIMENTO DAS ASSOCIAÇÕES DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS. Derecho y Cambio Social, Peru, 2016.

RAZETTO, L. Economia de solidariedade e organização popular. In: GADOTTI, M.; GUTIERREZ, F. (Org). Educação comunitária e economia popular. São Paulo: Cortez, 1993. p. 34-58.

RIBEIRO, M. R. F.; PONTES, V. M. A.; SILVA, E. A. A CONTRIBUIÇÃO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA

FORMAÇÃO ACADÊMICA: DESAFIOS E

PERSPECTIVAS. Revista Conexão UEPG, Ponta Grossa, v. 13, n. 1, jan./abr. 2017.

SABEDOT, S.; NETO, T. J. P. Desempenho ambiental dos catadores de materiais recicláveis em Esteio (RS). Engenharia Sanitária e Ambiental, Rio de Janeiro, v. 22, n. 1, 2017.

SANT'ANA, D.; METELLO, D. RECICLAGEM E INCLUSÃO SOCIAL NO BRASIL: BALANÇO E DESAFIOS. In: PEREIRA, C. J.; GOES, F. L. (Org.).

Catadores de materiais recicláveis: um encontro nacional. IPEA, Rio de Janeiro, p. 21-44, 2016.

SANTOS, J. H. de S.; ROCHA, B. F.; PASSAGLIO, K. T. Extensão Universitária e formação no Ensino Superior. Revista Brasileira de Extensão Universitária, v. 7, n. 1, p. 23-28, 2016.

SINGER, P. A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego. Contexto, São Paulo, 2000.

SINGER, P. Introdução à Economia Solidária. Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 128 p., 2002.

SÍVERES, L. O PRINCÍPIO DA APRENDIZAGEM NA EXTENSÃO

UNIVERSITÁRIA. In: SÍVERES, L. (Org.). A Extensão universitária como um princípio de aprendizagem. Liber Livro, Brasília, p. 19-33, 2013.

TOCQUEVILLE, A. Democracia na América. Edusp, Belo Horizonte, 2 ed., 1987.

VECHIA, R. S. D.; TILLMANN, R. ; CRUZ, .A; NUNES, T. G.A Rede de ITCPs-

Passado, presente e alguns desafios para o futuro. Revista Diálogo, Canoas, v. 18, p. 115-144, 2011.







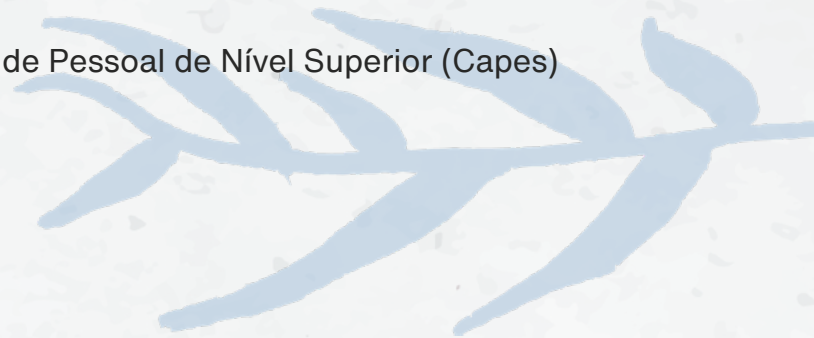


# FORMAÇÃO DE JOVENS EM AGROECOLOGIA COMO MEIO DE AMPLIAR CONHECIMENTOS E RE- TERRITORIALIZAÇÃO DOS ESPAÇOS RURAIS.

BRANDÃO, Vinícius Henrique  
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
vinicius.publi@hotmail.com

VILLELA, Lamounier Erthal  
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro,  
lamounier.erthal@gmail.com

Instituição Financiadora:  
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)



## RESUMO

O presente trabalho busca analisar a relação entre as informações /conhecimentos que são necessárias aos jovens no campo, produtor rural agroecológico, para sua permanência no meio rural com a possibilidade de geração de renda (viabilidade Econômica e bem-estar (Inclusão Social e Respeito Ambiental). Dado que a juventude brasileira advinda do meio rural continua a abandonar o campo e a agricultura, procurando alternativas nos grandes centros urbanos, onde acabam por ser, em grande, mão de obra em uma engrenagem de trabalho que, por muitas vezes, os despersonalizam e os desterritorializam. Foram feitas entrevistas e observação participativa com uma amostra de jovens selecionados da região da Baía da Ilha Grande, no estado do Rio de Janeiro, que participaram do curso “Formação agroecológica para jovens cidadãos do Rio de Janeiro”. A principal indagação desta pesquisa é: qual é o tipo de conhecimento e quais são as informações necessárias para fornecer aporte de geração de renda e bem-estar ao jovem, fazendo-o optar por permanecer no campo? A pesquisa aponta para uma construção de conhecimentos a partir da agroecologia<sup>1</sup>, dialogicidade de informações, do acesso às políticas públicas e aparelhos do Estado, da construção de uma cultura rural desenvolvida, forte e orgulhosa de suas origens. Este processo de construção se desenrola em um constante exercício para a concepção do desenvolvimento de autonomia da juventude rural, edificando seus próprios significados, construindo e redescobrimdo seus valores, em trocas diárias de saberes para aprender e por consequência para ensinar, intervir, conhecer, sonhar, transformar.

**Palavras-chave:** Agroecologia, juventude rural, informação, dialogicidade, políticas públicas

---

1 A Agroecologia corresponde a um campo de estudos que pretende o manejo ecológico dos recursos naturais, para através de uma ação social coletiva de caráter participativo, de um enfoque holístico e de uma estratégia sistêmica, reconduzir o curso alterado da co- evolução social e ecológica, mediante um controle das forças produtivas que estanque seletivamente as formas degradantes e espoliadoras da natureza e da sociedade. Em tal estratégia, dizem os autores, joga um papel central a dimensão local como portadora de um potencial endógeno que, por meio da articulação do saber local com o conhecimento científico, permita a implementação de sistemas de agricultura alternativa potencializadores da biodiversidade ecológica e da diversidade sociocultural. Sevilla Guzmán e González de Molina (1996)



# 1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho busca analisar a relação entre as informações /conhecimentos que são necessárias aos jovens no campo, produtor rural agroecológico, para sua permanência no meio rural com a possibilidade de geração de renda (viabilidade Econômica e bem-estar (Inclusão Social e Respeito Ambiental). Dado que a juventude brasileira advinda do meio rural continua a abandonar o campo e a agricultura, procurando alternativas nos grandes centros urbanos, onde acabam por ser, em grande, mão de obra em uma engrenagem de trabalho que, por muitas vezes, os despersonalizam e os desterritorializam (HAESBAERT, 2004).

Este processo de êxodo que vem ocorrendo acaba por nos remeter às cenas vividas em meados dos anos 1970, no qual grupos de contingentes de homens, mulheres e crianças passaram por um processo acelerado de expropriação<sup>1</sup> de suas terras e tiveram que se mudar para os núcleos urbanos, lugar onde tiveram que empregar sua força de trabalho e mão de obra. E o que temos como cenário na atualidade, e que vem se misturando aos motivos do passado, é o meio rural retratado como um cenário de atraso e abandono, no qual são apresentadas questões de inviabilidade econômica, material, estrutural e social para o jovem, pois a falta de iniciativas de políticas públicas, bem como a falta de políticas específicas voltadas para a produção e vida rural, exclui este indivíduo e destrói suas possibilidades de ter uma vida digna no meio rural.

O debate sobre a permanência do jovem no campo, em certo aspecto, tem uma estreita relação com os atrativos que a cidade pode proporcionar (lazer, escolas, universidades, comércio e trabalho com remuneração regular), enquanto, por outra via a repulsa das atividades agrícolas e ao meio rural (atividade agrícola penosa, dura e difícil; baixos rendimentos, irregulares e aleatórios; trabalho sob sol quente ou em lugares ou posições desconfortáveis). E, para Brumer (2007), os indivíduos migram, avaliam e pesam tais fatores e, geralmente, enfatizam os fatores de repulsão na decisão de migrar “[...] na medida em que os indivíduos fazem um balanço entre a situação vivida e a expectativa sobre a nova situação” (p. 37).

O caminho percorrido para abordagem desta pesquisa se dá no campo do conhecimento acerca da Agroecologia como aporte de habilidades e competências necessárias para a permanência do jovem no campo. Foram feitas entrevistas e observação participativa com uma amostra de jovens selecionados da região da Baía da Ilha Grande, no estado do Rio de Janeiro, que realizaram como participantes o curso “Formação agroecológica para jovens cidadãos do Rio de Janeiro”<sup>2</sup>, que tem como proposta levar a regiões estratégicas do Estado ações educativas inovadoras para formar jovens lideranças no meio rural fluminense, seguindo a metodologia “jovem educa jovem”, utilizando a pedagogia da alternância por meio de técnicas de aprendizado significativo, com projetos pedagógicos integradores, para garantir que a lógica “do aprender a fazer fazendo” não se perca.

1 O significado literal do termo “expropriar” é “tirar legalmente a propriedade de alguém”, ou seja, é o ato de desapossar. De acordo com Azevedo e Bialoskorky Neto (1997), a expropriação tem um sentido mais amplo e, por isso, também significa perder benefícios, via meios legais ou não (pelo uso da força), que antes eram apropriados pelo detentor da posse da terra, independente da posse ser formalizada ou não.

2 O curso “Formação agroecológica para jovens cidadãos do Rio de Janeiro”, tem como proposta levar a regiões estratégicas do Estado, onde atuam esses grupos, ações educativas inovadoras para formar jovens lideranças no meio rural fluminense, seguindo a metodologia “jovem educa jovem”, utilizando a pedagogia da alternância por meio de técnicas de aprendizado significativo, com projetos pedagógicos integradores, para garantir que a lógica “do aprender a fazer fazendo” não se perca. A meta do curso é a formação 60 jovens formadores que após treinados e capacitados irão formar 900 jovens de base de suas regiões.

A partir das constatações iniciais nesta introdução e dos temas previamente levantados, a principal indagação desta pesquisa é: qual é o tipo de conhecimento e quais são as informações necessárias para fornecer aporte de geração de renda e bem-estar ao jovem, fazendo-o optar por permanecer no campo?

## DESENVOLVIMENTO E DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Alguns atributos devem ser evidenciados como pré-requisitos pelos quais o pesquisador almeja nas competências em desenvolver seu trabalho. Para Gil (1999), um bom pesquisador precisa, além do conhecimento do assunto, ter curiosidade, criatividade, integridade intelectual e sensibilidade social. São igualmente importantes: a humildade para ter atitude autocorretiva, a imaginação disciplinada, a perseverança, a paciência e a confiança na experiência.

Na atualidade, o sucesso em uma pesquisa está vinculado ao potencial do pesquisador em estabelecer redes dentro do universo de seu objeto de pesquisa, bem como a sua capacidade de captar recursos, fazer alianças que proporcionem a tecnologia e os equipamentos necessários para o desenvolvimento de sua pesquisa.

Minayo (1993, p.23), observando com a lupa do viés filosófico, considera a pesquisa como “atividade básica das ciências na sua indagação e descoberta da realidade. É uma atitude e uma prática teórica de constante busca que definem um processo intrinsecamente inacabado e permanente. É uma atividade de aproximação sucessiva da realidade que nunca se esgota, fazendo uma combinação particular entre teoria e dados”.

## AGROECOLOGIA E JUVENTUDE RURAL

A Agroecologia, para além de ser uma ciência acerca do manejo de maneira ecológica e responsável dos recursos naturais, é abordada como um campo do conhecimento científico sob uma perspectiva de um enfoque holístico<sup>3</sup>. A integração e a articulação de áreas do conhecimento e diferentes disciplinas de distintas ciências demonstram aos jovens a abrangência do estudo da Agroecologia, os quais passam a compreender a magnitude e extensão do campo de conhecimento da agroecologia. O que fica evidenciado pela fala do jovem 6:

“Posso dizer que eu tinha uma visão que eu achava que eram só as pessoas que comiam orgânico, que cuidava da terra por movimento, mas vi que a definição é muito maior, ela é muito mais que eu achava pois mistura muitas coisas como agricultura, união, como entender as pessoas, costumes. Não tem uma só definição, é uma junção de muitas coisas”. Jovem6

A Agroecologia integra um gama de diferentes conhecimentos, tanto o científico quanto o conhecimento popular tradicional, e isto permite uma compreensão e uma análise crítica acerca do modelo de desenvolvimento e de agricultura industrial capitalista. Este desenho de estratégias hegemônicas para o desenvolvimento rural proposto pelo agronegócio é debatido à luz da nova proposta de desenvolvimento territorial rural sustentável. Transcendendo apenas os modelos agrários, e passando a exercer mudanças no cotidiano das pessoas, em seu estilo de vida, modo de consumo, maneira de se alimentar e modos de vida. E isso fica evidenciado pela visão do jovem 1 quando diz acerca da agroecologia:

---

3 Etimologicamente, a palavra “holístico” deriva do grego holos (todo, completo, visão do conjunto). Na abordagem holística o todo não significa a soma das partes, mas é maior do que esta.



“É um conceito e um modo de vida, uma mescla entre isso, é a maneira de se portar no campo e se estende além do campo. É um estilo de vida, um modo sustentável de se viver do campo. Para um resumo de agroecologia”. Jovem1

No que diz Morin (1999, p. 33) a Agroecologia se identifica como o “pensar complexo”, no que “complexus significa o que é tecido junto”. “O pensamento complexo é o pensamento que se esforça para unir, não na confusão, mas operando diferenciações”. Com isso, a Agroecologia não se enquadra em paradigmas convencionais e reducionistas, pois as relações a qual se propõe avaliar se dão no campo social, político e ambiental, havendo nisso a complexidade.

Desta forma uma nova abordagem paradigmática é necessária ao trabalhar o tema junto aos jovens, uma abordagem que englobe conhecimentos de diferentes disciplinas e que una os saberes populares e a cultura de cada um, de forma a enxergar a Agroecologia como transversal, acessível e democrática. E a visão agroecológica seja unânime ao reconhecer que ela,

“é a junção de conhecimentos e técnicas no qual o grande e o pequeno são repassados de forma mais ampla, muita teoria e técnica que tem que chegar no pequeno, e são coisas boas. Ela é o que move os sistemas e plantios, conexão, forma de plantio em geral” Jovem 4.

E, após serem abordados acerca da agroecologia em seus conceitos e concepções, busca-se junto ao jovem perceber o grau de envolvimento que ele junto aos demais jovens tem com os agricultores e produtores locais, bem como o interesse pela agricultura familiar. E o que se evidencia através da pesquisa é o mesmo obtido pelas bibliografias acerca do êxodo rural, onde

“são poucos os jovens que são interessados na parte de ajudar os pais e assumir os sítios, são poucos ou quase nada, nem terminam os estudos e já procuram emprego nas áreas urbanas e se submetem a pequenos salários”. Jovem6.

Evidenciando a questão sucessória no campo por meio desta fala apontada, pois o jovem, ao migrar para os centros urbanos, deixa uma lacuna no campo e, desta forma, não há renovação da força de trabalho e junto a isto os costumes e tradições do campo tendem a se enfraquecer.

E a pesquisa aponta que o problema se torna ainda mais complexo, ao passo que as famílias de muitos jovens fazem parte do processo migratório, e desta forma a lacuna é ainda maior. E muito recorrente no território rural da Baía da Ilha Grande é a ocupação destes espaços para a construção de casas de veraneio e condomínios por conta da proximidade com a natureza e dos recursos naturais.

“As famílias que estão lá há algum tempo já migraram todas ou quase todas para a cidade, então as famílias que estão lá chegaram recentemente e não conhecem da história do assentamento, ou nem reconhecem lá como tal, então os jovens que estão lá não participam da associação. Os agricultores que ainda mantêm as suas terras para produção local ainda têm essa troca, pois às vezes, um trabalha na terra do outro, tem muito mutirão, feira, troca de produtos. Os que não produzem, são como se fosse outra comunidade, pois veem lá apenas como lugar para fim de semana com uma cachoeira”. Jovem5

A pesquisa aponta que há dificuldades também no entrosamento entre os moradores, agricultores e os atores sociais das localidades, criando entraves para a comunicação. Pois com a precariedade da mesma, não há

diálogo, não havendo diálogo, havendo carência de informações, e desta forma acabam por agir de maneira individualizada, o que remete ao individualismo metodológico<sup>4</sup>, o que fica evidenciado pela fala do jovem6:

“Na parte da união na localidade, não tem uma união das pessoas em um ajudar o outro, querem crescer sozinhos, não tem um pensamento de unir forças. E a partir desse problema, dá origem a outros, como agrotóxicos que podem gerar problemas para o vizinho, e foge da agricultura familiar”. Jovem6

E esse individualismo ainda pode acarretar maiores problemas aos agricultores, pois a agricultura familiar trata-se de um processo em unidade com o bioma ali presente, é um sistema de interação entre os seres vivos, seja de origem vegetal, seja de origem animal. Caso um agricultor que tenha todo um sistema agroecológico em sua propriedade, tenha como vizinho outro agricultor que opte pelo sistema convencional agrícola, sua plantação estará comprometida, pois o agrotóxico e venenos usados na propriedade de seu vizinho podem passar à sua propriedade também. Desta forma, constitui-se preocupação ao jovem a conscientização de sua localidade, ao passo que “mostrar para os outros que isso é uma forma viável, é uma forma possível, muito mais demorada que a forma convencional, porém, dá resultado”. Jovem5

## PARTICIPAÇÃO, INFORMAÇÃO E POLÍTICA

A participação representativa fornece aos jovens uma experiência de vivenciar os processos de construção de projetos, de pautas e ações com o coletivo. Essa experiência permite ao jovem vivenciar e construir determinados valores tais como a solidariedade, o engajamento em causas locais e a alteridade, isto é, respeitar e aprender, perceber e reconhecer o outro, bem como suas diferenças. Percebe-se isto não apenas na vida política, mas em cunho social, cultural e religioso.

“Apesar de eu trabalhar com ecumenismo, estou inserido na igreja católica, então participo dos debates ali, desenvolvo atividades dentro da igreja católica também com os jovens, então consigo pegar um pouquinho de cada coisa”. Jovem1

Logo, a participação política não se constrói em um vazio cultural ou histórico, os jovens carregam características, costumes e histórias que lhes são próprias da idade e de seu cotidiano, enriquecendo e ampliando o debate político, tão logo essa experimentação de convívio com as diferenças (Castro, 2008; Mouffe, 2003; 2005), seu engajamento na defesa de pautas coletivas, abandonando o individualismo metodológico em direção ao bem comum (Castro & Menezes, 2002), caminham para a construção de uma identidade coletiva (Prado, 2001). E essa flexibilidade e abertura a novas ideias pertinentes a juventude é que cria parâmetros a esse desenvolvimento.

“Porque os conhecimentos que eu adquiri me proporcionam mudar o jeito como eu me relaciono com as pessoas, porque a gente encontra culturas novas, novos modos de agir que a gente pode adquirir para nossa vida, nosso modo de falar, no modo de agir, no modo de trabalhar com a terra, e isso me ajuda bastante” Jovem2

---

4 O individualismo metodológico é uma reivindicação sobre o caráter da explicação. Afirma que todos os fenômenos sociais são mais bem explicados pelas propriedades dos indivíduos compreendidos no fenômeno. Ou, de outra maneira, que toda explicação que envolve conceitos sociológicos de nível macro deveria, em princípio, ser reduzida a explicações no plano micro dos indivíduos e suas propriedades.



Porém, infelizmente, há uma desconfiança e descontentamento por parte da juventude acerca da política institucional e seus aparelhos. Isso se dá pelo fato de ainda haver um afastamento entre a juventude e o poder público, ou essa relação se basear em preâmbulos do clientelismo e relações de troca, onde pela fala do Jovem2 se reforça ainda mais essa afirmação demonstrando uma menor governança:

“O poder público nem chega lá. Pois quando queremos alguma coisa, temos que dar alguma coisa para eles, para quem eles possam ajudar a gente, é tudo por interesse. A prefeitura age por interesse. Para montar um projeto pela prefeitura, se eles não verem que vai ter um retorno para eles, eles não vão te ajudar. Só se você tiver um conhecimento alto lá dentro, aí você até consegue”. Jovem2

Havendo dificuldade na comunicação e sem o repasse de informações, os jovens agricultores relatam a dificuldade na tomada de decisões e na construção de ações coletivas, pois uma vez que o poder público reflete no modo de agir da população, estes não se comunicam e não interagem, e dificultam a participação e o controle social.

“Particularmente eu sempre tento saber mais do que estão dizendo, por exemplo “ vou fazer tal obra, vai ter a reforma do colégio”, então eu busco saber, o preço que saiu o edital, quem ganhou o edital, saber essas informações para saber se o dinheiro que está sendo depositado naquilo, está indo para esse rumo, tendo a destinação correta do recurso. Nem todos fazem isso, mas um fazendo, ou meu amigo fazendo um pouco e eu fazendo um pouco, a gente acaba levando para o pessoal e assim vai espalhando”. Jovem1

“Há falta de interesse do poder público em passar as informações e o interesse da sociedade em querer aprender a informação a qual é nova para ele. Porque tem vários sistemas e métodos e para a sociedade aprender”. Jovem4

“Há desafios, de um modo geral minha comunidade é muito desestruturada e falta, apesar do canal de comunicação ser amplo, chegar informação para as pessoas, o que acaba dificultando. É difícil pois não sabem dos direitos deles, e quando queremos lutar pelos nossos direitos, não sabemos deles. As pessoas que lutam pelo território têm medo, pois a informação não chega de uma forma correta e pensam que podem ser presos ou mortos, e isso atrapalha muita coisa”. Jovem8

Visto a dificuldade de comunicação e interação entre o poder público e os agricultores das localidades estudadas, percebe-se que esta relação é deveras conflituosa, e quando, de alguma maneira, ela existe de maneira turva, pouco transparente. O agricultor não tem conhecimento dos atos do poder público e as informações não chegam em sua totalidade ou com clareza.

“É bastante conflituoso, e nada que seja de forma eficaz, as coisas, mesmo tendo bastante interesse, acabam que não acontecem por falta de querer, pois envolve uma política sem ordenamento, e se fosse tudo transparente, andaria bem melhor”. Jovem1

Outro ponto constatado é a precariedade na forma como se comunicam poder público e jovens agricultores, de um lado pela dialogicidade e, de outro lado, a falta de interesse de uma parcela da juventude rural em não buscar conhecimentos acerca da vida rural, se informar sobre inovações ou até mesmo seus direitos e acesso a políticas públicas. Quando perguntado ao Jovem2 acerca da comunicação que melhor atenderia a sua localidade, ele diz: “Seria bom a televisão, porque quando a gente tem internet, a gente não pesquisa essa informação, só ficando mandando mensagem para os outros, seria bom televisão”.

Entretanto, apesar da televisão ser apontada como meio de comunicação em massa com maior alcance, outra frente que tem sido explorada nos últimos anos é o uso de mídias digitais, com destaque para a internet, a qual se torna meio e espaço para a participação política, participação online ou até e-participação (GIBSON e CANTIJOCH, 2013; NORRIS, 2001).

É inegável que o uso de mídias sociais é uma forte característica entre os jovens, e neste ponto não há distinção entre urbano ou rural, as redes se estendem por toda cidade e campo, e a pesquisa aponta que todos os entrevistados estão conectados diariamente, trocando e recebendo mensagens em seus smartphones. Os meios de comunicação facilitam o processo comunicativo, uma vez que as “tecnologias expandem a comunicação no tempo, no espaço e na modalidade” (HJAVARD, 2012, p. 66).

“A forma como ela é passada, como exemplo, são poucas pessoas que vão a uma sessão na câmara, pois ninguém explica de uma forma correta o que vai acontecer, o que vai ser debatido; e quando a pessoa vai, ela não está preparada. Uma coisa que pode ser uma benção ou uma desgraça, são os grupos do WhatsApp, que é a forma como nos comunicamos com todos do assentamento. Se você coloca de uma forma muito maçante ou não explica com as suas palavras claramente o que você vai acontecer, seja uma reunião ou uma sessão, um protesto ou algo do tipo, ninguém vai aparecer. Em relação a informação, não falta, falta uma linguagem para informar aquilo”. Jovem5

Junto à forma como a informação é passada para os jovens agricultores, procurou-se saber qual o grau de confiabilidade que os mesmos têm acerca destas informações. Uma vez que estamos cercados por fake news<sup>5</sup> que atrapalham o processo de comunicação, causam ruídos e tiram a credibilidade dos atores envolvidos. Os jovens agricultores não sabem ou estão inseguros em quais informações podem ou não tomar como verdade.

“Sobre essa informação que está chegando na aldeia, eu só confio no cacique, pois a gente não confia no pessoal de fora, não confiamos nos brancos, pois eles sabem enganar a gente”. Jovem2

“De um lado são concretas, a gente quem são os governantes e de que família são, mas claro que nem tudo passado é verdadeiro, mas ameniza um pouco pelo lado social, pois você sabe se poderá fazer algo que pode ou não prejudicar alguém. Você fica com essa viabilidade aberta para apresentar os projetos, que é o que ocorre. Levam muito para o lado político, mas isso já é dever deles”. Jovem4

“As informações não passam por um filtro de confiança, as vezes temos problemas com isso, pois são informações falsas que são replicadas a todos, as vezes nos desesperamos por notícias e as vezes nem era atual ou verdade”. Jovem5

Contudo, mesmo ante a este cenário, os jovens que participaram da pesquisa demonstraram que o seu interesse e a sua participação na vida política tem aumentando, e eles estão começando a ocupar espaços cada vez mais de destaque e protagonismo. Ainda há os que, mais tímidos, participam com sua presença, se inteiram do assunto e mostram que estão presentes, o que é muito importante, visto que cada jovem tem um processo diferente de participação. Há os que são mais engajados na participação no primeiro momento e há os que necessitam reconhecer o espaço para se sentirem seguros e assim participarem.

---

5 Fake News são uma forma de imprensa marrom que consiste na distribuição deliberada de desinformação ou boatos via jornal impresso, televisão, rádio, ou ainda online, como nas mídias sociais. Este tipo de notícia é escrito e publicado com a intenção de enganar, a fim de se obter ganhos financeiros ou políticos, muitas vezes com manchetes sensacionalistas, exageradas ou evidentemente falsas para chamar a atenção.



Tomo muitas decisões dentro do sítio, meu avô quer que eu assumo para ele, então muita coisa que acontece no assentamento eu mostro as minhas ideias e digo a eles, não tem errado e certo, mas tem minhas ideias. Na parte do turismo, desde o início dei muitas ideias e conselhos, sou o segundo secretário da comissão. Faço a comunicação com as propriedades vizinhas, passo propostas boas e pego as ideias deles. Jovem6

“Eu percebo que cada um que está ali é importante. A vida é um grande quebra cabeça, então cada pedacinho é importante, e quando falta um a gente não consegue completar o quebra cabeça que poderia ajudar num todo, então fica faltando um elo. É como um tripé, se ele apoia algo e você tira um pé, ele não consegue se manter em pé. Na junção de um todo eu sou importante, não sou sozinho, mas no todo. Numa entrevista de Madre Teresa de Calcutá perguntaram para ela que diferença ela fazia no mundo, ela disse que o mundo era o mar e ela era uma gota, e sem ela no mar, o mar seria uma gota menor, e o mar é formado de gotas em gotas assim como nossa sociedade. Então eu acredito que cada um tem a sua finalidade e a sua importância crucial para o desenvolvimento de onde está inserido”. Jovem2

“Porque eu sou um morador de lá e mesmo que não fale nada, você vai estar aprendendo e sabendo do que está acontecendo em volta de você, na sua comunidade”. Jovem3

“Todos têm o mesmo peso, não existe uma hierarquia, desde o mais novo ao mais velho, todos podem falar. Já falei coisas que vi que não uma necessidade só minha e que outras famílias também tinham e foi resolvido”. Jovem5

Os fundamentos de cooperativismo e associativismo, que de acordo com Santos e Rodriguez (2005, p. 32-33) é uma forma de organização que tem como finalidade conseguir benefícios comuns para seus associados por meio de ações coletivas e de formas democráticas e que dizem respeito às formas de organização compatíveis com o sistema de economia de mercado. Visto isto percebe-se que os jovens estão se movimentando em relação a uma organização social cooperativa e estão compreendendo o conceito de trabalho solidário almejando melhorias gerais para suas localidades.

“Lá é todos juntos, a gente se ajuda em sociedade, a cacique comunica com a gente o que comunica com outras aldeias, dizendo o que está acontecendo”. Jovem3

“Nesses últimos anos conseguimos muita coisa para o assentamento, começando pelo asfalto, luz, reforma da escola, várias coisas que não dava para fazer pelo assentamento, o poder público fez. E geralmente tem uma ata, um registro, tudo direitinho, que quando é passado para câmara de vereadores para votação, é feito por uma pessoa que é o presidente da associação, que é responsável por levar a nossa voz para lá. E é feito de uma forma muito clara, seja pelo sim ou pelo não, temos uma facilidade muito grande de conversar com os vereadores”. Jovem5

“Não temos uma associação estruturada, temos um presidente, mas nada estruturado. Quando você tem alguma estrutura e precisa de algo que seja ambiental, saúde ou local, aí é bom ter uma associação estruturada. Mas se você não vai lá e corre atrás e cobra todo mês, eles não estão nem aí para comunidade, se não tem cobrança, eles acham que não está acontecendo nada. Mas se não for do interesse político deles, você pode esperar por anos. E eu como moradora posso cobrar isso, mas eles dizem que a associação não a procura. Mas tudo é movido por interesse, por visibilidade para votos. Precisamos de apoios para tudo”. Jovem8

Junto aos conceitos de cooperativismo e associativismo, fez-se necessário apresentar os conceitos de sociedade em rede e trabalho em estruturas de rede, mais uma vez atentando para o fim do individualismo e para o fortalecimento do trabalho coletivo. Desta maneira, os jovens passam a enxergar as redes e sua formação, observando que estas são importantes não apenas para sua forma de trabalhar, mas que as redes estão presentes em tudo o que fazem em sua vida cotidiana.

“Estou fazendo alguns trabalhos e quero desenvolver, então eu preciso de ajuda, pois estou fazendo sozinho e quero ajuda para desenvolver. Eu acho que pode, mas tem uns que só pensam no dinheiro, então fica difícil, mas eu quero ajudar”. Jovem3

“Existem redes, mas de forma errada, pois o interesse é sempre maior, pois as redes são criadas por pessoas já por pessoas com potenciais, que ela enxerga na forma de trabalho do pequeno, uma fonte de renda. Então não é passado tudo o que a rede em si teria que ter passado. Acredito que na minha cidade existem poucas, mas existem de forma errada, se fossem certas, avançaria no sistema agroecológico na região”. Jovem4

“Não há uma rede, mas através do curso estamos montando uma rede, não apenas na minha localidade, mas entre outros jovens. Estamos dando passos importantes através do turismo, estamos fazendo uma ponte com Paraty e com Lídice, com turismo e feiras. Já lançamos uma demanda ao colegiado, e vemos como passo inicial”. Jovem6

Por meio das redes estabelecidas o jovem tem a possibilidade de realizar outras tarefas não agrícolas no campo, aumentando a gama de possibilidades tanto comerciais quanto para diversão e lazer. Fora mostrado aos jovens conceitos de multifuncionalidade e pluriatividade, que foram entendidos como a interação das diversas atividades agrícolas e não-agrícolas. Eles entenderam que podem exercer dentro de suas propriedades bem como fora da propriedade. Segundo Kageyama (1998), a pluriatividade pode ser entendida como a combinação de atividades, por indivíduos ou núcleos familiares, em diferentes setores, conseqüentemente em diferentes mercados.

“A gente tem grupo de jovens da igreja católica e evangélica, tem campeonatos de futebol, tinha o de vôlei, mas acabou, e tem uma parte que gosto muito de trabalhar que é o ecumenismo e tolerância religiosa, que é novo na cidade, ainda tem um preconceito e as pessoas não conseguem entender muito bem o que é isso, mas aos poucos estamos trazendo e enraizando isso, essa cultura. E que vire cultura na cidade saber respeitar a diversidade e liberdade de escolhas”. Jovem1

“Palestra sobre o desenvolvimento de turismo, onde falta muito investimento em nosso município e nesse setor. Estamos provando que a sociedade pode participar desse avanço. Fora as feiras que estamos realizando, pois agora a sociedade vê quem é o agricultor que faz que é o mesmo que está lá na bancada. A criação de um interposto de ovos caipiras, que até gente de classe alta está querendo criar galinha em casa e vender ovo”. Jovem4

“Lá no assentamento, não é mais só área rural, então a participação do jovem lá é muito pequena, a única coisa que o jovem se importa em permanecer lá, é pela cachoeira, de resto, ele vai ser o primeiro a desmatar, a vender e a fazer a terra se tornar dinheiro de outra forma. No quesito



de redes sociais, os jovens não participam de nenhum movimento que seja para permanência na área rural, ou defesa de terra ou algo do tipo. No quesito do assentamento, todas as parcerias fortes, ou todas as pessoas que tem alguma participação, são as que já estão com 65 ou mais anos, são pessoas que estão desde o início do assentamento”. Jovem5

Quando questionados acerca do papel do poder público dentro desta rede, o qual seria de relevante importância, uma vez que os jovens agricultores necessitam de incentivos e políticas públicas específicas para atuarem dentro e fora desta rede com maior amparo e autonomia, os jovens explanaram sobre as suas distintas realidades:

“Ao longo do tempo essa interação vem se fortificando. Tivemos quedas por troca de governo, troca de secretário ligados a isso. Mas tem se fortificando pela patrulha agrícola que vai nas terras aradas, através do suporte da Secretaria de Meio Ambiente e Agricultura que ajuda os agricultores, então é uma coisa que vem aumentando. Através do poder público tem as assembleias da câmara de vereadores uma vez por semana, o prefeito se coloca de portas abertas para atender os moradores e as secretarias sempre estão abertas a receber quem precisa de alguma coisa e tentar dentro da legalidade ajudar nos problemas delas”. Jovem2

“O poder público nem chega lá. Pois quando queremos alguma coisa, temos que dar alguma coisa para eles, para quem eles possam ajudar a gente, é tudo por interesse. A prefeitura age por interesse. Para montar um projeto pela prefeitura, se eles não verem que vai ter um retorno para eles, eles não vão te ajudar. Só se você tiver um conhecimento alto lá dentro, aí você até consegue”. Jovem3

“Onde moro é dividido em três municípios, Itaguaí, Pirai e Rio Claro, o centro mais próximo é de Itaguaí. Em questão de transporte, não podemos reclamar, é muito bom, mas relação à estrada, como são três municípios é muito dividido, pois falta comunicação entre eles. Em questão de saúde, por Pirai é muito bom, os médicos vão, tem ambulância. E educação, Pirai busca as crianças, leva na escola, é muito bom. Em relação a rio claro, é bem distante, mas está começando agora, em relação a localidade, endereço, eles estão ajudando nisso agora. Mas ainda um faz uma coisa, outro não faz outra, falta o diálogo de poder entre eles mesmos”. Jovem6

“Sabem explorar a gente, querem tirar foto para mostrar que é bonito e é isso, tem uma grande ausência do estado lá e da prefeitura”. Jovem7

Visto isto, pergunta-se ao jovem acerca de perspectivas, o que ele acredita ser possível para realizar, a fim de melhorias nessa relação com o poder público e de acesso à informação.

“Por um lado, ela pode ajudar trazendo mais recursos e palestras, e a única forma de atrapalhar e a não organização do investimento, pois se fizer de uma forma mais justa, o trabalho anda de uma maneira mais bonita, então é pensar de modo geral, são decisões produtivas e concretas, é tomar decisão e fazer e não parar, senão fica feia”. Jovem4

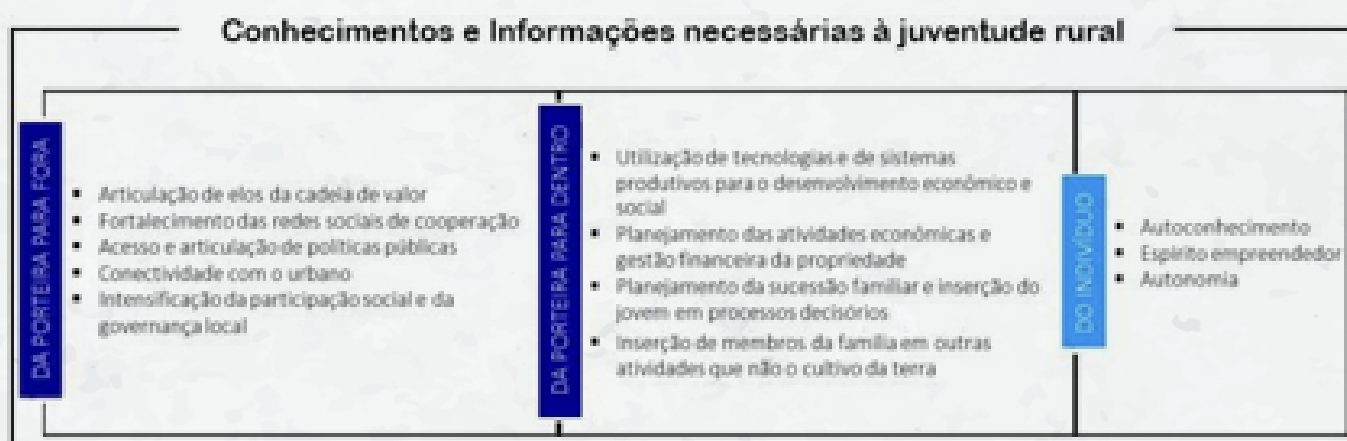
“Uma questão é o endereço, eu precisava de um para provar que tenho um registro, então corremos atrás dessa necessidade de registro das ruas e influenciou o poder público. Até mesmo de capacitação dos jovens, então o poder público precisa apoiar”. Jovem6

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos acerca de Agroecologia e juventude rural nos dirige a um fascinante e grandioso campo de análises, estudos e debates. O que fora abordado ao decorrer desta dissertação tratou acerca das informações transmitidas aos jovens afim de lhes fornecer aporte de conhecimentos necessários para sua permanência no campo com qualidade de vida, com geração de renda e desenvolvimento de seu território. Tamanha a complexidade e o campo a serem explorados acerca da Agroecologia, onde acredita-se haver nela a possibilidade de permanência da juventude no campo, onde haja de fato a possibilidade de re-territorialização e permanência do jovem nos espaços rurais.

Vê-se por meio das informações analisadas ao longo desta pesquisa os jovens rurais tornando-se agentes atuantes no processo de mudança social, passando a interagir com diferentes atores sociais e entre grupos sociais, e através de uma abordagem holística da realidade e pelo exercício da iniciativa e da criatividade. Pode-se notar através do discurso de alguns jovens que habilidades estão sendo desenvolvidas e trabalhadas. O quadro abaixo resume tais habilidades das quais foram abordadas como necessárias à juventude rural.

**Figura:** Conhecimentos e informações necessárias à juventude rural



Fonte: Elaboração própria

Por fim, a questão agroecológica nos põe frente a uma série de novos e desafiadores cenários, este de intercomunicação, relação e de dialogicidade não apenas entre a natureza e o homem, mas entre o indivíduo e seus semelhantes, o indivíduo e seus espaços, enfim, entre todas as coisas existentes. Desta maneira, isto significa que não prevalecerá em direitos o mais forte, o mais produtivo ou com maiores recursos. Até que o homem enxergue a natureza como parte de si e se enxergue como parte integrante da natureza os ganhos sob o olhar agroecológico são para todos e de todos. UBUNTU<sup>6</sup>!

6 A palavra Ubuntu, não traduzível diretamente, noção existente nas línguas Zulu e Xhosa - línguas Bantu do grupo ngúni. No entanto nessa tentativa seria "eu sou porque nós somos". Expressa a consciência da relação entre o indivíduo e a comunidade



## REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

AZEVEDO, Paulo Furquim de; BIALOSKORSKY NETO, Sigismundo. Direitos de propriedade e conflitos fundiários: implicações sobre o uso da terra. Anais do I Encontro Nacional da Nova Economia Institucional. São Paulo, FEA-USP, v. 1, p.1-15, 1997.

BRUMER, Anita. A problemática dos jovens rurais na pós-modernidade. In: CASTRO, Elisa Guaraná; CARNEIRO, Maria José (orgs.). Juventude rural em perspectiva. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, p. 35-51.

CASTRO, L. R. (2008). Participação política e juventude: do mal-estar à responsabilização frente ao destino comum. Revista Sociologia & Política, 16(30), 253-258.

GIBSON, Rachel; CANTIJOCH, Marta. Conceptualizing and Measuring Participation in the Age of the Internet: Is Online Political Engagement Really Different to Offline? The Journal of Politics, v. 75, n. 3, 2013. p. 701-716.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo: Atlas, 1999. HABERMAS, Jürgen. Racionalidade e comunicação. Lisboa: Edições 70, 2002.

HABERMAS, Jürgen. Teoría de la acción comunicativa: racionalidad de la acción y racionalización social. Traducción Manuel Jiménez Redondo. Madrid. Taurus, 1987. V.1.

HABERMAS, Jürgen. Teoria do agir comunicativo. Sobre a crítica da razão funcionalista. Tradução Flávio Ben-Siebeneichler. São Paulo. Martins Fontes, 2012.

HAESBAERT, Rogério (2004): O mito da desterritorialização. Do fim dos territórios à Multiterritorialidade. Bertrand Brasil

HJAVARD, Stig. Mídia e cultura: teorizando a mídia como agente de mudança social e cultural. Matrizes. v. 5, n. 2, p. 53-91. 2012.

KAGEYAMA, A. Pluriatividade e ruralidade: aspectos metodológicos. Economia Aplicada. v. 2 n.3, p.515- 551, 1998.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio do conhecimento. São Paulo: Hucitec, 1993. MORIN, E. O método. Tradução de Juremir Machado da Silva. Porto Alegre: Sulina, 1999.

NORRIS, Pippa. Digital Divide: civic engagement, information poverty and the internet worldwide. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

SANTOS, B. de S.; RODRÍGUEZ, C. Introdução: para ampliar o cânone da produção. Tradução de Vítor Ferreira. IN: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SEVILLA GUZMÁN, E.; GONZÁLEZ DE MOLINA, M. Sobre la agroecología: algunas reflexiones en torno a la agricultura familiar em España. In: GARCÍA DE LEÓN, M. A. (ed.). El campo y la ciudad. Madrid: MAPA, 1996. p.153-197. (Serie Estudios)





GESTÃO SOCIAL POR COLEGIADO E EXTENSÃO  
UNIVERSITÁRIA: IMAGINAR FUTUROS PARA O  
TERRITÓRIO DA BAÍA DA ILHA GRANDE

*SOCIAL MANAGEMENT BY COUNCIL WITH  
UNIVERSITY OUTREACH, FORECASTING ILHA  
GRANDE BAY'S FUTUR, RJ BRAZIL*

Patrick Maurice Maury, UFRRJ,  
patrick.maury@ul.com.br

Diná Andrade Lima Ramos, UFRRJ,  
dinalimaramos@hotmail.com

Lamounier Erthal Villela, UFRRJ,  
lamounier.erthal@gmail.com

Lucimar Ferraz de Andrade Macedo, UFRRJ,  
lluferaz@yahoo.com.br



## RESUMO

A Política Nacional de Desenvolvimento Agrário (Lei 12188 de 2010) adotou um padrão de organização territorial envolvendo elaboração de Plano de Desenvolvimento Territorial Rural Sustentável (PDTRS). O processo participativo foi desenhado na forma de colegiados<sup>1</sup> territoriais, que, num segundo momento, receberam apoio de núcleos de extensão universitária, os NEDET<sup>2</sup>. Essa política pública foi descontinuada em 2016. Entretanto, alguns NEDET continuaram suas atividades com apoio das respectivas universidades, como é o caso na Baía da Ilha Grande (RJ)<sup>3</sup>, onde foi criado com essa finalidade o Programa de Ensino, Pesquisa e Extensão em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas (PEPEDT) na UFRRJ. Na sequência, no ano de 2019, houve fortes restrições orçamentárias que afetaram as universidades públicas brasileiras, estimulando uma busca por parcerias entre as universidades, municípios, empresas e outras organizações. A questão que se coloca é a reconfiguração, no Colegiado Territorial Rural da Baía da Ilha Grande (BIG), da influência das diferentes categorias de agentes envolvidos, particularmente em termos de Poder público, Universidades, Empresas e Organizações sociais.

Para subsidiar a discussão, entre o Colegiado BIG e a equipe de Extensão do PEPEDT, sobre a “imaginação” de futuros mais ou menos prováveis e desejados e nesta do papel da Extensão. Este artigo utiliza como marco de referência teórico o Campo do Poder, no entendimento de Bourdieu (2002), a metodologia da Prospectiva estratégica territorial de Godet e Durance (2011), e os conceitos relacionados com a Gestão social na abordagem epistemológica de Cançado et al. (2013). O território estudado é a própria Baía da Ilha Grande, a partir da retrospectiva<sup>4</sup> do Colegiado.

**Palavras-chave:** Colegiado territorial, Baía da Ilha Grande (RJ), Extensão universitária, Gestão social, Prospectiva.

## ABSTRACT

National policy for agrarian development (Law 12188/2010) adopted one pattern for territory organization, including Sustainable Rural Territory Development Plan (PDTRS in Portuguese), for each territory. Participation process choice was collegiate<sup>5</sup>. To support implementation, Ministry in charge invites universities to create teams called NEDET. This public policy was stopped in 2016, despite of that, few NEDET maintained their activities with grants of their own universities. It was the case of Ilha Grande bay (RJ) where UFRRJ established a Program (PEPEDT<sup>6</sup>). Later (2019) severe public Brazilian universities' budget cut induced partnership between universities, counties, firms e other organizations. The question is what change in collegiate operation, due to

1 Os colegiados são instâncias de debate e orientação, encontrados com maior frequência nas políticas de saúde e territorial. Fazem parte das modalidades de participação social nas políticas públicas pós constituição de 1988.

2 NEDET, Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial; têm origem na chamada pública 11/2014, conjunta do MDA, CNPq e Secretaria Especial para Mulheres.

3 Território composto por 5 municípios do litoral sul do estado do Rio de Janeiro: Angra dos Reis, Itaguaí, Mangaratiba, Paraty e Seropédica (sede da UFRRJ), com tradição cafeeira, turística e importância logística.

4 Essa retrospectiva resulta da pauta da 19ª reunião do Colegiado, realizada no dia 12 de dezembro 2019, tendo como pauta “O Colegiado avalia o Colegiado”. (Pontos fortes e Oportunidades, Pontos fracos e ameaças na experiência do Colegiado e sua relação com a Extensão universitária da UFRRJ).

5 Collegiate is, in Brazil, debate and orientation organizations, found mainly in health and territory policies.

6 PEPEDT in Portuguese, Territory Development Teaching, Research and Diffusion Program.



influence of new different categories of agents involved, particularly in term of state, universities, firms, and social organizations.

To subsidy discussion between collegiate and university team, about “building” a shared design of collegiate and university relationship, this paper uses as theoretical mark; the field of power, as defined by BOURDIEU (2002), forecasting methodology by GODET and DURANCE (2011), and social management’s concepts as described by CANÇADO and others (2013). Research begun by retrospect<sup>7</sup> of collegiate by himself.

**Keywords:** Territory collegiate, Ilha Grande bay (RJ), University outreach, Social management, Forecasting.

## 1. INTRODUÇÃO

A Participação social, a partir da constituição federal “Cidadã” de 1988 conquistou um espaço institucionalizado expressivo, incluso no marco do Desenvolvimento Territorial Sustentável (DTS). À Extensão universitária, organizada em Núcleos, NEDETS, foi delegada a responsabilidade do apoio aos colegiados territoriais. Com a descontinuidade desta política, em 2016, iniciativas territoriais foram sustentadas por organizações locais: prefeituras, empresas, organizações da sociedade civil e autarquias, caso da UFRRJ no território da Baía da Ilha Grande (BIG), na forma de um Programa de Extensão (PEPEDT). Uma “Avaliação do Colegiado pelo Colegiado” em dezembro 2019, colocou a questão da relação “Participação social – Extensão universitária” em termos de futuro provável e expectativas. Este artigo, depois da descrição dos objetivos e da metodologia, apresenta uma análise em três etapas:(i) retrospectiva, baseada em depoimentos de conselheiros do Colegiado, (ii) prospectiva, baseada num processo participativo virtual sistematizado em dois eventos: Congresso internacional e oficina de coconstrução de um pacto pela BIG e, (iii) Avaliação de resultados e, encaminhamentos.

## 2. OBJETIVOS

O objetivo geral do artigo é analisar, em termos retrospectivos e prospectivos, as mudanças induzidas no Colegiado do território da Baía da Ilha Grande, ocorridas entre maio de 2016 e dezembro de 2021, em decorrência da alteração do grau de protagonismo das principais categorias de agentes envolvidos no território.

Os objetivos específicos são

- Compreender o efeito das relações entre Pontos fortes, Oportunidades, Pontos fracos e Ameaças na dinâmica territorial;
- Caracterizar o campo do poder no qual está evoluindo a relação entre o Colegiado e a Extensão.
- Traçar um caminho crítico para a discussão dos futuros imaginados.

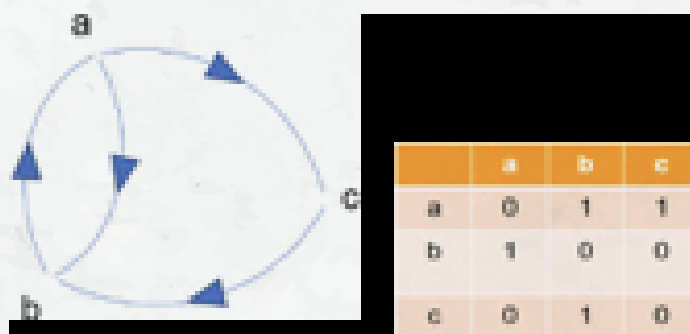
<sup>7</sup> Retrospect was object of special collegiate meeting realized on December 12, 2019.

### 3. METODOLOGIA

O artigo se situa na linha das discussões que procuram contribuir para uma definição da Gestão Social, neste caso, a partir de uma dupla perspectiva: seu uso pela extensão universitária, no caso do território da Baía da Ilha Grande (RJ) e, as relações entre as áreas do conhecimento mobilizadas que configuram um processo epistemológico (CANÇADO; PEREIRA; TENÓRIO, 2013). Trata-se de uma abordagem matricial com referência no conceito de Campo de Poder na obra de BOURDIEU (2002, 2010 e, [1990] 2019). Nesta abordagem, analisa-se: a atuação de agentes sociais em seus próprios campos (“habitus”); nos campos dos outros agentes (variáveis); e, de maneira sistêmica, todas as relações de influência – diretas e indiretas – entre habitus e variáveis no campo do poder.

Trata-se de análise, de tipo qualitativo-quantitativo, embasada nas propriedades da multiplicação matricial booleana (BOOLE [1854] 2009) como mostra a figura 1 a seguir.

Figura 1 – Fundamentos do cálculo matricial booleano.



Fonte: Elaborada pelos autores.

A Figura 1 mostra uma situação em que os participantes da análise consideraram a existência de 3 variáveis: “a”, “b” e “c” observando a existência das influências de “a” sobre “b”, “b” sobre “a”, “a” sobre “c” e, “c” sobre “a”. Estas influências são registradas na forma de uma matriz (figura acima) que multiplicada às potências 2 a 5 revela as influências indiretas, como é caso, nesta figura, de “c” sobre “a”, por intermédio de “b”, também de “a” sobre si próprio por intermédio de “c” e “b”. Este modo de cálculo estatístico que revela as influências indiretas, permitindo ordenar as variáveis segundo seus graus de influência e dependência no sistema estudado. Permite também prever as modificações deste ordenamento no tempo, a partir do número de influências indiretas existentes no ciclo pelo qual passa a influência indireta de uma variável sobre outra.

Cada ponto relacional corresponde a uma variável específica. Por meio de propriedades da multiplicação de matrizes é possível quantificar o grau atual das influências diretas e indiretas entre essas variáveis, bem como a mudança desta no tempo em horizontes entre 5 e 15 anos<sup>8</sup>. Consegue-se desta maneira compreender a dinâmica do sistema em estudo.

8 O cálculo da evolução do grau de influência e dependência das variáveis e realizado a partir da multiplicação matricial das relações direta e indiretas aplicando o modelo booleano: influência diretas de a>b – b>c e indireta c>a.



A aplicação da metodologia, particularmente as grades de análise e os aplicativos, provêm da Prospectiva estratégica territorial de GODET e DURANCE (2011) do CNAM<sup>9</sup>, ela propicia consistência estatística e participação social na análise das relações de influência e dependência de maneira a compreender (i) a dinâmica territorial em termos de variáveis-chave (análise estrutural), (ii) as perspectivas de pactuação entre agentes a partir de suas percepções de ameaças e oportunidades (análise do jogo de atores), (iii) imaginar e desenhar futuros no marco da relação entre o Colegiado e a Extensão (Painel de especialistas)<sup>10</sup>.

## 4. ANÁLISE

A análise está organizada em três etapas: (i) Retrospectiva do Colegiado territorial da Baía da Ilha Grande a partir dos estudos disponíveis e da avaliação do Colegiado pelo Colegiado, (ii) Prospectiva da relação Colegiado - Extensão, construída no ambiente virtual, partir de “Bate Papo com Colegiado”, apresentações em Congresso e, realização de oficinas durante todo o ano de 2020, (iii) Avaliação de resultados em termos de conclusões e encaminhamentos.

### 4.1. RETROSPECTIVA: AVALIAÇÃO DO COLEGIADO PELO COLEGIADO

A visão retrospectiva do Colegiado BIG foi sistematizada a partir do artigo de RAMOS e VILELA (2019), figura 2, e da descrição resumida dos Pontos Fortes e Oportunidades, Pontos Fracos e Ameaças (matriz FOFA), figura 4.

A matriz FOFA é uma metodologia que foi muito utilizada na elaboração dos planos de desenvolvimento territorial rural e sustentável (PDTRS). Ela apresenta, entretanto, algumas limitações na medida em que não evidencia relações entre seus componentes e não relaciona seus componentes com atuação de responsáveis, atores ou agentes. Além disto muitas vezes surgem dúvidas sobre a classificação das variáveis num ou outro quadrante. Por exemplo, os megaempreendimentos podem ser classificados como ameaças para a agricultura familiar, mas também como oportunidade pelo fato de apoiar os projetos dos mesmos e oferecer empregos. A metodologia utilizada nesse artigo busca superar essas limitações.

Para compreender as relações entre as categorias de agentes envolvidos, pode-se observar, na figura 2, datada do início de 2019, que o protagonismo do Governo Federal (MDA, na origem) já foi substituído por relações entre um Programa de Extensão (PEPEDT), sua instituição mãe: a UFRRJ e, o Colegiado BIG. A dinâmica territorial aparece assim como o resultado das relações internas desse núcleo e, deste com cinco municípios (Angra dos Reis, Paraty, Mangaratiba, Seropédica e Itaguaí), o mercado, serviços de assistência técnica e pesquisa, e, novas parcerias entre as quais o município de Rio Claro.

9 CNAM: Conservatório de Artes e Ofícios, na sigla em francês), instituição de ensino universitário, criada em Paris na época da revolução de 1789, emblemática do que se chama Extensão no Brasil, no processo de ensino – pesquisa – extensão.

10 Estes conjuntos de resultados são obtidos respectivamente pelo uso dos aplicativos Micmac, Mactor e Prob-expert, aplicativos livres desenvolvidos pela Equipe de Godet e Durance (2011).

**Figura 2** – Desenho do Colegiado BIG na forma de gráfico de rede.



Fonte: Ramos e Vilela (2019)

Dentre as ações do PEPEDT destaca-se seu papel na articulação do Colegiado BIG, especialmente em apoio à sociedade civil. Por exemplo, a aproximação com o Comitê da Bacia Hidrográfica do Guandu (CBH Guandu), a adesão de outros municípios (Rio Claro) e, outras ações em andamento. Entre estas cabe registrar (i) Apoio à criação de um consórcio de municípios; (ii) Articulação, junto à SEAD<sup>11</sup>, à UFRRJ e ao Governo federal para financiamento de um projeto de “formação cidadã e agroecológica do jovem rural do estado do Rio de Janeiro”; (iii) Acordo de cooperação técnica entre a UFRRJ e o Município de Mangaratiba, finalmente, (iv) a partir da estrutura da UFRRJ, ações de capacitações nas atividades que compõem o APL em construção, transferência de tecnologias sociais e cursos de formação de conselheiros. Os Pontos Fortes e Oportunidades, Pontos Fracos e Ameaças apresentados pelos conselheiros na referida reunião foram resumidos na figura 3

**Figura 3** – Descrição das variáveis (Pontos Fortes e Oportunidades, Pontos Fracos e Ameaças)

Nº	DESCRIÇÃO	DENOMINAÇÃO	REFERÊNCIAS E PERSPECTIVAS
1	Unacoop unifica acesso social ao mercado	UNACOOP	Organização institucional para indução e controle da dinâmica social
2	Mega Empreendimentos	M_EMPREEND	Emblema do Pacto político federal estadual – no território
3	Organizações coletivas segmentadas	SEGMENT_OS	O discurso do empreendedorismo estimula competição predatória em vez de APLs

<sup>11</sup> SEAD: Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário do Estado do Rio de Janeiro, incorporada à Secretaria de Agricultura.



Nº	DESCRIÇÃO	DENOMINAÇÃO	REFERÊNCIAS E PERSPECTIVAS
4	Questão ambiental reúne diversas pautas	CONVRG_AMB	Oportunidade para o Colegiado numa perspectiva de Pacto político
5	Extensão, NEDET, PEPEDT	EXTENSÃO_U	Evolução da perspectiva de serviços para uma problemática de protagonismo social
6	Polo Tecnológico	POLO_DFORA	Inovação tecnológica aos serviços de megaempreendimentos ou de autonomia?
7	Capacidade de interpretação	INTERPRETA	Visão estratégica do território socialmente apropriada (Controle social)
8	Desmonte das políticas territoriais	DESMONTE_P	Corte de recursos que sustentam a organização territorial sindical e familiar
9	Consórcios intermunicipais para Integrar Gestão	CONSORCIOS	Oportunidade de protagonismo político territorial
10	Organização territorial dos municípios	INST_FRAGL	Omissão do governo no território transferindo suas responsabilidades para empresas
11	Visibilidade do apoio a projetos sociais	VISIVEL	Apoio a projetos sociais motivo do apoio de megaempreendimentos
12	Negação dos direitos à terra das populações tradicionais	NÃODIREITO	Unidades de Conservação e Território de Comunidades Tradicionais objetos de especulação fundiária e imobiliária.

Fonte: Elaborado pelos autores

Este conjunto de variáveis foi organizado na perspectiva do Colegiado com a seguinte distribuição em termos de Pontos fortes, Oportunidades, Pontos fracos e Ameaças (figura 4, a seguir).

A primeira etapa da análise retrospectiva consiste em qualificar as variáveis a partir de sua descrição, denominação para edição de gráficos e estabelecimento de referências para facilitar a compreensão da natureza das relações (variável). A clareza dessas descrições é fundamental para, em seguida quantificar a influência de cada uma das variáveis da matriz FOFA sobre as demais e qualificar a dinâmica do Colegiado BIG. Para mensurar como as variáveis elencadas afetam a dinâmica do Colegiado BIG, estimou-se a influência direta de cada variável, com um intervalo de 0 a 3 (fraco, médio, forte, respectivamente) sobre o comportamento das demais, figura 5.

Como indicado no item 3 deste artigo (Metodologia), o resultado obtido pela multiplicação da matriz, nesta etapa, mostra uma estabilização das influências, neste caso na quinta potências, ou seja, o momento em que estão identificadas e quantificadas todas as influências diretas e indiretas e, podem ser representadas as tendências de deslocamento do grau de influência das variáveis nos próximos 15 anos (2020-2035).

Esse resultado é fornecido pelo aplicativo na forma de um gráfico (figura 6) obtido pelo uso do aplicativo Miacmac (GODET e DURANCE, 2011).

Figura 4 – Matriz FOFA. Retrospectiva e Expectativas do Colegiado BIG

Pontos Fortes	Pontos Fracos
<ul style="list-style-type: none"> <li>UNACOOOP presente desde a constituição dos territórios e base da malha estadual da comercialização dos produtos da Agricultura Familiar</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>MEGA EMPREENDIMENTOS sem conhecimento de expectativas do Colegiado oferece apenas assistencialismo.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>VISIBILIDADE das ações das Organizações Sociais: Inserção nos mercados institucionais, trilha turística, Feiras da AF, Agroecologia, Capacitação...</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>ORGANIZAÇÃO COLETIVA com baixo protagonismo, particularmente nas organizações cooperativas induzidas por políticas públicas</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>EXTENSÃO universitária continuada a partir do NEDET</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>POUCA TRANSPARÊNCIA do polo tecnológico do mar</li> </ul>
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> <li>CAPACIDADE DE INTERPRETAÇÃO pelas organizações sociais no turismo, comercialização, certificação, rastreabilidade e outras ações.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>DESMONTE DAS POLÍTICAS e instrumentos de (i) apoio à Agricultura Familiar e Populações Tradicionais e (2) ordenamento territorial urbano e ambiental.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>CONVERGENCIA AMBIENTAL reunindo interesses antagônicos e diversas territorialidades, por exemplo: contra o transbordo de petróleo; para o gerenciamento costeiro: BIG = projeto piloto;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>NEGAÇÃO DOS DIREITOS das populações tradicionais                             <ul style="list-style-type: none"> <li>Garantias fundiárias</li> <li>Garantias de ir, vir e receber visitas</li> </ul> </li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL a partir de cooperação municípios – UFRRJ, projeto de Consórcio Intermunicipal e apoio do PEPEDT (plataforma de Gestão Social).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>MARCO INSTITUCIONAL FRACO                             <ul style="list-style-type: none"> <li>Secretarias municipais agricultura</li> <li>Unidades de Conservação</li> <li>Assentamentos da RA</li> </ul> </li> </ul>

Fonte: Elaborada pelos autores a partir de depoimentos e validação em reunião do Colegiado

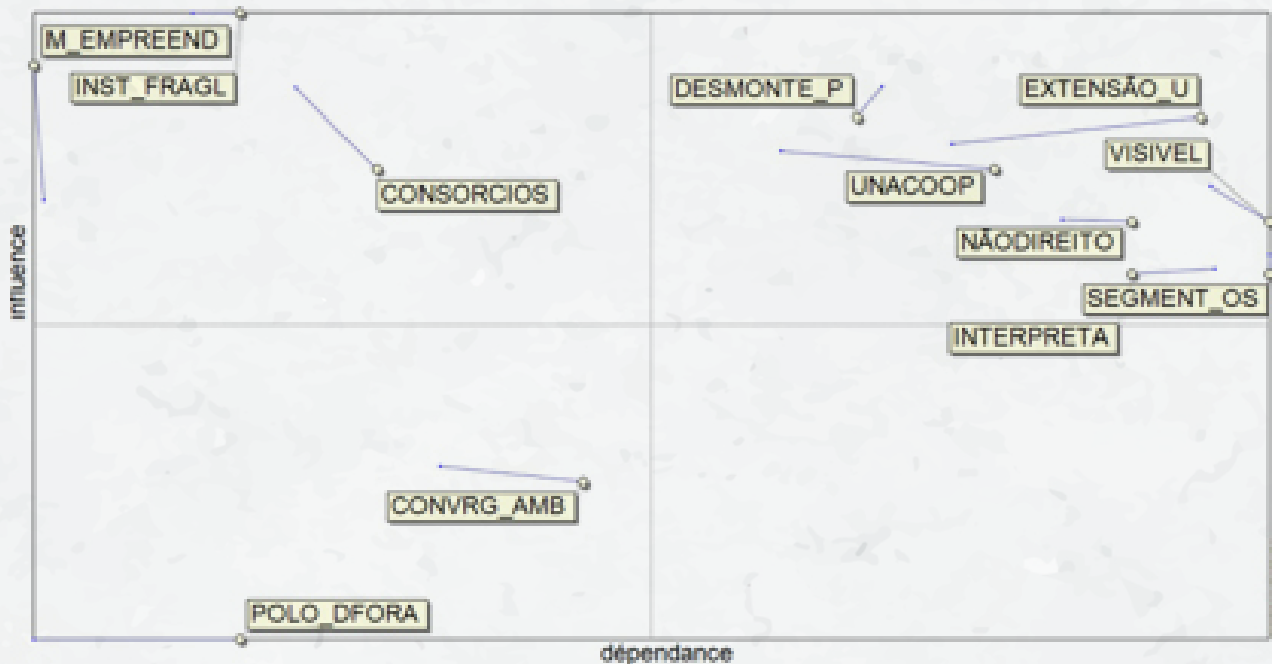
Figura 5 - Influência das variáveis da FOFA na dinâmica do Colegiado BIG

	1: UNACOOOP	2: M_EMPREEND	3: SEGMENT_OS	4: CONVRG_AMB	5: EXTENSÃO_U	6: POLO_DFORA	7: INTERPRETA	8: DESMONTE_P	9: CONSORCIOS	10: INST_FRAGL	11: VISIVEL	12: NÀODIREITO
1: UNACOOOP	0	0	3	1	1	0	1	2	0	1	3	1
2: M_EMPREEND	1	0	2	3	2	3	1	0	2	0	0	1
3: SEGMENT_OS	2	0	0	0	1	0	3	1	0	0	2	2
4: CONVRG_AMB	2	1	0	0	2	0	1	0	0	0	1	0
5: EXTENSÃO_U	1	0	2	2	0	0	3	1	1	0	2	2
6: POLO_DFORA	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	1
7: INTERPRETA	0	0	2	1	1	0	0	2	0	0	3	2
8: DESMONTE_P	2	0	3	0	2	0	2	0	0	1	2	2
9: CONSORCIOS	2	0	0	0	2	0	1	2	0	2	2	2
10: INST_FRAGL	2	0	2	1	2	1	1	2	1	0	2	2
11: VISIVEL	1	0	2	0	2	0	2	2	1	0	0	2
12: NÀODIREITO	1	0	3	1	2	0	2	1	1	0	1	0

© LPSOR-EPTA-MICMAC

Fonte: Elaborado pelos autores



**Figura 6** – Resultado gráfico da multiplicação matricial aplicada na matriz FOFA

Fonte: os autores com uso do aplicativo Micmac (Godet e Durance, 2011).

A interpretação deste tipo de gráfico é bastante simples: quanto mais alta no quadro fica a variável, mas ele será influente; quanto mais a direita, mais dependente ela se mostra. Temos assim basicamente quatro divisões: em cima e a esquerda as variáveis estruturantes, em cima e a direita variáveis também influentes, porém dependentes. Todos os mecanismos de participação, por natureza dependentes, se encontram normalmente neste quadrante. O jogo dos atores pode alterar significativamente o posicionamento destas variáveis. As variáveis em baixo e a esquerda: pouco influentes, mas também pouco dependentes são relevantes para a visão de futuro. As variáveis em baixo e a direita podem também ser relevantes quando situadas perto dos eixos do gráfico ou têm uma seta que aponta para um descolamento futuro nestas direções. As setas indicam o deslocamento do grau de influência de cada variável no horizonte de quinze anos 2035.

O gráfico (Figura 6) fornece alguns parâmetros da dinâmica do Colegiado BIG. Entre as variáveis estruturantes os consórcios intermunicipais (Consórcios), com forte tendência de ganho de influência e autonomia. Entre as variáveis de participação: a extensão universitária (Extensão\_U) e as políticas estaduais de apoio à agricultura familiar (Unacoop) ambas com forte tendência de ganho de autonomia. Com menor dinamismo e maior dependência as ações em favor dos direitos das populações tradicionais da conservação ambiental (Nãodireito) e, o interesse das empresas de se promover por meio de ações de apoio ao Colegiado (Visível). Finalmente, a convergência de diversos interesses dos atores para a pauta ambiental (Converg\_Amb) ainda com pouco influência, mas com forte tendência de ganho de autonomia.

As demais variáveis aparecem como variáveis de contexto, por terem muito influência e baixa dependência, ficando assim fora do alcance do Colegiado, caso dos Megaempreendimentos (M\_Empreend), da Fragilidade institucional dos municípios (Inst\_Fragl) e Desmonte das políticas de apoio à agricultura familiar e população tradicional (Desmonte\_P), ou, ao oposto, muita dependência e não apresentam nesta primeira etapa da análise, perspectiva contribuição significativa à dinâmica do Colegiado, trata-se da falta de coordenação das organizações sociais (Segment\_OS) e da capacidade de interpretação da realidade territorial (Interpreta).

A Retrospectiva do Colegiado BIG, como aparece na figura 5 pode ser resumida em quatro grupos de variáveis-chave em posições análogas de influência: (i) os megaempreendimentos e a fragilidade institucional dos municípios, (ii) o desmonte das políticas públicas, a extensão universitária e o apoio à agricultura familiar e, (iii) a negação dos direitos das populações tradicionais, a segmentação da ação das organizações da sociedade civil e, a capacidade de interpretação das dinâmicas territoriais. Duas variáveis ocupavam posições de destaque pela sua dinâmica: os consórcios intermunicipais e a convergência das pautas sociais e ambientais.

Estas posições análogas de influência indicam a priori variáveis características de (i) sistema hegemônico (megaempreendimentos-heteronomia municipal) tendo como efeitos (ii) fragilidades da sociedade (precariedade dos direitos, das organizações sociais e, dos comportamentos críticos) e (iii) potenciais de mudança, muito influentes e muito dependentes (políticas públicas, extensão, apoio aos agricultores familiares). Neste contexto, os dois vetores dinâmicos no horizonte 2035-2040 são (i) organização territorial (consórcio intermunicipais), possivelmente de geografia variável com interesses específicos e, (ii) sinergia desta com (convergência das questões sociais e ambientais).

A retrospectiva forneça assim um primeiro esboço do desenho de futuros do território da BIG: combinando os três grupos de variáveis em função da probabilidade de evolução dos vetores dinâmicos. Para qualificar estas probabilidades, a prospectiva a seguir vai examinar a relação organização social – extensão universitária comparando o esquema Colegiado x PEPEDT com outros três.

## 4.2. PROSPECTIVA DA RELAÇÃO COLEGIADO – EXTENSÃO

A construção da visão prospectiva se deu, durante todo o ano 2020, nas condições peculiares da pandemia, que acabaram induzindo muitas iniciativas no campo virtual para compensar o distanciamento físico. Neste contexto, três momentos de diálogo constituíram contribuições marcantes que motivaram três reuniões virtuais do Colegiado, com pauta única.

Inicialmente, o PEPEDT reestabeleceu o contato com os membros do Colegiado na forma de “Bate Papo com Colegiado<sup>12</sup>” iniciando com a retrospectiva das atividades do PEPEDT e evoluindo para diálogos virtuais com conselheiros nas suas respectivas comunidades, discutindo desafios e adaptações, os vídeos produzidos pelos integrantes do PEPEDT e as participações nos debates na internet seguem disponíveis na aba vídeos da página do PEPEDT <https://www.facebook.com/pepedtufrrj/>. Neste primeiro momento começou também a ser explicitada a influência das referências à Gestão Social nas atividades do PEPEDT. Estas referências são sistematizadas nos encaminhamentos.

Num segundo momento, já no período prévio às eleições municipais, ocorreu a proposta de uma coalizão de organizações sociais atuando no litoral do estado do Rio de Janeiro de estabelecer um “Pacto pelo Mar” no marco da Década dos Oceanos (2021- 2030) com referência nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – ODS estabelecidos pelas Nações Unidas (<http://www.agenda2030.org.br/sobre/>). Após participar das discussões iniciais<sup>13</sup>, o Colegiado decidiu apoiar a iniciativa, propondo (i) incluir no foco dos oceanos o fluxo das águas nos aquíferos, bacias hidrográficas e atmosfera, e (ii) atuar particularmente no eixo Troca de Saberes na relação com os dois outros adotados pela Coalizão: Lutas e Comunicação. A decisão de integrar a Coali-

12 Os Bate Papo com Colegiados foram realizados semanalmente, nas terças feiras, entre 30 de junho e 18 de agosto de 2020 com avaliação numa primeira reunião virtual do Colegiado (a vigésima) no dia 25 de agosto.

13 Reuniões de mobilização para o Pacto pelo mar realizadas nos dias primeiro, 08, 15 e 22 de setembro, no ambiente virtual Zoom disponibilizado pelo movimento social Baía Viva.



ção do Pacto pelo Mar foi tomada numa segunda reunião virtual do Colegiado (a XXI) que decidiu também incorporar a dinâmica do Pacto e a referência dos ODS aos seus processos de organização e visão prospectiva.

Deste segundo momento resultou a decisão de construir um Pacto pela BIG, utilizando conjuntamente os ODS e a retrospectiva do Colegiado. Esta reflexão deu conteúdo à continuidade dos Bate Papos com Colegiado e à participação do Colegiado no Primeiro Congresso Internacional da Rede CT<sup>14</sup>.

Esses momentos apontaram conjuntamente para novas perspectivas de atuação do Colegiado a partir do território do Colegiado, ampliando o protagonismo das organizações sociais, apoiando comunidades tradicionais e reconfigurando o apoio tradicional aos conselhos e outras instâncias de participação social. A sistematização dos resultados acumulados neste período foi realizada em duas oportunidades:

- Primeiro Congresso Científico Internacional da Rede CT quando o PEPEDT organizou uma mesa sobre Pacto pelo Mar e Comunidades Tradicionais do litoral Fluminense e um Grupo de Trabalho. Neste grupo pesquisadores do Programa apresentaram uma discussão sobre “Redes entre Comunidades Tradicionais e Instituições de Extensão na Baía da Ilha Grande/RJ”, selecionada para publicação pela RedeCT<sup>15</sup>
- Oficina de coconstrução do Pacto pela BIG. Sistematizada numa carta do Pacto pela BIG

Estes dois eventos forneceram contribuições essenciais para “imaginar” futuros para o território da BIG; no primeiro a extensão assumiu uma perspectiva plural e relacional com múltiplas formas de organização social, principalmente: fóruns, observatórios, comitês, conselhos, coletivos e colegiados. No segundo fez evoluir a matriz relacional do seu campo de poder qualificando novos agentes, novos campos e adotando os dezessete Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – ODS com painel de indicadores de sustentabilidade da BIG.

## 4.2.1 REDE ENTRE EXTENSÕES

No intuito promover a análise e discussão do campo de poder foram desenhados dois campos de poder, o primeiro com ênfase na atividade de extensão do PEPEDT no Colegiado BIG e o segundo no intuito de relacionar extensões e formas de organização social com as quais essas estabelecem suas relações no território da BIG e adjacências.

O primeiro campo de poder foi desenhado a partir da autoavaliação do Colegiado BIG no marco da Gestão social. A matriz foi construída a partir das posições de agentes em campos que delimitam o campo do poder, com segue:

- Quatro categorias de agentes: Poder público, Universidades, Empresas e Organizações sociais;
- Quatro campos relacionados diretamente aos agentes: Organização Política - OP, Desenvolvimento Científico e Tecnológico - DCT, Desenvolvimento Territorial Sustentável - DST, Cidadania Deliberativa - CD.

<sup>14</sup> Rede CT: Rede Internacional de Pesquisadores sobre Povos Originários e Comunidades Tradicionais. Congresso realizado on-line no período de 24 a 27 de novembro 2020.

<sup>15</sup> Maury, P., Lamounier, E., Ramos, D., Lima, N., (2020) Redes entre Comunidades Tradicionais e Instituições de Extensão na Baía da Ilha Grande/RJ. In Povos Originários e Comunidades Tradicionais, Volume 5: Editora Fi, 2020. Capítulo 4, pág. 65-85. (referência completa na bibliografia).

A estrutura desta matriz é caracterizada também por uma diagonal de “habitus” de atuação dos agentes nos seus respectivos campos. O desenho da matriz constitui uma grade de referência para (i) aprofundar a análise da dinâmica do Colegiado BIG, (ii) esboçar o processo epistemológico da extensão e, (iii) comparar as dinâmicas. A figura 7 apresenta essa matriz preenchida com as variáveis da matriz FOFA.

**Figura 7:** Matriz do campo do poder na Baía da Ilha Grande BIG a partir da FOFA

Agentes	Poder público	Universidades	Empresas	Organizações sociais
Campos				
Organização política	UNACOOP Políticas estaduais de AF e CT		M_EMPREEND Mega Empreendimentos	
Desenvolvimento Científico Tecnológico	CONVERG_AMB Convergência ambiental	EXTENSÃO_U NEDET – PEPEDT	POLO_DFORA Posca transparência	INTERPRETA Capacidade de interpretação
Desenvolvimento Territorial Sustentável	DESMONTE_P Desmonte das políticas territoriais	CONSORCIOS Organização intermunicipal	VISIVEL Visibilidade do apoio	SEGMENT_OS Organização coletiva
Cidadania Deliberativa	NÃO DIREITO Negação dos direitos	INST_FRAGIL Marco institucional fraco		

Fonte: os autores

A matriz mostra, além dos pontos já evidenciados na retrospectiva, alguns aspectos relacionais do Colegiado na visão do Colegiado. Primeiramente o colegiado não coloca na sua avaliação a perspectiva do colegiado como instância de participação. Também, pode ser registrada a ausência da perspectiva do agente Universidade como ator do campo da organização política, igualmente da atuação do agente Empresas na Cidadania Deliberativa e, de mecanismo de participação institucional no campo da organização política. Constitui-se desta maneira um conjunto de questões ao Colegiado importantes de ser discutidas para desenhar seus futuros.

No intuito de examinar as questões colocadas a partir da figura 7 foi desenhado um campo de poder das extensões, utilizando os mesmos campos de atuação escolhidos para a BIG-PEPEDT permitindo a comparação a partir de quatro políticas públicas: Saúde: SUS, Recursos hídricos: PNRH, Sustentabilidade: Agroecologia e, Agrária: Titulação. Este estudo de caso, desenvolvido no referido capítulo de livro (MAURY, LAMOUNIER, RAMOS, LIMA, 2020)

**Figura 8:** Matriz de atuação de Instituições de Extensão em Comunidades tradicionais

Campos/Agentes	FIOCRUZ	CBH	UFRRJ	MST
Organização política	SUS	PNRH	Agroecologia	Titulação
DTS-Desenvolvimento Territorial Sustentável	Saúde Comum (SaudeComum)	CBH	PEPEDT	Assentamento
DCT-Desenvolvimento Científico Tecnológico	Observatório (Observatôr)	SNIRH	Gestão Social (Gest_Soc)	Escola MST
Cidadania Deliberativa	Fórum	X	Colegiado	Coletivo

Fonte: Maury, Lamounier, Ramos e Lima, 2020

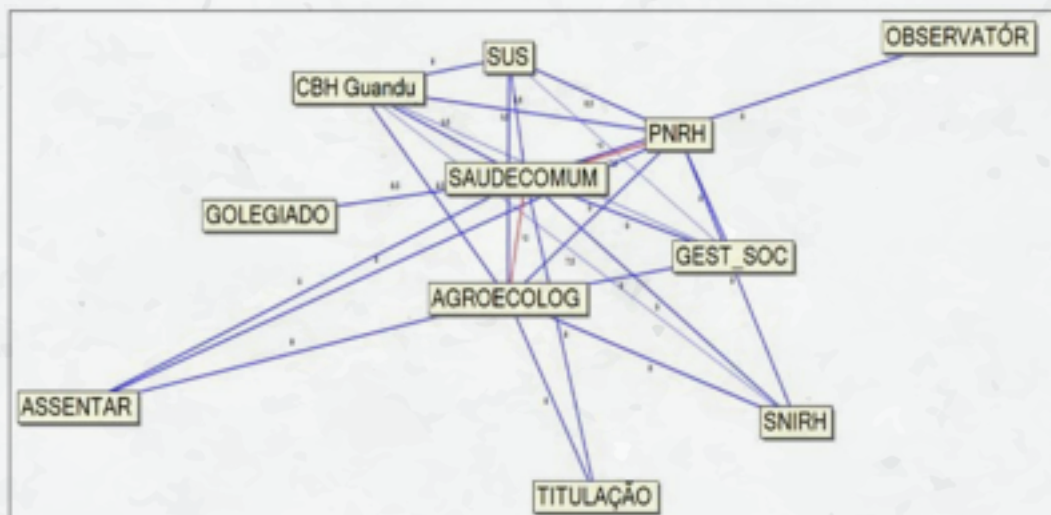


Neste caso, o que é avaliado é a percepção de cada um dos agentes em relação às posições dos demais, em termos de ameaças e oportunidades. Neste artigo não são apresentados os detalhes da aplicação da metodologia por estarem descritos no artigo em referência e utilizar a mesma metodologia apresentada neste artigo. Convém apenas registrar o uso de um outro aplicativo específico das relações entre atores (Mactor).

Na figura 9 a seguir observa-se que a maior capacidade de articulação é a variável Saúde Comunitária (SAUDECOMUM). Entre as instâncias de participação social institucional - Observatório, Colegiado, Coletivos e CBH Guandu -, o último aparece com maior capacidade de articulação, provavelmente por ter caráter deliberativo e normativo. Comparando as referências das entidades de extensão, a UFRRJ possui a maior capacidade de articulação em decorrência de suas especializações em Agroecologia e Gestão Social, com forte aplicabilidade no território analisado.

Em seguida vem o CBH, que disponibiliza, a partir do SNIRH (Sistema Nacional de Recursos Hídricos), uma detalhada base de dados cartográficos sobre a integralidade do território. O MST, por sua vez, aparece como organização muito autônoma com o habitus COLETIVOS e articulada com as outras organizações de extensão do território, em particular por meio da política pública de titulação e, principalmente, de assentamentos, variável ASSENTAR.

**Figura 9:** Formação de rede entre os agentes



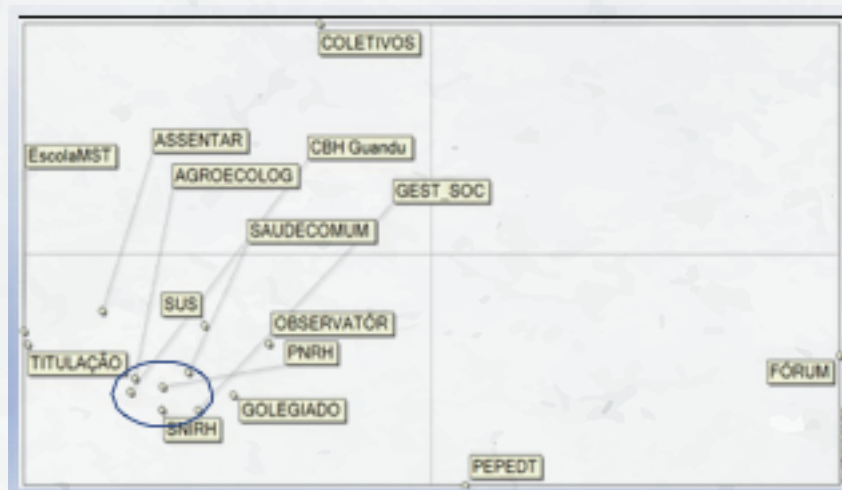
Fonte: os autores, utilizando o aplicativo Mactor.

A Figura 10, gráfico produzido a partir pontuação da mesma matriz, mostra<sup>16</sup> o grau de proximidade entre as quatro instituições resultando do balanço das ameaças e oportunidades decorrentes das posições dos agentes. Observa-se a convergência das instituições em relações às variáveis e permite indicar o escopo de interesses comuns (destacados pelo círculo na figura) e, portanto, probabilidades de cooperação. Nela, é possível identificar uma pauta de coordenação e cooperação das quatro instituições que abrangem duas variáveis de governança política: Gestão de Recursos Hídricos e Agroecologia; duas variáveis de Desenvolvimento Territorial Sustentável (DTS): Saúde Comunitária e CBH; duas variáveis de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (DCT): Sistema Nacional de Informação de Recursos Hídricos (SNIRH-Hidroweb) e Gestão Social; e um mecanismo de Cidadania deliberativa: o Colegiado BIG. O MST, que não tem nenhuma das suas variáveis

<sup>16</sup> Para evitar erros de interpretação, importa sinalizar que as posições que precisam ser levadas em conta são dos pontos, não dos nomes das variáveis. Por exemplo, o ponto da EscolaMST está junto de TITULAÇÃO e próximo de ASSENTAR.

no foco inicial, tende a ter participação fundamental por ser referência nacional na política de Agroecologia, inclusive nos mecanismos de cadastramento dos produtores para apoio ao beneficiamento em agroindústrias familiares e à comercialização.

**Figura 10:** Convergência de interesse para estabelecer uma pauta comum



Fonte: os autores, utilizando o aplicativo Mactor.

A análise da relação organização social – extensão a partir da análise de mesmos campos e em territórios análogos, variando apenas as Extensões, amplia consideravelmente o chão de futuros da BIG pelas perspectivas de parcerias e convergência de pauta entre as extensões, mesmo considerando divergências de foco e interesses.

Neste momento da Prospectiva pode ser evidenciado uma ampliação das variáveis, em termos qualitativos e quantitativos a serem incluído no desenho dos futuros. A retrospectiva mostrou, na variável consórcio, a importância de relações flexíveis intermunicipais e da convergência das pautas sociais e ambientais, pelo potencial de apresentarem de aumentar, de maneira sistêmica, a influência da extensão, das políticas públicas territoriais e, análise crítica (interpretação). Já na prospectiva, o desenho do campo do poder da relação organização social - extensão universitária, na perspectiva do Colegiado BIG (Figura 8) apontou a ausência de percepção do Colegiado de sua influência nos campos da organização política e da Cidadania deliberativa (hábitus) posição na qual o Colegiado BIG poderia identificar sua própria influência. Além disto, estão também ausentes a influência das universidades na organização política e a ausência do agente Empresas no campo Cidadania deliberativa. Quando a relação BIG-Extensão está colocada numa matriz com os mesmos campos, ao lado de outras extensões (Figura 9) aparece como principal ponto de convergência das extensões: Saúde comunitária e quando consolidado o balanço das suas percepções recíprocas de ameaças e oportunidades (Figura 10) estabelece-se uma potencial pauta comum com seis itens sendo três relacionados com recursos hídricos, por ordem: Sistema Nacional de Informação de Recursos Hídricos (SNIRH), Política Nacional de Gestão dos Recursos Hídricos (PNRH) e Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Guandu (CBH Guandu), dois de agricultura familiar: agroecologia e gestão social e, novamente saúde comunitária. Más, nesta parte da prospectiva ainda predominam os saberes acadêmicos e uma configuração unificada dos futuros ainda precisa imaginada e desenhada. Da participação do Colegiado BIG na coalizão do Pacto pelo mar ficaram três referências que pautaram os futuros da relação Colegiado BIG – Extensão universitária: Pacto, Diálogo de saberes e ODS. A partir deles foi construída, com programação para realização em quatro semanas, a oficina do Pacto pela BIG.



## 4.2. RECONFIGURAÇÃO DA MATRIZ DO CAMPO DE PODER

A oficina de coconstrução do processo que poderia resultar, a partir de 2021, num pacto pela BIG assumiu inicialmente a discussão de (i) uma agenda de governança territorial em prol do desenvolvimento sustentável, (ii) um escopo de demandas por políticas públicas no âmbito do território e, a perspectiva de utilizar os ODS como um sistema ou painel de indicadores. Foi mantido o desenho da matriz do campo de poder reconfigurada com campos que, na percepção dos participantes, são aqueles prioritários para compor um pacto de sustentabilidade para o território da BIG. Um consenso se desenhou a partir de quatro campos percebidos como bens comuns: (i) Segurança alimentar, agroecologia e território, (ii) Identidade, cultura e educação, (iii) Saneamento, resíduos e saúde e, (iv) Participação, organização social e política.

Na segunda reunião da oficina foi estudada a possibilidade de associar os ODS como indicadores e a conclusão foi positiva: os ODS assim organizados permitem monitorar se a sustentabilidade do campo está ou não efetivamente alcançada. Com isto, o painel de indicadores para o Pacto pela BIG poderia ser organizado da seguinte maneira:

- Segurança alimentar, agroecologia e território: ODS 2 - Fome Zero, 12 - Consumo e produção responsáveis, 13 - ação contra a mudança do clima, 15 - vida terrestre;
- Identidade, cultura, educação: ODS 1 - Erradicação da pobreza, 4 - Educação de qualidade, 5 - igualdade de gênero, 11 - cidades sustentáveis;
- Saneamento, resíduos, saúde: ODS 3- Saúde e bem-estar, 6 - água potável e saneamento, 7 - energia limpa e acessível, 14 - vida na água;
- Participação, organização, política ODS 8 - trabalho decente e crescimento econômico, 9 - Indústria, inovação e infraestrutura, 10 - Redução das desigualdades, 16 - paz, justiça e instituições eficazes.

Na terceira reunião da oficina, foi discutida quais categorias de agentes deveriam compor a linhas de ação do Colegiado, sendo basicamente: articulação territorial, extensão universitária, organização social e administração municipal. Estas linhas de ação foram assim descritas:

- Administração municipal, principalmente os conselheiros dos múltiplos conselhos que fragmentam o controle social e são habitualmente presididos pelos secretários das pastas e os agentes municipais.
- Articulação territorial: principalmente as instâncias de gestão dos recursos hídricos, das Unidades de Conservação e de licenciamento Ambiental, em escala infra estadual e supra municipal.
- Organização social, incluindo as instâncias relacionadas com a organização do trabalho, principalmente sindicatos e todas as formas de luta e auto-organização de gênero, jovens, meio ambiente e, economia solidária, entre outras.
- Extensões universitárias, em apoio às três anteriores, envolvendo acesso e interpretação de informação, troca de saberes e, difusão de conhecimento científico.

Na quarta oficina buscou-se identificar indicadores de efetividades dos campos estabelecidos na primeira oficina. A discussão levou a um conjunto de efeitos ou resultados esperados que, relacionados com as referidas linhas, apontam para diversas perspectivas de respectivos resultados:

- Acesso solidário aos recursos, com ênfase ao “interesse comum bem compreendido”;
- Inclusão nas lutas e produção de saber;
- Cuidados pela vida, controlando os riscos sistêmicos;
- Pactuação e gerenciamento do uso dos recursos.

Desta maneira foi produzido a imagem uma nova matriz para o campo de poder do Colegiado (figura 11) estruturando uma nova narrativa que conta os futuros imaginados a partir de um sistema de gestão da sustentabilidade do território, constituindo uma base para um possível pacto pela BIG.

**Figura 11:** Indicadores de ações do Pacto pela BIG relacionando funções em campos

Eixos / Organizações	Administração municipal	Articulação territorial	Extensão universitária	Organização social	Efetividade / resultados esperados
Segurança alimentar, agroecologia e território	ODS 2 – Fome zero	ODS 15 – Vida terrestre	ODS 13 – Ação contra a mudança do clima	ODS 12 – Consumo e produção responsável	ACESSO solidário aos recursos
Identidade, cultura e educação	ODS 11 - Cidades sustentáveis	ODS 1 – Erradicação da pobreza	ODS 4 – Educação de qualidade	ODS 5 – Igualdade de gênero	INCLUSÃO das lutas e produção de saberes
Saneamento, resíduos, saúde	ODS 3 – Saúde e bem estar	ODS 6 – Água potável e saneamento	ODS 14 – Vida nas águas	ODS 7 – energia limpa e acessível	CUIDADO com a vida controlando riscos
Participação, organização, política	ODS 16 – Paz, Justiça e instituições eficazes	ODS 9 – Indústria, inovação e infraestrutura	ODS 8 – Trabalho decente e crescimento	ODS 10 – Redução das desigualdades	PACTUAÇÃO e controle dos recursos
Monitoramento da Eficácia da alocação dos recursos					ODS 17 – Parcerias e meios de implementação

Fonte: Carta do Pacto pela BIG, <https://www.facebook.com/pepedufrrj/>

Essa “imagem” sistematiza as futuras linhas de ação que poderão ser objeto do Pacto pela BIG e, a transição realizada pelo Colegiado BIG entre o protagonismo federal e o territorial. A relação com as extensões permite que o Colegiado integre novas funções- chave já identificadas na Retrospectiva e reelaboradas na Prospectiva que orientam um processo permanente de gestão da sustentabilidade do território.

## 5. RESULTADOS E ENCAMINHAMENTOS

A transformação que está ocorrendo no Colegiado BIG a partir da troca de saberes e nela a inserção da extensão universitária, está se organizando na forma de um observatório social-territorial para o qual, junto com a ideia geral, foram aprovados alguns princípios na primeira reunião do Colegiado de 2021. O primeiro princípio é de uma linguagem essencialmente gráfica notadamente mapas onde todos os envolvidos podem se situar. Com isto a missão do observatório pode ser a efetividade da troca de saberes para a reterritorialização da Baía da Ilha Grande. O início da troca começa pela bacia hidrográfica do Rio Bracuí que desagua no município de Angra dos Reis. O rio deu seu nome ao uma comunidade quilombola e a um projeto de pequena central hidroelétrica – PCH a montante. A ameaça configurada por este projeto, logo percebida, se revelou na prática constituir um risco múltiplo e antecipar conflitos que já incluem relações com unidades de conservação ambiental – UC, turismo e comunidades caiçaras e, entre muitas outras com a missão da Defesa Civil, pela presença a jusante da planta de energia nuclear de Angra do Reis.



A bacia hidrográfica do rio Bracuí configura assim um risco sistêmico, análogo à maioria dos megaempreendimentos de processamento e logística de minério e de petróleo, além de suas funções logísticas em terra e no mar. A possibilidade de uma comunidade quilombola enfrentar um projeto de PCH ou de comunidades caiçaras impedirem petroleiros gigantes de transbordar sua carga parece de repente imaginável pela união dos ameaçados e impactados. Essa situação reúne na mesma causa outros territórios como aqueles de mineração com suas centenas de barragens de rejeitos e, os de desflorestamento com seu irreversível impacto climático e hídrico. Esta imagem pode ser colocado ao lado de outra: a expansão do agronegócio duplicada em termos de áreas de produção simplesmente pela incorporação de áreas de pastagens degradadas<sup>17</sup>.

O processo de reterritorialização da BIG a partir de uma singela matriz de relações sociais (figura 11) e mapas do potencial de adequação socioeconômica e ambiental, produzidos utilizando metodologias consolidadas, oficializadas e disponíveis em cursos de Ensino a Distância – EaD (LOBO, 2019) constituem o esboço do desenho de um processo de controle social a partir de lutas e consequente epistemologia. A compreensão dos observadores é visual, direta e imediata.

Durante a análise prospectiva e em parte sob efeito da indução da pandemia ao trabalho em redes digitais foi possível prever uma mudança de escala nos cursos de extensão. Com isto, o curso do PEPET para conselheiros ganhou outra dimensão que configura uma característica básico do observatório: os observadores. Entende-se que nestas posições de protagonismo social está o foco do observatório, a sua conexão direta e continua nas lutas sociais, desde os mecanismos institucionais de participação social<sup>18</sup> até as representações de comunidades tradicionais, passando pelos movimentos sociais e os agentes municipais. Neste escopo estão incluídos os mecanismos de Estado de gestão ambiental, de recursos hídricos, de unidades de conservação, da Defesa civil e da segurança alimentar, entre outros.

A postura e exercício da crítica que faculta a continuidade do diálogo observadores – observatórios - observadores contribui para a pesquisa universitária e com isto, à oferta de serviços de assistência tecnológica – científica, no marco da gestão social, e consolida a relação Colegiado-Extensão, tendo no observatório o mecanismo de troca de saberes e de apoio ao processo de elaboração e gestão do Pacto pela BIG.

Os encaminhamentos, para a extensão e para colegiado apontam globalmente para uma palavra complicada que a academia usa para dizer troca de saber: epistemologia! Mesmo próximos dos movimentos e lutas sociais, sociólogos de Coimbra (SANTOS, 2018) adotaram a expressão “Epistemologias do sul” para nomear a produção de saberes autônomos em relação à ciência eurocêntrica. As demandas do observatório impulsionam também na pesquisa do PEPEDT, troca de saberes entre quatro vertentes: (i) estudos de casos relacionando abordagens territoriais e políticas públicas, (ii) questões mais conceituais derivadas do conceito de desenvolvimento sustentável e da teoria das redes, (iii) a abordagem da teoria crítica, principalmente a partir da obra de Habermas e (iv) a sociologia política na qual é possível reunir conceitos-chave da gestão social, como aqueles utilizados neste artigo para a retrospectiva: Participação e Controle social, Cidadania deliberativa, Desenvolvimento territorial sustentável, Direitos coletivos, Interesse bem compreendido e Economia solidária. Contribuições do campo da Gestão social poderão ser mobilizadas particularmente em algumas de suas áreas correspondendo a dinâmicas relacionais. Primeiramente nos conselhos gestores descritos por (TENÓRIO, 2016) e (MACEDO, 2014) como atuação geralmente restrita a auxiliares dos controles públicos, buscando-se ampliar o controle social pela articulação de meios de coerção social. Referências desta pers-

17 As pastagens degradadas representam em números oficiais 49 milhões de hectares de um total de 128 milhões, enquanto a totalidade da agricultura representa 60 milhões de hectares ou seja 8% do território nacional.

18 Principalmente os conselhos municipais de educação, saúde e assistência social-SUAS.

pectiva podem ser encontradas nas Lutas sociais nas quais SANTOS<sup>19</sup> vê o nascedouro das Epistemologias do Sul e na construção de novas constituições, como no Equador e na Bolívia<sup>20</sup>, onde saberes tradicionais são marcos conceituais apontam para o futuro FRANÇA FILHO 2020. Finalmente, a Teoria Crítica, na perspectiva dialógica de HABERMAS ([1970], 2014) poderá contribuir para uma percepção dialógica do Comum das economias solidária, social, da cooperação, entre outras, inclusive da dádiva a partir dos conceitos de “trabalho socialmente organizado” e de “história da espécie”.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Abreu, J., Oliveira V., Kraemer C. (2019). Uma análise de construtos teóricos sobre participação e gestão social. *Desenvolvimento em Questão*, Unijuí, ano 17, n.48 jul/set 2019.

Boole, G. ([1854] 2009). *An investigation of the law of thought*. Cambridge University Press.

Bourdieu P. (2010). *O Poder Simbólico*. Bertrand Brasil.

Bourdieu P. (2002). *Campo do Poder, campo intelectual: itinerário de um conceito*. Montessor

Bourdieu P ([1990] 2019). *Direito e Jeitinho, o campo dos poderes territoriais e da implementação dos regulamentos*, tradução Patrick Maury e Leice Garcia.

Cançado, A., Rico, A., Iwamoto H. e, Pinheiro, L. (2019) *Gestão social, Autogestão e Gestão democrática pela navalha de OCCAM: uma abordagem conceitual baseada na teoria dos conjuntos*. *Revista Nau Social – V.10, n.18, p17-26, mai/out 2019*.

Cançado, A., Pereira, J., Tenório, F., (2013). *Gestão Social, epistemologia de um paradigma*. Curitiba, CRV.

Cassiolo, J., Lastres, M e Stallivieiri, F. (orgs.), (2008) *Arranjos Produtivos Locais, uma alternativa para o desenvolvimento*. Vol. 2, *Experiências de Políticas*. EPapers.

França Filho, G. (2020), *Solidariedade e Organizações: pensar uma outra gestão*, EDUFBA.

Garcia, L. e Maury, P. (2019). *A perspectiva relacional no estudo da corrupção sistêmica: uma aplicação prática ao caso do rompimento da barragem da Samarco, em Mariana (MG)*. 4º Encontro Internacional Participação, Democracia e Políticas públicas. Porto Alegre.

Garcia, L., Maury, P. e, Teodósio, A. (2019). *Social Participation and Systemic Corruption*. ISTR, 12th Latin America and the Caribbean Regional Conference. Medellín, Colômbia, Jul.2019.

Glowczewski, B. (2015). *Devires Totêmicos, cosmopolítica do sonho*, n-1

Godet M. e Durance P., (2011). *A Prospectiva Estratégica para as Empresas e os Territórios*. Dunod-Unesco.

---

19 Boaventura Sousa Santos, CES, Universidade de Coimbra, Portugal. Ver curso a distância da CLACSO: Justiça entre Saberes: As Epistemologias do Sul e os Saberes nascidos nas Lutas (2019-20). [www.clacsovirtual.org](http://www.clacsovirtual.org)



(Aplicativos livres: Micmac, Mactor, Morphol e, Multipol).

Grisa, C. e Delgado, N. (2019). Entre a concepção e a implementação das políticas territoriais no Brasil: Ideias, interesses e instituições na governança multinível, em Leite, S e Bruno, R. O rural brasileiro na perspectiva do século XXI. Garamond, pág. 227-248.

Guimarães, N., Vereta-Nahoum, A. (2017). Explorando os sentidos sociais da Economia. Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 29, n.1. pág.1-22.

Habermas, J. ([1970], 2014), Para a Reconstituição do Materialismo Histórico. Editora UNESP.

Haesbart, R. (2004). O Mito da Desterritorialização: do “Fim dos territórios” à multiterritorialidade. Bertrand Brasil.

Hirata, A. e Rocha L., Orgs. (2020) Sistemas Participativos de Garantia do Brasil: Histórias e Experiências. IFSulMinas, 228p.

Hui, Y., (2016). The Question Concerning Technology in China. An Essay in Cosmotronics. Urbanomic.

Lobo, J., editor. (2020) Indicadores de Sustentabilidade em Agroecossistemas – ISA. MMA.

Macedo, L., (2014) Atuação dos Conselhos Comunitários no acompanhamento e participação cidadã do Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável do Município de Itaguaí-RJ. Dissertação de Mestrado, PPGDT/UFRRJ.

Maury, P., Lamounier, E., Ramos, D., Lima, N., (2020) Redes entre Comunidades Tradicionais e Instituições de Extensão na Baía da Ilha Grande/RJ. In Povos Originários e Comunidades Tradicionais: Trabalhos de Pesquisa e de Extensão Universitária – Volume 5 / Porto Júnior, Francisco Gilson Rebouças; Zoia, Alceu; Sguarezi, Sandro

Benedito; Gamba, Fábio Brega; Pires, Bruno Ricardo Carvalho (Orgs.). Boa Vista: Editora UFRR, 2020; Porto Alegre/RS: Editora Fi, 2020. Capítulo 4, pág. 65-85.

Negrao, O. Villela, L. E. Francisco neto, D. Gomes, P. (2019). Desenvolvimento territorial sustentável: uma análise comparativa entre as experiências de Los Lagos, Chile; Imbabura, Equador e, Baía da Ilha Grande-RJ, Brasil. In: XVIII Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 2019, Natal RN. Tempos de/em transformação - utopias., 2019. v. XVIII. p. 1- 25.

Perico, R e Ribeiro, M (2005). Ruralidade Territorialidade e Desenvolvimento Sustentável: visão do território na América Latina e no Caribe. MDA/SDT e IICA.

Ramos, D. Villella, L., (2019). Articulation and Negotiation in the Rural Territorial Council of Ilha Grande Bay for Productive Inclusion. International Journal of Advanced Engineering Research and Science (IJAERS), Vol-6, Issue-5, May-2019, ISSN: 2349- 6495(P) 2456-1908(O), <https://dx.doi.org/10.22161/ijaers.6.5.77>.

Rihoux B., Ragin C, (2009). Configurational Comparative Methods, Qualitative Comparative Analysis (QCA) and related Technics. Sage.

Santos, B. (2018), Na Oficina do Sociólogo Artesão, aulas 2011-2016, Cortez.

Scarso D. (2016) A ontologia dos outros, entrevista com Philippe Descola. *Filos*, Aurora, Curitiba, v28, n.43, p. 251-276.

Tenório, F (2018). *Controle Social de Territórios: teoria e prática*. EDUFT, 239 págs.

Tenório, F. e Kronemberger, T. organizadores (2016). *Gestão Social e conselhos gestores*. FGV.

Tenório, F. Organizador (2016). *Cidadania, Território e atores sociais*. FGV.

Tenório, F. Organizador (2013). *Gestão Social e gestão estratégica, experiências em desenvolvimento territorial*. FGV.

Villela, L., Vidal, M., Freire, N., Araújo, A. (2014). *Desenvolvimento Territorial Sustentável (DTS) e Gestão Social como Conceitos indissociáveis: o caso do município de Itaguaí-RJ* In: *Administração Pública, Economia Solidária e Gestão Social: Limites, desafios e possibilidades*. Editorada UFV, 2014, v.1, pág.108-134.

Villela, Lamounier Erthal. *Escopo Metodológico*. In: Fernando Guilherme Tenório. (Org.). *Cidadania e Desenvolvimento Local: critérios e análise*. 1ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012, v. 1, p. 35-49.







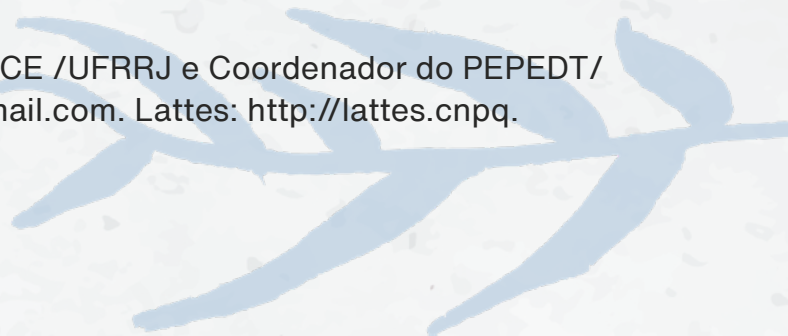


# GESTÃO SOCIAL, PARTICIPAÇÃO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL: UMA ANÁLISE DO DESENVOLVIMENTO DE ITAGUAÍ-RJ

*Social Management, Social Participation and  
Sustainable Territorial Development: an analysis of the  
development in Itaguaí-RJ*

Nicholas Augusto Mendes da Rocha Lima – UFRRJ  
Mestrando em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas – PPGDT/UFRRJ  
e membro/pesquisador do PEPEDT UFRRJ. E-mail: nicholasmendes84@gmail.  
com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5816453668898133>. Orcid: [https://orcid.  
org/0000-0002-4677-7312](https://orcid.org/0000-0002-4677-7312).

Lamounier Erthal Villela - UFRRJ  
Professor do PPGCTIA, PPGDT, e DeCE /UFRRJ e Coordenador do PEPEDT/  
UFRRJ. E-mail: lamounier.erthal@gmail.com. Lattes: [http://lattes.cnpq.  
br/0265624345647321](http://lattes.cnpq.br/0265624345647321).



## RESUMO

Este trabalho<sup>1</sup> objetivou analisar a dinâmica das ações públicas e o papel dos conselhos municipais na gestão dos impactos dos recentes megaempreendimentos no município de Itaguaí-RJ e utilizou como horizontes os critérios estabelecidos pelas teorias do Desenvolvimento Territorial Sustentável e do Desenvolvimento Multidimensional, pela Participação Social, mais precisamente no conceito de Gestão Social e Controle Social. A metodologia utilizada consistiu na elaboração de indicadores qualiquantitativos acerca do tema, utilizando-se de pesquisas bibliográfica, documental, telematizada e de campo (entrevistas estruturadas por questionário guia). A dinâmica socioeconômica do município de Itaguaí vem se alterando desde os anos 2000 com o advento dos megaempreendimentos e estes fizeram com que houvesse mudanças estruturais, econômicas e sociais, o que justificou então analisar se houve ou não uma boa gestão do aporte de recursos advindos dos megaempreendimentos de modo a gerar desenvolvimento no município, segundo as teorias supracitadas, e da gestão social durante processo de implantação destes empreendimentos. Os resultados apontam que mesmo com crescimento de alguns índices econômicos, houve débil desenvolvimento socioeconômico, político e institucional no município dado o montante de recursos empregados nesta localidade e que os conselhos municipais (representando, neste trabalho, o principal instrumento de gestão social e controle social), pela desvalorização e pela posição inferiorizada à que foram submetidos, têm dificuldade em conseguir exercer perfeitamente o seu papel.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento Territorial Sustentável; megaempreendimentos; conselhos municipais; Gestão Social.

## ABSTRACT

This work aimed to analyze the dynamics of public actions and the role of municipal councils in managing the impacts of recent mega-enterprises in the municipality of Itaguaí-RJ using the criteria established by the theory of Sustainable Territorial Development, the concept of Social Management and the theory Multidimensional Development. The methodology used consisted of the elaboration of qualitative and quantitative indicators on the theme, using bibliographic, documentary, telematized and field research (structured interviews and questionnaires). The socioeconomic dynamics of Itaguaí has been changing since the 2000s with the advent of mega-enterprises and these led to structural, economic and social changes, which justified then to analyze whether or not there was a good management of the contribution of resources arising mega-enterprises in order to generate development in the municipality, according to the aforementioned theories, and social management during the process of implementing these enterprises. The results show that even with the growth of some economic indexes, there was weak socioeconomic, political and institutional development in the municipality given the amount of resources employed in this location and that the municipal councils (representing, in this work, the main instrument of social management and social control), due to the devaluation and the inferior position to which they were submitted, they have difficulty in achieving their role perfectly.

**Keywords:** Sustainable Territorial Development; mega-enterprises; city councils; Social Management.

---

<sup>1</sup> Este artigo foi escrito em conjunto e contém texto integrante da Monografia do 1º autor, apresentada ao curso de Ciências Econômicas da UFRRJ, intitulada “O Município de Itaguaí a partir da chegada dos megaempreendimentos: análise sob as teorias do Desenvolvimento Sustentável e da Participação Social”, no ano de 2020.



# 1. INTRODUÇÃO

O município de Itaguaí - RJ vem sofrendo fortes transformações estruturais nos últimos anos advindos dos megaempreendimentos. Estes empreendimentos devem contribuir para o desenvolvimento local e respeitar os costumes e o conhecimento da população. Este município esteve no ápice do crescimento econômico fluminense recente, o que direcionou um enorme número de capitais para investimento, demonstrado pela evolução de seu PIB que passou de R\$1.9 bilhões em 2006 para R\$8,3 bilhões em 2017 (IBGE), trazendo a discussão acerca do direcionamento destes recursos para a alocação no desenvolvimento local.

Destacam-se como principais empreendimentos no município de Itaguaí<sup>2</sup>:

- Expansão/modernização - CSN - Plataforma Logística
- Implantação - Porto do Sudeste
- Implantação - Gerdau - Terminal Portuário
- Implantação/construção - PROSUB<sup>3</sup>
- Implantação - Terminal da Usiminas em Itaguaí
- Implantação/expansão/modernização - Porto de Itaguaí
- Implantação/expansão/modernização - CEDAE
- Implantação/expansão/modernização - SAA

Totalizando aproximadamente 25 bilhões de reais.

Analisar este tema se justifica pelo fato de abrir novos rumos para compreensão da economia regional e urbana no município de Itaguaí e nas regiões da Baixada Fluminense e da Baía da Ilha Grande, sendo esta vertente econômica crucial para o entendimento das relações de poder atuais da sociedade, uma vez que demonstra a ligação das ações públicas e seu decorrer no processo de desenvolvimento e crescimento econômico.

O propósito é colocar o leitor em uma posição de questionamento acerca do emprego e da condução do aporte de recursos, trazendo uma análise próxima de sua realidade e do desenvolvimento em seu entorno e assim contribuir para a sua formação intelectual e seu conhecimento aplicado acerca da realidade econômica local. Sendo assim, faz-se necessário entender o desenvolvimento e sua aplicação no município.

Para Sachs, o desenvolvimento sustentável “tenta reagir à moda predominante das soluções pretensamente universalistas e das fórmulas generalizadas” (SACHS, 1986, p.18), assumindo então que o desenvolvimento

<sup>2</sup> A lista detalhada dos megaempreendimentos está descrita na Figura 2, constante na página 18 deste artigo.

<sup>3</sup> O Programa de Desenvolvimento de Submarinos da Marinha do Brasil engloba a construção de uma base naval e de um estaleiro para fabricação e manutenção de submarinos, bem como a fabricação de quatro submarinos convencionais e um nuclear.

não segue uma regra, e sim, se adequa as características não universais de cada localidade para se manifestar de forma correta, sendo assim, o produto deste crescimento será sustentável se incluído socialmente, ambientalmente correto e economicamente viável, atendendo à cinco dimensões: social, econômica, ecológica, espacial e cultural. Caso contrário, será sinônimo de inchaço urbano, degradação ambiental e exclusão da comunidade local.

Perico (2009) atrelou o Desenvolvimento Territorial Sustentável à cinco dimensões básicas, caracterizantes deste desenvolvimento: coesão social, coesão territorial, sustentabilidade, inclusão econômica e bem-estar. Estas dimensões são geradoras do desenvolvimento por englobarem características diversas e complexas na agregação do investimento para as localidades.

O conceito de Gestão Social dá-se, para Tenório “como o processo gerencial participativo onde a autoridade decisória é compartilhada entre os participantes da ação” (TENÓRIO, 2006, p. 1146), e sendo assim, todos os envolvidos no território deveriam ter igual espaço na discussão acerca dos rumos a serem tomados, e por consequência, nos desdobramentos dos mesmos. Além disso, os agentes devem exercer certa fiscalização destes desdobramentos sociais, revelando então que entendemos como controle social. Para Siraque, o controle social “é o direito público subjetivo de o particular, individual ou coletivamente, submeter o poder público estatal à fiscalização” (SIRAQUE, 2009, p.112).

Segundo a Constituição Federal Brasileira de 1988, os conselhos municipais deveriam ter um papel central como instrumento de controle social, analisando desde a elaboração, até a execução, perpassando por todas as entrelinhas da discussão acerca do processo de desenvolvimento e como este desenvolvimento impactará na realidade local e social. Faz-se papel do Estado desenvolver os métodos de comunicação com os conselhos, e consequentemente com a população, a fim de estabelecer relações de maior transparência e atender às demandas sociais, ambientais e econômicas, para assim gerar o desenvolvimento, demonstrando assim, a relação cíclica Estado – conselhos – população – Estado.

Segundo Tenório, (2004 p.1):

Pensar o desenvolvimento local requer o envolvimento de diversas dimensões: econômica, social, cultural, ambiental e físico-territorial, político-institucional e científico-tecnológica. Implica considerar os diferentes aspectos de inter-relacionamento ativo dos diversos atores da sociedade. Nesse sentido importa, necessariamente, uma profunda transformação das relações sociais – não apenas dos processos gerenciais e técnicos de produção – incluindo também a preservação ambiental, já que a incorporação dessa dimensão às estratégias, programas e projetos de desenvolvimento tem como objetivo assegurar melhores condições materiais e a sustentabilidade do território, segundo as suas condições e vocações.

Neste sentido, assume-se a seguinte questão: Os megaempreendimentos instalados em Itaguaí-RJ acarretaram em desenvolvimento do município? Logo, o objetivo principal deste artigo é analisar a dinâmica dos megaempreendimentos no município de Itaguaí de acordo com as óticas preconizadas pelas teorias do desenvolvimento Territorial Sustentável – DTS, da Teoria do desenvolvimento Multidimensional e pela Participação Social, mais precisamente no que diz respeito ao Controle Social e à Gestão Social, para verificar se houve desenvolvimento municipal advindo destes investimentos.



## 2. OBJETIVOS

Analisar a dinâmica do Estado, os conselhos municipais, e suas relações interligadas, no que diz respeito à gestão social e aos preceitos da Teoria do Desenvolvimento Sustentável para verificar se houve uma condução adequada do aporte dos megaempreendimentos no desenvolvimento dos municípios de Itaguaí-RJ e Seropédica-RJ.

Para isso, procurou-se seguir alguns objetivos específicos, sendo: i) mapear os megaempreendimentos e a dinâmica socioeconômica municipal; ii) apresentar um referencial teórico acerca das teorias e conceitos supracitados; iii) definir indicadores e pontos a serem utilizados para coleta de dados quali-quantitativos e para determinar a evolução do desenvolvimento nos municípios; iv) analisar o papel dos conselhos municipais como instrumento da participação social; v) e elaborar um panorama para verificar se houve desenvolvimento nos municípios.

## 3. METODOLOGIA

### 3.1. CONSTRUÇÃO DO INSTRUMENTO METODOLÓGICO

Trata-se de uma pesquisa quali-quantitativa, pois tem como um dos objetivos elaborar indicadores quantitativos sobre os impactos das ações públicas na gestão dos impactos dos megaempreendimentos e definir qualitativamente o grau de aplicação destes às teorias de Desenvolvimento.

O estudo identificou meios específicos para a coleta de dados, no entanto, pesquisas bibliográficas e documentais foram imprescindíveis, dada a necessidade de compreender os aspectos de formação socioeconômica do município de Itaguaí. Logo, primeiro passo foi a pesquisa bibliográfica; segundo passo, a pesquisa documental; terceiro passo foi a pesquisa de campo, utilizando instrumentos de coleta de dados que foram aplicados aos atores responsáveis pelas ações públicas e/ou agentes do mercado ou da sociedade civil, e o quarto passo foi a análise destes resultados comparando com os indicadores do DTS.

A pesquisa bibliográfica identificou literatura sobre os seguintes temas: Desenvolvimento local/territorial/DTS; Ações e políticas públicas; Indicadores de análises socioeconômicas; Indicadores de análise multidimensionais para desenvolvimento local; Participação Social, Gestão Social e Controle Social; Desenvolvimento Multidimensional. A pesquisa documental e telematizada contribuíram para mapear as ações do poder público municipal. A pesquisa telematizada buscou dados disponíveis para o município nos sites dos municípios, IBGE, FIRJAN, Controladoria do Estado e da União, PDS da bacia de Sepetiba - RJ entre outros, além de dados sobre IDH-M e IFD-M, respectivamente no Censo IBGE (vários anos) e no site da FIRJAN.

A pesquisa de campo consistiu na segunda etapa da pesquisa, neste sentido foram feitas visitas nas secretarias municipais e aos conselheiros municipais. Foi utilizado o suporte de um questionário base, elaborado ao longo do período de análise, e utilizado, na forma de guia em entrevistas estruturadas para a obtenção de dados no que tange as ações dos poderes públicos e suas opiniões acerca de temas relacionados aos indicadores citados e sobre a gestão de impactos de megaempreendimentos (vide referencial teórico supracitado).

A pesquisa tem como norte a pesquisa quantitativa, porém dados qualitativos serão utilizados quando necessários no desenvolvimento de análises específicas.

É importante ressaltar que a realização da pesquisa de campo só foi possibilitada devido à minha participação no Programa de Ensino, Pesquisa e Extensão em Desenvolvimento Territorial - PEPEDT/UFRRJ e no Colegiado Territorial Rural da Baía da Ilha Grande. Junto ao grupo, desde 2017, participo da organização de reuniões plenárias, pude participar de duas edições do Curso de Extensão em Formação de Conselheiros Municipais, do Projeto “Bate-papo com o Colegiado BIG”, dentre outras ações de extensão e vivência. Devido a isso, construiu-se uma rede com os Conselheiros Municipais, principalmente de Itaguaí, o que facilitou as reuniões, a proximidade participativa e as entrevistas citadas neste trabalho.

No início de 2020, e do surgimento da pandemia do Covid-19, o Colegiado BIG buscava novos meios de continuar com as atividades de aproximação com os membros e os territórios, e assim, formula-se o projeto “Bate-Papo com o Colegiado BIG”, onde diversas lideranças territoriais expunham suas demandas, conflitos e necessidades, e a partir daí, percebeu-se a necessidade de formalizar estas demandas. Então, inspirado no Pacto Pelo Mar do Rio de Janeiro<sup>4</sup>, surge em 2020, o Pacto pela BIG, e como instrumento de formalização, a “Carta Pela BIG”, afim de relacionar e cobrar as demandas das comunidades do território da Baía da Ilha Grande.

Para formação da “Carta Pela BIG”, foram realizadas 4 oficinas pela Equipe PEPEDT em conjunto com o Colegiado BIG, intituladas respectivamente: i) “Agenda 2030 e Sustentabilidade”; ii) “Gestão e Controle Social, Participação e Ações Alcançadas”; iii) “Território e Redes”; iv) “Perspectivas de um Pacto para a Baía da Ilha Grande”. E assim, como um dos resultados destas oficinas, obteve-se a relação entre os ODS’s (vide Figura 5) e o processo de Gestão Territorial, como pode-se observar na Figura abaixo:

**Figura 1** - ODS como parte de um processo de Gestão Territorial.

Eixos / Organizações	Administração municipal	Articulação territorial	Extensão universitária	Organização social	Objetivos, resultados esperados
Segurança alimentar, agroecologia e território	ODS 2 – Fome zero	ODS 15 – Vida terrestre	ODS 13 – Ação contra a mudança do clima	ODS 12 – Consumo e produção responsável	ACESSAR solidário aos recursos
Identidade, cultura e educação	ODS 11 - Cidades sustentáveis	ODS 1 – Erradicação da pobreza	ODS 4 – Educação de qualidade	ODS 5 – Igualdade de gênero	INCLUIR nas lutas e produção de saberes
Saneamento, resíduos, saúde	ODS 3 – Saúde e bem estar	ODS 6 – Água potável e saneamento	ODS 14 – Vida nas águas	ODS 7 – energia limpa e acessível	CUIDAR da vida controlando riscos
Participação, organização, política	ODS 16 – Paz, Justiça e instituições eficazes	ODS 9 – Indústria, inovação e infraestrutura	ODS 8 – Trabalho decente e crescimento	ODS 10 – Redução das desigualdades	PACTUAR e gerenciar uso dos recursos
Monitoramento					ODS 17 – Parcerias e meios de implementação

Fonte: LIMA, 2020, p. 34, em conjunto com Equipe PEPEDT (2020).

Exemplificadas as relações territoriais vide figura acima, buscou-se relacionar com a estruturação das entrevistas com os Conselheiros Municipais. A elaboração das questões foi feita a partir dos indicadores presentes na Figura

4 O Pacto Pelo Mar pode ser entendido como uma coalizão estadual com 80 instituições signatárias em apoio da agenda de políticas costeiras referentes a Agenda 2030 no território costeiro do Estado



6, de modo que os dados fossem organizados em uma escala de Likert<sup>5</sup>, e assim, utilizar dados qualitativos de forma quantitativa, contribuindo para elaboração de gráficos. As perguntas a seguir compunham o questionário:

**Quadro 1** - Elaboração de Perguntas de Questionário

PERGUNTA	Temática/motivo	INDICADOR
1. Qual é o seu nome?	Identificação	Identificação
2. Você faz parte de qual conselho?		
3. Considera que o conselho que você faz parte sofre com informações passadas de maneira inadequada pelos órgãos públicos?	Assimetria de Informação	Coesão Social e Governabilidade
4. Considera que os conselheiros têm um papel fundamental de conscientização da população?	Participação social, trocas de saberes, redes	
5. Qual meio de disseminação da informação mais eficiente para um conselho?	Divulgação de reuniões, assembleias, etc	
6. Considera que há coesão social na sua localidade? Por que?	Conselhos utilizados como forma de espaços de discussão social e participação na formulação de atividades	
7. Considera que há coesão territorial (a população do território consegue tomar decisões em favor do território) na sua localidade? Por que?	Conselhos como espaço formador de redes intramunicipais, no sentido de concretizar e aproximar as relações dos agentes	Coesão Territorial
8. Você e seu conselho estão cientes dos investimentos seguintes (apresentada a lista de empreendimentos constante neste artigo):	Estes investimentos foram apresentados à população antes de serem incluídos e durante o processo de inclusão na localidade? Foi ouvida a opinião pública na condução do espaço público em seu município?	
9. Você conhece o processo de instalação destes investimentos na sua localidade?		
10. Você julga estes investimentos benéficos para a sua localidade? Como? (atrelando-os aos campos “Emprego&Renda”, “Saúde e Longevidade” e “Educação”)	Geração de empregos, aumento da renda real da população, inclusão da população local no mercado de trabalho, ampliação do sistema de saúde e sanitários, ampliação do número de vagas e da qualidade escolar	Inclusão Econômica, Sustentabilidade e Bem-estar

<sup>5</sup> A escala de Likert é uma metodologia estatística que visa estabelecer uma relação de concordância ou não com determinada questão, sendo normalmente atrelada à um nível de satisfação. Nesta pesquisa ela foi elaborada de modo a atender 5 níveis de satisfação (1 - Totalmente Satisfeito; 2 - Satisfeito; 3 - Moderadamente Satisfeito; 4 - Insatisfeito; 5 - Totalmente Insatisfeito) adaptados à cada questão cabível.

PERGUNTA	Temática/motivo	INDICADOR
11. Você considera que estes investimentos têm algum ponto negativo? (atrelando-os aos 6 indicadores)	Para cada indicador: Coesão Social; Coesão territorial; Governabilidade; Sustentabilidade; Inclusão econômica; Bem-estar.	Todos
12. Você considera estes investimentos promovem desenvolvimento econômico? (atrelando-os aos 6 indicadores)	Para cada indicador: Coesão Social; Coesão territorial; Governabilidade; Sustentabilidade; Inclusão econômica; Bem-estar.	Todos
13. Você considera que a distribuição de renda na sua localidade é eficiente?	Existe distribuição de renda justa para as classes sociais? Existem políticas públicas voltadas à equidade de renda no município?	Inclusão Econômica
14. Existem ações públicas e/ou particulares voltadas à promoção da cultura, lazer, esportes, etc.? Quais ações públicas você crê que a sua localidade mais necessita?	O aporte de investimentos e do aumento das receitas resultou no aumento da qualidade de vida e lazer da população?	Bem-estar
15. Você considera estes investimentos sendo includentes socialmente?	O processo foi dialógico? O benefício foi distribuído dentre as diversas áreas do município? Você está satisfeito com o poder público vigente?	Coesão Social, Governabilidade e Sustentabilidade
16. Qual a sua opinião sobre o poder público vigente na sua localidade?		

Fonte: LIMA, 2020, p. 34.

Para cada uma destas perguntas, utilizadas de forma a serem guias em entrevistas, foi estabelecido um critério de Likert, a ser definido como:

**Figura 2** - Níveis de Concordância Likert



Fonte: LIMA, 2020, p. 36.

E a partir daí, após a aplicação do questionário nas entrevistas, obteve-se resultados qualiquantitativos acerca do tema, como pode se observar nos resultados.

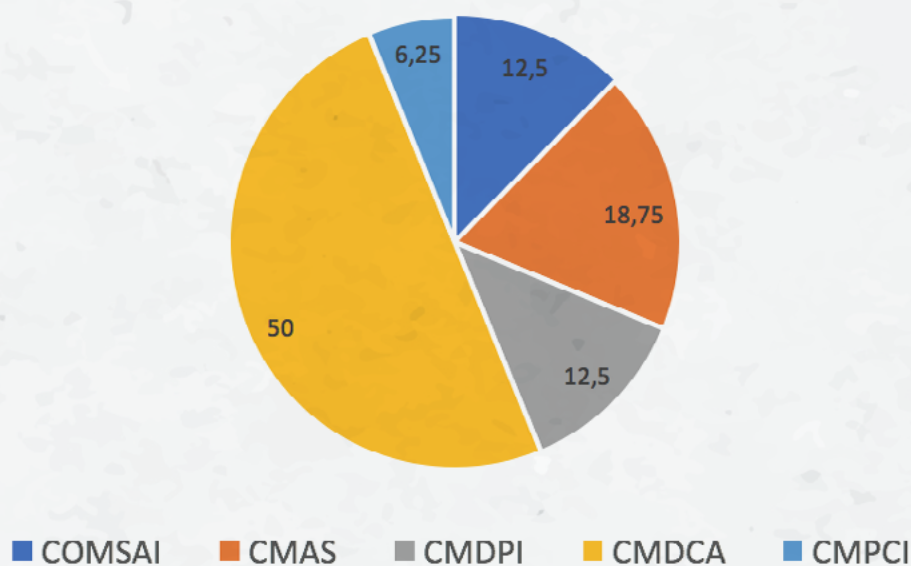


## 3.2. SELEÇÃO DE SUJEITOS

Como dito no item anterior, a seleção de sujeitos (conselheiros municipais) foi construída a partir de ações formadas pelo PEPEDT-UFRRJ8 e do Colegiado Territorial Rural da Baía da Ilha Grande, grupos os quais participo, e pude contribuir com a elaboração de duas edições do Curso de Formação de Conselheiros Municipais, realizado na UFRRJ Campus Seropédica, além de outras atividades. A partir daí a base da pesquisa foi exposta e foram marcadas entrevistas para aplicação do questionário.

Foi realizado um recorte nos conselhos municipais dentre os existentes em Itaguaí, e assim foram utilizados 5 neste artigo, sendo: COMSAI, CMAS, CMDPI, CMDCA e CMPCI, demonstrados no item 4.1.1 da Análise deste trabalho. Este recorte foi realizado devido à aproximação temática destes conselhos com o referencial teórico utilizado neste trabalho, além da aproximação existente entre os conselheiros destes conselhos e o pesquisador. Sendo assim, 16 Conselheiros Municipais participaram das entrevistas, sendo o perfil percentual distribuído por cada conselho da seguinte forma:

**Gráfico 1** - Distribuição percentual dos participantes por Conselho Municipal de Itaguaí



Fonte: LIMA, 2020, p. 37.

## PROPOSTA METODOLÓGICA

E assim, buscou-se estabelecer uma relação entre a implementação dos megaempreendimentos, a opinião dos conselheiros municipais (todos atuantes do município de Itaguaí), os indicadores do DTS, do Desenvolvimento Multidimensional, da Gestão Social, do Controle Social e a evolução dos Índices de Desenvolvimento (IDH-M e IFD-M) em Itaguaí para verificar se houve desenvolvimento no município.

# ANÁLISE

## CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONOMICA DO MUNICÍPIO

### DINÂMICA POPULACIONAL E SOCIOECONÔMICA

A configuração atual do município de Itaguaí é tal que se localiza a 69km de distância da capital do Estado, é o município mais populoso de sua microrregião, e o 25º do estado, além disso, seu IDH-M é considerado alto pelo PNUD e IBGE. O PIB Nominal de Itaguaí, segundo o IBGE 2014 foi de 7,977 Bilhões de Reais, representando 20,9% de participação na sua microrregião e 1,2% no total do Estado do Rio de Janeiro.

Para este artigo, foi utilizado um recorte de 5 Conselhos Municipais de Itaguaí, distribuídos da seguinte maneira:

- **COMSAI** – Conselho Municipal de Saúde de Itaguaí
- **CMAS** – Conselho Municipal de Assistência Social
- **CMDPI** – Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa
- **CMDCA** – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
- **CMPCI** – Conselho Municipal de Política Cultural de Itaguaí Englobando assim as principais dimensões das políticas públicas estabelecidas na Constituição Federal Brasileira de 1988.

Pode-se observar, na Tabela 1 abaixo, alguns dados socioeconômicos do município de Itaguaí:

**Tabela 1** - Dados Socioeconômicos do Município de Itaguaí-RJ

ITAGUAÍ	
Área Territorial	282,606 km <sup>2</sup> [2019]
População estimada	134.819 pessoas [2020]
Densidade demográfica	395,45 hab/km <sup>2</sup> [2010]
Escolarização 6 a 14 anos	97,6 % [2010]
IDHM Índice de desenvolvimento humano municipal	0,715 [2010]
Mortalidade infantil	15,86 óbitos por mil nascidos vivos [2017]
Receitas realizadas	474.597,12207 R\$ (×1000) [2017]
Despesas empenhadas	544.374,1086 R\$ (×1000) [2017]
PIB per capita	61.819,73 R\$ [2017]

Fonte: CIDADES E ESTADOS, IBGE. Disponível em:  
<<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rj/itaguaui.html>>.  
Acesso em 13/11/2020.



Nas Tabelas 2 e 3 abaixo, uma vez que esta é uma análise que perpassa por indicadores industriais, descreve-se a dinâmica da participação industrial no PIB do município de Itaguaí, comparando-o com as regiões da “Baixada I”<sup>10</sup> e do Estado do Rio de Janeiro.

**Tabela 2** - PIB Nominal do Município de Itaguaí por setores econômicos em comparação a Região da Baixada I e do Estado do Rio de Janeiro

PIB Nominal Itaguaí em comparação à Baixada I* por setores econômicos (R\$ milhões a preços constantes de 2014)								
Município	Indústria	Serviços	Adm. Pública	Agropecuária	Impostos	PIB 2014	Participação do PIB na Região	Participação do PIB no Estado
Itaguaí	1738,00	4645,00	962,00	16,00	615,00	7977,00	20,9%	1,2%
Região da Baixada I	5814,00	19301,00	9824,00	65,00	3170,00	38175,00	100%	5,7%
Estado	171684,00	301915,00	102899,00	2841,00	91738,00	671077,00		

Fonte: FIRJAN, 2017, p.7 - Retratos Regionais Baixada Fluminense – Área 1

**Tabela 3** - Composição e Participação dos Setores na Economia de Itaguaí-RJ em comparação com a região da Baixada I e do Estado do Rio de Janeiro

Participação dos Setores na Economia de Itaguaí - 2014					
Município Indústria Serviços	Indústria	Serviços	Administração Pública	Agropecuária	Impostos
Itaguaí	1738,00	4645,00	962,00	16,00	615,00
Região da Baixada I	5814,00	19301,00	9824,00	65,00	3170,00
Estado	171684,00	301915,00	102899,00	2841,00	91738,00

Fonte: FIRJAN, 2017, p.7 - Retratos Regionais Baixada Fluminense – Área 1

Caracteriza-se um alto nível de participação industrial no PIB de Itaguaí, principalmente quando comparado a média de sua microrregião, logo, a atividade industrial tem impacto e influência diretos no desenvolvimento desta região.

## MEGAEMPREENDIMENTOS NO MUNICÍPIO DE ITAGUAÍ

Abaixo estão listados alguns dos principais megaempreendimentos realizados no município, e que contribuíram para colocar Itaguaí no topo dos municípios que mais receberam investimentos externos na América Latina nos últimos anos.

**Quadro 2** - Megaempreendimentos no município de Itaguaí (RJ).

PRINCIPAIS INVESTIMENTOS NAS CIDADES DE ITAGUAÍ-RJ E SEROPÉDICA-RJ SEGUNDO A FIRJAN E ELABORAÇÃO PRÓPRIA				
Período 2010/2012				
Investimento	Setor	Município	Objetivo	Valor (R\$ em bilhões)
CSN – Plataforma Logística em Itaguaí	Transporte/Logística	Itaguaí	Expansão/Modernização	3,7
Porto do Sudeste	Transporte/Logística	Itaguaí	Implantação	1,1
Gerdau - Terminal Portuário	Transporte/Logística	Itaguaí	Implantação	0,6
<b>Total do período</b>				<b>5,4</b>
Período 2012/2014				
Investimento	Setor	Município	Objetivo	Valor (R\$ em bilhões)
PROSUB	Construção Naval	Itaguaí	Implantação e Construção de Embarcação	5,2
Terminal da Usiminas em Itaguaí	Transporte/Logística	Itaguaí	Implantação	1,3
Porto de Itaguaí	Transporte/Logística	Itaguaí	Implantação e Expansão/Modernização	1,3
Porto do Sudeste	Transporte/Logística	Itaguaí	Implantação	1,3
Investimentos CEDAE	Saneamento Básico	Vários	Implantação e Expansão/Modernização	0,6
<b>Total do período</b>				<b>9,7</b>



**PRINCIPAIS INVESTIMENTOS NAS CIDADES DE ITAGUAÍ-RJ  
E SEROPÉDICA-RJ SEGUNDO A FIRJAN E ELABORAÇÃO PRÓPRIA**

Período 2014/2016				
Investimento	Setor	Município	Objetivo	Valor (R\$ em bilhões)
Prosub	Construção Naval	Itaguaí	Implantação e Construção de Embarcações	7,7
Investimentos da Cedae	Saneamento Básico	Vários	Implantação e Expansão/Modernização	0,9
Investimentos da SuperVia	Transporte/Logística	Vários	Modernização	0,3
Via Light	Transporte/Logística	Vários	Implantação	0,2
Arco Metropolitano	Transporte/Logística	Vários	Implantação	0,2
<b>Total do período</b>				<b>9,3</b>
Período 2016/presente				
Investimento	Setor	Município	Objetivo	Valor (R\$ em bilhões)
Porto de Itaguaí - construção do canal derivativo	Transporte/Logística	Itaguaí		
Ampliação do SAA	Saneamento Básico	Itaguaí/Seropédica		
<b>Total do período</b>				<b>0,64</b>

Fonte: LIMA, 2020, p. 18.

Estes investimentos, em grande parte voltados para a atividade portuária e naval de modo geral, deram-se, principalmente, pela posição privilegiada do município de Itaguaí e do Porto de Itaguaí (antigo Porto de Sepetiba) para o escoamento da produção industrial do Estado do Rio de Janeiro, estando próximo à vários complexos industriais, como o de Santa Cruz (Bairro do Rio de Janeiro), e os dos municípios de Queimados, Seropédica, Nova Iguaçu, Paracambi, e demais da região. Além disso, a construção do Arco Metropolitano do Rio de Janeiro, que liga o município de Itaboraá ao município de Itaguaí, passando por mais 6 municípios (além dos dois citados), interferiu de forma significativa na logística industrial da região, configurando mais importância ainda ao Porto de Itaguaí. Abaixo demonstra-se o mapa do Arco Metropolitano do Rio de Janeiro, e assim é possível entender este fluxo criado para Itaguaí.

Figura 3 - Mapa do Arco Metropolitano do Rio de Janeiro

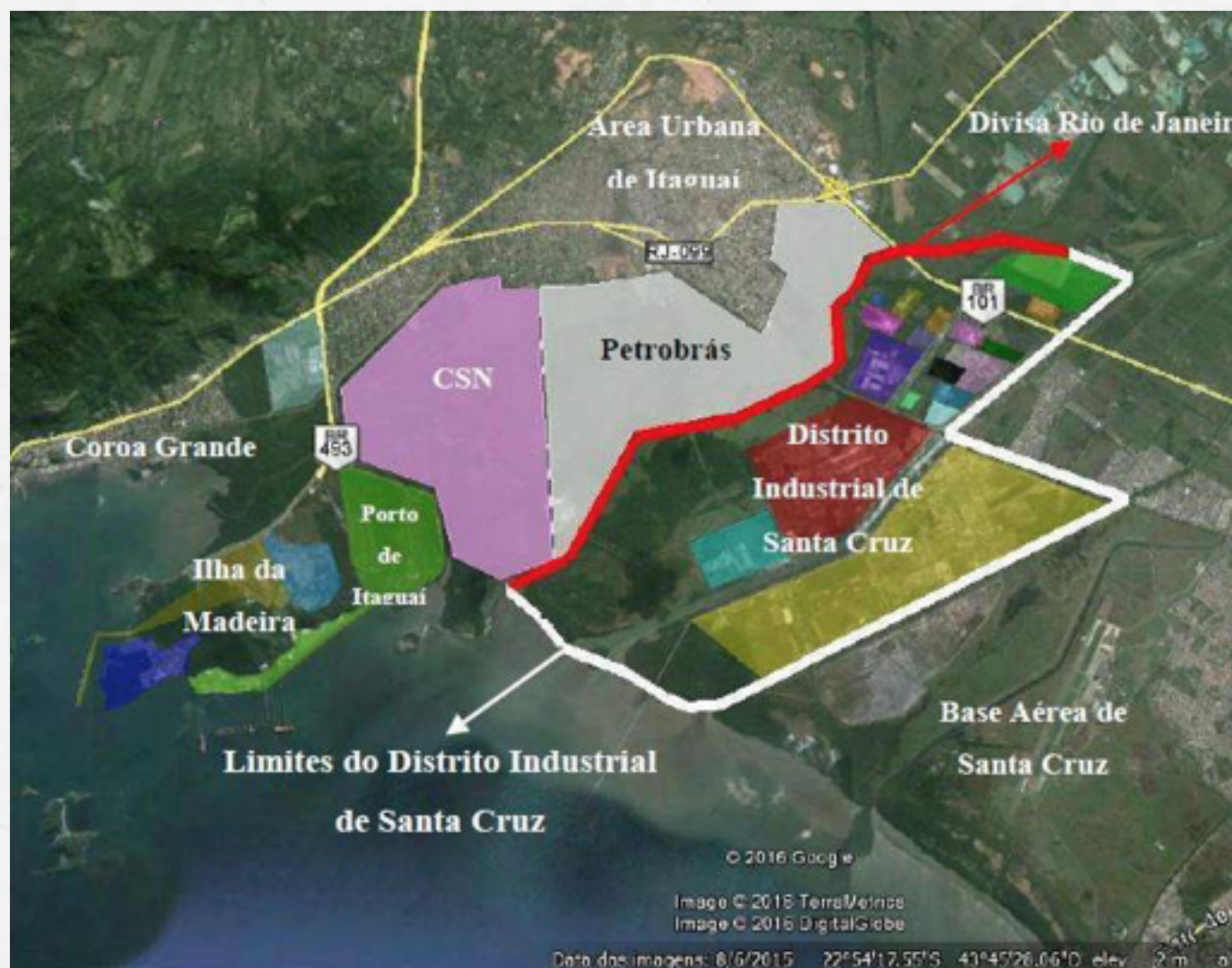


Fonte: TINOCO, 2019, p.1.

Neste município, os empreendimentos ocupam uma parcela territorial significativa, principalmente quando comparada a região central do município, como pode se observar na figura abaixo:



Figura 4 - Mapa Industrial de Itaguaí-RJ



Fonte: IKEDA JR, 2017, p. 42, apud Instituto Pereira Passos (IPP) – Prefeitura do Rio de Janeiro, 2015; CODIN, 2016; ALCANTARA, 2011 e Decreto Municipal No 3158/81.

Devido ao tamanho físico e econômico destes empreendimentos, como observado nas figuras acima, esperava-se que acarretasse em grande desenvolvimento da localidade, porém isto somente iria ocorrer caso este aporte fosse gerido de acordo com os preceitos do DTS e da Participação Social, explicados abaixo.



## EVOLUÇÃO DO CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO

### CRESCIMENTO ECONÔMICO X DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

De maneira geral, o desenvolvimento teve sua origem na ciência econômica, preliminarmente, Adam Smith (1776), Thomas Malthus (1798), David Ricardo (1817) e Karl Marx (1867) têm em suas teorias o desenvolvimento como um dos principais fatores para a consolidação de um sistema econômico.

Em *A Riqueza das Nações* (1776), Adam Smith preconizava que o desenvolvimento só seria possível quando os agentes fossem capazes de satisfazer seus interesses individuais de forma a serem espontâneos. Para ele, o desenvolvimento chegaria à partir do princípio de que todo Homem é movido pelo desejo do lucro, e logo, passaria a produzir mais excedente, e esta ação em reprodução levaria ao benefício pleno para a sociedade: ao desenvolvimento.

O desenvolvimento era então entendido como a forma primitiva de acumulação de capital, ou seja, o enriquecimento, de modo a satisfazer determinados interesses, e se todos os agentes conseguissem realizar esta acumulação, a economia então iria se desenvolver.

Tendo esta teoria se afluído durante a Primeira Revolução Industrial, a visão era voltada para o aumento da produtividade individual, o que culminaria no aumento da produtividade total e por consequência, dos lucros, levando a um aumento da renda per capita e total na economia, aumentando a satisfação do agente e levando ao desenvolvimento, ou seja, a soma das relações de bem-estar individuais levaria ao bem-estar total da economia. Atenta-se para esta visão como cíclica, uma vez que quão maior fosse a satisfação do agente, maior seria sua produtividade. O papel do Estado, para Smith, seria o de garantir as liberdades individuais dos agentes.

Aqui tem-se uma visão muito mais individualista do processo de desenvolvimento, sendo então entendido como uma reação cumulativa, onde cada agente isoladamente contribui para a geração deste desenvolvimento. A definição de Smith atenta para o desenvolvimento como decorrente do crescimento econômico.

Malthus (1798) traz uma visão mais macroeconômica, no sentido de que a relação do desenvolvimento dependeria não somente das ações individuais, mas também da acumulação do capital, do tamanho da população, da relação entre a produção de alimentos e o tamanho da população (podendo ocorrer desencontros, ocasionando na não satisfação das necessidades humanas), e da fertilidade deste solo.

Malthus busca as causas favoráveis para o crescimento da produção. Segundo ele estas seriam: Acumulação do capital, fertilidade do solo e invenções para economizar trabalho. O equilíbrio dinâmico em uma economia em crescimento requer determinadas proporções que equilibrem a oferta e a demanda. Como valores necessários que Malthus assume para que haja um desenvolvimento, estão principalmente aqueles ligados ao controle da população (fator o qual, Malthus enfatiza durante a sua obra). Os salários caem com um aumento da população, esse aumento ocorre por causa da ignorância, da falta de liberdade política e civil e da opressão. (FILHO, 2004, p.10).

Ricardo (1817) traz uma perspectiva de que a taxa de lucro dos capitalistas controlava o nível de investimento realizado na economia, de modo que quão maior fosse a taxa de lucro, maior seria o percentual investido, e por consequência, o desenvolvimento da economia. Ele também traz a relação salarial como fator determinante do investimento, visto que, como os capitalistas investem dependendo de seus lucros, quanto maior forem os salários pagos, menor será esse lucro, logo, os salários pagos não poderiam estar acima do seu valor natural<sup>11</sup>, se não, o “desenvolvimento” estaria comprometido. Um outro fator importante é o limite do crescimento dado por ele.



Como a economia era majoritariamente rural, o limite do crescimento econômico, para Ricardo, se daria no esgotamento das terras férteis, e que assim que a atividade econômica fosse se expandindo para terras menos férteis (e/ou inférteis), os rendimentos da produção se tornariam progressivamente decrescentes. Esta lógica é conhecida como “Lei dos Rendimentos Decrescentes” de Ricardo.

As visões citadas até então descrevem uma lógica onde o individualismo era predominante, e o crescimento econômico seria dado principalmente por questões relacionadas à renda.

Em Marx (1867), começa-se a deslumbrar uma visão menos individualista da produção, no sentido que as relações sociais tomam mais importância que as individuais, contrariando principalmente a teoria de Smith, e implementando visões como a do “poder de barganha” na relação de tomada salarial, onde não mais o mercado regularia os salários, mas sim as relações entre o assalariado e o capitalista. O limite das teorias anteriores, para Marx, se daria no sentido de a competição não ser “justa”, e logo, algumas áreas da produção se tornarem restritas à outros agentes.

O aperfeiçoamento está intrinsecamente ligado com a acumulação do capital, pois capitais de pequeno porte não podem atingir determinados níveis de aperfeiçoamento, logo os capitais atingem determinado estágio onde torna-se impossível a entrada de outros capitalistas, acabando com o sistema concorrencial, e fazendo ao mesmo tempo com que uma oferta crescente, devido ao aperfeiçoamento dos processos produtivos, encare uma demanda decrescente (já que haveria uma insuficiência de demanda gerada pelo desemprego causado pelos meios de produção aperfeiçoados), o que gera, obviamente, um excesso de oferta e portanto condena as empresas, e num nível global, o próprio sistema capitalista. Conseqüentemente a economia não cresce num longo prazo, ela se modifica, pois haveria um choque entre duas classes (aqui está mais uma vez uma demonstração da dialética e da abstração utilizada por Marx), a dos detentores de capital e a dos trabalhadores. (FILHO, 2004, p.20)

Sendo assim, o desenvolvimento econômico para Marx se daria pela regulação entre socialistas e capitalistas. Para a nossa análise, o principal ponto da teoria de Marx é o início da visão social, não individualista, como geradora e mantenedora do desenvolvimento. A partir daí vários outros teóricos amadureceram a visão de crescimento e desenvolvimento econômico, como Schumpeter (1921), que incrementa a visão da inovação tecnológica como fator crucial no aumento da produtividade e na melhoria das condições do trabalho, Lewis, que relaciona o desenvolvimento a uma alteração dos comportamentos social e individual, dentre outros.

Em 1972 foi realizada a Conferência de Estocolmo, um importante marco para a evolução do conceito de Desenvolvimento, onde reuniram-se diversas pessoas de diferentes países com o objetivo de discutir e elaborar metas para a questão ambiental, sendo a primeira grande conferência deste tema a ser realizada com importância global. Neste mesmo ano, Dennis Meadows, unido a outros pesquisadores, trouxeram a tona o estudo “Limites do Crescimento” no Clube de Roma<sup>12</sup>, onde formalizavam uma série de teorias e consideravam estudos anteriores, trazendo a discussão da importância da questão ambiental nas relações econômicas, a fim de alertar os líderes mundiais acerca das decisões a serem tomadas a partir daquele momento.

As teses e conclusões básicas do grupo de pesquisadores coordenado por Dennis Meadows (1972:20) são:

1. Se as atuais tendências de crescimento da população mundial, industrialização, poluição, produção de alimentos e diminuição de recursos naturais continuarem imutáveis, os limites de crescimento neste planeta serão alcançados algum dia dentro dos próximos cem anos. O resultado mais provável será um declínio súbito e incontrolável, tanto da população quanto da capacidade industrial;
2. É possível modificar estas tendências de crescimento e formar uma condição de estabilidade ecológica e econômica que se possa manter até um futuro remoto. O estado de equilíbrio global poderá ser planejado de tal modo que as necessidades materiais

básicas de cada pessoa na Terra sejam satisfeitas, e que cada pessoa tenha igual oportunidade de realizar seu potencial humano individual;

3. Se a população do mundo decidir empenhar-se em obter este segundo resultado, em vez de lutar pelo primeiro, quanto mais cedo ela começar a trabalhar para alcançá-lo, maiores serão suas possibilidades de êxito.

Para alcançar a estabilidade econômica e ecológica, Meadows et al. propõem o congelamento do crescimento da população global e do capital industrial; mostram a realidade dos recursos limitados e rediscutem a velha tese de Malthus do perigo do crescimento desenfreado da população mundial. (BRUSEKE, 1995, p. 29)

A partir destas conferências, e das que se seguiram, relacionadas ao tema, o mundo passou a ter uma noção mais coletiva do desenvolvimento, afastando-o das relações individualistas e trazendo uma visão mais humanizada, conjunta e liderada por ações coletivas. Surge a visão do Ecodesenvolvimento, e em seguida do Desenvolvimento Sustentável, onde o crescimento econômico é, não a única, mas sim uma das diversas vertentes compreendidas no conceito de desenvolvimento.

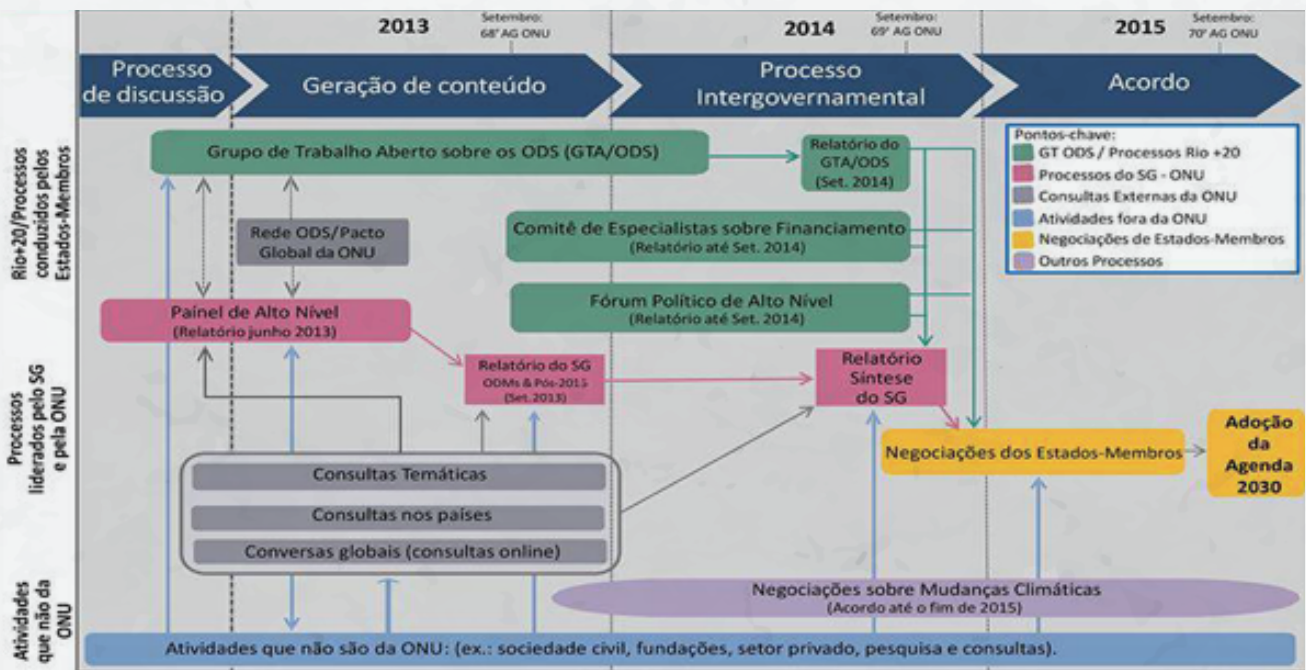
Em 1992 ocorreu a Eco-92, na cidade do Rio de Janeiro, onde reuniram-se mais de 35 mil pessoas de mais de 178 países, com o objetivo de diminuir a degradação ambiental e social causada pela atividade econômica, e buscar novos horizontes para a produção à nível mundial. Um marco da Eco-92, como ficou conhecida a conferência, foi a assinatura da Agenda 21, documento de 40 capítulos que foi assinado pelas lideranças mundiais afim de estabelecer ações sobre diversos temas, como: dimensão social e econômica; pobreza; consumo; sustentabilidade; desenvolvimento sustentável; saúde; meio ambiente; atmosfera; ecossistema; desertificação e seca; agricultura e agricultores; desenvolvimento rural; diversidade biológica; biotecnologia; recursos vivos; mares e oceanos; aproveitamento; gestão ecológica; mulher; infância e juventude; populações tradicionais; ONG's; trabalhadores e sindicatos; comércio; indústria; comunidade científica e tecnológica; financiamento; tecnologia ecológica sustentável; educação; conscientização; cooperação; acordos internacionais; dentre outros, envolvendo assim diferentes dimensões da vida humana.

Em 2000, durante a realização da Cúpula do Milênio, reunião promovida pela Organização das Nações Unidas, em Nova York, líderes de 189 países assinaram o documento chamado Declaração do Milênio, a fim de erradicar a fome e a extrema pobreza do mundo até 2015. Neste documento foram elaborados 8 objetivos, denominados Objetivos do Desenvolvimento do Milênio (ODM), abrangendo ações específicas de combate à fome e à pobreza, associadas à implementação de políticas de saúde, saneamento, educação, habitação, promoção da igualdade de gênero e meio ambiente, além de medidas para o estabelecimento de uma parceria global para o desenvolvimento sustentável. Para estes objetivos foram elaboradas 21 metas globais, acompanhadas por um conjunto de 60 indicadores. Estas metas, em sua grande maioria, tinham como horizonte temporal de 1990 até 2015.

Em setembro de 2015, representantes de 193 Estados-membros da ONU se reuniram em Nova York para dar continuidade aos objetivos tratados na Agenda 21, e formalizaram assim a assinatura da Agenda 2030. Com intenções semelhantes aos do ODM, porém mais trabalhadas, são indicados 17 objetivos, denominados Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), e 169 metas distribuídas dentre estes objetivos. O processo de construção da Agenda e das ações posteriores e os objetivos podem ser observados nas figuras abaixo.



Figura 5 - O Processo de Construção de uma Agenda Pós-2015



Fonte: Plataforma Agenda 2030 (Disponível em: <http://www.agenda2030.com.br/sobre/> Acesso em: 22/11/2020)

Figura 6 - Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)



Fonte: Site do PPGCS/FURG (Disponível em <<https://ppgcs.furg.br/agenda-2030>> Acesso em 22/11/2020).

Demonstrando as principais dimensões e metas que deveriam guiar os processos de tomada de decisão a nível mundial. Vale ressaltar que a discussão acerca de um desenvolvimento “mais sustentável”, mesmo ganhando importância mundial no decorrer dos anos, ainda conta com um déficit de ações mais efetivas por parte de alguns Estados/Nações, sendo em alguns lugares o apoio às causas do desenvolvimento utilizados apenas como atrativos à novos investimentos, ao favorecimento de políticas industriais e/ou de relações com outros países que se utilizam das metas da Agenda 2030 e dos ODS's.

## DESENVOLVIMENTO MULTIDIMENSIONAL E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL

Em Desenvolvimento Incluyente, Sustentável, Sustentado (2004), Sachs assume o compromisso de revisitar o conceito de desenvolvimento humano no cenário da globalização do século XXI, adotando a concepção do desenvolvimento dividido em três aspectos: social (incluyente), ambiental (sustentável) e econômico (sustentado). No cenário conturbado entre a queda do neoliberalismo com os contornos do Consenso de Washington e o fim do socialismo real, Sachs expõe que crescimento econômico não é necessariamente sinônimo de desenvolvimento, embora ele seja necessário para a consecução do desenvolvimento, ou seja, tem-se uma visão muito mais ampliada do processo de desenvolvimento, estabelecendo-o como uma relação em redes e cadeias, onde as atitudes dos agentes estão diretamente interligadas, tornando-se coletivas, e assim, o desenvolvimento dar-se-á de forma muito mais abrangente.

Os artigos de Sachs nos apresentam os pressupostos para os seguintes questionamentos: Será que é possível pensar em sustentabilidade na vigência de um sistema capitalista de mercado? Nessa perspectiva de sustentabilidade sem uma mudança estrutural, os grupos menos favorecidos que praticam a conservação e utilizam os recursos naturais para seu sustento estarão na mesma posição, comparado a outros grupos sociais que não praticam estes atos sustentáveis no seu dia a dia? Levando em conta esses elementos, se faz necessário muita reflexão para conseguir propor alguma solução prática para o problema da desigualdade social, que talvez seja um dos principais obstáculos para que se instaure um padrão de desenvolvimento próximo ao que se pretende chamar de sustentabilidade, tomando como referência, principalmente, os critérios dos ODM.

Para Perico (2009) o Desenvolvimento Territorial Sustentável está atrelado às manifestações de determinadas dimensões, e somente a união delas pode definir, ou se aproximar do desenvolvimento territorial sustentável. São estas manifestações: Coesão Social, Coesão Territorial, Sustentabilidade, Governabilidade, Inclusão Econômica e Bem-Estar. Tomam-se as cinco dimensões definidas pelo autor como indicadores de Desenvolvimento Territorial Sustentável, sendo estes conceitos definidos à seguir:

- Coesão Social: fortalecimento dos laços interpessoais a fim de favorecer e capacitar o potencial de equidade dos direitos e obrigações cidadãs.
- Coesão Territorial: refere-se a capacidade da população de um território ter densidade nas relações interpessoais para definir suas políticas, suas estratégias em função de seus próprios recursos e interesses territoriais.
- Sustentabilidade: as atividades econômicas atuais não podem colocar em risco o bem comum nem as atividades econômicas futuras.



- Governabilidade: refere-se a capacidade dos poderes públicos em agir com objetivos e propósitos de desenvolvimento local.
- Inclusão Econômica: é a capacidade pelo qual o desenvolvimento local inclui a população economicamente ativa em suas atividades de modo contínuo e permanente.
- Bem-estar: o desenvolvimento do local melhora a condições de vida da população agregando infraestrutura, saneamento, instituições de saúde e de educação. E a partir destes, pode-se estabelecer uma relação entre o modelo social atual e seu ideal.

A gestão social visa a participação conjunta da sociedade e do poder público na construção das decisões acerca da localidade. Não deve haver atores hegemônicos ou superiores nos processos decisórios, fazendo com que a participação destes atenda ao máximo as demandas sociais. Considerando as definições de Perico (2009), buscou-se, no quadro seguinte, organizar as dimensões em indicadores para o DTS.

**Quadro 3** - Indicadores do DTS- Desenvolvimento Territorial Sustentável

CONCEITOS	DEFINIÇÃO	INDICADORES
<b>Coesão Social</b>	Congruência da população local, ou seja, consiste no fortalecimento de seus laços interpessoais a fim de favorecer e capacitar o potencial de equidade dos direitos e obrigações cidadãos	Existência de espaços institucionais de discussão
<b>Coesão Territorial</b>	Refere-se à capacidade da população de um território de ter densidade nas relações interpessoais para definir suas políticas e estratégias em função de seus próprios recursos e interesses territoriais, principalmente nos processos de tomada de decisão	Participação social na formulação, acompanhamento e avaliação de políticas públicas
<b>Governabilidade</b>	Refere-se à capacidade dos poderes públicos em agir com objetivos e propósitos do desenvolvimento local e da participação social	Educacional Legislativa Essencial à Justiça Cultural
<b>Sustentabilidade</b>	As atividades econômicas atuais não podem colocar em risco o bem comum nem as atividades econômicas das futuras gerações	Existência de áreas de proteção ambiental Consumo industrial e doméstico de substâncias destruidoras da camada de ozônio e da Baía de Sepetiba Políticas de incentivo à pesca local
<b>Inclusão Econômica</b>	É a capacidade pelo qual o desenvolvimento local inclui a população economicamente ativa em suas atividades de modo contínuo e permanente	Emprego & Renda PIB Investimento IFGF População
<b>Bem estar</b>	O desenvolvimento local deve melhorar as condições de vida da população agregando infraestrutura em diversas áreas	Cultura Desporto e Lazer Saneamento Transporte

Fonte: Fonte: LIMA, 2020, p. 28.

Diante da complexidade das atuais relações socioproductivas, não é possível analisar quaisquer dos conceitos anteriores isoladamente. O processo de desenvolvimento se dá por meio de uma teia produtiva que engloba todos os fatores sociais e econômicos, demonstrando assim suas múltiplas dimensões. Sendo assim, o Estado necessita de um mecanismo de aproximação do controle social, tanto no que diz respeito aos âmbitos do próprio Desenvolvimento Territorial Sustentável, quanto no que diz respeito à formação do aparelho regulatório.

Tenório (1990) indica que a participação é uma prática social formadora de políticas, com o objetivo de confrontar saberes. Assim, deve-se entender como os grupos locais estão envolvidos na dinâmica da solução dos problemas locais e como estes grupos buscam articular soluções junto aos poderes públicos.

## IDH-M E IFD-M

O IDH foi criado pelo PNUD (Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento), e no Brasil, é calculado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de geografia e Estatística). O IDH-M é uma variação do IDH, onde são explorados individualmente os dados municipais. O IDH-M é então um índice de desenvolvimento municipal, composto por três indicadores base, sendo: longevidade, educação e renda. O índice varia de 0 a 1, sendo quanto mais próximo de 1, melhor.

A metodologia de cálculo do IDH-M é tal que:

O IDHM é um índice composto que agrega 3 das mais importantes dimensões do desenvolvimento humano: a oportunidade de viver uma vida longa e saudável, de ter acesso ao conhecimento e ter um padrão de vida que garanta as necessidades básicas, representadas pela saúde, educação e renda.

Vida longa e saudável é medida pela expectativa de vida ao nascer, calculada por método indireto a partir dos dados dos Censos Demográficos do IBGE. Esse indicador mostra o número médio de anos que as pessoas viveriam a partir do nascimento, mantidos os mesmos padrões de mortalidade observados no ano de referência.

Padrão de vida é medido pela renda municipal per capita, ou seja, a renda média de cada residente de determinado município. É a soma da renda de todos os residentes, dividida pelo número de pessoas que moram no município - inclusive crianças e pessoas sem registro de renda. Os dados são do Censo Demográfico do IBGE.

Os três componentes acima são agrupados por meio da média geométrica, resultando no IDHM. (PNUD, 2021. Disponível em: <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/conceitos/o-que-e-o-idhm.html>. Acesso em 14/03/2021).

O IFD-M é o Índice Firjan de desenvolvimento Municipal, que é calculado anualmente pela FIRJAN utilizando dados oficiais disponíveis. Este estudo busca analisar todos os municípios brasileiros à partir de três principais áreas, sendo: Emprego&Renda, Educação e Saúde. O índice também varia de 0 a 1, sendo quanto mais próximo de 1, melhor. A metodologia do IFD-M é tal:

Sua metodologia possibilita determinar, com precisão, se a melhora relativa ocorrida em determinado município decorre da adoção de políticas específicas ou se o resultado obtido é apenas reflexo da queda dos demais municípios. Desde 2014, a metodologia do IFDM foi aprimorada para captar os novos desafios do desenvolvimento brasileiro para esta nova década. O principal incremento foi situar o Brasil no mundo. A nova metodologia buscou padrões de desenvolvimento encontrados em países mais avançados, utilizando-os como referência para os indicadores municipais. Outro ponto importante foi a atualização de metas e parâmetros nacionais. Neste caso, o ano de referência deixou de ser 2000 e passou a ser 2010. (FIRJAN, 2021. Disponível em: <https://www.firjan.com.br/ifdm/>. Acesso em 14/03/2021).



Sendo assim, estes índices serão utilizados nesta análise de modo a explicar a evolução, em números, da economia de Itaguaí-RJ. Lembrando que esta trata-se de uma análise destes itens em conjunto com os indicadores do DTS e da Participação Social, esta última que será explicada abaixo.

## **PARTICIPAÇÃO SOCIAL: GESTÃO SOCIAL E CONTROLE SOCIAL**

Nos últimos anos, o enfoque da atuação das políticas públicas e de seu papel na condução do desenvolvimento das localidades vem aumentando, a Gestão Social surge como aparato para o entendimento destas relações. A gestão Social é uma teoria que tem suas origens fundamentadas no Brasil, nos anos 90, tendo como principal referência a criação do PEGS (Programa de Estudos em Gestão Social) da Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getúlio Vargas (PEGS/EBAPE/FGV).

O aparato da gestão social é influenciado por teorias nacionais e internacionais, e que trata de temas como a participação, a cidadania, o interesse bem compreendido, a emancipação, a esfera pública e a tomada de decisões coletivas, a cidadania deliberativa, a Dialética Negativa de Adorno, e os Níveis de Consciência de Paulo Freire, o controle social, dentre outros. Segundo Tenório (1998), trata-se de justificar a presença do Estado focalizado, através de políticas sociais e de fomentar, flexibilizando as relações de trabalho e de produção dos agentes econômicos.

As relações sociais são consideravelmente importantes na Gestão Social. A exposição de problemas cotidianos, das demandas populacionais, das insatisfações populares, dos déficits financeiros, ambientais, e sociais, devem ser os pontos de partida para a elaboração e aplicação das políticas públicas.

(...) no contexto da gestão social orientada pela racionalidade comunicativa, os atores, ao fazerem suas propostas, não podem impor suas pretensões de validade sem que haja um acordo alcançado comunicativamente no qual todos os participantes exponham suas argumentações.<sup>5</sup> Existe argumento quando os requisitos de validade se tomam explícitos em termos de até que ponto podem ser oferecidas boas razões para eles em lugar da coação ou força. Estes argumentos são expostos através da razão, do conhecimento; portanto, discursivamente. Quem fala expõe suas idéias de maneira racional e quem ouve reage tomando posições motivadas também pela razão. (TENÓRIO, 1998, p. 16).

Logo, revela-se a importância da simetria da informação<sup>13</sup>, da transparência das relações interpessoais, da participação social e da representatividade nos locais de discussão pública, da inovação dos meios de disseminação da informação pública, e da dialogicidade. Estes fatores irão contribuir para que a sociedade civil possa exercer certo poder sobre as decisões econômicas e sociais tomadas em sua localidade, este poder é entendido como o controle social. Além disso, a existência dos indicadores das teorias de desenvolvimento explicadas no Referencial Teórico somente será possível caso haja uma gestão municipal que se utiliza da Gestão Social e da Participação Social durante e após o processo de tomada de decisões.

No município de Itaguaí, os Conselhos Municipais vêm atuando como um dos importantes instrumentos de Controle Social, uma vez que aproximam as relações entre poder público, sociedade civil e setor privado, e deveriam ser o espaço de fusão das opiniões e interesses destas vertentes. Neste trabalho, os Indicadores do Desenvolvimento Territorial Sustentável, do Desenvolvimento Multidimensional e da Participação Social foram utilizados na formatação do instrumento metodológico, e a partir deles, na elaboração dos resultados, comparando-os com a evolução do IDH-M e do IFD-M de Itaguaí, demonstrando a importância destes temas para constatar-se ou não o desenvolvimento no município.

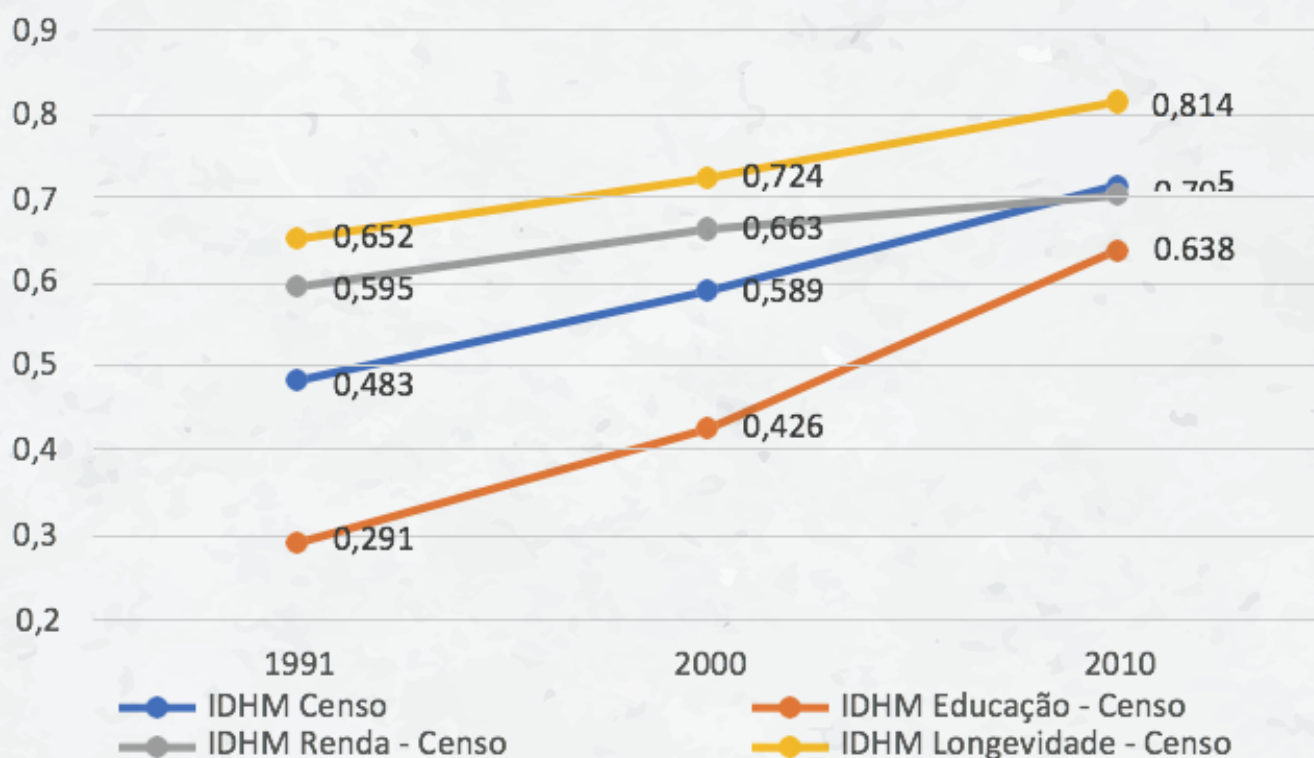
## RESULTADOS E CONCLUSÕES

### IDH-M E IFD-M

Nos Gráficos 1 e 2, descreve-se, respectivamente, a evolução do IDH-M (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – PNUD) e do IFD-M (Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal – FIRJAN) do município de Itaguaí por subgrupos, tendo como referências os anos 14 de 1991, 2000 e 2010 para o IDH-M e de 2005, 2010 e 2016 para o IFD-M. estabeleceremos uma análise da evolução histórica-comparativa dos índices.

Os índices de desenvolvimento são de importante análise devido a constatar, ou não, em números e estatísticas, a evolução do desenvolvimento no município ao longo dos anos.

**Gráfico 2** - Evolução do IDH-M de Itaguaí por subgrupos



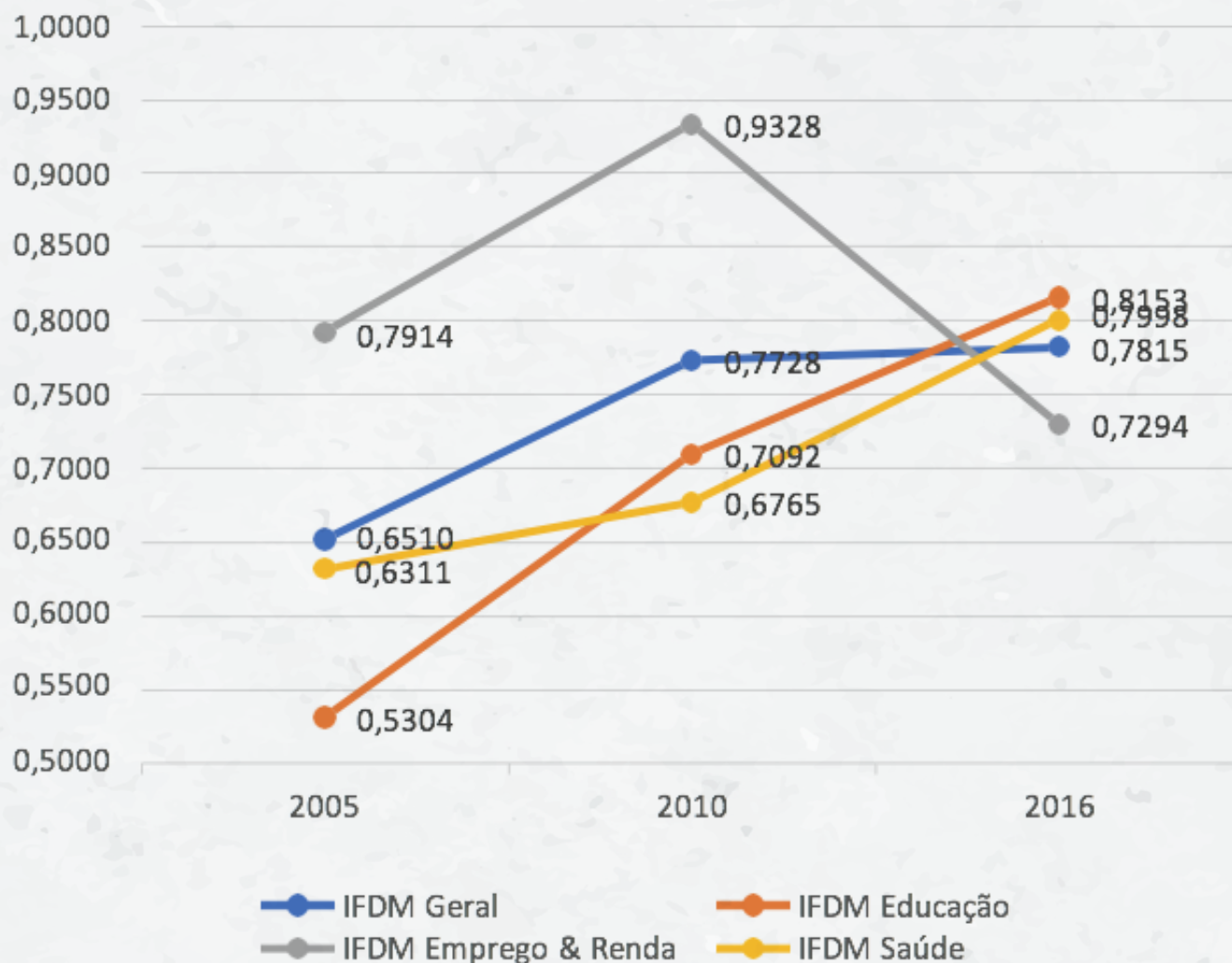
Fonte: LIMA, 2020, p. 39, com dados do Censo / Atlas. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/consulta/planilha>

De acordo com os dados obtidos, observa-se no gráfico 1 (dados do Censo), elevação em todos os índices de 1991 até 2010, tendo que o IDH-M Renda passou de 0,595 para 0,703 ( $\Delta$  de +0,108), o IDH-M Educação passou de 0,291 para 0,638 ( $\Delta$  de + 0,347), o IDH-M Longevidade passou de 0,652 para 0,814 ( $\Delta$  de 0,162) e o IDH-M Geral, ponderação de todos os anteriores, passou de 0,483 para 0,715, tendo  $\Delta$  de 0,232. Esta variação é considerada alta se comparada a de outros municípios brasileiros, o que deveria demonstrar um bom desenvolvimento.



Abaixo descreve-se esta relação baseada em dados do IFD-M para o mesmo município.

**Gráfico 3** - Evolução do IFD-M de Itaguaí por subgrupos



Fonte: LIMA, 2020, p. 40, com dados do Atlas BR. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/consulta/planilha>

De acordo com os dados obtidos, observa-se no gráfico 2 (dados da FIRJAN- RJ), elevação em todos os índices de 2005 até 2016, tendo que o IFD-M Emprego & Renda passou de 0,7914 para 0,7294 ( $\Delta$ 16 de -0,0620), chamando atenção para o pico em 2010 de 0,9328, considerado altíssimo para o índice. O IFD-M Educação passou de 0,5304 para 0,8153 ( $\Delta$  de + 0,2849), o IFD-M Saúde passou de 0,6311 para 0,7998 ( $\Delta$  de 0,1687) e o IFD-M Geral, ponderação de todos os anteriores, passou de 0,6510 para 0,7815, tendo  $\Delta$  de 0,1305. No IFD-M vale atentar para a desaceleração do crescimento após 2010, fato explicado pela instabilidade política e financeira à níveis Nacional, Estadual e Municipal, impactando diretamente na evolução dos investimentos nesta localidade e no enfraquecimento da industrialização brasileira de modo geral, levando à quase que uma estagnação do IFD-M geral a partir de 2010.

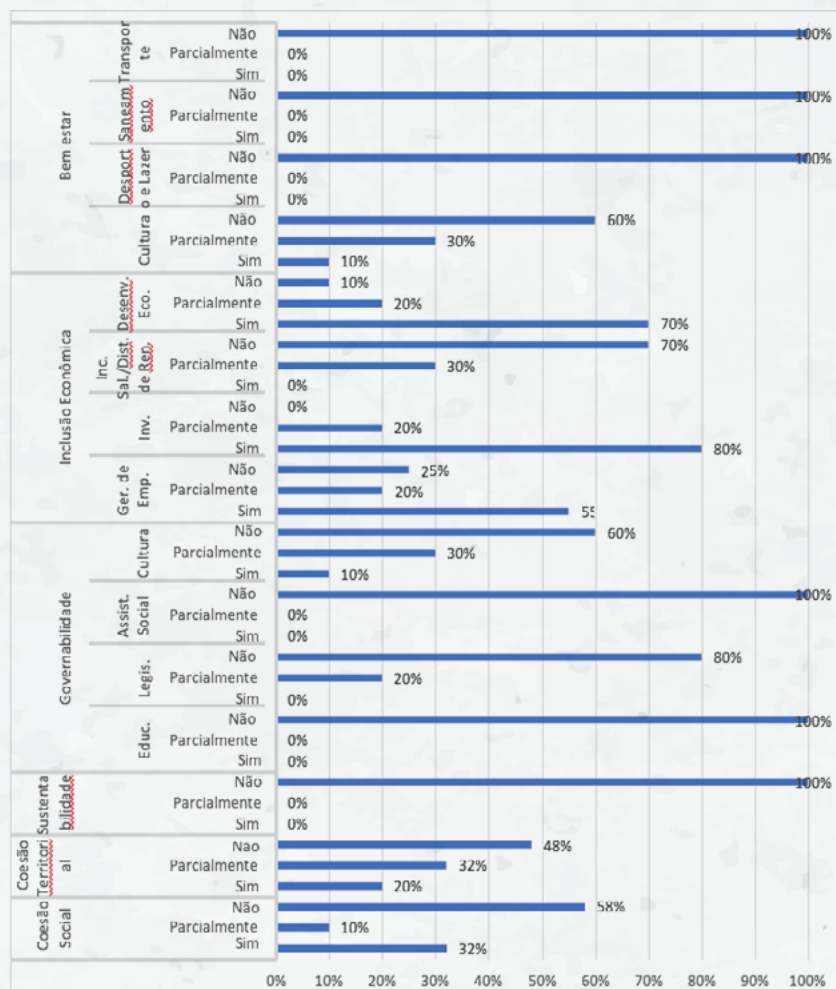
É importante ressaltar a característica monológica destes investimentos, ou seja, não há diálogo no processo de implantação, e sim, estes empreendimentos são entregues em suas localidades sem qualquer censo popular e sem apropriação do excedente econômico gerado por eles por parte da localidade. Deveriam ainda existir uma

série de “metas” a serem cumpridas pelas empresas, de modo a compensar a existência destes incentivos, porém não é o que ocorre. Outro processo interessante de se observar é o de concentração da renda em poucos agentes. A política clientelista aliada à corrupção dos agentes públicos neste município, fato visto pelos inúmeros escândalos de corrupção recentes no município, fez com que a concentração da renda advinda destes megaempreendimentos crescesse muito, fato este que interfere na contabilização de alguns índices convencionais de desenvolvimento, porém de forma ilusória, uma vez que foram puxados para cima pelo aumento da renda total, e por consequência da renda per capita, porém, não são espelhos da situação real da população.

## ANÁLISE DOS INDICADORES OBTIDOS NA PESQUISA DE CAMPO

A análise dos conselheiros acerca da presença ou não dos indicadores da referida pesquisa resultou em:

**Gráfico 4** - Presença dos Indicadores do DTS e da Gestão Social na Implementação dos Megaempreendimentos em Itaguaí



Fonte: LIMA, 2020, p. 42.



## RESULTADOS

Os resultados, segundo os indicadores, demonstraram uma fraca relação de comunicação entre poder público e conselhos municipais, demonstrando falha no modelo de governabilidade pública empregado na localidade, fazendo com que, visto que os conselhos municipais são a principal ferramenta de controle social, houvesse, além uma má gestão dos recursos que deveriam ser empregados para a evolução socioeconômica destes municípios, uma monologicidade na criação destes conselhos.

A evolução dos índices de desenvolvimento do município se deu de uma forma quando analisamos os dados do IBGE, PNUD e da FIRJAN, porém de outra quando analisamos os dados obtidos nos conselhos municipais, ou seja, de maneira menos que proporcionalmente ao montante de investimentos comprovando que, o modelo de desenvolvimento empregado não é adequado à localidade, e, além disso, analisando as respostas de acordo com os indicadores, um a um, revelaram-se falhas, como:

I. na inclusão econômica: o PIB do município cresceu, porém estes recursos são gerados no município mas direcionados para fora, tendo pouco aproveitamento na localidade (relação de não reinvestimento). Houve aumento significativo no número de vagas de emprego, porém a maioria dos cargos fixos são ocupados por moradores dos bairros da cidade do Rio de Janeiro, ou de outros estados, ou seja, a população local não foi inserida por completo no processo de industrialização, e quando foi, fez-se em cargos pouco significativos economicamente (temporários, terceirizados, etc);

II. na sustentabilidade, uma vez que, a atividade destas empresas gera dejetos para dentro da Baía, elimina zonas costeiras (utilizadas agora para a construção destes empreendimentos), emite poluentes no ar do município, e assim dificultam/impossibilitam outras atividades econômicas antes compreendidas na localidade, como a pesca na região próxima ao atual Porto de Itaguaí, vide as comunidades da Ilha da Madeira e da Coroa Grande. Sugestões de leitura acerca deste tema são o trabalho “Comunidades Tradicionais de Pescadores Artesanais de Coroa Grande e Ilha da Madeira, uma análise sócio-histórica a partir de uma perspectiva etnográfica”, e também o trabalho “Redes entre Comunidades Tradicionais e Instituições de Extensão na Baía da Ilha Grande” (neste segundo participo como coautor) que foram apresentados no I CCI RedeCT, em novembro de 2020, e que virão a fazer parte, como capítulo, do volume 2020 do livro “Povos Originários e Comunidades Tradicionais/RedeCT”;

III. na coesão social e territorial, devido à ausência da dialogicidade no processo de tomada de decisões, da fraca existência da participação social, da não observação das necessidades das comunidades tradicionais presentes no município, dentre outros fatores, enfraquecendo assim a união territorial e impossibilitando a participação social plena;

IV. na governabilidade, uma vez que os espaços de discussão e o papel político dos cidadãos é escondido por um poder público pouco participativo, envolvido em diversos escândalos políticos nos últimos anos, com cassação de prefeitos, etc., além do não garantia da criação de espaços públicos de discussão, e da não melhoria nos item constantes no campo bem-estar, indicador que está diretamente ligado à Governabilidade.

V. no bem-estar, pois não houve desenvolvimento significativo das atividades culturais, do sistema de transportes (tanto em questões de melhoria significativa das rodovias e estradas, quanto na melhoria da qualidade do transporte público, seja no desenvolvimento de novas linhas, aumento do número de ônibus, etc.), nem desporto e lazer, nem no saneamento (tanto nas águas quanto nos esgotos).

## CONCLUSÕES

Revela-se então, um modelo apenas de crescimento e inchaço econômicos, não atendendo às diretrizes ambientais e sociais que estariam compreendidas por um modelo de desenvolvimento sustentável e multidimensional. Muito disso deve-se à ausência quase que completa do instrumento público de governabilidade, que tem de manter espaço aberto para o crescimento industrial e empresarial, porém, não deve se afastar de sua principal função que é manter os instrumentos de controle social plenos, e garantir a qualidade de vida de seus locais. Quando analisamos indicador por indicador, nos resultados, percebe-se que não há benefício significativo, na opinião dos conselheiros, em praticamente nenhum âmbito.

O modelo de desenvolvimento empregado nesta localidade é falho, e devido a isso, o aporte dos megaempreendimentos não foi absorvido construtivamente pelo município. Atentando para o panorama atual do município de Itaguaí - RJ vê-se um fraco comprometimento do poder público com as principais diretrizes garantidoras da qualidade de vida populacional. Não há nenhum modo de desenvolvimento econômico que realmente funcione se a população não estiver amparada por serviços básicos de qualidade que proporcionem um melhor viver e que garantam a equidade, ou algo próximo a ela, das oportunidades advindas desses megaempreendimentos. Neste município, políticas de inserção da população nos processos de tomada de decisão, ou de conhecimento e apropriação do controle social e territorial, devem ser tomadas de forma mais que urgente. O aparato destas políticas aproxima a realidade da população para com a esfera pública e, somente assim, conseguir-se-á chegar próximo ao modelo de desenvolvimento mais justo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Área territorial brasileira. Rio de Janeiro: IBGE, 2018 BRASIL, Atlas. Atlas do desenvolvimento humano no Brasil 2013. Acesso em 10 nov. 2020, v. 22, 2016.

BRÜSEKE, Franz Josef. O problema do desenvolvimento sustentável. Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável. São Paulo: Cortez, 1995.

CALVACANTI, Clóvis. Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável. Cortez; Fundação Joaquim Nabuco, 1995.

CANÇADO, Airton Cardoso; VILLELA, Lamounier Erthal; SAUSEN, Jorge Oneide. GESTÃO SOCIAL E GESTÃO ESTRATÉGICA: REFLEXÕES SOBRE AS

DIFERENÇAS E APROXIMAÇÕES DE CONCEITOS. Environmental & Social Management Journal/Revista de Gestão Social e Ambiental, v. 10, n. 3, 2016.

CIDADES E ESTADOS, IBGE. Disponível em:<<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rj/itaguaui.html>>. Acesso em 13/11/2020.

Contas anuais. Receitas orçamentárias realizadas (Anexo I-C) 2017 e Despesas orçamentárias empenhadas (Anexo I-D) 2017. In: Brasil. Secretaria do Tesouro Nacional, Siconfi: Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro. Brasília, DF, [2018]. Disponível em: [https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/pages/public/consulta\\_finbra/finbra\\_list.jsf](https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/pages/public/consulta_finbra/finbra_list.jsf). Acesso em: set. 2018



Contas anuais. Receitas orçamentárias realizadas (Anexo I-C) 2017 e Despesas orçamentárias empenhadas (Anexo I-D) 2017. In: Brasil. Secretaria do Tesouro Nacional, Siconfi: Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro. Brasília, DF, [2018]. Disponível em: [https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/pages/public/consulta\\_finbra/finbra\\_list.jsf](https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/pages/public/consulta_finbra/finbra_list.jsf). Acesso em: set. 2018.

Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro – FIRJAN. IFDM. Disponível em: < <https://www.firjan.com.br/ifdm/>>. Acesso em: 30 nov. 2020.

FEDERAL, Senado. Constituição federal de 1988. Fonte: Planalto. gov. br: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm), 1988.

FILHO, Horst Lucht. Desenvolvimento x Crescimento Econômico: uma análise histórica das teorias. Evinci 2004, PET Economia UFPR, 2004.

FIRJAN – Retratos Regionais, 5ª Edição, 2014. Perfil Econômico Regional, Região Baixada Fluminense Área I, Sistema FIRJAN – Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro, Disponível em: <<https://www.firjan.com.br/publicacoes/publicacoes-de-economia/retratos-regionais-1.htm>>. Acesso em 15 ago. 2019.

FIRJAN – Retratos Regionais, 6ª Edição, 2015. Perfil Econômico Regional, Região Baixada Fluminense Área I, Sistema FIRJAN – Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro, Disponível em:

<<https://www.firjan.com.br/publicacoes/publicacoes-de-economia/retratos-regionais-1.htm>>. Acesso em 15 ago. 2019.

FIRJAN – Retratos Regionais, 7ª Edição, 2016. Perfil Econômico Regional, Região Baixada Fluminense Área I, Sistema FIRJAN – Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro, Disponível em:

<<https://www.firjan.com.br/publicacoes/publicacoes-de-economia/retratos-regionais-1.htm>>. Acesso em 15 ago. 2019.

FIRJAN – Retratos Regionais, 8ª Edição, 2017. Perfil Econômico Regional, Região Baixada Fluminense Área I, Sistema FIRJAN – Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro, Disponível em:

<<https://www.firjan.com.br/publicacoes/publicacoes-de-economia/retratos-regionais-1.htm>>. Acesso em 15 ago. 2019.

FIRJAN – Retratos Regionais, 9ª Edição, 2018. Perfil Econômico Regional, Região Baixada Fluminense Área I, Sistema FIRJAN – Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro, Disponível em:

<<https://www.firjan.com.br/publicacoes/publicacoes-de-economia/retratos-regionais-1.htm>>. Acesso em 15 ago. 2019.

IBGE, Censo Demográfico 2010. IBGE, Censo Demográfico 2010, Área territorial brasileira. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Estimativas da população residente com data de referência 1o de julho de 2019.

IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA.

IKEDA JÚNIOR, Riyuzo et al. Gestão Social e Controle Social no Bairro Carioca de Santa Cruz e Itaguaí-RJ: Um Olhar Sobre o Desenvolvimento Local no Território dos Megaempreendimentos. 2017.

LIMA, Nicholas A. M. R. O Município de Itaguaí a partir da chegada dos megaempreendimentos: análise sob as teorias do Desenvolvimento Sustentável e da Participação Social. Seropédica, 2020. 49 p. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas), Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

MALTHUS, Thomas Robert. An essay on the principle of population as it affects the future improvement of society, with remarks on the speculations of Mr Godwin,

M. Condorcet, and other writers. London: J. Johnson, 1798.

MARX, Karl. Capital: A Critique of Political Economy. Volume I: The Process of Production of Capital. Giuseppe Castrovilli, 1867.

MEADOWS, Donella H. et al. Limites do crescimento: um relatório para o projeto do Clube de Roma sobre o dilema da humanidade. São Paulo: Perspectiva, 1972. Ministério da Saúde, Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde - DATASUS 2017.

PERICO, Rafael Echeverri. Identidade e território no Brasil. IICA, 2009. Plataforma Agenda 2030 (Disponível em: <http://www.agenda2030.com.br/sobre/> Acesso em: 22/11/2020).

PPGCS/FURG (Disponível em < <https://ppgcs.furg.br/agenda-2030>> Acesso em 22/11/2020).

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD. O que é o IDHM. Disponível em: < <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/conceitos/o-que-e-o-idhm.html>>. Acesso em: 30 nov. 2020.

RICARDO, David. On the Principles of Political Economy and Taxation: London. 1817.

SACHS, Ignacy. Desenvolvimento: incluyente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SACHS, Ignacy. Espaços, tempos e estratégias do desenvolvimento. São Paulo: Vértice, 1986.

SCHUMPETER, Joseph Alois. Carl Menger. Deuticke, 1921.

SIRAQUE, Vanderlei. Controle social da função administrativa do Estado: possibilidades e limites na Constituição de 1988. São Paulo: Saraiva, 2009. SMITH, Adam. The wealth of nations [1776]. 1937.

TENÓRIO, Fernando G. A trajetória do programa de estudos em gestão social (PEGS). Revista de Administração Pública, v. 40, n. 6, p. 1145-1162, 2006.

TENÓRIO, Fernando Guilherme. Cidadania e desenvolvimento local: casos brasileiros. In: IX congreso internacional del clad sobre la reforma del estado y de la administración pública, madrid, españa. 2004. p. 2-5.



TENÓRIO, Fernando Guilherme. Gestão social: uma perspectiva conceitual. Revista de administração pública, v. 32, n. 5, p. 7-23, 1998.

TENÓRIO, Fernando Guilherme. O mito da participação. Revista de Administração Pública, v. 24, n. 3, p. 162-164, 1990.

TINOCO, Victor. O Arco Metropolitano do Rio de Janeiro: modernização, acumulação e novo desenvolvimentismo. Espaço e Economia. Revista brasileira de geografia econômica, 2019.

